Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras

85 anos do IBGE

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Costa Brasileira

volume 4

Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras

Costa Brasileira

volume 4

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Bruno Funchal

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretora-Executiva
Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira (em exercício)

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia
Cayo de Oliveira Franco (em exercício)

Ministério da Economia

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras

Costa Brasileira

volume 4

Rio de Janeiro
2021

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3888-8 (obra completa)

ISBN 978-65-87201-67-2

© IBGE. 2021

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

© IBGE. 2021

Volume 1 - 2006
Volume 2 - 2009
Volume 3 - 2016
Volume 4 - 2021

Capa

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Atlas das representações literárias de regiões brasileiras / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2006-2021.
4 v. : il.

Inclui glossário.
Conteúdo: v. 1. Brasil meridional – v. 2. Sertões brasileiros I – v. 3. Sertões brasileiros II – v.4. Costa brasileira.
ISBN 85-240-3888-8 (obra completa) - ISBN 978-65-87201-67-2

1. Geografia na literatura. 2. Espaço e tempo na literatura. 3. Geografia humana - Brasil. 4. Geografia regional. 5. Brasil, Sul. 6. Brasil, Nordeste. 7. Costa - Brasil. I. IBGE. Coordenação de Geografia. II. Brasil meridional. III. Sertões brasileiros. IV. Sertões brasileiros II. V. Costa brasileira.

CDU 91:869.0(81)
RJ/IBGE/2006-04(rev. 2021) CART

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Sul da Bahia	23
Santos e o Litoral Paulista	55
Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos	91
Salvador e Recôncavo Baiano	121
Rio de Janeiro e Baía de Guanabara	149
São Luís e Baía de São Marcos	179
Belém e Foz do Rio Amazonas	199
Norte Fluminense	217
Rio Grande de São Pedro e Costa Sul	233
Ilha de Santa Catarina	251
Referências	281
Glossário	293
Equipe técnica	297

Apresentação

O quarto volume do *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* retrata uma das mais importantes regiões de ocupação do Território Nacional, a Costa brasileira. Espaço de encontro, conflito e conexão, a Costa é a região em que as construções do território e da identidade nacionais foram iniciadas.

Nessa nova empreitada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE retrata as regiões litorâneas que se desenharam com a dinâmica de ocupação, os enfrentamentos e as alianças entres povos, o tráfico negreiro e a escravidão. Estão representadas neste Atlas, a região cacaueira do *Sul da Bahia*; *Santos e o Litoral Paulista*; a hinterlândia açucareira em *Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos*; as áreas de recôncavo de *Salvador e Recôncavo Baiano* e do *Rio de Janeiro e Baía da Guanabara*; as reentrâncias de *São Luís e Baía*

de São Marcos e de *Belém e Foz do Rio Amazonas*; o *Norte Fluminense*; *Rio Grande de São Pedro e Costa Sul*; e a *Ilha de Santa Catarina.* Continuando a mesma lógica analítica assumida desde o primeiro volume da coleção, a regionalização proposta nessa obra não está orientada pelas divisões político-administrativas, nem mesmo pelas Grandes Regiões brasileiras.

As regiões aqui representadas ilustram a grande diversidade de uma das mais extensas – mais de 8 000 km – e mais habitadas faixas litorâneas do mundo, destacadas não necessariamente por ciclos econômicos ou extração de recursos naturais, mas pelo seu papel de interface entre o oceano e o continente, entre o Velho e o Novo Mundo. Para captar os impactos e o alcance dos eventos desencadeados pela fixação de povos europeus nesta parte da América do Sul, com os subsequentes extermínio, expulsão e escravização de povos originais, além do desterro de povos africanos e sua escravização em territórios da América portuguesa, a Literatura brasileira constitui recurso luxuoso e variado.

Na Costa brasileira surgiram e viveram alguns de nossos maiores romancistas, que retrataram em suas obras as dores, as alegrias, os dramas e os ódios da formação de uma nacionalidade que se inaugurou a partir do mar, dos contatos e separações que ele permite. Na Costa nasceu e viveu nosso escritor maior: Machado de Assis. Um gênio que, a despeito de resumir em sua existência nossos maiores conflitos sociais – era descendente de escravos, ficou órfão já no início da adolescência e sua educação formal não ultrapassou a escola primária –, tornou-se o nome maior de nossas Letras e é, cada vez mais, reconhecido internacionalmente como um dos maiores escritores do mundo ocidental.

Machado de Assis e sua obra estão presentes neste volume, assim como Jorge Amado, Ana Miranda, José Cândido de Carvalho, Maria Firmina dos Reis, Dalcídio Jurandir e tantos outros. Neste mês de junho de 2021, ao completarem-se 182 do nascimento de Machado de Assis, o IBGE, cumprindo sua missão de retratar o Brasil, seu território e sua sociedade, entrega mais um volume da coleção que busca contribuir para que nossas Letras sejam sempre incorporadas nesse processo.

Eduardo Luiz G. Rios Neto
Presidente do IBGE

Introdução

Apenas Portugal teve idéa da topographia de seus dominios americanos, traçou-lhes por limites o Amazonas e o Prata, e na realização deste programma nem um momento esperdiçou durante tres seculos (Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, 1930, p. 219)

O presente volume da coleção *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* busca dar visibilidade a regiões geográficas[1] que viveram a invasão e fixação de portugueses em função de pertencerem à Costa Brasileira. Os volumes anteriores abordaram regiões que, para a análise geográfica, tiveram sua identificação fortemente associada a atividades econômicas específicas, desenvolvidas em contextos históricos definidos e que, de alguma forma, compuseram o enredo da produção literária que nelas teve lugar. É o caso da produção cafeeira no Vale do Paraíba fluminense no Século XIX, por exemplo, da produção de charque na Campanha Gaúcha no mesmo período, ou da mineração do ouro em Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX. Ainda que a localização e os aspectos do quadro natural dessas áreas tenham sido fatores relevantes para sua caracterização regional, a atividade econômica e suas demandas, em determinado momento, foram elementos cruciais para que os meios acadêmicos e institucionais as identificassem como regiões geográficas.

No caso da Costa, a identificação de regiões geográficas não esteve necessariamente associada a atividades econômicas. A localização em si, como ponto de acesso ao território continental, tornou-se inescapavelmente o primeiro elemento, ainda que não exclusivo. Uma vez que as invasões ao continente americano nos Séculos XV, XVI e XVII foram empreendidas por reinos europeus, particularmente ibéricos, as primeiras abordagens aconteceram através do Oceano Atlântico e a linha de Costa tornou-se o primeiro palco do confronto entre as populações originais e os invasores.

Por se tratar de Costa particularmente extensa – uma das maiores do mundo se considerarmos continuidade e habitabilidade – veremos que a fixação promovida pelos invasores teve razões diferentes ao longo do tempo. Desde a defesa contra interesses de outros reinos europeus, passando pelas condições naturais propícias ou não à instalação de portos, chegando à condição de pontos de apoio em circuitos marítimos de longa extensão e a adequabilidade de atividades produtivas historicamente estratégicas, como o açúcar, ao longo do litoral nordeste, por exemplo.

A Costa brasileira é uma das mais extensas do mundo levando-se em conta a contiguidade – 7 367 km. Se forem consideradas todas as reentrâncias, esse valor atinge 9 200 km. Essa extensão se faz acompanhar de grande variedade de recortes e ambientes costeiros decorrentes de combinações que envolvem movimentos de maré, correntes marítimas, ventos, diferentes profundidade na plataforma continental, existência de cabos, enseadas e outros acidentes costeiros como a presença de baías. Essa multiplicidade de combinações propicia, eventualmente, a existência de portos naturais, pontos de aguada, abrigos para embarcações e pontos de acesso ao continente. Assim, esse segmento do território teve a fixação de populações invasoras fortemente relacionada às vantagens que cada local oferecia em determinados contextos de nossa História,

[1] A discussão acerca da região geográfica foi abordada no primeiro volume desta coleção, intitulado *Brasil Meridional* (2006, p. 14). Resumidamente, o conceito de região aqui adotado leva em conta características socioeconômicas, demográficas, ambientais, históricas e culturais para criar recortes territoriais que, em determinado período, constituíram segmentos territoriais internamente coesos. Ele está baseado tanto em definições adotadas pelo IBGE, quanto em formulações de estudiosos do tema, particularmente no caso deste Atlas, no conceito de região como espaço vivido, tal como formulado pelo geógrafo francês Armand Frémont (1980). Sendo a região geográfica um constructo, sua identificação e delimitação dependem dos fatores e critérios levados em conta nesse processo. Para o IBGE em especial, trata-se de um conceito estratégico para as propostas de recortes territoriais a serem utilizados nas diferentes pesquisas e divulgação de resultados de Censos efetuados pela casa. Para uma revisão mais aprofundada do conceito, sugere-se realizar busca do termo "região" na página da *Revista Brasileira de Geografia - RBG*, disponível em:<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/243>, onde é possível encontrar inúmeros estudos acerca do conceito de região e de recortes regionais sugeridos para o território brasileiro. Para a discussão acadêmica do conceito, consultar, entre outros, Corrêa (1986), Haesbaert (1997, p. 51-56), Bezzi (2004) e Souza (2013).

começando pelo ponto mesmo onde houve o desembarque das primeiras naus portuguesas.

A chegada em Porto Seguro (Bahia), em abril de 1500, deve ser entendida no contexto das expectativas portuguesas acerca da existência de terras não apropriadas por europeus naquelas latitudes. Como se verá mais à frente neste volume, estudos históricos, principalmente os que abordam a história da navegação, apontam a possibilidade de que a chegada a Porto Seguro não tenha sido um desvio de rota acidental[2]. Não teria havido um incidente, mas antes uma abordagem intencional. E ela teria acontecido naquele ponto da Costa porque os navegadores portugueses haviam acumulado relativa experiência navegando o Atlântico Sul em demanda à passagem entre o Atlântico e o Índico, finalmente estabelecida em 1488, com o descobrimento do Cabo da Boa Esperança. O conhecimento prévio daquela rota de navegação permitiu o desvio do percurso para que a frota de Cabral pudesse se certificar, a pedido do rei, da existência de terras a leste do Tratado de Tordesilhas que caberiam à Coroa portuguesa (GUEDES, 1975). Assim, o desembarque registrado como o que deu origem à ocupação sistemática do território por um reino europeu, teria ocorrido por razões históricas específicas que fizeram daquele ponto a opção mais adequada.

Muitas embarcações de diferentes reinos europeus aportaram em praias hoje brasileiras ao longo dos Séculos XVI e XVII, antes que se consolidasse o domínio português na porção leste do Tratado de Tordesilhas. Os maiores confrontos entre invasores, até que se estabelecesse a soberania lusa, foram travados com espanhóis, franceses e holandeses. Os vestígios dessas ocupações pregressas podem ser identificados pela toponímia, como a Ilha de Villegagnon, na Baía de Guanabara (Rio de Janeiro) ou a Cidade de São Luís (Maranhão), ambas heranças das tentativas francesas de estabelecer domínios na América do Sul. Outro indício dessas tentativas é a presença de ruínas ou construções que derivaram de projetos dos invasores que os portugueses posteriormente incorporaram desse lado do Atlântico, como várias construções no Recife (Pernambuco), além do próprio traçado do centro dessa Cidade, legados da presença holandesa no Nordeste brasileiro. Assim, é de se notar que a Coroa portuguesa, a despeito de seu pouco interesse imediato pela ocupação das terras que o Tratado de Tordesilhas lhe destinara (SIMONSEN, 1978, p. 52), foi obrigada a envidar esforços e promover alguma ocupação, sob pena de ver seus domínios usurpados.

Em linhas gerais, pode-se dizer que houve três razões primordiais para a ocupação de pontos da Costa, do que hoje é o território brasileiro, pela Coroa portuguesa, nos primórdios do Período Colonial. A primeira delas refere-se à avidez da Coroa portuguesa em auferir ganhos mercantis com a nova Colônia, necessidade que está relacionada tanto às possíveis perdas em suas trocas comerciais nas Índias[3], tendo em vista a grande disputa entre reinos europeus por aqueles mercados, quanto aos rumores sobre a existência de outro e prata nos territórios invadidos pela Coroa espanhola na América (SIMONSEN, 1978, p. 56-58).

[2] O debate acerca das motivações para que a frota de Pedro Álvares Cabral aportasse no sul da Bahia em abril de 1500 foi desenvolvido, entre outros, pelo historiador naval brasileiro, Contra-Almirante Max Justus Guedes. Seu artigo *O descobrimento do Brasil*, publicado na obra *História naval brasileira* (1975), discute as hipóteses para o aportamento. Para entender a dinâmica dos ventos no Atlântico e o domínio dos portugueses quanto à navegação em suas águas já no Século XVI, veja-se do mesmo autor e no mesmo volume *O condicionalismo físico do Atlântico e a navegação à vela.*

[3] O Estado da Índia era "uma constelação de feitorias [portuguesas] díspares ligando Moçambique a Macau" (ALENCASTRO, 2000, p. 21).

De modo diverso ao que se passava com o pau-brasil, que era retirado da Colônia por vários reinos europeus sem gerar maiores esforços da Coroa portuguesa para evitar essas ações, a possível existência de metais e pedras preciosas, reforçada pelas notícias acerca de sua ocorrência em outras partes do mesmo continente, instava o reino a efetivar a fixação, defender seus domínios e explorar os sertões. A criação da Vila de São Vicente, em 1532, atendeu a essas demandas.

A segunda razão foi a necessidade de defesa contra as tentativas de invasão por parte de outros reinos europeus, que contestavam a partilha do mundo entre as Coroas ibéricas, estipulada pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, e ratificado pelo Papa Júlio II em 1506. Para viabilizar a defesa a Coroa dividiu a Costa em Capitanias Hereditárias e criou nela Vilas e Cidades, instalando sua presença burocrática na Colônia para a arrecadação dos tributos, a normatização da vida dos súditos, a submissão das populações originais e a interiorização da ocupação. Vale destacar aqui o fato de o recorte territorial das Capitanias ocupar uma extensão contínua da Costa, desde o Ceará até São Vicente, "de extensão limitada, no sentido da latitude, variando entre trinta e cem léguas, mas de extensão indefinida para o interior" (BOXER, 2002, p. 100). Segundo Simonsen (1978, p. 85), esse limite seria, em última instância, a linha do Tratado de Tordesilhas que, naquele momento, Século XVI, não interessava a Portugal fazer avançar para o oeste, uma vez que o maior interesse do reino era seu comércio no Oriente, particularmente nas Ilhas Molucas[4].

[4] De acordo com Simonsen (1978, p. 80), empurrar a linha do Tratado de Tordesilhas para o oeste colocava em risco a soberania portuguesa sobre as Molucas, nossas antípodas e área de grande importância para o comércio português naquele período.

É de se notar a preocupação da Coroa portuguesa com a defesa da posse, pela contiguidade da ocupação da Costa, e a indiferença quanto à extensão das donatarias para o interior. A Costa foi o lócus da primeira afirmação de domínio.

A terceira razão está associada às duas anteriores e refere-se aos interesses da Coroa portuguesa em controlar os acessos às duas principais bacias hidrográficas da América do Sul – a do Prata e a do Amazonas. Assim, ao longo dos Séculos XVI e XVII e na primeira metade do Século XVIII foram criadas Vilas e Cidades que deveriam garantir a defesa do território, promover a interiorização da ocupação com a incorporação de terras e súditos, e servir como ponto de apoio para o acesso e controle de acesso às Bacias do Rio da Prata e do Rio Amazonas. Algumas delas desempenharam apenas uma dessas funções, outras desempenharam todas elas. Mas há exceções, ou seja, há pontos da Costa que foram ocupados por razões estritamente locais. É o caso de Ilhéus e Porto Seguro, na Bahia, e Campos de Goytacazes, no Norte Fluminense.

Toda a extensão da Costa brasileira também é o ponto de partida para os processos de escravização, aculturação e extermínio promovidos pela Coroa portuguesa contra os habitantes originais das terras que mais tarde tornaram-se o território brasileiro. A fixação de povos europeus desse lado do Atlântico Sul realizou-se através de sucessivas agressões que ora deslocaram para "dentro", ora fixaram em aldeias controladas por jesuítas ou, em muitos casos, simplesmente exterminaram os habitantes originais que não cediam suas terras e suas vidas aos invasores. As tentativas iniciais de colonização buscaram submeter os autóctones ao trabalho escravo, com os ocupantes

luso-brasileiros do planalto paulista figurando como os principais ativistas desta proposta, que fez deles grandes predadores de populações nativas em nossa História. A escravização dessas populações, no entanto, por uma série de motivos, não logrou atender às demandas dos projetos mercantis colonizadores da Coroa portuguesa[5].

Mas a fixação também se valeu de acordos entre as partes, quando os europeus tiravam partido de disputas entre os diferentes grupos aqui estabelecidos para derrotar etnias resistentes e efetivar a ocupação invasiva. Como se verá mais adiante, a criação da Cidade de Salvador, na Bahia, é um clássico desse processo, que também aconteceu no Rio de Janeiro e em São Luís, no Maranhão. No caso de Pernambuco, tanto a fixação quanto a expulsão dos holandeses são exemplos dessa prática.

A Costa também é destaque em outro processo histórico de triste registro na formação do território e da sociedade brasileira – a chegada de povos africanos que aqui foram escravizados. Os portos de Salvador, do Rio de Janeiro, do Recife e de São Luís foram os principais, mas não os únicos, pontos de desembarque dessas populações na América do Sul. Por consequência, essas regiões guardam heranças desses processos em sua composição social – com predominância de populações afrodescendentes, notadamente em Salvador e em São Luís –, na toponímia, nos hábitos de seus habitantes, em suas festividades, em sua religiosidade e em inúmeros outros aspectos de sua existência. Para além desse aspecto local, a escravidão é formadora, sociologicamente falando, da sociedade brasileira. Seu impacto vai muito além de aspectos culturais ou linguísticos. Como observa Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas* (2000), e referindo-se ao trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco – *Homens livres na ordem escravocrata* (1997), "a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o 'homem livre', na verdade dependente" (FRANCO, 1997 *apud* SCHWARZ, 2000, p. 15-16). Schwarz (2000) argumenta que os dois primeiros – latifundiários e escravizados – têm uma relação direta. Já o "homem livre" terá sua participação vinculada e dependente dos *favores* dos latifundiários, como exposto a seguir:

> Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm (SCHWARZ, 2000, p. 16).

A presença do instituto do favor em obras da Literatura brasileira é o objeto de análise do trabalho de Schwarz (2000), particularmente a obra de Machado de Assis. Se, por um lado, a escravidão se estabelece pela violência explícita exercida pelos grandes proprietários sobre as populações escravizadas, o favor constitui a dimensão dissimulada dessa violência, cooptando grande parcela da sociedade para causas que favorecem e perpetuam relações de opressão e expropriação. As análises de Schwarz (2000) abordam justamente a presença e o impacto dessas relações na obra de Machado de Assis.

[5] O historiador e cientista político Luís Felipe de Alencastro em seu livro *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII* (2000, p. 126), ao analisar as razões para a atrofia do mercado de escravizados indígenas na América portuguesa aponta o fato de os *traficantes de índios* não participarem do circuito mercantil do Atlântico Sul. De acordo com o autor, os traficantes de índios não teriam onde comercializar as mercadorias recebidas em pagamento no comércio das populações escravizadas, o que estanca o processo de circulação. No mesmo capítulo é de se destacar, também, tanto a dizimação de populações originais provocadas pelas doenças trazidas pelos invasores, quanto a maior resistência de povos africanos a esses mesmos patógenos, o que os tornava mais visados para o trabalho escravo (ALENCASTRO, 2000, p. 127-133).

Para além dessa dimensão fundadora de nossa sociedade há ainda questões que afetam as populações escravizadas pelos colonizadores em suas relações espaciais. O estudo de Muniz Sodré – *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira* (2002) aborda a resistência de populações africanas e afrodescendentes escravizadas em território brasileiro, que buscaram reconstruir aqui seus espaços de culto e socialização espiritual. Como explica o autor:

> As comunidades litúrgicas conhecidas no Brasil como *terreiros* de culto constituem exemplo notável de suporte territorial para a continuidade da cultura do antigo escravo em face dos estratagemas simbólicos do senhor, daquele que pretende controlar o espaço da cidade. Tanto para os indígenas como para os negros vinculados às antigas cosmogonias africanas, a questão do espaço é crucial na sociedade brasileira (ao lado dela, em grau de importância, só se coloca a questão da força, do poder de transformação e realização, que perpetua a dinâmica da vida) (SODRÉ, 2002, p. 19).

As circunstâncias que propiciaram uma ocupação continuada em determinados pontos da Costa não permaneceram as mesmas ao longo da formação do Estado brasileiro. As razões apresentadas anteriormente – defesa da posse, busca por metais preciosos e outros produtos e controle de rotas de navegação no Atlântico Sul –, imprimiram uma dinâmica marcada pela criação de Vilas e adensamento de populações europeias, autóctones e africanas em pontos definidos. Foi a partir dessas Vilas e Cidades litorâneas que a Coroa portuguesa estabeleceu seus domínios pela presença de funcionários reais, inclusive clérigos, que defendiam os interesses do rei, providenciavam a expropriação das terras dos habitantes originais e controlavam a navegação no Atlântico Sul.

A concentração de população, a maior disponibilidade de recursos – seja pela condição de portos e a consequente participação em circuitos mercantis, seja pela adequação a atividades econômicas de porte –, a articulação de espaços continentais e a capacidade de polarizá-los transformaram, ao longo do tempo, Vilas e Cidades costeiras em centros de regiões de variadas extensões. E essa condição lhes permitiu continuar exercendo papel relevante em diferentes contextos históricos de nossa formação territorial. Algumas Cidades desempenharam este papel desde seu surgimento, como Salvador (Bahia), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Recife/Olinda (Pernambuco) e Santos/São Vicente (São Paulo). Outras tiveram projeção marcante, mas perderam-na, apesar de continuarem a exercer certa relevância regional, como é o caso de Belém (Pará) e São Luís (Maranhão). Algumas Cidades nunca chegaram a projetar-se de forma marcante, mas efetivamente foram polos produtores ou áreas de comando e organizaram parte de seu entorno – Rio Grande (Rio Grande do Sul), Ilha de Santa Catarina (atual Município de Florianópolis, excetuada sua porção continental), Campos, no Norte Fluminense e Porto Seguro (Sul da Bahia). Este volume compreende todas essas regiões. Precisamos agora abordar aquelas que não estão aqui contempladas.

É preciso ter claro que a longa extensão da Costa brasileira está marcada por acentuada continuidade de ocupação. Essa continuidade pode ser aquilatada pela conexão estabelecida, durante o período em que tivemos navegação de cabotagem com transporte de passageiros (1920-1950), pela grande variedade de portos para embarque e desembarque de passageiros. O percurso total ia de Belém (Pará) ao Rio Grande (Rio Grande do Sul), passando não apenas por todas as Capitais litorâneas, mas também por Itajaí e Imbituba (Santa Catarina), Antonina e Paranaguá (Paraná), Ilhéus (Bahia), Cabedelo (Paraíba) e Penedo (Alagoas), entre outros.

Os navios que faziam essas rotas tinham nomes iniciados em Ita que, segundo Rachel de Queiroz (2002), se deve ao fato de que o proprietário da Companhia Nacional de Navegação Costeira, Henrique Laje, assim os nomeou por associação de significados, já que Ita em Tupi-Guarani significa pedra, assim como o nome de sua família – Laje. Pela grande variedade de portos conectados é possível imaginar o quão extenso seria dedicarmo-nos a uma cobertura exaustiva da ocupação da Costa brasileira. Na impossibilidade de fazê-lo, optamos pelos critérios que anteriormente mencionamos.

Por outro lado, cabe destacar as condições da ocupação de três pontos da Costa brasileira que não foram abordados nesse volume. Trata-se do litoral do Espírito Santo, de Fortaleza (Ceará) e do litoral do Paraná.

Ainda que tenha havido o estabelecimento de povoado já no Século XVI, caso de Vila Velha, a primeira do Estado do Espírito Santo, por inúmeras razões não houve uma ocupação sistemática do território a partir do litoral. A mais importante delas foi a interdição, por parte da Coroa portuguesa, da abertura de caminhos que conectassem a Capitania do Espírito Santo a Minas e à Bahia6. O objetivo era evitar os descaminhos do ouro, o que, aliado à presença de densa área de mata e populações originais que combatiam a invasão de seus territórios por europeus com violência, culminou em relativo isolamento das áreas de planalto do Estado, impactando, também, a dinâmica econômica do litoral. Oliveira (2008, p. 193) cita conhecida frase do Conselho Ultramarino quanto à questão da abertura de caminhos na Colônia a partir da mineração em Minas: "Quanto mais caminhos houver, mais descaminhos haverá". Portanto, os poucos pontos de fixação de população colonizadora na Costa capixaba não puderam garantir a interiorização e fixação de ocupação do território.

Quanto ao Ceará, não por acaso, Capistrano de Abreu (1930), ele mesmo cearense, não deixa de observar a dificuldade em promover uma ocupação permanente na Costa, devido à ação dos ventos e das correntes marítimas que em muito dificultavam a fixação a partir do litoral. A Costa norte, que se estende no sentido leste-oeste do litoral do Rio Grande do Norte ao Amapá, no atual Território Nacional, mas que tinha seu limite oeste justamente no local de fundação da Cidade de Belém, nos primórdios do Período Colonial, segundo o Tratado de Tordesilhas, teve e tem sua ocupação ainda muito marcada pela dinâmica dos ventos e correntes marítimas. É possível observar tanto no Ceará quanto no Maranhão uma dinâmica de ocupação que se estabelece em frentes variadas, com as correntes de povoamento vindas do sul, pela expansão dos currais, enquanto o norte desses Estados tinha Vilas criadas pela Coroa, dentro da lógica de controle de acesso à Bacia do Amazonas. A construção de um fortim, onde hoje está situada a Cidade de Fortaleza, visava tão somente o estabelecimento de um ponto de apoio ao projeto de controle da Foz do Amazonas por parte da Coroa portuguesa. Conforme relata Capistrano de Abreu (1930, p. 220-221) no capítulo *Sobre uma história do Ceará*:

> Com a occupação do Amazonas, perdeu o Ceará o pouco valor que lhe reconheciam. Não era mais base de operação; convinha apenas conservar alguns fortins por causa da navegação perigosa daquelle trecho do litoral; houve até a idéa de evacua-lo; annexo ao estado do Maranhão, logo que este foi criado, não podia comunicar-se com elle durante parte do anno, por causa dos ventos que sopram numa só direcção; pelo mesmo motivo, não podia communicar-se com Pernambuco, noutra temporada.

6 Em *História do estado do Espírito Santo*, José Teixeira de Oliveira (2008, p. 186 e 193) menciona documentos em que a Coroa expressa sua desaprovação à abertura desses caminhos.

Assim, a tentativa de fixação de população colonizadora na Costa cearense não teve continuidade imediata e tampouco permitiu a interiorização da ocupação.

A situação do Estado do Paraná é diferenciada. Em primeiro lugar porque estava submetido à administração da Capitania de São Vicente, mais tarde Capitania de São Paulo (1709), até meados do Século XIX. A existência do Porto de Paranaguá não constituiu fator determinante para a interiorização da ocupação desde o início do povoamento pelos portugueses. De fato, o território que hoje corresponde ao Estado do Paraná foi inicialmente ocupado a partir do interior, com a ação predatória de bandeirantes paulistas ao território das Missões de Guayrá, na busca da escravização de populações originais, já nos primórdios do Século XVII, valendo-se do período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), para expandir o domínio português para além do que lhe destinava o Tratado de Tordesilhas. O estabelecimento da Vila de Paranaguá, no litoral, data de 1648, enquanto a Vila de Curitiba, no planalto, é de 1693, ainda que não inicialmente com este nome (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2004, p. 89). Mesmo tendo havido certa interiorização a partir de Paranaguá devido à descoberta de veios auríferos, sua reduzida produção foi insuficiente para a fixação de população colonizadora. Por outro lado, o fluxo de gado entre os campos de Vacaria em Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), e a Vila de Sorocaba (São Paulo), com pouso de tropas em Curitiba, a partir do Século XVIII, fazem dessa Vila o ponto dinâmico no comando e articulação da ocupação do território.

Definidos os critérios e as áreas a serem contempladas nesse volume, cabe uma última observação quanto ao período abrangido pelas regionalizações aqui apresentadas. Como os critérios para eleição das regiões selecionadas compreenderam seus papeis na defesa do território, na interiorização da ocupação, na articulação de circuitos mercantis e nas riquezas que geraram em contextos de economia inserida em produção para exportação, o recorte temporal assumido estende-se dos Séculos XVI ao XX. Deve-se observar, no entanto, que os mapas foram produzidos a partir de bases cartográficas atuais, para facilitar a identificação das localidades. Conforme a proposta inicial deste projeto, não há limites rígidos para extensão das regiões identificadas. Para tanto, usamos iluminação diferenciada nos mapas, indicando a abrangência aproximada das regiões. No entanto, para melhor entendimento do processo de formação regional, os mapas incluem outras áreas, tanto porque elas podem também compor a trama dos romances utilizados, quanto porque a própria região variou em sua abrangência, ou pelas duas razões combinadas. É preciso considerar que a grande maioria dos romances data do Século XX e que muitas dessas regiões, ainda que constituídas desde o processo de colonização, tiveram e têm grande expressão na vida política, econômica e cultural do País ainda hoje. Portanto, seria tarefa por demais extensa buscar representá-las em todas as variações que apresentaram ao longo de quase cinco séculos de ocupação. Daí a opção por poucos mapas que condensaram as informações, sem perder de vista os elementos territoriais mais importantes de sua caracterização.

Cabe por último atualizar a discussão metodológica acerca de região e literatura.

A Costa na Literatura brasileira

No primeiro volume da coleção *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, intitulado Brasil Meridional, apresentamos uma proposta metodológica para a identificação de regiões nas tramas dos romances. Baseamo-nos, para tanto, na obra de Osman Lins - *Lima Barreto e o espaço romanesco* –, de 1976, onde o autor discute se o espaço é elemento relevante na constituição das tramas de romances. Sua proposta utiliza a ideia de *ambientação* para construir uma hierarquia acerca da importância do espaço, indo da *ambientação franca*, em que o narrador simplesmente introduz uma descrição física do ambiente e, neste caso, em nada contribui para a compreensão da trama, passando pela *ambientação reflexa*, onde uma personagem cumpre esse papel, evitando o hiato na narrativa, mas, ainda assim, mantendo o espaço como elemento externo e, nesse caso, desnecessário. Por fim, a *ambientação dissimulada* é a que funde, nas palavras do autor, espaço e ação, não havendo um corte, uma interrupção que enuncie uma descrição física. O corpo da trama como um todo permite a percepção de um espaço social inerente à obra. Uma observação do autor quanto a esta proposta metodológica é a advertência de que os três tipos de ambientação podem estar presentes em um mesmo romance.

Mantivemos essa metodologia ao longo da coleção, inclusive no presente volume. Mas buscamos acompanhar a atualização da discussão acerca do papel do espaço na Literatura e incorporar novas abordagens que ampliem o debate. Encontramos o excelente trabalho do Professor Luis Alberto Brandão – *Teorias do espaço literário* (2013). Em um primeiro momento, o estudo se dedica a explorar os aspectos teóricos da questão – "O que é espaço?" (BRANDÃO, 2013, p. 9), tanto para a moderna teoria da Literatura (pós-Século XX), quanto para outras áreas de conhecimento em que o conceito é relevante. Em seguida, o autor analisa obras literárias buscando nelas identificar como é tratado e o papel desempenhado pelo espaço. A terceira vertente do trabalho "apresenta exercícios de produção literária, denominados 'excursos ficcionais', nos quais o espaço – em distintas acepções – é tomado como dínamo textual" (BRANDÃO, 2013, p. 9). Especificamente para a nossa discussão, as duas primeiras abordagens são as de maior interesse, uma vez que exploram a questão espacial para a literatura como um todo, e não apenas para um campo de atuação ou um autor em particular.

Em uma comparação entre os trabalhos de Osman Lins (1976) e Luis Alberto Brandão (2013), podemos dizer que o primeiro propõe uma classificação para a forma como o espaço é tratado nos romances de um autor – Lima Barreto. Note-se que Lins (1976) se refere a espaço social, um conceito bastante similar àquele adotado pela Geografia, porque considera aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, para além da própria configuração territorial e da paisagem. Além disso, a análise aborda uma forma literária em particular – o romance. Assim, ele delimita tanto o conceito de espaço quanto a forma literária em que irá abordá-lo.

Brandão (2013), por sua vez, aborda a questão em toda sua abrangência, começando pelo fato de que a própria teoria da Literatura se divide quanto àquilo que deve ser tomado em conta em suas análises. Nesse aspecto, há linhas de pensamento que rejeitam qualquer explicação do texto literário que se situe fora da linguagem, enquanto outras correntes de pensamento analisam o texto literário

em seu vínculo com fatores socioculturais. Não cabe aqui reproduzir toda a complexidade das análises desenvolvidas por Brandão em seu trabalho. Interessa-nos destacar, em primeiro lugar, o alinhamento do autor à proposta de Wolfgang Iser, que analisa as especificidades do texto literário superando a dicotomia mimesis/imanentismo, ou seja, entre um discurso que espelha uma dada sociedade e aquele que se define por si enquanto expressão artística. A superação é viabilizada pela introdução de um terceiro elemento, na relação realidade/ficção – o imaginário, e esta incorporação, por sua vez, resulta da compreensão de que a teoria literária deve considerar, também, o receptor, ou seja, o impacto da obra. Brandão (2013) destaca que a proposta de Iser, ao propor a análise do texto literário segundo uma tríade – realidade, ficção e imaginário – realça "o cunho relacional dos termos, o qual torna impossível que se estabeleçam fundamentos" (BRANDÃO, 2013, p. 33). Apesar de longo, o trecho a seguir reproduzido é bastante elucidativo da proposta de Brandão quanto ao entendimento da especificidade do texto literário:

> Desse modo, deixa de possuir relevância a discussão sobre a ênfase na forma ou no conteúdo, significante ou significado, materialidade ou mimese, já que a literatura é entendida como *operação* que converte a plasticidade humana em texto. Tal plasticidade abarca a experiência do homem com o que percebe como real, o processo imaginário de conceber as limitações e as potencialidades de tal experiência e a transformação desse processo em obras, ou seja, a concretização do imaginário por meio da ficção (BRANDÃO, 2013, p. 34).

A partir dessa compreensão do que seja o texto literário Brandão (2013) constrói sua proposta de análise da questão do espaço. E ao enumerar algumas das possibilidades de se pensar a questão do espaço no texto literário a partir dela, o autor destaca, "em primeiro lugar, que historicamente há distintas conformações de uma *realidade espacial*, como modo de percepção empírica, associada a métodos de observação e representação do espaço e a modelos de organização geopolítica e econômica" (BRANDÃO, 2013, p. 35). Esse enunciado corresponde, em linhas gerais, ao conceito de região geográfica que vem orientando a produção da coleção *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, ou seja, um segmento territorial que a empiria identifica e nomeia a partir de métodos de observação e representação. Brandão (2013, p. 35) também destaca

> a existência de um *discurso espacial*, conjunto de produtos, com graus variados de formalização – incluindo-se aí, sem dúvida, a própria literatura, mas também os discursos científicos e filosóficos –, no qual se concretiza, além de um sistema conceitual e operacional um quadro de referências simbólicas, um conjunto de valores de natureza cultural a que genericamente se denomina *imaginário espacial*.

Aqui também concordamos com o autor no que diz respeito à constatação da existência de discursos espaciais que conformam imaginários espaciais.

Tendo em vista essas premissas, cabem agora algumas observações quanto às obras de ficção relativas à Costa brasileira. Em primeiro lugar é de se destacar que, sendo a porção do território onde primeiro se estabeleceu a fixação dos conquistadores, que ela se deu prioritariamente pela criação de Cidades e, ainda, que a maioria dessas Cidades não apenas tem sua existência mantida ao longo do tempo, mas também adensada, em população e território, não tenhamos uma literatura pujante sobre o mar. Na verdade, expressiva parcela das Metrópoles brasileiras encontra-se na Costa, o que significa que grande parte de nossas universidades, centros de pesquisas, instituições culturais e acervos documentais e históricos estão aí, junto ao mar. E, ainda, que a ocupação do território, em parte significativa dessas Metrópoles, estabeleceu-se na relação com o comércio e o transporte marítimo. Ainda assim, nossa Litera-

tura pouco espelha essa relação e, quando o faz, limita-se a atividades que não ultrapassam a plataforma continental. Ou seja, estamos voltados para o Atlântico Sul, temos a mais extensa linha de Costa como país banhado por este oceano, mas ele não está presente em nossa realidade, em nossa ficção nem em nosso imaginário e, portanto, em nossa Literatura.

Seria interessante uma reflexão sobre o tema e suas razões. Talvez, uma delas, talvez a principal delas, seja nosso passado colonial e escravocrata. Porque durante os quase 300 anos de ocupação colonial efetiva, se levarmos em conta a data de criação da primeira Vila – a Vila de São Vicente, criada em 1532 –, nossa relação com o Oceano Atlântico limitou-se a tê-lo como rota, como caminho para a saída de produtos da Colônia com destino a Portugal, e, por mais de 300 anos, levando-se em conta a chegada das primeiras populações negras escravizadas à Capitania de Pernambuco, entre 1539 e 1542, como rota de comércio de pessoas escravizadas, entre o Brasil e a África. É de se notar que, após a proibição do tráfico de escravizados, encerraram-se, por muito tempo, nossas trocas com aquele continente.

A constatação de nossa parca produção ficcional sobre o mar conduz a outras reflexões, não menos importantes. Apesar de nossa antiga e duradoura fixação junto à Costa, não é menos antiga, nem menos longeva, nossa interiorização. E, sendo antiga e duradoura ela se torna reveladora de algumas características dos colonizadores, e, também, do processo de colonização. Como constatado por Moraes (2000, p. 24), os portugueses conceberam a colonização como incorporação de terras buscando, incessantemente, expandir seus domínios continente adentro. Por outro lado, segundo Boxer (2002, p. 18-19 e p. 27-28), a população portuguesa, ao tempo das grandes navegações, era predominantemente camponesa, e pouco afeita a atividades ligadas ao mar, ao contrário do que se possa pensar em decorrência das aventuras e descobertas marítimas de Portugal. Assim, o processo de colonização foi, desde os primeiros movimentos de fixação junto à Costa, também de interiorização. Jorge Caldeira, em *A nação mercantilista* (1999), contesta a exaustivamente citada fala do Frei Vicente do Salvador, que no Século XVII acusava os portugueses viverem "arranhando ao longo do mar como caranguejos", mostrando que, já àquela altura – 1627, os portugueses haviam adentrado o território tanto em direção à Bacia do Prata, quanto em direção ao Araguaia-Tocantins e ao São Francisco. No final do Século XVII, havia missões jesuíticas em São Paulo de Olivença, a 4 800 km de distância, em linha reta, do litoral Nordeste do Brasil (CALDEIRA, 1999, p. 173).

Além da interiorização dos próprios colonizadores, havia a interiorização forçada, das populações originais em fuga, tanto da violência da expropriação quanto da catequização e escravização. Assim, não parece haver apenas a tão propalada fixação litorânea. Ela se fez acompanhar, desde sempre, pela penetração no território.

Dito isto, é preciso reconhecer, por outro lado, que, exceção feita à maior Cidade do País, São Paulo, que se encontra em área de planalto, expressiva parcela das Metrópoles brasileiras estão no litoral. Mais que isso, nossas primeiras Capitais são litorâneas e, muito recentemente, em termos históricos, nossa Capital foi deslocada para o interior. É claro que o que se discute aqui não é tão somente a localização, mas o que ela representa. Salvador, na Bahia e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, foram Capitais no Brasil Colônia, quando nossa existência estava voltada em absoluto para demandas externas.

O volume Costa Brasileira buscou dar visibilidade à diversidade de áreas, processos socioespaciais e produções romanescas que marcaram e marcam a construção do Estado Brasileiro nesta porção do território.

Agradecimentos especiais

A produção deste volume beneficiou-se de muitas e valiosas colaborações. O IBGE sente-se honrado em poder contar com essas parcerias e a registra como reconhecimento e sinceros agradecimentos.

Ao Professor de História, *Marcelo Henrique Dias*, da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, em Ilhéus (BA), pela recepção e exposição da história colonial do Sul da Bahia, oportunidade em que também nos fez gentil doação de material bibliográfico.

Aos servidores da *Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC*, em Ilhéus (BA), responsáveis pelas visitas guiadas à Instituição.

Aos servidores do *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio* na *Reserva Biológica de Una*, em Una (BA), pela recepção e permissão da visita na Unidade de Conservação.

À Professora *Ieda Maria Galvão dos Santos*, pelas explicações durante a visita à Casa Martim Afonso, em São Vicente (SP).

À museóloga *Nora Walter*, pela entrevista no Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente - IHGSV.

Ao pesquisador *Alessandro Alberto Atanes Pereira*, autor do livro *Esquinas do mundo*, sobre literatura produzida a partir do Porto de Santos, pela entrevista e orientação.

Ao jornalista *Sergio Willians*, pela entrevista e toda orientação na Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Aos guias *Rodrigo Cabral* e *José Urbano de Araujo*, pela entrevista durante a visitação à Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá (SP).

Ao *Sr. Mariano Fernando*, coordenador da comunidade da Reserva Indígena do Rio Silveira, em Bertioga (SP), pela entrevista e guia durante a visitação.

Ao *Sr. Edivaldo Nascimento*, pela entrevista durante a visitação ao Museu de Arte Sacra de São Sebastião (SP).

À Professora *Rosângela Ressurreição* e a *Eric Antonio Barsotti*, pela entrevista e coleta de informações na então Secretaria de Cultura de São Sebastião (SP).

Ao *Sr. Pedro Fernando do Rego* pela gentileza em nos receber e guiar nossa visita à Fazenda Santana, em São Sebastião (SP).

À paleógrafa *Tatiana Chiatti*, pela entrevista na Secretaria de Cultura de Ilhabela (SP).

Ao agente cultural *Luiz Augusto dos Santos*, pela entrevista, por nos guiar durante a visita à Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba - FundArt e por nos ceder a fotografia da Igreja Matriz de Ubatuba (SP).

À bibliotecária *Keila Redondo* pela orientação e ajuda durante nossa visita à Biblioteca Pública Municipal Ateneu Ubatubense, em Ubatuba (SP).

Ao Professor *Elcio Rogerio Secomandi*, por ter entrado em contato e indicado farto material bibliográfico disponível *on-line* sobre a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, no Guarujá (SP).

Ao Professor *Lourival Holanda*, da Academia Pernambucana de Letras - APL, que apontou importantes referências da literatura pernambucana.

À escritora *Luzilá Gomes Ferreira* que gentilmente nos concedeu entrevista comentando sobre suas obras e sobre a literatura pernambucana.

À *Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ*, em especial *Joana Cavalcanti* e *Edna Silva*, que recebeu a equipe no Engenho Massangana.

Ao *Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM* nas figuras do Presidente *Euges Lima* e do escritor e Professor *Flaviano Menezes da Costa*, por nos receberam na sede do Instituto, nos concedendo entrevista e somando valiosas informações sobre o Maranhão.

À *Academia Maranhense de Letras - AML* representada pelo presidente da Casa, *Benedito Buzar*, e pelos imortais *Sebastião Moreira Duarte* e *Ana Luiza Almeida Ferro* por dividir importantes referências da literatura maranhense e por nos receberem na sede da Academia.

Aos *moradores da Reserva Extrativista do Quilombo de Frechal*, Mirinzal (MA), que nos forneceram valiosas informações sobre seu cotidiano e processo de formação.

Ao *Museu Casa Histórica de Alcântara*, representado por *Yuri Lograd*o que gentilmente nos apresentou o sobrado sede do Museu e nos concedeu entrevista elucidando fatos da história de Alcântara (MA).

À equipe do *Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP*, dentre eles *Anaiza Vergolino e Silva* (historiadora e antropóloga, presidente do IHGP), *Sérgio Alencar de Mello* (diretor do IHGP), o historiador *Aldrin de Moura Figueiredo*, a socióloga *Auriléa Gomes Abelém* e o geógrafo *Pedro Rocha Silva*, que nos receberam em reunião no Museu do Estado do Pará e ofereceram importantes reflexões sobre a literatura paraense e o panorama histórico da formação do Pará.

Ao Professor *José Jesus de Paes Loureiro*, que nos concedeu entrevista em sua residência, uma verdadeira aula sobre cultura amazônica.

Ao historiador *Agenor Sarraf Pacheco*, que indicou importantes nomes e obras da literatura amazônica, bem como estudos de cultura popular.

À historiadora *Roseane Pinto*, que nos recebeu junto a sua equipe na Universidade Federal do Pará - UFPA, em Bragança (PA), revelando a importância da região bragantina na dinâmica inicial da ocupação europeia no Pará.

Na mesma Cidade, tivemos a oportunidade de entrevistar o historiador *Dário Benedito Rodrigues* e acompanhar em sua residência parte das celebrações do dia de São Benedito, tradicional manifestação da cultura bragantina.

A *José Ildone Favacho Soeiro*, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP, da Academia Paraense de Letras - APL e escritor residente em Vigia (PA), que nos concedeu entrevista em sua biblioteca aberta ao público da Cidade e destacou o papel estratégico de Vigia para a entrada na Bacia Amazônica.

À equipe do *Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho*, dentre eles a historiadora *Larissa Manhães Ferreira*, que nos recebeu em reunião no prédio histórico do Arquivo e ofereceram importantes reflexões sobre o passado da região de Campos dos Goytacazes, bem como importantes obras de referência.

Ao *Espaço Cultural José Carlos de Barcellos*, do Município de Quissamã (RJ), sobretudo na pessoa de sua organizadora *Dona Leninha*, que nos recebeu em sua sede para uma longa conversa sobre a história regional, incluindo a exibição do acervo de seu Museu com relíquias das antigos usinas produtoras de açúcar.

Ao Doutor *Cézar Augusto Ávila Martins* (*in memoriam*) do Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI/

Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

À Doutora *Suzana Maria Veleda da Silva* do Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI/Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Aos professores e historiadores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Doutora *Eunice Sueli Nodari* e Doutor *João Klug*, por nos receberem para uma conversa sobre a história do povoamento da Ilha e nos indicarem fontes que foram fundamentais na construção deste Atlas.

À professora e arqueóloga, Doutora *Deisi Scunderlick Eloy de Farias*, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, *campus* Tubarão, por ter se disponibilizado para nos guiar pelos locais e sítios históricos do litoral sul catarinense e, dessa forma, contribuiu enormemente no nosso entendimento do processo de ocupação e consolidação portuguesa no local.

Ao *Museu Etnográfico Casa dos Açores* e toda *sua equipe*, que nos guiou por suas exposições e permitiu que fotografássemos o seu acervo.

À *Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes* e toda a *sua equipe* que nos recebeu e fez importantes sugestões sobre os pontos históricos da Ilha a serem visitados.

Ao arquiteto *Roberto Tonera*, agradecimento especial pelas informações e pelo material disponibilizado sobre o sistema defensivo da Ilha no Séc. XVIII, que gentilmente nos guiou durante a visita à Fortaleza de Santo Antônio de Ratones.

À historiadora *Andréa de Oliveira*, do Museu Histórico Prefeito José Schmidt, em São Francisco do Sul (SC), e ao *Sr. Daia Carvalho*, na Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, que nos receberam à época de nossa visita e nos forneceram material referencial histórico e cultural da Ilha.

Ao Professor *Pedro de Almeida Vasconcelos*, que nos recebeu na Pontifícia Universidade Católica - PUC/Salvador e ofereceu relevantes reflexões sobre a Geografia histórica dessa Cidade e muito contribuiu para o maior proveito da pesquisa de campo.

Ao Professor *Ricardo Carvalho*, que nos recebeu em Salvador e indicou sítios urbanos, escritores e obras fundamentais para conhecer e entender a Cidade.

Ao biólogo *Luciano Rodrigues Soares*, que gentilmente nos cedeu a foto de uma figueira, de sua autoria, para publicação neste volume.

Ao historiador, colecionador e curador de arte *Sr. Marcus Antonio Monteiro Nogueira*, Secretário de Cultura do Município de Nova Iguaçu (RJ), que gentilmente nos cedeu imagens de seu arquivo pessoal do antigo Porto de Iguaçu para publicação neste volume.

Foto 1 - Orla no Litoral Sul da Bahia vista a partir do Mirante de Serra Grande, Uruçuca (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

O Sul da Bahia

O Sul da Bahia na Geografia

Em que pese a Costa brasileira abrigar diversas localidades que são referências históricas na formação do Território Nacional, nenhuma é mais emblemática do que o litoral Sul da Bahia. Foi ali, no que hoje são os Municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Prado, onde, em abril de 1500, se deram os primeiros contatos dos portugueses com o que viria a ser o território e parte do povo brasileiro. Contudo, sobre essa parte, vale a ressalva feita por Ailton Krenak (2019) e Eduardo Viveiros de Castro (2017) quando lembram que foi involuntária a participação dos indígenas nesse processo. Da mesma forma, pode-se acrescentar, como também foi a dos negros africanos escravizados.

De todo modo, a chegada da frota naval portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral nessa porção da Costa brasileira[7] faz dela uma referência basilar tanto da História quanto da Geografia do Brasil, uma vez que é onde se funda a construção do mito originário nacional. Por ter sido nesse ponto do Atlântico Sul que se deram os eventos inaugurais da formação do País, isso faz com que seja o lugar de onde parte o sentido da nacionalidade brasileira. Uma imagem que plasma esse momento é o famoso quadro *A primeira missa no Brasil*, pintado por Victor Meirelles na segunda metade do Século XIX, no qual, além de retratar os personagens que compuseram aquele acontecimento histórico, retrata também a paisagem do que seria o sul baiano, tendo, inclusive, o Monte Pascoal ao fundo. Essa cena servirá, então, como o retrato oficial do suposto encontro pacífico que teria ocorrido – ao menos naquela primeira ocasião – entre os povos nativos e os invasores europeus, sob a égide da religião cristã levada aos gentios (BEZERRA, 2008).

No entanto, apesar dos recursos promissores, não foi de imediato que os portugueses retornaram às novas terras para dar início ao projeto de colonização. Em face da dimensão do território que cabia a Portugal no Tratado de Tordesilhas, dos riscos e custos para levar adiante um empreendimento econômico em terras americanas e, também, do interesse da Coroa portuguesa frente a negócios já existentes nas rotas marítimas das Índias Orientais (FURTADO, 1989), foram necessários alguns anos para se efetivar o processo de exploração desse lado do Atlântico. Será somente pelos anos de 1530, com a criação do sistema de Capitanias Hereditárias, que terá início o projeto de colonização português no Brasil.

Figura 1 - A primeira missa no Brasil (Victor Meirelles)

Fonte: MEIRELLES, V. *A primeira missa no Brasil*. 1860. Pintura, óleo sobre tela, 268 x 356 cm. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meirelles-primeiramissa2.jpg. Acesso em: fev. 2021.

Nota: Pintado em Paris, em 1860, o quadro faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes - MnBA, no Rio de Janeiro.

Se as Capitanias foram um primeiro recorte espacial institucionalizado pela Coroa portuguesa ao buscar estender seu domínio à *Terra Brasilis*, é a partir delas que se pode fazer uma primeira delimitação do que era o Sul da Bahia. Entretanto, é preciso lembrar que antes da chegada dos portugueses, essa região, como praticamente todo o território brasileiro e, mesmo, sul-americano, era ocupado por populações indígenas que tinham aqui suas terras e os recursos que dela extraíam e cultivavam para sua reprodução material e simbólica e, desse modo, de suas culturas. No caso do Sul

[7] Considerando a discussão feita na **Introdução** deste volume sobre a escolha dos portugueses para atracar na costa da Bahia, vale destacar que no livro *Reinvenção do descobrimento*, publicado em 1998, o escritor Lenine de Barros Pinto, põe em questão se, de fato, foi no Sul da Bahia que a esquadra de Cabral aportou em abril de 1500. Em lugar disso, o autor afirma que o primeiro desembarque dos portugueses em terras brasileiras se deu em uma praia de seu Estado, o Rio Grande do Norte (RAMOS, 2010). A despeito das evidências apresentadas e da repercussão na mídia impressa e televisiva, o argumento de Lenine Pinto parece não ter tido reconhecimento suficiente para que fosse incorporado em trabalhos posteriores, como é o caso do livro publicado, em 2015, por Lilia Schwarcz e Heloísa Starling intitulado *Brasil: uma biografia*. Ainda a respeito da temática sobre onde exatamente aportou Cabral, mas em um outro ângulo, talvez valha a advertência feita por Boris Fausto a respeito da controvérsia sobre se os portugueses chegaram por acaso ou intencionalmente à Costa brasileira. Ou seja, se trata de algo que "interessa pouco, pertencendo mais ao campo da curiosidade histórica do que à compreensão dos processos históricos" (FAUSTO, 1996, p. 16).

da Bahia e áreas adjacentes, estudos antropológicos apontam que em 1500 os grupos humanos que ali viviam constituíam uma grande diversidade cultural e linguística em que não se tem claro se haveria elementos comuns a lhes dar unidade. Conforme afirma Sampaio (2000, p. 33):

> As tentativas de descobrir alguma unidade entre eles são profundamente incipientes (Paraíso, 1992). Mais esclarecedora parece ser a hipótese sustentada por linguistas como Urban (1992) de que a região compreendida hoje pelo sul da Bahia, leste e nordeste de Minas Gerais e o Espírito Santo – dominada pelas grandes bacias dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Pardo e de Contas – tenha sido a região original de concentração dos grupos do tronco Macro-Jê. Isso explicaria a sua grande diversidade lingüística, que compreende as famílias Botocudos, Maxakalí, Puri, Kamakã, possivelmente Pataxó – não suficientemente conhecida para uma classificação precisa – e talvez outras, além de línguas isoladas, cujos escassos registros hoje disponíveis também não permitem maiores discernimentos.

Na denominação genérica atribuída a esses povos indígenas, eram os *Tupis* e, mais especificamente, os *Tupiniquins* que ocupavam o Sul da Bahia quando por lá aportaram os portugueses. Ali, em áreas próximas ao litoral, desenvolviam cultivos agrícolas de mandioca e milho e, pelo caráter sedentário dessa atividade, suas aldeias tinham população numerosa e eram dotadas de maior permanência do que a dos grupos que viviam em porções mais ao interior, dentro da floresta. Essas eram áreas ocupadas por grupos *Aimorés* que sob esse nome incluíam outros grupos *Tupis* caracterizados por atividades de cunho nômade em que predominava a caça e a coleta e eram compostos por poucos indivíduos. Por serem detentores de tais práticas, isso lhes dava fácil mobilidade pelo território sendo que, nos primeiros séculos da invasão europeia, esses grupos impuseram consideráveis dificuldades para serem dominados e pacificados, ao contrário do que ocorreu aos seus pares no litoral que até o final do Século XVI já haviam sido praticamente dizimados (SAMPAIO, 2000). Convém acrescentar que além da resistência indígena, a própria existência de uma floresta densa, de difícil acesso e vista como fonte de doenças foi outro fator a obstar a entrada para o interior do território a partir do sul baiano, mesmo tendo em conta que alguns rios da região fossem favoráveis a navegação e, em princípio, possibilitassem a penetração[8].

Figura 2 - Mapa *Terra Brasilis*

Fonte: HOMEM, L.; REINEL, P.; REINEL, J. *Tabula hec regionis magni Brasilis*: frente. Paris: Raimundo de Castro Maya Candido, Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Banco Boavista S.A., [1965]. 1 mapa, des. aquarelado, color., 35,2 x 51cm em f. 46 x 72,1 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.pdf Acesso em: mar. 2021.

Nota: O mapa faz parte do *Atlas Miller*, também conhecido como *Atlas Lopo Homem-Reineis*, de 1519.

Não obstante essa caracterização sucinta das práticas sociais dos grupos indígenas do Sul da Bahia, é plausível supor ter havido ali formas de territorialidade diferenciadas segundo cada um dos grupos ali presentes e estabelecidas de acordo com seus modelos de ocupação e exploração do

[8] Sobre a penetração no território a partir do sul baiano, vale a observação feita por Botelho (1954, p. 167) quando aponta: "Dos rios da zona cacaueira, que mais tarde desempenhariam papel capital no devassamento e ocupação do solo, somente o Jequitinhonha, atraiu, um pouco, os interesses das autoridades coloniais".

território. Essa suposição é válida ainda que tais delimitações fossem mais fluidas e não tão rígidas como aquelas fixadas pelos colonizadores e, por isso, seus limites são difíceis de serem retraçados. Em todo caso, qualquer delimitação existente entre os indígenas antes da chegada dos europeus não foi coincidente com os limites criados pelos portugueses quando do estabelecimento das Capitanias.

Quanto a isso, o Sul da Bahia tal como hoje se conhece, era então abarcado dentro dos limites de duas Capitanias criadas pela Coroa portuguesa: a de São Jorge dos Ilhéus ou, simplesmente, Ilhéus e, ao sul desta, a de Porto Seguro. Isso irá perdurar até 1761 quando a Capitania de Ilhéus e, alguns anos antes, a de Porto Seguro, foram novamente incorporadas pela Coroa portuguesa e integradas à Capitania Geral da Bahia[9] (DIAS, 2007). Conforme se considere a perspectiva dos processos históricos que se deram na região, sobretudo durante o Período Colonial, eventualmente se inclui no sul baiano o território do Estado do Espírito Santo que, grosso modo, correspondia à Capitania de mesmo nome (CARRARA, 2007).

Apesar de controvérsias sobre alguns limites das Capitanias que recentes estudos de cartografia histórica têm buscado aprimorar (CINTRA, 2013), é lícito apresentar algumas referências para se ter uma perspectiva espacial sobre a abrangência das Capitanias no sul baiano. Tomando as Capitanias como grandes faixas de terras dispostas, na sua maior parte, no sentido norte sul da América Portuguesa, do ponto de vista cartográfico seus limites mais a oeste eram o próprio Meridiano de Tordesilhas, linha que servia de fronteira com as terras espanholas. Na medida em que, no momento inicial da colonização, as porções interiores do território próximas a esse meridiano ainda fossem praticamente inacessíveis aos europeus[10], o aspecto mais relevante quanto aos limites das Capitanias refere-se à porção leste, ou seja, a faixa litorânea com o Atlântico. Com isso, tomando em conjunto as Capitanias de São Jorge dos Ilhéus e de Porto Seguro, o limite norte da Capitania de Ilhéus era próximo à Baia de Todos os Santos, onde está situada Salvador – sede do governo-geral da Colônia e da Capitania da Bahia –, ao passo que o limite sul da Capitania de Porto Seguro era próximo da atual divisa dos Estados da Bahia e do Espírito Santo, mais precisamente na Foz do Rio Mucuri (CINTRA, 2013).

Pode-se ter uma noção sobre como os limites das Capitanias eram definidos nos documentos históricos a partir do estudo realizado por Dias (2007) em que trata da Capitania e Comarca de São Jorge dos Ilhéus. O autor informa que na carta de doação que D. João III fez ao escrivão Jorge de Figueiredo, em 1534, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi constituída por 50 léguas de costa e o quanto se pudesse entrar para o interior, desde que em área de conquista daquela Coroa, isto é, até a Linha de Tordesilhas. A divisa norte seria na Foz do Rio Jaguaripe – coincidente com o limite sul da Capitania da Bahia, na Baia de Todos os Santos – e, na parte mais ao sul do litoral, a divisa estaria na Foz do Rio Jequitinhonha, no Município de Belmonte, onde se dava a divisa com a Capitania de Porto Seguro.

[9] Cabe registrar que a fusão dessas três Capitanias irá constituir grande parte do que no presente é o Estado da Bahia.

[10] Para ilustrar, os "fundos" da Capitania de Ilhéus, isto é, sua porção mais extrema no interior onde cruzaria a Linha de Tordesilhas, estaria um pouco mais a oeste de onde, atualmente, é o Distrito Federal.

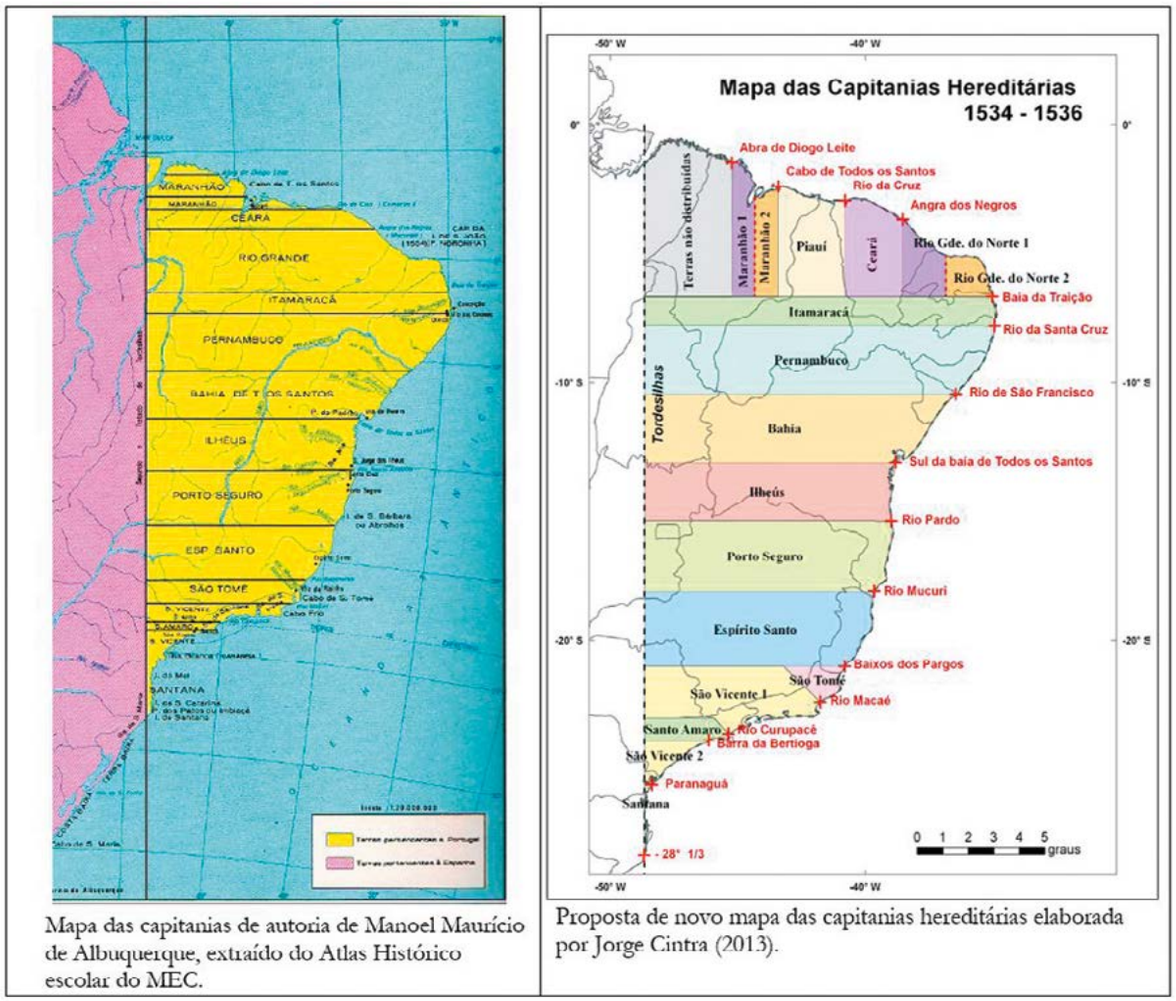


Figura 3 - Duas versões de mapas das Capitanias Hereditárias

Fonte: CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*: história e cultura imaterial, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, jul./dez. 2013. p. 12 e 39. Adaptada. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002. Acesso em: fev. 2021.

É importante salientar que além da questão fundiária envolvida na criação das Capitanias e, por conseguinte, na doação de Sesmarias feitas a partir de então aos colonos e agricultores que buscavam se estabelecer na Colônia, havia outro elemento em jogo no uso e na posse da terra: o domínio sobre os recursos florestais. De acordo com o trabalho de Cabral (2014), ao longo do Período Colonial, a apropriação da floresta e seus recursos pelos agricultores, em especial as chamadas *madeiras de lei*, não raro entravam em conflito com usos previstos pela Coroa, fundamentalmente para o emprego na construção naval de grande porte. Esse tema tinha um ponto particularmente sensível no Sul da Bahia, pois era onde se podia encontrar madeiras de boa qualidade e em grande quantidade e teve, no final do Século XVIII, na figura do influente ouvidor e juiz da Comarca de Ilhéus, Baltazar da Silva Lisboa, um ferrenho defensor das matas. Na medida em que parte significativa da economia colonial passava pelo que Cabral (2014)

chama de "metabolismo da floresta" – ou seja, o fato desta última ter sua biomassa (madeira, galhos e folhas) amplamente utilizada e, portanto, ter importância para diferentes grupos sociais que a usavam para os mais diversos fins[11] –, era inevitável que houvesse disputa pelo seu acesso. Essa situação frequentemente provocou a intervenção reguladora da Coroa portuguesa sobre as florestas brasileiras e, consequentemente, no Sul da Bahia, uma vez que a defesa de seus interesses econômicos no contexto político europeu passava, de forma direta e indireta, ao que hoje poderiam ser chamados de *serviços ecossistêmicos*.

Nesse sentido, é preciso chamar atenção a um importante atributo físico-geográfico referente à posição do Sul da Bahia no território brasileiro, isto é, o fato de toda a região estar situada dentro do Bioma Mata Atlântica. No caso do sul baiano, estudos mostram ser ali a porção em que aquele bioma tem os maiores índices de diversidade e endemismo de plantas (AMORIM *et al*., 2009) e, como indica Warren Dean (1996), onde também havia um dos três grandes grupos de populações de *pau-brasil* na Costa brasileira. Essa rica biodiversidade regional está imbricada com a ocorrência de um clima tropical predominantemente quente e úmido naquela parte do litoral da Bahia, característica de suma importância, como se verá adiante, para o cultivo do cacau. Pode-se acrescentar que, em conformidade a esses componentes biogeográficos, se alia uma configuração do relevo marcada por planícies flúviomarinhas com baixas altitudes quando próximas ao litoral e terrenos sedimentares associados àqueles de estrutura cristalina nas porções mais afastadas da linha de costa, sendo comum encontrar feições no formato de tabuleiros baixos e bastante erodidos (DANTAS; MEDINA; SHINZATO, 2002).

Foto 2 - Estaleiro, Camamu (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

Cabe registrar que essas formações do relevo sul baiano são menos acidentadas e menos elevadas do que as escarpas das Regiões Sul e Sudeste do Brasil onde a floresta atlântica está próxima ao litoral. Embora ocorra essa descontinuidade nas formas e na altitude do relevo ao longo da Costa brasileira, por outro lado, há um continuum do Bioma Mata Atlântica conectando a vegetação das Regiões Sul e Sudeste com aquela existente nas porções litorâneas do Sul da Bahia e, até mesmo, com a de outros Estados da Região Nordeste brasileira abrangidos por aquele bioma.

É, portanto, vinculado ao conjunto de aspectos naturais anteriormente apontados que se deu o desenrolar de diferentes processos econômicos de exploração territorial

[11] Além dos usos mais corriqueiros para os quais a madeira e a lenha da floresta eram utilizadas, p. ex. para construção de casas, móveis ou como fonte de energia para cocção de alimentos, os recursos da floresta eram utilizados em uma miríade de outras finalidades, algumas em grande volume e intensidade. É o caso da confecção de caixas para acondicionamento do açúcar produzido nos engenhos que eram encaminhados, na sua maior parte, para exportação. Também era expressivo o uso da biomassa como cinza para ser disposta no solo após a floresta ser cortada e queimada, quando, então, servia como fertilizante ou para corrigir o balanço mineral do solo, ambas medidas que visavam a melhoria dos cultivos agrícolas (CABRAL, 2014).

da costa sul baiana ao longo de sua história. E esses processos tiveram suas peculiaridades seja no Período Colonial, com a implantação de cultivos agrícolas e exploração de madeiras, seja posteriormente, em particular, na segunda metade do Século XIX e durante o Século XX com a cultura do cacau, quando esse produto se sobressai tornando-se o principal símbolo regional.

Foto 3 - Porção de Mata Atlântica no interior da Reserva Biológica de Una, Una (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

O sul baiano durante o Período Colonial

Por ser uma porção da Costa brasileira onde a invasão europeia se deu desde os primórdios do Século XVI, o Sul da Bahia passou por diferentes formas e estágios de desenvolvimento socioeconômico, conforme se considere os diferentes períodos da História brasileira ou, ainda, durante a vigência de cada um deles. Isso é tanto mais válido na medida em que ali se desenrolaram ciclos ao longo de séculos os quais, para se consolidarem, tiveram avanços e retrocessos tanto no tempo quanto no espaço. Exemplo disso é o que ocorreu nas Capitanias do sul baiano durante o Período Colonial, particularmente entre 1570 e 1629, quando houve o surgimento e abandono de vários engenhos de açúcar, situação que destoava do crescimento constante do número de engenhos em outras Capitanias brasileiras, como era o caso da Bahia e de Pernambuco (CARRARA, 2007).

Ao abordar essa problemática, o historiador Marcelo Dias (2007) afirma que nos Séculos XVII e XVIII as Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro se depararam com várias dificuldades que, de modo geral, também afetaram outras Capitanias, mas, no sul baiano, foram vistas como as razões para o seu atraso econômico. Os obstáculos foram diversos e de várias ordens, mas nem todos tiveram as consequências que lhes são atribuídas para o suposto fracasso econômico daquelas duas Capitanias.

Foto 4 - Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo, construída em 1723, Itacaré (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

Entre os fatores comumente relacionados, se aponta: a falta de um governo que desse bons rumos à Capitania, os ataques de corsários frente a ausência de defesas que pudessem combater as investidas contra a Capitania e, mesmo, a possível inexistência de solos férteis propícios para o plantio de cana-de-açúcar. Além disso, como mencionado anteriormente e frequentemente atribuído como impedimento ao pleno êxito das Capitanias do sul baiano, houve a longa resistência dos *Aimorés* e os ataques feitos por esses indígenas aos colonos e aos seus escravos e engenhos. Esses ataques teriam criado um cenário de instabilidade e insegurança, tanto para aqueles que buscavam se fixar quanto para a manutenção das atividades produtivas. Quanto a isto, é oportuno destacar que como forma de reforçar a responsabilidade dos indígenas na situação de penúria do Sul da Bahia, parte da literatura histórica é implacável no julgamento que lhes fazem tratando-os como "pragas" por não permitirem o progresso econômico e social da região (SANTOS, 1957; KIDDER, 1951 *apud* ADONIAS FILHO, 1976).

Entretanto, dentre os obstáculos que teriam, de maneira substantiva, sido responsáveis pelo baixo desempenho econômico-social das Capitanias do Sul da Bahia, Dias (2007), baseado no trabalho de Mahony (2001), acrescenta um que teve consequências mais efetivas: a presença dos jesuítas, particularmente, na Capitania de Ilhéus. Os entraves nesse caso recaíam sobre duas questões, o domínio fundiário e o comando sobre os índios aldeados (aqueles que tinham sido catequizados e/ou abandonado suas tribos de origem, passando a viver próximos aos centros produtores). Na medida em que detinham o controle sobre grande parte das terras da Capitania e também sobre a mão de obra disponível, os jesuítas criavam dificuldades para o afluxo de novos habitantes que para lá se deslocavam em busca de oportunidades. Essa situação passará a ser revertida a partir de 1759, com as medidas tomadas, em Portugal, pelo Marquês de Pombal de expulsar os jesuítas de todo o reino.

Assim, embora haja discussões sobre se durante o Período Colonial a região esteve estagnada em razão dos fatores apontados ou teve um crescimento econômico lento, mas progressivo, Dias (2007) afirma que, de maneira geral predominou no sul baiano o modelo agrário voltado ao abastecimento interno que não estava restrito à própria Capitania. Segundo o historiador, as razões para essas divergências decorrem, dentre outros motivos, por haver uma exígua produção historiográfica sobre a região durante o Período Colonial que tendeu a afirmar não ter havido desenvolvimento significativo nas duas Capitanias do Sul da Bahia e, até mesmo, na sua vizinha mais ao sul, a Capitania do Espírito Santo. Deste modo, afirma o autor, acabou por prevalecer uma visão da História na qual durante o Período Colonial ocorreu uma longa estagnação que só viria a ser suplantada com o crescimento retumbante da cultura do cacau, cujo início se deu em meados do Século XIX.

No entanto, estudos históricos recentes conduzidos pelo próprio Dias (2007) e por Carrara (2007) baseiam-se em novos enfoques aos quais agregam novas fontes de consulta e permitem, com isso, ter uma compreensão diferenciada do papel da região no período anterior ao cacau. Com efeito, há um consenso de que durante o Período Colonial o crescimento econômico das Capitanias do Sul da Bahia não fora tão expressivo como em outras, a exemplo das Capitanias de Pernambuco e da Bahia, esta última compreendendo a próspera região do Recôncavo Baiano e do sertão pecuário e minerador.

Foto 5 - Matriz Nossa Senhora da Assunção, Camamu (BA). Filipe Borsani, 2018.

Todavia, Dias (2007) afirma que isso não significa que as Capitanias de Ilhéus e a de Porto Seguro não tenham tido nenhum sucesso como foi consagrado por uma leitura tradicional da história da região. Para esse autor, essas duas Capitanias estavam inseridas em um sistema mais amplo – politicamente constituído – que as colocava como fornecedoras de produtos agrícolas, principalmente, para a Capitania da Bahia, cujo centro, representado por Salvador, era consumidor de produtos oriundos do sul baiano, em grande parte, mandioca.

Nesse sentido, na Capitania de Ilhéus na primeira metade do Século XVII, as Vilas de Camamu, Cairu e Boipeba além da própria Capital da Capitania, a Vila de São Jorge dos Ilhéus, destacavam-se como importantes e estratégicas produtoras de alimentos e na extração de madeira. A elas era vedada, até meados do Século XVIII, a exploração de culturas mais rentáveis como a cana-de-açúcar e, sobretudo, o tabaco (DIAS, 2007). Associado a isso, Cabral (2014) indica que, ainda em meados do Século XVII, as "Vilas de Baixo", como aquelas Vilas da Capitania de Ilhéus eram chamadas em Salvador, tiveram considerável importância no fornecimento de farinha de mandioca para a Capital baiana. Em boa medida, essa farinha também serviu para alimentar os combatentes portugueses que chegavam a então Capital colonial para guerrear com os holandeses que, na época, ocupavam parte do Nordeste brasileiro. O impulso econômico ocorrido naquele período nas Vilas ao norte da Capitania de Ilhéus trouxe alguma prosperidade, inclusive, como lembra Santos (1957), por terem podido se valer de uma vantagem geográfica, isto é, por estarem mais próximas de Salvador que, naquele tempo, era o grande polo urbano da Colônia e o maior mercado da América portuguesa (DIAS, 2007). As marcas de tais momentos históricos nas Cidades da antiga Capitania de Ilhéus ainda estão presentes na arquitetura local, cujos principais testemunhos podem ser vistos nas igrejas da época.

Logo, contra a ideia de um progresso econômico restrito apenas às fronteiras da própria Capitania ou de uma visão que valorizava a produção que estivesse orientada apenas para o mercado externo – no caso, para Portugal –, a Capitania de Ilhéus teve sua economia agrícola de base escravista voltada ao abastecimento do mercado interno colonial (DIAS, 2007). Com isso, mesmo que cumprindo

um papel subalterno frente a outras Capitanias, a de Ilhéus e, de certa maneira, a de Porto Seguro, estavam interligadas aos centros coloniais mais dinâmicos, como era o caso de Salvador e da região do Recôncavo Baiano. Todas essas regiões vistas de forma articulada e tomadas em conjunto constituíam, então, o que se poderia chamar de um espaço econômico abrangente (CARRARA, 2007).

O período cacaueiro e suas vicissitudes

Da metade do Século XVIII até meados do Século XIX, ainda em um cenário em que a policultura dava o caráter econômico do Sul da Bahia, foi quando ocorreram as primeiras tentativas de levar adiante o cultivo do cacau. Esse produto, nativo da Amazônia, teria sido trazido do Estado do Pará para o Sul da Bahia em 1746, mais especificamente, para a Fazenda Cubículo, às margens do Rio Pardo, no atual Município de Canavieiras, mas que à época era área de abrangência da Capitania de Ilhéus.

Foto 6 - Rio Pardo, ao lado da Fazenda Cubículo, Canavieiras (BA).
Filipe Borsani, 2018.

De início foi plantado de maneira dispersa, sendo cultivado entre os demais produtos existentes na região, porém seu cultivo foi quase completamente abandonado após os insucessos iniciais (GUERRA, 1952). Somente a partir de 1820 que o cacau passa a ter uma produção continuada com a chegada de fazendeiros vindos de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, oriundos das áreas de cultivo de cana-de-açúcar (alguns com capital para novos investimentos) e também com a chegada de imigrantes alemães, suíços e franceses que se estabeleceram no Sul da Bahia. Gradativamente, esse cultivo assume um perfil de monocultura que, nas grandes propriedades, irá se assemelhar ao regime de *plantation*[12] (SANTOS, 1957).

Como resultado, no final do Século XIX, o sul baiano já detinha o setor econômico mais importante da Bahia e, em meados do Século XX, o cacau do sul desse Estado participava com aproximadamente 90% da produção nacional. Nesse período, o cacau era o segundo item da pauta de exportações brasileiras, estando o Brasil e, por sua vez, o Sul da Bahia, entre os maiores produtores no mundo. Voltado na sua quase totalidade à exportação para países europeus e para os Estados Unidos, as amêndoas retiradas do miolo da fruta, geralmente amarela, das árvores de *Theobroma cacao L.* (nome científico do cacaueiro) tinham na fabricação de chocolate sua principal finalidade, apesar de outros subprodutos, como a manteiga, o óleo, o sabão etc., serem igualmente aproveitados (GUERRA, 1952; SANTOS, 1957).

[12] *Plantation* foi o sistema de produção desenvolvido pelos europeus inicialmente nas suas colônias na América e difundido posteriormente ao redor do mundo (África e Ásia). O sistema consiste na exploração agrícola, em grandes áreas, de um único produto (p. ex. monocultura de cana-de-açúcar, café, algodão, borracha, cacau, tabaco etc.) utilizando mão de obra escrava e cujo destino da produção, em geral, são os países europeus ou a América temperada (FERRO, 1996). O termo *plantation*, em inglês, também pode ser encontrado em sua forma original em outras línguas, no caso, plantação, em português.

Foto 7 - Entrada da Fazenda Cubículo, Canavieiras (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

Nas suas origens no Século XIX, o desenvolvimento da cultura do cacau esteve assentado sobre bases arcaicas não apenas pelo emprego das rústicas técnicas agrícolas no seu plantio e da carência de infraestrutura na região, mas, também, por valer-se de mão de obra escravizada (MAHONY, 2001). Quanto a isso, a historiadora Mary Ann Mahony (2001) aponta, na contramão do que afirmam vários historiadores do cacau sul baiano, que a mão de obra escravizada de negros, africanos e brasileiros, até a sua abolição foi um dos fatores relevantes da economia do cacau na região. Isso se devia não apenas pela contribuição no trabalho da lavoura, mas, entre outras funções, pelos escravizados servirem como garantia de crédito dadas, em geral, pelos grandes fazendeiros quando recorriam a empréstimos. Dos vários bens que os produtores possuíam, os escravizados eram bastante valiosos e semoventes e, por isso, os que melhor serviam para ser objeto de penhora pelas casas bancárias em caso de inadimplência. Qualquer outro bem, mas que fosse imóvel, tinha pouco atrativo para ser usado como caução de empréstimo em face da distância e remotidão de algumas fazendas, tornando-se então inviáveis de serem tomados em reembolso. Por tais razões, o advento do fim da escravidão no Sul da Bahia, em 1888, teria ocorrido sob grande resistência dos proprietários de escravizados que não queriam dar-lhes a alforria, impedindo assim, sua liberdade.

Mahony (2001) afirma que essa situação irá marcar o convívio e as relações entre brancos e negros em Ilhéus e, consequentemente, em boa parte do sul baiano ao longo do Século XX, onde irá prevalecer ora o preconceito ora o clientelismo, mas não a igualdade. A autora reconhece que a mão de obra escravizada não era a única fonte de trabalhadores na região cacaueira e nem a predominante, mas os registros documentais mostram que os escravizados africanos – que já haviam sido trazidos ao Sul da Bahia desde o Século XVI – eram encontrados tanto nas pequenas como nas grandes propriedades. Estavam, portanto, disseminados e participando das várias instâncias da sociedade do cacau. No entanto, a historiadora argumenta que a elite dominante local não tem apreço em recordar as origens escravistas da cultura cacaueira, preferindo cultivar a imagem de uma gente pioneira, desbravadora e defensora do progresso da região, tal como se vê no livro *Sul da Bahia: chão de cacau: uma civilização regional*,[13] de Adonias Filho, publicado em 1976.

[13] Adonias Aguiar Filho (1915-1990), nascido em Itajuípe na época em que esse Município ainda era parte de Ilhéus, foi um importante autor da região, inclusive, membro da Academia Brasileira de Letras. O autor se destacou, entre outros motivos, pelos retratos que fez em seus romances do período do cacau no Sul da Bahia. No ensaio mencionado (ADONIAS FILHO, 1976), do gênero de não ficção e de cunho histórico-sociológico, o autor faz uma leitura bastante benevolente e edificante do papel que tiveram os pioneiros da implantação da lavoura cacaueira na região, o desbravador e o coronel. O acadêmico afirma serem esses personagens não apenas antiescravagistas, mas também antiaristocráticos, antifeudais (como seriam os senhores de engenho das áreas de produção de açúcar no Recôncavo e em Pernambuco) e adeptos do respeito às leis e daquilo que ele chama de democratismo. Robson Dantas (2010), na tese escrita sobre o autor, afirma que esse livro de Adonias Filho teve pouca receptividade principalmente pelo momento da sua publicação – meados da década de 1970 – quando o papel dos coronéis do cacau estava sendo alvo de críticas e de revisão histórica. No item seguinte, em que se aborda a literatura da região, será discutido um de seus romances.

Figura 4 - Reprodução de tela de Célio Aguiar
Fonte: AGUIAR, C. [*Tela sem nome*]. Ilhéus, 1998. 1 original de arte, óleo sobre tela.
Nota: Exposta na Academia de Letras de Ilhéus, em que retrata o trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras nas roças de cacau.

De todo modo, a cultura do cacau irá fomentar, por aspectos bastante singulares, aquele que se tornou o sentido preponderante do que se entende pelo Sul da Bahia. Em uma combinação íntima, em que elementos sociais e naturais – predominantemente, o clima – estão fortemente interligados, a região passou a ter uma identidade própria: a região cacaueira ou a chamada "nação *grapiúna*" como propuseram Adonias Filho e Jorge Amado. O trecho que segue, extraído de um estudo sobre a região feito na década de 1950 pelo então jovem geógrafo Milton Santos, ilustra essa inter-relação entre natureza e sociedade no sul baiano.

Tudo isso explica a ansiedade com que o homem da zona do cacau espera que do céu caiam as primeiras chuvas de verão. Delas é que dependerá a sua boa ou má fortuna. A safra fica na dependência das precipitações. É de ver a alegria que de uma hora para outra resplandece na fisionomia de todos quanto têm sua vida ligada ao cacau, quando, após uma fase de estiagem, o céu começa a carregar-se de nuvens côr de chumbo, que logo se desfazem em grossas bátegas de chuva dadivosa. É a própria fortuna a escorrer do céu em forma líquida. Mas, se não chove, como aconteceu há poucos anos, quando o flagelo da sêca estendeu seus tentáculos à própria zona do cacau, é tristeza e desolação que se veem por todos os lados. [...] É por isso que se diz que o cacau depende mais do céu do que da terra. (SANTOS, 1957, p. 19)

Evidentemente não foram somente as condições climáticas as responsáveis pelo sucesso do cacau no sul baiano, embora tenham tido um peso significativo em virtude de sua especificidade. Em geral, a região apresenta temperaturas médias altas ao longo do ano, oscilando perto dos 25ºC, sem invernos muito frios (a fruta do cacau não se desenvolve com temperaturas abaixo de 14ºC) com chuvas bem-distribuídas ao longo do ano e, portanto, sem estação seca prolongada. Contudo, além do clima, teve importância o solo, tanto das várzeas dos rios quanto das áreas com embasamento cristalino que em Ilhéus e seu entorno chegam bem próximo ao litoral e fizeram dali um local ainda mais atrativo para o cultivo do cacau, até mesmo por dispor da existência do porto. O relevo da região é outro fator que contribui para a cultura do cacau, pois, ao não ser muito elevado, permite aos ventos úmidos e saturados vindos do oceano criarem um ambiente propício para o desenvolvimento das pequenas árvores de cujos troncos irão pender os também chamados "frutos de ouro". Esse quadro se completa quando ao invés de se retirar a mata como normalmente se fazia, o plantio é feito mantendo-se a floresta. Uma vez que o cacau não aprecia a incidência direta dos raios solares e prefere áreas sombreadas, criou-se a técnica da *cabruca* em que seria uma maneira da floresta e cacau coexistirem (GUERRA, 1952; BOTELHO, 1954; SANTOS, 1957).

Aproveitando-se, então, desse arranjo harmônico entre componentes e variáveis da natureza, a cultura do cacau pôde se expandir pelo Sul da Bahia em uma faixa de, aproximadamente, 100 km de largura que acompanha quase todo litoral sul do Estado abrangendo uma área de, aproximadamente, 90 mil km^2. Em boa medida e desconsiderando os recortes oficiais, pode-se dizer que os limites da chamada região cacaueira são dados pela capacidade desses agentes naturais, fundamentais nessa cultura, se fazerem presentes, em particular, as condições climáticas quando combinados com o uso da terra pelo cacau (BOTELHO, 1954). Como prova disso, à medida que se avança do litoral para o sertão as altitudes aumentam, a umidade diminui e o cacau perde as condições ótimas que encontra junto à costa. Essa situação se repete sempre que se perde um elemento da combinatória existente entre solo, vegetação, relevo e clima. Todos juntos compõem, então, uma espécie de unidade ecológica que permitiu o desenvolvimento da lavoura do cacau e contribuiu para promover uma ideia de correspondência entre o sul baiano e a região cacaueira.

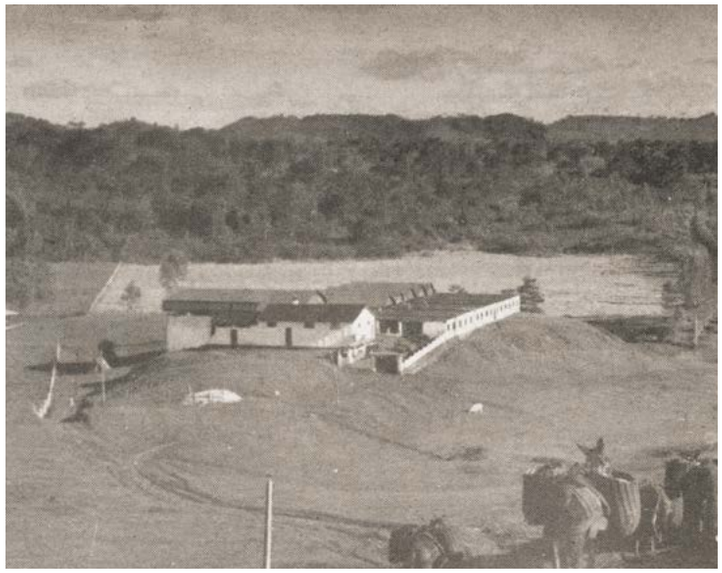


Foto 8 - Fazenda de cacau. Extraída de SANTOS (1957, fig. 4).

Ainda em uma fase em que os transportes para as áreas produtoras do interior se faziam pelos rios, Santos (1957) afirma que quatro Cidades se destacaram por sua localização às margens dos principais rios da região na sua foz junto ao oceano, os chamados rios cacaueiros (GUERRA, 1952; BOTELHO, 1954). Para citá-los, indo do sul para norte, a Cidade de Belmonte na Foz do Rio Jequitinho-

nha, Canavieiras na Foz do Rio Pardo, Ilhéus na Foz dos Rios Almada e Cachoeira (este último também passa em Itabuna, que fica no interior) e Itacaré que, como o próprio nome anterior do Município anuncia, chamava-se Barra do Rio de Contas.

Foto 9 - Fruto de cacau, Uruçuca (BA). Filipe Borsani, 2018.

A cultura cacaueira trouxe mudanças de várias ordens no Sul da Bahia e seus efeitos foram além dela quando passou a estar conectada ao restante do Estado. Estas se deram na paisagem e na infraestrutura ali criada para escoar a produção e dinamizar os fluxos econômicos. Se no início os rios funcionaram como grandes vias de transporte do cacau até o Porto de Ilhéus que, junto ao de Salvador, concentrava o envio para o exterior, à medida que ocorreu o avanço da fronteira agrícola do cacau, Vilas e Cidades foram se formando. Ainda que em uma distribuição desigual pelo território em busca das melhores terras (ROCHA, 2008), aos poucos os acessos terrestres começaram a se expandir, primeiro por meio de algumas ferrovias e depois com acessos rodoviários. Entretanto, Santos (1957, p. 50) adverte que a "lavoura do cacau [...] não é formadora de grandes núcleos urbanos". Por tal razão é que Ilhéus e Itabuna – esta última tendo se projetado pela expansão do cacau – firmaram-se como os polos urbanos de maior expressão.

Afora transportar o cacau produzido, as estradas também eram necessárias para levar alimentos e demais mantimentos aos trabalhadores ligados a essa atividade. Estes, frente às distâncias das Vilas e Cidades, tinham dificuldade para sair das áreas de colheitas em busca de seus suprimentos. Assim, como corolário de uma produção monocultora que passou a se dispersar por toda a região, ocorria que a cada nova fazenda que se abria na floresta, com exceção da sede onde, em geral, ficava a casa do proprietário e das *barcaças* para a secagem das amêndoas tiradas dos frutos de cacau, em todo o restante do chão da fazenda apenas os cacaueiros eram plantados. Com isso, praticamente não restava espaço para plantios de outras frutas e legumes necessários para atender as carências nutricionais dos trabalhadores, via de regra, nunca atendidas. Exceções eram feitas à banana e à jaca cujo cultivo se permitia para fazer sombra ao cacau (SANTOS, 1957).

Foto 10 - Casario da época áurea do cacau, Canavieiras (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

Foto 11 - Barcaça para a secagem do cacau, Arataca (BA).
Filipe Borsani, 2018.

Embora menos intensivo em mão de obra que a cana-de--açúcar, o crescimento das safras de cacau no sul baiano promoveu movimentos migratórios para o trabalho nas roças, principalmente após o fim da escravidão. Por isso, desde o Século XIX, a região recebeu contingente expressivo de migrantes, a maior parte vindos do próprio Nordeste brasileiro. Vinham, sobretudo, os que fugiam das dificuldades da vida no sertão semiárido, tendo destaque os provenientes do Estado de Sergipe (GUERRA, 1952; BOTELHO, 1954; SANTOS, 1957). Quanto a isso, a cultura cacaueira criou uma estrutura social bastante desigual em que os coronéis do cacau foram personagens de importância pela riqueza conquistada e o prestígio político que passaram a gozar ao passo que os trabalhadores das roças viviam em condições bastante precárias e com pouca participação nos ganhos gerados (GUERRA, 1952; ROCHA, 2008). Vale dizer que alguns desses coronéis também haviam sido migrantes que chegaram à região em busca de trabalho ou para fazer fortuna com o cacau. Uns fizeram, outros não, mas nessa roda da fortuna, não era incomum o emprego da violência (com mortes realizadas por jagunços) e ilegalidades jurídicas para aquisição de terras alheias, como era o caso do *caxixe*, uma trapaça bastante conhecida na região.

Foto 12 - Colheita de cacau com podão, Uruçuca (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

Apesar disso, nesse processo se deu a expansão das áreas produtivas e, consequentemente, o aumento da produção cacaueira. Até meados do Século XX, isso ocorreu concomitante às grandes oscilações de preço do cacau que, por ser uma monocultura para exportação, tinha sua cotação em mercados internacionais. Tal situação fazia com que estivesse sujeito a variação das safras em outras partes do mundo onde também havia plantações de cacau – principalmente na África – ou mesmo, à especulação financeira (GUERRA, 1952; BOTELHO, 1954).

Foto 13 - Série de galpões e barcaças na sede de uma fazenda de cacau, Arataca (BA).
Filipe Borsani, 2018.

Por outro lado, existiam os problemas internos – regionais e nacionais – que limitavam o avanço da agricultura cacaueira no sul baiano. Com entraves e até declínio na produção nos anos de 1950, mas ainda tendo o cacau importância nas exportações brasileiras, no final daquela década, o governo federal tomou algumas medidas de apoio à lavoura cacaueira. A criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC atualmente vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi a mais importante delas. Essa Comissão, também criada para atender aos interesses dos grandes produtores do Sul da Bahia, teve sua sede instalada na própria região sendo sua missão modernizar o setor e dar amparo financeiro e técnico-científico para os produtores de cacau, inclusive na criação de novas áreas. Ainda havia no conjunto de providências, o combate às pragas e doenças que atingiam as roças mais antigas, entre as quais, algumas, já eram centenárias (ROCHA, 2008).

Essas ações governamentais deram um novo impulso à produção que, em meados dos anos de 1980, atingiu o seu pico junto com o de área plantada, levando o Brasil, impulsionado pelo sul baiano, a ser o maior produtor mundial (BRASIL, 2020a).

Entretanto, no final daquela década, novamente os produtores tiveram que enfrentar uma crise. Dessa vez, as dificuldades foram provocadas por um fungo (*Crinipellis perniciosa*) que atingiu as plantações de cacau do sul baiano. Trata-se de uma doença, conhecida como "*vassoura de bruxa*", que afeta as árvores e os frutos de cacau causando anomalias no seu desenvolvimento (deformidade nos ramos e apodrecimento dos frutos) e, por conseguinte, perda na produtividade das lavouras (ROCHA, 2008). Isso provocou enormes danos aos produtores e uma drástica redução da participação do cacau baiano e brasileiro no mercado internacional[14].

Foto 14 - Variedades do fruto de cacau, CEPLAC, Ilhéus (BA).
Filipe Borsani, 2018.

[14] Atualmente, o Brasil ocupa a sétima posição mundial entre os produtores de cacau, estando a Bahia em patamares da década de 1970. Nos últimos anos, esse Estado vem assistindo ao crescimento da produção no Estado do Pará com a qual está equiparada. A hegemonia mundial é dos países africanos, Gana e Costa do Marfim bem à frente na liderança (BRASIL, 2020a).

Foto 15 - Fruto do cacau atacado pela vassoura de bruxa, Ilhéus (BA).
Filipe Borsani, 2018.

A despeito de toda a crise enfrentada pelo cacau do sul baiano, nos últimos anos algumas soluções têm sido buscadas como o investimento em cultivos de plantas selecionadas, o estímulo a modelos sustentáveis e diversificados de cultivos, produção de chocolates finos, entre outras medidas. Todas iniciativas feitas com o apoio técnico das instituições ligadas ao cacau e das universidades da região. Também se busca desenvolver novas atividades, dentre as quais, o turismo oferece amplas possibilidades pelos atrativos naturais e históricos que o Sul da Bahia possui e que sua literatura tão bem soube explorar.

O Sul da Bahia na Literatura

Do mesmo modo que o desembarque dos portugueses, em abril de 1500, em terras que viriam a ser brasileiras, representa a matriz da ocupação territorial e do primeiro contato com os indígenas que viviam na região do Sul da Bahia, a ocasião deu ensejo a outro fato originário, a saber, o surgimento do primeiro texto literário sobre o Brasil: a Carta, de Pero Vaz de Caminha.

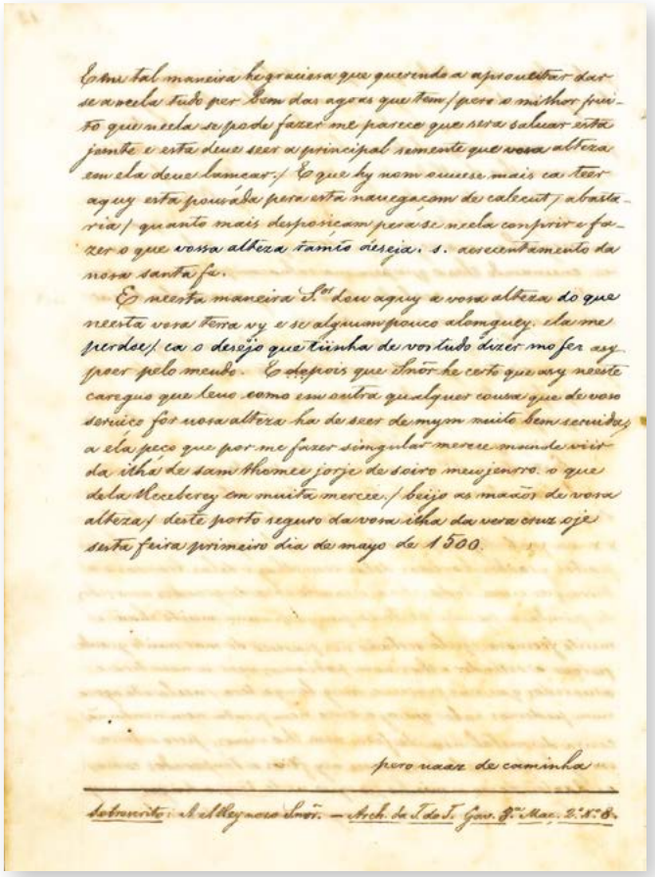


Figura 5 - Página final da carta manuscrita por Pero Vaz de Caminha

Fonte: CAMINHA, P. V. de. *Carta ao Rei D. Manuel dando notícias do descobrimento da terra de Vera Cruz, hoje Brasil, pela armada de Pedro Álvares Cabral*. [Brasil], 1500. 12 f. Cópia do original manuscrita por João Pedro da Costa Basto e autenticada pelo Barão de Santo Ângelo em Lisboa, 12 dez. 1876. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1277755/mss1277755.pdf. Acesso em: fev. 2021.

Nota: Encontra-se, atualmente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa (Portugal).

Esse documento, tido por diversos autores (BOSI, 1994; SCHWARCZ; STARLING, 2015) como uma espécie de certidão de nascimento do Brasil ao fazer o relato do "achamento" das terras atribuídas a D. Manuel, Rei de Portugal, na parte que lhe cabia pelo Tratado de Tordesilhas, será o primeiro a registrar o olhar do invasor europeu frente a uma paisagem e um povo até então nunca vistos[15]. Embora tenha ocorrido em uma ínfima fração do litoral da Bahia e, ainda menor se considerada toda a Costa brasileira, a forma como se deu o registro desse encontro e as impressões nele contidas serão paradigmáticas sobre o entendimento e os interesses que o colonizador terá, no desenrolar da História brasileira, sobre a terra e os povos aqui encontrados.

Ainda que o texto de Caminha guarde uma imagem de um paraíso terrestre ao discorrer sobre a terra aportada (HOLANDA, 2000), quando descreve desde a exuberância da floresta e das águas ali existentes à inocência e docilidade dos indígenas, na Carta tudo é posto como potencial recurso para a Coroa portuguesa. Pode-se ter uma síntese das impressões do autor ao final da Carta, em uma breve passagem do que se viu naquele ponto da costa sul baiana:

> De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos — terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar (CAMINHA, [2020?], p. 13).

Entretanto, se a Carta de Caminha foi escrita em razão da chegada dos portugueses ao litoral sul da Bahia – o que inegavelmente deixou gravada uma marca nessa porção da Costa brasileira –, a bem da verdade, esse documento, pela importância histórica que adquiriu, transcendeu a dimensão local e regional de suas descrições e teve seus contornos ampliados, referindo-se, então, a uma totalidade maior. Por isso, evocar a narrativa da Carta como algo estritamente regional é lhe restringir o âmbito de sentido e adulterar aquilo de que virou símbolo, ou seja, a chegada da esquadra de Cabral à Costa brasileira e, por consequência, ao Brasil como um todo. E, por isso mesmo, seria inapropriado atribuir a Carta de Caminha como o marco inicial da história literária da região.

Quanto a isso, entende-se que a produção literária emerge como resultado da interação de processos sociais mais amplos e, conforme brevemente exposto no item anterior, o Período Colonial no sul baiano parece não ter legado nenhuma obra no formato de romances que retratassem ou tivessem como pano de fundo aquele tempo e lugar para serem apresentados nesse trabalho. Se elas existem, ao menos não foram encontrados na pesquisa realizada para esse Atlas.

Será, então, no período do cacau que o Sul da Bahia terá uma literatura consolidada, com textos que retratam a história e a importância que a região passou a ter não só para

[15] Alfredo Bosi (1994) no seu *História concisa da literatura brasileira* afirma que o texto de Caminha se insere em um gênero já existente em Portugal e Espanha do Século XV conhecido como literatura de viagens. Sobre a Carta, Bosi (1994, p. 14) dá o seguinte parecer: "Espírito observador, ingenuidade (no sentido de um realismo sem pregas) e uma transparente ideologia mercantilista batizada pelo zelo missionário de uma cristandade ainda medieval: eis os caracteres que saltam à primeira leitura da Carta e dão sua medida como documento histórico".

aquele Estado, mas para todo o País, vindo a ser uma das janelas pela qual o Brasil passou a ser visto pelo mundo. É nessa etapa da história do sul baiano que irá emergir uma ampla produção de autores cujos romances tiveram forte penetração na cultura nacional e com destaque na produção literária brasileira, inclusive com repercussão no mercado editorial.

Foto 16 - Estátua de bronze de Jorge Amado na entrada da Casa de Cultura Jorge Amado, Ilhéus (BA). Filipe Borsani, 2018.

Pode-se dizer que entre os vários autores que a região viu surgir e sobre ela escreveram, a figura de Jorge Amado é uma referência incontornável. O prestígio por ele alcançado levou muito de seus livros, os quais nem todos versam sobre a região cacaueira, a serem traduzidos em diversos países e em vários idiomas, tendo algumas obras sido adaptadas para outras linguagens como cinema, teatro, rádio, história em quadrinhos e, no caso brasileiro em particular, para as telenovelas e séries televisivas.

Foto 17 - Fruto sadio de cacau, CEPLAC, Ilhéus (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

No entanto, além de Jorge Amado, outros autores ganharam projeção escrevendo romances sobre a região cacaueira, como é o caso de Adonias Filho e Euclides Neto, ficcionistas de obras cujos excertos, adiante apresentados, foram extraídos de seus romances para ilustrar aspectos geográficos da literatura do sul baiano. Cabe dizer que ao retratar a região cacaueira, as obras desses autores aqui apresentadas alinham-se aos propósitos desse Atlas no qual se busca trazer a lume o entrelaçamento entre História, Geografia e Literatura, mas sem a pretensão de esgotar a produção feita e que ainda se faz na e sobre a região[16]. Como aponta Simões (1998), na entrada do Século XXI, a própria existência de uma região cacaueira é posta em xeque nas novas produções literárias feitas após o declínio e decadência da economia do cacau. Nos trabalhos dessas novas gerações são trazidas novas temáticas para além do

[16] Apesar de neste Atlas terem sido utilizadas apenas algumas obras dos autores acima indicados, a lista dos ficcionistas da região não se restringe a eles. Adonias Filho no seu livro de não ficção sobre a chamada "civilização do cacau" (ADONIAS FILHO, 1976), lembra dos romances de Afrânio Peixoto ambientados na região e dos autores, além de Jorge Amado (e talvez, dele próprio), que seriam os responsáveis pelo que ele chama de consciência regional. São eles: James Amado, Jorge Medauar, Emo Duarte, Hélio Pólvora, Ciro de Matos, Elvira Foeppel, Sônia Coutinho e Marcos Santarrita. Nessa lista, a professora e ensaísta Maria de Lourdes Simões (1998) ainda inclui Clodomir Xavier e Euclides Neto e, como representantes da nova geração, ela menciona "Antônio Júnior, George Pellegrini, Genny Xavier, Jane Kátia Badaró, José Delmo, Jorge Araújo, Kleber Torres, Ricardo Cruz, Ruy Póvoas e outros (sem falar dos poetas)" (SIMÕES, 1998, p. 4).

imaginário do cacau ou que fazem releituras de contextos, como a própria chegada dos portugueses em 1500, e de trabalhos consagrados sobre a região.

Essa discussão aponta para o papel revelador da realidade social feito pela literatura. Nesse sentido, chama a atenção a afirmação feita por Gustavo Falcon (1995, p. 19 *apud* DANTAS, 2010, p. 12) acerca do que se escreveu sobre a região cacaueira, quando diz que "a literatura tem conseguido ler com mais fidelidade a realidade do que a ciência". Essa afirmação, a despeito da sua veracidade, mostra como o campo literário surgido no sul baiano buscou se legitimar como um âmbito em que o universo do cacau também poderia ser representado de forma a narrar versões de sua história, apresentar (com crítica e sarcasmo) sua estrutura social e caracterizar a geografia da região e das mudanças nela ocorridas.

Isso se encontra em um dos primeiros romances de Jorge Amado, *Cacau*, de 1933, em que, fruto de suas posições políticas, o autor fez uma obra engajada ou como ele próprio menciona em uma nota inicial: um "romance proletário" em que busca retratar "a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia" (AMADO, 1980, p. 8). Ainda que o livro aponte as mazelas e as condições aviltantes a que os trabalhadores eram submetidos nas fazendas de cacau e dos que indiretamente a ela se ligavam, em especial, das prostitutas que viviam em um distrito próximo da fazenda onde se passa o núcleo da trama, perpassa o livro um tom de esperança e otimismo de que um dia a situação dos trabalhadores irá melhorar. Além disso, busca-se mostrar os laços de solidariedade e respeito entre os trabalhadores que mesmo sem perspectivas de melhoria de vida e imersos em inúmeras limitações materiais e,

Foto 18 - Vista de Ilhéus com a Catedral de São Sebastião ao centro, Ilhéus (BA). Filipe Borsani, 2018.

sobretudo, simbólicas uma vez que a maioria é analfabeta, eles mantêm sua dignidade e não deixam de fazer suas comemorações e de celebrar os dias de santo com festas, comidas, bebidas e música. Por outro lado, o livro é contundente em descrever o desprezo e o desrespeito com que o coronel, dono da fazenda, e sua família, tratam os trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, apesar de não poderem se beneficiar de tudo que produzem, no romance, esses últimos, são representados como os verdadeiros produtores da riqueza gerada pelo cacau.

De certa forma, Jorge Amado volta a tratar da temática acima em *Terras do sem fim*, um dos principais romances sobre a região, porém em um enfoque mais complexo e abrangente (AMADO, 1978). Publicado 10 anos após o lançamento de *Cacau*, o tempo do romance recua para o início do Século XX momento em que se dava a expansão das plantações de cacau sobre a mata fechada, *habitat* dos bichos e onde vive um ancião – sobrevivente do período da escravidão – conhecedor dos mistérios e segredos da floresta. Nesse percurso, a história dos humanos e dos não humanos da região são inextrincáveis e isso transparece em uma metáfora utilizada pelo autor, expressa do início ao fim do livro, quando diz que o cacau foi plantado em uma "terra adubada com sangue". Ou seja, além das perdas humanas a floresta também foi sacrificada para dar lugar ao cacau. Assim, para apresentar esses elos entre natureza e sociedade, a narrativa é montada de forma a recriar os diversos episódios e situações pelas quais a região de Ilhéus passou naquele período. Mostra, então, a vinda dos migrantes, no caso, de Sergipe, para trabalhar nas roças e as ilusões de riqueza com o cacau; o papel de um coronel local que está em luta com outra família pela conquista de maiores (e melhores) terras para o plantio do cacau; a forma como exercem o poder conquistado – primeiro pela força e depois, politicamente – e como o fazem sobre outros produtores de cacau; a relação com os jagunços e o uso da violência; o avanço das plantações sobre as matas da região e o surgimento das Cidades (no caso, de Tabocas que virá a ser Itabuna); a aplicação do *caxixe* para aquisição de terras alheias e, como não poderia deixar de faltar, há um romance proibido vivido no seio da família do coronel protagonista da trama. Tudo somado, o que se vê no romance é o desenrolar daquilo que se poderia chamar de processo civilizador na região. Processo que passa inevitavelmente pelo emprego desmedido da violência por parte de quem detém o poder e é usado até a conjuntura vir a se estabilizar e encontrar formas institucionais de condução da vida social na região. Momento quando se dá o exercício do direito e da política no contexto baiano da época.

Contrasta com a visão civilizatória desse último livro de Jorge Amado, o romance *Corpo vivo*, de Adonias Filho (1977). Publicado em 1962 e ambientado em uma época semelhante à descrita em *Terras do sem fim* (AMADO, 1978) – não se tem qualquer referência a datas e a eventos históricos, mas se intui pela etapa do ciclo de exploração do cacau – o que se tem em *Corpo vivo* são as consequências desastrosas da luta pela terra provocada pela expansão do cacau no Sul da Bahia. No entanto, essa questão é apenas o ponto de partida do romance constituindo a ponte que o liga ao universo social uma vez que toda a trama posterior irá transcorrer como se se estivesse em um tempo que poderia ser qualificado de mítico. Nele, os personagens parecem viver próximos

ao estado de natureza (em uma espécie de pré-Estado ou pré-sociedade) girando em torno do destino de um deles, Cajango, um garoto que ao crescer torna-se um renegado em sua inexorável busca de vingança pelos assassinos de sua família, morta nas disputas de terra para o plantio do cacau. A violência e o uso de armas aqui são constantes, porém, em um modo regressivo em que os homens são conduzidos, quase sempre, por sentimentos primitivos de ódio, destruição e morte. Esses afetos, expostos de maneira crua, no caso de Cajango estão imbricados com o gosto pela vida na floresta e foram cultivados na transformação do menino em homem, tendo sido fruto do aprendizado dos saberes da natureza transmitidos por um tio meio indígena e por um empregado negro que trabalhava na propriedade do pai. Esses dois personagens irão constituir as matrizes da formação e do caráter do protagonista, em uma alegoria das origens dos habitantes do sul baiano. E isso está associado ao espaço da narrativa, pois mais do que as plantações de cacau, destaca-se no romance o papel da floresta como o cenário onde o enredo se desenvolve. Essa, todavia, além de constituir o pano de fundo, tem um papel ativo, sendo dotada de vida (seu solo também se alimenta do sangue humano que nele é derramado como resultado das lutas) e de sentido moral, estando frequentemente em interação com os homens – no caso, Cajango e seu bando – ao lhes dar abrigo e refúgio. Intencional ou não, Adonias Filho parece fazer nesse ponto uma alusão ao que de fato foi a floresta para os indígenas da região desde a chegada dos invasores europeus, já que no romance a ela se atribui o nome de uma das línguas faladas pelos povos que ali habitaram e hoje dá nome a um Município da região: Camacã.

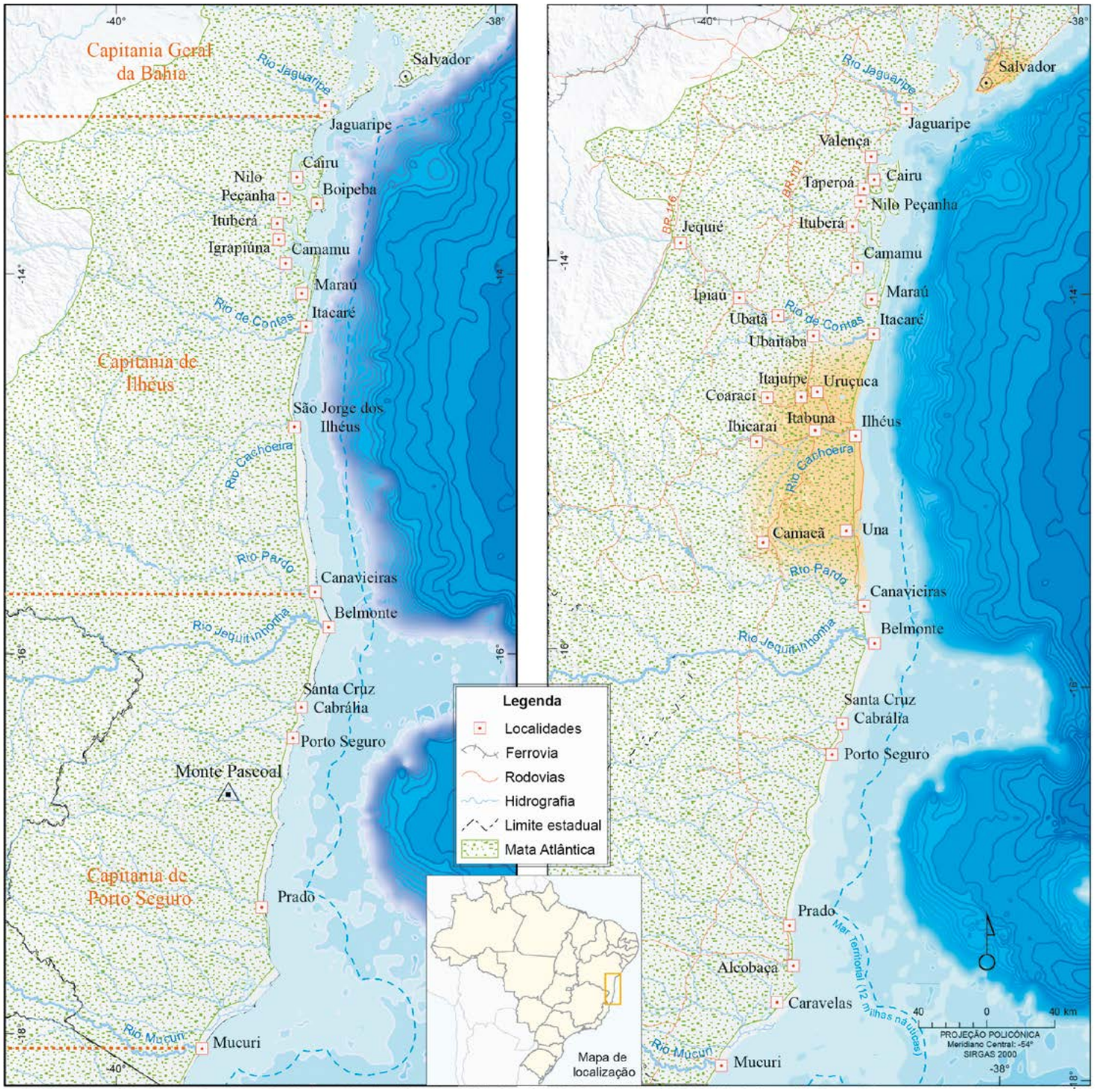
Foto 19 - Fardão usado por Adonias Filho na cerimônia de ingresso na Academia Brasileira de Letras, Memorial Adonias Filho, Itajuípe (BA). Filipe Borsani, 2018.

Já no romance *Os magros*, de Euclides Neto (2014), publicado em 1961, retorna-se ao mundo social, porém, nesse caso em duas realidades que se alternam a cada capítulo do livro, em um movimento que vai desvelando aquilo que se transformou a economia e a sociedade do cacau por volta dos anos de 1960. Isto é, de um lado tem-se a vida de um empregado e sua família em uma fazenda de cacau às voltas com a inclemência do capataz e de outro, a vida do dono dessa mesma fazenda e de sua esposa. O primeiro vive na miséria de um casebre precário, uma choupana isolada no meio dos pés de cacau e o segundo, em uma ampla casa em Salvador longe da produção cacaueira, mas vivendo dos rendimentos que esta lhe proporciona, em uma típica situação dos proprietários ou fazendeiros absenteístas da zona cacaueira. Logo, não se tem mais aqui o cenário do coronel que edificou a fazenda de cacau e luta por ter e manter o poder, mas uma perspectiva parasitária do que seria uma segunda geração no papel de herdeira e proprietária das terras e dos cacaueiros. No quadro criado por Euclides Neto (2014), as disparidades entre quem tem dinheiro e poder são gritantes frente aqueles que não detém tais recursos, pois na medida em que um não tem o que comer (os filhos tem o "hábito" de comerem terra) e nem dinheiro para comprar um simples facão novo para usar como instrumento de trabalho, o outro é um glutão que desperdiça sua fortuna em pedras preciosas e com sua amante enquanto a esposa vive uma vida vazia ao ponto de substituir a filha que não teve, por uma boneca. Por fim, pode-se dizer que no livro, escrito em uma prosa elaborada, são revelados os bastidores das condições de vida na qual estavam envoltos os agentes ligados a lavoura cacaueira. Atividade essa que, conforme se expôs no tópico anterior, nas décadas seguintes virá a sucumbir a uma grave crise e acabar por levar a região à decadência.

Foto 20 - Ruínas da Comunidade Rio do Braço, Ilhéus (BA). Filipe Borsani, 2018.

MAPA 1

Sul da Bahia



Fontes: 1. IBGE. Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia; BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 2. PROJETO batimetria. Brasília, DF: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, [2013]. 3. BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 4. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2021]. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/medicoes_historicas_abas.jsf. Acesso em: mar. 2021. 5. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, [2001]. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 6. CABRAL, D. de C. *Na presença da floresta*: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 7. CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*: história e cultura imaterial. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, jul./dez. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002. Acesso em: fev. 2021. 8. DIAS, M. H. *Economia, sociedade e paisagens da capital e comarca de Ilhéus no período colonial*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_DIAS_Marcelo_Henrique-S.pdf. Acesso em: fev. 2021. 9. SANTOS, M. *Zona do cacau*: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1957. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5. Brasiliana, v. 296). Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/68/1/296%20PDF%20-%20OCR%20-%20%20RED.pdf. Acesso em fev. 2021.

Nota: O recorte representa a região Sul da Bahia retratada neste capítulo. Algumas toponímias indicam a denominação vigente no período dos romances aqui sugeridos, assim como alguns elementos, e foram mantidos para melhorar e situar o leitor no palco dos acontecimentos. Estão indicadas as principais rodovias.

Região e Romance[17]

– Isso aqui parece uma terra amardiçoada. Lá no Ceará disseram que havia uma dinheirama por aqui...

– Dinheiro houve há uns dois anos. Cacau chegou a quarenta mil réis. Os coronéis gastavam de verdade. A gente ganhou cinco mil réis por dia.

– Juntaram dinheiro?

– Quar nada... Subiu tudo: a carne seca, a farinha, o feijão. Ninguém fazia saldo. Pra gente é a mesma coisa, cacau baixo ou cacau alto. Pros coronéis, sim. Eu até gozo quando o cacau baixa...

O velho voltou-se para o Cearense.

– Você veio do Ceará logo agora que foi uma dinheirama para lá... Os jornais deram. Eu li. O governo garantia que não havia de morrer flagelado.

– Só Deus sabe. Eles comem o dinheiro e nós morre de fome. A gente não viu dinheiro. Minha muié morreu pelo caminho e minha fia ficou na rua dos "Sete pecados mortais".

Jorge Amado
***Cacau*, 1980, p. 38**

E fui aos poucos sabendo a história daquele preto gigantesco, de olhos mansos de cordeiro, dentes risonhos e grossas mãos de assassino.

Herói da tocaia e do cangaço. Estava explicado porque, apesar de Honório dever novecentos mil-réis à despensa, o coronel não o botava para fora e ainda lhe fornecia dinheiro para as cachaçadas em Pirangi.

Filho da terra, nascera nos bons tempos, das fortunas rápidas e dos assassinatos por qualquer coisa. Educara-se entre tiroteios e mortes. O pai respondera a Júri algumas vezes e terminou morto a machado. Aos doze anos Honório já matara gente com a mais certeira pontaria de dez léguas em redor. Criou-se assim. Quantos matara, não sabia. Viera depois o saneamento das roças de cacau. As mortes diminuíram, mas, que esperança!, não acabaram. E ainda hoje as estradas vivem pejadas de cruzes sem nome. É a tocaia. Pela noite sem lua o viajante vem do povoado. A goiabeira solitária no caminho esconde o homem e a repetição. É um tiro só. O corpo cai. O que atirou vai dizer ao que mandou que o serviço está feito e receber os cem mil-réis prometidos. No outro dia o corpo é encontrado e enterrado ali mesmo. E tudo continua sem novidade.

[17] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

Honório era técnico em tocaia e o coronel Misael tinha inúmeros inimigos... Não sei se o coronel sentia remorsos, Honório, não. Tinha a consciência limpa e clara como água da fonte. Era bom camarada e nós o estimávamos muito.

Jorge Amado
***Cacau*, 1980, p. 44**

Ninguém reclamava. Tudo estava certo. A gente vivia quase fora do mundo e a nossa miséria não interessava a ninguém. A gente ia vivendo por viver. Só muito de longe surgia a ideia de que um dia aquilo podia mudar. Como, não sabíamos. Nós todos não poderíamos chegar a fazendeiros. Em mil, um enriquecia. Na Fazenda Fraternidade só Algemiro conseguira alguma coisa. O coronel comprara para ele uma roça que valia uns trinta contos e que ele pagava com as safras. Como havíamos pois de sair daquela situação de miséria? Pensávamos nisso às vezes. Colodino principalmente.

Honório afirmava:

– Um dia eu mato esses coronéis todos e a gente divide isso.

Nós ríamos. E não sei por que a riqueza não nos tentava muito. Nós queríamos um pouco mais de conforto para a nossa bem grande miséria. Mais animais do que homens, tínhamos vocabulário reduzidíssimo onde os palavrões imperavam. Eu, naquele tempo, como os outros trabalhadores, nada sabia das lutas de classes. Mas adivinhávamos qualquer coisa.

E pensávamos na fórmula de Honório até que chegava o sábado e a gente ia a Pirangi.

Jorge Amado
***Cacau*, 1980, p. 47-48**

Colodino há muito que trabalhava na construção das barcaças da fazenda. Ali conhecera Magnólia, filha de D. Júlia, uma velha de cinquenta anos. Era ambas alugadas da fazenda para juntagem do cacau. Magnólia era bonita, sim. Não como essas roceiras heroínas de romances de escritores que nunca visitaram uma roça. Mãos calosas e pés grandes. Ninguém que trabalhe numa fazenda de cacau tem os pés pequenos. Seios fartos que muitas vezes apareciam sob os rasgões do vestido velho. Mas a gente não ligava. Noiva de Colodino, nós a respeitávamos. Um pouco envelhecida talvez para seus vinte anos. Mas Colodino a amava e cantava no violão improvisos dedicados a Magnólia. Às vezes, à noite, a gente dava um pulo até a casa da velha Júlia para beber um trago de cachaça e dar um dedo de prosa. Não pensem que Magnólia conversava bem. Isso é coisa que não existe na

roça. Ela sabia palavrões e os soltava a cada momento. Apesar disso e de tomar banho nua no ribeirão, nunca deu confiança para ninguém e Colodino seria feliz com ela sem dúvida.

Mas nas fazendas de cacau há sempre uma coisa que se chama o filho do coronel, que é estudante na Bahia, é ignorante e estúpido.

Jorge Amado
***Cacau*, 1980, p. 51**

O cacau começou a cair. Desvalorizou-se e o coronel andava uma fera. Despediu trabalhadores e nós, que restamos, trabalhávamos como burros. Nos ameaçava com diminuição de salários. Os gêneros na despensa subiram de preço. Saldo, adeus. Unicamente Honório conseguia arrancar dinheiro do coronel. Assim mesmo, desde a fuga de Colodino, ele se desmoralizara muito. João Vermelho nos tratava com rispidez. Algemiro corria as roças gritando que trabalhássemos mais. Um dia, por fim, diminuíram o salário para três mil-réis. Eu chefiei a revolta. Não voltaríamos às roças. Combinamos tudo à noite na casa do velho Valentim, que estava cada vez mais velho, as rugas traçando baixos-relevos no fundo negro do rosto. João Grilo chegou por último. Vinha de Pirangi e quando soube do nosso plano nos desanimou.

– Nem pensem... Chegou trezentos e tantos flagelados que trabalham por qualquer dinheiro... e a gente morre de fome.

– Estamos vencidos antes de começar a luta.

– Nós já nasce vencido... – sentenciou Valentim.

Baixamos as cabeças. E no outro dia voltamos ao trabalho com quinhentos réis de menos.

Jorge Amado
***Cacau*, 1980, p. 130**

Foto 21 - Igreja do Mosteiro e Convento Nossa Senhora da Piedade, Ilhéus (BA). Filipe Borsani, 2018.

Nas noites de lua, quando as estrelas enchiam o céu, tantas e tão belas que ofuscavam a vista, os pés dentro da água do rio, ele planejava a vinda para essas terras de Ilhéus. Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil também conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacaueiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro. A terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda de ninguém. Seria de todo aquele que tivesse coragem de entrar mata adentro, fazer queimadas, plantar cacau, milho e mandioca, comer alguns anos farinha e caça, até que o cacau começasse a frutificar. Então era a riqueza, dinheiro que um homem não podia gastar, casa na cidade, charutos, botinas rangedeiras. De quando em vez também chegava a notícia de que um morrera de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas que era a vida diante de tanta fartura?

Jorge Amado
***Terras do sem fim*, 1978, p. 26**

– Diz que a lua quando tá assim cor de sangue que é desgraça na estrada nessa noite. Tava assim quando mataram Joaquim. Não tinham por que, mataram só de malvadez.

– Por que mataram ele? – perguntou a mulher.

– O coronel Horácio fez um caxixe mais Dr. Rui, tomaram a roça que nós havia plantado... Que a terra era dele, que Joaquim não era dono. Veio com os jagunços mais uma certidão do cartório. Botou a gente pra fora, ficaram até com o cacau que já estava secando, prontinho pra vender. Joaquim era bom no trabalho, não tinha mesmo medo do pesado. Ficou acabado com a tomada da roça, deu de beber. E uma vez, já bebido, disse que ia se vingar, ia liquidar com o coronel. Tava um cabra do coronel por perto, ouviu, foi contar. Mandaram tocaiar Joaquim, mataram ele na outra noite, quando vinha para Ferradas...

Jorge Amado
***Terras do sem fim*, 1978, p. 31**

O comandante parou, olhou o mulato que sonhava. Virou-se para o imediato:

– Tá rindo, vê? Vai rir menos quando estiver na mata...

Empurrou com o pé a cabeça de Antônio Vítor, murmurou:

– Me dão pena...

Chegaram junto à murada, na popa do navio. As ondas subiam revoltas, o luar era vermelho de sangue. Ficaram calados, o imediato acendendo seu cachimbo. Por fim o comandante falou:

– Por vezes me sinto como o comandante de um daqueles navios negreiros do tempo da escravidão...

Como o imediato não respondesse, ele explicou:

– Daqueles que em vez de mercadoria traziam negros pra serem escravos...

Apontou os homens dormindo na terceira, Antonio Vitor que ainda sorria:

– Que diferença há?

O imediato levantou os ombros, puxou uma baforada do cachimbo, não respondeu. Olhava o mar, a noite imensa, o céu de estrelas.

Jorge Amado

Terras do sem fim, 1978, p. 43

Mas diante deles, parabélum na mão, rosto contraído de raiva, está Juca Badaró. Também ele estava ante a mata, também ele viu os raios e ouviu os trovões, escutou o miado das onças e silvo das cobras, também seu coração se apertou com o grito agourento do corujão. Também ele sabia que ali moravam as assombrações. Mas Juca Badaró não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau. Via na sua frente não mais a mata iluminada pelos raios, cheia de estranhas vozes, enredada de cipós, fechada nas árvores centenárias, habitada de animais ferozes e assombrações. Via o campo cultivado de cacaueiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos. Via as roças de cacaus se estendendo na terra onde antes fora a mata. Era belo. Nada mais belo no mundo que as roças de cacau. Juca Badaró, diante da mata misteriosa, sorria. Em breve ali seriam os cacaueiros, carregados de frutos, uma doce sombra sobre o solo. Nem via os homens com medo, recuando.

Jorge Amado

Terras do sem fim, 1978, p. 49

Jeremias se ergue. Desta vez não precisou de bordão para sustentar em pé seu corpo centenário. Deu dois passos para a porta da cabana. Agora seus olhos quase cegos viam perfeitamente vista a mata em todo seu esplendor. E a via desde seus dias mais longínquos do passado até esta noite que marcava o seu fim. Sabia que os homens a iam penetrar, iam derrubar a floresta, matar os animais, plantar cacau na terra onde havia sido a mata do Sequeiro Grande. Enxergou o fogo das queimadas se estorcendo nos cipós, lambendo os troncos, ouviu o miado das onças acossadas, o guincho dos macacos, o silvo das cobras se queimando. Viu os homens de machados e facões acabando com o resto que o fogo deixara, pelando tudo, pondo a terra nua, arrancando até as raízes mais profundas dos troncos. Não via o negro Damião que traíra seu chefe e chorava agora a sua traição. Via era a mata devastada, derrubada e queimada, via os cacaueiros nascendo, e estava possuído de um ódio imenso. Sua voz não saiu num murmúrio como sempre, não se dirigia tampouco ao negro Damião que tremia e chorava na espera das palavras que alijariam o sofrimento para longe. As palavras de Jeremias eram aos seus deuses, os deuses que tinham vindo das florestas da África, Ogum, Oxosse, Iansã, Oxulufã, Omulu, e também a Exu, que é diabo. Clamava por eles para que desencadeassem a sua cólera sobre aqueles que iam perturbar a paz da sua moradia.

Jorge Amado

Terras do sem fim, 1978, p. 116-117

Foto 22 - Rio no interior da Reserva Biológica de Una, Una (BA). Filipe Borsani, 2018.

Em meio aos "caxixes", às lutas políticas, às intrigas, e às festas da Igreja ou da Maçonaria, vivia Tabocas, que antes não tivera nome e agora pensava em se chamar de Itabuna. Muitas vezes o sangue de homens caídos nos barulhos se misturava à lama das ruas. Os burros revolviam tudo no seu passo lento. Por vezes, quando o Dr. Jessé chegava com sua mala de ferros, custava a encontrar a ferida porque a lama cobria o corpo do homem. Mas ainda assim, a fama de Tabocas corria mundo, se falava deste povoado até no sertão, e certo jornal da Bahia já o chamara de "centro de civilização e de progresso".

Jorge Amado

Terras do sem fim, 1978, p. 139

Uma ordenança municipal proibia que as tropas de burros que traziam cacau chegassem até o centro da cidade. As ruas centrais de Ilhéus eram calçadas todas elas e duas o eram de paralelepípedos, num sinal de progresso que inchava de vaidade o peito dos moradores. As tropas paravam nas ruas próximas à estação e o cacau entrava na cidade em carroças puxadas por cavalos. Era depositado nos grandes armazéns próximos ao porto. Aliás, uma grande parte do cacau, que chegava a Ilhéus para ser embarcado, não descia mais no lombo dos burros: vinha pela Estrada de Ferro ou baixava em canoas, desde o Banco-da-Vitória, pelo rio Cachoeira que desembocava no porto.

Jorge Amado

Terras do sem fim, 1978, p. 185

A cidade fica entre o rio e o mar, praias belíssimas, os coqueiros nascendo ao largo de todo o areal. Um poeta, que certa vez passara por Ilhéus e dera uma conferência, a chamara de "cidade das palmeiras ao vento" numa imagem que os jornais locais repetiam de quando em vez.

A verdade, porém, é que as palmeiras apenas nasciam nas praias e se deixavam balançar pelo vento. A árvore que influía em Ilhéus era a árvore do cacau, se bem não se visse nenhuma em toda a cidade. Mas era ela que estava por detrás de toda a vida de São Jorge dos Ilhéus. Por detrás de cada negócio que era feito, de cada casa construída, de cada armazém, de cada loja que era aberta, de cada caso de amor, de cada tiro trocado na rua. Não havia conversação em que a palavra cacau não entrasse como elemento primordial. E sobre a cidade pairava, vindo dos armazéns de depósito, dos vagões da estrada de ferro, dos porões dos navios, das carroças e da gente, um cheiro de chocolate que é o cheiro de cacau seco.

Jorge Amado

Terras do sem fim, 1978, p. 187

Foto 23 - Praia em Olivença, Ilhéus (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

Encontrarão o ninho, é o que pensa. Nas costas, oculta pela mata, ficara a serra. A terra devia ter se contorcido, fervendo em lama, pedra e lavas em atrito, para fazê-la o aleijão medonho. Erguendo-se da chapada, montanha que sobe em desaprumo, florestas e rochedos se abraçam nas quedas dos despenhadeiros. Furacão doido e bruto que rodava a torcera, como se fosse um pano molhado, e malhas são as nuvens que a rodeiam. O vento, detido pelas encostas do outro lado, não passa. Imagem nos olhos, enquanto anda, João Caio sabe que ali o homem e a mulher encontrarão o ninho.

Adonias Filho

Corpo vivo, 1977, p. 1

Era chegado o tempo para que terminasse o reino da paz. Tínhamos que nos reunir a Cajango, encontrar Inuri, furar as selvas do Camacã. A viagem seria longa, fora das estradas, sempre nos abrigando nas matas. Seis meses gastamos na travessia, vivendo da caça, o negro Setembro exercitando a pontaria. Pisamos afinal a terra escura do Camacã, a munição nos bornais de couro, o padrinho Abílio devendo localizar o afilhado e o índio. Éramos quatro homens à procura de Cajango, a selva a dez passos, em seu bojo ele devia viver. "Temos que encontrar o barreiro das antas", padrinho Abílio avisara. Quando na selva, dentro da sua sombra, vimos padrinho Abílio farejar como um cachorro. Controlou-se ao descobrir o barreiro. "Eles virão aqui", afirmou. Esperamos, quase aflitos, que Inuri aparecesse".

Adonias Filho

Corpo vivo, 1977, p. 32

Era um bugre aquele Inuri. Não sei se Deus ou o diabo levara o menino a ele. Sei que Cajango pertencia à selva como qualquer das suas feras, outra natureza dentro da sua, de povoado no mundo conhecendo apenas o Vargito. Oito anos, ao lado do índio, dentro da selva. É por isso que nada como um peixe, percebe o ruído mais leve, não sabe o que seja o medo. Saía da selva de tempos em tempos para, no Vargito, vender as peles das onças e comprar o sal, roupas e munições. O bugre não criou um homem. Criou a fera pior que a pior fera. Foi essa fera que eu vi, no barreiro das antas, riscando na terra e a ponta de faca o plano que devíamos executar. Disse para mim mesmo, naquele momento, com as mãos no rifle: "Uns se afogarão no sangue dos outros". Ainda vejo a faca na mão firme, abrindo os caminhos, desenhando a casa, marcando os esconderijos. E jamais esquecerei as suas palavras: "Começarei por onde mataram meu pai".

Adonias Filho

Corpo vivo, 1977, p. 36

Um corpo morto, no Camacã, não dura um dia. João Caio já aprendera que os bichos famintos preferem a carne humana. O tropeiro firma os pés, andando, e imagina o que possa ter acontecido. Alguns se

envenenaram na própria fome, outros se deixaram cair nas touceiras de espinhos, muitos os que atraíram as onças com o cheiro da própria carne. "O Camacã fará o resto" – Cajango dissera com os olhos verdes dentro da noite. Três dias esperaram. Lourenço Dias e Cajango, dando tempo ao Camacã. E viram, quando foram recolher as armas e as munições, que o Camacã não tinha poupado ninguém. Quinze rifles conseguiram apanhar ao lado de corpos não inteiramente devorados e de carcaças que já eram ossos. Na volta, trazendo os rifles, Cajango dissera: "Os urubus não entram no Camacã".

Adonias Filho

Corpo vivo, 1977, p. 47

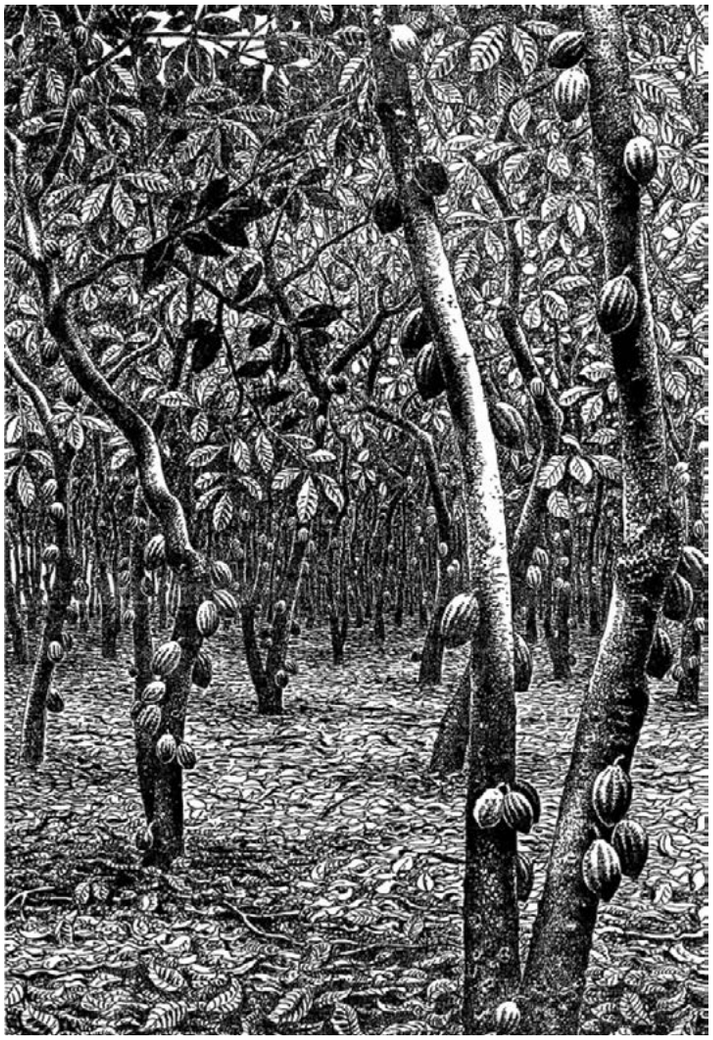


Figura 6 - Cacaual (Percy Lau)

Fonte: LAU, P. Cacaual. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 4, p. 885-886, out./dez. 1941. p. 886. Tipos e aspectos do Brasil. Disponível em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n4.pdf. Acesso em: fev. 2021.

Recomeçaram a andar, Chico das Bonecas e João Caio ainda na frente. A decisão, para Cajango, foi tomada. Não há como recuar, o destino é o acampamento, o objetivo é colocar a mulher diante de todos. A mata, naquele avanço, escuta os passos. É a primeira testemunha da luta e tão violenta que talvez amedronte. Arbustos e cipós engrossarão para conter os gemidos. Os galhos descerão, fechando os caminhos, para evitar as fugas. A feras, que nela habitam, sentirão vergonha dos homens.

Adonias Filho

Corpo vivo, 1977, p. 102

O salário de João mal dava para adquirir aquelas mercadorias. Na semana em que tinha trabalhado todos os dias fazia cento e vinte e cinco cruzeiros. Espremia ai dentro suas precisões. Não fosse a necessidade de comprar um facão, tudo se ia arrumando. Mas o objeto indispensável custava, com a bainha, cento e vinte cruzeiros. Dinheiro de uma semana. E como adquiri-lo?, perguntava a si mesmo João, ao dirigir-se para a roça. Já estava com o seu gasto, imprestável, fino com uma língua de teiú. A bainha andava protegida com embiras no bocal e na ponta. E já na semana passada o gerente lhe dissera:

– João hoje tem serviço de roçagem, mas como seu facão é mesmo que nada, não há serviço pra você.

– Senhor Antônio, tenha paciência, não me deixe perder um dia...

Euclides Neto

Os magros, 2014, p. 21

Doutor Jorge, que andava atrás de suas pedras, pagava uma fortuna por um brilhante vermelho.

Raramente ia às fazendas. Chegara a possuir escritório de advocacia bem montado, elegante, mas nunca aparecera lá. As aranhas tomavam conta. Preferia mirar e remirar as joias.

Naquele dia, no entanto, ia vender cacau. Fechar uma partida de oito mil arrobas a quinhentos cruzeiros: quatro milhões de cruzeiros, certos e redondos. Em seguida, depositaria o dinheiro no banco, junto com o outro. Nem mesmo precisava vender o produto. Milhões engordavam nas casas bancárias, parindo juros. Milhões que sobraram de outras safras. Mas agora, com o preço atual, seria dinheiro a rodo. Não faria como os outros fazendeiros que todo o ano adquiriam a fazenda do vizinho. Queria diminuir o trabalho. O que possuía dava de sobra.

Euclides Neto

Os magros, 2014, p. 25

João entristeceu. Não era propriamente saudade, nem pena do filho. Como que uma revolta surda crescia dentro dele. Um ódio escondido e contra alguém que ele não identificava. Imediatamente pensou nas

despesas do enterro. Como haveria de ser? Estava puro, areado. Os vinte e cinco cruzeiros de economia eram para o facão. Logo agora o menino ia morrer. Certa amargura apoderou-se dele, aniquilando-o. Teve vontade de engolir quatro dedos de pinga, para clarear as ideias, para fugir um pouco daquilo que via. Mas teria que ficar bancando o dono da casa.

Levantou-se, apanhou o pequeno cadáver, benzeu-se e, contrito:

– Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo.

– Para sempre seja louvado – respondeu a mulher.

– Amém – disseram ambos.

Euclides Neto

Os magros, 2014, p. 39

– Da terra, pobre só tem direito de trabalhar para os outros. Se trabalha, labuta até morrer. Se come, morre também. Deus só fez a terra para os ricos.

Isabel estava certa. Não adiantava bater. Fosse o que Deus quisesse.

– O Autíssimo não queria assim? Assim fosse.

A mãe sabia que daí a pouco o filho iria comer terra, encher a boca de torrão até ficar satisfeito. Mas o melhor era deixar assim mesmo. Não havia jeito. Era o vício. Tinha quem dissesse que a escola consertaria. Mas onde há escolas? Se pelo menos aparecesse uma professora para descascar os meninos no bolo talvez melhorassem. Contra a sina, tudo era debalde, julgava a agregada.

Euclides Neto

Os magros, 2014, p. 82

As Ilhas dos Ratos era um trecho de cem metros da rua do comércio, ao pé de casarões antigos, arborizada com mungubeiras, sob as quais ficavam dezenas de carros para negócio: desde o último modelo de luxo ao rabo quente mais fuçado. Ali se comprava cacau, café, gado, casas, terrenos, pedras, automóveis e tudo o mais que se pode comercializar. Até mulher encomendava-se.

Os fazendeiros ricos, que moravam em Salvador, e que não tinham o que fazer, iam para ali todos os dias. Vestiam-se com as melhores roupas, chapéu caro, sapatos espelhando, alfinetes de gravatas impolutos e o caroço de milho no dedo, que indicava a hierarquia da fortuna. Agiam ali, principalmente, os marreteiros. Indivíduos bem apresentados, boa prosa, sabidos como padre velho, e que trocavam tudo. De preferência joias e automóveis. Alguns também negociavam com bebidas, perfumes, roupas e o mais que vinha do cais, pertinho dali, por baixo do pano.

Euclides Neto

Os magros, 2014, p. 120-121

João, de cá, invejava a sorte dos bichos. Depois de velhos, já cansados, imprestáveis, tiveram a recompensa. Tinham água e comida fartas. Descanso absoluto, tempo de sobra para ficar modorrando à sombra das árvores. Intimamente olhou sua vida. Pensou se por acaso ficasse doente, que não pudesse mais andar. O que seria dele? E dos filhos? E quando chegasse a velhice teria que ficar como o velho Vicente, coitado, que aparecia contando histórias de quando tudo aquilo fora mata e ele abrira com seus braços. A lembrança trouxera-lhe certa amargura. Somente os burros eram felizes. Podiam ser até aleijados, docas, caducos.

Euclides Neto

Os magros, 2014, p. 130

Foto 24 - Porto do Malhado, Ilhéus (BA). Fábio Eduardo De Giusti Sanson, 2018.

Foto 25 - Vista da Serra do Mar e da Baixada Santista a partir da Rodovia dos Imigrantes, São Vicente (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Santos e o Litoral Paulista

Santos e o Litoral Paulista na Geografia

No início do Século XX, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, criada em 1886, após realizar uma série de levantamentos dos dados no interior do território, dá início à exploração do vasto litoral do Estado. É desse projeto a clássica regionalização que norteia a identificação do espaço costeiro paulista. Para a organização do trabalho, o litoral foi subdivido em duas partes, uma ao norte e outra ao sul, tendo a Cidade de Santos como o ponto de referência (SCARAZZATO *et al*., 2015, p. 11). Essa classificação sedimentou-se como padrão e, mais que dividir o espaço, tornou-se, ela mesma, vetor de ocupação e produção do espaço no litoral de São Paulo.

A escolha de Santos como ponto de referência reflete o protagonismo da Cidade para o espaço costeiro de São

Paulo. Por Litoral Sul, entende-se, assim, ao sul de Santos. O mesmo se aplica ao Litoral Norte. Ainda que a história dessa parte do litoral brasileiro seja riquíssima, e que a ocupação seja maciça ao longo da costa, é a Cidade de Santos seu referencial. A Rodovia BR-101, que margeia as praias do litoral paulista, recebe, no trecho norte, o nome de Rio-Santos. A estrada que liga a Metrópole de São Paulo ao litoral é comumente chamada "Estrada de Santos", ainda que ligue a Capital a várias outras Cidades da planície costeira. A margem norte do canal do maior porto do País está situada no Município do Guarujá, mas o nome do porto é "Porto de Santos".

De fato, há grandes diferenças naturais entre o Litoral Norte e o Litoral Sul do Estado de São Paulo. Conforme observou o diretor da mesma Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, João Pedro Cardoso, em 1915:

> a primeira é formada por uma faixa estreita de terreno comprimido entre as quebradas da Alterosa Serra do Mar e o vasto oceano, estendendo-se até a fronteira do estado do Rio; a outra compreende uma extensa região deixada pela longa curva que faz a Serra, afastando-se do oceano e dando lugar aos vales caprichosos dos Rios Itanhaém e do majestoso Ribeira do Iguape, dilatando-se até a fronteira do estado do Paraná (CARDOSO, 1915 *apud* SCARAZZATO *et al*., 2015, p. 11).

No Litoral Norte, a presença da Serra do Mar define a paisagem. Nessa área, a planície costeira se afina, de modo que o planalto toca o mar em vários momentos. A escarpa do Planalto Atlântico, que nessa área atinge altitudes de 800 m a 900 m, composta por rochas cristalinas intrusivas relacionadas ao Pré-Cambriano e ao Cretáceo (ANDRADE; CUNHA, 2010, p. 2), apresenta muito alta declividade, compondo um relevo íngreme com vales profundos.

As planícies litorâneas são descontinuadas, surgindo nos meandros da escarpa, com pequenas dimensões territoriais (ROSS; FIERZ, 2018, p. 19). O produto desse conjunto de características pode ser descrito como uma belíssima sucessão de praias de areia branca e dourada e águas verdes, emolduradas por uma densa floresta tropical que se precipita sobre as praias e sobre o mar, cobrindo as escarpas do Planalto Atlântico.

No Litoral Sul, por sua vez, o planalto afasta-se do oceano, abrindo espaço para uma planície litorânea mais alargada e ampla. Nessa área, mais plana, os depósitos sedimentares fluviais compuseram praias muito vastas, de mais de 40 km de comprimento (ROSS; FIERZ, 2018, p. 11), além de ilhas sedimentares igualmente alongadas. Resquícios do planalto que se prolongam até o oceano dividem essas longas praias em pequenas serras, também cobertas pela Mata Atlântica.

Foto 26 - Trecho do Litoral Norte de São Paulo, onde o planalto aproxima-se do mar, estreitando a planície litorânea, São Sebastião (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Ao centro, separando essas duas unidades, encontra-se Santos, na Ilha de São Vicente. A área de entorno ficaria conhecida pelo termo "Baixada Santista" e apresenta características diferentes das localizadas a norte e sul. Aqui, o planalto se afasta pouco do mar e os rios serpenteiam por uma planície costeira recortada ainda por uma vasta rede de canais marítimos, dando origem a uma grande quantidade de ilhas (VARGAS, 1999, p. 22). Nessa porção, destacam-se as Ilhas de Santo Amaro e de São Vicente, ambas com resquícios do planalto cristalino em seus centros, e separadas pelo estuário dessa rede de rios, um canal largo e profundo o suficiente para abrigar o maior porto do País. Ao fundo, o Planalto Atlântico ergue-se íngreme, a cerca de 700 m do nível do mar e apresentando pequena variação de altitude em seu topo, o que atribui o aspecto de uma "muralha" à Serra do Mar, um obstáculo natural a separar o litoral do restante do território do Estado.

A mata é uma constante na escarpa do Planalto Atlântico em São Paulo. A Floresta Ombrófila Densa alcança o mar no Litoral Norte e cobre a "muralha" na Baixada Santista e as serras do Litoral Sul (MAPA..., 2004b). Nas áreas planas do litoral, a vez é da mata de restinga e dos mangues ao longo da costa. Sob o ponto de vista climático, predominam os climas Tropical Subquente úmido e Tropical Quente úmido (MAPA..., 2002). Como característica geral da área, as altas temperaturas da estação quente são amenizadas pela chuva, abundante nos meses de verão, mas não exclusiva desses. A umidade gera uma neblina que se choca com a Serra do Mar e, frequentemente, cobre a escarpa do planalto.

A ocupação eurodescendente nessa porção do Território Nacional tem início logo após a chegada dos portugueses. Em 1531, quando a esquadra de Martim Afonso de Souza chega ao Brasil para dar início à empreitada colonial, os recém-chegados encontram nas terras do atual Litoral Sul de São Paulo um português habitando em meio aos povos autóctones. Conhecido como Bacharel de Cananéia, esse português ocupava-se de atividades de captura e venda de nativos escravizados para as embarcações que se aproximavam do litoral. O Bacharel, identificado pelo nome Cosme Fernandes, assim como outros portugueses que habitavam o Novo Mundo, chegara ao litoral brasileiro como desterrado, provavelmente na esquadra de Cabral ou náufrago de expedições exploradoras (VALE, 2008, p. 26). O Porto das Naus em São Vicente (hoje em ruínas) é identificado como o local do porto de escravos de Cosme Fernandes, e foi a partir dele que, em 22 de janeiro de 1532, Martim Afonso de Souza fundou a primeira Vila da Colônia, São Vicente, na ilha de mesmo nome.

Foto 27 - Vista de São Vicente a partir da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande. Ao fundo, a "muralha" da Serra do Mar, Guarujá (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

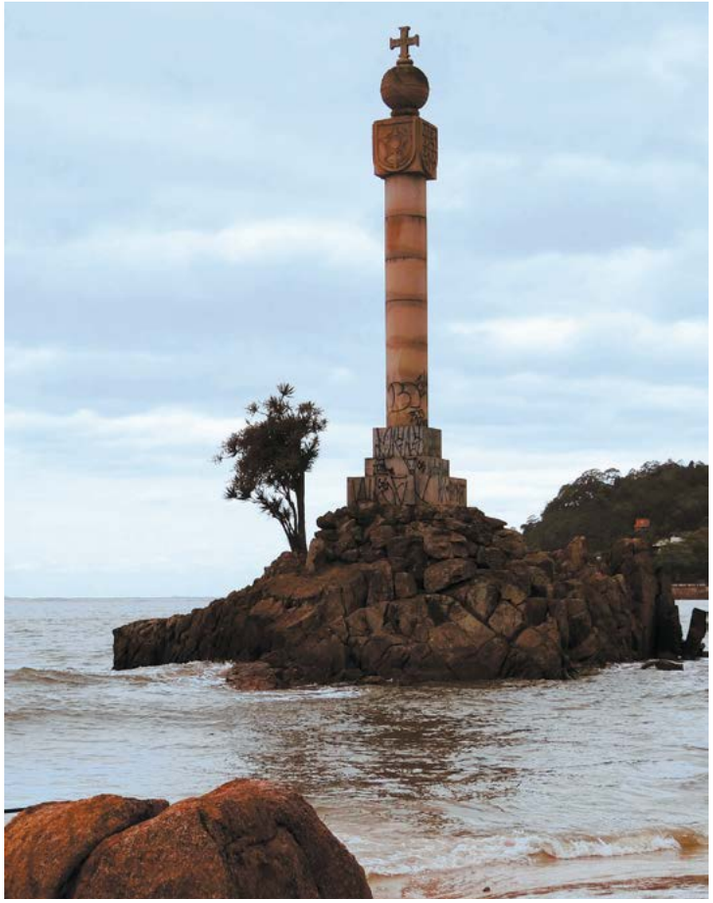


Foto 28 - Marco do Quarto Centenário da fundação de São Vicente na Praia do Gonzaguinha, São Vicente (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Os motivos que levaram a Coroa portuguesa a iniciar o processo colonial no Brasil foram vários. Um deles, a se destacar, foi a necessidade de novas atividades econômicas após a redução dos lucros do comércio com as Índias no leste, e a intenção da Metrópole de expandir a bem-sucedida experiência com lavouras de cana-de-açúcar da Ilha da Madeira. De fato, tão logo é fundada a Vila de São Vicente, são implantadas as primeiras lavouras de cana-de-açúcar no Novo Mundo, aproveitando como mão de obra, a população indígena escravizada. A atividade agrícola, porém, não foi a prioridade portuguesa para a área, e o engenho fracassa 50 anos após sua criação (VARGAS, 1999, p. 21).

Mais especificamente, o que leva os portugueses a iniciar a empreitada em São Vicente atendia a objetivos estratégicos. Era necessário guardar a costa e proteger as novas terras de invasores estrangeiros. Uma ocupação, e consequente fortificação, tão ao sul no território português do Novo Mundo seria bastante conveniente.

Foto 29 - Fazenda Santana, São Sebastião (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016. A fazenda foi fundada por um padre no Século XVIII (aprox. 1750). Contava com um engenho real, importado da Inglaterra. A produção de cana-de-açúcar perdurou do Século XVIII ao XIX. No auge, a fazenda contou com 150 escravos ocupados.

Assim, após a fundação de São Vicente em 1532, segue-se a fundação da Vila de Itanhaém, mais ao sul, em 22 de abril do mesmo ano. A Guerra do Iguape (1534-1536) e uma forte ressaca que devastou a sede da Vila de São Vicente, em 1542, levaram Brás Cubas, o capitão do povoado, a transferir o porto para o extremo oposto da mesma Ilha de São Vicente. O novo porto, na área conhecida como Enguaguaçu, mais profundo e protegido que o antigo Porto das Naus, logo se tornou a principal via de acesso a essa porção do litoral. Por fim, em 1546, essa nova

povoação tornou-se a Vila de Santos (BARBOSA; DIAS; CERQUEIRA, 2000, p. 6). Para guardar essas terras no Novo Mundo de invasões estrangeiras, foram criados também o Forte de São Tiago em Bertioga (atual Forte São João), com a construção concluída em 1560 (NAKAMUTA, 2009, p. 43) e a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, na vizinha Ilha de Santo Amaro, com vista para a Enseada de Santos em 1584 (MORI, 2006).

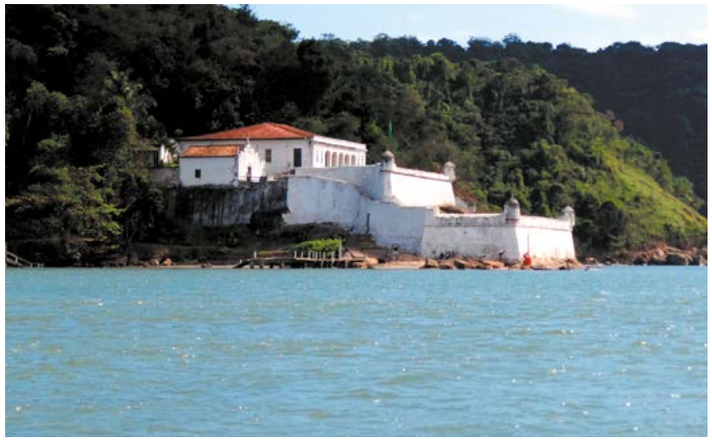


Foto 30 - Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Ilha de Santo Amaro, Guarujá (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
A fortaleza foi erguida a partir de 1584, no contexto da Dinastia Filipina (1580-1640), após o ataque do corsário inglês Edward Fenton (dezembro de 1583) a Santos, com a função de proteger a entrada do porto. Consta que a fortificação original era frágil, não tendo oferecido resistência ao ataque do corsário inglês Thomas Cavendish (1590). Anos mais tarde, o forte rechaçou a tentativa de reabastecimento do almirante neerlandês Joris van Spielbergen (3 de fevereiro de 1615), e posteriormente a tentativa de assalto do corsário francês Jean-François Duclerc (agosto de 1710), que se dirigiu em seguida ao Rio de Janeiro. Ao longo da sua história, o forte foi utilizado como presídio político e esteve em ruínas durante o Século XX. O restauro somente ocorreu durante a década de 1990, com reinauguração em 1997. Hoje abriga um museu e está aberto à visitação.

O litoral ao norte da Ilha de São Vicente era habitado pelos índios do tronco Tupi-Guarani, grupos bem-organizados, mas divididos em guerras internas. Na área que vai da atual Cidade de São Sebastião até o atual Rio de Janeiro, o domínio era dos Tupinambás, liderados pelo lendário Cunhambebe, enquanto as terras a oeste do atual Município de São Sebastião eram domínio dos Tupiniquins. Os colonizadores logo se apropriam dessas guerras locais com interesses mercantis. Assim, os portugueses fizeram alianças com os Tupiniquins, enquanto a esquadra francesa estabelecida no Rio de Janeiro, a fim de criar a França Antártica, estabeleceu laços com os Tupinambás (PILAN, 2006, p. 15). A força e o sangue das populações indígenas foram o grosso do material humano empregado para as batalhas entre as nações europeias pelo domínio dessas terras.

Foto 31 - Utensílios indígenas na Reserva Indígena do Rio Silveira, Bertioga (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Dentre as características indígenas, a que mais causava espanto e temor aos invasores europeus, sem dúvida, era a prática da antropofagia. São vastos os relatos da época sobre essa prática. O mais conhecido deles é narrado por Hans Staden, um aventureiro alemão que vem ao Brasil duas vezes no Século XVI. Em sua segunda passagem, essa no litoral de São Vicente, em 1549, é capturado por índios Tupinambás e levado como prisioneiro para a aldeia, na atual região de Ubatuba, (Iperoig, na época), onde viveu por nove meses. Seu relato, publicado na Europa em 1557, tornou-se lendário, e é importante documento para compreender a ocupação desse litoral no Século XVI (STADEN, 1999, p. 69).

Por mais que proteger o litoral fosse de grande importância para os portugueses, os fatos subsequentes no Século XVI apontam que havia, ainda, outra prioridade aos colonizadores dessa área. Ao fundo da Ilha de São Vicente, ergue-se a Serra do Mar, uma verdadeira "muralha" de 700 m de altura que separa o litoral do interior do território. Essa barreira natural, porém, não foi obstáculo para os portugueses. Desde os primeiros instantes da colonização, há registros de expedições ao interior, para além do alto da serra, seguindo a antiga Trilha dos Tupiniquins, parte do lendário caminho do Peabiru, que ligava São Vicente ao Paraguai e ao Peru (BUENO, 2006, p. 181). Como resultado desse processo de expansão, em 1550, surge no alto da serra o povoado de Santo André da Borda do Campo, o primeiro da Colônia distante do mar, e, em 1554, padres jesuítas alcançam, no alto da serra, uma colina entre os Córregos do Anhangabaú e do Piratininga (atual Tamanduateí) onde havia o entroncamento de antigos caminhos indígenas, importantes vias que facilitariam o acesso às terras, mas distantes do sertão. Nesse local, fundam um colégio jesuíta e a Vila de São Paulo do Campo de Piratininga, a primeira Vila da Colônia distante do litoral.

> O lugar escolhido por Nóbrega para fundar a igreja e o colégio São Paulo era extraordinariamente favorável aos seus propósitos [...]. O coração da coluna era o local de onde partiam várias trilhas indígenas em direção aos quatro pontos cardeais (BUENO, 2006, p. 187).

Assim, estavam consolidadas as vocações principais desse litoral: permitir o acesso ao interior e servir de ligação marítima do comércio atlântico com as terras a serem exploradas nos sertões da Colônia. Ante a decadência da atividade agrícola de São Vicente, a Vila de São Paulo prosperou e, em 1681, foi elevada a sede do governo da Capitania. O crescimento da Capital acabou por ofuscar as Vilas do litoral, "na Baixada estabeleceu-se a característica que persiste até hoje, de centros urbanos, como ilhas em território inaproveitado; ou simplesmente aproveitado para plantações de bananeiras" (VARGAS, 1999, p. 21). A Vila de Santos, com seu porto, despontou como principal povoamento do litoral, servindo como ponto primeiro e último da rede de comércio que se estabelece tendo a Vila de São Paulo como epicentro.

O Caminho do Tupiniquim pertence à rica história das vias que ligam o litoral paulista ao interior, através da "muralha" da Serra do Mar. Esses caminhos foram fundamentais para a consolidação da sociedade que se ergueu no litoral e para toda a economia da Capitania (e do Estado, nos dias de hoje). A antiga Trilha dos Tupiniquins não era vista como segura em virtude dos constantes ataques dos índios aos viajantes. Assim, ainda no Século XVI, foi aberto o Caminho do Padre José de Anchieta, que partia de Cubatão, aos pés da "muralha" até a Vila de São Paulo, no alto da serra. Com o crescimento da comunicação entre Santos e São Paulo, no Século XVIII, esse caminho sofreu sensíveis adaptações, dando lugar ao chamado Caminho do Mar, até hoje existente.

> A viagem de Santos era feita por canoas até o porto de Cubatão. De lá subia-se a serra penosamente a cavalo, ou em redes carregadas por índios, ou mesmo a pé, até o alto da serra (VARGAS, 1999, p. 21).

Somente no final do Século XVIII, a subida da serra foi melhorada. Construíram, então, a Calçada do Lorena, recoberta com lajes de pedra, e suficientemente larga para permitir a circulação de tropas.

O litoral norte de São Paulo experimentou uma história distinta daquela vivenciada na Baixada Santista. Sua

posição, a meio caminho entre complexo econômico que se desenvolvia a partir da Vila de São Paulo e o Circuito do Ouro, que ligava a região das Minas a Parati inicialmente e ao Rio de Janeiro em um segundo momento, imprimiu uma dinâmica própria, orientada ora para um, ora para outro eixo.

Foto 32 - Vista do trecho do Litoral Norte a partir da Rodovia Rio-Santos (BR-101), São Sebastião (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Nessa porção do litoral, após a "pacificação" dos índios Tupinambás por parte de uma missão jesuítica encabeçada pelos Padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, no Século XVI, surgem a Vila de São Sebastião, em 1636, e a Vila Nova da Exaltação à Santa Cruz do Salvador de Ubatuba, em 1637. O açúcar destacou-se como a principal atividade econômica da área, sendo comercializado, no Século XVIII, a partir do Porto de Ubatuba com os portos do Circuito do Ouro, no atual Estado do Rio de Janeiro, porém, a decadência da economia aurífera e um decreto do presidente da Província de São Paulo em 1787 estabelecendo que somente o Porto de Santos poderia concentrar as mercadorias a serem exportadas, levaram ao colapso essa produção açucareira do Litoral Norte (BUZATO, 2012, p. 70).

Com o ciclo do café, no Século XIX, a Província de São Paulo torna-se o novo centro da economia brasileira, escorado, sobretudo, nas lavouras que acabaram por migrar do Vale do Paraíba para as terras do interior, onde o solo apresenta grande fertilidade. A riqueza do café transformou profundamente o espaço na Província e isso se refletiu fortemente no Porto e na Cidade de Santos, de onde vinham levas de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras do interior e para onde o café era transportado inicialmente em lombo de burro (VARGAS, 1999, p. 21) para ser escoado para os países industrializados.

Foto 33 - Ponte pênsil, ligando a Ilha de São Vicente ao continente, São Vicente (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
A ponte foi concluída em 1914 e restaurada em 2015.

O Porto de Santos, conhecido até o Século XIX como "Porto da Banana", no Século XX, recebia a alcunha de "Porto do Café". De fato, o ouro verde revolucionou toda a Baixada Santista, que passou por enormes transformações urbanas: rios foram canalizados, terras de mangue foram drenadas, construções monumentais foram erguidas e grandes projetos de urbanização foram implementados. Com o progresso, o Caminho do Mar seria ainda ampliado e uma ferrovia seria construída ligando a Capital paulista ao Porto de Santos, em 1867.

Ao Litoral Norte, o café trouxe também uma rápida prosperidade em meados do Século XIX, no momento que as lavouras se espalhavam pelo Vale do Paraíba. Porém, a construção da ferrovia entre São Paulo e Rio de Janeiro, em 1877, isolou suas Cidades da área *core* da economia. O acesso aos Portos de São Sebastião e Ubatuba tornou-se mais difícil, o que trouxe nova decadência para esse litoral. No início do Século XX, essa área era reconhecida pela existência de "cidades mortas" (BUZATO, 2012, p. 71). O reflexo dessas dificuldades em se implantar uma economia autônoma está materializado na paisagem do Litoral Norte paulista. A Mata Atlântica dessa porção do território é a mais bem-preservada do País, contrastando com a intensa urbanização das regiões de entorno.

Foto 34 - Ruínas da sede da Fazenda Bom Retiro, na região sul de Ubatuba (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
Erguida no início do Século XIX, a propriedade chegou a abrigar uma fábrica de vidros. Símbolo da prosperidade vivida no período, a fazenda entrou em decadência por volta de 1850.

Foto 35 - Vista da entrada do Porto de Santos a partir da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

No contraponto econômico dessa história, em Santos, a pujança do café também traria transformações sociais. A Cidade tornou-se destino de um grande número de imigrantes estrangeiros e nacionais que a ela acorriam interessados nos trabalhos do porto.

A posterior explosão demográfica e o crescimento exponencial do Parque Industrial de São Paulo no Século XX levariam, por fim, a mudanças radicais na paisagem da "muralha": a serra seria finalmente "cortada" pela Via Anchieta em 1947, e "atravessada" (literalmente) pela Via Imigrantes em 1976, estradas que, cada uma a seu tempo, constituíram impressionantes projetos de engenharia.

O crescimento da Metrópole de São Paulo no Século XX trouxe, ainda, uma nova transformação profunda para as costas paulistas.

À função histórica de ligar as terras do Estado ao comércio atlântico, soma-se, hoje, uma pujante função turística para a qual as Cidades litorâneas de São Paulo despertaram a partir da segunda metade do Século XX.

Praias balneáveis e florestas bem-preservadas a poucos quilômetros de distância de uma Metrópole de mais 20 milhões de habitantes, tornam as Cidades do litoral paulista destino certo de multidões todo verão. Traduzindo em números, a Região Metropolitana da Baixada Santista, no ano de 2018 apresentava como população residente um contingente de 1,8 milhões de habitantes, porém, estima-se que a população flutuante (composta pelos veranistas que adquirem imóveis nessas Cidades) represente, por si só, um número ainda maior (CABIANCA; SOUZA, 2017, p. 10), o que levaria a população total, ao menos, a dobrar nos meses de verão. Para receber essa população, grandes complexos residenciais destinados à residência secundária foram erguidos ao longo do litoral, deixando marcas profundas e exercendo enorme pressão numa paisagem que está em constante transformação (PANIZZA; ROCHA; DANTAS, 2009, p. 15).

Foto 36 - Vista do Litoral Norte a partir de Ilhabela (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Foto 37 - Vista da orla, fortemente verticalizada, da Cidade de Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Santos e Litoral Paulista na Literatura

O Litoral Paulista, quando comparado a outras regiões litorâneas do País com igual importância histórica, é até que modestamente representado pela literatura nacional através dos romances históricos. Não são poucos os romances que narram histórias ambientadas nesse litoral, mas em geral, são obras de menor repercussão. Selecionamos aqui, seis romances históricos com reconhecido valor literário que se esforçam em representar a construção do espaço geográfico do litoral de São Paulo. Primamos por selecionar somente uma obra de cada autor, assim, outros livros, igualmente valorosos, mas cujo autor tenha sido citado aqui, ficaram de fora.

De um modo geral, observa-se que, nesses romances, há uma forte representação dos primeiros anos da ocupação portuguesa na costa de São Paulo, muito em virtude da abundância de relatos dessa época. Há ainda, abundância de obras que representam o espaço urbano de Santos no Século XX, no auge ou após o ciclo do café. Porém, há um hiato no que se refere aos Séculos XVII e XVIII, com a nobre exceção do romance *A muralha*, de Dinah Silveira de Queiroz.

Seguindo uma ordem cronológica sob o ponto de vista da data da histórica narrada, o primeiro livro aqui apontado é *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta. Essa obra traz, em tom satírico, uma trama que mistura elementos históricos e ficcionais sobre a vida de Cosme Fernandes, o chamado "Bacharel de Cananeia", um personagem real, desterrado no litoral paulista, no início do Século XVI e que teria convivido com índios Tupiniquins até a chegada da esquadra de Martim Afonso de Souza e a criação da Vila de São Vicente em 1532. Muito pouco se sabe sobre a vida do real "Bacharel de Cananeia", assim, a obra tece um relato fictício sobre um dos personagens mais misteriosos da história da ocupação do Brasil.

No livro, narrado em primeira pessoa (o autor se refere à obra como uma "carta") Cosme Fernandes é descrito como um culto e devoto jovem português de origem judia, com a família convertida ao cristianismo que, por envolver-se amorosamente com uma bela jovem fidalga, é condenado ao desterro em terras além-mar. A data real da chegada de Cosme Fernandes ao litoral brasileiro é desconhecida. Algumas lendas do litoral paulista apontam que sua chegada seria anterior a 1500. A explicação mais provável, porém, seria que Cosme Fernandes teria viajado ou na esquadra de Pedro Álvares Cabral em 1500, ou na esquadra de Américo Vespúcio, em 1501, e aportado na hoje conhecida Ilha de São Vicente em uma dessas datas.

No romance, os autores colocam o protagonista como um condenado viajante na esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500, e deixado na área hoje conhecida como Litoral Paulista, poucos dias depois do "descobrimento", junto a outros seis condenados desterrados de Portugal. Nas Terras de Santa Cruz (Cosme Fernandes e seus companheiros teriam sido desterrados antes do território receber o nome de Brasil pelos portugueses), o grupo logo confronta-se com a tribo dos Tupiniquins, habitantes da área hoje conhecida como Baixada Santista. Do choque cultural entre portugueses cristãos e os povos nativos nasce situações de estranhamento e humor.

Adaptados à vida da área, a qual o grupo de Cosme Fernandes batiza de "Terra dos Papagaios", e salvos dos rituais

de antropofagia por um acaso do destino (ou providência divina, na visão do protagonista narrador), os desterrados, agora conduzidos por Piquerobi (o líder da tribo dos Tupiniquins), logo desfrutam das festas, da nudez, da liberdade e da poligamia comum entre os povos ameríndios, assim como tomam parte nas guerras entre os povos Tupiniquins e Tupinambás.

Foto 38 - Reserva Indígena do Rio Silveira, Bertioga (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
A aldeia foi estabelecida na década de 1940 e hoje, nela habitam cerca de 600 pessoas em 89 famílias de índios Guaranis e Tupinambás.

Cosme Fernandes, agora apelidado de "Bacharel" por seus colegas de desterro, em virtude de sua erudição, logo se mostra um bom estrategista militar e, do aprisionamento de nativos derivados das batalhas entre as tribos locais, dá início a um bem-sucedido e próspero comércio escravista com as embarcações de diferentes nacionalidades europeias que visitaram o litoral da Terra de Santa Cruz nos anos subsequentes a 1500. Do porto para atracar essas embarcações, nasceria um povoado, o qual, Cosme Fernandes dá o nome de "Paraíso".

Ressalta-se que, em momento algum, a narrativa avança rumo ao interior das terras. O romance desenrola-se unicamente no litoral da "Terra dos Papagaios", descrita como exuberante em todos os aspectos. A alcunha "Paraíso" espelha essa percepção que as terras despertaram nos europeus.

O livro não traz a preocupação com a verossimilhança e isso fica evidente quando o protagonista, em um capítulo específico, se põe a descrever os animais da terra para o destinatário de sua carta. Entre descrições de beija-flores e onças, o narrador insere descrições fantasiosas de baleias (com vegetação crescendo em seus dorsos), e dragões que fariam tremer a terra.

Personagens reais se misturam à narrativa. Dentre esses, se destacam João Ramalho, outro desterrado, que deixa o "Paraíso" e se junta aos índios comandados por Tibiriçá para habitar os campos do planalto ao alto da serra (a área da futura Metrópole de São Paulo), Antônio Rodrigues, outro dos desterrados que ocuparia as terras aos pés da serra (na atual Cidade de Cubatão) e Cristóvão Jaques e Pero Capico que, na narrativa, intervém no destino de nossos personagens como autoridades portuguesas no ano de 1516, afastando Cosme Fernandes de seu porto de escravos e obrigando-o a habitar as terras do litoral ao sul. Além disso, informam aos desterrados que seu "Paraíso" recebera das autoridades portuguesas o nome de São Vicente.

Expulso de São Vicente, Cosme Fernandes ocupa um porto próximo a uma ilha muito comprida (a atual Ilha Comprida) e se mantém na atividade de apresamento de nativos e comércio de escravos. Ao novo vilarejo, o protagonista chama de "Cananeia", em referência à terra de Canaã, e é desse porto que advém sua alcunha: o "Bacharel de Cananeia". Os autores do livro constroem, então, uma narrativa a partir de um paradoxo essencial: o herói é descrito como alguém essencialmente bom (até porque a história

é narrada em primeira pessoa), porém dedica seu tempo à guerra, à matança, ao aprisionamento de nativos e à venda de escravos. A moral cristã do narrador o impede de tomar parte dos rituais de antropofagia, mas não o impedem de praticar o comércio de humanos.

A chegada da esquadra de Martim Afonso de Souza e a criação da Vila de São Vicente, em 1532, é descrito pelo narrador como a tomada do seu "Paraíso" por forças coloniais mal-intencionadas, personificadas pelo antagonista, Lopo de Pina, personagem fictício que, desterrado junto de Cosme Fernandes, é descrito como dissimulado e invejoso. Na trama, Lopo de Pina usa de artimanhas e da falta de ética para se apropriar de toda a terra e dos negócios de Cosme Fernandes com o aval das autoridades coloniais. O Bacharel, então, em nome de uma pretensa "justiça", invade São Vicente e impõe sua vingança ao antagonista. A invasão, hoje conhecida como "Batalha de Iguape" é reconhecida como verdadeira, embora os motivos reais sejam turvados pela falta de documentação. Ao final do romance, o Bacharel de Cananeia, em um fictício exílio autoimposto em terras castelhanas (na Vila de Nossa Senhora de Buenos Aires) lamenta o destino da terra que conhecera como semelhante ao Éden e que, agora chamada Brasil, esteja se povoando por "homens cobiçosos", que acabariam por destruir o paraíso original e torná-la um local semelhante a Lisboa, onde reinavam a "burla, a roubaria e mais pode quem é mais velhaco".

Nessa sequência cronológicas das tramas, o romance *Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil*, de Luiz Antônio Aguiar é o seguinte. O livro traz uma adaptação do relato das viagens de Hans Staden ao Brasil nas décadas de 1540 e 1550. Narrado em terceira pessoa, com narrador onisciente, o livro descreve as dificuldades e angústias que o viajante, um alemão da Província de Hesse, viveu em sua passagem por um território com uma outra geografia, bastante diversa da qual estava acostumado, e do contato com povos tão estranhos à sua percepção. Os motivos que levaram o protagonista da história a empreender essas viagens não são explicitados, mas é possível encontrar nos relatos um desejo por conhecer novos ares e por viver grandes aventuras.

As viagens de navio são descritas com riqueza de detalhes. Uma viagem entre a Europa e o Brasil nas antigas caravelas duravam meses. A escassez de água e comida levavam à tripulação a experimentar tormentos terríveis. Em dado momento, na primeira viagem de retorno à Europa, o protagonista relata que os tripulantes chegam a varrer o chão do porão do barco em busca dos últimos farelos (que vieram acompanhados por poeira e fezes de ratos) para fazer uma espécie de mingau que aplacasse a fome.

Em terras brasileiras, os tormentos não seriam menores. Na primeira viagem, realizada em navios lusitanos, Hans Staden se envolve em batalhas entre portugueses e franceses na Capitania de Pernambuco. Após conseguir sobreviver e regressar à Europa, aventura-se em uma nova viagem, agora a bordo de um navio espanhol com destino ao Peru. A viagem, igualmente perigosa, termina com uma sucessão de avarias ao barco na Costa brasileira, até o naufrágio no litoral da Ilha de Santa Catarina. Impossibilitado de seguir em direção à região das minas peruanas, Hans Staden consegue chegar ao litoral da Capitania de São Vicente em um novo barco, construído pela própria tripulação, que consegue fazer a travessia, mas que naufraga no litoral da Vila de Itanhaém.

Ao chegar a São Vicente, é descrita a economia local (engenhos de açúcar e mão de obra escrava indígena) e as animosidades entre portugueses e índios Tupiniquins (aliados) contra franceses e Tupinambás na ocupação da Península de Bertioga, além da criação de uma fortificação em Santo Amaro, onde o aventureiro alemão chegou a trabalhar. A partir desse ponto da história, real, o protagonista enfrenta a maior aventura de sua vida.

Foto 39 - Forte de São João, na entrada do Canal de Bertioga, Bertioga (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
O forte, erguido com o nome de Forte de São Tiago, no Século XVI em data incerta (registros apontam que em 1560 o forte já estava construído) serviu de abrigo para Anchieta e Manoel da Nóbrega em 1563. É apontado como o primeiro forte do Brasil. A atual construção é de 1710. Em 1765, a construção teve seu nome alterado para Forte de São João.

Hans Staden jamais subiu a serra em direção aos sertões. O relato descrito nesse livro se restringe ao litoral e é acompanhada por descrições sobre o clima, a densidade da mata, a diversidade da fauna e costumes dos povos indígenas. Dentre essas descrições, especial atenção é dada ao hábito da antropofagia, descrita com todo o horror que essa tradição dos povos Tupi pudesse despertar em um europeu cristão.

O choque entre as civilizações é descrito em detalhes, sobretudo quando os maiores temores de Hans Staden se concretizam. Ao trabalhar em uma fortificação em Santo Amaro, o protagonista é capturado pelos Tupinambás e levado a uma aldeia indígena em Ubatuba para ser literalmente devorado em um ritual antropofágico.

Descrições sobre o clima permeiam todo o relato. A frequência da chuva, tão característica do litoral da Capitania de São Vicente é pontuada com implicações para o desenrolar do cativeiro. Hans Staden permanece nove meses em poder dos Tupinambás. Presencia diversos rituais antropofágicos e descreve os hábitos e costumes indígenas com surpresa (não havia dinheiro) e desprezo (não eram cristãos, logo os índios seriam ignorantes). Nessa parte dos relatos, é dada grande atenção à figura de Cunhambebe, o lendário líder dos Tupinambás, valoroso guerreiro e cruel canibal, segundo a visão de Staden.

O relato de Hans Staden, verídico, representa importante documento sobre um período de início de colonização. Nele, encontramos a descrição da necessidade da Coroa portuguesa em defender o território e um testemunho, aos olhos europeus, dos hábitos indígenas e das batalhas aqui travadas.

Narrando uma trama ambientada no mesmo momento da de Hans Staden, o romance *O planalto: o romance de São Paulo* de Renato Castelo Branco apresenta, muitas vezes, os mesmos personagens. Essa obra, segundo seus editores, pode ser descrita mais como a História romanceada do que um romance histórico, tamanha a quantidade e a precisão dos eventos narrados. De fato, quase todos os fatos e personagens essenciais do livro, à exceção dos protagonistas,

são reais e descritos com precisão. O objetivo do autor foi tecer, de forma romanceada, uma trama coesa que contasse os primeiros anos da ocupação das terras da Capitania de São Vicente acompanhando a vida de um personagem fictício que testemunhasse e participasse da História que se desenrolava ao seu redor.

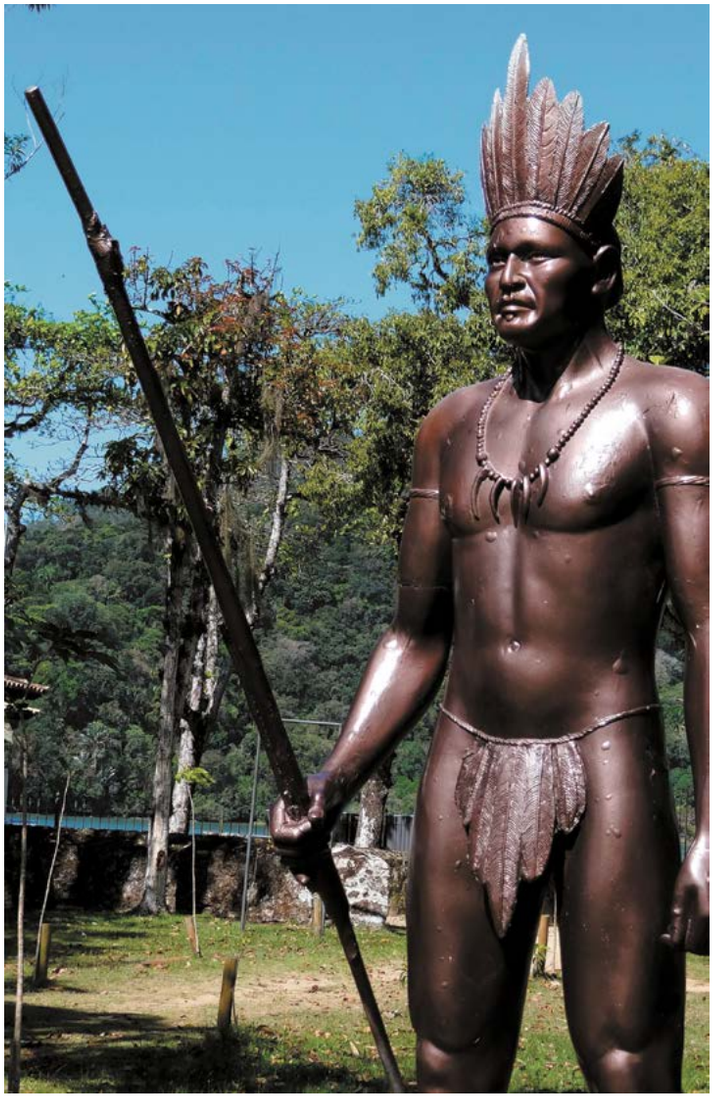


Foto 40 - Estátua de Cunhambebe, em frente ao Forte de São João, Bertioga (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
Cunhambebe foi o líder dos índios Tupinambás no Século XIX, citado em diversos romances de época.

Assim, acompanhamos as aventuras de Vasco da Cunha, personagem fictício, jovem fidalgo português, estudante que, em 1549, foge do Tribunal da Inquisição imposto na Universidade de Coimbra e ingressa disfarçado, em Lisboa, em uma nau espanhola sob o comando de Don Diego de Senabria com destino ao Rio da Prata. Seu objetivo é partir para as terras além-mar recém batizadas de Brasil.

O autor busca incluir seu personagem em contato com o máximo de figuras históricas possíveis, de modo a torná-lo, senão uma testemunha, parte ativa da História em seu desenrolar. Assim, Vasco da Cunha teria sido colega de classe de Luís de Camões e companheiro de travessia do Atlântico de Hans Staden, em sua segunda viagem ao Brasil. A viagem na flotilha de Don Diego de Senabria é descrita tal qual os relatos históricos de Hans Staden, com as agruras e o naufrágio próximo à Ilha de Santa Catarina.

Acompanhando Hans Staden, após muitas dificuldades com os rumos da flotilha espanhola, Vasco da Cunha consegue alcançar a Vila de São Vicente, fundada poucos anos antes. Na Vila, Cunha entra em contato com outros personagens históricos, como Ulrich Schimidel, um explorador alemão que percorrera o caminho do Peabiru, chegando a São Vicente, João Ramalho, português que chegara ao Novo Mundo pouco depois da descoberta de Santa Cruz, provavelmente desterrado, e se estabelecera no alto do planalto, em companhia de Tibiriçá, o líder dos índios locais, e os irmão Adorno, uma família genovesa estabelecida na vizinha Vila de Santos após ser expatriada de Portugal. Foi no engenho de açúcar da família Adorno que Vasco da Cunha conseguiu trabalho como gerente e caixeiro.

Diante da captura de Hans Staden pelos índios Tupinambás, a narrativa acompanha o viajante alemão em seu longo

cativeiro de nove meses. Sozinho na Vila de Santos, Vasco da Cunha começa a se sentir tentado a subir a Serra de Paranapiacaba e estabelecer-se no planalto.

Foto 41 - Estátua do Padre José de Anchieta, Ubatuba (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
José de Anchieta, após fundar a Vila de São Paulo do Campo do Piratininga, em 1554, foi enviado para "pacificar" os índios Tupinambás, em Iperoig. A estátua imortaliza a imagem do padre escrevendo na área da praia o célebre Poema à Virgem, escrito em 1563.

O autor, então, desloca sua narrativa serra acima, apresenta personagens históricos novos, como os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, este um jovem ainda, e descreve a fundação da Vila de São Paulo do Campo de Piratininga. Acompanhando esse deslocamento de local da ação da trama, o protagonista fictício também sobe a serra e estabelece-se na aldeia de João Ramalho e Tibiriçá, em Santo André da Borda do Campo, onde se dedica ao roçado e lamenta ver partir companheiros para reforçar as tropas vicentinas nas lutas contra a França Antártica na Baía de Guanabara.

O autor descreve então as lutas contra as tropas de Villegagnon, a vitória vicentina e a Confederação dos Tamoios, assim como a subsequente missão jesuítica para catequizar os índios enfurecidos. Nessa missão, ante todas as dificuldades, é descrita a admiração que o jovem José de Anchieta desperta no povo Tupinambá em Iperoig (grafada como Iperoígue), atual Ubatuba.

Ao final, pacificada a terra, Vasco da Cunha resolve juntar-se às primeiras bandeiras, descritas como expedições que, a partir do curso do Rio Tietê, objetivavam explorar o território nos sertões em busca de riquezas infindáveis.

As bandeiras, por sinal, são o pano de fundo do quarto livro aqui apontado. *A muralha: romance*, de Dinah Silveira de Queiroz, foi escrito em 1954, por ocasião dos festejos do quarto centenário da Cidade de São Paulo. É a Capital paulista o local onde se desenrola a maior parte da ação, e é a Capital paulista a grande homenageada da obra. O livro, narrado em terceira pessoa, com um narrador onisciente, conta uma história de ficção, com a participação de alguns personagens históricos reais em funções periféricas para a trama, ambientada no final do Século XVII e início do Século XVIII.

Cristina é uma jovem portuguesa que viaja de Lisboa para a Capitania de São Vicente em função de casar-se com seu

primo. Na difícil travessia do oceano, Cristina é acompanhada por Joana Antônia, uma prostituta portuguesa que viaja para o Novo Mundo para casar-se e assumir uma nova posição social. Estas informações evidenciam um traço bastante peculiar da sociedade colonial de então. Era relativamente comum que famílias de posses "importassem" noivas para seus filhos, com o intuito de manter a pele alva nas futuras gerações, mas a "escassez" de mulheres brancas na Colônia era tal, que prostitutas também vinham para o Brasil para assumir a função de "senhoras respeitáveis".

A chegada ao Litoral Paulista traz para Cristina decepções. A jovem sonhava em encontrar seu noivo, Tiago, a esperando em terra, mas tudo o que vê é uma multidão empobrecida curiosa com suas roupas e um mestiço-ruivo, Aimbé, criado da fazenda de seu sogro, localizada em São Paulo de Piratininga, a esperando para levá-la à fazenda.

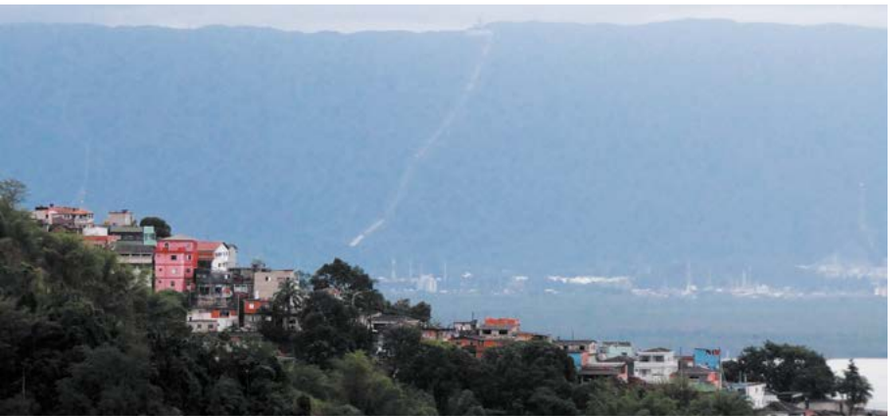


Foto 42 - Vista da Baixada Santista e da Cidade de Cubatão a partir do Monte Serrat. Ao fundo, pode-se ver a escarpa da Serra do Mar, a "muralha", Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Após vencer a serra, a "muralha" como descrita, Cristina tem uma nova decepção. Em Lagoa Serena, a fazenda de Dom Braz, pai de Tiago, só estavam as mulheres. Seu noivo não a esperara. Todos os homens estavam em campo.

Somos, então, apresentados à Vila de São Paulo de Piratininga, tal qual como descrita aos olhos de uma menina criada na Europa. O que se vê é o retrato de um local sujo, pequeno e pobre. Também a vida na fazenda é descrita como austera, sem luxo, difícil até.

O romance traz toda sua história ambientada nos campos de Piratininga. O Litoral Paulista é citado somente de passagem, em dois momentos, ambos, porém, cruciais para a trama: a chegada de Cristina ao Novo Mundo, e o final. Apesar disso, o contexto da citação do litoral vai ao encontro à característica histórica ali desenvolvida. O porto é o ponto de ligação de São Paulo com o exterior, e é pelas trilhas na Serra do Mar que se adentra aos campos do planalto, local de onde saem as bandeiras que adentram o território brasileiro.

Lagoa Serena é território das mulheres. Na fazenda, quem manda é Mãe Cândida, e os trabalhos, exaustivos, são tocados pela matriarca, suas filhas Basília e Rosália, e suas noras, Margarida e Cristina. Os homens, Dom Braz, o patriarca, Leonel, o filho mais velho, Isabel, sobrinha mestiça de Dom Braz, descrita como o "melhor dos seus homens" e Tiago, estão sempre nos sertões, em meio a expedições de apresamento e às guerras com os Emboabas, os portugueses.

A rudeza dos personagens é complementar à rudeza da vida local, sempre às voltas com conflitos com os povos indígenas, com as guerras com os portugueses e com o domínio da terra. Não é característica de Tiago o romantismo imaginado pela menina europeia, e os poucos momentos dela com o marido não são exatamente felizes, embora haja amor recíproco.

Em meio às decepções, Cristina, grávida, torna-se resoluta em regressar à Portugal, e assim, ao final, parte de volta ao litoral acompanhada de seu marido, para pegar a embarcação. É nesse momento de despedida que a jovem percebe que sua vida não é mais na Europa. A visão da grandeza da muralha, dá à Cristina a resignação e a certeza de que ela pertence a essa terra.

Os romances que representam a região do litoral de São Paulo concentram-se no passado muito distante, como os livros descritos até aqui, ou no passado recente, havendo um hiato entre os tempos narrados. A obra seguinte que destacamos é *Navios iluminados*, de Ranulpho Prata.

Definido como romance portuário (ATANES, 2013, p. 75), a principal obra do autor sergipano, que atuou como médico na Santa Casa de Santos entre 1927 e 1942, ano de sua morte, é um livro de grande importância histórica e literária.

Foto 43 - Balança usada para pesar sacas de café no Porto de Santos no início do Século XX, Museu do Porto de Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Publicado em 1937, *Navios iluminados* traz toda sua ação situada nas docas do Porto de Santos e no Bairro do Macuco, na região portuária da Cidade, entre 1927 e meados da década de 1930. O livro conta a história de José Severino, jovem baiano da Cidade de Patrocínio do Coité, localizada no polígono das secas, que migra para a Cidade de Santos na esperança de conseguir emprego e, assim, ajudar sua mãe doente, que ficou na Bahia.

Severino, assim, é mais um retirante da seca em nossa literatura, um brasileiro fisicamente pequeno e frágil, pobre e pouco letrado. O autor atém-se aos detalhes da pesada burocracia que assombra Severino para conseguir seus primeiros documentos, a fim de trabalhar no Porto de Santos. Uma vez contratado, o protagonista passa por diversas funções subalternas até conseguir o cargo de estivador, um trabalho de grande esforço físico, mas que, por remunerar melhor, era o objetivo principal do personagem, meta perseguida por boa parte da história.

Na trama, somos apresentados ao ambiente portuário em pleno ciclo do café paulista. Da Cidade, é rica a descrição dos imponentes edifícios, do bonde, dos bares, dos cabarés, das pensões e porões. O porto é descrito em diferentes ângulos, sempre acompanhando os trabalhos desempenhados por Severino. Os personagens são tão diversos quanto a mão de obra que acorria ao Litoral Paulista naquele momento, com trabalhadores imigrantes nordestinos e estrangeiros (portugueses e espanhóis, sobretudo) empobrecidos que procuravam nos duros trabalhos disponíveis nas docas uma esperança de vida melhor.

O trabalho como estivador implicava em carregar pesadas sacas nas costas entre o porto e os navios. Assim, acompanhamos a riqueza sendo carregada nas costas de homens que, em nome do ciclo econômico que erguia edifícios e fazia a fortuna de fazendeiros e empresários, eram desumanizados, reduzidos a elos em uma corrente. Essa contradi-

ção fica evidente quando a Companhia das Docas de Santos investe em uma máquina que faria o mesmo serviço, com economia de custos e tempo. A máquina, que causa revolta entre os estivadores, é descrita como uma "horrenda aranha" e suas falhas mecânicas são comemoradas e vistas com alívio por estes.

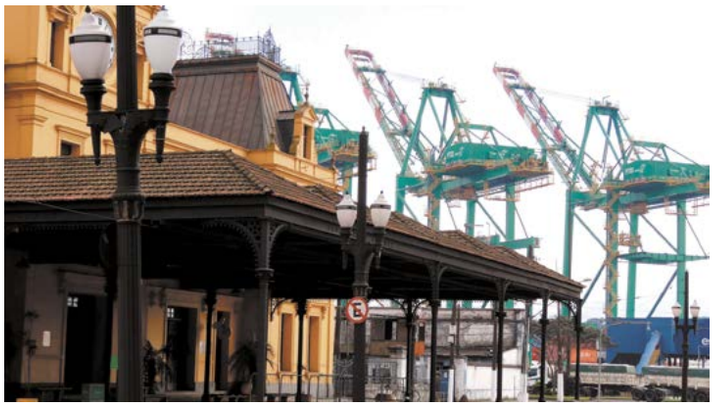


Foto 44 - Vista da Estação de Trem do Valongo, ao fundo, guindastes do Porto de Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Em pouco tempo, Severino percebe que seus muitos esforços não estão se traduzindo em ganhos. Sua vida é descrita como uma sucessão de sofrimentos e o trabalho no porto não lhe propicia o suficiente para sobreviver e ajudar a família na Bahia. Um alívio à trama é trazido pela figura de Florinda, uma lavadeira que se torna sua companheira. A vida de pai de família, porém, eleva ainda mais a responsabilidade por conseguir uma renda que não vinha.

Não demora para o trabalho, duríssimo, cobrar seu preço sobre o frágil físico de Severino. Em meio aos carregamentos, o estivador desenvolve tuberculose. A narrativa então passa a acompanhar seu martírio. Da incapacidade de Florinda para cuidar de Severino, acompanhamos sua transferência para a Santa Casa de Misericórdia de Santos, local onde o autor do livro, Ranulpho Prata, na vida real, trabalhava. Não por acaso, o hospital e a vida dos pacientes são descritos com precisão impressionante de detalhes.

Severino vê-se sozinho na enfermaria da Santa Casa. Só lhe resta agarrar-se à fé e confiar no bom médico que o atende, sem grandes resultados, no entanto. Nessa parte, o romance torna-se lento, reflexivo. Da janela do hospital, Severino consegue contemplar a Cidade, algo que não podia fazer desde que entrara para trabalhar no porto. O desfecho é previsível, mas não por isso, rápido. O martírio do protagonista não cessa. O autor, em linguagem seca, com poucos adjetivos, descreve a agonia de um paciente extremamente fragilizado, sem esperanças, preso a uma cama de hospital. Para Severino, só resta a resignação. Para o leitor, sobra um retrato fiel, cru, de uma parte da História do Brasil.

Foto 45 - Outeiro de Santa Catarina, marco inicial da ocupação portuguesa no Enguaguaçu, atual Cidade de Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016. A igreja original foi erguida em 1543 e destruída em 1591, durante o saque promovido pelo corsário inglês Thomas Cavendish. A atual construção data de 1900. Nos arredores do Outeiro, está o atual Bairro do Paquetá.

Outro retrato fiel é trazido pelo sexto livro aqui apontado. *Os vira-latas da madrugada*, de Adelto Gonçalves, é um romance essencialmente urbano que se enquadra no gênero romance--reportagem, segundo resenha de Nicodemos Sena, editor do livro (GONÇALVES, 2015, p. 213). A ação se desenrola toda no Bairro do Paquetá, em Santos, também chamado pejorativamente de "Boca do Lixo", na primeira metade da década de 1960. Pode-se dizer que o bairro é o personagem principal do romance, com a ação acompanhando os tipos que o frequentam e os eventos que nele acontecem.

Assim, somos apresentados a um grande leque de personagens característicos desse "beira-cais", um Bairro decadente e violento da Cidade de Santos, localizado entre o Centro e o porto, povoado por prostitutas, cafetões, bicheiros, sindicalistas, malandros, mendigos, jornaleiros, ladrões e antigos funcionários do porto. A paisagem descrita é suja, feia, cinzenta, atribuindo à história um tom melancólico. O Bairro é descrito como uma sucessão sem fim de bares, casas de prostituição, galpões e terrenos baldios. Contribui para a construção dessa atmosfera a presença quase perene da chuva, de dias nublados, cinzentos, com ventos frios e cortantes.

A história é narrada de forma bastante original. Adelto Gonçalves introduz o leitor ao livro com a confissão de que a história é o registro do que ele, morador do Bairro do Paquetá até os 19 anos, ouvia nas ruas e presenciava enquanto jovem. Muitos dos fatos narrados seriam, assim, reais, ainda que muitos outros são inventados pelo autor para compor a trama. Também os personagens são inspirados em tipos reais, ainda que sejam fictícios. O livro, desta forma, apresenta um narrador onisciente em terceira pessoa ao contar as histórias do Bairro e de seus personagens, e um narrador personagem, em primeira pessoa, somente em alguns capítulos esporádicos, "confessando" ao leitor as ações que presenciara *in loco* e as motivações que o levaram a escrever o livro.

Foto 46 - Vista da Bolsa do Café, atual Museu do Café, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Na trama, acompanhamos Marambaia, homem idoso, antigo foguista de vários navios com larga história de vida. Fora anarquista e participara da Coluna Prestes, além de exercer ao longo da vida ativa participação no sindicato dos estivadores, localizado no Bairro. Suas memórias pontuam o livro. Marambaia, já aposentado, passa seus dias frequentando o bar Estrela da Manhã, e, após o assassinato do bicheiro do Bairro, assume a função, até ser dedurado como comunista para o exército que tomava o poder em 1964. Ao final do

livro, já sem suas faculdades mentais, ateia fogo a um bonde e invade as escadarias do Palácio da Prefeitura de Santos no intuito de fazer a Revolução Comunista. Acaba morto pela polícia.

Alguns personagens que orbitam no entorno de Marambaia recebem especial atenção no livro, protagonizando momentos da trama. Dentre esses, destaca-se o jovem Pingola, malandro talentoso (torna-se um promissor aprendiz de escultor), mas que divide seus dias entre efetuar pequenos furtos e servir de cafetão de Sula, uma jovem recém-chegada a Santos a quem, após ser violentada em sua Vila natal, Boracéia, só resta a prostituição como modo de vida.

Também o escultor João de Angola, negro do Rio Grande do Norte, mas que carrega o nome do país africano por causa de sua religião, é importante personagem, com uma passagem das mais comoventes. O velho escultor trabalhara a vida toda sem obter uma renda satisfatória. Religioso, suas esperanças recaem no jogo. Por fim, suas preces são atendidas, João de Angola ganha no jogo do bicho, mas morre atropelado por um caminhão no mesmo dia. Cabe a Marambaia o gesto de receber o prêmio, que é inteiramente gasto na compra de um túmulo e uma lápide no cemitério do Paquetá, para que o velho amigo fosse enterrado como alguém de posses, e não como um indigente.

Por fim, também Quirino, velho foguista, preso e torturado pelo Exército nos eventos de 1964 é um personagem que merece citação. Sua tortura nos porões de um navio ancorado no cais é descrita em detalhes. Quirino acaba dedurando Marambaia, que o perdoa, mas acaba morrendo, já liberto, em decorrência das torturas que sofrera. Irene, uma bela dançarina na casa de prostituição em frente ao bar Estrela da Manhã, muito próxima do velho Quirino, acaba se suicidando logo após a morte do amigo, mas os motivos dessa derradeira ação nunca são explicitados.

O tom do livro é de tristeza, e isso Adelto Gonçalves faz questão de ressaltar em suas confissões. Para ele, por mais que o Paquetá seja o Bairro da baixa boemia de Santos, a tristeza é sua principal característica. Seus frequentadores são tristes, as prostitutas e os homens que recorrem a elas seriam infelizes por natureza, assim como os velhos, malandros e os moleques, os vira-latas da madrugada, personagens empobrecidos, excluídos da sociedade, sem uma função socialmente bem-quista e sem esperanças. O livro retrata, assim, o outro lado do porto, a rebarba, os personagens que não pertencem ao cartão-postal e que sobrevivem à margem da grande economia da Cidade. Com isso, temos um relato da vida urbana de Santos em meados do Século XX em seu aspecto mais sujo. Um registro do modo de vida da "arraia-miúda" da Cidade, produtos indesejados de um processo histórico às vezes glorioso, às vezes cruel.

Santos e Litoral Paulista

MAPA 2

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In:* GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer.* Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 7. BUENO, E. *A coroa, a cruz e a espada:* lei, ordem e corrupção no Brasil colônia, 1548-1558. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. (Terra Brasilis, 4).

Nota: O recorte representa a região de Santos e Litoral Paulista tratada neste capítulo. Algumas toponímias indicam a denominação vigente no período dos romances aqui sugeridos, assim como alguns elementos, e foram mantidos para melhor situar o leitor no palco dos acontecimentos.

Região e Romance[18]

Nestes dias vai tudo com a graça de Deus. Não vimos tempestades e nem demos com a *nereida* Galateia, de modo que navegamos sem grandes pesares nem maiores alegrias. Tenho a barba e os cabelos mui compridos e minha pele está curtida como a de um mouro.

Hoje o capitão mandou chamar Duarte Pacheco Pereira, que vai numa das naus da armada. Como estava logo acima deles a consertar uma vela, pude ouvir o que conversavam. O capitão lhe disse que o alimento já rareia e perguntou se ainda demoravam muito para chegar.

Duarte Pacheco respondeu que ficasse tranquilo, porque, pelo que lembrava, era coisa de dez dias. Não entendi por que disseram isso, pois, pelas minhas contas, temos ainda três meses de mar antes de avistarmos os palácios do Samorim.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

Terra Papagalli, 2000, p. 33

Logo de manhã alguns fura-buxos voaram por sobre as naus e com isso agitaram-se todos, por serem estes sinais da proximidade de terra.

Isto era por volta da hora nona e aconteceu que um soldado deu-me um pontapé e mandou-me ir consertar uma vela que tinha-se rasgado. Subi até o cesto de gávea e então aconteceu algo de que muito me orgulho e demonstra que o Altíssimo, ao menos uma vez, voltou seus grandes olhos para mim. E foi isso que avistei ao longe o cume de um monte e depois dele, logo atrás, umas serras. Com toda a força gritei então: "Terra à vista!"

Olhando para baixo, vi que o convés estava cheio e havia enorme alvoroço, de modo que os degredados, os marinheiros e os padres abraçavam-se, não se importando com hierarquia ou odores.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

Terra Papagalli, 2000, p. 36

E tendo passado quase um mês, estávamos mais contentes e resignados em viver naquela ilha. Da beira da praia não avançávamos mais que duas léguas, de onde avistávamos uma grande serra a oeste, mas nunca a quisemos conhecer.

Vimos mais alguns animais curiosos e nos encorajamos a comer outras frutas. Uma delas parece uma meia-lua, tem casca amarela e grossa como os pepinos e é muito apreciada- pelos macacos, que a comem com bizarria. Não sei se já há dela na Europa, mas, desde que a descobri, transformou-se no meu alimento favorito. Na caça, aprendemos mais sobre os costumes das alimárias e já não era difícil voltar com um veado ou alguma lebre.

É verdade que não tínhamos mais camisas e calções, e nem de nossas sapatas restava alguma coisa, porque se haviam perdido e estragado com o muito andar por aqueles chãos. Mas não fazíamos caso disso, pois como ninguém nos via, íamos bem contentes na nossa nudez, e, estando de tudo privados, não havia inveja nem cobiça.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

Terra Papagalli, 2000, p. 54

Chegando nós à parte ocidental da ilha, fomos dar em uma povoação onde havia mais de trezentos deles. Todos se alvoroçaram e queriam nos ver e tocar. As mulheres nos davam tapas e socos e as crianças puxavam nossas barbas.

Nessa aldeia haviam nove ou dez grandes casas de uns vinte palmos de altura e oitenta de comprido, todas com três ou quatro portas pequenas, de modo que só se podia entrar nelas de gatinhas. São apoiadas em estacas muito grossas e cobrem- -se com umas palhas tão bem trançadas que por elas não passa um pingo de chuva sequer. Não possuem compartimentos e ali habitam de quinze a vinte famílias, cada qual com seu fogo.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

Terra Papagalli, 2000, p. 59

Chegado o dia de irmos à guerra, acordamos cedo e logo começamos uma longa marcha pelo sertão adentro. Íamos em pouco menos de duzentos homens e levávamos grande cópia de arcos, flechas, lanças, facas e *bordunas*. Ao pé de uma serra, tomamos um caminho que chamavam Piaçaguera e por ele subimos seis léguas até chegarmos a uma pequena planura, onde paramos e descansamos, pelo que dei graças a Deus porque meus pés já doíam como se tivessem sido pisados por elefantes.

No dia seguinte houve um grande nevoeiro por toda a manhã, mas eles não faziam menção de parar, e, mesmo andando na lama, escalando penhas e pisando a cabeça de cobras, seguimos mais quatro léguas até darmos com um vale tão imenso que se perdia da vista.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

Terra Papagalli, 2000, p. 90

Quando Estebanillo Delgado partiu, disse que havia gostado de fazer negócio comigo e que falaria de mim a todos os navegantes que fossem à Terra dos Papagaios. Falei que a troca havia sido somente a solução de um problema e que não pensava em transformar aquilo num comércio, mas ele me respondeu: "Não sejas tolo, ó Bacharel,

[18] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

deve haver mais gentios por esses matos que grãos de areia nessa praia. Podes ficar rico vendendo esses prisioneiros."

Não achei de todo má aquela ideia, mas sabia que Piquerobi jamais iria aceitá-la. Porém, quando cheguei na aldeia tive uma visão que quase me fez saltarem os olhos das órbitas. Piquerobi estava não só com aquela camisa vermelha e amarela, como usava um barrete azul, calções verdes, sapatos bicudos cor de púrpura e dava tiros com o *arcabuz*, impressionando os anciãos, que estavam em volta dele. Cheguei mais perto e vi que se gabava de ter tido a ideia de trocar os prisioneiros por roupas e armas e, virando-se para mim, disse: "Quando virão de novo os nossos amigos?".

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta
***Terra Papagalli*, 2000, p. 104**

Foto 47 - Estátuas de índios do tronco Tupi no Museu João Ramalho, Forte São João, Bertioga (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Então eu e Jácome Roiz tomamos alguns gentios e montamos um pequeno porto a duas léguas da aldeia, na entrada de um estuário, onde os navios podiam ficar fundeados em segurança enquanto seus capitães vinham entender-se conosco. Ali construímos uma oca, que nos serviu de armazém, um pequeno *trapiche* para carregar os *bergantins* e uma outra oca para os prisioneiros.

Passaram-se então três meses e um navio castelhano aportou no Paraíso. Já vinham instruídos para comerciar conosco e levaram água, frutos, papagaios, macacos, tupinambás e madeira. Depois deste veio um galeão flandrino, depois duas naus francesas, depois um corsário inglês e daí em diante recebíamos ao menos uma visita a cada quatro meses.

Com as lanças, escudos, bestas, pistolas, espadas, martelos, facas, facões, foices e pregos que conseguíamos com os navegantes, ninguém podia fazer frente ao nosso exército, já não atacávamos apenas os tupinambás, mas também os tapuias, carijós, maromomis, caetés e goitacás, de modo que enquanto os tupiniquins variavam de prato, nós variávamos de mercadoria.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta
***Terra Papagalli*, 2000, p. 105-106**

Cristóvão Jaques ouviu tudo com paciência e parece que acreditou no que lhe disse, porque sorriu e então pela primeira vez vi seus dentes amarelados. Depois começou a falar de outras coisas, contando-nos como tinha capturado alguns ingleses e como se comprazia em torturá-los para que dissessem a verdade. Pensei que estivesse querendo nos meter medo, mas depois vi que gostava de contar seus feitos e fazia isto apenas para se vangloriar.

E foi que estiveram conosco por quinze dias, não fazendo nós economia em dar-lhes as melhores carnes, raízes e frutos. Levamos muitos odres com água até a nau e também alimentos e aquela lenha que os gentios chamavam arabutã e os portugueses chamaram brasil, por ser o seu interior escarlate à maneira das brasas.

Deixou ele em terra um capitão que se chamava Pero Capico e um jovem soldado, mui franzino, de nome Francisco de Chaves. Ao capitão deu ordem para que demarcasse aqueles lugares e os dividisse entre nós. Por fim, repetiu que não levaria nenhum de nós consigo e antes que protestássemos disse que nos devíamos dar por bem pagos, pois receberíamos terra para lavrar sem que, por dez anos, tivéssemos que pagar direitos, sisas, impostos, dízimos, quintos e as mais taxas que a gente honesta pagava sem reclamar.

Ordenou que em tudo obedecêssemos a Pero Capico e avisou que se o encontrasse com um arranhão pagaríamos com a nossa morte e a

de todos os nossos parentes. Também nos proibiu de chamar aquele lugar pelo nome de Paraíso, dizendo que deveríamos tê-lo por São Vicente, que este era seu nome oficial e assim constava em muitos mapas e cartas de marear"

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

***Terra Papagalli*, 2000, p. 130**

Martim Afonso ia estabelecendo regimentos conforme os princípios da lei portuguesa e, com a ajuda de Lopo de Pina, nomeava tabeliães, oficiais de justiça e instalava os colonos. Montou um engenho de açúcar com umas sementes que trouxe da ilha da Madeira e
mandou erguer um novo trapiche. Em janeiro, transformou São Vicente em vila.

Em tudo contava com a ajuda de Antonio Rodrigues, que ficou sendo comandante da alfândega real. Um tempo depois fundou outra vila no planalto, que se chamou Piratininga. Nessa teve a ajuda de João Ramalho, que ganhou como recompensa o título de capitão da borda e d'além do campo e uma imensa sesmaria, que ia desde o rio Uruaí até um lugar de nome Juguaporebaba, de modo que ficou dono quase que de um Portugal.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

***Terra Papagalli*, 2000, p. 166**

Três dias antes da tal festa, eu, Terebê e vinte homens nos pusemos em marcha para o Paraíso, digo, São Vicente. Um pouco antes de chegarmos, eu e Terebê botamos nossas roupas. Nem preciso dizer o quanto a pobre ficou incomodada com isso, senhor conde, pois, mal comparando, é como se o senhor, para entrar numa festa, tivesse que tirar vossas vestes, o que seria coisa pouco agradável e não vos deixaria muito à vontade.

Quando lá chegamos, vimos que estava tudo muito mudado. Havia uma igreja, inclusive com sino, uma cadeia, um engenho de açúcar, três bicas d'água, um estábulo para cavalos e as únicas ocas que ainda restavam foram feitas armazéns, de modo que todos agora moravam em casas, a maioria muito pobres, umas poucas decentes e uma que deduzi ser a Casa Maior. Era um sobrado grandioso, com oito janelas, caiado e em tudo destoante do resto da vila.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

***Terra Papagalli*, 2000, p. 168**

E daquela terra que hoje chamam Brasil, esquecendo o nome que lhe deram seus primeiros moradores, digo que pouco proveito se pode tirar dela, porque vem se povoando com homens cobiçosos. É isto um grande mal, porque é como um Éden e penso que Deus nos fez vir até ela para que fizéssemos uma nação diferente de todas as outras, porém, segundo a coisa se abala, está bem parecida com a nossa, onde reinam a burla, a roubaria e mais pode quem é mais velhaco.

José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta

***Terra Papagalli*, 2000, p. 191**

Foto 48 - Igreja Matriz de São Vicente, São Vicente (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016. A construção original, datada de 1559, foi destruída durante o saque promovido pelo corsário holandês Joris Van Spielbergen em 1615. A atual construção foi inaugurada em 1759.

A tripulação contava com 150 homens e deixou Portugal em outubro de 1548. O objetivo da expedição era trazer carregamentos de pau Brasil. Essa madeira, descoberta pelos portugueses no Novo Mundo, era muito valiosa, pois dela podia-se extrair tinturas para tecidos. Mas essa não seria a única - e talvez sequer a principal - fonte de renda pretendida pelo capitão Penteado. Seu navio estava armado como se fosse para a guerra e ele levava uma carta de corso, concedida por Sua Majestade.

A carta de corso era uma espécie de licença para praticar a pirataria, contra navios mouros e franceses. [...] A rigor, no entanto, se dois navios de nacionalidades diferentes se cruzassem no oceano, independentemente de desacordos prévios, o mais forte pilhava o mais fraco. "É coisa do ofício", como ensinaram a Hans Staden.

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 15

O capitão ordenou a um grupo de marujos, no qual estava Hans Staden, que descesse num bote para explorar a praia e a floresta que se levantava mais além.

No navio, a espera foi angustiante. Estavam preocupados com as outras duas embarcações da frota, incluindo a San Miguel, a nau capitânea, e com seu próprio destino. Sabiam que o Brasil era habitado por nativos guerreiros - alguns dos quais inimigos dos portugueses e de seus aliados, como eram os espanhóis. Por isso, alguns dias depois, quando viram ao longe o bote de exploração voltar, colocaram-se em estado de alerta.

Cercado de índios, com uma expressão séria e tensa. Hans Staden estava de pé no bote, à proa. A tripulação do navio começou a gritar: "Onde estavam os outros, que haviam partido com o alemão? Haviam sido mortos pelos índios?

E já se preparavam para atirar quando Hans Staden, de longe, caiu na risada."

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden*: *viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 29

Ao colidir, a embarcação partiu-se ao meio. Todos foram jogados no mar.

Lutando para não ser atirado contra as pedras, Hans Staden precisou usar suas últimas forças para salvar-se. Chegou à praia quase desmaiado. Caía uma chuva grossa e fria. Toda a tripulação do naviozinho conseguiu escapar às ondas, mas estavam assustados por não saber onde se encontravam, e se for ali podiam aparecer índios hostis.

Ao caminharem ao longo da praia, de súbito, viram uma coisa surpreendente. Uma Vila... casas ao estilo europeu. "Até mesmo na igreja", acentua Hans Staden, emocionado. Estavam no povoado de Itanhaém, à duas milhas a sudoeste de São Vicente!

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 34

O representante da Coroa Portuguesa em São Vicente, na época, era o comandante Antônio de Oliveira. Sua Capitania era muito rica, pela produção de cana-de-açúcar. Mas havia o problema dos índios tupinambás, que constantemente a atacavam.

Os tupinambás mantinham boas relações com os franceses e eram inimigos de morte dos tupiniquins, aliados dos portugueses. Na verdade, todas as tribos guerreavam incessantemente entre sim. Havia os carijós, dos guaitacazes, os maracaiás, os carajás - todos eles repartindo extensões do litoral brasileiro.

A cinco milhas a nordeste da ilha de São Vicente, ficava a península chamada de Bertioga. Era por ali que os índios penetravam, com seus botes, para atacar a capitania. Foi por isso que um grupo de mamelucos — alguns dos quais tiveram um triste destino, conforme testemunha Hans Staden em um ponto mais à frente, em seu relato — resolveu construir uma fortificação no local.

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 36

Foto 49 - Vista a partir do Forte de São João, Bertioga (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Depois dessa derrota, os portugueses estiveram bastante propensos a abandonar São Vicente. Então, tiveram a ideia de instalar uma guarnição com peças de artilharia numa pequena ilha atrás de Bertioga, chamada por eles de Santo Amaro. Isso daria a cobertura necessária para impedir as investidas dos tupinambás pela retaguarda.

No entanto, não havia material em São Vicente para construir uma edificação sólida. A casa-forte de Santo Amaro era muito vulnerável e, por isso, nenhum dos portugueses se atrevia a se instalar lá. Foi nessa época que Hans Staden chegou à capitania.

Apresentado por Heliodoro Hessus como artilheiro, foram logo lhe oferecendo o posto de Santo Amaro, em troca de boa remuneração. Hans Staden havia perdido todos os bens que conseguira acumular até então, no naufrágio de Itanhaém. Aceitou o emprego com a condição de permanecer por apenas quatro meses. Nesse prazo, deveria chegar de Portugal, o representante do rei — que veio a ser Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil. Em sua esquadra, traria o material necessário e construtores para reforçar as instalações de Santo Amaro.

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 37-38

Hans aceitou a oferta entusiasmado. E já começava a considerar sendo Amaro como uma espécie de lar. No entanto, à noite, sempre se inquietava. Seu maior receio não era morrer em combate, mas ser capturado. Sabia que os índios, dentro dos seus costumes, tratavam os prisioneiros de forma muito dura. E os devoravam... Era isso que fazia nosso aventureiro perder o sono e ficar observando a mata escura, cheio de sobressaltos.

Entre os europeus, o nome de um guerreiro tupinambá, em especial, costumava provocar calafrios. Era Cunhambebe, famoso pela ousadia dos ataques que comandava e pela ferocidade em combate. Era um apreciador inveterado de carne humana e o personagem central dos pesadelos de Hans Staden.

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 39-40

Hans também se admirou por eles não possuírem nenhuma espécie de dinheiro ou de riquezas acumuladas. Fora as penas de pássaros, tanto mais apreciadas quanto mais rara fosse a ave, pouco ou nada guardavam. Não havia ostentação. Havia também os cristais que enfiavam nos lábios. Era considerado rico quem tivesse o cristal mais bonito. Mas cristais e penas eram livremente oferecidos pela Natureza. Não seria preciso pilhar, roubar, matar, enganar ou piratear para consegui-los.

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 51

Foto 50 - Vista do Mar Pequeno, São Vicente (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Decididamente, o comportamento dos índios não fazia sentido para Hans. Não era a morte que temiam, mas a morte pela doença, que não consideravam como se tivesse sido provocada por razões orgânicas, mas pela ação de um mau espírito, que tentava penetrar no corpo e, assim, dominar sua pessoa. Disso, tinham verdadeiro pavor.

Acreditavam que um demônio — o Anhangá — vinha devorar os guerreiros que fossem sepultados. E, por algum motivo que Hans não entendia, ser devorado por um demônio, para eles, significava uma desgraça, ou mesmo uma maldição; já, ser devorado pelos inimigos, uma honra.

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 67

Vendo os esforços de Hans falharem, o dono do carijó arrancou o doente da rede. Decidiu executá-lo — e com isso ganhar um nome — antes que morresse da doença. O escravo estava tão debilitado que sequer pôde compreender o que estava acontecendo. E, dessa vez, a *ibirapema* foi usada, rachando o crânio do carijó em vários pedaços.

Os índios se atiraram sobre o corpo da vítima rapidamente, esquartejando-o e pondo-o para assar. Horrorizado, Hans alertou

de que não deveriam comê-lo, pois poderiam se contaminar. Mas, segundo a crença dos índios, a morte dá por encerrado o trabalho dos demônios que causam a doença.

Luiz Antônio Aguiar

Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil, 1988, p. 69-70

Na capitania de São Vicente, o Planalto Atlântico bordeja o litoral, ora debruçando-se em escarpas sobre o mar, ora alterando esporões rochosos e baixadas arenosas e alagadiças, em forma de anfiteatros. A montanha, por vezes, vem até o oceano, com desníveis de até oitocentos metros, à distância de poucos quilômetros. Outras vezes, a serra do Mar afasta-se para o interior, abrindo o litoral em praias bravias e extensas, ou em tranquilas baias e sinuosas enseadas, de pequenas praias de areias brancas. Nesta sucessão de praias e costões, ou montanhas recobertas de vegetação, surgem numerosas ilhas de águas claras e feição paradisíaca.

A Ilha de São Vicente fica encravada num *lagamar entressachado* de manguezais e ilhotas, um conjunto harmonioso de baías, mangues, rios, canais sinuosos, entre o mar e o continente, povoado de peixes, crustáceos, milhões de pequenos animais e plantas aquáticas. À sua volta fluem os *boqueirões* da Bertioga, Barra Grande de Santos e São Vicente, através dos quais o mar penetra terra adentro.

Para oeste, dominando o cenário, rumo ao sertão, ergue-se a muralha verde da serra de Paranapiacaba, recoberta pela floresta atlântica, de onde jorram inumeráveis fontes e riachos que se precipitam serra abaixo, avolumando-se para formar rios e alagados.

Um pouco para o norte situa-se a ilha de Santo Amaro, à margem do canal de Bertioga. No rumo oposto, a barra de São Vicente alarga-se num mar pequeno, que separa a ilha das praias do sul.

Renato Castelo Branco

O planalto: o romance de São Paulo, 1985, p. 77-78

Vasco percorria a pequena vila e seus arredores com emoção. Afinal, ali estava ele na Nova Lusitânia, para ajudar a criar um novo mundo português.

São Vicente e Santos eram apenas as sementes de um novo Império, irmãs de Olinda e Salvador, postos avançados de onde partiriam para novas conquistas, para glória de Deus e el-rei.

Mas sentia, ao mesmo tempo, que ali não era apenas um prolongamento de Portugal. Algo de novo estava se forjando ao contato daquela selva, daquele mar, daquele sol, daqueles selvagens nus e primitivos.

Renato Castelo Branco

O planalto: o romance de São Paulo, 1985, p. 84

Foto 51 - Roda d'água na Casa da Farinha, Ubatuba (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
A construção data do Século XVIII, onde funcionava uma fazenda e um engenho voltado à produção de açúcar. Com o abandono da área, a roda d'água, produzida na Inglaterra, foi adaptada para o fabrico de farinha e hoje é utilizada pela comunidade caiçara.

Quando Hans Staden chegou, Vasco conversava com o mestre e o purgador de açúcar, sobre problemas do engenho. Ao vê-lo, interrompeu a conversa e dirigiu-se ao amigo.

A fisionomia de Hans Staden estava iluminada. E seu sorriso parecia antecipar acontecimentos inesperados, mas era evidente o desejo de prolongar a expectativa.

— Que ares misteriosos são esses? — Perguntou-lhe Vaso com fingida indiferença.

Hans Staden removeu um fragmento de cana dos dentes do engenho e pôs-se a chupar seu caldo adocicado. Depois limpou com as costas da mão os fragmentos de cana que se acumularam em sua barba.

— Advinha — propôs reticente.

Os gemidos de um carro de boi vinham do canavial. Um cachorro magro e sarnento entrou em volta e saiu desapontado. Das paredes empoeiradas pendiam os rendados inesperados das teias de aranha. Vasco esperava que o amigo satisfizesse seu desejo de criar suspense. Afinal, Hans Staden anunciou:

— Os espanhóis vão partir. Juan Salazar e Hernando do Tejo já informaram ao capitão-mor. Seguem com doze soldados, a família Senabria, e um grupo de portugueses chefiados pelos irmãos Vicente e Cipriano de Goes, do Engenho Madre de Deus.

Renato Castelo Branco

O planalto: o romance de São Paulo, 1985, p. 89

Foto 52 - Azulejos na "Biquinha de Anchieta", São Vicente (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.
A bica original data de 1533, erguida a poucos metros de um colégio jesuíta.

Era o ano de 1554. Depois de três anos na capitania de São Vicente, Vasco estava decidido a subir a serra e conhecer os campos de Piratininga.

Recentemente, catorze jesuítas, governados pelo padre Manuel de Paiva, haviam deixado o colégio de São Vicente para fundar no planalto a casa da Companhia de Jesus. Seguiram rumo aos aldeamentos índios de Caiubi e Tibiriça, onde João Ramalho e seus descendentes mamelucos haviam construído o único povoado terra adentro existente na América portuguesa.

Enquanto pensava nesse mundo de serra-acima, fazendo planos, alimentando projetos, Vasco seguia por uma estreita rua da vila de Santos, rumo à cassa de José Adorno.

Renato Castelo Branco

O planalto: o romance de São Paulo, 1985, p. 118

Deixando Anchieta como refém, Nóbrega retornou a São Vicente para novas negociações, em companhia de Cunhambebe. Retido em Iperoígue, à espera do retorno de Nóbrega, Anchieta entregou-se a escrever um poema à virgem. Como não dispunha de papel, decidiu escrevê-lo sobre a areia da praia, a fim de melhor memorizá-lo.

Diziam os índios que, nessas ocasiões, via-se uma ave colorida sobrevoando Anchieta, em volta de sua cabeça, enquanto ele escrevia. Era mais um dos muitos milagres que seriam atribuídos ao jovem padre. Sua doçura, sua bondade e sua eloquência terminaram por abrandar os mais exaltados inimigos.

Quando Cunhambebe voltou de São Vicente, trazendo os novos termos de paz, Anchieta já era reverenciado pelos Tamoios. Aclamado pelos índios foi escoltado de volta a São Vicente, depois de cinco meses de cativeiro em Iperoígue, pelo outrora feroz Cunhambebe, autopromovido a seu protetor.

Renato Castelo Branco

O planalto: o romance de São Paulo, 1985, p. 152

O Capitão-Mor continuava a acenar; depois, brusco, pondo na môça seus olhos azuis frios, a puxou pelo braço tremente, falando em côr de voz mais íntima:

— Cure-se a menina de ilusões. A pobreza arrogante desta terra! Os índios feios como judas, os brancos sujos, fanfarrões briguentos, os negros fazendo o que lhes ensinam, como *monos*. Os padres disputando com os brancos, mas lhes dizendo as missas. E as mulheres escondidas em casa como coelhos nas tocas, ignorantes e obstinadas.

E enquanto cortejava a gente que já o podia distinguir, com um aceno altaneiro:

— Vêde bem esta miséria. De perto ainda é pior! Porque êste povo cheira diferente... Se algum dia *descoroçoar*, contai com minha valia.

Cristina foi prendendo a mantilha, enrolando-a no pescoço:

— Com esta gente de que fala não viverei eu. Há de ser com meu esposo, que tem meu próprio sangue, e será um homem igual a meu irmão.

O Capitão-Mor balançou a cabeça, mirou Cristina de cima a baixo:

— Deus Nosso Senhor conserve a alegria da menina, e também sua beleza, em terrão tão sem galas. Adeus!

Dinah Silveira de Queiroz

A muralha: romance, 2004, p. 13

Já agora era uma visão no descampado, que emocionava a moça. Mariposas sem conta se desprendiam, do chão. A terra fervia de mariposas, que se desatavam do verde, como flores a cobrar vida.

— Que lindeza!

Mas o índio, atrás de Cristina, assinalou as mariposas:

— Terra mole; não presta. Afunda, acaba tudo!

Mais adiante, Cristina perguntou a Aimbé:

— Piratininga... Piratininga é agradável, é bela de se ver? Tem boas casas?

— Boas casas. Piratininga... bela — respondeu o índio com entusiasmo.

A noiva de Tiago apontou a enorme muralha verde-escuro barrando o horizonte.

— Fica muito longe, Piratininga? — Longe! — ecoou o escravo. Com as sombras da tarde, e a aproximação daquele desfile tenebroso de montanhas, que se encostavam erectas umas às outras, numa procissão de guardas gigantescos, insinuava-se na alma da moça uma desconfiança torturante:

— Longe? Ao pé da serra? — perguntou.

— Mais alto.

— Alto?... Como aqueles pássaros que ali voam? Tão alto assim? Mas eu nada vejo!

— Mais alto do que passarinho pode voar!

— Mais alto? Deus meu! Onde? Onde está aquela grossa nuvem?

— Piratininga... depois de passarinho... depois de serra, lá longe...

Dinah Silveira de Queiroz

A muralha: romance, 2004, p. 23

— Oh, Tiago — disse ela, atirando-se por fim, a seu peito. Eu quero voltar, mas sei que não suportarei a viagem. Eu morrerei com o balanço do barco e o cheiro do mar, e o cheiro das velas sujas... Não suportarei a comida velha! Eu vou morrer!... e atirarão meu corpo às águas...

Tiago afagava a cabeça da esposa, beijava-lhe a testa.

— Tão corajosa... vosmecê, tão corajosa... e agora não tem mais forças! É bem capaz que eu a tenha de levar de novo para... a sujeira... Vosmecê ainda não escapou de São Paulo do Campo de Piratininga!

Ela se lembrou de olhar, de procurar a "Piratininga bela", de Aimbé. E na manhã ainda com resto de aurora, a enorme muralha encimada por nuvens gigantescas e coloridas a assombrou, com sua presença esmagadora e indômita.

Cristina assoou o nariz, desvencilhando-se, e estudou aquela barreira que trancava o horizonte. Em cima dela, as nuvens criavam a ilusão de infinitos castelos, de um casario imenso que se ajuntava, dourado, sobre a barra de sombra verde-escuro.

Tiago a consolava. Mas Cristina não tinha consolo. Alisou a saia salpicada, sacudiu-a, desempenou-se, e com violência portuguesa nos olhos escuros, desafiou — com um longe de admiração — a visão enorme. Esteve assim um, tempo, os cabelos soltos a lhe lamberem o rosto, tangidos já pela aragem do mar.

Tiago caminhou para ela, envolvendo-a com seus braços:

— Vou dizer-te uma coisa. As estrelas me haviam prometido alegria e triunfo. Não esperava que te fosses.

Ela ficou aniquilada no abraço. Iria voltar para aquele convento de mulheres. Seu marido partiria para a guerra. Seu filho nasceria na solidão. Seria capaz até de criar o fruto da infidelidade, como as outras mulheres desta terra incompreendida. Tiago havia dito que teria de levá-la novamente para a "sujeira". E ela... estava humilhada e rendida... mas só por enquanto. Sua mão trêmula se elevou para a muralha. Já as nuvens não mostravam mais o mesmo contorno, e no entanto, continuava possuída pela miragem:

— Com homens assim, assim loucos e teimosos, e mulheres tão atrevidas e obstinadas... sabes o que me veio agora à cabeça? Que esta sujeira... — e ela quase cuspiu de raiva naquele desafio à grandeza de Deus, mas se dobrou, cativa da imensidão — ...bem pode tornar-se, um, dia, uma grande cidade.

Dinah Silveira de Queiroz

A muralha: romance, 2004, p. 414

Foto 53 - Vista dos canais de água salobra na Baixada Santista e da Serra do Mar, a partir do Monte Serrat, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Foto 54 - Bonde em circulação no centro da Cidade de Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

O exame do Ambulatório, com o aparato de máquinas e ruídos, fez a sua emoção subir muito alto. Sentiu, até tontura, como na presença do inspetor. O resultado só no outro dia. Que voltasse. Era sempre aquela "amanhã", que não tinha fim. Recebeu outro papel, que foi apresentar ao doutor da associação. O médico leu devagar e tornou a escrever também alguma coisa;

— Leve a seu Meira.

Severino, naquele jogo de empurra, a arrebentar de incertezas e de ansiedade, indagou angustiado:

— Eu entro, doutor? Eu entro?

— Parece. Procure seu Meira.

Quando ele se apresentou, seu Meira tomou-lhe o papel e, colocando-o em cima de outros iguais, disse:

— Agora é a carteira de Polícia. Cadê a certidão de idade?

— Só tenho isto.

Seu Meira desdobrou a folha de almaço manchada de suor e de marcas de dedo e leu a meia voz: "Atesto que o senhor José Severino de Jesus, lavrador, com vinte e três anos de idade, filho de Amaro Severino e Joana de Jesus, é rapaz de bons costumes, pacato e trabalhador." Sobre mil e duzentos réis de selos vinha: "Patrocínio do Coité, 20-8-926" e a assinatura do delegado: José da Fonseca Deda. Firma reconhecida.

— Isto não vale nada, gritou seu Meira, aborrecido. Precisa tirar uma certidão em cartório. Procure aí seu Faustino para ajudar a você nesta história. Meu Deus, que trabalho me dá essa gente!

Ranulpho Prata

Navios iluminados, 1996, p. 39

Os meses corriam e Severino sempre nas oficinas da *Mortona* picando a ferrugem dos velhos barcos, a tirar e a colocar rebites. Para dizer a verdade, não desgostava do serviço e, se não fosse o abuso do mestre Guimarães a dar gritos e só em cima, num arre-arre já fora da conta, acharia até bom. Era com certo orgulho de colaborador, mínimo, mas colaborador, que via as embarcações reformadas, pintadas de novo, de metais polidos, com a estrela azul da Companhia flutuando no mastro grande, deslizarem pela rampa e caírem n'água, ganhando o canal para o trabalho.

O pouco salário continuava, porém, a ser a sua principal preocupação.

Era, de fato, insuficiente, curto por demais, precisando ser muito esticado para poder viver. Apesar de tudo, com economias rigorosas, conseguiu saldar com o Canadas. Liquidou a conto no Ao Gaiato de Lisboa e ficou em dia com a pensão, o que muito desejava, porque não podia olhar para ninguém na casa que não se sentisse envergonhado. Evitava conversar com Milagre e a mulher e quando na mesa se tocava no assunto "dívidas", Severino ficava todo *vexado* e a comida não queria descer.

Ranulpho Prata

Navios iluminados, 1996, p. 62

Foto 55 - Vista do Porto de Santos a partir do Monte Serrat, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

O Valongo deu várias viagens no dia.

Espalhados pelo canal, outras dragas e outros *batelões* faziam o mesmo serviço. O principal era o canal ficar de fundo bem limpo para que os *paquetes* entrassem à vontade, facilmente, sem sujar as *quilhas*.

Aquele trabalho pareceu a Severino a varredura cuidadosa e incessante de uma casa para receber visita de cerimônia.

Terminada a *faina*, à tardinha, o Valongo voltou aos Outeirinhos para ter o seu descanso. A tripulação desembarcou, só ficando a bordo o vigia e o foguista de quarto para puxar fogo às três horas da madrugada. Cabia a vez a Severino.

Pedro Celeste, antes de sair, convidou-o para um banho.

— Sapecado como estou de tanto fogo, meu irmão? Não '*estopora*'?

— Estopora nada, vamos cair n'água, senão você não dorme um minuto, o carvão não deixa, lhe roendo o couro.

Severino resolveu-se, receoso, e sentiu-se bem com o mergulho.

Ranulpho Prata

Navios iluminados, 1996, p. 70

O serviço começou num entusiasmo grande, as *chalaças* chovendo de todos os lados, as risadas pipocando. Tudo aquilo, toda aquela alegria ruidosa era obra do dinheiro.

Formaram-se as duas cordas de homens. Mesmo que algum preguiçoso quisesse andar devagar, não podia, porque os outros lhe vinham nos calcanhares e gritavam:

— Pra diante, não 'morcega', não 'morcega'!

Assim, um tocando o outro, a onda de energia física se comunicava a todos os elos da extensa cadeia humana que puxava as sacas para bordo. [...]

Severino, como os outros, pegou com vontade. Trotava pra lá e pra cá, dobrado debaixo do peso, como se já fosse velho. Durante a manhã não sentiu o esforço. Aguentou firme o rojão dos companheiros. Mas depois do almoço, houve um momento em que quase entrega os pontos. O coração desembestou, num tá, tá, tá, de doer o peito; veio-lhe à boca um gosto de sangue. Cuspiu no chão oleoso. Saiu limpo. Precisou deixar a fila um minuto porque tinha a vista escura e tonturas. Ficou uns instantes de olhos fechados. O Pascoal, com o grande ventre a tremer sob a carga, aconselhou:

— Não deixe o corpo esfriar, que é pior.

Ranulpho Prata

Navios iluminados, 1996, p. 92

Foto 56 - Vista do Porto de Santos a partir do Monte Serrat, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Severino teve uma semana de rojão duro.

O cais, desde o 1 ao 27, *pejado* de navios, o serviço era abundante. Todo o pessoal do tráfego estava contente, a ter horas especiais e serões um atrás do outro.

Severino mergulhou com os camaradas na onda de trabalho que vinha desafogá-los, lançando-os quase na fartura. Não se queria perder a oportunidade, porque, como sempre, depois daquele excesso, vinha uma parada, dias inteiros ao léu.

Severino trabalhou quarenta e oito horas, dia e noite, seguidamente, tendo, apenas, os momentos de intervalo exigidos para refeições. Arrependeu-se depois, porque se sentiu fatigado. Precisou, até, passar uma tarde em casa, repousando. Florinda fez questão, zelosa da sua saúde.

Na semana seguinte, porém, após uma descarga de trigo, chegou em casa tossindo. Bem lhe diziam os companheiros que o trigo, ao contrário do carvão, faz mal aos pulmões. À noite, já deitado, ao escarrar, notou um fiozinho de sangue. Não fez conta. [...]

No fim dessa mesma semana, foi trabalhar no armazém frigorífico. Cá fora um noroeste bravo, sapecando a pele, escaldando a cidade, e lá dentro uma temperatura de trinta graus abaixo de zero.

Quando o fardo de carne congelada, enrolado de pano branco e duro como ferro, lhe caía nas costas, Severino encolhia-se fazia caretas, mordia os beiços. Não era o peso, era o frio que o incomodava, que lhe queimava os ombros como uma *cataplasma* fervendo. A tarde toda e a noite até as dez horas, ficou a carrear para a plataforma do armazém

os fardos de carne que o guindaste pegava e depositava nos porões do Witell, que partia ao amanhecer para a Alemanha.

Deixou o serviço com uma dor no peito esquerdo, uma dor fininha que aumentava ao puxar do fôlego. Florinda queimou o lugar com iodo e na manhã seguinte estava sarado. Mas depois do café, ao rumar para o cais, teve um acesso repentino de tosse e tornou a cuspir sangue, desta vez uma estria mais vermelha e mais grossa. Reparou na novidade, durante o dia, na descarga de sal, as pernas molhadas até os joelhos, o sangue reapareceu por três vezes.

Ranulpho Prata

Navios iluminados, 1996, p. 147-148

Foto 57 - Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat, erguida em 1599 no topo do Monte Serrat, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Que longos dias no hospital, santo Deus! Severino sofria doença e saudade de Florinda e dos filhos.

Não tirava o pensamento deles.

A distração ali era olhar o panorama da cidade, estendida na planície. Lá estava o canal, abraçando-lhe a cintura. Via-se bem o limite do casario, as filas de armazéns, internos e externos, os vapores alinhados no cais, a ponta dos guindastes, o fumo das locomotivas e, mais além, transposto o canal, Itapema, a ilha Barnabé, Bocaina, Guarujá, o verde rasteiro do mangue, o monte Cabrão, o morro das Neves, a serra do Quilombo. Depois, era o mar, as praias com os seus jardins hotéis e pensões de luxo. Duas cidades diferentes: a de cá, escura, poenta, cheia de movimento e barulho, suada de trabalho; a de lá, clara, limpa, alegre, refrescada pelo sopro do mar, com gente ociosa no hall dos hotéis, bebendo, tomando banho, espiando as mulheres.

Ao lado do pavilhão, o Mont Serrat, com a sua ferida no flanco e o cassino trepado no cocuruto, tapando a vista de velha igrejinha que Severino tanto queria olhar, sabedor dos seus milagres. À noite, o ruído e a música do cassino, pingando luz pelos beirais e cornijas, incomodavam demais. Aos sábados, então, quando a folia se prolongava até a madrugada, ele insone como a maioria dos doentes, escutava o barulho grosso da vida gozada que vinha lá de cima nas asas do vento.

Ranulpho Prata

Navios iluminados, 1996, p. 168-169

Em princípio de julho, o vento tornava-se e áspero e arrastava a chuva por todo o cais, enlameando as ruas de pedras irregulares, provocando poças que os caminhões espirravam longe, afastando as mulheres das calçadas, reunindo os amigos nos botequins, agrupando os trabalhadores nos sindicatos, atrapalhando o serviço dos rebocadores no estuário, e revoltando o mar que começava a bater com violência nas pedras da atracação.

'Um dia de ressaca, de desgraças', pensou Pingola enquanto vinha rua abaixo em direção ao bar Estrela da Manhã, esquina de General Câmara com Praça Thereza Christina. Olhou o Paquetá através do fumo da chuva: era quase noite. Ao longo do cais, os navios auxiliavam, com suas luzes, a cidade a se livrar das trevas e prolongavam o trabalho dos doqueiros e estivadores. No Paquetá, as luzes também começavam a surgir à medida em que a noite avançava. Naquele momento, o bairro, como uma puta, preparava-se para a noite, perdia o jeito humilde das crianças jogando bola nas ruas, dos ensacadores de café que passavam em cima dos caminhões carregados, das colegiais que voltavam da escola e iam para o pontilhão das barcas do Itapema, das rodas de *bozó* armadas em qualquer vão de porta, dos carrinhos de pipoca estacionados em cada esquina, dos bandos de moleques abandonados.

Adelto Gonçalves

Os vira-latas da madrugada, 2015, p. 17

Desse Paquetá quero escrever, sem restrição, o que sei. Desse Paquetá, hoje retalhado pelas máquinas, invadido à noite pelos rapazes-família; açoitado pelos policiais, e transformado em nome pejorativo: Boca do Lixo. Assim dizem os jornalistas, esses imbecis que pensam poder mudar o mundo com palavras, mas que apenas defendem interesses alheios. Nós, os daquele tempo, sabemos que, se hoje o beira-cais é quase conhecido apenas pelo nome de Boca, deve-se a um maldito portenho que, um dia, desembarcou aqui e achou de comparar este pedaço de porto com o bairro de La Boca, de Buenos Aires. Mas igual a esse beira-cais, como dizem os velhos marinheiros, não existe lugar em outra parte do mundo. Aqui é onde as mulheres das ruas já não brigam mais por causa da traição do amante, mas porque a outra lhe roubou o freguês; onde os moleques, os vira-latas da madrugada, percorrem a noite inteira em busca de um otário, roubam os bêbados

caídos nas calçadas, dormem com os pederastas e vivem de pequenos furtos, onde a piranha malandrinha ensaia um abraço casual na rua ao comerciário despreocupado e lhe leva a carteira sem ninguém perceber; onde os pretos esfarrapados se deitam nos vãos de porta e dormem com o cuspe grosso de cachaça escorrendo no canto da boca e sonham com a família que não tiveram e com a moça loira que anuncia Coca-Cola num out-door — isso é que é!.

Adelto Gonçalves

***Os vira-latas da madrugada*, 2015, p. 47-48**

Foto 58 - Detalhe do edifício da Bolsa do Café, atual Museu do Café, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Foto 59 - Vista do centro da Cidade, destaque para a Catedral Nossa Senhora do Rosário, inaugurada em 1924, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Argolo e João Barbosa concordaram, mas não falaram nada; ficaram olhando para Marambaia, a barriga redonda dobrada sobe as pernas. Só desviaram o olhar quando entrou um homem, era Juvenal, quarenta e poucos anos, aposentado por invalidez. Aproximou-se dos três, os olhos miúdos, de pestanas espessas, e perguntou:

'O que vamos discutir hoje?'

'Um memorial, que será enviado ao presidente da República. Vamos denunciar as empresas estrangeiras que submetem os embarcadiços a todos os tipos de exploração', explicou Argolo.

'Isso é bom', aprovou Juvenal.

'Uma dessas irregularidades é que as empresas nos obrigam a trabalhar 180 dias sem parar com uma folga de 30 dias, quando a lei manda que para cada 24 horas de trabalho tem de haver uma folga de 24 horas. Essa é uma delas' lembrou o presidente

Juvenal tossiu e ficou ouvindo.

'Além disso, os barcos estão sempre com tripulação reduzida. Dez homens não podem fazer nunca o serviço de dezoito, durante seis ou sete meses seguidos, sem descanso, pois não se pode dizer que se descansou durante o tempo que se leva nesses barcos, mesmo nos horários mínimos garantidos pela lei' Acrescentou Argolo.

Adelto Gonçalves

***Os vira-latas da madrugada*, 2015, p. 107**

Quando começaram os ruídos da manhã, Plínio viu que já havia outras pessoas no velório: mulheres da casa de madama Sílvia, Isabel, a velha locadora do casarão da praça, que, uma vez ou outra, sozinha alteava a

voz rezando a primeira parte da Ave Maria. Procurou Marambaia, mas o velho não estava por ali: talvez estivesse ainda tratando dos papéis para o enterro de João de Angola. Agora, ficaria mesmo por ali até a saída do *féretro*: a placa à entrada do velório indicava que o enterro seria às dez horas no cemitério do Paquetá. Plínio leu e releu os dizeres, quase sem entender. Como? Logo no cemitério do Paquetá? Surpresa tamanha impossível" O cemitério do Paquetá, lugar sagrado para o repouso eterno nos ricos, de pomposos túmulos, aleias frondosas, onde os moradores do bairro nunca haveriam de morar. Para João de Angola, como também Plínio, o normal seria uma vala comum, sem lápide, sem nada para identificar, no cemitério de Areia Branca, última morada de pobres e indigentes. Naturalmente, Plínio sabia que algo ocorrera: e o pensamento se desenhou de maneira clara. Só podia ser, pensou Plínio, sim, Marambaia aproveitara o dinheiro do jogo do bicho para dar ao pobre João de Angola um enterro decente. Sim, provavelmente, também comprara um túmulo no cemitério do Paquetá, pois assim, João de Angola haveria de ficar para sempre no bairro que o acolhera até seus últimos dias.

Adelto Gonçalves

***Os vira-latas da madrugada*, 2015, p. 122-123**

Pingola andou de repartição em repartição na tentativa de localizar o corpo retalhado de balas do velho Marambaia. Queria lhe dar um enterro decente, mesmo que fosse uma cova rasa. Mas estava só na tarefa: os amigos estavam todos mortos, João de Angola, Quirino, ou desaparecidos, João Barbosa, o presidente do sindicato dos foguistas, o presidente do sindicato dos portuários. E ele não tinha documentos, nenhum papel. Na polícia, diziam desconhecer o paradeiro do velho marítimo. Negavam que tivesse sido morto. Os jornais falavam em suicídio. Outros garantiram que o velho tinha fugido. Como se fosse mágico, o velho desaparecera no ar. [...] Saiu da repartição policial de cabeça baixa, sentindo-se covarde. E ganhou as ruas: a noite começava a invadir a zona portuária. Era um outro tempo: já não sentia no ar aquele cheiro de antes, um cheiro inexplicável de liberdade. Agora, havia um cheiro úmido de dor, de choro.

Percebe o cheiro nas ruas, nas lufadas de vento. Caminha pelo cais: olha as ruas sujas de suor dos trabalhadores, agora mais negras de sangue derramado. Uma mulher canta na porta do Dancing Samba-Danças, ao lado do velho Negro Oswaldo, e o vento carrega sua voz fina pelos arredores do cais. O mesmo vento que carrega o cheiro de dor leva a voz melancólica da mulher. Um vento forte que parece capaz de derrubar as palmeiras imperiais da Praça Thereza Christina. Um vento que o impulsiona para frente, em direção ao casarão da praça. Pensa em Sula e estremece. Sente-se um merda por deixar que, a cada dia, a mulher receba homens e homens. Tantos homens que vomitam naquele corpo o esperma da hipocrisia. Sente-se um merda.

Adelto Gonçalves

***Os vira-latas da madrugada*, 2015, p. 197-198**

Foto 60 - Palácio José Bonifácio, sede da Prefeitura, erguido em 1937, Santos (SP). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2016.

Foto 61 - Forte de Santa Cruz de Itamaracá, mais conhecido como Forte Orange, Ilha de Itamaracá (PE).
Cayo de Oliveira Franco, 2018.

Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos

Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos na Geografia

A Costa dos Engenhos é uma região brasileira estruturada a partir da colonização portuguesa para a produção açucareira no litoral do Nordeste com centro nas Cidades de Recife e Olinda. Trata-se de uma área amplamente retratada na literatura e em outras expressões culturais, consolidada como região a partir do fim do Século XVI e com características regionais que persistiram até o Século XIX — em que pese a decadência relativa da economia açucareira na região nesse período mais tardio. O intenso plantio de cana-de-açúcar e a produção açucareira, em princípio para sustentação do empreendimento colonial português, foi praticado em diversas outras áreas do território colonial português na América, entretanto a Costa dos Engenhos adquiriu um caráter geográfico particular.

Essa região foi estruturada a partir de uma sociedade escravista, em que populações africanas escravizadas constituíam a mão de obra majoritária para a produção açucareira. Tal dinâmica ficaria marcada na paisagem pela existência da casa grande, das lavouras de cana, das senzalas, mas também pelo surgimento de comunidades de fugitivos nas florestas, os quilombos ou mocambos, e pelas áreas disputadas com indígenas hostis à colonização.

A Costa dos Engenhos também foi profundamente marcada por ser o palco de disputa territorial entre a Coroa e os colonos portugueses e os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais no Século XVII. Os mais de 30 anos de ocupação colonial holandesa contribuíram para a consolidação de particularidades regionais e a sucessão de guerras deixou a paisagem com marcos que permanecem até hoje, como as fortalezas militares. A produção literária local refletiu algumas dessas características regionais mencionadas, com maior ou menor ênfase.

A região da Costa dos Engenhos é composta pelo leste da atual costa nordestina, estendendo-se aproximadamente da foz do Rio São Francisco, no atual Estado de Alagoas até o sul do Rio Grande do Norte. A interiorização da região aproxima-se à Zona da Mata e áreas do Agreste nordestinos, pois a maior parte da produção açucareira ocorria em áreas muito úmidas e com o solo denominado à época massapê ou massapé — descrito como um solo pegajoso e úmido (FREYRE, 1951; SCHWARTZ, 2020). A região é parte da área que Gilberto Freyre (1951) designa como "extremo Nordeste", área que abrangia toda a Zona da Mata de Sergipe ao Maranhão tendo por "Capital" o Recife. O recorte da Costa dos Engenhos é mais restrito, em razão de fatores naturais e da localização dos engenhos e das fazendas de cana-de-açúcar na costa oriental do Nordeste.

A lista de engenhos compilada por Evaldo Cabral de Mello (2012) para meados do Século XVII, em especial no período da ocupação holandesa, ajuda a criar a referência espacial para os limites da Costa dos Engenhos. A costa da Capitania de Pernambuco é a que possui maior presença de engenhos no período de auge, seguida por Itamaracá e a Paraíba. Percebe-se que na região de Alagoas, então integrante da Capitania de Pernambuco, os engenhos, embora presentes, ocorriam em número já muito pequeno. No atual Rio Grande do Norte — então Capitania do Rio Grande — há apenas duas ocorrências de engenhos nos registros, uma delas, a que seria próxima ao Rio Potengi, retratada como abandonada há muito tempo por não ter terras em condições adequadas para o plantio.

As localizações dos engenhos no período de auge da economia açucareira em parte é compatível com as condições climáticas mais úmidas típicas da Zona da Mata, não por acaso as terras do Rio Grande, com umidade sensivelmente inferior a Pernambuco e Paraíba — abaixo dos 1 500 mm —, foram menos exploradas (DINIZ; MEDEIROS; OLIVEIRA, 2015). O massapê é apontado tradicionalmente como o nome do solo propício ao plantio de cana-de-açúcar no Nordeste oriental. No entanto, esse solo é constituído por um conjunto de solos diferentes segundo a classificação pedológica atual, como o argissolo vermelho-amarelo, o latossolo vermelho-amarelo e o vertissolo — que é muito argiloso e tem grande capacidade de retenção de água, característica propícia à cultura canavieira

(MARIN, [2008?]; DINIZ; MEDEIROS; OLIVEIRA, 2015). Pela ênfase que a produção tinha nas terras de massapê muito úmidas e contíguas aos rios tanto para servir como força motriz dos engenhos quanto para o escoamento de parte da produção aos portos da costa (FREYRE, 1951; SCHWARTZ, 2020), pode-se aproximar a área vinculada à Costa dos Engenhos como a Zona da Mata e partes do Agreste circunscrita aos limites longitudinais mencionados, pois ainda que nem toda a área estivesse permeada por engenhos, muitas delas poderiam abrigar áreas de cultivo de cana-de-açúcar e atividades econômicas auxiliares, como a extração de lenha oriunda da Mata Atlântica.

Outro fator que influenciou a abrangência espacial da região eram territórios ocupados pelos grupos indígenas que resistiram à ocupação portuguesa. Entre as estratégias no conflito dos colonizadores contra os nativos que resistiam à ocupação, estava a aliança com algumas tribos aproveitando-se de rivalidades eventualmente existentes, o casamento/concubinato de alguns colonizadores com índias representantes de tribos e as expedições militares. Exemplo disso foram as alianças que Duarte Coelho buscou com tribos rivais aos Caetés, os quais contavam com a ajuda de franceses na resistência à ocupação portuguesa (FERRAZ, 2020).

A expansão da área de plantio da cana-de-açúcar dos colonos foi resultado de numerosas guerras com os indígenas nos Séculos XVI e XVII, no entanto as resistências foram relativamente persistentes em diversas localidades. Além das condições ambientais relativamente inferiores para o plantio da cana-de-açúcar, na Capitania do Rio Grande havia grande resistência dos nativos à ocupação colonial, como os Potiguaras no litoral ainda no Século XVI – com as pazes concluídas apenas em 1599 (OLIVEIRA, 2016) – e os Tapuias no interior nos Séculos XVII e XVIII (DINIZ; MEDEIROS; OLIVEIRA, 2015).

O núcleo da região e da rede urbana local estava entre Olinda e Recife, onde se concentravam os representantes da Coroa, os principais comerciantes e outros integrantes da elite econômica, mas Recife ocupava posição estratégica na economia por ser a partir de seu porto que o açúcar era embarcado do Nordeste para a Europa (FERRAZ, 2020). O Recife era a Cidade com o porto que concentrava as exportações do norte do Estado do Brasil para Portugal, com uma estrutura alfandegária própria e constituindo o nó dos fluxos comerciais de toda essa área da Colônia com a Metrópole. O Porto de Recife recebia as mercadorias produzidas nos Sertões para exportação, e também era destino do comércio de cabotagem oriundo da costa de outras províncias do norte do Estado do Brasil além de concentrar a chegada de embarcações do Atlântico na região[19].

A proximidade com o mar é outro fator importante para compreender as particularidades da região e explica uma série de episódios da ocupação da costa. Conforme aponta Diniz (1981), a litoraneidade ultrapassa a posição em relação ao mar e configura um conjunto de condições econômicas e ambientais submetidas ao processo histórico essencial para compreender o povoamento dessa região.

[19] Dias (2018) situa Recife como o centro político, econômico e mercantil de todo o norte do Estado do Brasil entre os Séculos XVI e XVIII, que se estendia desde a várzea do Rio São Francisco até o atual Ceará. Sua influência econômica também teria papel de articulação das atividades produtivas dos sertões dessa região, em especial a partir do Século XVIII.

Os primórdios da ocupação

A costa nordestina foi a primeira porção da extensa Costa brasileira a ser explorada intensivamente no empreendimento colonial português na América. Antes mesmo da colonização, feitorias em Pernambuco eram pontos de troca de mercadorias da terra por produtos trazidos pelos navios (ANDRADE, 1973). Essas instalações, contudo, não garantiam aos portugueses o domínio sobre a Colônia e o monopólio das trocas comerciais com os povos nativos. Albuquerque, Lucena e Walmsley (1999) destacam, por exemplo, a presença de navios franceses e holandeses, na costa pernambucana, sobretudo à altura do Cabo de Santo Agostinho, em busca de pau-brasil.

A conquista dessa região só foi efetivamente iniciada com a chegada, em 1535, de Duarte Coelho, primeiro capitão-donatário de Pernambuco a quem se deve a fundação de Igarassu, do povoado de Olinda e de alguns engenhos (ANDRADE, 1973). Dois anos após a chegada de Coelho, Olinda é reconhecida como Vila. Contudo, a fixação portuguesa continuava limitada ao núcleo inicial da ocupação (OLIVEIRA, 2016).

Olinda, assim como as demais povoações portuguesas estabelecidas na Colônia na mesma época — Ilhéus, Porto Seguro, Santa Cruz (hoje Santa Cruz Cabrália), Vitória (Espírito Santo), São Vicente e Santos —, estava cercada por indígenas e sem condições de expandir o núcleo inicial de ocupação (OLIVEIRA, 2016). No caso da Costa dos Engenhos, os ocupantes eram os povos Caetés ou Kaetés.

O território controlado pelos Caetés era vasto, limitado ao sul pelo Rio São Francisco e pelos Tupinambás e ao norte pelos Potiguares em uma faixa entre o Rio Paraíba e o Canal de Santa Cruz (SOUSA, 1971; BARBOSA, 2007). Assim como as "fronteiras" da Costa dos Engenhos, os contornos da ocupação Caeté eram fluidos conforme explica Barbosa (2007, p. 4):

> Na capitania de Pernambuco, um conjunto heterogêneo de grupos e povos indígenas como os caetés, tabajaras e cariri viviam ainda em luta pela estabilização e controle de seus territórios, durante o século XVI. No entanto, não estavam sujeitos a uma autoridade comum e suas fronteiras dependiam dos seus movimentos em consequência do estado de conquistas e perdas de terras em guerras e alianças políticas. A inexistência de marcos, muralhas e cercas como fronteiras, ou mesmo, a não ocupação física da terra por aldeias ou campos de plantio contínuos não significava a inexistência de poder e domínio sobre ela. Aldeias inteiras podiam migrar para áreas com terras mais férteis ou, segundo outro critério, que garantisse uma melhor sobrevivência. Para os grupos nativos de agricultores a terra para o plantio da mandioca, por exemplo, precisava ser rica em nutrientes, em fonte de água, em mata para caçar, colher lenha, entre outros fatores que justificava a permanência em áreas, por dois a quatro anos, sem o uso da coivara.

Os Caetés ofereceram, em geral, grande resistência à ocupação portuguesa desde o estabelecimento dos alicerces de Olinda. Cercaram, por exemplo, a Vila de Igarassu em 1548, conforme relato do viajante e comerciante de armas Hans Staden (1974). A eles foi atribuído também o massacre, em 1556, de um grupo de portugueses náufragos da nau Nossa Senhora da Ajuda, na foz do Rio Coruripe, litoral de Alagoas. Entre os portugueses que foram mortos e possivelmente devorados estava o primeiro bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha. As dificuldades que enfrentaram os colonizadores são ilustradas por Mello (2012) por meio do resgate da história do Engenho Camaragibe:

> Em 1542, a doação à parceria de Diogo Fernandes, comerciante de tecidos em Viana do Minho, com Pedro Álvares Madeira, provavelmente madeirense versado nas técnicas de produção do açúcar, fora feita sob a condição de erguerem engenho à beira de

> afluente da margem esquerda do Capibaribe. Contudo, este objetivo só se concretizará mais de vinte anos depois. Como de praxe, a ocupação da data de terra começou pelo cultivo de lavoura de subsistência e pela plantação de canaviais, cuja matéria-prima seria moída no engenho do donatário. Entretanto, em 1554-5, quando a propriedade foi devastada por um ataque de índios, a fábrica ainda não estava construída nem havia perspectiva para os sócios de que pudessem fazê-lo com a brevidade que evitasse a revogação da mercê (MELLO, 2012, p. 15).

A morte de Pedro Sardinha e a canibalização dos corpos pelos Caetés (SOUSA, 1971) foram utilizados como justificativa para uma "guerra justa", ordenada pelo Governador-Geral do Brasil, Mem de Sá (1558-1572), em 1562. Além de submetidos ao avanço da fronteira de ocupação, os indígenas foram submetidos ao trabalho forçado e às doenças, empurrados para os sertões, reduzidos em população, enfraquecendo sua resistência com o passar dos anos. Parte dos indígenas integrou de modo marginal o sistema produtivo do açúcar, seja como lavradores diretos da cana, mas também como provedores de abastecimento e outras atividades.

Se durante parte considerável do Século XVI a mão de obra nativa predominou na produção do açúcar, já nas primeiras décadas do Século XVII a força de trabalho formada pela população escravizada da África havia se consolidado nos engenhos (VIEIRA, 2010). A transição da força de trabalho dos indígenas para os africanos ocorreu nas duas primeiras décadas do Século XVII, momento em que a indústria açucareira encontrava-se em rápida expansão e desenvolvimento interno, fomentados pela popularização do açúcar na dieta europeia, aumento do seu preço e expansão do mercado consumidor (SCHWARTZ, 1988).

Ademais, a trégua no conflito entre Espanha e Holanda e a consequente redução dos conflitos em alto mar, possivelmente, colaboraram para uma maior circulação de embarcações no Atlântico e menor constrangimento para o tráfico de africanos escravizados. Os indígenas, por sua vez, passaram a integrar as atividades paralelas e de apoio às *plantations* açucareiras (OLIVEIRA, 2016).

A atividade canavieira foi a força motriz do processo de ocupação do território e o catalisador dos processos socioeconômicos e conflitos que viriam a ocorrer e moldar a região, bem como a base da economia colonial até o Século XVIII. Para mais, foi nas lavouras canavieiras que simbolismos, identidades e manifestações culturais foram forjadas, como o Maracatu Real e o Cavalo-Marinho, que nasceram durante o Período Colonial, entre os trabalhadores dos canaviais e engenhos (A GEOGRAFIA..., 2017).

A porção do território que corresponde a Olinda e Recife foi, portanto, o *core* da ocupação da região e palco principal dos acontecimentos históricos e consequentemente dos romances que aqui serão citados. Algumas localidades como Goiana, Ipojuca, Cabo, Santo Agostino, Serinhaém e Barreiros se destacam por serem os focos iniciais do espraiamento da cana-de-açúcar – "todas essas terras de cana se debruçam no mar e por essas terras num primeiro movimento de irradiação se espalhou a cana-de-açúcar" conforme descreveu Dé Carli (1940, p. 349). Outras como Penedo, Porto Calvo, Jaboatão dos Guararapes e Natal tiveram maior destaque pelas incursões, ataques e batalhas travados entre os neerlandeses e luso-brasileiros.

O processo de ocupação foi, assim, um processo conflituoso tanto com os povos que habitavam a Colônia quanto com outras Metrópoles que buscavam territórios para colonizar. Nesse último caso, a presença dos holandeses teve gran-

de importância, gerando repercussões tanto no território quanto no imaginário da população que até os dias de hoje habita essa região.

Figura 7 - Vista da Cidade de Recife tomada do Forte Brum.

Fonte: VISTA da cidade de Recife tomada do Forte do Brum. [18--]. 1 gravura, litogravura, color., 41,4 x 50,4 cm em gravura colada em papel 42,3 x 54,4 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1376134/icon1376134.jpg. Acesso em: fev. 2021.

O açúcar e a inserção do Brasil na economia Atlântica

O empreendimento colonial português na América teve no comércio de açúcar uma de suas formas mais lucrativas do ponto de vista da Coroa. Apesar do pau-brasil ser considerado o primeiro ciclo econômico do Brasil, foi a atividade canavieira que provocou e consolidou o processo de colonização, espraiando o povoamento e conectando a Metrópole à economia-mundo.

Foto 62 - Vista de parte da Ilha de Itamaracá (PE). Cayo de Oliveira Franco, 2018

Originária do sudeste asiático, a cana-de-açúcar se espalhou pelas ilhas atlânticas portuguesas e foi introduzida no Brasil nas primeiras décadas do Século XVI. A inserção da Colônia brasileira na cadeia produtiva do açúcar foi um empreendimento da Metrópole portuguesa apoiado por investidores e parceiros comerciais de outras nacionalidades, inclusive os holandeses; e teve efeitos nos preços e no aumento do consumo, atraindo outros estados-nação e capitalistas para o negócio do açúcar (VIEIRA, 2010).

A popularização do açúcar nos mercados europeus valorizou e gerou grande demanda, o que, juntamente com as condições naturais favoráveis e as pretensões de proteção da Colônia, levou os portugueses a iniciar a empreitada açucareira no território colonial brasileiro (ANDRADE, 1973).

A colonização da Costa dos Engenhos foi marcada pelo tráfico de cativos africanos escravizados, processo que constituía parte do comércio Atlântico no qual o açúcar estava envolvido. A progressiva substituição da mão de obra indígena pela mão de obra africana — motivada por razões

econômicas, pelas experiências nas ilhas atlânticas, pelas restrições religiosas e pelos constantes conflitos com os indígenas — tornou o tráfico de escravizados uma atividade econômica com grande importância no Período Colonial.

Foto 63 - Igreja dos Santos Cosme e Damião, Igarassu (PE).
Cayo de Oliveira Franco, 2018.

Se por um lado o tráfico surge como uma atividade auxiliar e servil ao açúcar, por outro, se mostra uma atividade econômica lucrativa e persistente, sobrevivendo até meados do Período Imperial (1822-1889), enquanto a própria escravidão persistiu até as vésperas da Proclamação da República (1889). Nesse sentido, Oliveira (2016) argumenta que o tráfico de escravos, diferente da escravidão indígena, gerava vultosos lucros à Coroa portuguesa, além de servir propriamente aos objetivos geopolíticos de expansão do domínio colonial na África e no Oriente. Vieira (2010), por sua vez, aponta que o tráfico se tornou o principal esteio da produção açucareira e estendeu a cadeia mercantil do açúcar não só para a África, mas para todos os cantões que forneciam insumos para a obtenção continuada dos trabalhadores escravizados.

> Neste sentido, pelas especificidades das atividades necessárias à escravização em território africano, ao transporte e à reprodução diária nos locais de negociação, nos entrepostos e no destino final, sem dúvida o comércio de escravos gerou circuitos comerciais de grande monta e ao longo dos quatro cantos do mundo. Por isto, é quase impossível exagerar as mudanças econômicas, políticas e culturais que o suprimento de escravos para a produção açucareira provocou no mundo todo entre os séculos XVI e XIX. Não obstante esta inegável grandeza, a força de trabalho escrava era um insumo para a produção de açúcar, e todas as demais atividades – econômicas ou não – destinadas ao fornecimento desta força de trabalho estão completamente inseridas na cadeia mercantil do açúcar (VIEIRA, 2010, p. 507).

A população africana trabalhava majoritariamente nas lavouras de cana-de-açúcar, mas havia também aqueles que operavam nos engenhos e em outras tarefas, bem como conduziam os trabalhos domésticos da oligarquia dos senhores de engenho e proprietários de terra. Muitos grupos de negros lograram a fuga da escravidão e se abrigavam em mocambos, quilombos e outras comunidades de fugitivos, muitas vezes nos sertões, nos quais estabeleciam comunidades que praticavam a subsistência, defesa do território contra os colonos e auxílio à chegada de outros negros que fugiam das lavouras canavieiras[20]. O período das guerras holandesas no Século XVII foi particularmente significativo para o aumento de fugas e organização de comunidades de fugitivos nos sertões (MELLO, 2012; SCHWARTZ, 2020) e Palmares atingiu grande centralidade na atração de cativos fugidos.

Palmares é frequentemente associada a um grande quilombo, mas na realidade era um conjunto de mocambos independentes nas serras da Capitania de Pernambuco, de

[20] Embora o termo quilombo tenha se tornado o mais frequentemente utilizado a partir dos Séculos XVIII e XIX, nos Séculos iniciais da colonização as comunidades de fugitivos eram designadas quase sempre mocambos (GOMES, 2011).

tamanhos variados e com articulações para complementação econômica e para defesa contra as investidas para recapturar os fugitivos (GOMES, 2011). Havia dezenas de mocambos nessas serras, mas seu núcleo político e administrativo situava-se no Mocambo do Macaco, nas serras alagoanas próximas ao Rio Mundaú, nas imediações da Serra da Barriga. No entanto, a extensão da influência dos mocambos palmarinos seguia por toda a serra da Capitania de Pernambuco até a latitude próxima a Recife[21]. As comunidades de fugitivos na área da Costa dos Engenhos frequentemente situavam-se em áreas de mata mais interiorizadas, nos cursos mais altos de rios e em áreas mais íngremes, nas quais as comunidades organizavam suas estratégias de defesa. A organização esparsa dos mocambos e a flexibilidade eram pensadas para que fossem abandonados rapidamente em caso de ataques de expedições de recaptura.

As fontes disponíveis mencionam a existência de Palmares pelo menos desde o fim do Século XVI. Apenas nas décadas finais do Século XVII, depois de numerosas expedições punitivas fracassadas, Palmares foi mais diretamente atingido, e numerosas áreas das matas de mocambos passaram a ser integradas às sesmarias coloniais[22].

Na década de 1530, a cana mantinha seu "domínio à beira mar, refletindo-se quase no oceano" (DÉ CARLI, 1940, p. 349), mas sua expansão se deu rapidamente nas várzeas das planícies da costa atlântica da Região Nordeste (FREYRE, 1951). Na Costa dos Engenhos, a conquista da Várzea do Capibaribe na década de 1550 e a conquista das Várzeas dos Rios Jaboatão, Pirapama, Ipojuca, Serinhaém, Una e Manguaba na década de 1570 (ANDRADE, 1979) mostram o avanço da ocupação, acompanhada da ampliação da capacidade técnica e humana instalada na Colônia e a progressiva substituição de insumos europeus por insumos produzidos na própria Colônia (VIEIRA, 2010). Contudo, a cartografia portuguesa da época evidencia que até a primeira metade do Século XVII, a ocupação, em geral, se manteve restrita à faixa litorânea (OLIVEIRA, 2016).

O comércio foi o principal fomentador do surgimento das Vilas brasileiras, por meio da instalação das sedes das donatarias, onde, concomitante às funções administrativas, prosperavam as atividades comerciais-portuárias (ANDRADE, 1979). A ramificação interna da cadeia mercantil do açúcar se deu por meio das atividades auxiliares como a pecuária, a obtenção de lenha e demais insumos para produção, embalo e transporte do açúcar (ANDRADE, 1979; VIEIRA, 2010).

Além disso, havia uma articulação das Vilas e fazendas da Costa dos Engenhos com os sertões, para o fornecimento de gado para o sistema produtivo e para complementar o abastecimento da região. Essa articulação era importante para reservar os valiosos terrenos de massapê para o cultivo canavieiro. A floresta tropical atlântica original foi intensivamente derrubada, tanto para dar lugar a áreas novas de cultivo de cana-de-açúcar quanto para utilização de madeira para a lenha, necessária a diversos processos de elaboração do açúcar, como a purga (SCHWARTZ, 2020).

[21] Os nomes dos principais mocambos e a sua localização aproximada – elementos que dão uma dimensão da extensão de Palmares – foram compilados por Décio Freitas (1984 *apud* GOMES, 2011).

[22] Discursos de colonizadores e autoridades, bem como as concessões de sesmarias emitidas após o período das expedições contra Palmares revelam o grande interesse de apropriação dessas áreas com muito potencial para a produção de alimentos, pecuária e até para a implantação de novos engenhos – sob a perspectiva colonial. No entanto durante décadas ao longo dos Séculos XVII a resistência das comunidades quilombolas no sertão alagoano retardaram a ocupação colonial (DAMASCENO, 2016).

Foto 64 - Engenho Massangana, Cabo de Santo Agostinho (PE). Cayo de Oliveira Franco, 2018.

Os rios também tiveram papel importante nesse processo, pois permitiam a ligação da hinterlândia açucareira com os portos de escoamento da produção. Eram as artérias por onde se escoavam as produções de açúcar, a força motriz para as rodas d'água dos engenhos banguês e para as necessidades das máquinas e o elemento que ligava o homem à paisagem (DÉ CARLI, 1940). Freyre (1951) destaca que as embarcações — a barcaça, a canoa e mesmo a jangada — ficariam ligadas à cana de açúcar na mesma proporção que o carro-de-boi.

A instalação de pequenos povoados e Vilas, fruto das empreitadas portuguesas, carregava, nas palavras de Oliveira (2008, p. 2), "um elemento definidor das intenções colonizadoras: o engenho", conferindo identidade ao processo de ocupação dessa região, conforme relata Dé Carli (1940, p. 349) na *Revista Brasileira de Geografia*:

> Depois, a palmo e palmo, a cana caminhando rio acima, ia civilizando a terra, incorporando-a definitivamente ao europeu. Foi a conquista primeira do hinterland brasileiro. O açúcar era a riqueza do século do descobrimento e continuou sendo a maior cubiça dos dois séculos subsequentes. De forma que sendo ambicionado o Brasil como colônia de produção de açúcar, o homem que vivia na cana e da cana de açúcar formou-se num ambiente de resistência. E num meio que êle plasmava a seu modo, em que a autoridade emanava do poder que lhe conferia a posse de um domínio de extensões desmedidas, em que o açúcar era a base da economia colonial, forçosamente, onde a cana de açúcar predominasse, aí criaria uma civilização.

Figura 8 - Engenho Junqueiro - Pernambuco.
Fonte: SCHOLLA, F. S. *Engenho Junqueiro - Pernambuco*. Recife, 1844. 1 gravura, des. aquarelado, 32 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon366401/icon366401_007.jpg. Acesso em: fev. 2021.

A presença de um solo propício ao plantio da cana-de-açúcar, conhecido como massapê, é em geral, apontado como um dos grandes motivadores do sucesso da indústria açucareira na Costa dos Engenhos e outras áreas do Nordeste. A descrição da época caracterizava o massapê como um solo úmido e pegajoso, derivado de "amassa pé". O massapê está associado aos vertissolos, mas também a outros solos com muita umidade nas margens dos rios da Zona da Mata (NIMER, 1977).

Assim, a cana-de-açúcar acompanhava os colonos sempre que as condições de clima e solo permitiam o desenvolvimento da atividade, resultando no surgimento dos

vales açucareiros do Paraíba do Norte, na Paraíba, e do Cunhaú, no Rio Grande do Norte onde estabeleceu-se engenho de mesmo nome (ANDRADE, 1979). Rapidamente, as *plantations* açucareiras demandaram áreas mais extensas, demandando mais território e mais mão de obra. A partir dos engenhos e de sua lavoura imediata, expandiram-se as plantações e, para mais além, a criação de gado — em especial nas áreas menos favoráveis à cana como os tabuleiros litorâneos entre o norte de Olinda e o Rio Grande do Norte e nas Caatingas (ANDRADE, 1979; OLIVEIRA, 2008).

Foto 65 - Moenda do Engenho Massangana, Cabo de Santo Agostinho (PE). Cayo de Oliveira Franco, 2018.

O número de engenhos era tímido na década de 1540 com um número não maior que cinco instalações; algo entre 20 e 30 em 1570; e 66, entre 1584 e 1585, além de 19 na Capitania da Paraíba e dois na do Rio Grande do Norte (ANDRADE, 1979; MELLO, 2012; COUTO, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2016). Mello (2012) suspeita que os engenhos das primeiras décadas de ocupação (1540-1560) operavam de forma precária e mesmo o número de instalações desse tipo é duvidoso com divergência entre os registros da época. É importante ressaltar, contudo, o crescimento do número dos engenhos e a evolução demográfica que foi de pouco mais de 3 mil em 1546 para cerca de 8 mil em 1585 (COUTO, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2016).

Sobre a distribuição geográfica dos engenhos, Mello (2012) afirma que nos anos 1570 o sistema produtivo espraiou para além dos núcleos em torno de Igarassu e na Várzea do Capibaribe[23], mas que já no final do Século XVI, havia uma estabilização dessa expansão no Vale, em Igarassu e nas freguesias adjacentes como São Lourenço e Jaboatão. Por outro lado, as freguesias litorâneas ao sul do Recife — Cabo, Ipojuca, Sirinhaém-Uma, Porto Calvo — dispondo de condições climáticas e pedológicas mais favoráveis ao cultivo da cana, configuraram a fronteira de expansão antes da chegada dos holandeses (MELLO, 2012). No limite norte da Costa dos Engenhos — Itamaracá, Paraíba e Rio Grande — a expansão ocorreu em Goiana e na Várzea do Paraíba em um primeiro momento, depois nos Distritos da Abiaí, Tejucopapo e Araripe (MELLO, 2012). No Rio Grande, a produção de açúcar não era significativa, sendo a pecuária o maior atrativo econômico daquela porção da Costa do Engenhos, bem como sua posição estratégica para defesa do território (TRINDADE, 2010; MELLO, 2012).

[23] De acordo com Mello (2012, p. 201), "o que se designava por Várzea do Capibaribe correspondia basicamente à planície de aluvião em que se transformara a enseada pré-histórica, limitada a leste pelo cordão de arrecifes e a oeste pelos oiteiros terciários em forma de semicírculo, que vão desde Olinda ao norte até os Guararapes ao sul – área que atualmente constitui a Cidade do Recife".

Tabela 1 - Quantidade de engenhos nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande na primeira metade do século XVII.

Localidade	Capitania	Engenhos
Total Capitania de Pernambuco		118
Várzea do Capibaribe	Pernambuco	21
Cabo	Pernambuco	16
Ipojuca	Pernambuco	14
Sirinhaém	Pernambuco	14
Igaraçu	Pernambuco	10
Muribeca	Pernambuco	10
Porto Calvo	Pernambuco	10
Jaboatão	Pernambuco	9
São Lourenço	Pernambuco	6
Lagoa Mundaú	Pernambuco	3
Una	Pernambuco	2
Alagoas do Sul	Pernambuco	2
Rio São Miguel	Pernambuco	1
Total Capitania de Itamaracá		22
Goiana	Itamaracá	9
Abiaí	Itamaracá	6
Tejucopapo	Itamaracá	5
Ilha de Itamaracá	Itamaracá	2
Total Capitania da Paraíba		20
Paraíba	Paraíba	14
Tibiri	Paraíba	4
Miriri	Paraíba	1
Camaratuba	Paraíba	1
Total Capitania de Rio Grande		2
Curimataú	Rio Grande	1
Potengi	Rio Grande	1

Fonte: MELLO, E. C. de. *O bagaço da cana:* os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin: Companhia das Letras, 2012. Adaptada.

Nota: Os engenhos de Alagoas, Paraíba e Rio Grande foram desmembrados de acordo com a referência ao rio no qual o engenho se situava segundo o registro de Mello (2012).

Assim, a formação da rede proto-urbana da Costa dos Engenhos acompanha a criação dos postos comerciais, do estabelecimento dos engenhos, das lavouras, do gado, ou seja, do espraiamento do processo de ocupação e o estabelecimento de Vilas e Povoados.

Recife — também conhecido como Povo, Povoação dos Arrecifes ou Ribeira Marinha dos Arrecifes — formou-se como porto e povoado dos pescadores e trabalhadores portuários. Por meio do escoamento do açúcar e recepção dos escravizados, Recife se consolidou como o porto mais importante da América portuguesa (OLIVEIRA, 2008). Além disso, em conjunto com Olinda comandava a rede de localidades e fazendas na Costa dos Engenhos, funcionando como centro comercial e nó de conexão com Portugal e com as outras capitanias na América Portuguesa.

A conexão entre Olinda e Recife se dava por terra e por mar através dos arrecifes e barras de areia como mostra o relato do Frei Vicente do Salvador em 1627:

> porque é uma ponta de areia como ponte, que o mar da costa, que entra pela dita boca, cinge ao leste, e voltando pela outra parte faz um rio estreito, que a cinge ao oeste, pelo qual rio navegam com a maré muitos batéis, e as barcas, que levam as fazendas ao varadouro da vila, onde esta a alfândega (SALVADOR, 1975, p. 30).

A guerra às populações indígenas na Costa dos Engenhos foi motivada pelo avanço da cana-de-açúcar, da pecuária e da ocupação e se apoiou em grandes campanhas contra os nativos que reagiam ao processo de colonização, mas que pouco a pouco foram expulsos, escravizados ou mortos (ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999; OLIVEIRA, 2008). Se por um lado os indígenas empurrados aos sertões se tornavam uma preocupação menor na defesa

do território colonial, por outro, o litoral apresentava a maior fragilidade à hegemonia portuguesa na Costa dos Engenhos. E foi do mar que veio a ameaça mais concreta ao projeto colonial português na Costa dos Engenhos.

O Brasil holandês

Conforme visto, as primeiras décadas de colonização não foram muito prósperas tanto pelos recursos que disponibilizavam os colonizadores quanto pela resistência das populações indígenas. As ameaças de franceses, holandeses e piratas também eram constantes. O Regimento de 17.12.1548, outorgado a Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral do Brasil, foi um marco para a efetivação do processo de colonização, denotando uma mudança de postura da Coroa portuguesa em relação ao território colonial.

É verdade que os primeiros povoamentos portugueses na Costa brasileira já surgiam com uma preocupação defensiva como feitorias fortificadas e ocupação de sítios privilegiados para defesa. A feitoria de Cristóvão Jaques construída em Igarassu em 1516 foi um exemplo (ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999), assim como Olinda que foi estabelecida sobre morros com vista para o mar e articulada com ele por meio de Recife[24].

O regimento trazia orientações expressas com o objetivo de ampliar o poder defensivo das povoações e Vilas já existentes. Estabelecia que os engenhos e as fazendas também deveriam ser dotados de estruturas defensivas e que todos os possuidores de casa, terras ou embarcações deveriam dispor de armamento próprio (OLIVEIRA, 2016).

[24] De acordo com Frei Vicente do Salvador (1627), Olinda deve seu nome a um criado de Duarte Coelho, que, encontrando os montes altos para estabelecimento da Vila, exclamou com alegria, "Olinda!"

Albuquerque, Lucena e Walmsley (1999) registram que o melhor local a ser fortificado mudava com o tempo, fosse pelo surgimento de novas frentes pioneiras de exploração e o surgimento de novas povoações, fosse pelas transformações naturais do relevo como a alteração dos cursos dos rios e a mudança da linha de costa.

A organização espacial de Olinda e de sua região imediata de colonização seguiu o padrão acima relatado e sua localização privilegiada fez dela a sede da Capitania e morada das classes mais abastadas da Colônia. Sobre o relevo olindense, Oliveira (2008) ressalta a expressiva quantidade de corpos d'água repartindo o território em três partes: uma porção continental; uma ilha, que no Século XVII viria a sediar o governo do Brasil holandês; e uma península entre o Rio Capibaribe e o mar, que correspondia à sua primeira área ocupada, iniciada no Século XVI por meio da atividade portuária.

O período de ocupação holandesa é um capítulo importante na história da Costa dos Engenhos. O empreendimento holandês no Nordeste precisa ser entendido como parte de um contexto de consolidação e enfrentamento dos Estados-Nação europeus e da possibilidade de domínio de circuitos econômicos que constituiriam a estrutura embrionária do sistema capitalista — o mercantilismo.

A relação entre Portugal e os Países Baixos antes da invasão holandesa no Brasil era de estabilidade e complementação comercial. No circuito açucareiro, os portugueses eram responsáveis pela etapa produtiva e os holandeses pelo transporte, refino e distribuição do açúcar para a Europa, experiência que acumulavam desde pelo

menos o início do Século XVI. Outros produtos também compunham a balança comercial luso-neerlandesa como o sal, produto que Portugal exportava para a Holanda e que era fundamental para a indústria pesqueira flamenga (MELLO, 2010).

A relação entre lusos e flamengos começa a ser abalada com o desaparecimento de Dom Sebastião no norte da África em 1580. Iniciada como uma crise dinástica, a crise política aprofundou-se e resultou na Guerra de Sucessão Portuguesa (1580-1583), que teve como consequência a unificação das duas Coroas por meio da União Ibérica. Felipe II passou a ser então o monarca das duas grandes potências marítimas da época, sendo que uma delas, a Espanha, enfrentava há mais de uma década um conflito com os Países Baixos que ainda perduraria por mais sessenta e oito anos (1568-1648).

Apesar dos embargos impostos, os holandeses continuaram a fazer a maior parte do transporte entre Brasil e Europa. De acordo com Mello (2010), a participação batava foi crescente e prosperou significativamente durante a trégua hispano-neerlandesa (1609-1621) quando os holandeses chegaram a controlar entre a metade e $^{2}/_{3}$ da navegação entre Portugal e o Brasil.

Progressivamente os Países Baixos consolidaram a sua independência da Espanha (1581) e ao fim da trégua (1621) enveredaram em uma política de enfrentamento ultramarino e conquista das colônias portuguesas. Foi também em

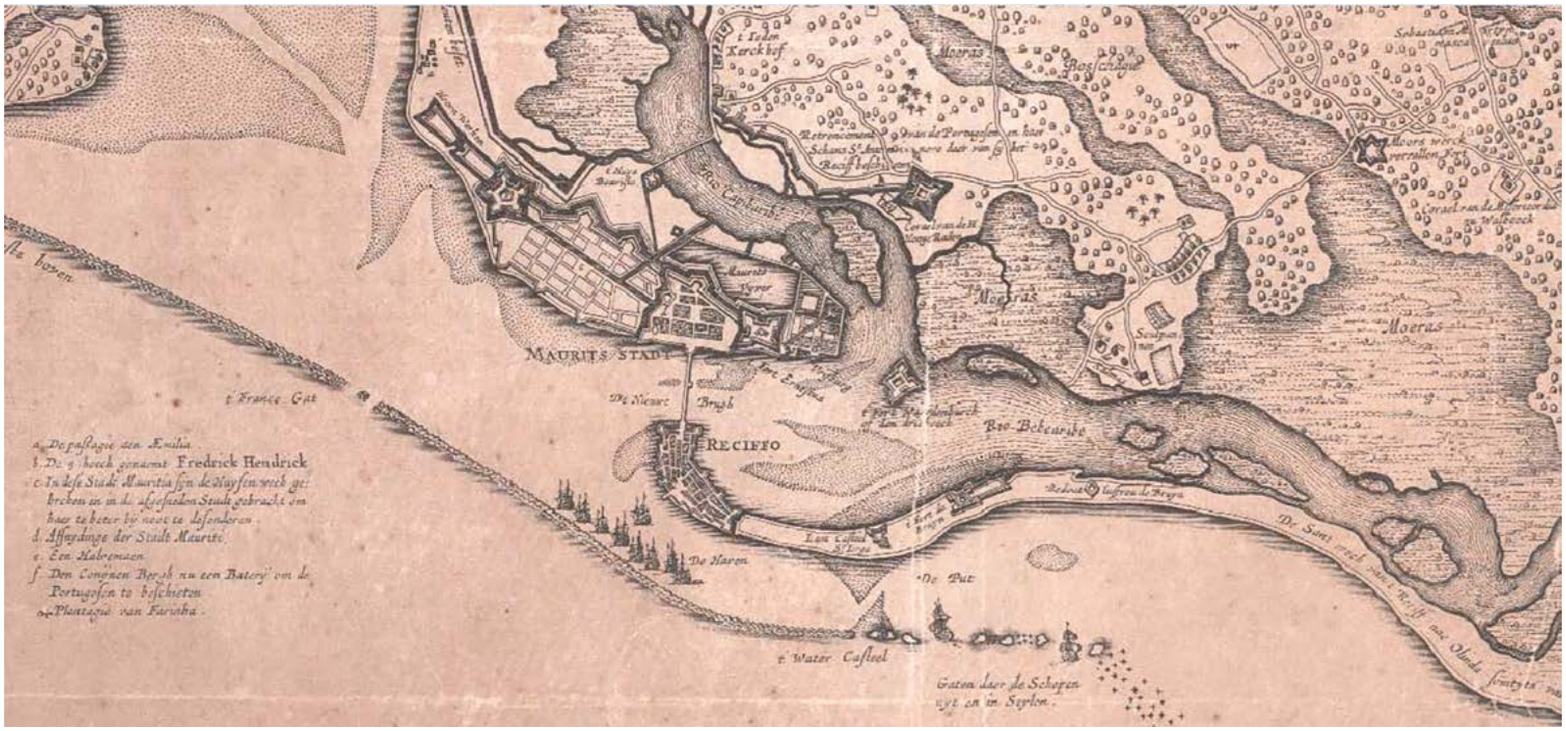


Figura 9 - Detalhe de carta de Recife no Século XVII, em que se representou alguns dos fortes próximos à entrada da Cidade.

Fonte: GOLIJATH, C. *Perfect Caerte der gelegentheyt van Olinda de Pharnambuco, Maurits-Stadt ende t'Reciffo.* Nederlant [Países Baixos]: Claes Ians Visscher, 1648. 1 mapa, gravura em metal 46 x 55,5 cm em f. 47,1 x 57 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart535284/cart535284.jpg. Acesso em: fev. 2021.

1621 que se deu a criação da Companhia das Índias Ocidentais[25], consolidando o projeto do Estado e dos comerciantes holandeses de domínio dos circuitos econômicos do Atlântico.

O longo relacionamento entre holandeses e portugueses havia permitido a Holanda reunir conhecimento suficiente sobre o litoral do Nordeste brasileiro, desde condições socioeconômicas até informações sobre os portos e o traçado urbano de Olinda, informações imprescindíveis para o planejamento e execução de ataques (MELLO, 2010). Ademais, a Costa brasileira era dentre as posses coloniais ibéricas aquela mais alijada de interesse e de mais fácil acesso, já que se encontrava no litoral enquanto os centros de poder espanhóis encontravam-se nos altiplanos andinos (MELLO, 2010). Assim, a esquadra holandesa poderia ser utilizada para subjugar a Costa dos Engenhos, enquanto corsários e piratas estabeleciam uma guerra de corso no Caribe com o objetivo de obter os metais preciosos dos Andes.

A primeira incursão dos holandeses no Brasil se deu em Salvador, na Bahia, em 1624. Em 1625, os holandeses foram expulsos e retornaram ao Brasil em 1630, só que dessa vez em Pernambuco. A maior parte do período em que os holandeses estiveram presentes na Costa dos Engenhos (1630-1654) foi de conflitos, sendo possível, de acordo com Mello (2009) dividir a linha do tempo do Brasil holandês em três fases: a primeira fase (1630-1637) de conquista holandesa e resistência luso-brasileira; um período de estabilidade (1638-1645), durante o período de Maurício de Nassau; e, finalmente, o período de guerra (1645-1654), que culminou com a expulsão holandesa pelos luso-brasileiros.

[25] A Companhia das Índias Ocidentais consistia em uma sociedade de comerciantes que operavam por meio de monopólio outorgado pelo governo holandês para a América e a costa ocidental da África. Os Países Baixos já possuíam experiência com esse arranjo institucional na Ásia com a Companhia das Índias Orientais.

A necessidade de proteção tanto por portugueses quanto por holandeses fez da Costa dos Engenhos uma região povoada também por muitos fortes e estruturas de defesa. Contudo, a extensão do litoral era um desafio de escolha de pontos estratégicos a serem fortificados em detrimento de muitas léguas de costa que ficariam descobertas (ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999). Conforme visto, os portugueses tinham uma preocupação com a defesa desde os primórdios do processo de colonização. Entre o final do Século XV e início do Século XVI a preocupação se voltou para os arrecifes com a construção de dois fortes: o Forte São Jorge e o Forte de São Francisco que, contudo, não foram páreo para as incursões holandesas, em parte por falta de investimento e manutenção (ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999).

Assim que se estabeleceram, os holandeses começaram a construir estruturas que comporiam o seu sistema de defesa. Albuquerque, Lucena e Walmsley (1999) destacam que houve uma mudança de conceitos de estratégia e fortificações nas porções dominadas pelos holandeses que acarretaria o abandono de pontos antes considerados estratégicos, reocupações, a substituição de bandeiras e denominações, bem como na proximidade e avaliação das posições portuguesas. Em Recife, por exemplo, é possível encontrar vestígios do muro de defesa[26] para proteção. Anteriormente, Recife era protegida por uma paliçada que foi derrubada para expansão da ocupação, visto o crescimento do povoado na época dos holandeses.

[26] O Museu a Céu Aberto fica no Bairro do Recife, entre as ruas Alfredo Lisboa e Barão Rodrigues Mendes e inclui o conjunto de estruturas e objetos arqueológicos formado pelo trecho da muralha em pedra, datada do período de dominação holandesa; parte das bases do Arco do Bom Jesus; e parte do dique de contenção do mar, em pedra, construído no Século XIX.

Quadro 1 - Fortes construídos no atual estado de Pernambuco no século XVII

Nome do forte	Construtor	Município atual
Forte de São Francisco	Portugal	Recife
Forte São Jorge Novo	Portugal	Recife
Forte de Santo Amaro das Salinas	Portugal	Recife
Forte Real do Bom Jesus	Portugal	Recife
Forte Ernesto	Holanda	Recife
Forte do Queijo	Portugal	Olinda
Forte do Brum	Holanda	Recife
Forte do Buraco	Holanda	Recife
Forte das Cinco Pontas	Holanda	Recife
Forte Príncipe Guilherme	Holanda	Recife
Forte das Três Pontas	Holanda	Recife
Forte Orange	Holanda	Ilha de Itamaracá
Forte do Rio Formoso	Portugal	Rio Formoso
Forte de Nazaré	Portugal	Cabo de Santo Agostinho
Castrum Dussen	Holanda	Cabo de Santo Agostinho
Castrum Giselini	Holanda	Cabo de Santo Agostinho
Forte de São Francisco Xavier	Portugal	Cabo de Santo Agostinho
Forte de Santa Cruz	Portugal	Tamandaré
Forte Tamandaré	Portugal	Tamandaré

Fonte: ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. *Fortes de Pernambuco:* imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999. Adaptado. Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=242. Acesso em: fev. 2021.

Assim que obtiveram as primeiras conquistas territoriais em 1630, os holandeses deram início à construção de fortificações. O Forte Frederick Henrich (Forte das Cinco Pontas) na Ilha de Antônio Vaz (Ilha de Santo Antônio) e o Forte Brum, construído sobre as estruturas do Forte Diogo Paes, são exemplos do esforço batavo, preocupado especialmente na defesa do porto. Pouco a pouco os holandeses firmaram e expandiram o seu sistema de defesa avançando sobre outras áreas como a Ilha dos Guedes, em Porto Calvo, onde estabeleceram o Fortim Bass – ou o Forte Maurício — e a Vila de Penedo na margem esquerda do Rio São Francisco, já na época de Maurício de Nassau.

O período nassoviano (1637-1645) é considerado a era de ouro do Brasil holandês com a consolidação do domínio da Costa dos Engenhos e expansão do domínio flamengo até o Maranhão e Sergipe, e tomada de posições portuguesas na costa africana como Luanda na Angola. Nassau também é reconhecido por reformas modernizantes como o decreto de liberdade de culto religioso, pela vinda de pintores, desenhistas, naturalistas, cartógrafos, arquitetos, poetas responsáveis por importantes registros da paisagem e da sociedade da época, por reformas urbanas e instalação de um jardim botânico, de um zoológico e de um observatório astronômico, bem como a construção da primeira ponte de grande porte no Brasil.

O reestabelecimento da produção do açúcar — duramente afetada pelos anos de conflito — foi outra das preocupações do governador do Brasil holandês. Na época da ocupação holandesa, segundo Mello (2012), o total de engenhos chegava a 162, a grande maioria concentrada em Pernambuco entre a Várzea do Capibaribe e o Rio Formoso.

A compra a prazo dos engenhos e oferta de crédito abundante (MELLO, 2012) foram as medidas mais significativas para a retomada do negócio do açúcar. A tomada das posses portuguesas na África também foi importante para permitir o fluxo de mão de obra escravizada, assim como a liberdade religiosa permitiu que os portugueses católicos convivessem com os holandeses protestantes.

Contudo, os esforços dos holandeses foram esgotando-se progressivamente, tanto pelas investidas dos portugueses em tática de guerrilha, que queimavam as plantações de açúcar, quanto pelas dificuldades financeiras e endividamento dos novos donos dos engenhos.

Finalmente, a Insurreição Pernambucana, gestada em 1645, consolidou a expulsão holandesa da Costa dos Engenhos em 1654. Os holandeses situaram o epicentro da produção nas Antilhas e cobraram no Tratado de Paz de Haia (1661) os investimentos realizados nos engenhos brasileiros.

O declínio da economia do açúcar na Costa dos Engenhos

Os conflitos entre holandeses e portugueses marcam as primeiras grandes dificuldades na economia açucareira na costa oriental do Nordeste desde o período de auge econômico entre as décadas de 1580 e 1620, tanto pelos impactos da guerra quanto pelas instabilidades de preços gerada pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) na Europa (SCHWARTZ, 2020). Durante o conflito, a partir dos anos 1640 e nas décadas subsequentes, a Costa dos Engenhos continuou a produção açucareira, mas passou a ter concorrentes importantes no mercado internacional, sobretudo do Caribe, mantendo a tendência de baixa do preço do açúcar brasileiro que afetou muito os produtores (SCHWARTZ, 2020). Isso teria contribuído com um gradativo declínio da riqueza auferida pelos donos de engenho na região, no entanto, o açúcar seguiu sendo a mercadoria de origem agrícola mais valiosa no Brasil até meados do Século XIX (SCHWARTZ, 2020). Mesmo com a crise dos preços na segunda metade do Século XVII — o que não necessariamente indica uma decadência produtiva do setor — o número de engenhos na região continuou expandindo, afinal a manutenção de engenhos era uma distinção social relevante para as elites da sociedade colonial (SAMPAIO, 2020), motivo que ajuda a explicar a longa permanência das características da região.

Foto 66 - Forte Cinco Pontas, Recife (PE). Cayo de Oliveira Franco, 2018.

Foto 67 - Vista do centro de Recife (PE). Cayo de Oliveira Franco, 2018.

Apenas no Século XIX a estrutura produtiva do açúcar em Pernambuco passou a ter modificações significativas, em grande parte motivadas pela concorrência no mercado internacional (ANDRADE, 2001) e, em certa medida, esse comportamento pode ser estendido para grande parte da Costa dos Engenhos. A utilização do açúcar de beterraba na Europa introduziu mais um elemento de concorrência no mercado internacional do açúcar que teve impacto para os produtores brasileiros.

Entre os fatores endógenos que impactaram a economia regional, um dos mais significativos foi a proibição do tráfico internacional de escravizados a partir de 1850, o afluxo de escravizados para as lavouras de café, além de problemas com a infraestrutura de transporte e pouca disponibilidade de crédito para investimentos em melhorias tecnológicas que melhorassem a competitividade do açúcar pernambucano no mercado. O impacto econômico foi ainda maior por causa da dependência de Pernambuco basicamente deste único produto (VERGOLINO, 1993).

A modernização da estrutura produtiva exigia investimentos inviáveis para muitos senhores de engenho, mas ainda assim foi levada a cabo. A introdução dos engenhos centrais e das usinas gradativamente substituíram os engenhos tradicionais banguês, num processo que culminou em uma maior centralização da produção. No entanto, convém ressaltar a existência de sub-regiões mais ou menos produtivas na Costa dos Engenhos desde o início da implementação da cultura açucareira, mesmo nas áreas com maior número de engenhos, algo que se consubstanciou em diferenças entre as elites pernambucanas e que contribuiu para os numerosos conflitos na Província de Pernambuco no Século XIX[27].

[27] Lima (2007) se utiliza da subdivisão geográfica da Zona da Mata da Capitania pernambucana entre a Mata Úmida (situada ao sul de Recife) e a Mata Seca (situada ao norte da Capital) para mostrar as diferenças econômicas relevantes entre as duas sub-regiões. A Mata Seca, que possui um menor número de rios de pequeno porte e precipitação mais baixa, abrigava em geral um percentual menor de cativos por engenho, por exemplo. Nesse sentido, a Mata Sul era a sub-região com os senhores de engenho mais prósperos, muitos dos quais puderam continuar investindo na compra de cativos mesmo durante o aumento dos preços na segunda metade do Século XIX e alguns deles utilizaram seus capitais para investir na modernização produtiva por meio da implementação de usinas. Lima (2007) também observa que essa regionalização ajuda a situar o antagonismo entre as elites pernambucanas ao longo do Século XIX: a elite da Mata Seca, em geral apoiadora das revoltas em Recife e a da Mata Úmida mais conservadora.

A modernização produtiva ensejou o aprofundamento das alterações na estrutura social tradicional que vigorou por séculos na Costa dos Engenhos, com os senhores de engenho no topo da hierarquia e os escravizados sustentando o trabalho da produção de açúcar, tendo como centro geográfico a casa grande no meio rural. Ao longo do Século XIX houve um aumento significativo da população recifense, com grande afluxo de pobres livres, mas também com a progressiva ocupação de membros da açucocracia, pois gradativamente introduziu-se uma sociabilidade mais urbana, consubstanciada pela aquisição de sobrados, palacetes e realização de eventos (LIMA, 2007). A passagem dos banguês aos engenhos, que levou grande parte da elite açucareira à decadência de *status*, foi acompanhada de uma valorização de um certo empreendedorismo que contrastava com o patriarcado rural tradicional. Parte da literatura sobre a Costa dos Engenhos tem como temática justamente essa decadência, abordada em José Lins do Rego com uma certa melancolia.

Em que pesem as transformações socioeconômicas pelas quais a Costa dos Engenhos passou no Século XIX, algumas de suas áreas *cores*, como Pernambuco e Alagoas, continuaram a estar entre os principais produtores de açúcar no País até a segunda metade do Século XX[28].

Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos na Literatura

A região da Costa dos Engenhos é representada em suas múltiplas dimensões na literatura por meio de diversos estilos e temáticas. Existem desde romances que retratam, de maneira direta ou indireta, o estabelecimento da sociedade colonial, o período das invasões holandesas ou mais especificamente a vida em alguma Cidade, como o Recife. Alguns desses romances serão mencionados como exemplos de produção cultural que carregam elementos regionais que permaneceram no imaginário sobre o Nordeste oriental até o Século XIX.

O romance *Rainha Ginga*, de José Eduardo Agualusa narra a história de Ngola Mbandi ou dona Ana de Souza (1583-1663), rainha negra de um vasto reino na costa ocidental da África, onde hoje é Angola. A narração inicia por volta de 1620 com a chegada do padre pernambucano Francisco José da Santa Cruz que vai servir na Corte de Ngola como tradutor e secretário e termina aproximadamente em 1648 com a reconquista portuguesa de Luanda.

O romance ajuda a contextualizar os acontecimentos que envolveram as relações entre os reinos africanos e as disputas entre portugueses e holandeses. O narrador, um personagem brasileiro, contextualiza e complementa as lacunas dos registros históricos. No decorrer dessas quase três décadas, ele nos conecta e reconstrói importantes eventos históricos como a ascensão ao poder de Ngola Nzinga; as guerras dos Ngolas contra Portugal; as relações comerciais entre Portugal-Ndongo-Kongo-Brasil e o tráfico negreiro; a invasão holandesa e os acordos de Nzinga com os flamengos contra Portugal; a derrota de Nzinga e dos holandeses.

As repercussões da ocupação holandesa na costa oriental do Nordeste está presente em algumas das produções literárias sobre a região. No romance *A guerra dos hereges*, Aydano Roriz contextualiza o período em que Portugal achava-se sob domínio espanhol e os holandeses metidos numa guerra de independência contra a Espanha que já durava 50 anos. Por conta dessa guerra, uma vez expulsos da Bahia, cinco

[28] Informações e dados sobre a evolução da produção açucareira em Pernambuco no Século XX podem ser consultadas no trabalho de Manuel Correa de Andrade (2001).

anos depois os holandeses voltaram a invadir o Brasil. O romance retrata o contexto da invasão e ocupação holandesa em Pernambuco e as iniciativas para fundar uma colônia batava no Novo Mundo, após a tentativa fracassada de invadir Salvador. No livro é possível acompanhar os bastidores das cortes das metrópoles europeias envolvidas na disputa daquela porção do Brasil e de áreas no Caribe, as particularidades dos projetos coloniais e visões civilizatórias portuguesa, espanhola e holandesa e a relação da burguesia mercantil ascendente com a pirataria e o corso. Além dos reis, rainhas e princesas, o livro conta com outros personagens como um jovem alemão que compõe a armada holandesa invasora de Olinda e também o capitão Matias de Albuquerque, líder da resistência luso-brasileira. Aydano Roriz escreveu ainda o romance Nova Lusitânia, onde narra a história do donatário português Duarte Coelho e o seu papel na fundação e estabelecimento da Capitania de Pernambuco e no início da ocupação do Brasil.

Luzilá Gonçalves Ferreira conta por meio do romance *No tempo frágil das horas* o cotidiano dos engenhos sob a perspectiva da mulher, tanto a esposa do proprietário de engenho quanto daquela que se via na tarefa de ter que gerir uma unidade de produção açucareira, como a personagem Antonia Carneiro da Cunha. A obra mostra a relevância de temas como os casamentos entre famílias de nomes tradicionais da aristocracia pernambucana – inclusive união entre parentes – e outros desafios dos casamentos sob a ótica da mulher, em aspectos como a viuvez e a pressão pela maternidade.

Em que pese o longo processo de decadência relativa da produção canavieira na Costa dos Engenhos, no Século XIX os reflexos da economia e estrutura social ligada à produção de açúcar ainda eram presentes, mesmo que com algumas mudanças de características regionais. O romance *A emparedada da Rua Nova* mostra uma outra dimensão da região, com uma Recife mais urbana. O autor Carneiro Vilela (1846-1913) era entusiasta de concepções cientificistas do fim da segunda metade do Século XIX, como o positivismo e o evolucionismo, junto com outros intelectuais da chamada "Escola do Recife". Essa influência está presente em sua obra, em especial nas descrições dos ambientes e dos tipos sociais associados a cada área, como na marcada diferença entre os matutos do Jaboatão e a aristocracia em Recife, e também com certa tendência a um reducionismo ambiental e racial em alguns momentos do romance. Entretanto, a crítica ácida da qual ele se utilizava na atividade jornalística se fazia também em sua obra sem distinção de classes sociais, e praticamente todas as personagens são apresentadas com algum defeito moral por mais leve que seja. Em muitos momentos o autor se utiliza da ironia para criticar certas hipocrisias estabelecidas no seio da sociedade recifense, muitas delas exploradas pela personagem Jereba, um homem de origem urbana e bem-educado, mas muito boêmio e avesso ao trabalho, que se utilizava de seu conhecimento das convenções sociais implícitas para tirar vantagens de comportamentos hipócritas de alguns integrantes das elites locais e também dos matutos.

Do ponto de vista geográfico, o romance está mais centrado na vida urbana de Recife, por essa razão os engenhos são pouco mencionados no enredo. Entretanto, alguns dos personagens estão inseridos na alta sociedade que conta com fazendeiros e proprietários de engenhos, ainda que neste momento compartilhando a posição na hierarquia social com comerciantes – o caso de um dos protagonistas (Jaime Favais). Antigos arrabaldes recifenses frequentados pela elite, como o tradicional Poço da Panela, e outros como o Monteiro, são representados no romance, bem como o centro de Recife. Percebe-se que Jaboatão, hoje conturbada a Recife, na época era uma Vila rural habitada pelos matutos.

Algumas das características que dão a vitalidade e dinamismo do romance podem ser resumidas nos seguintes pontos:

> Primeiro, a forma do romance-folhetim; segundo, a estrutura do romance policial; terceiro, a figura de um sedutor compulsivo (Leandro Dantas), ao modo de Don Juan; quarto: crimes, traições maritais e descrições minuciosas do cotidiano social, político, religioso, e dos preconceitos sociais, linguísticos e de raça do seu tempo (VIEIRA, 2013, p. 12).

O romance *Senhora de engenho*, de Mario Sette, publicado em 1921, também retrata o fim do Século XIX e os desafios da transição do antigo engenho para a produção agropecuária moderna. A obra apresenta os dilemas da transição das elites do rural ao urbano. O urbano, representado pela Cidade do Rio de Janeiro; e o rural, representado pelo engenho de açúcar localizado no Município de Tracunhaém, em Pernambuco, revelam o panorama econômico e cultural da elite açucareira e suas novas relações entre o senhor de engenho e seus subordinados após a abolição da escravatura.

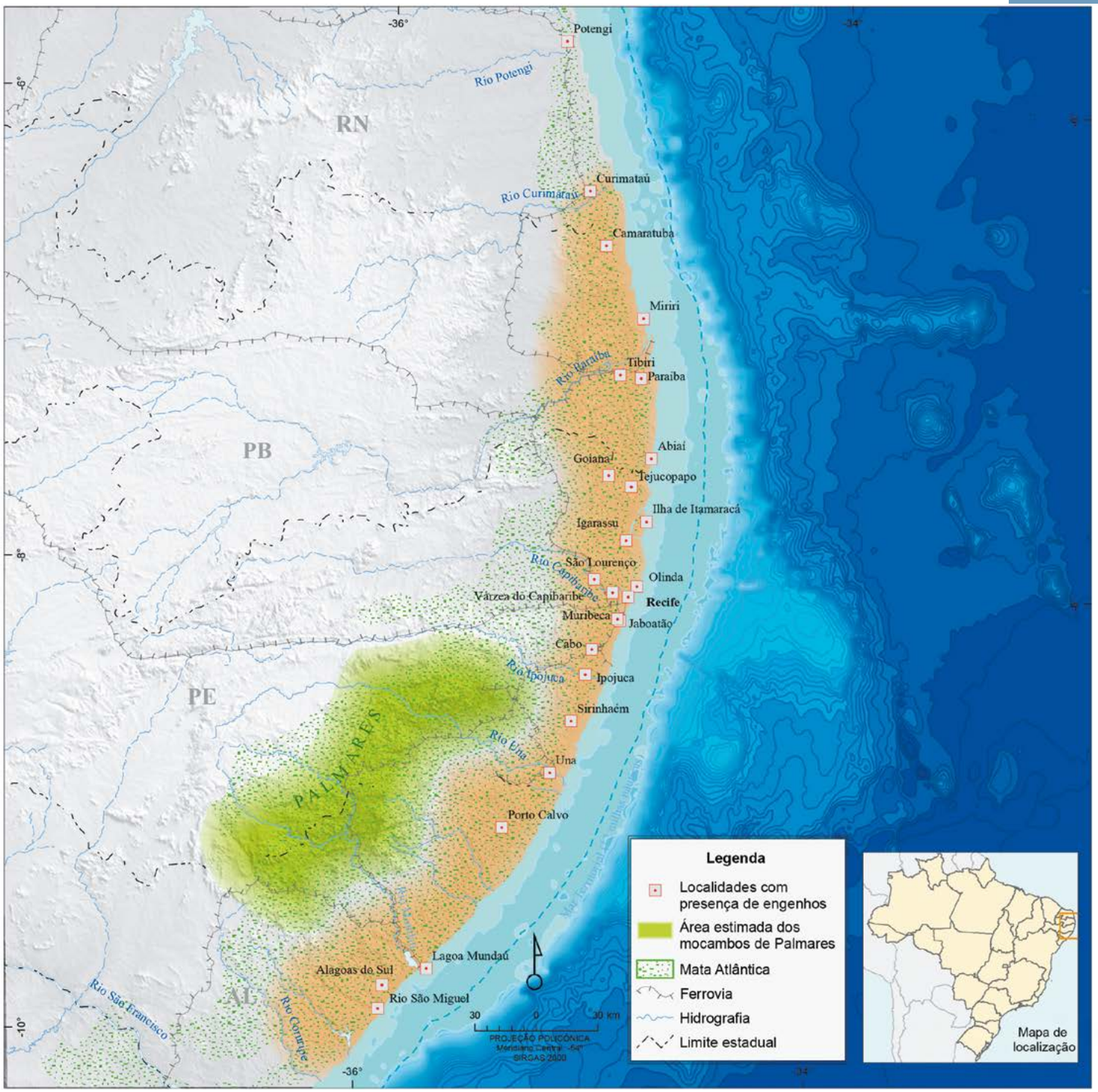
A produção literária de José Lins do Rego retrata as profundas alterações sociais e econômicas na Costa dos Engenhos decorrentes da decadência da produção açucareira nos moldes tradicionais, em romances como *Doidinho*, *Bangüê*, *O moleque Ricardo*, e *Usina*. Em *Fogo morto* retrata-se diversas facetas da vida no Agreste paraibano na segunda metade do Século XIX, sob a perspectiva de personagens que representam segmentos sociais diferentes, todos eles sentindo de modos particulares os efeitos da modernização produtiva do açúcar na Costa dos Engenhos, que alterou as relações políticas locais e as hierarquias sociais tradicionais. As personagens principais exercem papeis sociais, econômicos e políticos que já não possuem o mesmo prestígio das gerações anteriores. O seleiro José Amaro, artesão que fabrica e conserta objetos de couro, não conseguiu repetir o sucesso do pai na profissão e vive ressentido das comparações com o passado e com aspectos familiares; o senhor de engenho Coronel Lula não consegue fazer prosperar o engenho que herdou e o Capitão Vitorino, primo de um antigo senhor de engenho importante, é alvo de zombaria por ainda achar que possui alguma influência na política local. A partir dessas perspectivas, o romance mostra uma mistura de pessimismo sobre o futuro, ressentimento com as mudanças e nostalgia em tal medida que chega a afetar negativamente a condição psicológica de alguns personagens. Outro célebre romance de Rego, *Menino de engenho*, de 1932, mostra os contrastes de uma criança que vivia na Cidade e se vê forçada a morar na casa grande do engenho, após a morte de sua mãe. O romance retrata a decadência dos engenhos e a estrutura social desigual, ainda persistente no Período Pós-Abolição. A descrição paisagística evidencia como as questões ambientais impactavam na produção do açúcar, a partir da memória narrada do personagem Carlinhos.

Figura 10 - Casa em Recife.

Fonte: MR. BEREY house - Pernambuco. Recife, [184-?]. 1 gravura, des. aquarelado, 32 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon366401/icon366401_005v.jpg. Acesso em: 29 set. 2020.

Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos

MAPA 3



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 7. MELLO, E. C. de. *O bagaço da cana*: os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin: Companhia das Letras, 2012. 8. DAMASCENO, F. A. Revendo um mapa histórico: o caso do mapa dos mocambos de Palmares, de Décio Freitas (1971-1984). *In*: JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL SALGADO, 12., 2017, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social, v. 3, 2017. p. 679-695. Disponível em: https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/index.php/mesa-15-historiografia-teoria-e-metodologia-da-historia/. Acesso em: fev. 2021.

Nota: O recorte representa a região de Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos tratada neste capítulo. Algumas toponímias indicam a denominação vigente no período dos romances aqui sugeridos, assim como alguns elementos, e foram mantidos para melhor situar o leitor no palco dos acontecimentos. Se a localidade indicada em Mello (2012) é sede municipal atualmente, representou-se o ponto neste local, com exceção das localidades Várzea (Recife) e Muribeca (Jaboatão dos Guararapes). Os engenhos de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte estavam compilados conjuntamente na publicação de Mello (2012) e a localização dos pontos no mapa foi desmembrada de acordo com a posição de cada engenho. Tomou-se como referência o rio no qual o engenho se situava segundo o registro, procurando sempre a sede municipal ao mesmo tempo mais próxima ao rio e à costa.

Região e Romance[29]

Semanas mais tarde levaram-nos para um palacete ainda a cheirar a novo, junto ao porto, a partir do qual se espraia hoje a bela e orgulhosa cidade do Recife. O governador aguardava-nos num dos salões do edifício, um espaço sem luxo nem fausto algum. Sentado junto dele, a uma mesa atulhada de mapas, estava Ali Murato. Ergueram-se ambos ao verem-nos chegar.

Não me recordo já do rosto do governador. Nem sequer do seu nome. Poucos se recordam. As pessoas lembram-se apenas daquele que lhe sucedeu, o grande flamengo que transformou o Recife numa cidade aprazível — Maurício, conde (e depois príncipe) de Nassau, e isso é justo.

José Eduardo Agualusa
A Rainha Ginga, 2015, p. 66

Na tarde seguinte pude, enfim, visitar Olinda. Galgámos as ruas tristes, eu mais triste do que elas, e pasmado por ver tanta desolação onde antes havia cor e vida e alegria. Tentava explicar a Rafael e a Ingo o que fora a minha infância. O príncipe ambundo mostrava-se ainda mais horrorizado do que eu. Em demoradas conversas, em Angola, muitas vezes lhe falara no esplendor da cidade onde nascera — exagerando um pouco, é claro, pois qual o homem que não exagera os méritos da sua cidade?

Ali, em pé, diante das ruínas escuras, esforçava-me por lhes dar a ver a alvura das casas, o luxo dos salões, o ouro e a prata das igrejas.

Subimos a custo pela Rua do Paço, parando aqui e ali para retomar o fôlego. Pretendia mostrar-lhes a vista, lá do alto. Ao chegar, deparámos com algumas dezenas de pessoas catando sobras por entre o caos de cinzas e pedras soltas a que ficara reduzido o antigo Palácio do Governador. Distingui entre os catadores alguns ciganos — o velho Lobo e a família.

Aproximei-me. Sula foi a primeira a ver-me. Caiu a meus pés, segurando-me as mãos e chorando e gritando o meu nome de cigano:

— Melchior Boa-Noite, bem sabia eu que nos voltaríamos a encontrar!

Nessa noite ceámos no acampamento deles. Lobo lamentou a destruição de Olinda.

Muita gente abandonara Pernambuco. As tropas holandesas haviam saqueado a cidade antes de lhe atear fogo. Vira soldados carregando ricas baixelas de prata, joias, brocados de ouro, sedas, tonéis de bom vinho. Ao crepúsculo dera até com um magote deles carregando um dos sinos da sé.

A destruição dos engenhos, das lavras e quintais e a fuga dos escravos logo se fizeram sentir. Faltava o que comer.

José Eduardo Agualusa
A Rainha Ginga, 2015, p. 67

Artur contestou. Não, o meu pai estava muito próximo, no Arraial do Bom Jesus, a uma légua do Recife. O general Matias de Albuquerque erguera uma fortificação naquela localidade, apoiado por muitos homens práticos na guerra, e dali partia para flagelar os flamengos. Eu que o acompanhasse — insistiu — pois o meu pai e a minha avó me esperavam num engenho abandonado, algures entre o Recife e o Arraial, em terra neutra.

José Eduardo Agualusa
A Rainha Ginga, 2015, p. 69

Duas semanas mais tarde encetámos o regresso ao Recife, recompostos da fome, da sede e dos maus-tratos, embora ainda com muito mau ar e andrajosos como os mais andrajosos dos pedintes. Verdade seja dita que se estivéssemos vestidos com os nossos melhores trajes em pouco tempo estes se teriam convertido também eles em miseráveis farrapos, tal a fereza dos matos que crescem nos sertões de Pernambuco.

José Eduardo Agualusa
A Rainha Ginga, 2015, p. 73

Franqueámos a muralha que cerca a estreita península onde se ergue a povoação do Recife sem que ninguém nos incomodasse. À medida que nos íamos aproximando da região do porto — a que chamam Povo — mais nos admirávamos com o que íamos vendo. Era como se Olinda tivesse descido dos seus íngremes outeiros para se refazer ali. Fora em parte assim mesmo, pois muita gente aproveitara as pedras mortas da minha pobre cidade, arrastando-as até àquela praia, para erguer as paredes das suas novas casas. Os flamengos haviam levantado belos solares, largos palacetes, e mesmo um imenso jardim, no qual dois mil coqueiros bailavam uns com os outros ao sabor da brisa. Atravessámos os laranjais perfumados, como se percorrêssemos o Paraíso, esperando a qualquer momento ver baixar do azul profundo do céu dois ou três anjos armados de compridas espadas para dele nos expulsarem. Isso, felizmente, não aconteceu.

[29] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

Ainda no jardim, vimos as duas torres do Palácio Friburgo, a residência do governador, competindo em eminência e elegância com os mais altos coqueiros. Dirigi-me a um dos guardas, postado junto à porta principal do palácio, anunciei o meu nome, e disse-lhe que gostaria de falar com sua excelência, o capitão Isaac Pinto da Fonseca, fidalgo que eu supunha ser próximo ao governador.

José Eduardo Agualusa
A Rainha Ginga, 2015, p. 74

João Maurício de Nassau não respondeu logo. Olhou-nos sonhador:

— Olinda, Holanda. Luanda, Holanda. Não vos parece, senhores, que há nesta similitude de nomes mais do que um acaso? Um secreto desígnio dos deuses?

Nenhum de nós lhe respondeu. Então Maurício de Nassau passou a tratar de questões práticas. Sim, regressaríamos a Angola na armada capitaneada por Cornélio Jol. Os navios juntar-se-iam no Recife, provenientes de vários mares, e partiriam dali para África. O ataque deveria apanhar os portugueses desprevenidos. Conviria, antes, avisar a rainha Ginga e os seus aliados jagas. Teríamos de pensar juntos na melhor estratégia.

José Eduardo Agualusa
A Rainha Ginga, 2015, p. 80

No dia 15 de fevereiro, aproximaram-se o suficiente da costa para conseguir divisar Olinda, o vilarejo portuário chamado Recife e os dois fortes que guardavam a entrada do porto. Bandeira branca hasteada na nau capitânia, o Conselho de Guerra se reuniu.

— Como de praxe – principiou o almirante Lonck —, vamos oferecer a chance de rendição.

— Perdoa-me, senhor, mas essa... formalidade... me parece pura perda de tempo, além de expor nossos homens ao perigo — contrapôs o coronel Diederik. – Exceto em povoados indefesos, nunca soube que tenha funcionado. E hás de convir que a maior produtora de açúcar, com uma cidade murada e dois fortes à entrada do porto, não deve ser indefesa.

Aydano Roriz
A guerra dos hereges, 2010, p. 191

O puro-sangue andaluz se esfalfava. Seu cavaleiro impunha à montaria um ritmo de corre-corres ao qual o nobre cavalo não estava acostumado. Sob o troar dos canhões, Matias de Albuquerque tentava se fazer presente em toda parte. Depois de comandar os primeiros revides nos fortes, montara e partira a galope quase duas léguas até Afogados, onde deságuam os rios Pina e Jiquió e um braço do Capibaribe. A trote ligeiro, desfilara às pressas por aquela região de manguezais para se certificar, pela enésima vez: se os hereges desembarcassem nas praias do sul, enfrentariam grande dificuldade para chegar a Olinda. Na volta, atravessando rios a vau, subindo e descendo morros, galopara mais meia dúzia de léguas para o norte, até a foz do Rio Tapado, em cuja margem direita entricheirara, no meio da mata, cento e trinta homens sob o comando de André Temudo.

Aydano Roriz
A guerra dos hereges, 2010, p. 192

Foto 68 - Vista a partir do centro de Olinda (PE). Cayo de Oliveira Franco, 2018.

— Os mapas dizem que, entra a costa sul e Olinda, existem muitos rios e charcos — ponderava o vice-almirante Sickes com o coronel Diederik.

— É isso mesmo — atalhou Papa-Robalos, um cristão-novo que vivera muitos anos em Olinda e, ao se sentir ameaçado pela Visitação do Santo Ofício, de um jeito de fugir para os Países Baixos.

Aydano Roriz
A guerra dos hereges, 2010, p. 196

Rasgando o lençol cor de esmeralda, a quilha do navio revolvia o Atlântico, fazendo brotar uma espuma alva que se espalhava em ambos os bordos da embarcação. O piloto fazia sinais para o contramestre. O contramestre gritava ordens. Os mareantes subiam e desciam às carreiras pelos cordames, ajustando as velas. A azáfama era excitante. Vista do mar, Zuikerland, aquela colônia sul-americana d'el-rei de Espanha, parecia mesmo a terra da promissão. Verde, muto verde, até onde a vista alcançava. E a luz! O sol brilhava tanto que fazia os olhos se amiudarem. O calor era incômodo para aquelas roupas

de veludo. Não obstante, a imensa quantidade de mastros de navio no porto, quase como uma floresta seca, mais a conhecida bandeira listrada, tremulando ao vento no ponto de Bruyne esboçou um sorriso largo. Os receios dos seus velhos pais mais do que nunca pareciam descabidos. Ser comissário da West-Indische Compagnie na Terra do Açúcar poderia mesmo ser a sua grande oportunidade de ascensão.

Aydano Roriz

***A guerra dos hereges*, 2010, p. 273**

Boas casas para alojamento não faltava. Embora quase desprovidas de mobília e utensílios, os de patente mais alta tomaram as melhores para si. Os conventos e mosteiros se haviam transformado em quartéis para a elite da tropa. Os demais soldados e a marujada se acomodavam nas moradias modestas ou no vilarejo portuário do Recife. A Santa Case de Misericórdia retornara às suas antigas funções hospitalares, e nunca com tantos pacientes. Tantos enfermos, que até haviam despachado para um hospital de campanha nas ilhas de Fernando de Noronha os atacados pelo escorbuto. Despida dos símbolos católicos e ricos ornamentos, na Igreja de São Salvador do Mundo o reverendo Baers, capelão da armada da WIC, celebrava agora cultos calvinistas.

Ainda assim, com o providencial auxílio dos índios chefiados por Felipe Camarão, Matias de Albuquerque infringia perdas aos invasores. Afora uns poucos aqui, outros acolá, numa emboscada haviam mandado para o inferno bem mais de uma centena de hereges e outros tantos para o hospital, tendo perdido apenas dezesseis homens. Animados, ousaram mesmo atacar Diederik num fim de tarde, quando o coronel seguia a cavalo do Recife para Olinda. O piqueiro que o escoltava fora prontamente abatido, o cavalo recebera duas flechadas, mas graças à sua boa e velha cota de aço — "quente como seiscentos diabos" — Diederik se safara.

Aydano Roriz

***A guerra dos hereges*, 2010, p. 274**

Exuberantemente verde, como toda ilha fluvial dos trópicos, a de Antônio Vaz, por se situar na foz do rio, era muito sujeita aos caprichos das marés. Daí viver pouca gente lá antes da chegada dos hereges, e ninguém depois. Os franciscanos, que tinham um pequeno mosteiro ao norte da ilha, haviam fugido. Aproveitando o conventinho abandonado, os holandeses estavam a construir um forte. Um posto avançado que assegurasse algum controle sobre o Baixo Capibaribe, rio que os brasilianos costumavam atravessar para lhes infernizar a vida. Igualmente, uma base para facilitar o avanço para o interior. Era por detrás dos manguezais da outra margem que se escondiam as forças rebeldes, mas também as fazendas de gado, as plantações de tabaco, os canaviais e os engenhos de açúcar — razão de terem vindo de tão longe para conquistar Zuikerland.

Aydano Roriz

***A guerra dos hereges*, 2010, p. 299**

Foto 69 - Litoral entre as Cidades de Olinda e Recife (PE). Cayo de Oliveira Franco, 2018.

Desde que completara 10 anos, a mãe proibira os passeios com o tio. Não ficava bem que uma mocinha saísse tendo por única companhia o noivo. Antonia não entendeu por que o tio não a levava mais à sala da moenda, por que não a tomava pela mão e caminhava com ela ao longo dos riachos de Monjope. Não lhe era tampouco permitido correr e encontrar Manoel Joaquim, quando apontava na porteira, sentar-se no colo enquanto ouvia as histórias que contava.

Luzilá Gonçalves Ferreira

No tempo frágil das horas, 2003, p. 34

Quando o tenente partira com a tropa, João perguntara à mãe por que os negros fugiam, porque Rosa fugira. A mãe tivera um gesto de desânimo.

— Não sei te dizer, filho. Aqui em Monjope como em Tamataúpe não lhes falta nada. Mas pergunta a teu pai.

O pai não fora mais loquaz. Mas tentara explicar.

— Um dia saberás melhor. Eles querem liberdade.

— Que é liberdade, pai?

— Poder ir e voltar. Trabalhar quando quiserem.

— E não podem agora?

— Não. A cana, o açúcar, a aguardente, o mel não podem esperar, por isso também se trabalha à noite. A tarefa tem de ser feita. E se não a fizerem os negros, quem a fará?

Luzilá Gonçalves Ferreira

No tempo frágil das horas, 2003, p. 32

— Vejo que transmitiu a ti tua falta de pudor. Onde aprendeste este desejo, que uma mulher honesta não confessaria. Quem te levou a desejar deitar na grama com um homem que mal conheces?

— É meu esposo, mãe.

— Para mim só tiveste um esposo. O lorde George Anderson Cricket, que Deus o tenha.

— Mãe, George morreu. E eu estou viva.

Luzilá Gonçalves Ferreira

No tempo frágil das horas, 2003, p. 77

Ela escutava os sussurros do homem se apegando à Virgem, arrependido talvez das tristezas causadas à esposa, das festas que organizara em Monjope, quando flertava descaradamente com atrizes de passagem pelo Recife e que vinham ao Engenho trazidas por ele, em cabriolés alugados na Cocheira de Santo Amaro em nome da condessa. Maria Amália olhava aquilo, não ousando confessar para si própria que era uma traição. O conde fingia associar a esposa à apreciação das mulheres, abraçava-a diante das convidadas, perguntava-lhe se não era bela a esposa, *cette petite brésilienne*. As mulheres concordavam e Maria Amália lhes sorria, um riso triste de resignação.

Luzilá Gonçalves Ferreira

No tempo frágil das horas, 2003, p. 92

— Mas que diabo viste tu?

— Ora, ouve lá. Apenas teu tio saiu daqui, pus-me à sua pista, com cautela e de longe, já se sabe, pois suponho que ele me conhece.

— Qual conhece, qual nada!

— Ora! Eu sou o bicho mais conhecido deste mundo. Eu e o pessoa Caranguejo somos as duas entidades mais populares do Recife — observou o Jereba com convicção e certo garbo.

Carneiro Vilela

A emparedada da Rua Nova, 2013, p. 95

O Hermínio, que não estava acostumado àquele regime, começou a suar copiosamente.

— É forte! — murmurou ele com os olhos já vermelhos.

— Qual forte, qual nada! — retrucou-lhe o Jereba, que na sua qualidade de pândego emérito, era uma verdadeira esponja e um dos que melhor figura deveria fazer mais tarde no célebre Club Eclypse, que tão escandalosamente funcionou na Rua de São Bom Jesus das Crioulas.

Carneiro Vilela

A emparedada da Rua Nova, 2013, p. 103

Mas o Justino continuou, sem fazer caso dessa mímica nem daquela manifestação de vaidade e de basófia:

— Abra os olhos: você aqui não está no Recife, está em Jaboatão.

— Isso sei eu.

– E matuto é gente muito desconfiada. Além disso, sinhá Marocas tem dono e seu Zé Romão é ciumento como todos os diabos.

– Pois comigo perde seu tempo. Gosto da cabocla como um espécimen de mulher, mas respeito muito o direito de propriedade.

— E faz bem; os nossos matutos, neste ponto, são intransigentes. Boliu com eles, ou brinca a faca ou ronca o bacamarte.

Carneiro Vilela

A emparedada da Rua Nova, 2013, p. 174

Nessa mesma noite, Leandro Dantas foi apresentado a Tomé Cavalcanti e desde logo, pondo em contribuição todos os recursos de seu gênio insinuante e de sua audácia natural, apoderou-se do ânimo do senhor de engenho e assenhoreou-se da sua amizade e da sua simpatia, sendo por ele próprio convidado para a primeira reunião da sua casa. É preciso notar que o Cavalcanti recebia habitualmente uma vez por semana, às sextas-feiras. Estava-se em uma quarta, portanto daí a dois dias era o designado para a sua definitiva entrada na casa da Passagem da Madalena. O lobo encontrava enfim aberta a porta do redil e era o próprio dono dele quem o franqueava. A raposa ia aninhar-se no galinheiro, guiada, aliás, pelo próprio galo.

Carneiro Vilela

A emparedada da Rua Nova, **2013, p. 235**

João resolveu quanto antes entrar também em campo. A concorrência amedrontava-o e ele temia ver fugir-lhe o dote com que tanto havia sonhado e como ele a mão da sua prima. É forçoso confessar uma verdade. O que no caixeiro sofreu mais com aquela descoberta e aquele receio, não foi a sua ambição, foi o seu amor, principalmente o seu amor próprio. Ser preterido por um mulato!... por um baiano... ele um caucasiano puro e legítimo, um genuíno filho da pátria do vinho do Porto!... Não!... o seu orgulho não podia sofrer uma tal injúria, e a família de seu tio não podia ficar exposta a sofrer uma afronta tão direta aos seus brios e à pureza de sua imagem.

Carneiro Vilela

A emparedada da Rua Nova, **2013, p. 280**

A povoação do Monteiro, naquele ano de 1862, mostrava o aspecto brilhante de um arrabalde em plena efervescência de festa. As famílias mais gradas da cidade para aí haviam mudado a sua residência temporária e enchiam aquelas paragens com o ruído de suas alegrias, com as alegrias dos seus divertimentos cordiais e repetidos. Primavam entre todas a família de Cavalcanti e, arrastada por ela, a de Jaime Favais. Josefina, estimulada pelo exemplo de sua amiga, atirava-se a todo o pano na vida elegante e ruidosa que levava a formosa senhora de engenho. Seu marido deixava-se arrastar pela corrente e, para desculpar a mudança repentina do seu modo habitual de viver, alegava a moradia excepcional no arrabalde e a circunstância ainda mais excepcional de ser tempo de festa — época que, a falar a verdade, autoriza muitas coisas que seriam e são intoleráveis em outra qualquer ocasião.

Carneiro Vilela

A emparedada da Rua Nova, **2013, p. 284**

Figura 11 - Vista de uma casa em Recife.

Fonte: VIEW from our house looking up the river towards the Village of the Poço da Panella. Recife, [184-?]. 1 gravura, des. aquarelado, 32 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon366401/icon366401_004.jpg. Acesso em: fev. 2021.

Uma tarde passeavam todos pela pitoresca estrada que leva a Apipucos, todos, isto é, as moças e os rapazes, pois que os velhos – os assim julgados pela idade ou pelo estado — haviam ficado na calçada da casa do Cavalcanti, ocupados uns no gamão, outros no voltarete, e outros finalmente na resolução de alguns problemas intrincados da política de então, que é a mesma de hoje e que será a mesma de amanhã, desgraçadamente!

Carneiro Vilela

A emparedada da Rua Nova, **2013, p. 287**

O mestre pensou na velha doente e amorteceu a sua alegria. D. Amélia, não havia quem não pensasse nela e não visse os tempos do capitão Tomás, as festas do Santa Fé, os dias de mocidade do engenho da várzea. Era pequeno, mas dava para um homem viver, e dar grandeza a sua família. Cinquenta escravos lavravam as terras do Santa Fé. Tinha uma fortuna em negros, o capitão Tomás. Agora era aquilo o que se via, um engenho de duzentos pés, moendo cana, puxado a besta.

José Lins do Rego

Fogo morto**, 1998, p. 63**

Andou para as bandas do Santa Rosa. Pisou nas terras do velho que odiava. Viu os partidos de cana gemendo na ventania, o mar de cana madura com os pendões floridos. Era toda a riqueza do velho, era o seu mundo que ele tocava. Quantas vezes não tinha vontade de sacudir fogo naquela grandeza. Era besteira. Outra vez as terras dariam aqueles mesmos partidos, o massapê encheria a barriga do ricaço.

José Lins do Rego

Fogo morto, 1998, p. 71

Aquela terra que ele moldara ao seu gosto, que ele povoara, tratara, lavrara, talvez que, com sua morte, voltasse ao que fora, a um pobre sítio, a uma pobre terra sem nome. Não acreditava no genro. E tudo isto o consumia. Era bonito andar de carruagem com a barba preta, luzindo com o porte de senhor fidalgo. Era muito bonito. Para ele, para o pai que lhe dera a única filha, tudo aquilo era festa somente para os olhos.

José Lins do Rego

Fogo morto, 1998, p. 127

As várzeas cobriam-se de grama, de mata-pasto, os altos cresciam em capoeira. Seu Lula, porém, não devia, não tomava dinheiro emprestado. Todas as aparências de senhor de engenho eram mantidas com dignidade. Diziam que todos os anos ia ele ao Recife trocar as moedas de ouro que o velho Tomás deixara enterradas. A cozinha da casa-grande só tinha uma negra para cozinhar. E enquanto na várzea não havia mais engenho de bestas, o Santa Fé continuava com suas almanjarras. Não botava máquina a vapor. Nos dias de moagem, nos poucos dias do ano em que as moendas do seu Lula esmagavam a cana, a vida dos tempos antigos voltava com ar animado, a encher tudo de cheiro de mel, de ruído alegre. Tudo era como se fosse imitação da realidade. Tudo passava.

José Lins do Rego

Fogo morto, 1998, p. 161

Ficava a fábrica bem perto da casa-grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal [...] Tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar. O mestre Cândido com uma cuia de água de cal deitando nas tachas e as tachas fervendo, o cocho com o caldo frio e uma fumaça cheirosa entrando pela boca da gente.

- É aqui onde se cozinha o açúcar. Vamos agora para a casa de purgar. Dois homens lavavam caçambas com mel batido para as formas estendidas em andaimes com furos; Ali mandava o purgador, um preto, com mãos metidas na lama suja que cobria a boca das formas. Meu tio explicava como aquele barro preto fazia o açúcar branco.

José Lins do Rego

Menino de engenho, 1981, p. 12-13

Lá um dia, para as acordas das nascentes do Paraíba, via-se quase rente no horizonte, um abrir longínquo e espaçado de relâmpago: era inverno na certa no alto sertão. As experiências confirmavam que com duas semanas de inverno o Paraíba apontaria na várzea com a sua primeira cabeça d'água. O rio no verão ficava seco de se atravessar a pé enxuto. Apenas, aqui e ali, pelo seu leito formavam-se grandes poços, que venciam a estiagem (p. 24).

[...] vimos então o estado em que as águas deixaram os canaviais. Parecia que uma chuva pesada de oca caíra por ali, de tudo parecer cor de barro vermelho (p. 31).

- O Coronel este ano não faz duzentos pães de açúcar, dizia o carreiro. Só ficou com cana para semente (p. 31).

José Lins do Rego

Menino de engenho, 1981, p. 24 e 31

Meu avô falava das eleições da Monarquia, dentro das igrejas. Os senhores de engenho iam até às armas, nas disputas. Brigavam pelos seus partidos, profanavam os templos de Deus, arrombando urnas e queimando atas. No Brejo de Areia, Félix Antônio levantou o povo contra o governo. De Goiana saiu um exército para atacar o Recife.

José Lins do Rego

Menino de engenho, 1981, p. 72

Negro só de barriga cheia. Era verdade que alguns pediam cipó-de-boi. Ali mesmo no Santa Rosa, uma escrava botara uma erva venenosa no caldeirão de comida da escravatura. Quase que morria tudo de dor de barriga [...]. Os jornais, na abolição, falavam de senhores de engenho que matavam negros de relhos. Ninguém hoje mata boi de macaca. Queria-se o negro gordo para o trabalho e a revenda.

José Lins do Rego

Menino de engenho, 1981, p. 90

Querendo amanhecer, listrado de ouro o nascente, cochilando as estrelas no céu, o sino da matriz de Tracunhãem acordara todo mundo no povoado, num sonoro repique de festa, por ser o último dia do mês de mariano. No largo pátio, cheirando a folhas de canela e enfeitado de bandeirinhas balançando-se em córdeis, agrupavam-se ainda meio escuro madrugadores devotos, vindos de longe com seus trajes novos, ciosos de conseguir lugar na igreja para ouvir os doces cantos das moças e o sermão do padre Joaquim vigário de Nazaré, que falava tão bem <<do povo chorar>>.

Mario Sette

Senhora de engenho, 1921, p. 7

— Emprego!! Não graceje. Vou mas é tomar conta do meu engenho. O arrendamento finda-se agora e eu avalio o que se poderá tirar dali adotados outros métodos de plantio, de cultura.

— Senhor de engenho com a agricultura à hora da morte, o açúcar numa baixa reles, sem amparo...

— Sem amparo porque não nos sabemos impor. Vivemos a berrar que somos enjeitados, que nada se nos dá, que o Sul nos engole, mas ninguém se solidariza num gesto de resistência, de tenacidade, de valimento. O nordeste, longe de ser uma força, dispersa calorias em tricas partidárias. Os nossos representantes, na maioria, caindo aqui, abancados nos cafés, sorvendo o perfumado estimulante, esquecem-se de que é o açúcar que o adoça.

Mario Sette

Senhora de engenho, 1921, p. 38

Enquanto o trem rodava, contornando a trena líquida do Capibaribe, majestoso na preamar, beirando os sítios do Arraial, montando os primeiros arrampados, rompendo as matas espessas de Macacos, os olhos de Nestor e Hortênsia focavam as mesmas paisagens, mas os seus pensamentos se bifurcavam: ela mirava tudo num misto de curiosidade e tédio; no resto da viagem distraíra-se bastante, tomara parte em concertos, alvoroçava-se com as escalas, comprando frutas, saíra de bordo com saudades. Depois, no dia que passara no Recife, gostara da cidade, planície airosa no estreito enlace de dois belos rios, as pontes brancas acolchetando os bairros, Olinda, ao longe, surdindo os mosteiros vetustos da pujança remoçada verdes coqueirais. Agora, porém, penetrava no interior, na roça e o coração se lhe apertava, entristecia-se.

Mario Sette

Senhora de engenho, 1921, p. 77

Passaram os visitantes pela garagem, pelo engenho modernizado, reluzente de asseio, até chegar na "rua" — uma fila de casinhas alpendradas antiga senzala e, agora, depósito de instrumentos agrários, arreios, cangas...Exonerando do serviço velha caldeira que todos os anos comia dinheirão de consertos, poupando também as suas matas, Lúcio aproveitara o riacho perene que cortava a propriedade, represando-o numa altura, improvisando queda d'água que, desde então, começou de mover a roda, acionando a moenda.

Mario Sette

Senhora de engenho, 1921, p. 103

ITAIPAVA

Foto 70 - Orixás do Dique do Tororó, Salvador (BA). Daiane de Paula Ciriaco, 2018.

Salvador e Recôncavo Baiano

Região e Geografia

A Cidade de Salvador e suas relações com o Recôncavo Baiano constituem uma das mais importantes etapas no processo de conquista e ocupação do que veio a ser o território brasileiro. Salvador exerceu função estratégica na defesa da costa, na interiorização da ocupação, na viabilização de rotas marítimas comerciais que se estabeleceram entre Portugal, África e colônias portuguesas nas Américas, assim como na articulação dos pontos de abastecimento que da costa demandavam o interior (AZEVEDO, 1950; SOUSA, 2012). A excelência de sua configuração territorial como porto natural, associada à adequação dos solos do Recôncavo à cultura da cana-de-açúcar – produto objeto de farta demanda ao longo do Período Colonial, com algumas oscilações de mercado – fizeram de Salvador

a segunda Cidade do vasto Império Português setecentista, atrás apenas de Lisboa (JANCSÓ, 1996, p. 57 *apud* FERLINI, 2012, p. 7), contando a primeira com população de 60 000 habitantes e a última com 180 000.

Uma questão que se coloca para este estudo é a definição da área de abrangência do Recôncavo. É preciso destacar que não se trata de sugerir uma delimitação estrita, uma vez que ela necessariamente apresenta variações ao longo do tempo, seja em função das diferentes relações que se estabeleceram entre Salvador e este entorno, seja em função dos critérios que fundamentam os recortes propostos além, é claro, da própria evolução dos recortes territoriais dos Municípios desse entorno. Uma última consideração a ser feita diz respeito à própria configuração do território que estamos analisando – a Cidade de Salvador e o Recôncavo Baiano. Recôncavo significa cavidade funda, concavidade, gruta, o que permite identificar a área interior, o entorno da Baía de Todos os Santos, como aquilo a que atribuiríamos a denominação Recôncavo Baiano. Como se verá mais a frente, os vários recortes propostos para a delimitação do Recôncavo Baiano interpretaram de forma diferenciada essa questão. Ou seja, o atributo natural – ser parte do entorno, da concavidade da Baía de Todos os Santos – não é suficiente ou definitivo para sua regionalização. Em resumo, o Recôncavo Baiano não é uma região natural.

Levando-se em conta os critérios que definiram a própria seleção de áreas neste trabalho, precisamos ter em conta as localidades que possibilitaram que Salvador desempenhasse as funções que efetivamente desempenhou. Nomeadamente, a de primeiro centro administrativo da Coroa portuguesa nos territórios coloniais das Américas, a de ponto articulador de vasta expansão da conquista territorial, a de principal porto marítimo da Colônia no comércio com Portugal, África e outros portos do território colonial[30] durante os Séculos XVI, XVII e a maior parte do Século XVIII e, pela particularidade de sua configuração territorial, de Cidade estratégica na defesa da costa e da navegação lusa em águas do Atlântico Sul (Foto 71). Assim, o Mapa 4 apresenta localidades que foram e são parte do Recôncavo Baiano, mas não o faz no intuito de afirmar uma proposta diferenciada de delimitação. Da mesma forma, há localidades que não são consideradas partes do Recôncavo Baiano, mas estão indicadas no mapa em função de suas relações com Salvador. Vamos abordar estas questões mais adiante. Por ora, cabe desenvolver algumas das diferentes funções que deram relevância a Salvador, anteriormente mencionadas.

Foto 71 - Forte de São Marcelo, com a Cidade ao fundo, Salvador (BA).
Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

30 Salvador manteve-se como principal porto de desembarque de escravizados africanos nas Américas até 1790, quando foi superado pelo porto do Rio de Janeiro (SILVA JÚNIOR, 2012).

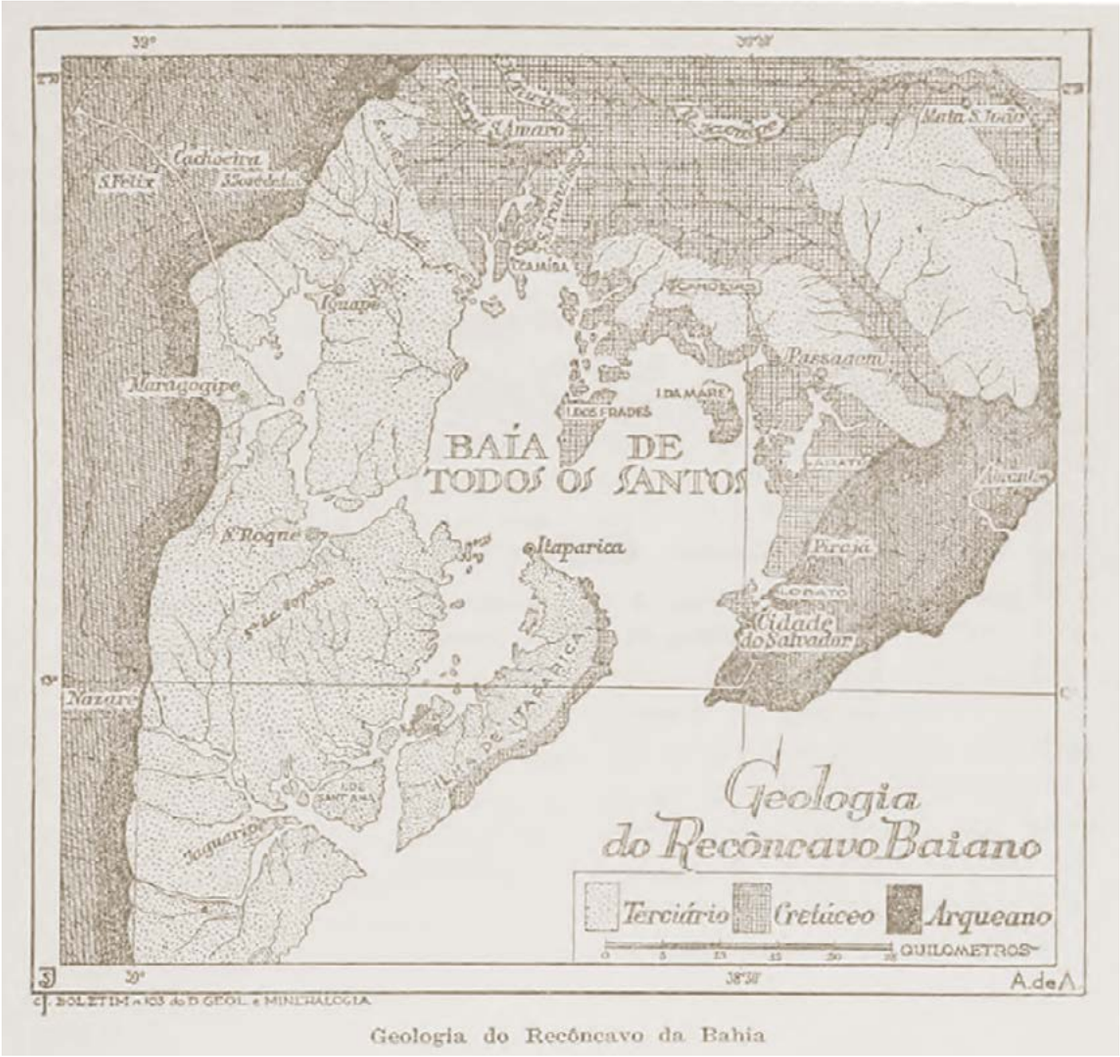


Figura 12 - Mapa geológico do Recôncavo Baiano

Fonte: AZEVEDO, A. de. Recôncavo da Bahia: estudo de geografia regional. *Revista da Universidade de São Paulo,* São Paulo: USP, n. 1, p. 141-162, jan./mar. 1950. p. 143. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2595-2501.rusp.1950.143237. Acesso em: fev. 2021.

Salvador como centro do poder metropolitano na Colônia

A primeira grande função da Cidade de Salvador foi a de centro de comando e controle da Coroa portuguesa nas colônias das Américas. Inaugurou-se em 1549 quando foi criada como Cidade da Bahia, como Salvador era conhecida ao longo de todo o Período Colonial, ao mesmo tempo em que o enviado da Coroa com esta atribuição recebeu o primeiro documento que orientava as atribuições daqueles que, em terras coloniais, representassem os interesses do rei. Trata-se do regimento entregue a Tomé de Sousa, "governador das terras do Brasil e capitão da fortaleza e das terras" (VASCONCELOS, 2016, p. 32)[31].

[31] Pedro de Almeida Vasconcelos (2016) grafa Tomé de Souza, enquanto Moniz Bandeira (2007) e Avanete Pereira Sousa (2012) grafam Tomé de Sousa. Há inúmeros autores que se referem ao fundador da Cidade de Salvador em uma e noutra grafia. Não é o caso de percorrermos os casos à exaustão. Limitamo-nos a registrar a dúvida e declarar nossa opção pela grafia Tomé de Sousa.

É importante ressaltar que no Século XVI apenas três Cidades foram criadas pela Coroa portuguesa em sua Colônia nas Américas. Além de Salvador (1549) – a primeira Cidade do Brasil – Rio de Janeiro (1565) e Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1585, atual Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba) (AZEVEDO, 1956, p. 11). As demais fundações do século foram 14 Vilas e, dentre elas, apenas São Paulo de Piratininga (São Paulo) não está na costa ou imediatamente junto a ela (AZEVEDO, 1956). Assim, é evidente que a estratégia de domínio territorial da Coroa portuguesa orientou-se pela criação de Vilas e Cidades e que sua primeira preocupação era o povoamento permanente de pontos da costa. E, dentro desse contexto, a Baía de Todos os Santos apresentava os melhores atributos naturais para a instalação de uma Cidade fortaleza. É o que destaca o próprio texto do Regimento e Carta de Nomeação de Tomé de Sousa assinado por D. João III em 1548, conforme destaque de Avanete Pereira Sousa (2012, p. 21), citando passagens do referido documento: "[...] havia ordens expressas para a criação de uma 'povoação grande e forte em lugar conveniente para dela se proverem as outras capitanias'". A mesma autora destaca a preferência do rei pela Baía de Todos os Santos, "pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela bondade, abundância e saúde da terra" (SOUSA, 2012, p. 21).

Aqui é preciso destacar as características do território que fizeram de Salvador uma Cidade com uma série de vantagens relativas. A Baía de Todos os Santos formou-se a partir de uma falha tectônica que imprimiu à linha de Costa brasileira naquela latitude uma "grande chanfradura", como explica Aroldo de Azevedo (1950, p. 142). De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (2012), chanfrar é cortar em ângulo ou de esguelha. Assim, além da formação de um porto natural, a falha também deu origem a uma escarpa que se ergue a "60-80 metros sobre o nível do mar e deu-lhe a direção SSW-NNE" (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 188). Note-se, portanto, a existência de dois atributos, importantíssimos à época, para o estabelecimento de uma Cidade fortaleza – a presença de um porto natural protegido e de terrenos elevados que permitiam a vigilância sobre a linha de costa (Foto 72). Ao mesmo tempo, as Cidades do Recôncavo desempenharam não apenas as funções de áreas de abastecimento do centro político administrativo da Colônia, como também funcionavam como área de escape no caso de ataque a Salvador. Esta foi uma característica muito importante do Recôncavo em mais de uma ocasião ao longo do Período Colonial, mas destacadamente na chamada Guerra de Independência, como se verá mais adiante.

Foto 72 - Elevador Lacerda, com Mercado Modelo abaixo e o mar ao fundo, Salvador (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

A função que marcou a fundação da Cidade, fazendo dela centro de poder para a gestão do espaço colonial por mais de 200 anos, marcou também sua composição social, provocando evidentes contrastes entre riqueza e pobreza, fartura e escassez. Os conflitos decorrentes desse quadro social estiveram sempre presentes nos textos ficcionais que têm a Cidade como palco.

Salvador abrigou funcionários do alto escalão do Reino que para cá vieram com a atribuição de fazer valer os interesses da Coroa. O governador-geral, como já se viu, era o responsável maior pelos interesses da Coroa no território colonial com atribuições, inclusive militares, em relação à defesa e manutenção da posse. O provedor-mor e o ouvidor-geral cuidavam, por sua vez, dos interesses fazendários do Reino, sendo o primeiro responsável por fiscalizar, enquanto o segundo cuidava da aplicação das leis referentes à arrecadação de tributos (SALGADO, 1985). Também na esfera eclesiástica, Salvador abrigou os representantes mais graduados da fé. Para uma completa apreciação das estruturas de mando designadas pela Coroa portuguesa ao longo do período em que Salvador foi Capital da Colônia, veja-se o trabalho coordenado por Graça Salgado (1985), do Arquivo Nacional. O mais importante a reter aqui é o fato de que à função de centro de poder metropolitano na Colônia juntaram-se três outras não menos estratégicas: a de principal porto articulador das rotas de comércio exterior (nos Séculos XVI, XVII e parte do Século XVIII), a de grande centro econômico, em função da produção de cana-de-açúcar, e a de ponto estratégico para a penetração no território e consolidação do domínio.

Antes de abordarmos essas outras funções de Salvador cabe destacar as primeiras construções que marcaram a Capital da Colônia, assim como seu sítio.

Foto 73 - Colégio dos Jesuítas, Salvador (BA).
Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

Como observa Avanete Pereira Sousa (2012), a escolha de Tomé de Sousa para a instalação da Cidade fortaleza recaiu na parte alta, sobre um morro "como medida de segurança e para cumprir as determinações do rei" (SOUSA, 2012, p. 21). Ainda segundo a autora "Nesta parte alta, lugar onde hoje estão a Praça Municipal, a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e o Terreiro de Jesus, foram edificadas as casas de morada, a Casa do Governo, a Casa da Câmara e o Colégio dos Jesuítas" (SOUSA, 2012, p. 21) (Foto 73).

Ainda sobre a função de Salvador como Cidade fortaleza, onde se concentrou a estratégia de defesa da Coroa portuguesa contra as investidas de outros reinos europeus, é importante lembrar que essa função não se realizava apenas nos marcos de seu sítio urbano. Além da configuração da

Baía de Todos os Santos, que por si só oferecia alguma proteção, a instalação de Fortes – como o de Santo Antônio da Barra (Foto 74), por exemplo –, e a construção da Torre de Garcia D'Ávila (Foto 75), em terrenos que hoje correspondem ao Município de Mata de São João, desempenharam relevante papel na defesa da Cidade.

Antes de passarmos às outras funções de Salvador, não se pode ignorar um aspecto muito peculiar da ocupação da costa na Baía de Todos os Santos e que muito contribuiu para o sucesso da empreitada atribuída a Tomé de Sousa – a existência de Caramuru. A fixação de povos europeus nas Américas empreendeu-se de forma violenta, pela eliminação física, expulsão, subjugação e escravização de povos nativos. Se considerarmos os dados oficiais da chegada de portugueses ao território que hoje corresponde ao Estado da Bahia, devemos concordar com Gilberto Gil: "Primeira missa, primeiro índio abatido também" (TODA..., 1979).

Foto 74 - Forte Santo Antônio da Barra, Salvador (BA).
Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

Mas também há registros da existência de europeus vivendo entre as populações nativas antes mesmo que se efetivasse o processo de colonização pela Coroa portuguesa. É o caso de Diogo Álvares – o Caramuru –, um português que vivia entre os índios Tupinambás e comercializava pau-brasil com franceses antes da fixação de portugueses na Baía de Todos os Santos. Caramuru teve papel muito importante nas negociações e trocas estabelecidas entre os representantes da Coroa portuguesa na Bahia e as populações nativas que habitavam esse território. Ele foi fundamental para que Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil, pudesse criar a povoação – Cidade fortaleza – que o Rei D. João III ordenara. A impressionante história de um náufrago (ou possível desertor), possivelmente português, que é aceito pelos Tupinambás porque a "filha de um principal dele se enamorou" (VICENTE DO SALVADOR, 1975, p. 160 *apud* BANDEIRA, 2007, p. 59)[32] e porque portava uma arma de fogo, o que provocou nos nativos temor e respeito por ele, agrega elementos inusitados ao processo de ocupação da Baía de Todos os Santos e de criação da Cidade de Salvador. É bem verdade que não se trata de caso único. O capítulo **Santos e o Litoral Paulista** deste Atlas, também, abordou a presença de europeus nas proximidades de São Vicente antes mesmo da criação dessa Vila. Mas o caso de Caramuru impressiona não apenas pelos detalhes exóticos de sua história – como, por exemplo, o fato de ele ter ido à França e lá se casado com a índia Paraguaçu, a partir de então batizada Catarina, com quem já vivia e tinha filhos –, como também pela importância e extensão de sua participação no processo de ocupação, que envolveu, inclusive, casamentos de seus filhos e filhas com filhos e filhas de sesmeiros portugueses, como Garcia D'Ávila, por exemplo (BANDEIRA, 2007).

[32] Farto levantamento histórico é apresentado nos capítulos 1 e 2 do livro *O feudo: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil,* de Moniz Bandeira (2007), abordando não apenas a comprovação da existência de Caramuru, mas também seu papel na aceitação dos portugueses pelos Tupinambás.

A existência de Caramuru ensejou a criação de obras ficcionais em que ele é personagem de destaque, como seria de esperar.

Foto 75 - Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Ávila, Mata de São João (BA).
Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

Salvador como importante centro econômico da Colônia

Esta característica da Cidade pode ser inicialmente atribuída à adequação de seus solos e de grande extensão do entorno da Baía de Todos os Santos ao cultivo da cana-de-açúcar. Em se tratando da cultura que por mais tempo promoveu ganhos substanciais aos cofres da Coroa portuguesa[33] e dos moldes em que ela foi estruturada, há que se agregar outro elemento que muito contribuiu para a pujança econômica de Salvador. Este, de triste memória – o de porto de desembarque de escravizados. Como já citado anteriormente, até 1790 o Porto de Salvador superava o Porto do Rio de Janeiro como maior receptor do tráfico. E para que se tenha uma ideia do montante de escravizados desembarcados nos três principais portos brasileiros – Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Salvador (Bahia) e Recife (Pernambuco) – diga-se que eles constituíram 77,2% dos 2 826 000 escravizados deportados em Luanda (Angola), apenas Luanda. Sabemos que havia muitos outros pontos de embarque no continente africano. Este dado é citado na resenha que Carlos Silva Júnior (2012) fez sobre o *Atlas of the transatlantic slave trade*, uma publicação de 2010, que nos aproxima da violência desse comércio, suas dimensões físicas e temporais e seu impacto sobre a África. Temos, portanto, que Salvador tornou-se importante praça de comércio de escravizados, o que significa dizer que a Cidade abrigava controladores de crédito, financistas e toda uma variedade de comerciantes envolvidos no comércio de mercadorias que se acoplavam ao açúcar e ao tráfico. Como explica Alencastro (2000, p. 114-115), havia mercadorias aglutinantes e mercadorias ancilares. As primeiras seriam as principais, aquelas que sustentam todo o investimento envolvido em seu transporte para fins de comercialização, enquanto as últimas seriam aquelas que se valem da existência do circuito comercial para sua comercialização. No caso de Salvador e do Recôncavo Baiano todas as mercadorias mencionadas por Alencastro (2000, p. 116) como elementos de permuta no tráfico estavam aqui presentes, mesmo que não exclusivamente – farinha de mandioca, zimbo (búzios), cachaça e tabaco – que passa a mercadoria aglutinante a partir do Século XVIII, tendo São Félix, então Distrito da Cidade de Cachoeira, como importante centro produtor de charutos (Foto 76).

Temos então que Salvador não só movimentava grandes quantias com o comércio do açúcar e de escravizados, como também se beneficiava com a comercialização de produtos que participavam das permutas que o tráfico de africanos demandava e que eram produzidos, em sua

[33] Para informações mais detalhadas, consultar: SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil*: 1500-1820. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 115. (Brasiliana. Grande formato, v. 10).

maioria, em Vilas do entorno da Baía de Todos os Santos – o Recôncavo. Apenas os búzios eram trazidos da Capitania de São Jorge dos Ihéus (ALENCASTRO, 2000, p. 257).

Foto 76 - Fábrica de charutos, São Félix (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

Outro aspecto a ser mencionado quanto à pujança econômica de Salvador diz respeito às relações que desde sempre a Cidade desenvolveu com seu entorno mais imediato e, através dele, com pontos mais distantes do território colonial. Salvador dependia em grande medida desse entorno para seu abastecimento e a Vila (e depois Cidade) de Cachoeira, em particular, foi, durante todo o Período Colonial e ao longo do Império, o grande entreposto comercial que cumpriu esse papel. Situada às margens do Rio Paraguaçu, o maior curso d'água a desembocar na Baía de Todos os Santos, Cachoeira também concentrava os produtos que chegavam no Porto de Salvador e se destinavam a mercados do interior. Vamos abordar essas relações de forma mais detida no tópico referente ao Recôncavo.

Um último aspecto a ser destacado quanto à importância de Salvador como centro econômico está associado ao expressivo desembarque de escravizados em seu porto. O fato da Cidade e seu entorno produzirem açúcar e fumo para exportação durante o Período Colonial – a cultura do fumo e a produção de charutos continuaram sendo importantes atividades econômicas do Recôncavo durante a primeira metade do Século XX –, fez de Salvador o Município com maior proporção de população afrodescendente no Brasil, dado que ainda se mantém – 81,2% segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019 (PESQUISA..., 2020). Esta característica de Salvador tem importante impacto em toda sua história e está fortemente presente em sua vida cultual, inclusive nos romances. As práticas e eventos ligados à religiosidade dos variados grupos étnicos que foram trazidos fazem parte da vida da Cidade, de suas festas, de sua paisagem, de sua culinária, de suas danças, de suas devoções. A força e expressividade dessa presença rendeu a Salvador o título de Roma Negra, tanto pela vivência das religiosidades de matriz africana[34], quanto pela devoção à religiosidade católica pela mesma população afrodescendente.

Salvador como centro articulador da interiorização da ocupação

Por estar situada na Baía de Todos os Santos, Salvador foi um ponto estratégico para a interiorização da conquista. Os rios que deságuam na Baía tornaram-se eixos fundamentais nesse processo. A expansão da conquista territorial

[34] Sobre a origem do termo Roma Negra e as diferentes interpretações de seu significado, consultar: SILVA, M. A. P. da. Salvador-Roma Negra: cidade diaspórica. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia. *Anais eletrônicos (...)*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN, 2018. p. [7]. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530393388_ARQUIVO_Salvador-RomaNegra.pdf. Acesso em: maio 2021.

portuguesa a partir de Salvador foi empreendida por representantes da Coroa que requeriam e ganhavam terras – sesmarias – como recompensa por suas entradas em busca de metais preciosos e na caça, extermínio e escravização de populações indígenas que resistiam à invasão. Já foram mencionadas anteriormente as atividades econômicas que se desenvolviam em Salvador e no Recôncavo Baiano – seu entorno imediato. A elas deve somar-se a criação de gado que, em um primeiro momento, irá se estabelecer em terras do Recôncavo, mas que posteriormente, por ordem da Coroa, passam a ocupar áreas mais distantes[35]. De qualquer forma, o importante a ser assinalado é que essa atividade se tornou estratégica para o abastecimento de carne em Salvador, para o fornecimento de gado para os engenhos de açúcar do Recôncavo, onde era empregado como força motriz, além do couro, usado para proteger mercadorias destinadas à exportação (HENRIQUE, 2014)[36]. Além de garantir o abastecimento de Salvador e de seu entorno, a criação de gado nos sertões da Capitania da Bahia efetivou a expansão e consolidação dos domínios territoriais da Coroa portuguesa em terras coloniais. Não apenas pela incorporação de terras pela produção, como também pela garantia de abastecimento de tropas que demandavam os sertões, tanto em busca de metais preciosos quanto no extermínio e escravização dos indígenas[37].

Se considerarmos o conjunto dos processos até aqui relatados como constituintes da criação e consolidação da Cidade de Salvador, bem como das Vilas e Freguesias que compuseram seu entorno no Recôncavo (Foto 77), ou seja, as funções militares na defesa da Costa brasileira, a função portuária de intensa atividade, principalmente a partir da exportação do açúcar e da importação de mão de obra escravizada, além da redistribuição de mercadorias para o abastecimento de outras Capitanias, a expansão da ocupação pela pecuária extensiva e pela busca de metais preciosos, é possível aferir a importância da ocupação da Baía de Todos os Santos na consolidação do domínio colonial português nas Américas. Um dos registros mais importantes dessa ocupação é revelado pelos caminhos que conectaram as diferentes áreas da Capitania da Bahia, viabilizando o transporte de mercadorias, gado, tropas e indivíduos pelas vastas extensões que foram, nesse processo, apropriadas.

Foto 77 - Casa de Câmara e Cadeia, Cachoeira (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

[35] Como observa Juliana da Silva Henrique (2014, p. 12-13), a Coroa portuguesa preocupou-se em controlar as formas de uso da terra no Recôncavo, proibindo a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral. Os conflitos decorrentes da destruição de lavouras pelo gado, assim como a necessidade de terras disponíveis para atividades de maior rentabilidade empurraram a atividade criatória para o sertão da Capitania.

[36] Não se pode deixar de mencionar a clássica passagem de *Capítulos de história colonial: 1500-1800,* de Capistrano de Abreu (1998), em que o autor esmiúça as inúmeras formas de utilização do couro pelos sertanejos que povoaram os sertões de dentro e os sertões de fora, termos criados pelo autor na mesma obra para designar a expansão da criação de gado e criação de fazendas. No primeiro caso, saindo do Recôncavo em direção a Jacobina (Bahia), cruzando o Rio São Francisco e atingindo o sul do Maranhão e do Piauí e indo desembocar no Ceará. Os sertões de fora, por sua vez, partiram de Pernambuco e se expandiram próximos à costa, pela Paraíba e Rio Grande do Norte, até encontrar a outra corrente de povoamento no Ceará.

[37] As discussões referentes às variadas políticas da Coroa portuguesa em relação às populações indígenas, as legislações criadas e adotadas, as ações desenvolvidas pelas ordens religiosas que a isso se dedicaram e os conflitos decorrentes da invasão e fixação de portugueses em suas colônias nas Américas foram e são objeto de inúmeros estudos da historiografia brasileira e brasilianista. Não cabe aqui arrolar os inúmeros títulos. Para a composição deste volume buscamos as obras de Pedro Puntoni (2002) e de Luiz Felipe de Alencastro (2000).

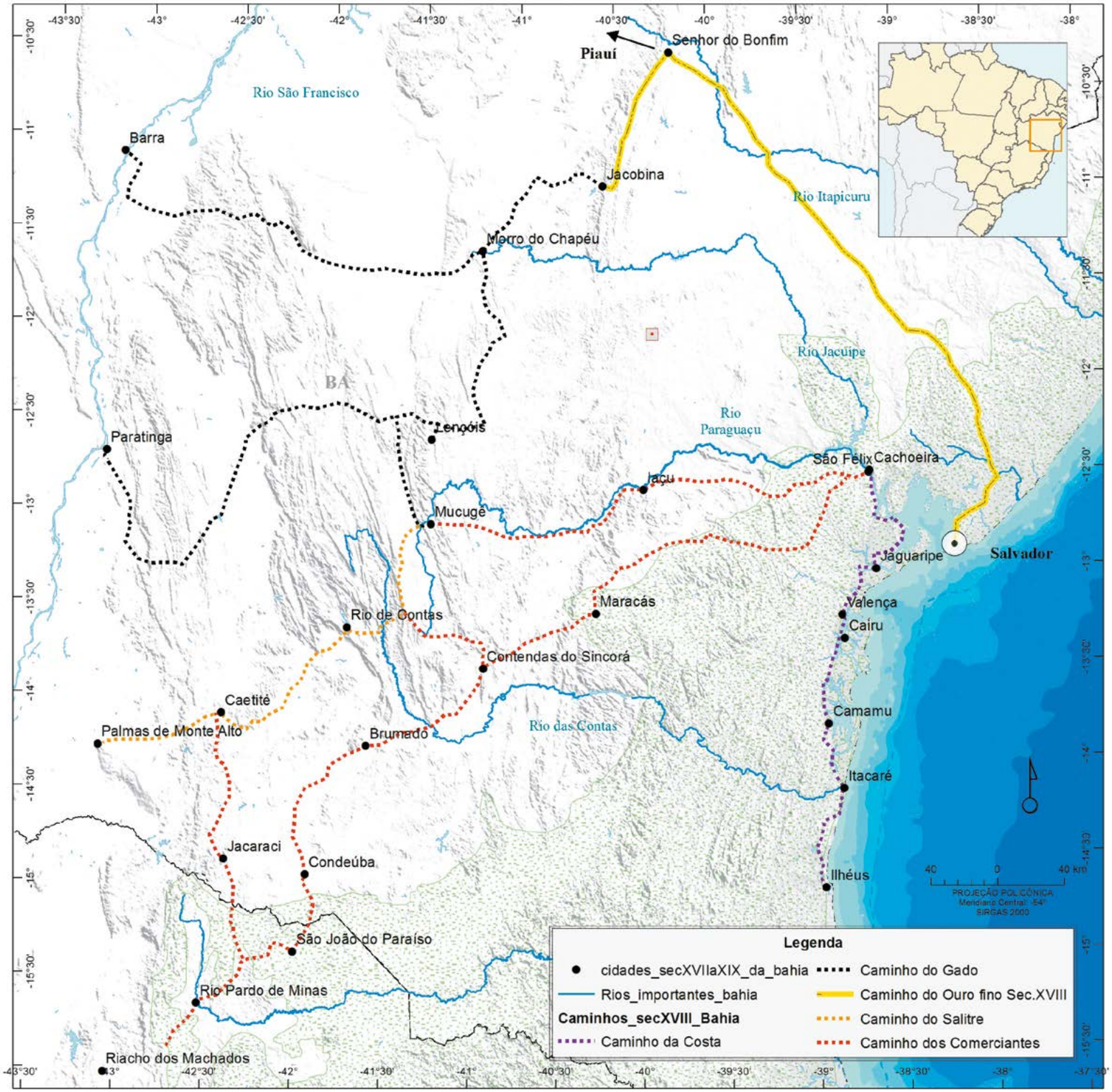
Foto 78 - Antigo porto do Rio Paraguaçu, Cachoeira (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

A obra *Caminhos do sertão*: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia, organizada por Neves e Miguel (2007), apresenta uma série de estudos que levantaram e mapearam estes caminhos, permitindo visualizar a concretude da incorporação territorial empreendida a partir de Salvador e do Recôncavo Baiano. O Mapa 4 reúne informações de diferentes pesquisas e mapeamentos desta publicação. A principal fonte é o capítulo de autoria do Professor Marcos Paraguassu, (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 201-247), onde uma série de mapas (executados por Francisco Magalhães) apresenta a diversidade de eixos de deslocamento a partir de Salvador e de Cachoeira, importante porto fluvial do Recôncavo responsável por grande parte do trânsito de mercadorias entre o sertão e Salvador. É possível identificar um dos eixos de expansão da atividade criatória – o caminho do gado – que parte de Salvador, cruza o Rio Itapicuru e depois o São Francisco, rumo ao sul do Piauí. É preciso destacar também a importância dos rios nesse processo de interiorização da ocupação. Correndo no sentido oeste-leste e desaguando no Oceano Atlântico, eles foram fundamentais para a expansão da ocupação. É de se destacar a articulação entre o Recôncavo e os currais do Rio São Francisco, viabilizada em parte pelo Rio Paraguaçu, entre a Cidade de Cachoeira, no Recôncavo, e a de Lençóis, na Chapada Diamantina.

Foto 79 - Município de Cachoeira (BA), visto da estrada.
Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

Caminhos do sertão

MAPA 4



Fontes: 1. IBGE. Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: fev. 2021. 3. PROJETO batimetria. Brasília, DF: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, [2013]. 4. BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2021]. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/medicoes_historicas_abas.jsf. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, [2001]. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 7. CÂMARA, M. P. de A. Roteiros de viagem pelos sertões da Bahia no século XVIII. *In*: NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (org.). *Caminhos do sertão*: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcadia, 2007. p. 209, 213, 215 e 233.

Também está presente no Mapa 4, parte do roteiro de Joaquim Quaresma Delgado entre 1731 e 1734. De acordo com Neves e Miguel (2007, p. 20), Quaresma era um sertanista baiano que percorreu, no Século XVIII, caminhos anteriormente explorados por bandeirantes paulistas. Neste mapa está assinalado o Caminho do Ouro Fino, que vai de Salvador a Jacobina, onde houve mineração de ouro no Século XVIII.

Por fim temos no mapa o Caminho do Salitre (1758). Ele destaca um caminho que também utiliza o Rio Paraguaçu, saindo de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, subindo parte de seu curso, passando, em seguida, ao Rio de Contas, indo até a Vila de mesmo nome e dela seguindo até a Serra da Tromba, onde hoje está o Município de Palmas de Monte Castelo (Bahia). Assim, fica demonstrada a articulação de Salvador e seu Recôncavo com vasta extensão do território da Capitania – e para além dele – o que fez de Salvador a Cidade mais importante da Colônia por mais de 200 anos. É importante observar que os caminhos e localidades indicadas nos mapas não significam a existência concreta de vias pavimentadas e desobstruídas para o deslocamento de tropas e todo tipo de transporte de mercadorias que se fazia então. Alguns dos trajetos assinalados constituíam de fato caminhos – como foram mencionados o caminho do Ouro Fino e os caminhos do gado. Algumas das localidades existiam permanentemente, mas nem todos os percursos e nem todas as localidades tinham essa condição de permanência. De qualquer forma, os fluxos, ainda que intermitentes e enfrentando muitas dificuldades, existiam e se intensificaram, principalmente a partir dos achados auríferos em Minas Gerais.

O Recôncavo Baiano

Como já foi dito anteriormente, não temos a intenção de estabelecer uma delimitação estrita da região do Recôncavo Baiano, dadas as dificuldades que a tarefa impõe. O fato é que há diferentes propostas de recortes, porque o entendimento do que seja o Recôncavo varia inevitavelmente ao longo do tempo e de acordo com os critérios que orientam a regionalização.

Em sua tese de doutorado, Luís Cláudio Requião da Silva (2015) faz extenso levantamento de diferentes propostas de regionalização para o Recôncavo, particularmente no capítulo 4. É bastante interessante constatar a diversidade de recortes sugeridos, inclusive pelo IBGE[38], mas não menos interessante é a constatação de muitas recorrências. De fato, é impossível pensar a formação territorial da Bahia se não levarmos em conta a articulação que desde cedo se estabeleceu entre Salvador e as Vilas (mais tarde Cidades), do Recôncavo Baiano. Dentre as diferentes regionalizações arroladas por Silva (2015) em seu estudo interessa-nos particularmente destacar a que foi proposta por Milton Santos (1959 *apud* SILVA, 2015). Mais que a definição de limites e Municípios incluídos no recorte, interessa-nos os critérios elencados. Reproduzimos aqui a passagem destacada por Silva (2015), pois ela capta aquilo que, a nosso ver, é de fato relevante quando se trata dos critérios de regionalização que orientam a produção da série Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras.

[38] A regionalização apresentada pelo autor como sendo a proposta pelo IBGE ainda corresponde às Micro e Mesorregiões. Como a tese foi defendida em 2015, o autor não teve acesso à nova proposta do Instituto, divulgada em 2017 (DIVISÃO..., 2017).

> O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...]. A unidade do Recôncavo provinha e provém das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividades diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal) (SANTOS, 1959, p. 62-65 *apud* SILVA, 2015, p. 95).

A ideia de que a região é constituída pela vida de relações que envolvem variados pontos do território, sugerindo complementaridade entre estes pontos. Neste caso as Cidades exprimem, como já dissemos, o que é essencial para entendermos a formação de regiões no processo de ocupação do território brasileiro. Como temos destacado, Salvador e o Recôncavo, nesta perspectiva, não podem ser entendidos separadamente, e os Municípios que compõem o Recôncavo necessariamente são aqueles que desempenharam funções complementares àquelas desempenhadas por Salvador. Aqui cabe lembrar que este recorte regional refere-se ao processo de ocupação, estendendo-se, portanto, do Século XVI até aproximadamente a primeira metade do Século XIX. A construção de estradas de ferro, conectando Salvador ao interior da Província (mais tarde Estado), pode ser considerada um marco na dinâmica das relações da Capital com seu entorno imediato.

Ainda que não tratemos de um recorte regional estrito, é importante assinalar aqui os Municípios que, em nosso entendimento, necessariamente estão incluídos no Recôncavo Baiano – Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, Maragogipe, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, a Ilha de Itaparica, Jaguaripe e Nazaré. Os Municípios de Mata de São João e Dias D'Ávila, mesmo não fazendo parte do Recôncavo estão destacados no Mapa 5 em função de sua importância para a defesa da Cidade de Salvador.

Alguns aspectos do Recôncavo devem ser destacados para um melhor entendimento das articulações que foram possíveis de se estabelecer entre ele e Salvador e para além dele.

A Costa brasileira apresenta inúmeros acidentes em toda sua extensão – cabos, golfos, enseadas, penínsulas e baías. Mas as Baías de Guanabara (Rio de Janeiro) e de Todos os Santos (Bahia) destacam-se por serem portos naturais de excelente qualidade e regiões de beleza incontestável. Cabe, no entanto, dar destaque às suas diferenças.

A Baía de Todos os Santos é a maior do litoral brasileiro e sua entrada apresenta abertura ampla para o oceano. Seu entorno – o Recôncavo Baiano – apresenta uma característica muito importante. Ele marca o limite da ocorrência da mata úmida que acompanha a Costa brasileira[39], porque é uma área de transição entre os climas mais úmidos da Região Sudeste e aqueles de estação seca acentuada da Região Nordeste. Em função disso, a própria regionalização do Recôncavo tende a dividi-lo, em primeiro lugar, quanto às características de umidade e vegetação. Mas um dos aspectos mais importantes do Recôncavo para o entendimento de suas relações com a Cidade de Salvador, e sua articulação com vasta extensão do interior, relaciona-se ao comportamento dos rios que desembocam na Baía de Todos os Santos. O volume de sedimentos por eles transportados é

[39] As informações referentes às características físicas da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo Baiano aqui apresentadas estão baseadas em Domingues e Keller (1958, p. 160-166) e Azevedo (1950).

muito reduzido, se compararmos com o que ocorre na Baía de Guanabara, por exemplo (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 162). O menor carreamento de sedimentos torna mais reduzida a faixa de planície litorânea, assim como bem menos expressiva a formação de mangues. "Como consequência, abrem-se os cursos d'água em largas embocaduras, não apresentando as extensas baixadas como as que formam os rios guanabarinos" (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 162). Estas características permitiram que desde o início do processo de ocupação dessa área houvesse intenso fluxo entre o entorno da Baía e a Cidade de Salvador. Do mesmo modo, a ausência de matas densas e relevo acidentado nas áreas continentais torna navegável grande parte dos cursos dos rios que desembocam no Recôncavo (Foto 80). Assim, é de se notar a densa ocupação urbana que caracterizou o entorno da Baía de Todos os Santos e suas ligações com as regiões mais continentais. Esse aspecto de transição entre o litoral e o sertão marca profundamente as Cidades que compõem o Recôncavo.

Foto 80 - Barco ancorado na Foz do Rio Paraguaçu, Distrito de Cacha Pregos, Vera Cruz (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

Um último aspecto a ser mencionado diz respeito à forte presença de populações afrodescendentes nas Cidades do Recôncavo. O que se observa em Salvador também acontece aí, mesmo que em proporções diferenciadas. Uma vez que as lavouras canavieira e fumageira instalaram-se nessa região e basearam-se fortemente em trabalho escravo, o Recôncavo reflete os aspectos socioculturais desse processo. O sincretismo religioso, a culinária, os ritmos musicais e os grupos de capoeira, entre outros aspectos, marcam a vida dessas populações. Essas características também estão presentes na literatura, como veremos.

Salvador e Recôncavo Baiano na Literatura

Muitos dos elementos até aqui arrolados na caracterização da região podem ser captados nos romances nela ambientados. Por se tratar de uma rede urbana com funções diversificadas, pela intensa vida cultural que sempre caracterizou a Cidade da Bahia, não apenas pela condição de primeira Capital da Colônia, mas fundamentalmente pelas inúmeras articulações e atividades que desde sempre desenvolveu, sua produção cultural tem expressão nacional e internacional. Não é diferente com a literatura.

Salvador e o Recôncavo Baiano estão retratados em obras de alguns dos maiores romancistas brasileiros – Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro e Ana Miranda são alguns deles. Mas recentemente a eles veio se juntar Eliana Alves Cruz (2018), com o excelente *Água de barrela*.

A obra de Jorge Amado (1912-2001), já extensamente analisada por estudiosos nacionais e estrangeiros, aborda de forma recorrente o problema da desigualdade social em

Salvador, do racismo, da presença e das manifestações da espiritualidade e dos cultos de matriz africana na vida do povo negro que, como vimos, constitui maioria da população na Região Metropolitana de Salvador, além de explorar as ligações com o mar que a Cidade e seu entorno propiciam. Há outros temas relevantes em sua obra, como os conflitos pela posse da terra e nas relações de trabalho nas áreas produtoras de cacau, a denúncia da perseguição política no Brasil do Estado Novo, ou a crítica de costumes, por exemplo. Mas o foco de interesse aqui são os temas que mais abertamente dão visibilidade à região de Salvador e do Recôncavo. Nessa perspectiva, Jorge Amado foi um pioneiro porque através das tramas de seus romances e das personagens neles presentes fez das religiões de matriz africana e do sincretismo religioso temas de grande relevância, o que não é pouco em um País de maioria católica. Personagens que se identificam com *orixás*, participam dos rituais e celebrações do candomblé, mas também de festas religiosas tradicionais do catolicismo, são uma constante em várias obras do autor e foram de inegável importância para o reconhecimento desses cultos, assim como para a afirmação de Salvador como a Roma negra, no caso, pelo expressivo contingente de população negra católica, como já citado anteriormente.

Tendo sido Salvador um dos maiores portos de desembarque de escravizados ao longo do Período Colonial e, considerando que grande parte desse contingente aí desembarcado permaneceu na Cidade ou foi enviado para engenhos do Recôncavo, não surpreende a multiplicidade das expressões culturais aí encontráveis. Por outro lado, o fato de ter sido o principal centro de poder na Colônia por mais de 200 anos explica a forte presença da Igreja Católica, não apenas física, mas também institucionalmente.

O interdito às manifestações religiosas originais para as populações escravizadas, associado à imposição da religiosidade católica branca e dominante, jogaram as cerimônias e manifestações dessas populações em uma verdadeira clandestinidade, mesmo após a Abolição da Escravatura, transformando as religiões de matriz africana – no caso da Bahia, o candomblé – em instituições de resistência cultural[40]. Em *Tenda dos milagres*, romance de 1969, Jorge Amado (2001) expõe o confronto entre a cultura letrada, acadêmica, branca e ocidentalizada e as práticas culturais carregadas de ancestralidade dos negros pobres de Salvador. A personagem principal – Pedro Archanjo – é o elemento que dá destaque às práticas baseadas em conhecimentos do povo, o homem que vive a realidade da Cidade Baixa, das ladeiras e vielas, dos terreiros, mas também dos bares, dos prostíbulos e das rodas de samba. Os que a ele se contrapõem, exprimem o preconceito e a rejeição que a sociedade branca devota à maior parcela da população de Salvador. Em certas passagens a crueza dos discursos condenatórios é aberta e direta. As práticas associadas à religiosidade de raiz africana são tratadas como feitiço, ardil. E a defesa da mestiçagem é veemente.

A dura realidade das crianças pobres é retratada em *Capitães da areia*, de 1937 (AMADO, 2008). Não apenas pobres, mas abandonadas. Sua presença nas ruas de Salvador é um desconforto para a Cidade, o retrato mais duro da extrema desigualdade social de Salvador. Em *Jubiabá,* de 1935 (AMADO, 2000), fica registrada a presença forte do mar, a vida no cais, as aflições de quem espera ver voltar seus filhos, maridos, pais (Foto 81). A religiosidade aqui também se manifesta, principalmente na figura de Ieman-

[40] Para uma discussão acerca do processo histórico de formação e das características socioculturais do candomblé e da umbanda, ver Prandi (2004).

já, aquela que um dia levará os barqueiros para o fundo de suas águas. A vida do cais também está em *Mar morto*, romance lançado em 1936, que dá destaque a uma personagem feminina – Lívia – que escolheu um destino diferente daquele que lhe estava reservado.

Foto 81 - Assentamentos à beira-mar, Salvador (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

A prosa de João Ubaldo Ribeiro (1941-2014) se destaca pela veia sarcástica do autor, que exercita a crítica de forma cômica, particularmente em *Viva o povo brasileiro: romance* (RIBEIRO, 1984). Ainda que suas personagens estejam em Itaparica, a trama, que transcorre entre os Séculos XVII-XX, menciona grandes eventos da história baiana e nacional em que essas personagens se veem envolvidas. O maior destaque é a crítica à sociedade escravocrata e suas práticas violentas, sua ociosidade, seus preconceitos e sua desumanidade. João Ubaldo Ribeiro também deu um tom épico ao seu romance, definindo-o como a saga de um povo em busca de sua afirmação, e como não poderia faltar em grandes sagas imbuiu de espiritualidade e misticismo seus personagens e lugares da Bahia (Foto 82). A obra obteve o Prêmio Jabuti de 1985, o mais importante da literatura brasileira.

Foto 82 - Casa decorada com azulejos, Itaparica (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

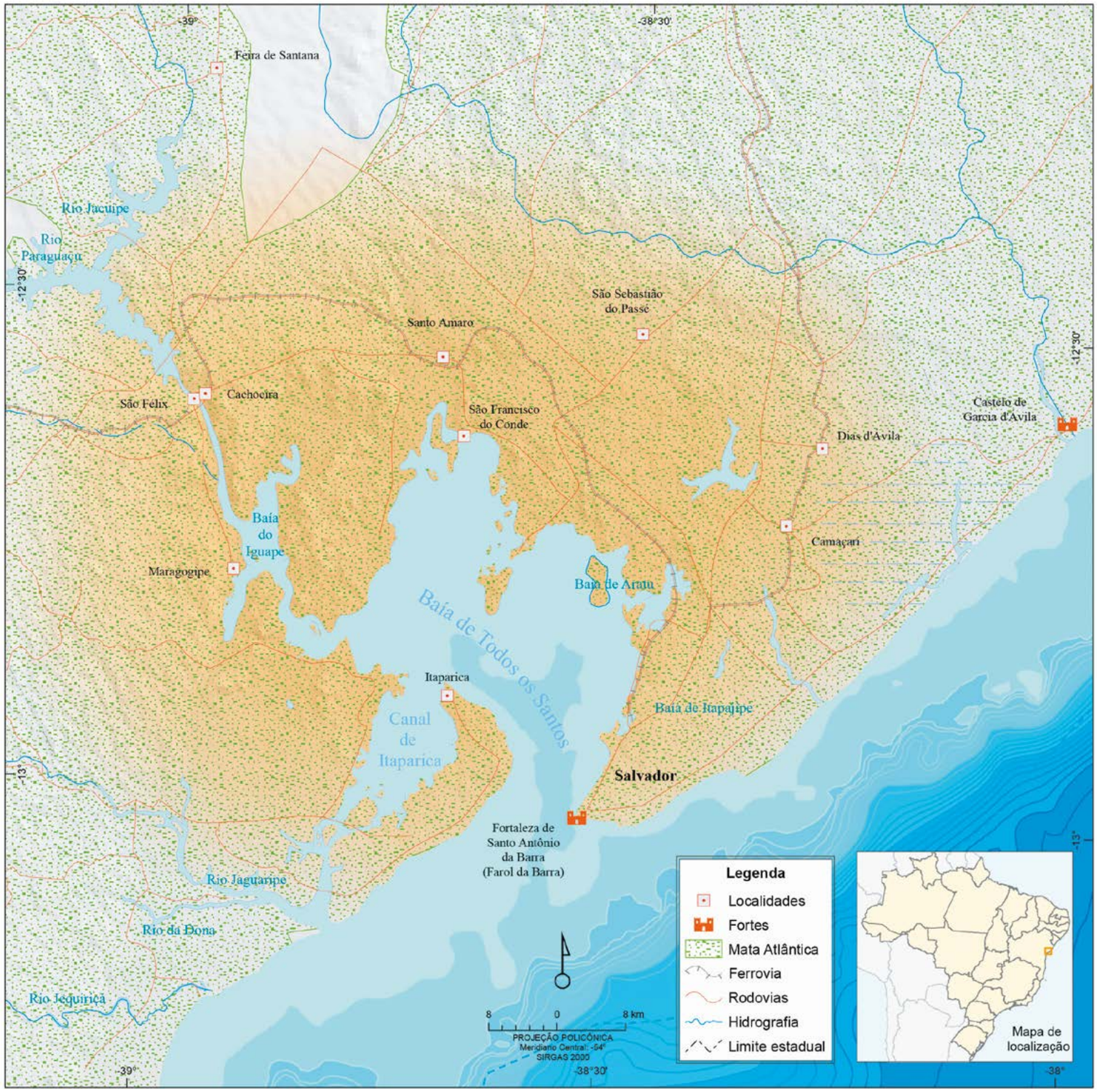
Já a obra de Ana Maria Miranda (2019), *Boca do Inferno*, lançado em 1989 – laureada com o Prêmio Jabuti em 1990 – parte de fatos históricos reais para reconstituir a Salvador do Século XVII. A autora apoia-se em pesquisa histórica documentada para abordar os choques de interesses que caracterizaram a Cidade quando era sede do governo-geral da Colônia. O romance narra o assassinato do alcaide Francisco Teles de Menezes e as medidas que tomou o Governador Antonio de Souza, alcunhado o Braço de Prata, pela prótese que ostentava e que causava certo temor na população, para encontrar e punir os culpados.

Essencialmente, por estar certo que o assassinato era obra de seus desafetos, particularmente do Padre Antonio Vieira e de seu irmão, Bernardo Ravasco, Antonio de Souza invade pessoalmente o Colégio dos Jesuítas e dá voz de prisão a Bernardo. Mas logo manda prender Antonio Vieira também. Gregório de Matos, o poeta, compartilha as críticas ao governador e ao alcaide, mas não chega a ser preso. Exerce seu furor apenas em poesias que ridicularizam os dois, e que caem no gosto do povo. O romance expõe os conflitos de interesses que envolvem o governo da Colônia – aqueles da Coroa portuguesa, o das ordens religiosas, os dos proprietários de terras e escravos – e de que forma eles afetavam a vida diária de Salvador.

A autora do último romance de que vamos tratar faz parte de uma nova geração de escritores e escritoras que têm se firmado recentemente na cena literária nacional. A partir de fins do Século XX, mais precisamente a partir das conquistas sociais decorrentes dos avanços políticos instituídos pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, significativas parcelas da população brasileira passaram a ter acesso a níveis de escolaridade e profissionalização mais avançados, que os inseriu, também, no mundo da produção artística profissional. Resumidamente, expressivos contingentes de populações afrodescendentes, assim como de grupos étnicos originais do território brasileiro, historicamente excluídas ou pouco incorporadas à cultura letrada e erudita do País, passaram a frequentar de forma mais ampla e marcante o cenário da produção cultural brasileira. É bom reforçar, sua participação se ampliou e tornou-se mais marcante nos espaços profissionais, ou seja, instituídos. Porque fora deles ela sempre existiu, até porque, a produção cultural não depende de erudição.

Graças a este cenário, temos assistido à chegada de novas narrativas ao mundo das Letras. Particularmente, de autores afrodescendentes que retratam a condição escravizada de seus ancestrais. É o caso de Eliana Alves Cruz, escritora carioca, autora, entre outros, de *Água de barrela* (2018). O romance reconstitui a trajetória de seus ancestrais, desde suas comunidades em território da África ocidental, provavelmente no Benin, sua captura, o deslocamento a pé até a costa, o embarque em navios do tráfico e a penosa e violenta travessia do Atlântico, até a chegada em solo baiano e a inserção no mundo do trabalho compulsório em engenhos do Recôncavo. Eliana dá voz a personagens que vivenciam a realidade das variadas violências da escravização. A tortura física, a violência psicológica do desterro e a interdição às formas de sociabilidade que compunham as comunidades de origem. Boa parte do romance se passa em Cachoeira, transferindo-se mais tarde para Salvador, captando os fluxos que compõem a vida dessas populações, particularmente na segunda metade do Século XIX, quando a escravidão está em seus estertores. A busca de novas formas de sobrevivência, as trocas que se estabelecem entre diferentes grupos étnico-culturais das populações afrodescendentes, as dificuldades em superar a condição escravizada, a incorporação aos valores cristãos ocidentais, bem como a manutenção de práticas religiosas originais, estes e muitos outros aspectos da vida de negros e negras escravizados e libertos formam a trama da obra. A intensidade das relações entre Salvador e o Recôncavo Baiano fica aí evidente, e o trânsito dos escravizados entre estes diferentes pontos acontece, muitas vezes, dentro da dinâmica dos deslocamentos dos próprios senhores de engenho, uma vez que muitos deles moravam em casarões em Salvador. No caso da trama, é a necessidade de dispor dessa mão de obra escravizada também na Cidade grande que acaba por oferecer novas perspectivas para os libertos que desejam se distanciar dos espaços da escravidão. Mas não se trata de perspectivas que representem uma nova ordem social. Como se sabe, os libertos continuam ocupando as camadas mais expropriadas da sociedade brasileira.

Salvador e Recôncavo Baiano



Fontes: 1. IBGE. Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: fev. 2021. 3. PROJETO batimetria, Brasília, DF: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, [2013]. 4. BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2021]. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/medicoes_historicas_abas.jsf. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, [2001]. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021.

Nota: O recorte representa a região de Salvador e Recôncavo Baiano tratada neste capítulo. Estão indicadas as principais rodovias.

Região e Romance[41]

Entre as centenas, talvez milhares, de grandíssimos heróis e patriotas que povoam as plagas e a História da ilha (Itaparica) e do Recôncavo em geral, não avulta figura tão formidanda que possa fazer sombra a João Popó. Haverá quem seja mais afamado, quem tenha mais méritos intelectuais ou marciais, quem se distinga mais na oratória. Mas não existirá, entre todos estes, um só cujo coração abrigue, ou abrigado haja, mais amor à Pátria, mais fervor cívico, mais paixão inflamada pelo torrão natal do que o velho João Popó. E em toda a ilha não há quem como ele se regozije, os olhos a todo instante submergindo em lágrimas setênfluas, o coração quase pulando fora do peito, a garganta tão estreitada que prende a fala, com as comemorações da data magna do Sete de Janeiro.

João Ubaldo Ribeiro.
Viva o povo brasileiro, 1984, p. 405

Cachoeira, 5 de março de 1826.

Sim, não passou o Imperador aqui mais que um par de horas e a Princesa Imperatriz no capitânea da flotilha estava, no capitânea ficou, mas este domingo cujo sol festeja em todas as casas, plantas e águas, esta manhã em que o ar respirado quase faz as pessoas flutuar, as cores da rua da Matriz e da praça da Vila, os vestidos e guarda-sóis de todos os matizes, os sinos dobrando como se tivessem enlouquecido, os homens que ainda saem de calções de cetim branco e sapatilhas como numa corte antiga, as barracas e bandeirolas do dia da visita, os cheiros de cozidos e coentro e pimenta fresca e peixe e frituras africanas, o céu azul-ferrete emoldurando as fortalezas falsas que construíram para agradar Sua Majestade, as pilhas de frutas junto ao rio, os pretos e pretas luzindo entre panos berrantes e falas como flautas exóticas, os meninos correndo entre as árvores em suas fatiotas de ver Deus, os telhados reverberando luz e calor, alguém cantando, alguém olhando o rio, alguém pescando, as portas e janelas abertas, as flores em vasos altos e ramalhudos, tudo isto, sentido daqui da porta da Matriz, passada a missa e começado o dia, parece mostrar que o Imperador do Brasil e seu Perpétuo Defensor ali reside e ali está, [...].

João Ubaldo Ribeiro.
Viva o povo brasileiro, 1984, p. 27-28

Salvador da Bahia, 5 de abril de 1863.

Os negócios agora o tornavam, com certeza, um dos homens mais ricos da Província, talvez do País, principalmente depois que empregou na lavra de diamantes verbas de auxílio obtidas por suas propriedades em regiões de seca. Fez força para lembrar-se de tudo o que possuía, como antigamente, mas não conseguiu, era demais para sua memória cansada. Praticamente não havia ninguém que não lhe devesse ou não lhe comprasse alguma coisa, direta ou indiretamente. Até mesmo os negros, a quem, para mostrar a coerência de suas posições, vinha libertando na medida do possível, pagavam, em prestações acrescidas de pequenos juros, seus títulos de alforria. E justiça fosse feita, quase não tocava nesse dinheiro, cuja maior parte destinava a uma de suas muitas iniciativas no campo da cultura e dos problemas sociais, no caso o Fundo de Estudos Abolicionistas.

João Ubaldo Ribeiro.
Viva o povo brasileiro, 1984, p. 364

O rio Paraguaçu, muito pardo, placidamente enganoso, quase letárgico no fundo do vale, fazia, só por uma mirada até a curva onde sumiria, pressentir que suas muitas entidades se aprestavam para o embate, e todos os dias alguém, a qualquer hora, estava de pé numa margem sua, o olhar colado no horizonte e o pensamento pintando visões de batalhas.

João Ubaldo Ribeiro.
Viva o povo brasileiro, 1984, p. 13

Não é possível negar tampouco que em todo o Recôncavo são encontradas almas penadas e não haveria como duvidar do testemunho de tantas e tantas pessoas que com elas cruzam e as ajudam por meio de velas, novenas, orações e sacrifícios. Inúmeras almas penadas mantêm-se nesta situação de forma bem transitória e, na verdade, não estão penando, mas descansando antes de subir para o Poleiro das Almas, onde, mais cedo ou mais tarde, terão de vencer um grande medo e encarnar outra vez.

João Ubaldo Ribeiro.
Viva o povo brasileiro, 1984, p. 16

A casa de Jubiabá era pequena mas bonita. Ficava num centro de terreno no Morro do Capa- Negro, um grande terreiro na frente, um quintal se estendendo nos fundos.

A sala espaçosa ocupava a maior parte da casa. Uma mesa com um banco de cada lado, onde jantavam Jubiabá e as suas visitas, e uma cadeira espreguiçadeira, virada para a porta do quarto em que o pai-de-santo dormia. Nos bancos, em redor da mesa, negros e negras conversavam. Estavam também dois espanhóis e um árabe. Nas paredes retratos inúmeros, emoldurados em conchas brancas e rosas, mostravam parentes e amigos do pai-de-santo. No nicho um orixá-lá negro confraternizava com um quadro do Senhor do Bonfim. O quadro representava o santo salvando um navio de um naufrágio.

[41] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

Porém, o ídolo era muito mais bonito, pois era uma negra de belo corpo, segurando com uma das mãos o seio pujante e bem feito, num gesto de oferecimento. E era Iansã, deusa das águas, que os brancos chamam Santa Bárbara.

Jubiabá saiu do quarto, vestido num lindo camisu bordado nos peitos. O camisu se estendia até aos pés e ele trazia outra roupa. Um negro se levantou da mesa e ajudou o pai-de-santo a se sentar.

Os negros vieram e beijaram a mão de Jubiabá. Também os espanhóis e o árabe. Um dos espanhóis estava com o queixo inchado, um pano amarrado por baixo. Chegou para perto do pai-de-santo e disse:

– Pai Jubiabá, yo estou com um dente danado pra doer. Caramba! Não me deixa trabajar, nem hacer nada. Caramba! Já gastei um dinheirão com o dentista e nada. Não me resta nada a hacer!

Tirou o pano do queixo. Apareceu uma inchação enorme. Jubiabá medicou.

– Bote chá de malva e reze assim:

"São Nicodemos, sarai esse dente! Nicodemos, sarai esse dente!

– Vosmecê faz a oração na praia. Escreve na areia e vai apagando de cada vez uma palavra, não sabe? Depois vai pra casa e bota o chá. Mas sem a oração não presta.

O espanhol deixou cinco mil-réis e foi aplicar o remédio. [...]

Jorge Amado
***Jubiabá*, 2000, p. 101-102**

O Viajante sem Porto corta a água que reflete as estrelas. Ele é todo pintado de vermelho e traz uma lanterna que espalha em torno uma luz amarela como a luz da lua que apareceu nesse momento, saindo de uma nuvem. Gritam de outro saveiro que atravessa a baía:

– Quem vem lá?

– Boa

A estrada do mar é larga. As águas passam murmurando. Um peixe salta na luz da lanterna.

Mestre Manuel vai no leme. O Gordo vai sem compreender. Antônio Balduíno está estirado no saveiro olhando o espetáculo do mar. Do porão vem um cheiro de abacaxis maduros.

Passa um vento suave e uma estrela clara brilha no céu. Na cabeça do negro Antônio Balduíno aparece um samba que vem se bater nos seus joelhos em palmadinhas compassadas. Agora vai assoviando e em breve encontrará novamente a sua gargalhada perdida. O samba vai saindo e fala em mulher, em malandragem, em negro livre, nas estrelas do céu, na estrada larga do mar. Pergunta:

"Aonde vai parar essa estrada, Maria?"

E diz:

"As estrelas dos teus olhos estão no céu...

o barulho do teu riso está no mar...

você está na lanterna do saveiro" [...]

Jorge Amado
***Jubiabá*, 2000, p. 133-134**

Sob a lua, num velho trapiche abandonado, as crianças dormem.

Antigamente aqui era o mar. Nas grandes e negras pedras dos alicerces do trapiche as ondas ora se rebentavam fragorosas, ora vinham se bater mansamente. A água passava por baixo da ponte sob a qual muitas crianças repousam agora, iluminadas por uma réstia amarela de lua. Desta ponte saíram inúmeros veleiros carregados, alguns eram enormes e pintados de estranhas cores, para a aventura das travessias marítimas. Aqui vinham encher os porões e atracavam nesta ponte de tábuas, hoje comidas. Antigamente diante do trapiche se estendia o mistério do mar-oceano, as noites diante dele eram de um verde escuro, quase negras, daquela cor misteriosa que é a cor do mar à noite.

Hoje a noite é alva em frente ao trapiche. É que na sua frente se estende agora o areal do cais do porto. Por baixo da ponte não há mais rumor de ondas. A areia invadiu tudo, fez o mar recuar de muitos metros. Aos poucos, lentamente, a areia foi conquistando a frente do trapiche. Não mais atracaram na sua ponte os veleiros que iam partir carregados. Não mais trabalharam ali os negros musculosos que vieram da escravatura. Não mais cantou na velha ponte uma canção um marinheiro nostálgico. A areia se estendeu muito alva em frente ao trapiche. É nunca mais encheram de fardos, de sacos, de caixões, o imenso casarão. Ficou abandonado em meio ao areal, mancha negra na brancura do cais.

Jorge Amado
***Capitães da areia*, 2008, p. 27-28**

Omolu mandou a bexiga negra para a cidade. Mas lá em cima os homens ricos se vacinaram, e Omolu era um deus das florestas da África, não sabia destas coisas de vacina. E a varíola desceu para a

cidade dos pobres e botou gente doente, botou negro cheio de chaga em cima da cama. Então vinham os homens da Saúde Pública, metiam os doentes num saco, leva para o lazareto distante. As mulheres ficavam chorando, porque sabiam que eles nunca mais voltariam.

Omolu tinha mandado a bexiga negra para a cidade alta, para a cidade dos ricos. Omolu não sabia da vacina, Omolu era um deus das florestas da África, que podia saber de vacinas e coisas científicas? Mas como a bexiga já estava solta (e era a terrível bexiga negra), Omolu teve que deixar que ela descesse para a cidade dos pobres. Já que a soltara, tinha que deixar que ela realizasse sua obra. Mas como Omolu tinha pena dos seus filhinhos pobres, tirou a força da bexiga negra, virou em alastrim, que é uma bexiga branca e tola, quase um sarampo.

Apesar disto, os homens da Saúde Pública vinham e levavam os doentes para o lazareto. Ali as famílias não podiam ir visitá-los, eles não tinham ninguém, só a visita do médico. Morriam sem ninguém saber e quando um conseguia voltar era mirado como um cadáver que houvesse ressuscitado. Os jornais falavam da epidemia de varíola e da necessidade da vacina. Os candomblés batiam noite e dia, em honra a Omolu, para aplacar a fúria de Omolu. O pai-de-santo Paim, do Alto do Abacaxi, preferido de Omolu, bordou uma toalha branca de seda, com lantejoulas, para oferecer a Omolu e aplacar sua raiva. Mas Omolu não quis, Omolu lutava contra a vacina.

Nas casas pobres as mulheres choravam. De medo do alastrim, de medo do lazareto.

Jorge Amado
***Capitães da areia*, 2008, p. 143-144**

O padre não tentou negar:

– Foi o caso do menino com alastrim?

– Um menino com varíola, sim senhor. E o senhor escondeu o caso das autoridades sanitárias...

O padre José Pedro tinha confiança na bondade de Deus. Muitas vezes pensara que Deus aprovava o que ele estava fazendo. Agora pensava isto também. Aquele pensamento tinha enchido seu coração de repente. Levantou o busto, fixou a vista no Cônego:

– O senhor sabe o que é o leprosário?

O Cônego não respondeu.

– Pois é raro o homem que volta de lá. Quanto mais uma criança... Mandar uma criança para lá é cometer um assassinato...

– Isso não é conosco – respondeu o Cônego com voz inexpressiva mas cheia de decisão. – Isto é com a Saúde Pública. Mas o nosso papel é respeitar as leis.

– Mesmo quando atentam contra a lei da bondade de Deus?

– Que sabe o senhor da bondade de Deus? Que grande inteligência tem para saber dos desígnios de Deus? O demônio da vaidade o dominou?

O padre José Pedro tentou explicar:

– Eu sei que sou um padre ignorante e indigno de servir ao Senhor. Mas estas crianças nunca tinham tido ninguém que olhasse por elas. Eu tive a intenção...

– A boa intenção não desculpa os maus atos... – cortou o Cônego com voz muito doce ao enunciar a sentença.

Jorge Amado
***Capitães da areia*, 2008, p. 154**

No amplo território do Pelourinho, homens e mulheres ensinam e estudam. Universidade vasta e vária, se estende e ramifica no Tabuão, nas Portas do Carmo e em Santo Antônio Além-do-Carmo, na Baixa dos Sapateiros, nos mercados, no Maciel, na Lapinha, no Largo da Sé, no Tororó, na Barroquinha, nas Sete Portas e no Rio Vermelho, em todas as partes onde homens e mulheres trabalham os metais e as madeiras, utilizam ervas e raízes, misturam ritmos, passos e sangue; na mistura criaram uma cor e um som, imagem nova, original. Aqui ressoam os atabaques, os berimbaus, os ganzás, os agogôs, os pandeiros, os adufes, os caxixis, as cabaças: os instrumentos pobres tão ricos de ritmo e melodia. Nesse território popular nasceram a música e a dança: "Camaradinho ê Camaradinho, camará."

Jorge Amado
***Tenda dos milagres*, 2000, p. 1**

Os professores estão em cada casa, em cada tenda,em cada oficina. No mesmo prédio da Escola de Budião, num pátio interno, ensaiou e preparou-se para o desfile o Afoxé dos Filhos da Bahia e ali tem sua sede o Terno da Sereia, sob o comando do moço Valdeloir, um porreta em folias de pastoril e carnaval: sobre capoeira sabe tudo e lhe acrescentou golpes e toques quando abriu sua própria escola, no Tororó. No grande pátio se estabeleceu também o samba de roda, aos sábados e domingos, e nele se exibe o negro Ajaiy, rival de Lídio Corró no posto de Embaixador de afoxé, mas único e absoluto na roda de samba, seu ritmista principal, seu maior coreógrafo.

Jorge Amado
***Tenda dos milagres*, 2000, p. 2**

Na Tenda dos Milagres, Ladeira do Tabuão, 60, fica a reitoria dessa universidade popular. Lá está mestre Lídio Corró riscando milagres, movendo sombras mágicas, cavando tosca gravura na madeira; lá se

encontra Pedro Archanjo, o reitor, quem sabe? Curvados sobre velhos tipos gastos e caprichosa impressora, na oficina arcaica e paupérrima, compõem e imprimem um livro sobre o viver baiano. Ali bem perto, no Terreiro de Jesus, ergue-se a Faculdade de Medicina e nela igualmente se ensina a curar doenças, a cuidar de enfermos. Além de outras matérias: da retórica ao soneto e suspeitas teorias.

Jorge Amado

***Tenda dos milagres*, 2000, p. 5**

ENCONTRARÃO os leitores, nas páginas que se seguem, o resultado de minha pesquisa em torno da vida e da obra de Pedro Archanjo. Este trabalho foi-me encomendado pelo grande James D. Levenson, e pago em dólares. [...] Da existência de Archanjo escaparam-me não só detalhes mas fatos importantes, talvez vitais. Com frequência encontrei-me ante o vazio, um hiato no espaço e no tempo, ou em face de acontecimentos inexplicáveis, múltiplas versões, interpretações disparatadas, completa desordem no material recolhido, informações e informantes contraditórios.

Jorge Amado

***Tenda dos milagres*, 2000, p. 6-7**

Quanto a seus livros, eu os li, de cabo a rabo, tarefa aliás de pouca monta – apenas quatro livrinhos, e o mais volumoso não alcança sequer as duzentas páginas (um editor de São Paulo vem de reunir três deles num único tomo, deixando à parte apenas o de culinária, já que seu caráter especial possibilita-lhe público mais amplo). Não vou opinar sobre a obra de Archanjo, hoje acima de qualquer debate ou restrição; ninguém se atreve a negá-la, após sua definitiva consagração por Levenson, e as várias traduções, o sucesso em toda parte. Ainda ontem li no serviço telegráfico dos jornais: "Archanjo publicado em Moscou com louvores do Pravda". Posso, quando muito, acrescentar meus elogios ao elogio universal. Direi ter-me agradado a leitura: muita coisa referida por Archanjo ainda hoje é parte de nossa vida, do quotidiano da cidade. Diverti-me, e muito, com o penúltimo de seus quatro livros (consta que ao morrer preparava novo volume), aquele que lhe trouxe tantos aborrecimentos, tantas dificuldades. Agora, ao ver certos tipos arrotando sangue azul, árvore genealógica, brasões, avoengos nobres e outras tolices, pergunto-lhe o nome da família e lá vou eu encontrá-lo na lista estabelecida por Archanjo, tão meticuloso e sério, tão apaixonado pela verdade em sua obra.

Jorge Amado

***Tenda dos milagres*, 2000, p. 7-8**

Tudo começou com a chegada ao Brasil do famoso James D. Levenson, "um dos cinco gênios do nosso século", segundo a Enciclopédia Britânica: filósofo, matemático, sociólogo, antropólogo, etnólogo, muita coisa mais, professor da Columbia University, Prêmio Nobel de Ciência, tudo isso e, como se tudo isso não bastasse, americano. Polêmico e atrevido, revolucionara a ciência contemporânea com suas teorias: estudando e explicando,de ângulos imprevistos, o desenvolvimento da humanidade, chegou a conclusões novas e audazes, numa reformulação de teses e conceitos. Para os conservadores, era um perigoso herético; para seus alunos e partidários, um deus; para os jornalistas, uma bênção do céu, pois James D, não media palavras nem opiniões. Veio ao Rio de Janeiro a convite da Universidade do Brasil para um curso de cinco conferências na Faculdade de Letras. Foi o imenso sucesso que todos sabemos: marcada a primeira palestra para o salão nobre da Faculdade, fez-se necessário transferi-la às pressas para o grande auditório da Reitoria e ainda assim sobraram ouvintes pelos corredores e escadas. Os jornais e revistas, os repórteres e fotógrafos, tiveram assunto farto: Levenson não era apenas genial, era igualmente fotogênico.

Jorge Amado

***Tenda dos milagres*, 2000, p. 15-16**

Nada, porém, tão sensacional quanto a declaração sobre Pedro Archanjo, bomba a explodir no aeroporto, na hora do embarque para a Bahia. Em verdade, no primeiro contato com a imprensa, ao chegar de Nova Iorque, Levenson fizera breve referência ao baiano, citara-lhe o nome: "Estou na pátria de Archanjo, sinto-me feliz". Os repórteres, no entanto, não consignaram a frase, ou por não entendê-la, ou por não lhe atribuir maior significação. Ao partir para a Bahia, porém, foi diferente, pois o desconcertante Prêmio Nobel declarou ter reservado dois dias de sua curta permanência no Brasil para ir a Salvador, "conhecer a cidade e o povo que foram objeto dos estudos do fascinante Pedro Archanjo, em cujos livros a ciência é poesia", autor que elevara tão alto a cultura brasileira. Foi um deus-nos-acuda. Quem é esse tal de Pedro Archanjo, do qual nunca se ouviu falar? interrogavam-se os jornalistas, boquiabertos. Um deles, na esperança de uma deixa, quis saber de que maneira Levenson tomara conhecimento desse autor brasileiro. "Lendo seus livros – respondeu o sábio –, seus livros imperecíveis." A pergunta fora de Ápio Correia, um sabidório, editor do caderno de ciência, arte e literatura de um matutino, sabidíssimo e temerário picareta. Levou seu blefe adiante: disse não ter notícias de tradução de livros de Archanjo para o inglês. Não lera tais livros em inglês e, sim, em português, informou o terrível americano, acrescentando tê-lo podido fazer, apesar de possuir conhecimentos mínimos de nossa língua, devido ao seu domínio do espanhol e sobretudo do latim. "Não foi difícil", completou, esclarecendo ter descoberto os livros de Archanjo na biblioteca da Columbia, em pesquisa recente sobre a vida dos povos tropicais. Tinha a intenção de fazer traduzir e publicar nos Estados Unidos a "obra de vosso grande compatriota". "Tenho de agir rapidamente", pensou Ápio Correia, retirando-se em busca de um táxi que o levasse à

Biblioteca Nacional. Foi um corre-corre até os jornalistas descobrirem e localizarem o professor Ramos, eminente por vários títulos e agora por conhecer a obra do tal Archanjo, cujo valor mais de uma vez afirmara e exaltara em artigos nas revistas especializadas, infelizmente de quase nenhuma circulação e menor leitura.

Jorge Amado
***Tenda dos milagres*, 2000, p. 17-18**

Tratando Pedro Archanjo de "distinto autor", em nota de poucas linhas o "Diário da Bahia" anunciou a publicação do livro, e "A Tarde" considerou o volume "um relicário de nossas tradições". Empolgado com a frase, Lídio exibira o jornal a meio mundo. Dois ou três críticos pronunciaram-se prudentemente sobre o valor da obra, em referências breves. Voltados para a Grécia e a França, últimos helênicos, espirituais leitores de Anatole France, não se sentiam atraídos pelos "curiosos e primitivos costumes da Bahia", menos ainda por "ousadas e discutíveis afirmações sobre raças", o elogio à miscigenação, explosivo assunto.

Jorge Amado
***Tenda dos milagres*, 2000, p. 216**

– Lá vai Altamiro com a madrinha, a mulher do senador.

Pedro Archanjo achou o rapaz simpático: saíra ao Pai na cor e nos cabelos loiros, da mãe herdara a expressão um tanto ingênua. Toda a sociedade de Salvador se reunira na Catedral, viera gente de Ilhéus e Itabuna os Lavigne colhiam milhares de arrobas de cacau e o rapaz, não lhe bastando tanto dinheiro, advogava. O pai da noiva, plantador e exportador de fumo, explosivo, nobre, violento, dissoluto, ganhara, perdera, refizera fortunas. A mãe – murmuravam as mulheres em cochichos –, era uma negra coberta de ouro e pedrarias, sua rapariga, macumbeira que o tinha preso há mais de vinte anos, quem pode com feitiço? Dizem que sendo o pior dos mulherengos só gostou verdadeiramente de uma mulher em toda a vida, dessa negra, mãe da menina. A menina é um brinco de formosa, uma teteia.

Faz-se música o som do órgão, cresce o rumor na nave, o coro entoa a Marcha Nupcial. Rosa de Oxalá aperta o braço de Archanjo, o peito arfante, os olhos úmidos. Miminha nas rendas brancas do vestido, filha da mais bela negra da Bahia e do último senhor desatinado do Recôncavo, pisa o tapete vermelho pelo braço do pai. Duas vezes já esse pai fizera idêntico caminho sobre o mesmo estofo, entre luzes e flores, ao som da música, trazendo para o altar as outras filhas. Nunca, porém, com tanto orgulho atravessou a nave. As primeiras filhas eram queridas porque nasceram de seu sangue. Essa de agora, mais que todas bem amada, nascera-lhe do sangue e do amor.

Jorge Amado
***Tenda dos milagres*, 2000, p. 223**

O engenho Natividade era um feudo. Tinha um burburinho de cidade e profissionais os mais diversos ferreiros, calafates, pescadores, marinheiros, lavadeiras, sapateiros, cozinheiros, marceneiros, cozinheiras, jardineiros, arrumadeira, caldeireiros, purgadores, banqueiros de açúcar um amontoado de gente em um trabalho incessante de 12, 14 horas por dia. Sem falar do pessoal das lavouras de cana e fumo. O compasso da labuta era marcado por cantos misturados com os gritos do feitor-mor e dos cabos-de-turma. Não faltava o que fazer em toda parte, da estrada à casa-grande. Uma colma frenética de atividades.

Eliana Alves Cruz
***Água de barrela*, 2018, p. 45**

Todo o complexo que formava um engenho era potencialmente mortal para qualquer escravizado. Até na capela um cativo poderia perder a vida se não soubesse exatamente o seu lugar, mas a moenda era de longe o ambiente mais perigoso. Aquele fogo precisava arder ininterrupto de agosto a maio. Depois disso, chegava a chuva e o frio e o trabalho no canavial tornava-se impossível. Nessa época, a moenda funcionava de 18 a 20 horas seguidas O melado escaldante, as prensas, os facões, as formas, tudo enfim era demasiadamente arriscado.

Eliana Alves Cruz
***Água de barrela*, 2018, p. 46**

O trabalho era tão intenso que exigia mais de 30 negros em dois turnos, pois levava à absoluta exaustão. O sono e o cansaço, ou ainda a bebedeira devido à proximidade da aguardente fabricada ali mesmo, faziam com que desastres como aqueles acontecessem com relativa frequência. Não era a primeira vez que os eixos mutilavam ou matavam. Já sabiam o que fazer em um caso como aquele.

Eliana Alves Cruz
***Água de barrela*, 2018, p. 46**

Tudo aquilo ocorria logo naquele momento que, finalmente, prometia bons ventos, pois o açúcar estava bem cotado no mercado internacional. 0 que ninguém esperava era que uma epidemia quase dizimasse a mão de obra, botando por água abaixo as esperanças de lucros dos senhores. É bom não esquecer que, cinco anos antes, em 1850, o tráfico fora proibido, logo, renovar o braço escravo não era mais tão simples. A situação ficou complicada e o presidente da província, Álvaro Tibério Moncorvo Lima, foi muito claro:

A invasão da cholera [...] causou, além da notável diminuição nas moagens dos engenhos de fabricar açúcar, o retardamento da vinda da safra para esta Cidade e, conseguintemente, excusarão os especuladores

de mandar vir embarcações naquella calamitosa época, em que a qual, por força dessa ocurrência, houve [...], uma extraordinária, mas justificada, diminuição na Renda Geral da exportação".

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 52

A Comissão de Higiene Pública da capital enviou a Cachoeira o médico João António D'Oliveira Botelho, e este foi visitar o hospital. Lá chegando, avistou cadáveres pelo chão, e um enfermeiro assistia a tudo imóvel, sem reagir. O enfermeiro disse que há cinco dias nenhum médico ou académico por ali aparecia e por isso não tinha nada que ele pudesse fazer.

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 52

O fato é que o caos estava instaurado. Famílias inteiras fugiam para Salvador e muitos morriam na viagem. Crianças desembarcavam órfãs na capital da província. Diante de tal quadro, os senhores de engenho estavam igualmente mal parados. Logo outro medo começou a rondar: revolta de escravos.

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 52

A senhora Carlota fora escolhida a dedo para recepcionar as majestades. Ela e o marido foram dos poucos na região que participaram do jantar na capital da província, assim que o casal imperial chegou à Bahia. Antes, porém, auxiliada pelas grandes damas da região, destacou um rigoroso séquito de mucamas para que não faltasse nada aos ilustres convidados.

Muitos foram os frutos advindos da visita do casal imperial, mas um dos mais saborosos foi que, no ano seguinte, em 14 de março de 1860, o comandante da Guarda Nacional de Cachoeira, Francisco Vieira Tosta, recebeu o título de Barão de Nagé, e dona Carolina passou a ser a baronesa do mesmo nome.

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 76

São estes, pois, Senhor, os leais sentimentos que abundam nos corações dos cachoeiranos, que fervorosamente hoje se congratulam pela feliz saúde de V.M.I. e S.M. a Imperatriz e incessantemente dirigem preces ao Criador pela prosperidade, duração e brilhantismo da sua Augusta Dinastia de V.M.I.

A Guarda Nacional formou duas filas entre as quais os imperadores passaram ao se dirigirem à igreja Matriz. As fileiras de oficiais eram compostas em grande parte por membros da família dos donos de Anolina: o comandante,coronel Francisco, o filho Inácio, o irmão, os sobrinhos Carolino e Umbelino. Todos eretos e altivos, aguardando o imperador passar.

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 79

Esqueci-me de dizer que não tenho encontrado tantas caras escuras como esperava e que a Guarda Nacional não é muito negra, marchando sofrivelmente para o pouco exercício que tem, todavia aparecem de uma vez na mesma janela três ou quatro turbantes de negras minas.

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 76

No dia seguinte, a comitiva seguiu para Feira de Santana, e o coronel Francisco o acompanhou, bem como o Egas Moniz Aragão e uma comitiva de muitos homens montados que cercaram o cavalo do imperador e o carro da imperatriz, que era puxado por sete animais entre os mais belos do lugar. Assim como em Cachoeira, as recepções pelo caminho foram igualmente grandiosas. Na viagem, os senhores e Dom Pedro tiveram a oportunidade de conversar sobre muitas coisas e o monarca se assustou com o fato de ainda não usarem o arado na agricultura, apenas deixando o terreno descansar entre uma cultura e outra.

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 81

A gente foi até lá várias vezes pra tirar Dodó daquela casa, mas a branca chorava, se lamentava, dizia: "eu não sei fazer o que Dodó faz. Ela é muito bem tratada aqui. Não, ela não vai embora! Nós não a tratamos bem?" Uma consumição que só vendo. Uma banana! Ela dizia isso na nossa frente e por traz, ó! (fez um gesto de castigo). Mas Dodó era muito querida por todas as filhas dela.

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 161

Mas tia, você não me disse que Dodó morreu de tanto trabalho que lhe davam? Que morreu sem cuidados e explorada? Como poderia ser "querida"? Ah, filha, essas são coisas que vêm do tempo do cativeiro!

Eliana Alves Cruz

Água de barrela, 2018, p. 161

O grupo armado de conspiradores saiu do colégio dos jesuítas, cruzou uma rua escorregadia, coberta de um lixo fétido.

“Pelo menos o deixamos foder de manhã.”

“Ele nem merece tamanha consideração.”

“Se há uma coisa que qualquer homem merece fazer antes de morrer é foder.”

Tensos, alertas, com os capuzes em torno da cabeça e as armas empunhadas, os oito homens se emboscaram nos desvãos da Rua de Trás da Sé. Dois a dois, aguardaram.

A liteira do alcaide surgiu na praça. Parou diante da porta do palácio. O alcaide entrou na casa do governador.

Depois de uns vinte minutos, Teles de Menezes surgiu novamente à entrada do paço. Espreguiçou-se estendendo os braços e entrou na liteira. Percorreu algumas quadras pela Rua de Trás da Sé.

Quando o molecote fez um gesto com a mão avisando que a liteira do alcaide-mor estava se aproximando, os conspiradores desceram mais os capuzes na cabeça, escondendo o rosto. O molecote, de uns quinze anos, deu alguns passos à frente e ficou sozinho, na rua. Persignou-se, rezou uma breve prece com as mãos postas e esperou. Estava gélido.

Deu alguns passos, aproximou-se da liteira e fez sinal para os lacaios, que pararam.

“Senhor alcaide, senhor alcaide”, gritou o pequeno escravo, A cabeça do alcaide surgiu entre as cortinas.

“O que queres, negrinho? Dinheiro?”

Ao perceber, atrás do rosto assustado do jovem escravo, os embuçados que saíam de esconderijos, compreendeu que era uma cilada.

“Morte ao alcaide-mor Francisco de Teles de Menezes, áulico lambe-cu do Braço de Prata”, gritou um dos homens da emboscada, investindo contra a liteira. Os olhos do alcaide-mor cintilaram ao ver os encapuzados cercando a liteira. Fechou as cortinas, nervoso. Os escravos mal tiveram tempo de se defender; atingidos por tiros de bacamartes, caíram ao chão.

Sangue se espalhava pelas pedras e pelas roupas dos homens. Até ali, tudo fora muito rápido.

Antonio de Brito, encapuzado, abriu as cortinas da liteira.

“Queres ouro?” disse o alcaide. Tirou o pequeno bornal de dentro da roupa: “Ouro”, ele repetiu, mostrando pequenas moedas foscas. Jogou-as pelo chão. Elas se espalharam aos pés dos encapuzados; mas nenhum deles se moveu.

Antonio de Brito retirou o capuz. O alcaide empalideceu ao reconhecer o inimigo que há pouco tempo tentara matar. por um momento tudo pareceu parar. Os homens ficaram estáticos como imagens de pedra.

“Anda logo com isso”, gritou alguém atrás, quebrando o instante de aturdimento.

“Filho de uma puta”, disse Antônio de Brito. “Covarde”, disse o alcaide.

Ana Miranda
Boca do inferno, 1989, p. 24

O alcaide-mor meteu a mão na cintura, tirou a garrucha e atirou em Brito, acertando-o no ombro. Um conspirador, com um golpe de alfanje, decepou a mão direita do alcaide.

Teles de Menezes gritou de dor e, desesperado, tentou atacar seu Inimigo com uma adaga que retirou da cintura com a mão esquerda. Antônio de Brito foi mais rápido, cortando fundamente a garganta de Teles de Menezes com seu gadanho. O alcaide deu um gemido e caiu da liteira ao chão. Antônio de Brito abaixou-se sobre ele, golpeando-o mais uma vez, agora no peito. Teles de Menezes, agonizante, estirado na rua, sujo de lama e sangue, ainda encontrou forças para dizer:

“O Braço de Prata vai me vingar.” Seu rosto tinha uma terrificante expressão de ódio e pavor. “Vamos”, alguém gritou.

Um dos mascarados aproximou-se e com agilidade arrancou a cruz de rubis do pelicé do cadáver. Antonio de Brito embrulhou em um pano a mão decepada do alcaide e levou-a.

O grupo afastou-se dali correndo, em direção ao colégio dos Jesuítas.

“O que pretende vossenhor fazer, dom Antônio?”, disse palma-

“Prender os Ravascos.”

“O padre tem imunidades. O secretário está escondido e há provas de nada.”

“Acharei uma maneira. Gonçalo Ravasco está refugiado no colégio. E os outros matadores também. Aparecem à janela sorrindo, com pouco respeito à justiça e muita descompostura.”

“Há guardas à porta do colégio?”

“Sim, mas de nada adianta. Os criminosos podem ficar lá em segurança e, se quiserem, escaparão sem ser vistos. O movimento de estudantes e padres é muito grande.”

“Podemos usar o Tribunal. Tenho, de antemão, metade dos desembargadores ao nosso lado.” “Vou invadir o colégio.”

O desembargador olhou para Antônio de Souza.

“O que há? Por que essa cara de ovelha perdida?” disse o

“Vou invadir o colégio.”

O desembargador olhou para Antônio de Souza.

“O que há? Por que essa cara de ovelha perdida?”, disse o governador.

“Invadir o colégio?”

“Exatamente. Vamos pegar o lobo no covil.”

“Mas, dom Antônio, é muito temerário esse gesto.”

“Parece que está com dedos de seda para com os Ravascos.

O que há de imprudente nisso? Sou o governador.”

“E o arcebispo?”

“Ficará calado. Está aqui há apenas um mês mas já demonstrou que é um calhorda. Quero teu apoio.”

“Mas...”

“Quero uma ordem de prisão dos Ravascos.”

“Mesmo o Antônio Vieira?”

‘’Mesmo ele.”

“Impossível. “

“Nada é impossível”.

Ana Miranda

Boca do inferno, 1989, p. 49

Foto 83 - Vista do Forte de Santa Maria a partir do Forte de Santo Antônio da Barra, Salvador (BA). Felipe Mendes Cronemberger, 2017.

O Blasfemo comeu o pão ensopado, ruidosamente. “Vinho, idiota, traz vinho para este furtador de burros. Escravas não querem mais saber de trabalho, vivem na porra e na merda, fodendo no vaivém”, disse Luiz Bonicho.

A escrava trouxe uma tigela de vinho.

Quando terminou de comer a sopa, o Blasfemo olhou para Luiz Bonicho com seus pequenos olhos maltratados. “Asno és e filho da burra que continuas aqui enquanto te procuram para matar”, disse o Blasfemo, o olhando Luiz Bonicho nos olhos. Mastigava o pão com as gengivas.

Ana Miranda

Boca do inferno, 1989, p. 137

O Blasfemo afastou-se levando uma pataca que Luiz Bonicho lhe deu,

“Que esta cara te pareça luz, este corpo te pareça estrelas, quem te mal de mim disser, não Io creas”, dizia em cantilena enquanto caminhava.

Ana Miranda

Boca do inferno, 1989, p. 138

Sentaram-se frente a frente. Antonio de Souza olhou arcebispo com atenção. Usava sobre a batina uma capa púrpura e trazia punhos e golas de rendas transparentes.

“Apesar do luto em que me encontro”, disse Antonio de Souza, “tenho tido tantas coisas a fazer que não consigo por um só instante.”

“Ah, que Deus tenha o alcaide-mor no céu. E como estão os autos?”

“Autos, senhor arcebispo?”

“Sim, os autos. É sobre este assunto que desejo falar-lhe Grande parte do clero em Portugal e em Roma ficará muito aborrecida com vossenhoria, o que é muito compreensível. Apesar de algumas pequenas diferenças entre uma ordem e outra, somos todos a Igreja de Deus. A perseguição a Antonio Vieira chegará aos ouvidos do papa. Este caso irá preocupar não apenas a Inocêncio XI como ao grão-duque e Toscana, também ao cardeal d’Este. Então, Antonio de Souza, em nome da lgreja e do papa, em nome de Deus, em meu próprio nome, rogo cessem essas disputas, que se esqueça o passado, que se retire a queixa contra Antonio Vieira. O homem está velho. Nenhum de nós pode crer no envolvimento dele em tal sucesso, apesar de sabermos ser ele voltado para assuntos materiais como a diplomacia, o patriotismo, a estratégia.

Ana Miranda

Boca do inferno, 1989, p. 204

Foto 84 - Pão de Açúcar visto a partir da entrada da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro (RJ). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2018.

Rio de Janeiro e Baía de Guanabara

Rio de Janeiro e Baía de Guanabara na Geografia

O Recôncavo e a Baixada

O sítio urbano do Rio de Janeiro, suas inúmeras vantagens e atributos de beleza são parte inevitável de todo texto que tem a Cidade como tema. E não se trata apenas de textos acadêmicos. A Cidade é exaltada em prosa, poesia, músicas, documentários e toda sorte de produção artística, não sem razão. A combinação da presença de uma baía de entrada estreita e amplo interior, com a ocorrência de pontões rochosos junto à linha de costa, e de majestosa serra ao fundo da enseada, fazendo-se acompanhar ainda por densa floresta tropical, oferece um dos cenários urbanos mais deslumbrantes do planeta. Mas não foram os atributos de beleza natural que tornaram esta porção do território alvo

de interesse para a Coroa portuguesa no Século XVI – assim como para outros reinos europeus, particularmente a França. A fundação da Cidade do Rio de Janeiro, assim como ocorreu em outros pontos da Costa brasileira, atendeu à necessidade de Portugal defender os domínios que lhe foram destinados pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Assim como no caso de Salvador, a existência de uma baía com características propícias à instalação de um porto e que facilitava as ações de defesa do território, além do fato de que ela está situada em ponto estratégico para navios que demandam a Bacia do Rio da Prata, no Atlântico Sul, foram elementos determinantes para a defesa da posse com a fundação da Cidade.

É interessante comparar a situação das duas Cidades. Rio de Janeiro e Salvador ocupam as duas principais baías da Costa brasileira e ambas viveram a condição de Cidade sede do poder metropolitano na Colônia. A existência de baías fez, de ambas, Cidades portuárias e, como tal, foram os dois principais portos de desembarque de escravizados africanos no Brasil. Em uma perspectiva geográfica da história territorial brasileira é interessante observar como se deu a relação de cada uma com seu entorno, no caso, seus respectivos recôncavos. No capítulo **Salvador e Recôncavo Baiano**, desta publicação, vimos que a Cidade desde sempre estabeleceu fortes laços com esse entorno, tanto por questões de abastecimento quanto de defesa. Ainda que essas relações tenham vivido alterações em seu conteúdo ao longo do tempo, tanto assim que a própria delimitação do Recôncavo apresente inúmeras variações, elas não deixaram de existir e a expressão delas se faz sentir nos romances da região. Resumindo, Salvador e o Recôncavo Baiano estabeleceram relações de complementaridade desde a fundação da primeira, e esse quadro manteve-se de forma duradoura.

Vejamos agora como se dá a relação da Cidade do Rio de Janeiro com o Recôncavo da Guanabara. Um primeiro aspecto a ser considerado refere-se às características físicas desse entorno. Diferente do que ocorre na Baía de Todos os Santos (Bahia), o Recôncavo da Guanabara tem em sua retaguarda a Serra dos Órgãos, que apresentava, até o início do Século XX, densa cobertura florestal. Em consequência disso, os vários rios que correm em direção à Baía de Guanabara, se comparados àqueles que deságuam no Recôncavo Baiano, percorrem trechos menores e estão carregados de sedimentos o que, por sua vez, engendra a formação de uma extensa planície fluviomarinha e a ocorrência de manguezais. Essas características do Recôncavo da Guanabara permitem, em parte, entender algumas especificidades das relações da Cidade do Rio de Janeiro com seu entorno. No Período Colonial essas comunicações dependiam fortemente da navegabilidade dos rios, porque essa seria a forma mais rápida de acessar qualquer lugar, uma vez que o meio de transporte tecnicamente mais aperfeiçoado era a navegação. Ocorre que a navegabilidade desses rios que percorrem a Baixada da Guanabara e deságuam na Baía de Guanabara não se mantêm da mesma forma ao longo dos cursos d'água, obrigando a existência de entrepostos, onde se procedia à troca de embarcação. Esses pontos de transbordo de carga acabaram por tornarem-se pequenos povoados, que pontilharam a Baixada Fluminense. Assim, o contato da Cidade com o interior do continente, durante os primeiros séculos da ocupação, dependeu fortemente da existência desses portos. Além disso, havia engenhos de açúcar na Baixada, e sítios que garantiam parte do abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro.

A complexidade das relações da Cidade com seu entorno suscitou vários estudos no campo de Geografia, ora dando conta de seu impacto para a Baixada Fluminense, ora dos impactos sobre a Baía de Guanabara. Vamos abordar alguns deles.

Um dos textos clássicos para o tema que estamos enfocando é de autoria da Professora Maria Therezinha de Segadas Soares. Publicado em 1962 na *Revista Brasileira de Geografia* e intitulado **Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro**, esse estudo oferece algumas pistas para a questão das relações da Cidade do Rio de Janeiro com seu entorno imediato – a Baixada Fluminense. A autora afirma e reitera ao longo do texto a intensa relação entre a Metrópole carioca e seu entorno. Mas não deixa de observar a grande dificuldade que ele apresentava, tanto para a fixação de populações quanto, consequentemente, para cumprir funções de intermediação entre a Cidade e o interior do continente. Em uma dessas passagens, ao citar a rede de drenagem da Baixada como um atributo positivo ela destaca:

> A Baixada da Guanabara, mesmo antes do estabelecimento de qualquer ligação com o interior, já era privilegiada em matéria de vias de comunicação, devido à presença da Guanabara, complementada pela rica rêde fluvial que atravessa a planície vindo lançar-se na baía. Os rios principais e seus numerosos afluentes bastaram, nos primeiros tempos, para as necessidades de circulação e escoamento dos produtos da área em questão, dos quais a cana-de-açúcar era o principal. Canoas eram utilizadas para o transporte das cargas, através dos trechos menos profundos ou mais difíceis e, onde a navegação se tornava mais favorável, embarcações maiores recolhiam a mercadoria (SOARES, 1962, p. 162).

Como se pode inferir do trecho acima, a navegação foi, em determinado momento, a forma mais prática de promover o fluxo entre o Rio de Janeiro e o interior, mas nunca foi uma atividade simples. O fato de ser necessário mais de um tipo de embarcação, dadas as condições de navegabilidade, já era um prenúncio do possível abandono desses trajetos e, portanto, da dificuldade de fixação do povoamento na região. E isso é confirmado pela própria autora, mais a frente, quando constata que a profusão de pequenos portos não foi suficiente para que houvesse incremento de população naquelas áreas.

O recorte do mapa **Província do Rio de Janeiro 1840** indica antigos portos da Baixada Fluminense que faziam a conexão da Cidade do Rio de Janeiro com o interior do continente. Ele é citado pela autora no texto, mas não foi por ela publicado.

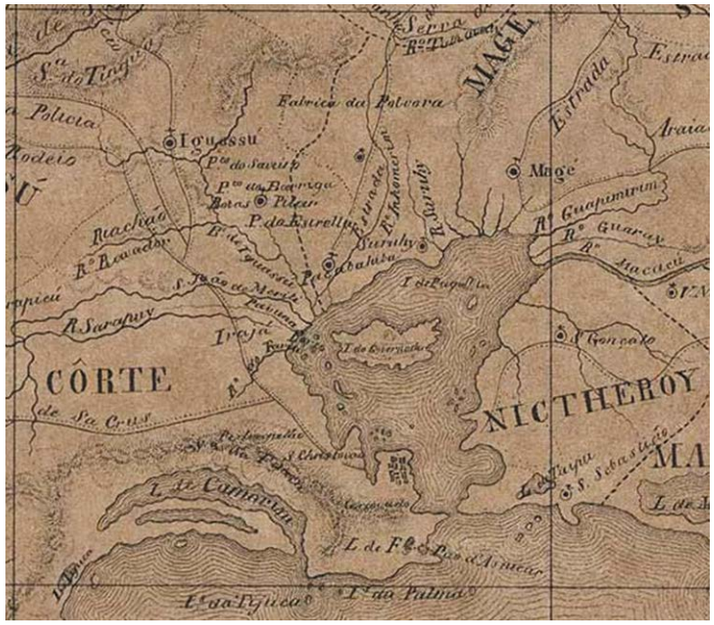


Figura 13 - Província do Rio de Janeiro, 1840 (detalhe)
Fonte: CARTA da província do Rio de Janeiro 1840. Rio de Janeiro: Lith. do Archivo Militar, 1840. 1 mapa, 21,5 x 35,5 cm em f. 32 x 46,3 cm. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1536985/cart1536985.jpg. Acesso em: abr. 2021.

Observe-se a localização dos Portos Estrela, Iguaçu e Porto das Caixas, alguns bem distantes da orla. Os processos de ocupação desordenada desse entorno da Metrópole carioca contribuíram para que essa área sofresse acelerada deposição de sedimentos. Vários desses cursos d'água estão canalizados. O que queremos aqui ressaltar é que este é um aspecto bastante relevante não apenas para a ocupação da Cidade do Rio de Janeiro, mas para a definição de suas funções no processo de expansão da ocupação do território no Período Colonial.

Se compararmos as duas grandes baías da Costa brasileira – a Baía de Todos os Santos e a Baía de Guanabara – vários aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, trata-se das duas Cidades que exerceram função de comando no Período Colonial – cabeças de Estado, como se costuma dizer. Além disso, por serem os dois melhores portos naturais ao longo de toda a Costa brasileira, tornaram-se os maiores pontos de desembarque de populações escravizadas. Grosso modo, as semelhanças terminam aí. De fato, o Recôncavo da Guanabara apresenta uma configuração muito diferente do Recôncavo Baiano. Cabe então abordar essas diferenças e um pouco de suas consequências.

Como ficou dito acerca da formação do Recôncavo Baiano, sua localização faz dele um marco na transição entre dois grandes compartimentos do território brasileiro. O sul do Recôncavo Baiano ainda apresenta ocorrência de mata úmida, o que não ocorre já a partir de sua área central. Outro aspecto relevante é a ausência de serras junto à linha de costa[42] . Em função disso, os rios que deságuam no Recôncavo Baiano não transportam significativas cargas de sedimentos, além de apresentarem cursos largos, extensos (o Rio Paraguaçu, por exemplo, tem 600 km de extensão), e pouco obstruídos, mesmo junto à foz, o que reduz, também, a ocorrência de mangues[43]. Esses aspectos implicam duas consequências relevantes para o processo de ocupação do território. Em primeiro lugar, as Vilas que se estabeleceram junto à linha de costa no interior da Baía de Todos os Santos e às margens dos rios que aí deságuam, efetivamente realizaram a conexão entre a Cidade de Salvador e as áreas mais continentais da Capitania (e depois Província). Não apenas porque os rios são navegáveis junto à foz, mas também porque a própria Baía permanece amplamente livre, desobstruída – dada a reduzida carga de sedimentos aí depositados, mas também porque ela apresenta-se com abertura mais ampla para o oceano, quando comparada ao mesmo aspecto da Baía de Guanabara. Outro aspecto a ser destacado é a reduzida extensão da planície fluviomarinha, também devido à baixa carga de sedimentos. Como ficou demonstrado no capítulo **Salvador e Recôncavo Baiano** neste volume, as rotas e caminhos abertos a partir de Salvador e da Cidade de Cachoeira, no Recôncavo, abrangeram extensa área da Capitania e foram além dela.

Vejamos agora a situação do Rio de Janeiro e a Baía de Guanabara. Por se tratar de uma baía que tem em sua retaguarda portentosa serra significativamente coberta por densa floresta tropical, decorre daí que os rios que deságuam no Recôncavo da Guanabara tendem a carrear grandes quantidades de sedimentos, o que fica evidente pela extensão da planície fluviomarinha que é a marca da Baixada Fluminense. Aliás, não é à toa que os termos que se

[42] Sobre as características do Recôncavo Baiano como área de transição entre diferentes domínios geológicos, topográficos, de cobertura vegetal e de clima dentro do território brasileiro ver Azevedo (1950, p. 141).

[43] Sobre as características dos rios que deságuam no Recôncavo Baiano e as consequências deste fato para a ocupação do mesmo ver Domingues e Keller (1956, p. 162).

referem aos dois acidentes geográficos são essencialmente distintos, ainda que os acidentes tenham uma mesma designação genérica. O entorno da Baía de Todos os Santos é chamado de Recôncavo Baiano, enquanto o entorno da Baía de Guanabara é bem mais conhecido como Baixada, o que de fato pode ser entendido pela simples observação das duas configurações territoriais.

Em face de todas as diferenças aqui arroladas, cabe agora tecer algumas considerações quanto ao impacto delas nas relações que as Cidades estabeleceram com seus respectivos entornos.

No caso do Rio de Janeiro, ainda que várias localidades da Baixada tenham tido alguma relevância em seu abastecimento, as dificuldades apresentadas para o trânsito de mercadorias e pessoas devido aos fatores já levantados dificultaram conexões ágeis durante muito tempo. De fato, só mesmo com o advento da ferrovia, já no Século XIX, é que foi possível um fluxo mais intenso entre a então Capital do Império e esse entorno. Mas justamente essa modernização do meio de transporte também determinou a modificação dessas relações, nem sempre beneficiando as localidades da Baixada. Muitas delas, cuja existência até então esteve fortemente ligada a atividades rurais e dependente da presença dos portos para o escoamento de sua produção, experimentaram o esvaziamento pela perda de função. É o caso, por exemplo, do Porto de Iguaçu. A sede da Cidade de Nova Iguaçu deslocou-se do antigo porto pela perda de função do mesmo (Figura 13).

O próprio texto de Soares (1962) reconhece que as localidades não evoluíam de forma autônoma, não se dinamizavam e, ainda que tenham recebido a designação de Vilas, não evoluíram como espaços urbanos de fato. Com isso, a Cidade do Rio de Janeiro não contava com uma retaguarda urbana que desempenhasse funções complementares às suas. Sem dúvida Niterói desempenhou esse papel, mas note-se que não se trata de fundo de baía, o que também a diferencia desses outros espaços.

Foto 85 - Ruínas do antigo Porto de Iguassu, Nova Iguaçu (RJ).
Marcus Monteiro, 2021.

Ainda sobre o texto de Soares (1962), devemos atentar para o título, em que a autora chama a atenção para o fato de que a Cidade do Rio de Janeiro, em sua expansão, capturou a célula urbana de Nova Iguaçu. Quer isto dizer, e está dito ao longo do texto, que a grande função atribuída a este entorno, a partir de determinado estágio na dinamização da Metrópole carioca, é a de área de expansão, ou seja, reserva de terrenos para assentamento de funções menos rentáveis ou mais degradantes do sítio urbano, assim como de assentamento de populações de baixa renda, necessárias em atividades de menor remuneração, mas que não poderiam arcar com os custos da residência no grande centro. Não por acaso, Nova Iguaçu, assim como São Gonçalo, em determinados momentos, foram nomeadas como

Cidades dormitórios. Está claro que não se pode atribuir as diferenças de ocupação tão somente às questões relativas à configuração de uma e outra Baía. Sem dúvida, a função de Capital da República, associada a outros aspectos da história econômica brasileira e da consequente divisão territorial do trabalho, implicaram forte atração de populações migrantes de todo o País para esta Cidade, o que tornou o custo do solo urbano sempre muito alto, empurrando setores populares de baixa renda para moradias mais distantes das áreas mais valorizadas da Metrópole carioca.

Uma vez que a proposta deste estudo aborda de forma mais detida o processo de ocupação do território, não vamos avançar para as etapas mais recentes da ocupação da Baixada Fluminense e suas relações com a Metrópole carioca. O ponto a ser fixado refere-se às relações da Cidade do Rio de Janeiro com seu entorno ao longo dos Séculos XVI ao XIX e como essas relações se diferenciam daquelas estabelecidas entre Salvador e o Recôncavo Baiano, uma vez que se trata de duas Cidades portuárias, situadas em baías e que viveram a condição de Capital durante o Período Colonial. Entendemos que a natureza e a dinâmica dos vínculos foram essencialmente diferentes. Não houve, de forma tão prolongada no tempo, a relação de complementaridade de funções no Rio de Janeiro que se observou em Salvador. Este fato pode ser constatado pela maior presença de Vilas e Cidades no Recôncavo Baiano, já à época da Independência, quando comparado à Baía de Guanabara.

Do ponto de vista das funções da Cidade do Rio de Janeiro na ocupação do território, particularmente no Período Colonial, há vários outros aspectos a serem abordados. As observações até aqui apontadas são apenas um preâmbulo do tema. Mas ele é de vital importância para o entendimento das demais. E como se trata de discutirmos como a Literatura pode dar visibilidade a processos socioespaciais, os aspectos até aqui elencados têm significativo rebatimento nas tramas romanescas que abordam o Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: sede do governo colonial, Capital do Império do Brasil, Capital da República

Como foi dito anteriormente, a Baía de Guanabara constitui-se em porto natural de excelência. Se somarmos a isso a presença de mata e, portanto, a disponibilidade de pau-brasil, teremos, como já ocorria em outros pontos da Costa brasileira, a presença de navios de variados reinos europeus promovendo escambos com populações nativas. Particularmente no Rio temos não apenas o escambo eventual, mas uma tentativa de ocupação francesa, o projeto França Antártica, o que obrigou a Coroa portuguesa a ações mais concretas em termos de controle do território. Ainda que tenha havido ações anteriores, o grande marco da efetiva criação da Cidade ocorre com a expulsão dos franceses. A necessidade de garantir a posse guia a ação colonizadora. Não vamos nos deter neste evento específico[44]. A menção a ele cumpre o papel de reforçar o quão atraente era o sítio da Enseada da Guanabara para o estabelecimento de uma fortificação.

Concretizada a expulsão dos franceses coloca-se a necessidade da efetiva ocupação. No Rio de Janeiro, como já ocorrera em Salvador, e, também, em São Vicente, e irá ocorrer em São Luís, o trato com as populações nativas torna-se uma das principais questões a serem enfrentadas.

[44] Para uma visão a partir da geografia histórica do Rio de Janeiro, consultar o robusto trabalho de: ABREU, M. de A. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010. v. 1, p. 63-97.

Da mesma forma, será através da catequização promovida pelos jesuítas que os colonizadores buscarão submeter essas populações. Os aldeamentos serão promovidos como forma de proteger as populações lusas aqui assentadas. Os eventuais fracassos dessas tentativas redundarão no uso da violência e do extermínio. Esta fórmula se repete em variados pontos do território ao longo do Período Colonial. Ela resulta em significativo declínio dessas populações originais, no seu deslocamento para áreas mais remotas do território e no confronto entre grupos étnicos distintos.

A efetiva ocupação da Cidade do Rio de Janeiro se faz viável, nos primeiros tempos – Século XVI –, pela produção de cana-de-açúcar. Mas rapidamente a condição de porto natural será determinante para a articulação de importantes rotas comerciais. A princípio trata-se da conexão com Buenos Aires, rota que abastecia Potosi e garantia lucros consistentes para negociantes do Rio de Janeiro. Mais tarde, o Rio de Janeiro torna-se parte do comércio triangular envolvendo Angola e Lisboa[45]. Sem nos determos nos pormenores desses fatos, importa reter que a condição de porto natural fez do Rio de Janeiro ponto estratégico para as pretensões da Coroa portuguesa em relação à Bacia do Rio da Prata, além de viabilizar a existência de rica casta de negociantes na Cidade.

A essa condição de ponto articulador de rotas marítimas estratégicas veio somar-se, a partir do Século XVIII, a de ponto estratégico na articulação com a área de mineração no interior da Colônia.

[45] Sobre o tráfico no Atlântico Sul envolvendo Brasil, África e Portugal, consultar: ALENCASTRO, L. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 523 p. Para uma abordagem em geografia histórica do mesmo tema, consultar: ABREU, M. de A. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700).* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010. v. 1, p. 63-97. v. 2, cap. 2 e 3.

Mais um clássico da Geografia aborda a configuração territorial da Costa brasileira no Rio de Janeiro para destacar sua importância para as funções da Cidade no Período Colonial: **Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro**, de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, publicado originalmente nos *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, em 1959, e republicado, em 1987, pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro na coleção Biblioteca Carioca (BERNARDES, 1959, 1990). A autora destaca o fato de a Cidade ter em sua retaguarda um trecho da Serra do Mar em que a variedade de vertentes permite diferentes acessos ao interior do continente. A existência de várias gargantas fez com que todos os caminhos que se foram formando a partir do interior e que demandavam o litoral fossem direcionados para a Cidade do Rio de Janeiro. O que ocorreu no eixo Santos-São Paulo é praticamente o oposto. O relevo menos movimentado no interior e a existência de uma única garganta a permitir a transposição da Serra fizeram de São Paulo a grande Cidade, e Santos, dada a condição do litoral, muito estreito, restringiu-se à função portuária (BERNARDES, 1990, p. 27-28).

A condição de porto natural protegido, associada à fácil articulação com o interior da Colônia, propiciou à Cidade do Rio de Janeiro o desempenho de funções estratégicas para o comando político-administrativo da Colônia. A descoberta do ouro em Minas Gerais foi determinante para a mudança da Capital para a Cidade, por oferecer o porto mais próximo – na área continental, se compararmos ao Porto de Salvador – para o envio do ouro a Portugal, o que implicava menores riscos de descaminhos.

No Século XIX, a economia cafeeira no Vale do Paraíba, valendo-se da presença do mesmo porto e de agentes

financiadores que a Cidade já dispunha, exportava sua produção pelo Rio de Janeiro, o que funcionou como mais um elemento a fortalecer o caráter metropolitano da *urbis*.

Por todos os aspectos até aqui levantados, a Cidade do Rio de Janeiro e o Recôncavo da Guanabara sempre foram objeto de estudo para geógrafos, historiadores, urbanistas, sociólogos etc. Além dos nomes aqui já mencionados – Professoras Maria Therezinha e Lysia Bernardes e Professor Maurício de Almeida Abreu – há vários outros no campo da Geografia que muito contribuíram para o avanço do conhecimento sobre a Cidade e seu entorno. Não é possível fazermos aqui extensa revisão, mas queremos mencionar as pesquisas do Professor Elmo Amador, que dedicou sua vida acadêmica à defesa da Baía de Guanabara. Publicado pela Biblioteca Carioca, mencionada anteriormente, o livro *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro* (1992), organizado pelo Professor Maurício de Almeida Abreu, traz o artigo **Baía de Guanabara: um balanço histórico**, em que o autor, depois de enaltecer as belezas do acidente geográfico que marca a Cidade, passa a analisar sua constituição e os efeitos desastrosos das formas de ocupação deflagradas a partir da colonização. Vale transcrever um trecho:

> O discurso oficial, divulgado pela mídia, reconhece o estado de degradação terminal da baía, mas, em vez de atribuir a culpa à história da colonização e ao modelo econômico-social, urbano-industrial, de que o Estado é porta-voz, prefere, evasivamente, atribuí-la ao "crescimento exagerado da população", ao "crescimento urbano desordenado", às "favelas que despejam esgoto in natura na baía", aos "moradores que poluem os rios" e às "enchentes que carregam e distribuem os vetores de doenças", entre outras fantásticas deturpações. [...] Quando os colonizadores aqui aportaram, a natureza era pródiga e bela. A paisagem era majestosa, o mar batia diretamente nos pontões e costões que a emolduram. Os manguezais se estendiam por quase todo o litoral, orlando enseadas e estuários, assegurando a produtividade da baía. Uma dezena de lagunas e brejos alinhava-se na retaguarda de restingas, com praias de areias alvas. Pitangueiras, cajueiros, bromélias e cactos enfeitavam os cômoros de restingas e dunas. Os rios de águas transparentes descreviam meandros, antes de atingirem amplos estuários e enseadas. As ilhas paradisíacas, os morros e as serras eram cobertos por uma exuberante floresta tropical, habitat de uma abundante e variada fauna. Funda e limpa, a baía assistia à entrada, em suas águas, de inúmeras baleias (AMADOR, 1992, p. 201-202).

O artigo apresenta o percurso histórico de degradação da Baía de Guanabara e de seu entorno, em períodos organizados em função das atividades econômicas e conjunturas políticas. Os maiores destaques estão na canalização de rios e nos aterros. A destruição de ecossistemas causadas por essas intervenções humanas é fortemente denunciada em todos os seus contornos.

Em um dos trechos Amador (1992, p. 234) expõe toda sua indignação pela destruição do estuário de Manguinhos, uma superfície de 12 km² que "era até a década de 20 [1920] um ambiente natural, orlado de manguezais, canais meândricos de marés, praias e ilhas paradisíacas. Era frequentado por uma riquíssima fauna de aves, que incluía guarás, colhereiros, biguás e irerês".

As grandes transformações a que o sítio urbano foi submetido podem ser atribuídas à sua condição de Capital do Império e, principalmente, pela condição de Capital da República. A existência de setores ligados ao comando político da Nação, aliada à antiga condição de maior porto receptor de escravizados (parte do Século XVIII e ao longo do XIX), fizeram do Rio de Janeiro uma Cidade recheada de conflitos decorrentes da enorme desigualdade social que a caracteriza.

Figura 14 - Rio Inhomirim, Baía de Guanabara (Rugendas, 1835)

Fonte: RUGENDAS, J. M. Rio Jnhomerim: dans la Baie de Rio de Janeiro. *In*: RUGENDAS, J. M. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Lith. de G. Engelmann, 1835. prancha 2. 1 gravura, 33,3 x 50,4 cm. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_Jnhomerim.jpg. Acesso em: maio 2021.

O Recôncavo da Guanabara, por aqui mais conhecido como Baixada Fluminense, tão afetado quanto a própria Baía pelos inúmeros aterros, canalizações e dessecamento de manguezais, além de experimentar fortes perdas econômicas a partir da implantação das estradas de ferro, que esvaziaram Vilas e portos que conectavam a Baixada e o planalto – Iguaçu, Pilar, Estrela, Inhomirim e Porto das Caixas – também viu desaparecerem suas belezas naturais. Ainda que algumas Cidades do entorno da Guanabara tenham experimentado novos períodos de crescimento econômico – Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por exemplo – tornaram-se Cidades quase destituídas de amenidades ambientais, sem falar na significativa perda de patrimônios históricos.

Amador (1992), em sua periodização das fases de ocupação e depredação da Baía de Guanabara, aponta as principais transformações na Baixada para o período que se estende pelo Século XVIII, quando a mineração no interior do continente fez mudar a Capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.

> Na baixada é acelerado o desmatamento, com a ampliação dos engenhos de açúcar, a passagem do ciclo do café e a produção de alimentos para abastecer a cidade e a região de influência. A mata Atlântica quase desaparece, limitando-se às áreas mais inacessíveis da serra do Mar. Os manguezais passam a ser utilizados, recuando em área. A erosão nas encostas passa a ser observada, acarretando assoreamento dos rios e baía. Os caminhos em direção ao planalto e as povoações situadas junto aos portos fluviais experimentam intenso movimento (AMADOR, 1992, p. 223).

O período seguinte, quase todo ao longo do Século XIX, foi de intensas transformações, pelo auge da produção cafeeira no planalto, que acarretou tanto o crescimento econômico quanto a decadência das Vilas e povoados situados na Baixada. Pela condição de entrepostos nos caminhos entre a Capital e o planalto, elas viveram seu auge. Mas o advento das estradas de ferro, esvaziando suas funções, determinou sem seguida o declínio. Sobre este esvaziamento de população o autor observa:

> A região da baixada entre em franca decadência ao final do período, levando a um esvaziamento populacional e um esforço da natureza em restabelecer seu equilíbrio, com a restauração de áreas úmidas como várzeas, brejos e manguezais. Nas encostas e serras, abandonadas pelo café, as capoeiras passam a se instalar.
>
> Os últimos índios, antigos senhores da baía, são finalmente extintos, na metade do século, com a desativação da última aldeia, a de São Lourenço.
>
> A baía, como um todo, era ainda bastante piscosa, natural, e conseguia absorver os impactos ambientais até então gerados. Este limite é ultrapassado no final do século, quando a população da bacia supera os quinhentos mil habitantes (AMADOR, 1992, p. 227).

A Aldeia de São Lourenço estava situada em terras que hoje correspondem ao Município de Niterói, próxima ao

Forte Santa Cruz (ABREU, 2010, v. 1, p. 171)[46]. É importante destacar a observação do autor quanto à capacidade do conjunto da Baía em absorver os impactos de seu entorno, o que também deve ser atribuído ao breve e localizado interregno das agressões, devido ao esvaziamento da Baixada. Esse quadro foi completamente alterado pelas transformações de fins do Século XIX e ao longo do Século XX.

Para Elmo Amador (1992), as intervenções até então operadas na dinâmica do ambiente natural da Baía como um todo ainda não haviam imposto as maiores agressões. Para o autor, elas se tornaram realidade com as obras de saneamento da Baixada.

> O "saneamento" da baixada foi, sem dúvida, um dos exemplos mais perversos de agressão à natureza e reprodução e acumulação de capital, praticados com os recursos públicos. Enormes somas de dinheiro foram utilizadas na valorização das terras de grandes proprietários, que as adquiriram (se é que adquiriram) por preço vil, e as revenderam com grandes lucros, na medida em que passaram a ser loteadas e vendidas para a população proletária, que foi empurrada para a baixada inóspita, para se constituir em mão-de-obra barata para as indústrias.
>
> Os loteamentos que passaram a proliferar com o "saneamento" da baixada, não demorariam a conviver com as inundações crônicas, que não cessariam, mesmo com a continuação das obras pelo DNOS. Além das cheias, no entanto, a população sofrida e proletária da baixada conviveria ainda com a ausência quase absoluta de serviços básicos de água, esgoto, coleta de lixo, transporte e um meio ambiente impróprio para abrigar um adensamento populacional (AMADOR, 1992, 237).

Há dois aspectos ainda a serem destacados na Geografia Histórica da Cidade do Rio de Janeiro. A transferência da Família Real para o Brasil é o primeiro. O impacto desse evento na vida da Cidade se fez sentir por muito tempo. Os benefícios trazidos pelas medidas adotadas estão presentes até hoje e mudaram a relação da Cidade com o restante do País e o exterior. O fato de que, mais tarde, o Imperador aqui permaneceu, assim como seu filho, durante o segundo Império, continuou a beneficiar a Cidade e parte de seus habitantes. A Biblioteca Real, o Jardim Botânico, a Real Academia Militar, a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Academia Imperial de Belas Artes, a Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, foram algumas das criações de D. João VI, além de várias medidas que expandiram as relações da Cidade com o mundo e beneficiaram o Porto do Rio de Janeiro. Mas é preciso lembrar que o Rio de Janeiro continuou sendo uma Cidade inserida em uma economia escravagista agroexportadora, como observa Eulália Lobo em seu clássico estudo *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro* (1978).

O outro aspecto a ser mencionado é que o Ato Adicional de 1834 criou o estatuto de Município neutro para a Cidade do Rio de Janeiro, separando-a do restante da então Província do Rio de Janeiro, que teve como Capital a Cidade de Niterói. Em 1891 o Rio de Janeiro passou a ser o Distrito Federal, situação que perdurou até 1960, quando a Capital Federal foi transferida para Brasília, e a Cidade do Rio de Janeiro passou à condição de Estado da Guanabara[47]. Esta condição estendeu-se até 1975, quando foi incorporada ao Estado do Rio de Janeiro, como sua Capital.

[46] O Professor Maurício Abreu (2010) apresenta o mapeamento de todos os aldeamentos para a defesa da Cidade, não apenas na Guanabara e entorno, mas também nas proximidades de Mangaratiba e de Cabo Frio no capítulo 4 (p. 151-201) do volume 1 de sua obra.

[47] Para uma discussão acerca da relação entre a Cidade do Rio de Janeiro com o restante do Estado, ao longo do Brasil Império, consultar: GOUVÊA, M. de F. S. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj, 2008. 362 p.

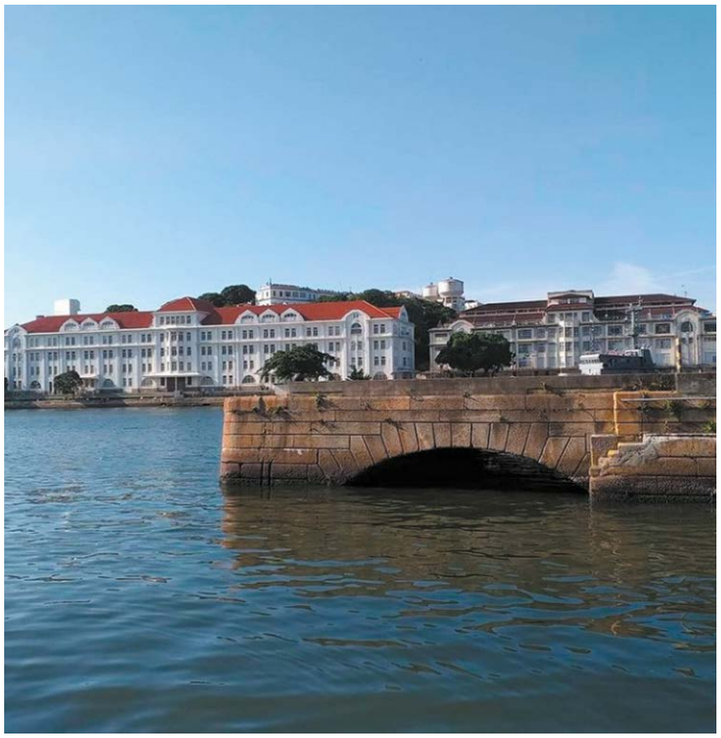


Foto 86 - Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (RJ). Luís Cavalcanti da Cunha Bahiana, 2017.

Em síntese, após tornar-se sede do Reino, o Rio de Janeiro experimentou transformações importantes em suas funções, tendo-se beneficiado dessa condição notadamente pela presença de instituições e pelo acréscimo de funções políticas e administrativas que muito impactaram a urbe. Tais benefícios foram ainda mais impactantes a partir da Independência, em que passou à condição de Capital do Império do Brasil. Mas como observa Eulália Lobo (1978), tais eventos não mudaram o fato de que o Rio de Janeiro era uma Cidade inserida em uma economia escravocrata agroexportadora.

De um lado, a Cidade abrigava uma camada dirigente e setores sociais a ela acoplados que tentavam construir em volta de si um ambiente que reproduzisse Paris, Lisboa ou Londres, no que diz respeito aos eventos sociais – teatro, ópera, cafés, ruas de comércio sofisticado e mesmo o parlamento –, às rotinas diárias, à suntuosidade de suas residências e ao apuro de suas indumentárias e carruagens. Ao mesmo tempo, a ausência de uma economia autônoma e mais dinâmica, aliada à escravidão e, mais tarde, à sua herança, contrastavam a pretensa Metrópole ocidental com a extrema pobreza, a infância abandonada, a violência institucional do Estado contra os mais pobres, a precariedade das moradias populares e a ausência de equipamentos urbanos a elas destinados.

Figura 15 - Mapa do Estado da Guanabara, 1960

Fonte: GUANABARA. Departamento de Geografia e Estatística. *Mapa do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, 1960. 1 mapa, 42,2 x 80cm em f. 50 x 87,5cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart320579/cart320579.jpg. Acesso em: maio 2021.

Como é possível supor, a partir do Ato Institucional de 1834 acima mencionado, as relações da Cidade com seu entorno – o Recôncavo da Guanabara – foram de alheamento, uma vez que a condição de Município neutro remetia os problemas da Cidade ao Império e, mais tarde, à União. Durante grande parte de sua existência a Cidade do Rio de Janeiro não teve que pensar seus problemas em parceria com os Municípios de seu entorno imediato.

Resta agora abordarmos como as contradições e conflitos dessa Metrópole se fizeram e fazem sentir em textos ficcionais.

Foto 87 - Ilha Fiscal, Rio de Janeiro (RJ). Luís Cavalcanti da Cunha Bahiana, 2017.

Rio de Janeiro e Baía de Guanabara na Literatura

Tendo sido a Capital da Colônia, a Capital do Brasil Império e durante 71 anos a Capital da República, não chega a surpreender o fato de que alguns dos maiores romancistas do País sejam cariocas e, de alguma forma, abordem a Cidade em suas obras. Bem-dito, não a Cidade exclusivamente como espaço físico. A Cidade em sua inteireza, em sua totalidade de Cidade – lugar, povo, hábitos, eventos, patrimônios material e imaterial, ligações com outros lugares etc., tudo que faz de uma Cidade o que ela é.

O Rio de Janeiro associou, durante largo período de sua existência, as esplêndidas paisagens naturais de seu sítio às vantagens (e desvantagens), de sua condição de Capital Nacional. Este dado deve ser levado em conta ao considerarmos não apenas os escritores que, de alguma forma, abordaram a Cidade em seus romances, mas também aqueles que aqui vieram se estabelecer. A Cidade tornou-se um grande centro de atração da vida cultural do País pelas condições que oferecia. Era a Capital, o principal porto e possuía atrativos naturais marcantes. Já foi abordado anteriormente como a condição de Capital fez surgir uma grande diversidade de espaços e instituições cujo funcionamento demandava a existência de expressiva camada de população letrada. Ao mesmo tempo, desde 1763, quando se tornou a sede do poder político e administrativo do Brasil Colônia, a Cidade viu seu porto também se tornar o maior e mais importante do território, tanto em volume quanto em valor de carga[48], o que atraiu para a Cidade importante elite financeira.

Sobre a diversidade e riqueza de sua vida cultural, na virada do Século XIX para o Século XX – a transição do Brasil monarquista e escravocrata para o Brasil abolicionista e republicano – nos informa Nicolau Sevcenko (1983, p. 93):

> Traço frisante desse movimento cultural estudado, é que desde praticamente o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda a produção literária nacional se faria no Rio de Janeiro, voltada para aquela cidade ou com vistas a ela. Palco principal de todo esse processo radical de mudança, a Capital centralizou ainda os principais acontecimentos desde a desestabilização paulatina do Império até a consolidação definitiva da ordem republicana. Ela centrava também o maior mercado de emprego para os homens de letras. Sua posição de proeminência se consagrou definitivamente em 1897, com a inauguração ali da Academia Brasileira de Letras.

Não é de surpreender, portanto, que no Rio de Janeiro tenham surgido alguns dos maiores expoentes das Letras nacionais. Dois autores devem ser citados de saída – Ma-

[48] Sobre a importância do Porto do Rio de Janeiro em fins do Século XIX e primórdios do Século XX, tanto no cenário nacional quanto internacional, ver Lobo (1978, v. 2, p. 445-452). A partir da Abolição da Escravidão há um deslocamento da importância de porto exportador de café do Rio de Janeiro para Santos, em função do declínio da produção no Vale do Paraíba fluminense. Ressalte-se que o declínio, refere-se apenas ao café. A obra de Eulália Lobo aborda estes aspectos.

chado de Assis (1839-1908) e Lima Barreto (1881-1922). Por caminhos diferentes, os dois abordaram o Rio de Janeiro, seu dinamismo, suas variadas funções, os diferentes grupos sociais nele presentes, a beleza dos cenários da Cidade e suas mazelas. Lima Barreto voltou sua atenção de forma mais apurada para o subúrbio carioca de então – fim do Século XIX, início do Século XX, mas também abordou as contradições e conflitos da sociedade carioca, principalmente pela presença de quadros políticos nacionais que aqui exerciam mandatos ou simplesmente militavam em defesa dos setores que representavam junto ao senado, à câmara e aos ministérios. Machado de Assis abordou de forma mais frequente o centro e os bairros da atual zona sul, para onde as classes mais afortunadas da Cidade começavam a se deslocar – Glória, Catete, Flamengo e Botafogo. Essa ambientação é bastante frequente nos últimos romances, principalmente *Esaú e Jacó* (1904), e *Memorial de Aires* (1908). Os contos têm maior abrangência espacial e chegam ao subúrbio e, também, à Baixada, como é o caso de *O alientista* lançado em Papéis Avulsos, em 1882, que se passa em Itaguaí, no contato da planície com a Serra das Araras.

O primeiro título é talvez a obra mais marcante de Machado. Trata-se de *Memórias póstumas de Brás Cubas*[49]. Foi dito talvez porque é possível argumentar que *Dom Casmurro* (1899) seria a obra de maior repercussão. É fato que o debate acerca da traição (ou não) de Capitu a torna objeto de discussão acalorada desde o lançamento. Para evitarmos o impasse, o argumento será apenas cronológico. *Brás Cubas* foi lançado primeiro.

[49] Todas as obras de Machado de Assis mencionadas neste capítulo estão disponíveis em: http://machado.mec.gov.br/. O portal informa que possui como referência a publicação *Obra completa* de Machado de Assis, editada pela Nova Aguilar em 1994. Os romances constam do volume I e os contos do volume II.

O livro de Hélio de Seixas Guimarães – *Machado de Assis, o escritor que nos lê* (2017), ao abordar algumas das traduções para o inglês de obras do autor, nos fala de um certo William L. Grossman, que traduziu e publicou em 1952, nos Estados Unidos, *Epitaph of a small winner*. O comentário do tradutor sobre a obra é bastante ilustrativo do que se deseja aqui evidenciar. Em entrevista a um jornal brasileiro, Grossman falou a respeito de seu interesse pela reação dos leitores americanos ao texto de Machado. E observou que elas eram bastante definidas – ou o leitor odiava o livro, ou o considerava excelente, brilhante. Não havia indiferença, ou algo como apenas um bom livro. E Grossman atribuía isso ao fato de que a personagem criada por Machado representava um cidadão médio, "que tanto adoramos" (GUMARÃES, 2017, p. 198), mas ele o destrói impiedosamente, "em todos os seus aspectos: no sexual, no político, nas manifestações de caridade, nas suas pretensões filosóficas, e assim por diante" (GUIMARÃES, 2017, p. 198). Por esta razão, o leitor, ao se identificar com a personagem, se sente ele mesmo destruído, de acordo com o argumento do tradutor.

De que forma então *Memórias póstumas de Brás Cubas* nos traria ao Rio de Janeiro de fins do Século XIX? Trata-se de uma Cidade impregnada de contrastes. O livro foi lançado em 1881, portanto ainda não havia se consumado a Abolição, tampouco a República. A Cidade é a Capital do Império, e nela estão várias de suas instituições – o parlamento, o Conselho de Estado, o próprio Imperador. Estão também ex-escravizados alforriados, negros ainda escravizados, vasta população jogada à pobreza pela perda de funções em chácaras e fazendas da Baixada Fluminense. Brás Cubas é o típico herdeiro de famílias abastadas, com cargos nas estruturas de poder – ele próprio almeja uma cadeira de

deputado, mas também julga, a certa altura, que bem lhe cabia ser ministro (MACHADO, 1994, p. 65). É culto, mas não tem qualquer ocupação. Refinado nos modos e tomado por preconceitos de todas as espécies. Não tem qualquer objetivo definido, não precisa preocupar-se com o dia de amanhã, e, de fato, não se preocupa. É totalmente indiferente à pobreza que o cerca, tanto quanto à violência da exploração do trabalho. Em poucas palavras, é um filho da elite que rodeia as estruturas de poder na Capital do Império. É claro que não há uma vinculação única e inescapável na interpretação do romance. Os atributos de Brás Cubas remetem a filhos de uma elite que não estava apenas no Rio de Janeiro daquele período. Não se pode decretar esse tipo de atadura ao texto ficcional. O que se sugere aqui é que Brás Cubas também pode ser lido como um personagem típico da elite carioca de fins do Século XIX.

Ocorre que, se tomarmos em conjunto, principalmente as obras de fins do Século XIX e primórdios do Século XX, os romances de Machado de Assis retratam uma elite que parece desconhecer os setores populares e deles se desinteressar por completo, ao mesmo tempo em que direciona suas atenções para uma vida de Corte, para a agenda do Imperador, para o registro dos desembarques ilustres no porto, para os saraus nos solares do Catete ou de Botafogo e a próxima ópera a ser levada no teatro. Como observa Hélio de Seixas Guimarães (2017, p. 95), algumas das críticas a Machado tanto se deram

> [...] em torno de [sua] pertença ao espaço e ao tempo - se mais nacional que estrangeiro, se mais atual que anacrônico, se mais inglês que franco-brasileiro -, quanto pela busca de compreensão mais sistemática da obra, associada à trajetória de Joaquim Maria Machado de Assis.

Em uma perspectiva espaço-temporal diríamos que a sequência *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908) constituem dos mais valorosos textos ficcionais para a compreensão e visibilidade da sociedade carioca e, por consequência, brasileira, do período por elas abarcado.

Machado foi muitas vezes criticado por não abordar questões cruciais da sociedade brasileira, mais especificamente, a chaga da escravidão. Parece-nos um engano supor que a ausência do conflito aberto em suas tramas possa ser taxada como abstenção frente ao tema. Não faltam passagens em que o uso da ironia, tão de seu gosto, denuncia a indiferença e a hipocrisia de seus personagens, como em *Quincas Borba* (1891), quando Rubião não consegue se decidir entre continuar seu caminho no centro da Cidade ou se deter para assistir ao enforcamento de dois negros em praça pública (MACHADO, 1994, p. 35-36), – destacamos essa passagem mais à frente. Ou em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), na evidente contradição entre uma postura crítica, quando encontra "seu moleque", Prudêncio, que seu pai havia alforriado, espancando o próprio escravo (MACHADO, 1994, p. 76) e, mais à frente, ao se referir ao cunhado, discorrendo sobre o quanto havia sido excessivo em suas críticas a ele, observa de passagem que o único fato de seu conhecimento que justificaria a acusação de bárbaro por seus inimigos seria o fato de "mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; além de que só mandava os perversos e os fujões [...]" (MACHADO, 1994, p. 118).

O conjunto de obras acima mencionado está longe da neutralidade ou da indiferença em relação ao contexto sociopolítico da Cidade do Rio de Janeiro, ou seja, não se

trata de obras isentas de conotações espaço/temporais. Mas elas – as obras – não foram construídas a partir de modelos de enquadramento que estabeleciam os elementos que forçosamente deveriam estar presentes no discurso ficcional, para qualificá-lo a partir deles. Mas se Machado não orientou sua escrita pelas exigências da crítica em termos de temas nacionais e cores locais, não quer isto dizer que eles não estejam nas tramas, apenas que não constituem o objeto em si das obras. Para além desse fato, impressiona a destreza do autor em valer-se desses elementos na composição dos enredos. Em *Esaú e Jacó* (1904), por exemplo, o capítulo que trata a morte de certa personagem e seu enterro intitula-se **Estado de sítio**, e se passa justamente quando o Brasil vive essa condição, decretada pelo Marechal Deodoro da Fonseca (MACHADO, 1994, p. 123). A morte é tratada como um estado de sítio, com a particularidade de que, nesse caso, a cassação do direito – à vida – é irreversível. A Cidade do Rio de Janeiro, em particular, sofre os reveses dessa conjuntura, pelo fechamento do Congresso e a Revolta da Armada. O estranhamento com o clima tenso da Cidade é mencionado muito de passagem por aqueles que acompanham o cortejo fúnebre, o que sugere outro aspecto muito marcante na obra de Machado – a indiferença da elite econômica em relação às agruras, aos sofrimentos e padecimentos da grande maioria da população. Nós a encontramos também em *Memorial de Aires* (1908), quando ele chega à casa de amigos no Flamengo, na noite do dia 14 de maio de 1888 e surpreende-se da alegria reinante. Empolga-se ao supor que ela deriva da recente assinatura da Abolição, e descobre que se trata apenas de um acontecimento familiar. O capítulo, inclusive, inicia-se pela frase "Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular" (MACHADO, 1994, p. 25).

O trabalho de Hélio de Seixas Guimarães (2017), já citado anteriormente, faz extensa análise das principais correntes de críticas à obra de Machado, desde seus contemporâneos até os expoentes mais recentes da crítica literária brasileira, como Antônio Cândido, Roberto Schwarz, Alfredo Bosi e Raymundo Faoro, e também estrangeira, como é o caso de John Gledson, professor aposentado da Universidade de Liverpool (Reino Unido), especialista em Estudos Brasileiros, estudioso e responsável por verter várias obras de Machado para o inglês. Sem nos determos nos aspectos que diferenciam essas correntes, que a pesquisa de Guimarães (2017, p. 223) arrola e esclarece, cabe destacar nossa afinidade às análises de Roberto Schwarz. Primeiro por afirmar a relação entre o comportamento de personagens de Machado – Brás Cubas e Bentinho, particularmente –, e o

> [...] *modi operandi* da elite brasileira, ao mesmo tempo burguesa e escravocrata, atravessada por contradições que diziam respeito não só à sociedade brasileira, mas à ideologia burguesa e ao sistema capitalista de maneira geral, do qual a elite brasileira era sócia, ainda que numa condição periférica.

Segundo por destacar a virtualidade dessas relações (GUIMARÃES, 2017, p. 226). Ou seja, Schwarz, assim como Gledson, "fazem a ressalva da virtualidade das relações entre o texto literário e o quadro histórico-social, que de fato jamais são explicitamente declaradas ou confirmadas pelo texto machadiano" (GUIMARÃES, 2017, p. 226). Esta ressalva é importante, porque coloca outra dimensão a ser considerada em Machado, qual seja, a de sugerir sem impor, a de jogar com a possibilidade da interpretação, que depende do leitor para assumir um sentido ou outro (que podem ser, inclusive, excludentes).

Por sua vez, em Lima Barreto o posicionamento é explícito. A crítica social está presente e na linha de frente. Como

afirma Nicolau Sevcenko (1995, p. 169) em *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*:

> As mazelas do governo republicano, Lima Barreto não se cansa de causticá-las por toda a sua obra. [...] Mas, de toda forma, em qualquer de seus textos, Lima não perde a oportunidade de denunciar o grau desmoralizante de corrupção política e econômica que empestava o regime.

Segundo Sevcenko (1995), Lima Barreto combatia a imprensa, o cosmopolitismo, o bovarismo (o desejo de ser o outro), e a arrogância do conhecimento letrado, científico. Ainda segundo ele:

> Tendo na imprensa o seu veículo e propulsor, encontrando na ciência a legitimação inquestionável, os desmandos, as coações e as classificações dos homens em hierarquias aviltantes, desarrazoadas, quer procedessem das oligarquias governantes, das ideologias radicais ou mesmo das atitudes cosmopolitas e bováricas, típicas do arrivismo republicano, produziam um quadro de horrores, opressão e miséria, profundamente vincado na nova sociedade e irredutível, na sua solidez, para com as individualidades desviantes. Os personagens de Lima Barreto, sem exceção, ou representam as vítimas dessa estrutura plástica e constringente, ou as formas de consciência e conduta de que ela se nutre. Alguns passam de uma condição à outra, como o Policarpo Quaresma [...] (SEVCENKO, 1995, p. 181).

Outro aspecto relevante nos romances de Lima Barreto é a importância atribuída à Cidade do Rio de Janeiro como cenário. Não apenas os subúrbios, por suas características híbridas que associavam, no caso do Rio de Janeiro de primórdios do Século XX, a presença de algum equipamento urbano de grande Cidade às características de Cidade do interior, como chácaras com pomares e casas avarandadas, ruas irregulares e não pavimentadas que acabam em áreas de mata ou encostas de morros. Também o centro da Cidade, onde estavam situados os cafés, as casas editoriais, os jornais, enfim, os espaços em que aconteciam as discussões acerca dos acontecimentos da vida política nacional. O Rio de Janeiro que apresentava essa diversidade, essa coexistência socioespacial de economia recém-saída da produção escravocrata e ainda primário exportadora, a Capital da República, está presente de forma marcante com suas maravilhas e mazelas em várias obras do autor, mas particularmente em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, lançada em 1919. Última obra de Lima Barreto publicada antes de sua morte, é interessante notar que a bela capa da publicação, originalmente editada por Monteiro Lobato na Revista do Brasil, trazia um bico de pena, da autoria de Wasth Rodrigues, representando o Pão de Açúcar[50]. A capa, que cai como uma luva para a obra seria, infelizmente, substituída em uma segunda edição pelo próprio Lobato. Há inúmeros estudos sobre Lima Barreto e variadas interpretações acerca de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, inclusive sobre o fato de Lima Barreto fazer seus personagens flanarem sobre a Cidade do Rio de Janeiro. Citamos aqui uma interpretação em particular, a do Professor Robert Oakley, da Universidade de Birmingham (Reino Unido), publicada no periódico *Machado de Assis em linha* que traz o dossiê chamado **Machado, Lima Barreto e a história do Brasil** (2014). Ele observa que é curioso que o romance de Lima Barreto tenha sido produzido justamente quando Machado de Assis escreveu o "ciclo do conselheiro Aires" (OAKLEY, 2014, p. 144). Na verdade, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* estava escrito em 1909, mas só veio a público em 1919. Os livros de Machado foram publicados em 1904 (*Esaú e Jacó*), e 1908 (*Memorial de Aires*), e o autor faleceu poucos meses depois desse último lançamento. Oakley (2014, p. 143) parece

[50] No artigo **Monteiro Lobato: editor (1918-1925)**, Guilherme Cunha Lima e Alexandre Esteves Neves (2013, p. 94-95) nos informam que Lobato publicou a obra sem tê-la lido e, diante do fracasso dessa primeira edição, resolveu encomendar nova capa.

entender o livro de Lima Barreto como uma conciliação do autor com Machado de Assis, no templo representado pela Cidade do Rio de Janeiro, pelo futuro do Brasil.

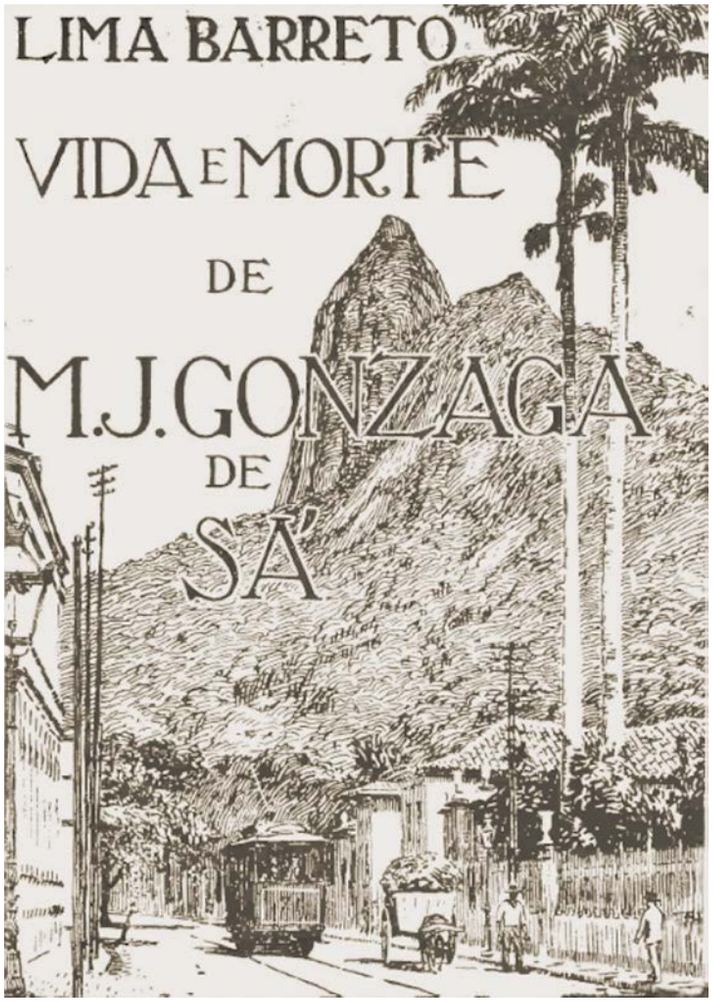


Figura 16 - Gravura em bico de pena de Wasth Rodrigues para a capa da primeira edição do livro *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* de Lima Barreto, 1919

Fonte: BARRETO, L. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1919. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4800/1/001232_COMPLETO.pdf. Acesso em: maio 2021.

A obra de maior expressão do autor – *Triste fim de Policarpo Quaresma*, lançado em 1915 – tornou-se um clássico da literatura brasileira com justa razão. Quaresma é tido como nosso Dom Quixote, por sua ingenuidade, por sua crença nas coisas simples, por sua dedicação a valores e costumes que entendia como genuinamente nacionais. Como personagem central do romance, suas questões envolvem tanto preocupações fundamentadas, como o problema das saúvas para a agricultura brasileira, quanto devaneios, como propor o Tupi-Guarani como língua oficial do País. A Cidade do Rio de Janeiro, principalmente os subúrbios e o centro da Cidade, estão muito presentes na obra, reverberando acontecimentos nacionais, como a revolta da armada, por exemplo.

Um autor nem tão celebrado pela crítica especializada, embora tenha algumas obras de repercussão, é Joaquim Manuel de Macedo. Apesar de ser muito conhecido por causa de *A moreninha*, lançado em 1844, que se passa na Ilha de Paquetá (Rio de Janeiro), o romance de maior interesse em nosso caso é pouco conhecido – *As mulheres de mantilhas*, de 1870.

Trata-se de um romance histórico, ambientado durante o vice-reinado do Conde da Cunha, primeiro vice-rei do Brasil a partir da transferência da Capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. O autor deixa claro desde o princípio que a intenção é fazer um romance histórico, porque se preocupa, particularmente, em fazer o registro do que era a Cidade do Rio de Janeiro, seus costumes e vida quotidiana no Século XVIII, quando se passa a trama. Pretende denunciar a corrupção e a luxúria a que a Cidade e seus habitantes estavam submetidos, segundo ele devido a um personagem específico – o principal assessor do Conde, designado então pelo cargo de *oficial-de-sala* do vice-rei.

Joaquim Manuel de Macedo escreve uma introdução ao romance, em que explica a situação em que se encontrava a Cidade devido à cegueira do Conde para as injúrias cometidas por seu homem de confiança, Alexandre Cardoso. O

Conde é descrito como um déspota, mas o autor reconhece que é homem íntegro, incapaz de ameaçar a honra das famílias. Já o ajudante é um libertino, que se vale do cargo para obter ganhos ilícitos, achacando grandes comerciantes, ameaçando pequenos trabalhadores, importunando moças de família, e entregando-se à jogatina.

O grande mérito da obra está na fartura de elementos que retratam a Cidade e seus costumes. Como a trama se passa entre a folia de reis, que transcorre entre os dias 5 e 6 de janeiro, e se estende até o carnaval, que então era chamado de entrudo e envolvia brincadeiras que depois foram proibidas, o panorama da Cidade e sua vida é muito rico. A Gamboa, por exemplo, era onde algumas famílias tinham suas chácaras para passar fins de semana.

Antônio Cândido (2000, p. 121-129) é bastante crítico em relação à obra de Joaquim Manuel de Macedo, que ele trata como Macedinho. O título do capítulo que discute o autor é: **O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo**.

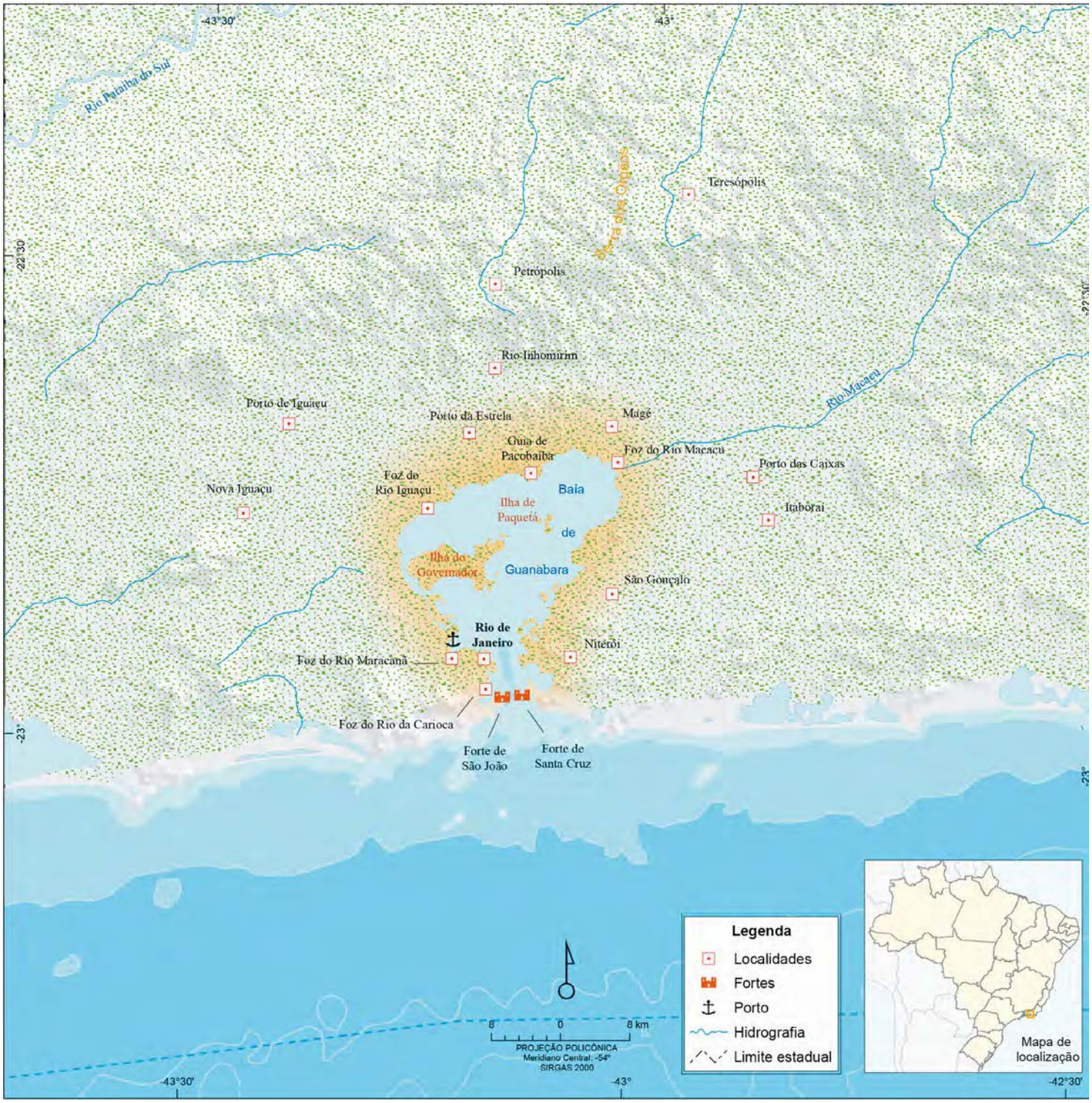
Em resumo, o que se pode dizer da crítica de Antônio Cândido é que Joaquim Manuel de Macedo adéqua sua narrativa às expectativas de seus leitores. Seus personagens não têm consistência em suas características, que podem mudar de acordo com as necessidades da trama – na verdade, as necessidades de Macedo. Veja-se o trecho a seguir:

> Romance exemplar da subliteratura romântica, a que nada falta no gênero e que por isso mesmo, pelo acúmulo de tolices e truques estereotipados, chega a ser valioso como o paradigma.
>
> Mas não sobrecarreguemos a memória do nosso Macedinho. Lembremos que lhe cabe a glória de haver lançado a ficção brasileira na senda dos estudos de costumes urbanos, e o mérito de haver procurado refletir fielmente os da sua cidade. O valor documentário permanece grande, por isso mesmo, na obra que deixou. Os saraus, as visitas, as partidas, as conversas, os domingos na chácara, os passeios de barca, as modas, as alusões à política, a técnica do namoro, de que procura elaborar verdadeira fenomenologia; a vida comercial e seus reflexos nas relações domésticas e amorosas – eis uma série de temas essenciais para compreender a época e que encontramos bem lançados em sua obra, de que constituem talvez o principal atrativo para o leitor de hoje (CÂNDIDO, 2000, p. 128).

Vamos então aos romances.

Rio de Janeiro e Baía de Guanabara

MAPA 6



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021.

Nota: O recorte representa a região do Rio de Janeiro e Baía de Guanabara tratada neste capítulo.

Região e Romance[51]

Rubião e o cachorro, entrado em casa, sentiram, ouviram a pessoa e as vozes do finado amigo. Enquanto o cachorro farejava por toda a parte, Rubião foi sentar-se na cadeira, onde estivera quando Quincas Borba referiu a morte da avó com explicações científicas. A memória dele recompôs, ainda que de um barulho e esgarçadamente, os argumentos do filósofo. Pela primeira vez, atentou bem na alegoria das tribos famintas e compreendeu a conclusão: "Ao vencedor, as batatas!" Ouviu distintamente a voz roufenha do finado expor a situação das tribos, a luta e a razão da luta, o extermínio de uma e a vitória da outra, e murmurou baixinho:

– Ao vencedor, as batatas!

Tão simples! tão claro! Olhou para as calças de brim surrado e o rodaque cerzido, e notou que há pouco fora, por assim dizer, um exterminado, uma bolha; mas que ora não, era um vencedor. Não havia dúvida; as batatas fizeram-se para a tribo que elimina a outra, a fim de transpor a montanha e ir às batatas do outro lado. Justamente o seu caso. Ia descer de Barbacena para arrancar e comer as batatas da capital. Cumpria-lhe ser duro e implacável, era poderoso e forte. E levantando-se de golpe, alvoroçado, ergueu os braços exclamando:

– Ao vencedor as batatas!

Machado de Assis

***Quincas Borba*, 1994, cap. XVIII, p. 14**

Na esquina da Rua dos Ourives deteve-o um ajuntamento de pessoas, e um préstito singular. Um homem, judicialmente trajado, lia em voz alta um papel, a sentença. Havia mais o juiz, um padre, soldados, curiosos. Mas, as principais figuras eram dois pretos. Um deles, mediano, magro, tinha as mãos atadas, os olhos baixos, a cor *fula*, e levava uma corda enlaçada no pescoço; as pontas do baraço iam nas mãos de outro preto. Este outro olhava para a frente e tinha a cor fixa e retinta. Sustentava com galhardia a curiosidade pública. Lido o papel, o préstito seguiu pela Rua dos Ourives adiante; vinha do aljube e ia para o Largo do Moura.

Rubião naturalmente ficou impressionado. Durante alguns segundos esteve como agora à escolha de um tílburi. Forças íntimas ofereciam-lhe o seu cavalo: umas que voltasse para trás ou descesse para ir aos seus negócios, – outras que fosse ver enforcar o preto. Era tão raro ver um enforcado! Senhor, em vinte minutos está tudo findo! – Senhor, vamos tratar de outros negócios! E o nosso homem fechou os olhos, e deixou-se ir ao acaso. O acaso, em vez de levá-lo pela Rua do Ouvidor abaixo até à da Quitanda, torceu-lhe o caminho pela dos Ourives, atrás do préstito. Não iria ver a execução, pensou ele; era só ver a marcha do réu, a cara do carrasco, as cerimônias... Não queria ver a execução.

Machado de Assis

***Quincas Borba*, 1994, cap. XLVII, p. 35-36**

Há solteirões na política. Camacho ia entrando nessa categoria melancólica, em que todos os sonhos nupciais se evaporam com o tempo; mas não tinha a superioridade de abandoná-la. Ninguém que organizasse um gabinete se atrevia, ainda que o desejasse, a dar-lhe uma pasta. Camacho ia-se sentindo cair; para simular influência, tratava familiarmente os poderosos do dia, contava em voz alta as visitas aos ministros e a outras dignidades do Estado.

Não lhe faltava que comer. A família era pequena; mulher, uma filha, que ia nos dezoito anos, um afilhado de nove, e para isso dava a advocacia. Mas trazia a política no sangue; não lia, não cuidava em outra coisa. De literatura, ciências naturais, história, filosofia, artes, não se preocupava absolutamente nada.

Também não conhecia grandes coisas de direito; guardava algum do que lhe dera a academia, mais a legislação posterior e práticas forenses. Com isso ia arrazoando e ganhando.

Machado de Assis

***Quincas Borba*, 1994, cap. LVII, p. 47**

Rubião agarrou-se às eleições próximas; mas aqui interveio Camacho, afirmando que não era preciso, que a serpente devia ser esmagada cá mesmo na capital; não faltaria tempo depois para ir matar saudades e receber a recompensa. Rubião agitou-se no canapé. A recompensa era, com certeza, o diploma de deputado.

Visão magnífica, ambição que nunca teve, quando era um pobre diabo... Ei-la que o toma, que lhe aguça todos os apetites de grandeza e de glória. Entretanto, ainda insistiu por poucos dias de viagem, e, para ser exato, devo jurar que o fez sem desejo de que lhe aceitassem a proposta.

Machado de Assis

***Quincas Borba*, 1994, cap. LIX, p. 48**

Rubião deteve-se alguns minutos diante daquilo. O sujeito, vendo-se objeto de atenção, redobrou o esforço no brinco; perdeu a naturalidade. Os outros meninos mais idosos detiveram-se a olhar espantados. Mas Rubião não distinguia nada; via tudo confusamente. Foi ainda a pé durante largo tempo; passou o Saco do Alferes, passou a Gamboa, parou diante do cemitério dos Ingleses, com os seus velhos sepulcros trepados pelo morro, e afinal chegou à Saúde.

[51] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

Viu ruas esguias, outras em ladeira, casas apinhadas ao longe e no alto dos morros, becos, muita casa antiga, algumas do tempo do rei, comidas, gretadas, estripadas, o caio encardido e a vida lá dentro. E tudo isso lhe dava uma sensação de nostalgia... Nostalgia do farrapo, da vida escassa, acalcanhada e sem vexame. Mas durou pouco; o feiticeiro que andava nele transformou tudo. Era tão bom não ser pobre!

Machado de Assis

***Quincas Borba*, 1994, cap. LXXXVI, p. 72**

– Virgília? interrompi eu.

– Sim, senhor; é o nome da noiva. Um anjo, meu pateta, um anjo sem asas. Imagina uma moça assim, desta altura, viva como um azougue, e uns olhos... filha do Dutra...

– Que Dutra?

– O Conselheiro Dutra, não conheces; uma influência política. Vamos lá, aceitas?

Não respondi logo; fitei por alguns segundos a ponta do botim; declarei depois que estava disposto a examinar as duas coisas, a candidatura e o casamento, contanto que...

– Contanto quê?

– Contanto que não fique obrigado a aceitar as duas; creio que posso ser separadamente homem casado ou homem público...

– Todo o homem público deve ser casado, interrompeu sentenciosamente meu pai. Mas seja como queres; estou por tudo, fico certo de que a vista fará fé! Demais, a noiva e o Parlamento são a mesma coisa... isto é, não... saberás depois... Vá; aceito a dilação, contanto que...

– Contanto quê?... interrompi eu, imitando-lhe a voz.

– Ah! brejeiro! Contanto que não te deixes ficar aí inútil, obscuro, e triste; não gastei dinheiro, cuidados, empenhos, para te não ver brilhar, como deves, e te convém, e a todos nós; é preciso continuar o nosso nome, continuá-lo e ilustrá-lo ainda mais.

Machado de Assis

***Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1994, cap. XXVIII, p. 39-40**

– Um Cubas! repetia-me ele na seguinte manhã, ao almoço.

Não foi alegre o almoço; eu próprio estava a cair de sono. Tinha velado uma parte da noite. De amor? Era impossível; não se ama duas vezes a mesma mulher, e eu, que tinha de amar aquela, tempos depois, não lhe estava agora preso por nenhum outro vínculo, além de uma fantasia passageira, alguma obediência e muita fatuidade. E isto basta a explicar a vigília; era despeito, um despeitozinho agudo como ponta de alfinete, o qual se desfez, com charutos, murros, leituras truncadas, até romper a aurora, a mais tranqüila das auroras.

Mas eu era moço, tinha o remédio em mim mesmo. Meu pai é que não pôde suportar facilmente a pancada. Pensando bem, pode ser que não morresse precisamente do desastre; mas que o desastre lhe complicou as últimas dores, é positivo. Morreu daí a quatro meses, – acabrunhado, triste, com uma preocupação intensa e contínua, à semelhança de remorso, um desencanto mortal, que lhe substituiu os reumatismos e tosses. Teve ainda meia hora de alegria; foi quando um dos ministros o visitou. Vi-lhe, – lembra-me bem, – vi-lhe o grato sorriso de outro tempo, e nos olhos uma concentração de 1uz, que era, por assim dizer, o último lampejo da alma expirante. Mas a tristeza tornou logo, a tristeza de morrer sem me ver posto em algum lugar alto, como aliás me cabia.

– Um Cubas!

Morreu alguns dias depois da visita do ministro, uma manhã de maio, entre os dois filhos, Sabina e eu, e mais o tio Ildefonso e meu cunhado. Morreu sem lhe poder valer a ciência dos médicos, nem o nosso amor, nem os cuidados, que foram muitos, nem coisa nenhuma; tinha de morrer, morreu.

– Um Cubas!

Machado de Assis

***Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1994, cap. XLIV, p. 52-53**

Foto 88 - Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas e Pão de Açúcar a partir da Vista Chinesa, Rio de Janeiro (RJ). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2018.

– É minha! disse eu comigo, logo que a passei a outro cavalheiro; e confesso que durante o resto da noite, foi-se-me a idéia entranhando no espírito, não à força de martelo, mas de verruma, que é mais insinuativa.

– É minha! dizia eu ao chegar à porta de casa.

Mas aí, como se o destino ou o acaso, ou o que quer que fosse, se lembrasse de dar algum pasto aos meus arroubos possessórios, luziu-me no chão uma coisa redonda e amarela. Abaixei-me; era uma moeda de ouro, uma meia dobra.

– É minha! repeti eu a rir-me, e meti-a no bolso.

Nessa noite não pensei mais na moeda; mas no dia seguinte, recordando o caso, senti uns repelões da consciência, e uma voz que me perguntava por que diabo seria minha uma moeda que eu não herdara nem ganhara, mas somente achara na rua. Evidentemente não era minha; era de outro, daquele que a perdera, rico ou pobre, e talvez fosse pobre, algum operário que não teria com que dar de comer à mulher e aos filhos; mas se fosse rico, o meu dever ficava o mesmo. Cumpria restituir a moeda, e o melhor meio, o único meio, era fazê-lo por intermédio de um anúncio ou da polícia. Enviei uma carta ao chefe de polícia, remetendo-lhe o achado, e rogando-lhe que, pelos meios a seu alcance, fizesse devolvê-lo às mãos do verdadeiro dono.

Mandei a carta e almocei tranqüilo, posso até dizer que jubiloso. Minha consciência valsara tanto na véspera, que chegou a ficar sufocada, sem respiração; mas a restituição da meia dobra foi uma janela que se abriu para o outro lado da moral; entrou uma onda de ar puro, e a pobre dama respirou à larga. Ventilai as consciências! não vos digo mais nada. Todavia, despido de quaisquer outras circunstâncias, o meu ato era bonito, porque exprimia um justo escrúpulo, um sentimento de alma delicada. Era o que me dizia a minha dama interior, com um modo austero e meigo a um tempo; é o que ela me dizia, reclinada ao peitoril da janela aberta.

Machado de Assis

***Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1994, cap. LI, p. 58-59**

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeu-mas um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras:

– "Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!"

Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

– Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

– Meu senhor! gemia o outro.

– Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, – o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me abênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

– É, sim, nhonhô.

– Fez-te alguma coisa?

– É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

– Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

– Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!

Saí do grupo, que me olhava espantado e cochichava as suas conjeturas. Segui caminho, a desfiar uma infinidade de reflexões, que sinto haver inteiramente perdido; aliás, seria matéria para um bom capítulo, e talvez alegre. Eu gosto dos capítulos alegres; é o meu fraco. Exteriormente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria.

Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!

Machado de Assis

***Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1994, cap. LXVIII, p. 76**

E notai bem que eu vi a gravura turca, dois anos depois das palavras de Damasceno, e vi-a na Câmara dos Deputados, em meio de grande burburinho, enquanto um deputado discutia um parecer da comissão do orçamento, sendo eu também deputado. Para quem há lido este livro é escusado encarecer a minha satisfação, e para os outros é igualmente inútil. Era deputado, e vi a gravura turca, recostado na minha cadeira, entre um colega, que contava uma anedota, e outro, que tirava a lápis, nas costas de uma sobrecarta, o perfil de orador. O orador era o Lobo Neves. A onda da vida trouxe-nos à mesma praia, como duas botelhas de náufragos, ele contendo o seu ressentimento,

eu devendo conter o meu remorso; e emprego esta forma suspensiva, dubitativa ou condicional, para o fim de dizer que efetivamente não continha nada, a não ser a ambição de ser ministro.

Machado de Assis

***Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1994, cap. CXXVIII, p. 121**

Defronte o marido espreitava a mulher, sem absolutamente importar-lhe o que parecia ler. Assim se passaram alguns minutos. De repente, Santos viu uma expressão nova no rosto de Natividade; os olhos dela pareciam crescer, a boca entreabriu-se, a cabeça ergueu-se, a dele também, ambos deixaram a cadeira, deram dois passos e caíram nos braços um do outro, como dois namorados desesperados de amor. Um, dois, três, muitos beijos. Pedro e Paulo, espantados, estavam ao canto, de pé. O pai, quando pôde falar, disse-lhes:

– Venham beijar a mão da Senhora Baronesa de Santos.

Não entenderam logo. Natividade não sabia que fizesse; dava a mão aos filhos, ao marido, e tornava ao jornal para ler e reler que no despacho imperial da véspera o Sr. Agostinho José dos Santos fora agraciado com o título de Barão de Santos.

Compreendeu tudo. O presente do dia era aquele; o ourives desta vez foi o imperador.

Machado de Assis

***Esaú e Jacó*, 1994, cap. XX, p. 26**

Naquele ano, uma noite de agosto, como estivessem algumas pessoas na casa de Botafogo, sucedeu que uma delas, não sei se homem ou mulher, perguntou aos dois irmãos que idade tinham.

Paulo respondeu:

– Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro:

– Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

As respostas foram simultâneas, não sucessivas, tanto que a pessoa pediu-lhes que falasse cada um por sua vez. A mãe explicou:

– Nasceram no dia 7 de abril de 1870.

Pedro repetiu vagarosamente:

– Nasci no dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

E Paulo, em seguida:

– Nasci no dia em que Pedro I caiu do trono.

Natividade repreendeu a Paulo a sua resposta subversiva. Paulo explicou-se, Pedro contestou a explicação e deu outra, e a sala viraria clube, se a mãe não os acomodasse por esta maneira:

– Isto hão de ser grupos de colégio; vocês não estão em idade de falar em política. Quando tiverem barbas.

Machado de Assis

***Esaú e Jacó*, 1994, cap. XXIII, p. 28**

A gente batista conheceu a gente Santos em não sei que fazenda da Província do Rio. Não foi Maricá, embora ali tivesse nascido o pai dos gêmeos; seria em qualquer outro município. Fosse qual fosse, ali é que se conheceram as duas famílias, e como morassem próximas em Botafogo, a assiduidade e a simpatia vieram ajudando o caso fortuito.

Batista, o pai da donzela, era homem de quarenta e tantos anos, advogado do cível, ex-presidente de província e membro do Partido Conservador. A ida à fazenda tivera por objeto exatamente uma conferência política para fins eleitorais, mas tão estéril que ele tornou de lá sem, ao menos, um ramo de esperança.

Machado de Assis

***Esaú e Jacó*, 1994, cap. XXX, p. 34**

Nasceu em agosto de 1871. A mãe, que datava por ministérios, nunca negou a idade da filha:

– Flora nasceu no Ministério Rio Branco, e foi sempre tão fácil de aprender, que já no Ministério Sinimbu sabia ler e escrever correntemente.

Machado de Assis

***Esaú e Jacó*, 1994, cap. XXXI, p. 36**

Por exemplo, D. Cláudia. Também ela pensava no baile da ilha Fiscal, sem a menor idéia de dançar, nem a razão estética da outra. Para ela, o baile da ilha era um fato político, era o baile do ministério, uma festa liberal, que podia abrir ao marido as portas de alguma presidência. Via-se já com a família imperial. Ouvia a princesa:

– Como vai, D. Cláudia?

– Perfeitamente bem, Sereníssima senhora.

E Batista conversaria com o imperador, a um canto, diante dos olhos invejosos que tentariam ouvir o diálogo, à força de os fitarem de longe. O marido é que...

Não sei que diga do marido relativamente ao baile da ilha. Contava lá ir, mas não se acharia a gosto; pode ser que traduzissem esse ato por meia conversão. Não é que só fossem liberais ao baile, também iriam conservadores, e aqui cabia bem o aforismo de D. Cláudia que não é preciso ter as mesmas idéias para dançar a mesma quadrilha.

Machado de Assis

***Esaú e Jacó*, 1994, cap. XLVIII, p. 56**

Como é que, tendo ouvido falar da morte de dois e três ministros, Aires afirmou apenas o ferimento de um, ao retificar a notícia do criado? Só se pode explicar de dois modos, – ou por um nobre sentimento de piedade, ou pela opinião de que toda a notícia pública cresce de dois terços, ao menos. Qualquer que fosse a causa, a versão do ferimento era a única verdadeira. Pouco depois passava pela Rua do Catete a padiola que levava um ministro, ferido. Sabendo que os outros estavam vivos e sãos e o imperador era esperado de Petrópolis, não acreditou na mudança de regime que ouvira ao cocheiro de tílburi e ao criado José. Reduziu tudo a um movimento que ia acabar com a simples mudança de pessoal.

– Temos gabinete novo, pensou consigo.

Machado de Assis

***Esaú e Jacó*, 1994, cap. LXI, p. 74-75**

Desci hoje de Petrópolis. Sábado, ao sair a barca da Prainha, dei com o Desembargador Campos a bordo, e foi um bom encontro, porque daí a pouco o meu mau humor cedia, e cheguei a Mauá já meio curado. Na estação de Petrópolis estava restabelecido inteiramente.

Não me lembra se já escrevi neste Memorial que o Campos foi meu colega de ano em São Paulo. Com o tempo e a ausência perdemos a intimidade, e quando nos vimos outra vez, o ano passado, apesar das recordações escolásticas que surgiram entre nós, éramos estranhos. Vimo-nos algumas vezes, e passamos uma noite no Flamengo; mas a diferença da vida tinha ajudado o tempo e a ausência.

Agora na barca fomos reatando melhor os laços antigos. A viagem por mar e por terra era de sobra para avivar alguma coisa da vida escolar. Bastante foi; acabamos lavados da velhice.

Ao subir a serra as nossas impressões divergiram um tanto. Campos achava grande prazer na viagem que íamos fazendo em trem de ferro. Eu confessava-lhe que tivera maior gosto quando ali ia em caleças[52] tiradas a burros, umas atrás das outras, não pelo veículo em si, mas porque ia vendo, ao longe, cá embaixo, aparecer a pouco e pouco o mar e a cidade com tantos aspectos pinturescos. O trem leva a gente de corrida, de afogadilho, desesperado, até à própria estação de Petrópolis. E mais lembrava as paradas, aqui para beber café, ali para beber água na fonte célebre, e finalmente a vista do alto da serra, onde os elegantes de Petrópolis aguardavam a gente e a acompanhavam nos seus carros e cavalos até à cidade; alguns dos passageiros de baixo passavam ali mesmo para os carros onde as famílias esperavam por eles.

Machado de Assis

***Memorial de Aires*, 1994, p. 11**

Grande novidade! O motivo da vinda do barão é consultar o desembargador sobre a alforria coletiva e imediata dos escravos de Santa-Pia. Acabo de sabê-lo, e mais isto, que a principal razão da consulta é apenas a redação do ato. Não parecendo ao irmão que este seja acertado, perguntou-lhe o que é que o impelia a isso, uma vez que condenava a idéia atribuída ao governo de decretar a abolição, e obteve esta resposta, não sei se sutil, se profunda, se ambas as coisas ou nada:

– Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso.

Machado de Assis

***Memorial de Aires*, 1994, p. 22**

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da História, ou até da Poesia. A Poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine[53], em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde "a Casa Gonçalves Pereira" lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonzales Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador.

Machado de Assis

***Memorial de Aires*, 1994, p. 24**

No século passado e ainda no princípio do atual havia quitandeiros ambulantes de todos os gêneros da alimentação geral dos habitantes da cidade: os escravos vindos da África, negros e negras, corriam as ruas

[52] Caleças - antiga carruagem de tração animal, espécie de coche (CUNHA, 2012, p. 115).

[53] Christian Johann Heinrich Heine (1797-1856), nascido Harry Heine – pintor, escritor e crítico literário nascido em Dusseldorf, atual Alemanha. Heine escreveu o poema *Navio negreiro* em 1853. Castro Alves nele se inspirou para escrever o seu em 1868 (HEINRICH..., 2021).

da cidade que hoje se chama velha, apregoando além do peixe e das verduras, o feijão, a farinha, o arroz, o guandu, o milho verde e seco, e tudo já medido em tabuleiros pirâmides, de que eram base a porção avultada e necessária à família numerosa, e ápice o quinhão de cinco ou dez réis que convinha aos pobres.

Tudo se vendia pelas ruas e até os refrescos utilíssimos em país de tanto calor; ninguém então se lembrava do gelo, ninguém desejava os sorvetes do nosso tempo; não havia confeitarias; mas era certo o popular aluá, a inocente e refrigerante cerveja do arroz, apregoado nas horas rnais calmosas dos dias de verão e em todas as estações.

Joaquim Manuel de Macedo
As mulheres de mantilha, 1988, p. 36-37

É verdade que muitos negociantes e homens ricos possuíam chácaras nas vizinhanças do outeiro da Gloria, no caminho depois chamado Rua de Mata-Cavalos, e agora Rua do Riachuelo, em memória da mais gloriosa vit6ria e também na Gamboa e no Saco do Alferes; essas chácaras, porém, serviam só para o gozo dos domingos e dos dias santificados, que eram muitos até perto da metade do século atual. Então as famílias faziam os seus farnéis, convidavam os amigos e na tarde da véspera dos dias sem trabalho, lá iam para Mata-Cavalos ou para a Gamboa, como atualmente se vai para Petrópolis e para Nova Friburgo. Aqueles lugares eram solidões, retiros ma1 povoados, para onde não havia ruas, e apenas azinhagas difíceis, e tinham fama de perigosos pela lembrança dos roubos e assassinatos que algumas vezes ali fácil e impunemente se davam.

Bem poucos, bem raros eram aqueles que tinham suas famílias morando em chácaras e entre esses contava-se Jerônimo, que provavelmente, como os outros, assim procedia pelo justo receio da insalubridade e das moléstias contagiosas que com frequência eram o flagelo da cidade.

Joaquim Manuel de Macedo
As mulheres de mantilha, 1988, p. 45-46

Tenho quase a certeza de que hoje haverá de sobra quem me censure por estas explicações do que todos sabem, visto como ainda atualmente existe o cancro da escravidão, ainda há população escrava, e portanto, ainda há também nas famílias - nhanhãs e sinhazinhas, há senhores pais de - nhonhos e sinhás, ou senhoras mães de - sinhazinhas; mas no século vigésimo os romancistas historiadores, que são os professores da história do povo, hão de agradecer estes e outros esclarecimentos da vida íntima das famílias do nosso tempo.

Joaquim Manuel de Macedo
As mulheres de mantilha, 1988, p. 49

No princípio do mês de fevereiro, urna ‹serie de resoluções tornadas pelo Conde da Cunha, algumas das quais inspiradas pelo oficial-de-sala, que com a sua enérgica atividade ia pô-las em execução, encheu de cuidados a capitania e especialmente a cidade do Rio de Janeiro.

Foi ordenado o alistamento dos habitantes da capitania para organização de quatro novos terços de infantaria auxiliar, rnilícia ainda mais opressora do que o é a própria guarda nacional dos nossos dias.

Determinou-se e abriu-se recrutamento geral para companhias de cavalaria ligeira da guarda do vice-rei.

Deu-se começo às obras de urna grande casa para recolher o parque da artilharia, e estabelecer as fábricas e oficinas respectivas, e de um quartel para a cavalaria na Ponta da Misericórdia.

Joaquim Manuel de Macedo
As mulheres de mantilha, 1988, p. 71

No domingo do entrudo, amanheceram nas portas da casa da Câmara Municipal, da Misericórdia, do convento do Carmo, e em vinte outros, pasquins injuriosos, que antes de arrancados e despedaçados, foram lidos e tomados de cor, passando a correr em cópias confidenciais pela cidade.

Um deles dizia assim:
O vice-rei os leprosos
Da cidade desterrou;
Mas a lepra mais horrível
Na cidade conservou!
Se a morféia o apavora,
E quer de nós afastá-a,
Vá o vice-rei embora
Com o oficial-de-sala.

Outro era o seguinte:
A nau Sebastião está no estaleiro (*),
Há obras novas e recrutamento,
Para terços geral alistamento,
Povo a servir governo caloteiro;
A explicação quereis?. . .
Vós todos o sabeis:
Alexandre Cardoso quer dinheiro.

*Alusão ao navio desse nome, que então se estava construindo (observação do autor).

Eis ainda outro:
Senhor Conde da Cunha,
De vós muito se fala;
Tem brio?... corte a unha
Do oficial-de-sala.

Joaquim Manuel de Macedo
***As mulheres de mantilha*, 1988, p. 72**

O entrudo era durante os três dias que se chamam do carnaval o jogo delirante de todas as idades, desde o menino até o velho, de ambos os sexos, e de todas as classes da sociedade, de todas, porque também os escravos jogavam entre si.

O jogo consistia essencialmente em molharem-se uns aos outros; o exaltamento e o frenesi dos jogadores, uma vez travado o combate, não se limitavam a água e com outros meios enxovalhavam, como podiam, naturalmente havia no jogo práticas delicadas, práticas rudes e práticas selvagens.

A prática delicada adotava o limão de cera cheio de águas perfumadas, e tolerava a seringa esguichando águas da mesma natureza; a prática rude ostentava-se no banho de corpo inteiro dado à força em grandes gamelões ou banheiras de pau, e na aplicação do polvilho ao rosto; a prática selvagem apelava para todas as tintas, e até nos jantares para o arrojo de caldos gordurosos e com especialidade de - arroz-de-leite - ao rosto e ao corpo dos jogadores.

Molhar sem ser molhado era para alguns ponto de vaidade, que em geral se reputava de mau gosto, quando se jogava o entrudo com senhoras.

Quem não queria jogar o entrudo, trancava as portas e janelas de sua casa, e não saía a rua durante três dias.

As laranjinhas ou limões-de-cheiro jogavam-se de perto e de longe: de perto nas ruas entre os que se encontravam, e no interior das habitações, onde se reuniam famílias para brincar, o que era muito comum; de longe das ruas para as janelas dos sobrados, como combate entre a força que atacava a praça e esta que se defendia, ou de sobrado contra sobrado, casa térrea contra casa térrea, como fortalezas a bombardear-se. Muitas vezes grupos de jogadores invadiam as casas, como assaltantes que escalavam muralhas de fortes, e então a alegre e ruidosa peleja começava na escada, estendia-se pelos corredores, e inundava as salas.

Nas ruas e praças a multidão estrepitosa tresloucava sem medida; os gritos e as gargalhadas, às vezes injúrias e violências, outras vezes passageiras desordens tumultuavam sem perigo a cidade; homens e mulheres de educação desmazelada, ou de costumes livres, com os vestidos alagados grudando-se ao corpo, e desenhando perfeitamente as formas, com as caras pintadas de vermelho e negro, com as roupas rotas, os pés nus, corriam, fugindo ou perseguindo, molhando, enxovalhando, pintando, e besuntando conhecidos e desconhecidos, e de hora em hora procurando as tavernas, por gosto muitos, por necessidade todos para beber aguardente e molhar com ela os corpos resfriados.

No interior das casas pobres e ricas, onde se ajuntavam famílias amigas, o entrudo não era brutal; era porém igualmente arrebatado e delirante: jurava-se três vezes, quatro e mais no fim de cada acesso do jogo febricitante, adiá-lo por algumas horas aprazadas; senhoras e homens mudavam de vestidos, tinham-se trancado à chave os tabuleiros das laranjinhas cheirosas; mas de súbito um limão-de-cheiro voava no espaço e ia quebrar-se contra alguém, lá se ia o juramento, e recomeçava a batalha, que só à noite e tarde terminava.

Como nos atuais festejos carnavalescos, o entrudo era animado no domingo, fraco na segunda-feira, desenfreado e frenético na terça-feira.

O entrudo era mil vezes mais contagioso que a máscara, porque era ilimitadamente provocador; sobravam os casos em que os velhos mais austeros e severos, as donzelas mais mimosas e as mais acanhadas, aborrecendo o entrudo, desde que, a despeito de suas pragas e de seus protestos, se viam molhados, perdiam as cabeças, e se tornavam furiosos jogadores do jogo d'água.

Joaquim Manuel de Macedo
***As mulheres de mantilha*, 1988, p. 85-86**

Dessa maneira, Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado – aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção.

Fora dos subúrbios, na Rua do Ouvidor, nos teatros, nas grandes festas centrais, essa gente míngua, apaga-se, desaparece, chegando até as suas mulheres e filhas a perder a beleza com que deslumbram, quase diariamente, os lindos cavalheiros dos intermináveis bailes diários daquelas redondezas.

Ricardo, depois de ser poeta e o cantor dessa curiosa aristocracia, extravasou e passou à cidade, propriamente. A sua fama já chegava a São Cristóvão e em breve (ele o esperava) Botafogo convidá-lo-ia, pois os jornais já falavam no seu nome e discutiam o alcance de sua obra e da sua poética...

Lima Barreto

***Triste fim de Policarpo Quaresma*, [1985?], p. 5**

A casa da velha preta ficava além do ponto, para as bandas da estação da estrada de ferro Leopoldina. Lá foram ter. Passaram pela estação. Sobre um largo terreiro, negro de moinha de carvão de pedra, medas de lenha e imensas tulhas de sacos de carvão-vegetal se acumulavam; mais adiante um depósito de locomotivas e sobre os trilhos algumas manobravam e outras arfavam sob pressão.

Apanharam o final do carreiro onde fica a casa de Maria Rita. O tempo estivera seco e por isso se podia andar por ele. Para além do caminho, estendia-se a vasta região de mangues, uma zona imensa, triste e feia, que vai até o fundo da baía e, no horizonte, morre ao sopé das montanhas azuis de Petrópolis. Chegaram à casa da velha. Era baixa, caiada e coberta com as pesadas telhas portuguesas. Ficava um pouco afastada da estrada. À direita havia um monturo: restos de cozinha, trapos, conchas de mariscos, pedaços de louça caseira – um sambaqui a fazer-se para gáudio de um arqueólogo do futuro remoto; à esquerda, crescia um mamoeiro e bem junto à cerca, no mesmo lado, havia um pé de arruda. Bateram. Uma pretinha moça apareceu na janela aberta.

Lima Barreto

***Triste fim de Policarpo Quaresma*, [1985?], p. 10-11**

Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade...Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia. Era como se fosse uma noite de luar, no tempo em que era do tom apreciá-las no velho jardim de Dom Luís de Vasconcelos, vendo o astro solitário pratear a água e encher o céu.

Alugavam-se binóculos e tanto os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro: "Queimou Santa Cruz! Agora é o 'Aquidabã'! Lá vai". E dessa maneira a revolta ia familiarmente, entrando nos hábitos e nos costumes da cidade.

Nos cais Pharoux, os pequenos garotos, vendedores de jornais, engraxates, quitandeiros ficavam atrás das portadas, dos urinários, das árvores, a ver, a esperar a queda das balas; e quando acontecia cair uma, corriam todos em bolo, a apanhá-la como se fosse uma moeda ou guloseima.

As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógio, lapiseiras, feitas com pequenas balas de fuzis: faziam-se também coleções das médias e com os seus estojos de metal, areados, polidos, lixados, ornavam os consolos, os dunkerque das casas médias; as grandes, os "melões" e as "abóboras", como chamavam, guarneciam os jardins, como vasos de faiança ou estátuas.

Lima Barreto

***Triste fim de Policarpo Quaresma*, [1985?], p. 218-219**

– Vossa Excelência já leu o meu memorial, marechal?

Floriano respondeu lentamente, quase sem levantar o lábio pendente:

– Li.

Quaresma entusiasmou-se:

– Vê Vossa Excelência como é fácil erguer este país. Desde que se cortem todos aqueles empecilhos que eu apontei, no memorial que Vossa Excelência teve a bondade de ler; desde que se corrijam os erros de uma legislação defeituosa e inadaptável às condições do país, Vossa Excelência verá que tudo isto muda, que, em vez de tributários, ficaremos com a nossa independência feita...Se Vossa Excelência quisesse....

À proporção que falava, mais Quaresma se entusiasmava. Ele não podia ver bem a fisionomia do ditador, encoberto agora como lhe estava o rosto pelas abas do chapéu de feltro: mas, se a visse, teria de esfriar, pois havia na sua máscara sinais do aborrecimento mais mortal. Aquele falatório de Quaresma, aquele apelo à legislação, a medidas governamentais, iam mover-lhe o pensamento, por mais que não quisesse. O presidente aborrecia-se. Num dado momento disse:

– Mas, você pensa, Quaresma, que eu hei de pôr a enxada na mão de cada um desses vadios?! Não havia exército que chegasse...

Lima Barreto

***Triste fim de Policarpo Quaresma*, [1985?], p. 226-227**

Sabes bem que não tenho superstição de raça, de côr, de sangue, de casta, de coisa alguma. Para mim, só ha indivíduos e eu, mais do que ninguém, pois descendo dos Sás que fundaram esta minha cidade, podia tel-as. Mais sei o que era necessário para tel-as. Precisava, para me considerar nobre, que meus avós tivessem obedecido, a todas as regras da nobreza. Elles se casaram em toda a parte, elles nunca se importaram com os seus foraes, agora vou eu tolamente gritar por ahi, pela rua do Ouvidor: eu sou

Sá, nobre, fidalgo, escudeiro, etc, etc, pois descendo de Salvador de Sá, etc, etc. Isto digo eu que sou Sá!...

Lima Barreto

***Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, 1919, p. 47-48**

Eram quatro horas e nós tínhamos vindo por deleite até ao Pedregulho. Ao olhar, lá para as bandas do Jockey, a estação da Leopoldina,

Gonzaga lembrou:

– Vamos ao Engenho da Penha?

– Onde é?

– Vocês só conhecem a Tijuca e Botafogo.

O Rio tem mais coisas bellas... E' alli.

E apontou para o lado dos Órgãos. Continuou depois:

– Fica à margem de um canal, de cerca de duas milhas, que separa a ilha do Governador de terra firme.

Parece um rio quando se o vê escorrer mansamente, por entre as terras próximas, singrado de botes, de perus, de canoas, de falúas, cujas velas a viração enfuna amorosamente e os impelle de vagar... Defronte, fica o Galeão, da ilha do Governador, e o Fundão, uma outra ilha, povoados ambos os lugares de mangueiras maravilhosas... Imagina tu que, afora as que o raio poz abaixo, as do Galeão são algumas dezenas em quadrilátero e viram D. João VI... A enfermaria de loucos que ellas ensombram magestosamente, foi casa de residência do Rei simplório e infeliz... Vamos!

Tomamos o trem. Era um dos de Petropolis.

Ia cheio dos taes de que me falava ainda havia pouco Gonzaga. Compramos primeira classe para Bom Successo, mas passamos logo para a segunda. O meu amigo adquiriu um jornal e poz-se a ler. Fiquei olhando a paisagem de mangues, desoladora, desanimadora.

Lima Barreto

***Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, 1919, p. 49-50**

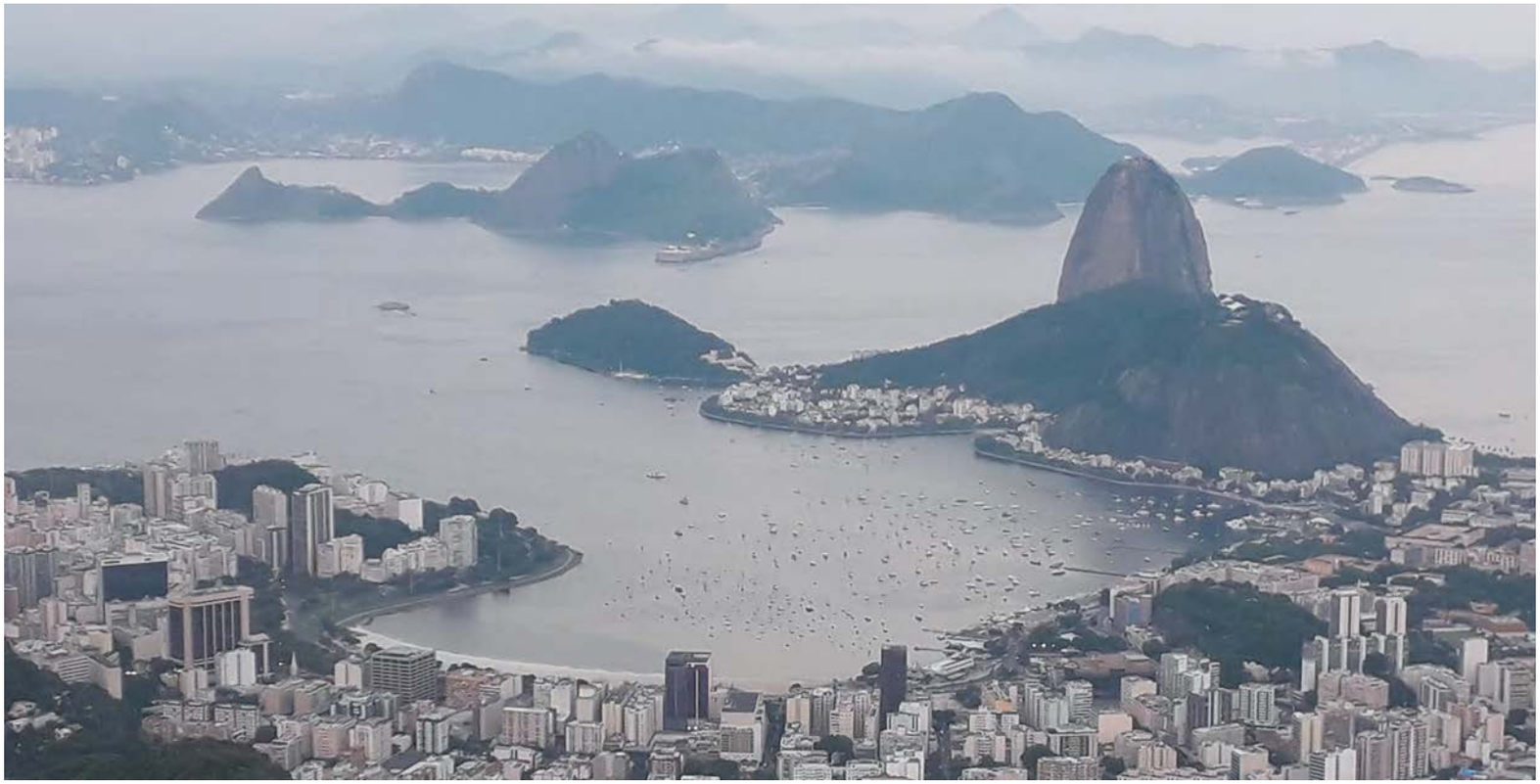


Foto 89 - Vista da Baía de Guanabara a partir do Morro do Corcovado, Rio de Janeiro (RJ). Marcelo Luiz Delizio Araujo, 2019.

Foto 90 - Casarões coloniais, centro de São Luís (MA). Filipe Borsani, 2018.

São Luis e Baía de São Marcos

São Luís e Baía de São Marcos na Geografia

Vi [...], os portugueses chegarem a Pernambuco, bem como a Potengi, e tudo começou como com os franceses. Praticavam o escambo e não pareciam sonhar em se estabelecer no país. Dormiam com absoluta liberdade com as nossas filhas e isso nos dava grande honra. Depois, alegaram que precisavam ficar e que devíamos construir fortalezas e cidades onde ficaríamos todos juntos. Mas não foi tão simples assim, já que, um pouco embaraçados, explicaram que o seu Deus lhes proibia servirem-se de nossas filhas, a menos que as desposassem, o que não podiam fazer enquanto elas não fossem batizadas. Logo depois, afirmaram que precisavam de escravos, eles e os padres também, para cuidarem da casa e trabalharem em seus jardins. Fomos obrigados a dar-lhes escravos, mas não se contentaram, como nós, com os escravos feitos na guerra. Exigiram muitos outros, de tal forma que fomos obrigados, para não nos transformarmos todos em escravos, a deixar a região. Vocês mesmos, no início, contentavam-se em vir nos ver todos os anos e ficar apenas quatro ou cinco luas conosco. Traficavam, dormiam amavelmente com nossas filhas e nós nos estimávamos bem felizes quando nasciam crianças. Depois, partiam com nossas mercadorias para ir buscar na sua terá aquelas das quais precisávamos.

> Agora, você nos trouxe um grande chefe e os padres, o que nos dá bastante prazer. Convenceu-nos a construir um forte, dizendo que era para nos proteger dos nossos inimigos, e os padres, como os portugueses, plantaram cruzes e se puseram a instruir e a batizar. Vocês também, vocês também disseram que não podiam se servir de nossas filhas, senão no casamento e depois de seu batismo. Enfim, no início não queriam escravos, mas agora pedem, vocês também. Eu não tenho receio pois, sendo velho como sou, não corro mais nenhum risco, mas, afinal, digo o que meus olhos viram (PIANZOLA, 2008, p. 58-59)[54].

Geograficamente o Maranhão se encontra na costa norte, delimitada entre o Cabo Calcanhar (Rio Grande do Norte) e o Oiapoque (Amapá). Nesta porção da costa, o ano pode ser dividido em duas estações: a seca, de julho a dezembro (inverno no Hemisfério Sul) quando predominam os ventos alísios de sudeste e a chuvosa, dezembro a junho (verão no Hemisfério Sul) predominando as calmas e ventos do quadrante nordeste. A costa norte conta ainda com uma das ramificações da Corrente Equatorial Sul, que ao se aproximar de Fernando de Noronha (Pernambuco) bifurca-se formando as Correntes do Brasil, que corre no sentindo sudoeste e a Corrente das Guianas, que corre no sentido noroeste acompanhando quase paralelamente à costa.

A costa norte com suas características físicas apresentava-se como um desafio ímpar à navegação à vela. As peculiaridades dos ventos e correntes permitiam quase que exclusivamente uma navegação de leste para oeste, principalmente pela força da Corrente das Guianas, que apresentava grande velocidade, sendo fator substancial na interferência da navegação à vela e que segundo o Almirante Max Justo Guedes (1975, p. 126) "até bem avançado o século XVIII, comandou inteiramente as comunicações entre a costa leste e a costa norte". Prova da dificuldade que se apresentava era o fato de que qualquer erro de rumo, de latitude ou imperícia que levasse a embarcação a passar do ponto de destino, era obrigatório se rumar ao hemisfério norte buscando as Ilhas de Cabo Verde no intuito de encontrar os ventos alísios de nordeste para retornar ao ponto desejado.

A região de São Luís e Baía de São Marcos faz parte do Complexo Estuarino de São Marcos no Maranhão, um ambiente de interfaces costeiras, fruto da confluência do desague de rios e um ambiente marinho. Sobre essa parte da costa entre o Maranhão e o Pará e das características particulares do grande complexo de manguezais que ainda hoje está presente nesse segmento da Costa brasileira, o Padre Yves d'Évreux – religioso francês que participou da expedição de 1612 liderada por Daniel de La Touche, o Senhor de La Ravardière, para o estabelecimento da França Equinocial – relata:

> [...] do outro lado, desde o cabo de Tapuitapera próximo do Maranhão até o rio das Amazonas, há tantas ilhas ao longo das costas do mar que é impossível se aproximar das terras firmes por ali, sobretudo porque estão cheias de certas árvores que chamam aparituries que, de seus galhos, produzem quantidade de brotos, os quais caindo e encostando na terra criam raízes, das quais procedem outras árvores que sobem, das quais provem ainda outros brotos embaixo, que criam raízes na terra como os outros, dai resulta que essas árvores são tão bem entrelaçadas e todas as suas raízes tão ligadas e imbricadas umas nas outras que se diria que se trata de uma única árvore e uma única raiz por todas essas ilhas. E, ainda que só houvesse isso, todas as coisas seriam tão inacessíveis que não há espírito capaz de imaginar se não visse, nem ninguém pode atravessar essas muralhas que Deus e a natureza colocaram em

[54] Este trecho é uma síntese de Pianzola (2008) para o relato de Claude d'Abbeville da fala de MomboréUaçu (Grande Flauta, Grande Trombeta) no conselho dos chefes e dos velhos.

volta desse país, a não ser um espírito puro que pode passar e penetrar em todas as coisas sem impedimento por nenhum corpo, ou então um pássaro que possa levantar voo por cima (PIANZOLA, 2008, p. 68).

Foto 91 - Cais da Sagração, São Luís (MA). Filipe Borsani, 2018.
Na parte superior é possível ver parte do Palácio dos Leões, sede do governo do Maranhão.

A Capitania do Maranhão foi uma das subdivisões do território colonial criada, em 1535, pelo rei D. João III para defender e explorar a Costa brasileira. Sua delimitação é bastante variada nas representações cartográficas e escritas. Os limites da Capitania, por exemplo, se estendiam, mais ou menos, do Cabo de Todos os Santos até a Foz do Rio da Cruz, cobrindo o nordeste do atual Estado do Maranhão, pequena parte do Pará e um extremo da Ilha de Marajó. Já nas últimas décadas do Século XVI, de acordo com Cardoso (2011), essa região – geralmente identificada como uma zona de transição entre os domínios brasileiros e as Índias de Castela – corresponderia grosso modo aos atuais Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, Maranhão e Mato Grosso (ao norte do paralelo 16º)[55]. O mapa do cartógrafo Arnoldus Fiorentinus do final do Século XVI, por sua vez, apresenta o Maranhão como uma região completamente integrada ao Vice-Reinado do Peru enquanto outros registros chegam a representar o Maranhão como uma espécie de "não-Brasil" (CARDOSO, 2011, p. 319).

Também é difusa a origem da nomenclatura Maranhão para designar esta porção da Costa brasileira e de sua hinterlândia. Antes da criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621[56], a região era conhecida por diversas nomenclaturas como "Terra do Rio das Amazonas", "Terra dos Tupinambás", ou mesmo "Terra dos Caraíbas" (CARDOSO, 2011, p. 319). Algumas fontes dizem que o topônimo teria origem na palavra portuguesa maranha, tipo de matagal, ou seja, um grande matagal (CASTRO; CARDEIRA, 2020). Há outras interpretações que se baseiam na ausência de conhecimento do território e nas imprecisões cartográficas da época. Na cartografia do Século XVI, de acordo com Cardoso (2011), o termo Marañón foi utilizado para definir o limite das terras luso-brasileiras ou para nomear o rio que fazia essa divisão, confundindo o Rio Marañón, na Bacia do Vice-Reinado do Peru, com o Rio Amazonas (CARDOSO, 2011, p. 319). Assim, segundo o autor, é possível concluir que o Maranhão era concebido como uma "entidade geográfica" que fazia parte do império hispano-luso, mas sem ainda ter sido abarcada pelo domínio político e militar.

Com o fracasso das primeiras tentativas portuguesas de colonização é só com a ocupação francesa, em 1612, que aquela porção da costa sairá da letargia. Os franceses já vi-

[55] De acordo com Cardoso (2011), em certos períodos do Século XVII também fazia parte do Maranhão o Ceará, este último considerado a fronteira natural do Estado do Brasil.

[56] Território extenso que compreendia porções dos atuais Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Piauí.

nham tentando se apossar de terras na América do Sul com as ocupações na França Antártica – tentativa frustrada de consolidação de uma colônia francesa no Rio de Janeiro, no ano de 1555 – e na Guiana, demonstrando ignorar o Tratado de Tordesilhas, assim como fizeram também os holandeses, ingleses e os próprios portugueses. Vale destacar que a presença de povos europeus não portugueses, assim como em outras partes da Costa brasileira, está presente no imaginário social maranhense até os dias hoje[57]. Assim, criou-se um discurso baseado na "ideologia da singularidade" segundo a qual esta seria a única das Capitais brasileiras fundada por franceses[58] (CARVALHO, 2009).

Foto 92 - Casa grande de antiga fazenda abandonada, onde hoje está localizada a Reserva Extrativista do Quilombo Frechal, Mirinzal (MA). Filipe Borsani, 2018.

A invasão francesa no Maranhão em 1612 e a fundação de São Luís impuseram uma ação por parte da Coroa ibérica (entre 1580 e 1640 as Coroas espanhola e portuguesa estavam unificadas devido à crise sucessória em Portugal) para garantir as suas possessões territoriais e o domínio do acesso à Baía de São Marcos, ao Rio Pará e principalmente ao Rio Amazonas. De acordo com Cardoso (2011), a importância da soberania sob essa região, já amplamente explorada e visitada por diversos reinos europeus, deve ser contextualizada dentro do projeto de domínio do comércio atlântico disputado por eles e dos interesses castelhanos em áreas portuguesas atlânticas, entre os Séculos XVI e XVII. A ocupação portuguesa do Maranhão fazia parte da construção de uma rede defensiva, cuja abrangência atingiria o extremo setentrional do Brasil, sobretudo, as novas áreas ligadas à Capitania de Pernambuco (CARDOSO, 2011).

A ocupação francesa em São Luís e na Baía de São Marcos durou três anos (1612-1615), contudo no pouco tempo que eles estiveram no Maranhão, não apenas fundaram e construíram São Luís – com o estabelecimento de um forte sob rochedo de onde era possível ver os Rios Anil e Bacanga, possivelmente próximo ao Palácio dos Leões (LACROIX, 2008) – como buscaram expandir seus domínios. Meireles (2015) relata que os franceses se articularam com indígenas de Guimarães, Alcântara e Bragança, este último no atual Estado do Pará. Por meio de viagens e fixação de feitorias, eles comercializavam e exerciam poder diplomático enquanto faziam contato com os nativos. Até uma expedição subindo a Foz do Rio Amazonas e seu afluente Rio Tocantins foi realizada pelo comando de La Ravardiére em 1613, expressando o desejo expansionista francês na porção norte da Costa brasileira.

[57] Fato similar pode ser observado na Costa dos Engenhos com a ocupação holandesa.

[58] A fundação francesa não é unânime entre os historiadores já que há correntes que defendem uma origem portuguesa. Vale destacar que a fundação francesa (1612) e posterior conquista portuguesa (1615) é a vertente mais aceita na historiografia. Mais informações a respeito desse assunto podem ser encontradas nos livros *História do Maranhão* de Mário Martins Meireles (2015) e *1612: os papagaios amarelos na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís* de Ana Luiza Almeida Ferro (2014).

Talvez a mais importante contribuição da ocupação francesa venha dos registros, relatos e descrições dos povos e comunidades tradicionais que habitavam a região. Antes da chegada dos europeus, São Luís e Baía de São Marcos eram habitadas pelos maranhaguaras, provavelmente Tupinambás que fugiram da ocupação portuguesa em Pernambuco e Poti (Rio Grande do Norte) (MEIRELES, 2015). Eles possuíam estilo de vida e cultura muito diferentes dos franceses e portugueses que lá estabeleceram feitorias, entre o final do Século XVI e início do Século XVII. O Padre Yves d'Évreux escreveu grande parte dos relatos sobre como se deu a empreitada francesa no Maranhão e deixou registros sobre as populações originais e seus costumes como a nudez naturalizada, o asseio, a organização social e os conflitos dessas sociedades. Outro religioso presente na missão de 1612, o padre capuchinho Claude d'Abbeville registrou que na Ilha de São Luís havia 27 aldeamentos que não eram "[...] mais do que quatro cabanas feitas de grossas árvores ou estacas de madeira, cobertas de cima abaixo por folhas de palmeiras que eles chamam pindo" (D'ABBEVILLE, 1613 *apud* PIANZOLA, 2008, p. 67 e 99).

A retomada de São Luís e da Baía de São Marcos, em 1615, somada à fundação de Belém, em 1616 e à posterior criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1621 são marcos da retomada portuguesa da região, mesmo que ainda sob a bandeira hispano-lusa. Este domínio só viria a ser ameaçado novamente pela ocupação holandesa entre 1641-1644, fruto dos desdobramentos do fim da União Ibérica (1580-1640) e do armistício entre Portugal e Holanda. Contudo, como sabemos, os portugueses não apenas garantiram o domínio sob essa região da costa como expandiram seus domínios pelos sertões brasileiros.

Foto 93 - Chaminé de antigo engenho de cana-de-açúcar no Quilombo Frechal, Mirinzal (MA). Filipe Borsani, 2018.

Consolidação da ocupação

O Maranhão, que por muito tempo esteve associado administrativamente com o Grão-Pará, possuía relações mais próximas a Portugal do que a própria organização colonial brasileira. Os obstáculos naturais dificultavam a navegação a vela naquela região e o contato com a Capital Salvador, sendo o isolamento, um dos motivos da criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621, separado do Estado do Brasil (LEÃO, 2013). Futuramente, o Estado do Maranhão

"sofreu ao longo do tempo, ao sabor do contexto político--econômico reinante, várias alterações na definição de seu território e de seu status, dentro do quadro de unidades administrativas do Brasil Colônia, do Brasil Império e do Brasil República" (FERRO, 2014, p. 485).

No Maranhão, se desenvolveram inicialmente as plantações de cana-de-açúcar e posteriormente, no Brasil Império a produção de algodão. Ambas consistiam em monoculturas com mão de obra de escravizados indígenas e de origem africana. Cacau, baunilha, cravo, âmbar, pimenta, dentre outros artigos, também eram negociados, mas de forma precária e pouco controlada pela Coroa portuguesa durante o período colonial (MEIRELES, 2015, p. 250).

Foto 94 - Barco de pesca, com manguezal ao fundo, no encontro do Rio Guarapiranga com as águas da Baía de Cumã, Guimarães (MA). Filipe Borsani, 2018.

Aos moldes do período mercantilista, foi instaurada em 1755, pelo Marquês de Pombal, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Ela serviu como operadora do comércio de cana, algodão, drogas do sertão entre o Grão-Pará Maranhão e as potências europeias. Em 1778 Maria I de Portugal extinguiu o monopólio da companhia. Mário Meireles afirma que a companhia foi responsável pela abertura da lavoura e do comércio do Maranhão, algo que gerou enriquecimento material e intelectual que elevaram a então Província a uma posição de primeiro plano no cenário nacional (MEIRELES, 2015).

O casario colonial de São Luís, Alcântara e Guimarães é resquício arquitetônico do ápice da opulência gerada pelo dinheiro de tais atividades econômicas. Hoje, é possível observar no centro de São Luís, construções que configuram um verdadeiro patrimônio e que revelam a história da Cidade e do País por meio da arquitetura.

> Os ciclos de algodão, açúcar, arroz e, no início da República, a instalação de fábricas têxteis (especificamente nas duas últimas décadas do mesmo século [XIX]) proporcionaram renda para que não somente grandes empresários, fazendeiros ou autoridades do governo construíssem seus palacetes de luxo, mas também comerciantes, funcionários públicos e profissionais autônomos reformassem suas moradas e acrescentassem escadarias, balcões, beirais, mirantes e, principalmente, os azulejos vindos de Portugal (COSTA, 2015, p. 37).

Além dos conflitos com outras nações europeias, a região também foi marcada por conflitos internos como a Revolta de Cumã (1617-1621), quando populações indígenas se revoltaram contra a possibilidade de escravização; a Revolta de Beckman ou Bequimão, em 1684, quando os irmãos Beckman lideraram um movimento contra o monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão. A mais conhecida das revoltas maranhenses, contudo, ocorreria só no Século XIX. A Balaiada (1838-1841) foi uma revolta de caráter popular contra as classes mais abastadas, fruto de uma confluência de fatores como desigualdade social, crise da economia algodoeira e insatisfação com o regime imperial.

Foto 95 - Vista ampla da Baia de Cumã, Guimarães (MA). Filipe Borsani, 2018.

De certa forma, percebemos que desde os primórdios de sua ocupação a região sempre apresentou certo descolamento ou autonomia em relação ao restante do território brasileiro, seja no Século XVII com a criação do Estado do Maranhão e Grão- Pará apartado do Brasil, seja no reconhecimento da independência do Brasil que ocorreria quase um ano depois da Proclamação (FERRO, 2014).

São Luís e Baía de São Marcos na Literatura

Literatura e escravidão

A literatura maranhense, sobretudo na fração costeira do Estado, teve muitos autores famosos a partir do período romântico da Literatura brasileira. Nos Séculos XVIII e XIX a presença de uma aristocracia rural bem-estabelecida e a maior proximidade com o continente europeu permitiu um movimento de intercâmbio, onde muitos filhos desta e de outros agentes detentores do poder econômico local, foram estudar no Velho Mundo. O resultado disso, na literatura, é a formação do grupo dos Atenienses (LEÃO, 2013, p. 263-297). Os membros dessa elite letrada maranhense muitas vezes ocupavam os cargos públicos. A criação da Academia Maranhense de Letras, em 1908, mostra o quão forte foi esse movimento. Ao longo do Século XX a tradição literária no Maranhão continua forte com nomes como Josué Montello e Graça Aranha.

Foto 96 - Vista interna de um mirante, Alcântara (MA).
Gustavo Medeiros de Pinho, 2018.

A escravidão e o preconceito racial são temas bastante frequentes no pano de fundo dos romances maranhenses dos Séculos XIX e XX. Isso demonstra o quanto é importante a herança cultural deixada pelos escravizados africanos. Tradições como o tambor de crioula e o bumba meu boi ainda estão presentes em muitas Cidades da costa maranhense. São Luís também é conhecida como a Capital brasileira do *reggae*, gênero caribenho difundido majoritariamente pela população negra que habita os países caribenhos.

Hoje o Maranhão é o Estado com maior concentração de comunidades quilombolas e Alcântara é o Município em que a população quilombola está mais presente. Um desses quilombos, o Quilombo de Frechal, no Município de Mirinzal, é um importante símbolo da luta da população negra por direitos. O quilombo tem como origem a fazenda da família portuguesa Coelho Souza no ano 1792 que, abandonada por dívidas, é ocupada e gerida pela população descendente dos africanos escravizados. A área da comunidade é de cerca 10 500 hectares e composta por três comunidades: Frechal, Rumo e Deserto onde se cultivam arroz, feijão, mandioca e milho. Frechal é a primeira comunidade negra reconhecida como Reserva Extrativista de Quilombo.

Os tambores de São Luís

O livro *Os tambores de São Luís: romance* de Josué Montello, publicado em 1975, conta a saga de um personagem negro chamado Damião que até a sua adolescência vivia escravizado em uma fazenda nas proximidades de Turiaçu. A sua sorte muda drasticamente quando o dono do engenho, Dr. Lustosa, morre. Após esse episódio, ele se vê na Capital São Luís estudando para ser padre no seminário. Assim, através de muita luta, esforço e estudo, Damião conquista a sua liberdade em uma Cidade marcada pelas injustiças raciais e a concentração de poder.

A história de Damião está totalmente ligada com a história da costa maranhense e da Cidade de São Luís no Século XIX. O livro mostra a dificuldade de ascensão social vivida pela população negra escravizada, descrevendo as particularidades desse modelo de exploração tanto no campo como na Cidade. Assim, os conflitos narrados ao longo do romance entre essa camada da população e as aristocracias e o clero são constantes. A luta pela justiça racial é muito bem retratada, ao longo da história de Damião. Durante o romance ele constantemente sofre com o racismo e vê o quanto esse problema afeta todos os negros a sua volta. Ele decide fazer algo a este respeito e conta com a ajuda de outros personagens como por exemplo a doceira Siá Genoveva, para libertar escravizados tanto através da alforria como da subversão. O livro demonstra também o ímpeto que a população negra de São Luís tinha em manter suas tradições. As festas ao som de tambores, tradicionais na Cidade de São Luís e ao longo da costa ocidental do Maranhão tem grande destaque na história contada no livro e remetem ao título dele. No livro os grandes eventos como a Balaiada e a Guerra do Paraguai são referenciados. Os últimos capítulos do período escravagista até a Abolição da Escravidão, através da Lei Áurea, também são apresentados ao longo dessa história que começa nos engenhos de cana do Brasil monárquico e termina no período do Brasil República.

Úrsula

Maria Firmina dos Reis era filha de uma "mulata forra que foi escrava do comendador Caetano José Teixeira" (DUARTE, 2018, p. 9-10). Quanto ao pai, o seu nome está ausente da certidão de nascimento. Ela foi a autora do primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil, que foi publicado em 1859. A autora adotou o pseudônimo de Uma Maranhense e fez questão de não referenciar sobrenomes dos personagens e nem topônimos apresentados ao longo do romance *Úrsula*.

Eduardo de Assis Duarte (2018, p. 10) diz que a autora viveu alguns anos na casa de uma tia materna "mais bem situada economicamente" e que talvez isso possa ser a

causa do acesso ao letramento e acesso às obras literárias do romantismo francês e brasileiro. Além disso pelo fato de não haver nenhum indício de educação formal, acredita-se que Maria Firmina se desenvolveu como escritora através do autodidatismo (DUARTE, 2018).

O romance está centrado na história de um homem e uma mulher brancos que se apaixonam, porém sofrem para consumar o seu casamento por conta da perseguição do tio da noiva. A protagonista e o seu "mancebo" sofrem nas mãos desse tio e são ajudados pelos personagens negros escravizados. O casal mostra empatia com esses personagens, o noivo já no início do livro liberta um rapaz escravizado agradecendo o esforço dele em salvar sua vida em um acidente.

Uma passagem que chama atenção no texto do livro é a história da personagem Preta Susana. Trata-se das memórias dela ainda nos "sertões da África" e sua posterior captura, tráfico e escravização. Pelo contexto do período em que foi escrita a obra e da origem da autora trata-se de uma passagem muito importante para compreender o tema do tráfico transatlântico de escravizados. Trata-se de uma vertente que vem ganhando mais atenção nos estudos da história da África e do Brasil.

O prólogo do romance evidencia muito bem como deveria ser a vida das mulheres negras do Maranhão oitocentista. Nele a autora demonstra suas motivações para escrever o romance e a opressão machista presente na cultura e na sociedade.

O mulato

O mulato é o segundo romance de Aluísio Azevedo, escrito no ano de 1881. É reconhecido como a obra inaugural do naturalismo no Brasil. O romance retrata o meio maranhense da época e aborda temas como o preconceito racial, a escravidão, a hipocrisia e corrupção do clero e ainda o provincianismo. Raimundo é mulato, mas ignora a própria cor e a sua condição de filho de escravo. Sendo doutor, estudara na Europa, não consegue entender as reservas que lhe faz a alta sociedade de São Luís. No decorrer do romance, Raimundo se envolve com Ana Rosa. Além dos temas explorados pelo autor, o final da obra, diferente dos clássicos e românticos onde o bem sempre vence o mal, gerou muitas críticas da sociedade na época. O desfecho do livro é significativo deste rompimento com os clássicos românticos visto que aparece Ana Rosa e o assassino de Raimundo supostamente felizes vivendo uma vida burguesa e cuidando dos três filhos.

Noites sobre Alcântara

O Município de Alcântara no Maranhão é nacionalmente conhecido por ser sede do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA base para desenvolvimento e lançamento de foguetes. No entanto, a Cidade possui uma rica história do Período Imperial com boa parte da sua área original preservada. O livro *Noites sobre Alcântara: romance* de Josué Montello, publicado em 1978, se ambienta na decadência da Cidade junto a sua velha aristocracia no final do Século XIX. Alcântara, até então uma Cidade rica instalada em um cenário paradisíaco, com seus barões e viscondes, seus sobrados e mansões frutos da riqueza oriunda das salinas e fazendas de gado, engenhos de açúcar e cultura de algodão e às custas do trabalho de escravizados, se vê abalada com as mudanças que o período histórico apresenta. A Guerra do Paraguai, as mudanças na dinâmica capitalista e as

novas ideias políticas e filosóficas que pressionam pela Abolição da Escravidão e implementação da República abalam as bases da monarquia vigente.

Nesse contexto a narrativa estabelece um paralelo entre a decadência de Alcântara e a decadência dos seus personagens que tentam com todas as forças manter seus padrões de riqueza de um passado opulento. A crise econômica se agrava e a população da Cidade não parece fazer nada para que a situação se altere, as tradições e o conservadorismo são marcas muito fundas e não permitem mudanças. Ao longo do livro vão sendo apresentados diversos personagens com suas angústias e um conformismo baseado no que o passado fundamentou. Em meio à crise os habitantes se dedicam a vender suas posses no intuito de manter os padrões de nobreza e a garantia de seus títulos.

Passagem marcante é a construção de dois palácios para receber o imperador em uma visita à Cidade que nunca aconteceu. Os Partidos Liberal e Conservador disputam a possível atenção do monarca com altos gastos garantidos por seus membros mais influentes que já não tinham condições financeiras de conduzir tais investimentos. As obras seguiam "a despeito de já haver na cidade alguns sobrados vazios e ser menor, muito menor mesmo, ao romper da manhã ou ao cair da tarde, o movimento dos barcos, das canoas e das igarités, na enseada de Alcântara" (MONTELLO, 1984, p. 142). Os palácios nunca ficaram prontos e são ainda hoje símbolo de um passado que não aconteceu.

Foto 97 - Vista de casarões, Alcântara (MA). Gustavo Medeiros de Pinho, 2018.
Na parte superior é possível ver os "mirantes", cômodos muito descritos no romance de Josué Montello.

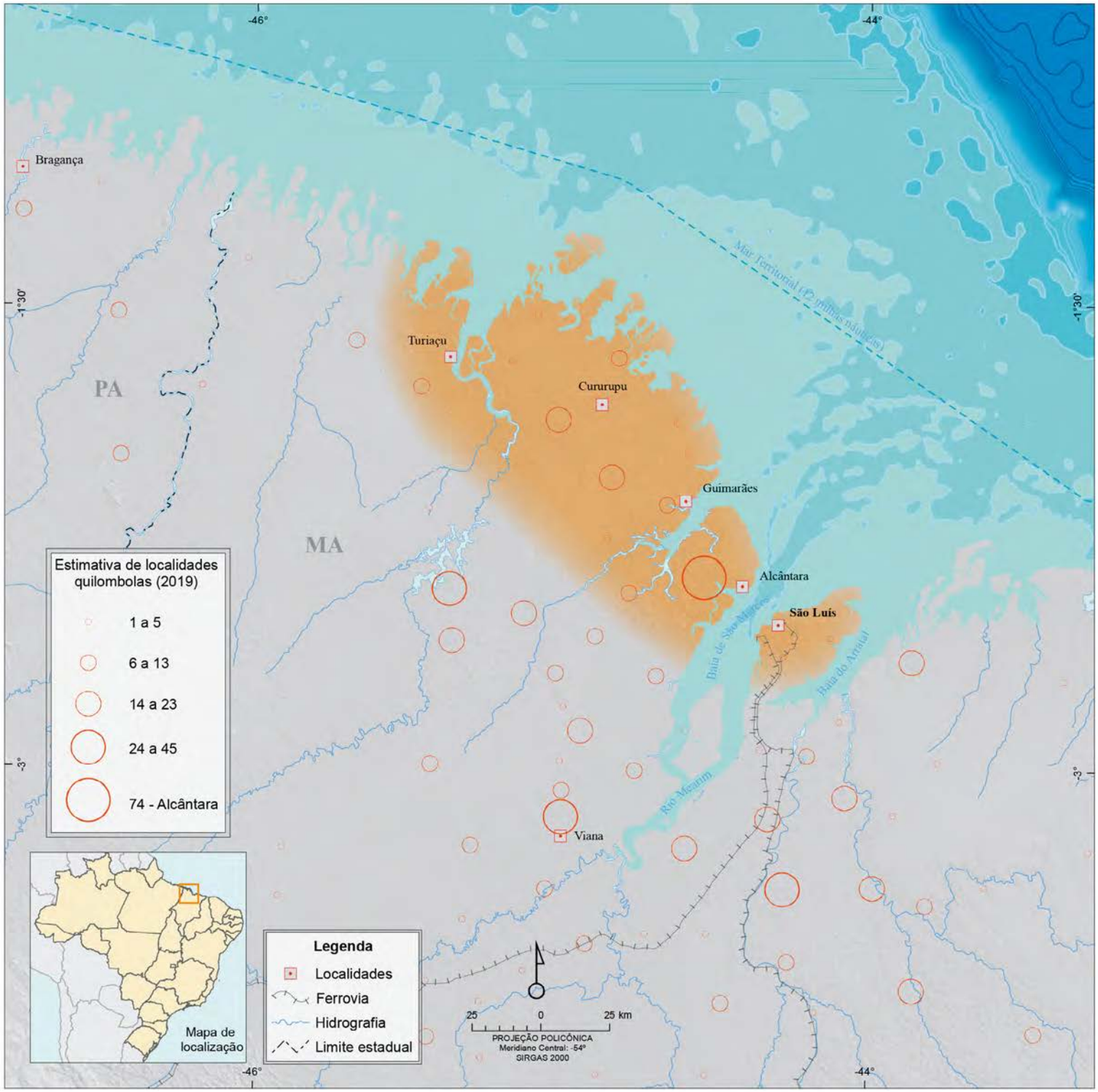
Foto 98 - Ruínas da Igreja de São Matias, Alcântara (MA). Gustavo Medeiros de Pinho, 2018.

Aos poucos a Cidade vai se despovoando, termômetro disso é a movimentação cada vez menor do Porto do Jacaré, porta de entrada de Alcântara no Século XIX. É pela movimentação de embarcações que a vida acontecia: informações da Capital e da nação, mercadorias, artigos de luxo etc. A conexão com a Capital São Luís é muito forte, é no vai e vem das embarcações atravessando a Baía de São Marcos que os personagens vão atrás de resolver seus problemas mais importantes. Fato marcante é que com a crise e o consequente abandono da Cidade pela nobreza, os escravizados ficam à própria sorte (ALMEIDA, 2008) em uma Cidade decadente. Muitos fogem da Cidade e das fazendas, alguns poucos são alforriados, outros permanecem nas fazendas abandonadas e esse movimento pode estar na origem da grande profusão de territórios quilombolas em Alcântara e no Maranhão.

Josué Montello usa a descrição como ferramenta constante para uma ambientação bem detalhada do romance e da crise que conduz a estória, é possível conhecer a Cidade, costumes e festas, geografia e cenários de Alcântara na riqueza dos detalhes. Muitas Cidades pelo País viveram a mesma situação no final do Século XIX, por isso o romance apesar de maranhense tem um alcance nacional.

MAPA 7

São Luís e Baía de São Marcos



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 7. IBGE. *Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: mar. 2021.

Nota: O recorte representa a região de São Luís e Baía de São Marcos tratada neste capítulo. Estão indicadas as principais rodovias.

Região e Romance[59]

Novamente havia passado a estação das grandes chuvas. Vinham agora as noites límpidas, de céu estrelado, com os bandos de garças e de guarás voando baixo pelo cair da tarde. Aos domingos, na capelinha, o velho Quincas Nicolau, todo curvado, sempre com um bastão para escorar o corpo, a barbicha rala algodoando-lhe o queixo, fazia as vezes do padre, numa espécie de missa a seu modo, e era ele também que fazia os batizados e encomendava os mortos à beira da cova. Depois à noite, no terreiro, rodavam as danças ao som do tambor, dos ogãs e das cabaças, que o coaxar dos sapos, perto, parecia acompanhar.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 22

Por sorte sua, dois dias depois, o Egídio Carpinteiro, que também tinha voltado do quilombo, apareceu morto com uma facada no peito, no mesmo pedaço de estrada em que fora encontrado o Samuel. E como a faca estava no talho, com a mão do morto junto ao cabo, logo se viu ele próprio se tinha matado.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 32

Ali na fazenda ninguém suportara a penitência do tanque. Antes de Damião, dois escravos tinham fugido, preferindo a aventura na mata àquele castigo infindável. Um terceiro, o Balduíno, enforcara-se numa das escápulas da senzala, antes de findar o primeiro mês.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 37

Damião subiu deixando o chapéu no descanso do alpendre, enquanto o Dr. Lustosa, à frente da cadeira, acomodava melhor a mão n cabo da palmatória.

– Doutra vez, voltas ao tronco – advertiu-o, preparando-se para a bordoada rija, de pernas levemente abertas para dar toda a firmeza ao corpo. – Vem mais pra frente – Ordenou.

Damião viu o braço levantar-se e prender um pouco para trás, para voltar a descer firme sobre a sua mão espalmada. Não olhou o efeito da pancada, com a vista fixada no rosto do senhor, mas teve a impressão, pela dor e a violência do golpe, que a sua carne tinha ficado partida. Outra vez o braço subiu, tornou a descer, e mais uma vez o negro retesou os músculos do rosto, endureceu bem as pernas, sentindo escorregar-lhe da testa lisa os primeiros fios de suor. A pancada caiu-lhe em cheio na palma da outra mão, e ele estremeceu, reprimindo o grito que lhe quis forçar a boca.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 36

Dom Timóteo, assim que chegou a São Luís, tomou-lhes o partido, e entrou a perseguir os esposos adulterinos. Foi um deus-nos-acuda. A Câmara inteira ficou contra o Bispo. E o Governo também. Mas Dom Timóteo não se intimidou: caiu-lhes em cima, com unhas e dentes. Sua Ilustríssima andava mijando fora do caco conjugal? Pois devia ter mais cuidado onde o mijo lhe caía, sob pena de ser preso e excomungado, além de ser seus escândalos denunciados do púlpito da Sé, na missa de domingo

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 42-43

Foto 99 - Porta de sobrado em ruínas com vista para a Igreja Nossa Senhora do Carmo, Alcântara (MA). Gustavo Medeiros de Pinho, 2018.

[59] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

A noite já havia fechado. E como a lua só ia aparecer por volta das oito horas, a escuridão se adensara em toda a volta da casa-grande, destacando o retângulo das janelas nos aposentos iluminados. No terreiro, uma fogueira começava a arder, crepitando as primeiras faíscas, e breve se ouviu a batida tímida de um tambor. Em seguida, quando o fogo estralejou, com as labaredas dançando sobre os toros de madeira, outros tambores retumbaram, no compasso ligeiro de ferraduras nas cavalhadas.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 72-73

Alguns minutos mais, e o disco vermelho do sol apontaria no amplo céu de raras nuvens esgarçadas. Com pouco rolariam as moendas, rangeriam os carros de bois na estrada, as espirais de fumaça subiriam da chaminé da casa de farinha, enquanto levas de negros de dorso nu, enxada ao ombro, desciam às extensas plantações de cana e algodão, para abrir os regos por onde se escoariam as chuvas do inverno.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 80

Quando pisara na Rampa de Palácio, quase caíra, não sabendo como dividir a atenção – entre os pés, que pisavam as pedras do calçamento, e os olhos, que tudo queriam ver, ladeira acima. Institivamente segurara o braço do companheiro, em busca de apoio. E só lá no alto, já no largo do palácio, tinha-se desprendido do Chico Benedito.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 114

Mais adiante, depois da fachada comprida do palácio do governo era a amurada sobre o Cais da Sagração, com rampa de pedra que ia até o mar. Tudo deserto, àquela hora de sol forte.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 118

E que lhes davam em troca disso? A sujeição ao chicote. Não, não era mais possível continuar assim. Na realidade, só faltava que alguém os unisse, orientando-lhes o sentimento da revolta. Não fora assim no tempo da Balaiada? E a Balaiada tinha sido em pleno sertão, sem os recursos da capital, cada negro a lutar como podia, `s vezes com uma pedra uma faca de cozinha, ou um pedaço de pau.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 216

Ainda com as sobrancelhas contraídas, entrou na Rua da Paz contornando o Convento do Carmo. Na esquina do Beco do Teatro, parou de repente: em vez de atravessar a rua, para continuar o seu caminho, deixou-se ficar à borda da calçada. Dali, olhando na direção da Rua Grande, podia ver a massa compacta do sobrado de Donana Jansen, dominando a outra esquina com seu renque de janelas guarnecidas de sacadas de ferro.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 247

Um lote de escravos, que chegou anteontem do interior, já estava vendido. E vendido a preço razoável. Foi tudo arrematado por gente do Sul.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 320

E como, no Sul, a campanha pela abolição do cativeiro ia crescendo, com repercussão nos jornais de São Luís, muitos fazendeiros e donos de engenho, tanto na baixada quanto no sertão maranhense, iam tratando de vender para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro sucessivas levas de escravos pelo preço que encontravam.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 419

E foi então que veio a saber, com espanto, sombreando o olhar, que tinham aparecido em São Luís uns senhores bem-falantes, com as carteiras de crocodilo atulhadas de boas cédulas, a dizerem maravilhas dos seringais amazônicos, onde havia ocupação de sobra para quem quisesse trabalhar: com um pequeno machado, uma caneca de flandres e boa disposição física, qualquer pobre sairia da selva com muito dinheiro no bolso, ao fim de poucos meses, bastando dar um talho na casca da seringueira e deixar ali a caneca para receber o leite, que não cessava de escorrer. Desde logo começou a trafegar, de São Luís para Belém, uma nova frota de embarcações negreiras – a que levava no seu bojo, para despejá-los nos seringais, os negros livres recolhidos no Maranhão. Somente um desses navios tinha levado, de uma vez, mais de quinhentos, e nenhum destes desconfiou que, lá adiante, jogados na floresta, iam defrontar-se novamente com o chicote, o tronco e o feitor, de que se tinham libertado com a lei de 13 de maio.

Josué Montello

Os tambores de São Luís: romance, 1975, p. 460

Não é vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação

dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.

Maria Firmina dos Reis

Úrsula: romance, 2018, p. 25

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura, asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse último extremo — davam-se a morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades.

Úrsula*: *romance, 2018, p. 103

O Casusa arranjou-se com a segunda e prosseguiu, depois de repetir os versos já cantados; ao passo que o Freitas, na janela, importunava Raimundo, a propósito do autor daquela poesia e de outros vultos notáveis do Maranhão "da sua Atenas brasileira" como a denominava ele. O cônego fugiu logo para a varanda, covardemente, com medo à seca. – Não sou bairrista, não senhor... dizia o maçante, mas o nosso Maranhãozinho é um torrão privilegiado!... E citava, com orgulho, "os Cunha, os Odorico Mendes, os Pindaré e os Sotero et cetera! et cetera!" O seu modo de dizer et cetera era esplêndido! – Temos os nossos faustos, temos!

Aluísio de Azevedo

O mulato, 2015, p. 78

Passou então a falar nas belezas da sua Atenas: no dique das Mercês, "estava em construção, mas havia de ficar obra muito de se ver e gostar..." afiançava ele cheio de gestos respeitosos. Falou do Cais da Sagração, "também não estava concluído", dos Quartéis, "iam entrar em conserto", na igreja de Santo Antônio, "nunca chegaram a terminá-la, mas se o conseguissem, seria um belo templo!" Elogiou muito o teatro São Luís. "Dizia o cônego que era o São Carlos de Lisboa, em ponto pequeno!"

Aluísio de Azevedo

O mulato, 2015, p. 78

E, chegando a boca a uma orelha do outro: – Olhe, meu Sebastião, aqui no Brasil vale mais a pena ser estrangeiro que filho da terra!... Você não está vendo todos os dias os nacionais perseguidos e desrespeitados, ao passo que os portugueses vão se enchendo, vão se enchendo, e as duas por três são comendadores, são barões, são tudo! Uma revolução! – exclamou repelindo o Campos com ambas as mãos. Uma revolução é do que precisamos!

Aluísio de Azevedo

O mulato, 2015, p. 207

E Raimundo, ali, no desconforto do seu quarto, sentia-se mais só do que nunca; sentia-se estrangeiro na sua própria terra, desprezado e perseguido ao mesmo tempo. "E tudo, por quê? [...] pensava ele, porque sucedera sua mãe não ser branca! [...] Mas do que servira então ter-se instruído e educado com tanto esmero? do que servira a sua conduta reta e a inteireza do seu caráter? [...] Para que se conservou imaculado? [...] para que diabo tivera ele a pretensão de fazer de si um homem útil e sincero? [...]" E Raimundo revoltava-se. "Pois, melhores que fossem as suas intenções todos ali o evitavam, porque a sua pobre mãe era preta e fora escrava? Mas que culpa tinha ele em não ser branco e não ter nascido livre? [...] Não lhe permitiam casar com uma branca?"

Aluísio de Azevedo

O mulato, 2015, p. 208

Primeiro, deu a bexiga, e levou mais da metade dos pretos. Outros fugiram por este mundo de meu Deus, com medo da peste. Eu mesmo perdi a mulher e dois filhos. Os carros de boi que vinham buscar o açúcar e a farinha, para embarcar para São Luís, deixaram de aparecer por aqui. Perdemos três safras, uma atrás da outra.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 123

Ao descer pelo caminho das antigas plantações de algodão e cana, só viu o mato denso tomando o chão com uma força de reconquista [...]. A floresta reapossara-se de seus domínios primitivos.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 125

De vez em quando vêm aqui me dizer que isto tudo é praga. Praga rogada contra Alcântara. O que sei dizer é que a praga que apareceu na Boa Nova foi a bexiga. Me matou muito negro. E não foi só aqui. Por outro lado, muita gente mandou seus pretos para a guerra no Paraguai.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 128

Ali no palacete, com certeza, ninguém sabia que Alcântara tinha os seus dias contados. Ou então, se sabia, tratava de procurar esquecer.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 131

Desse modo, à mesma época, e com a mesma imponência, os dois palácios começaram a ser construídos: um, no Largo do Carmo, defronte da igreja; outro, na esquina da Rua Grande com a Rua Direita, quase ao lado da igreja. Do palácio, do Largo do Carmo encarregou-se o Capitão João Saraiva; do outro, o Alferes Lobato. E como uma obra ficava perto da outra, o tinido das pás, o bater dos martelos, o quebrar das pedras, o rolar dos carrinhos de mão, o ruído dos serrotes, a pancada das talhadeiras, desde que o dia apontava até a noite alta, sob a luz dos archotes, como que se respondiam, com os negros de dorso nu misturando as pedras no azeite de peixe, cavando as valas dos alicerces, aprumando as paredes de uma braça.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 139

De vez em quando vêm aqui me dizer que isto tudo é praga. Praga rogada contra Alcântara. O que sei dizer é que a praga que apareceu na Boa Nova foi a bexiga. Me matou muito negro. E não foi só aqui. Por outro lado, muita gente mandou seus pretos para a guerra no Paraguai.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 139

Sempre que o canhão do Forte de Santo Antônio estrondava um tiro, anunciando barra adentro um vapor vindo do Sul, o Comendador descia à Praia Grande para esperar os jornais da Corte. De volta, no seu sobrado, ia diretamente à coluna que costumava trazer a relação dos novos agraciados pela mercê imperial. Em breve – tinha certeza – o seu nome ali figuraria, com título correspondente. Barão? Conde? Visconde? Barão que fosse! Mas Barão com grandeza! E no aconchego desse sonho, antevia a própria emoção, ali no sobrado, ao receber a comunicação oficial. Com certeza o Presidente da Província viria a Alcântara. Viriam também o Bispo, o Presidente da Assembléia, o Comandante do 5º Batalhão de Infantaria, o Comandante da Guarda Nacional, deputados, senadores, altos funcionários, os colegas da nobreza. E todo o sobrado seria pouco para receber a multidão de amigos que viriam cumprimentá-lo...

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 146

Em segredo, chegou a escrever para Paris, mandando preparar o modelo de seus cartões de visita: com o nome em relevo, Barão de Ventura Lopes, encimado por uma coroa. E quando o modelo chegou, trancou-se na sala da frente de seu sobrado, em companhia de sua mulher, e juntos fruíram a ventura particular que o pedacinho de cartolina lhes proporcionava.

E foi ele que suspirou, caindo em si:

– E se depois de tanta luta, de tanto sonho, de tanto sacrifício, o título não vier?

Ela o animou, convicta:

– Vem, e por que não? Vem. Tens direito.

– Mesmo que o Imperador não venha ao Maranhão, já se sabe lá no Paço que sou eu, aqui em Alcântara, que estou à frente das obras do Palácio, no Largo do Carmo. Daí para o título é um passo. E esse passo eu estou dando. Deus é testemunha.

E desde então, para que ambos se fossem acostumando com a nova vida, passaram a chamar-se de Barão e Baronesa, quando estavam sós, à mesa do almoço e do jantar, ou na alcova, já deitados, com a chave passada na porta [...]

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 147-148

Seis meses de chuva, seis meses de estio. E é sempre assim. Em Paris as estações se sucediam, com a neve, as flores, o calor, as folhas caídas. Aqui, sempre o verde: molhado, no inverno; luminoso, no esteio.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 162-163

Andei raspando um susto, nestes últimos dias. Grande parte dos nossos títulos estava ameaçada de baixa, com a crise da província. Crise de mão-de-obra, crise de recursos, crise de exportação. Resultado: duas falências retumbantes, que abalaram a praça de São Luís.

Josué Montello

Noites sobre Alcântara: romance, 1984, p. 206

Aos poucos, em seu redor, a cidade se ia despovoando. Ali no largo, já três sobrados estavam fechados. Adiante, na Rua das Mercês, outras duas casas. Perto do Natal, foi a vez do sobrado de esquina da Rua Grande, residência da família Sampaio.

Josué Montello

***Noites sobre Alcântara: romance*, 1984, p. 282**

Já a tarde começava a declinar, bafejada por uma brisa suave que varria a rua. Não tardariam a regressar à cidade, com a luz quebrada do entardecer, as andorinhas e as igarités de pesca. E como que havia ainda um remanso de sesta no sossego das árvores, no silêncio das casas, no ermo das ruas e praças. Onde andariam as antigas carruagens de Alcântara, com seus forros de veludo, suas portas brasonadas e seus belos cavalos arreados de prata? Também não se ouvia o tinido leve das sandálias das negras nas pedras das calçadas.

Só a paz opressiva da cidade em agonia, com uma rótula batendo, a poeira dançando no vento, o ar recolhido das janelas fechadas, e aquele retinir cadenciado das ferraduras do cavalo de Natalino, que seguia passo a passo, preguiçosamente, ladeira cima, como se também ele, assim moroso, se houvesse impregnado da melancolia circundante.

Josué Montello

***Noites sobre Alcântara: romance*, 1984, p. 307-308**

Andando o tempo, Alcântara se sepultaria sob as suas próprias ruínas. O mato viçoso, que ameaçava alastrar as suas toiceiras e as suas moitas pelo perímetro urbano, já subira ao beiral de muitas casas fechadas, crescendo nos telhados com um ar triunfante.

Josué Montello

***Noites sobre Alcântara: romance*, 1984, p. 362**

Foto 100 - Entrada principal de um dos castelos em construção que nunca foram concluídos, Alcântara (MA). Gustavo Medeiros de Pinho, 2018.

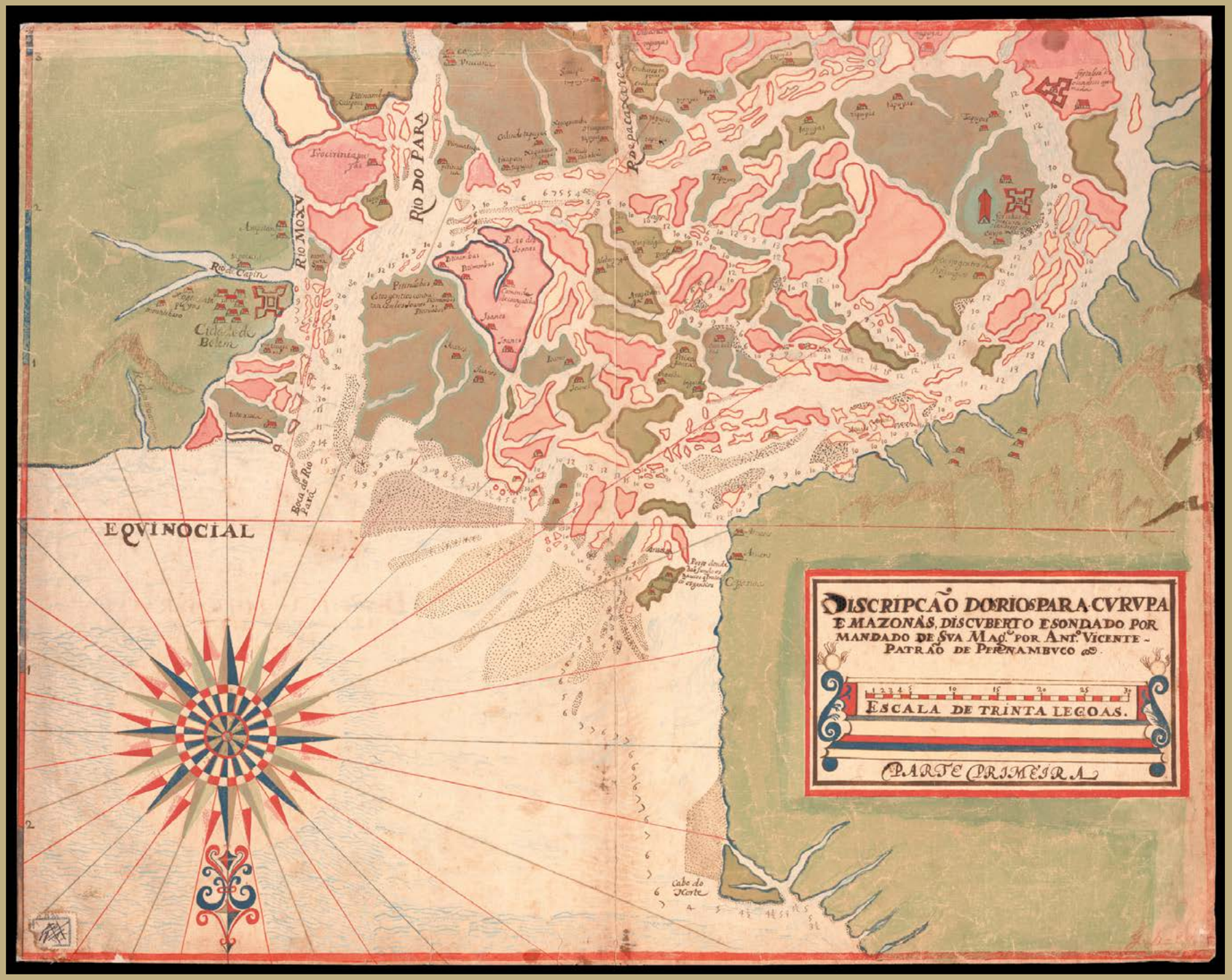

DISCRIPCÃO DOS RIOS PARA CURUPA
E MAZONAS, DISCUBERTO E SONDADO POR
MANDADO DE SUA MAG.DE POR ANT.O VICENTE -
PATRÃO DE PERNAMBUCO &c.
ESCALA DE TRINTA LEGOAS.
PARTE PRIMEIRA
EQUINOCIAL
RIO DO PARA
RIO MOXU
Rio de Capin
Cidade de Belem
Boca do Rio Paru
Cabo do Norte

Figura 17 - Uma das primeiras representações cartográficas da Foz do Rio Amazonas

Fonte: COCHADO, A. V. *Discripção dos Rios Para Curupa e Amazonas*. [1623]. 2 mapas, des. aquarelado, color., 46,5 x 59 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004842/cart1004842.pdf Acesso em: fev. 2021.

Belém e Foz do Rio Amazonas

Belém e Foz do Rio Amazonas na Geografia

Assim como os demais, o presente capítulo deste *Atlas* aborda a formação do território que atualmente corresponde ao Brasil a partir da implementação do projeto colonial português. É sabido que o território se encontrava amplamente ocupado quando da invasão colonial. Segundo estimativas apresentadas pelo IBGE (OS NÚMEROS..., [2000]), em 1500 havia mais de 2 430 000 indígenas, número que, dada a violência do processo de dominação do território que acarretou o extermínio de diversos grupos, caiu para cerca de 890 000 indígenas, divididos entre 305 etnias e com 274 línguas indígenas identificadas no País em 2010, segundo dados do Censo Demográfico 2010, divulgados em 2012.

A embocadura do Rio Amazonas é, ainda nos dias atuais, estratégica para o acesso ao Oceano Atlântico pela Bacia Amazônica. Durante o processo de colonização e dominação do território pelos invasores europeus, a região se caracterizou como um ponto de disputa de diversas nações para domínio do território, resultando em formas específicas de organização espacial. De acordo com Corrêa (1987), a periodização espacial refere-se ao recurso de evidenciar momentos diferenciados na História que implicam na formação da organização espacial de determinados lugares, privilegiando a sequência de tempos e não a diferenciação das áreas. Assim, temos que periodização e regionalização são trabalhos intelectuais diferentes, por mais que pertençam ao mesmo arcabouço teórico da lei de desenvolvimento desigual e combinado, já que as diversas organizações espaciais são resultado da combinação desigual de elementos espaço-temporais.

Nessa perspectiva, considera-se o início da ocupação militar da embocadura do Amazonas a fundação da Cidade de Belém, em 1616, ano de início da construção do Forte do Presépio (TAVARES, 2008). Trata-se do período de invasões holandesas, francesas e inglesas nos Estados do Maranhão e de Pernambuco, mobilizando a Coroa portuguesa a ocupar e defender as áreas relativamente próximas a essas Capitanias. Além disso, já estava em disputa o território de onde eram extraídas as "drogas do sertão", produtos como canela, cravo, raízes, entre outros, que eram levados à Europa. Nesse contexto, são fundados, pelos portugueses, os núcleos de São Luís do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665).

As funções iniciais do núcleo urbano de Belém eram, portanto, de defesa do território e de ponto de penetração e conquista de terras (CORRÊA, 1987). A expansão do domínio português em direção à Bacia Amazônica se concretizou quando o controle de São Luís foi estabelecido.

Foto 101 - Panorâmica do Forte do Presépio, área central de Belém (PA). Evelyn Andrea Arruda Pereira, 2017.

Após o encerramento da disputa com os franceses no Maranhão, em 1615, foram enviadas três embarcações rumo à Foz do Rio Amazonas com o objetivo de estabelecer fortificações que garantissem o controle de Portugal sobre a navegação na bacia desse grande rio, onde holandeses e ingleses já realizavam comércio das drogas do sertão e haviam estabelecido pontos de apoio com suas próprias fortificações. Ainda que houvesse tratados europeus que definiam que nação dominaria a região, a Bacia Hidrográfica do Amazonas era uma área em disputa e o estabelecimento de edificações era o primeiro passo para consolidar o domínio.

Dessa forma, em 12 de janeiro de 1616 teve início a construção do Forte do Presépio, localizado em um ponto de larga visão da Baía do Guajará. A Cidade de Belém se desenvolveu a partir do Forte (CORRÊA, 1987), que permanece onde hoje é a área central da Cidade (Foto 101). Na época, entretanto, não se tratava de uma construção de material durável. Como descreve Graciete Guerra da Costa (2015, p. 19):

> As primeiras fortificações construídas pelos portugueses na Amazônia eram precárias. Em alguns lugares não havia pedra. Tal fato obrigou a construir vedações de estacas de madeira ou paliçadas de pau-a-pique, com torres de madeira e taipa nos vértices; eram algumas vezes reforçadas na base com terra batida, circundadas por fossos mais ou menos profundos. A mão-de-obra era composta sobretudo por índios descidos, ou seja, capturados em tropas de resgate e removidos de seus locais originais de habitação.

A mão de obra empregada na construção do Forte foi de população indígena que já habitava a região, sobretudo os Tupinambá, grupo conhecido por sua resistência histórica, mas que, mesmo assim, foi praticamente exterminado cerca de um ano depois do início das obras, contando atualmente com apenas 5 851 indivíduos de acordo com o Censo Demográfico 2010 (2012). Depois de estabelecido, o Forte do Presépio passou a ser o ponto de apoio principal, em um primeiro momento, para a derrota das outras ocupações europeias em curso na região e, posteriormente, para as incursões pela Planície Amazônica.

Foto 102 - Naufrágio na Praia de Ajuruteua, Bragança (PA).
Evelyn Andrea Arruda Pereira, 2017.

A navegação de entrada na Baía do Guajará apresentou desafios, tendo em vista a conformação da faixa litorânea em reentrâncias sucessivas denominadas rias, presentes desde a Baía de São Marcos até a Ilha do Marajó. Trata-se de uma forma litorânea singular, originada em vales afogados paralelos de antigos rios, sujeitos à forte variação de marés característica da região. Assim, a navegação através desta costa sem o conhecimento prévio do seu desenho, regime de ventos e marés apresentava risco constante de naufrágios (Fotos 102 e 103).

É importante ressaltar a posição estratégica do núcleo urbano de Belém, do ponto de vista geográfico: por estar localizada na embocadura secundária e meridional do Rio Amazonas, a Cidade estava protegida do oceano e, ao mesmo tempo, estava longe do estuário norte, conhecido pela violência das águas e dos ventos que dificultavam a navegação à época. Dessa forma, Belém garantia uma posição que permitia o acesso e o controle do litoral e do Vale do Rio Amazonas (CORRÊA, 1987), e foi nessas duas direções que a Cidade se expandiu inicialmente (ARAÚJO JÚNIOR; AZEVEDO, 2012).

Segundo Tavares (2008, p. 59), outra estratégia para garantir o domínio do território foi a criação de Estados. Assim, em 1621 foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Apenas em 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi criado, tendo Belém como sede. Esses dois Estados tinham vínculos administrativos diretamente com Portugal, tendo também maior autonomia militar.

Um dos fatores que explica essa relativa independência que as autoridades do Estado do Maranhão e do Grão-Pará tiveram desde o início da ocupação portuguesa na região é o regime de ventos para navegação, que facilitava a comunicação direta mais rápida com Lisboa do que com Salvador, então Capital do Estado do Brasil (GADELHA, 2002).

Entre os anos de 1616 e 1632, o objetivo dos portugueses era eliminar o comércio realizado por outras nações europeias na região. Assim, em 1623, portugueses derrotaram holandeses no oeste da Ilha do Marajó, onde estabeleceram, no exato lugar onde havia o Forte do Mariocai, construído pelos holandeses em 1610, a segunda fortificação portuguesa na região, chamada Forte de Santo Antônio de Gurupá. Tratava-se de uma posição estratégica no Rio

Amazonas, próxima à Foz do Rio Xingu e aos furos[60] que dão acesso ao sul da Ilha do Marajó, onde se localiza Belém (COSTA, G., 2015, p. 28).

No ano de 1625, outros dois fortes foram eliminados: o Forte de Mandiatuba, localizado no Rio Xingu, de domínio holandês, e o Forte de Tucujús, próximo à Foz do Rio Jari, no Amapá, pertencente, então, aos ingleses. Entre 1629 e 1631, foram eliminadas a Fortificação de Torrego e Felipe, onde havia ingleses e holandeses na margem do Rio Amazonas no Amapá. Por fim, em 1632, na Ponta da Cascalheira, localizada na Foz do Rio Amazonas a 12 km ao sul de Macapá, foi derrotada a última fortaleza não portuguesa: a Fortaleza de Camaú, de domínio inglês (CORREIA FILHO, 1942, p. 269-270).

Foto 103 - Farol de Salinópolis, Cidade fundada em 1656 com o objetivo de auxiliar a navegação de entrada na Baía do Guajará, Salinópolis (PA). Evelyn Andrea Arruda Pereira, 2013.

[60] Ab'saber (2003, p. 70-71 *apud* COSTA, G., 2015, p. 28) define "Furo: É sempre um canal fluvial sem correnteza própria, que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação. Existem furos que interligam braços de rios no meiode uma planície. Outros cortam ilhas fluviais, transversal e obliquamente (Furos do arquipélago fluvial das Anavilhanas). No estuário do Pará existe verdadeiro labirinto de furos sob a forma de delta no fundo do estuário".

Após 1632, ainda houve registros da presença de comerciantes de outras nações europeias no Rio Amazonas, mas a ausência do apoio fortificado fez a prática se reduzir. O forte português a sofrer um dos últimos ataques diretos de forças de outros reinos europeus foi o Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru, localizado em Almeirim. Construído em 1680, quando já havia outros fortes a montante no Rio Amazonas, foi atacado em 1697 por franceses oriundos de Caiena, na Guiana Francesa, após já haverem tomado o Forte de Santo Antônio de Macapá (COSTA, G., 2015). Com a retomada do forte por militares portugueses e religiosos e o fim dos ataques, a função desta e das demais fortificações passou a ser o apoio à navegação sentido oeste e às missões religiosas.

A organização socioespacial, nesse momento de ocupação até meados do Século XVIII, esteve baseada na implantação de fortes, aldeias missionárias e exploração da mão de obra indígena (CORRÊA, 1987). O projeto colonial garantia o domínio por meio da violência direta e indireta, sendo os missionários, de diversas ordens religiosas cristãs, responsáveis pelo aldeamento indígena, assegurando o controle sobre os indígenas, bem como o controle da produção extrativista, baseada na exploração da mão de obra dessas populações. Os aldeamentos indígenas deram origem a diversos núcleos urbanos da Amazônia articulados a Belém (CORRÊA, 1987).

Na região da costa do Pará foram criados outros núcleos importantes, como Bragança, segunda Cidade mais antiga do Pará, cujas origens remetem a 1622, tendo sido transferida em 1663 para o lugar onde se encontra atualmente, nas margens do Rio Caeté (Foto 105); Cametá, fundada em 1633 e elevada a Capitania em 1634, localizada nas margens do Rio Tocantins; e Vigia, criada em 1639, tendo como origem a Aldeia dos Uruitás (TAVARES, 2008).

Foto 104 - Forte de Macapá (AP). Evelyn Andrea Arruda Pereira, 2012.

Nesta última Cidade, de posição estratégica no curso de entrada na Baía do Guajará, a navegação apresenta importância fundamental, sendo o local de produção de um tipo de embarcação denominada *vigilenga* (presentes na Figura 18, ancoradas nas docas do Mercado Ver-o-Peso em Belém retratadas pelo artista plástico Percy Lau em 1948).

Em 1936, o romancista paraense Raymundo Moraes descreve a importância das vigilengas na paisagem litorânea e estuarina, oferecendo um panorama dos fluxos que conectam os núcleos urbanos desta região:

> Quem rompe do Atlantico, canal de Bragança a dentro, diretriz de Belem, começa a ver pintalgada de velas brancas e vermelhas a vastidão crespa das aguas. São os barcos de gado, as canóas de farinha, as palhabotes de tabaco, as igarités de caranguejo, as embarcações, em summa, que abastecem, idas da região do Salgado e da contra-costa marajoára, à capital paraense. Entre ellas avista-se um typo que, por abundante e exquisito, chama logo a attenção: é a vigilenga, oriunda dos estaleiros inartisticos da Vigia, que espalharam nos meandros potamicos do golfo amazonico esse modelo inesthetico. Pintada de negro, pequena tolda à ré, bocca aberta, um a dois latinos, que se não fosse a côr vermelha lembrariam asas de morcego, quasi redonda, prôa e pôpa toradas e fechadas por duas rodelas, cinco a dez toneladas de deslocamento, cruza todas as bahias perdidas entre o litoral bragantino e as orlas de Marajó, indo mesmo, atrevidamente, mar em fóra, até as regiões arriscadas das costas guyanenses (MORAES, 1936, p. 105-106).

No período de implantação desses primeiros núcleos urbanos baseados na construção de fortes e missões religiosas, abordado por Corrêa (1987), iniciou-se também a interiorização dos portugueses na Amazônia, ao longo do Vale do Rio Amazonas. Esse processo será tratado no quinto volume do *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, bem como as transformações ocorridas em Belém e em todo o vale amazônico após as políticas do Marquês de Pombal, a expulsão dos jesuítas, a implementação da mão de obra africana escravizada, o advento da borracha na Amazônia, entre outros eventos importantes na organização socioespacial na região.

Foto 105 - Atual núcleo urbano de Bragança (PA).
Evelyn Andrea Arruda Pereira, 2017.

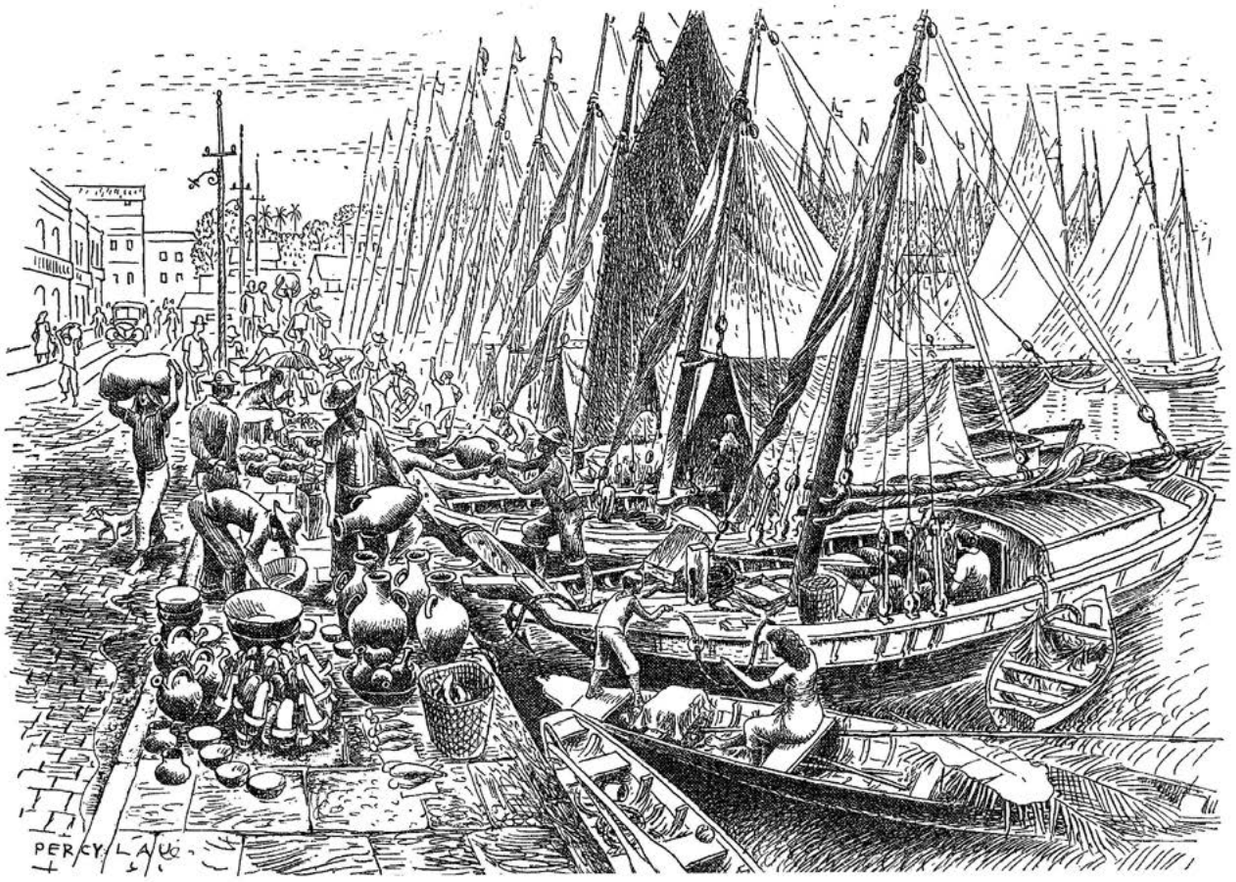


Figura 18 - Docas do Mercado Ver-o-Peso (Percy Lau)
Fonte: PEREIRA, J. V. da C. Ver-o-Pêso *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 4, p. 606-608, out./dez. 1948. p. 608. Tipos e aspectos do Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n4.pdf. Acesso em: fev. 2021.

Belém e Foz do Rio Amazonas na Literatura

A abordagem da formação da região amazônica através da literatura formal apresenta uma grande limitação em virtude do pequeno número de obras escritas sobre a região, sobretudo dedicadas aos primeiros anos de contato entre colonizadores e as populações tradicionais amazônicas. Em *Ajuricaba: o caudilho das selvas*, Márcio Souza (2006), tem o mérito de abordar esse período baseando-se em uma história bastante conhecida na região, mas quase sempre transmitida por conhecimento oral. O autor reflete, na própria obra, sobre o processo de negação e apagamento da história do povo amazônico decorrente da existência de poucos registros que tragam essa população não como objeto ou palco de ações de colonizadores, mas como sujeitos com sua própria percepção de mundo, formas de luta e resistência no processo de formação da região amazônica, inclusive antes da chegada dos primeiros europeus.

Intercalada por digressões com histórias curtas pré-coloniais e acontecimentos recentes, a narrativa principal se passa no Século XVIII no Vale do Rio Negro, tendo como destaque o grupo indígena Aruaque Manaú. Antes do nascimento de Ajuricaba, que ocorreu em torno de 1700, os Manaú estabeleceram, após conflitos, um pacto de não agressão com portugueses, permitindo a edificação do Forte de São José da Barra do Rio Negro, onde hoje é a Cidade de Manaus (Amazonas). O pai de Ajuricaba, líder dos Manaú, tinha sido corrompido pelos portugueses, abandonando as tradições de seu povo, mantendo relações íntimas com a administração colonial.

Durante o período em que esteve como líder dos Manaú, tutelado pelos portugueses, o autor destaca que o pai de Ajuricaba visitou Belém em 1712, reforçando o papel dessa Cidade como centro de referência do controle português na Bacia Amazônica naquele período, mas preferiu não conhecer Portugal devido a maus presságios dos pajés. Nessa descrição, observa-se o desenho da incipiente rede urbana desse primeiro momento da colonização: o controle dos aldeamentos ocorria em torno das fortificações portuguesas, cuja administração centralizava-se em Belém, que, por sua vez, não se remetia a outros centros urbanos brasileiros, mas diretamente à Metrópole portuguesa.

Com a morte do pai, Ajuricaba assume a chefia dos Manaú e lidera uma insurreição indígena contra a dominação portuguesa. Seus guerreiros atacam colonos, engenhos, fazendas e, também, indígenas que compactuavam com os portugueses. Vários foram os embates entre 1722 e 1728, com destaque para o cerco e tomada da Fortaleza de Marabitanas, bem como da Vila de Tomar, atualmente parte do Município de Barcelos (Amazonas). O movimento vai assumindo proporções maiores com a aliança entre diversos povos sob a liderança de Ajuricaba, chegando a receber apoio e armamentos de holandeses.

Em 1728, parte de Belém uma tropa com a missão de arrasar a revolta e retomar o domínio português ao longo do Rio Negro. Houve grande destruição de povoamentos, com o extermínio estimado de 40 000 indígenas das mais diversas etnias. Depois de muita resistência, Ajuricaba e outros líderes foram aprisionados, além de mais de 100 indígenas escravizados como pagamento pela expedição ao governo real português.

No caminho para Belém, onde Ajuricaba seria entregue, este liderou um levante contra os soldados. Sem obter sucesso, Ajuricaba jogou-se ao rio ainda acorrentado, preferindo a morte a seguir prisioneiro. Foi o fim da grande aliança liderada por Ajuricaba e praticamente extinção

dos Manaú, mas diversas outras revoltas posteriores de mesmo teor são descritas por Márcio Souza (2006), incluindo federações de povos indígenas e tomadas de povoações ao longo do Século XVIII.

Em *Contos amazônicos* de Inglês de Sousa (2005), Belém é sempre mencionada pelas personagens residentes nas Cidades do interior paraense (como Alenquer, Óbidos e Parintins, esta última pertencente hoje ao Estado do Amazonas) como o local de onde vem a ciência, o pensamento cético, as imposições políticas e militares que subjugam os habitantes locais e o modo de vida apresentado como genuinamente amazônico. As embarcações a vapor, ou vapores, responsáveis por trazer notícias de Belém e, a partir de meados do Século XIX, também da Capital Rio de Janeiro, representam a conexão das pequenas Cidades aos centros de poder, assim como elemento de criação de tensões e conflitos na vida local.

Nos contos de Sousa (2005), **Amor de Maria** e **Feiticeira**, o elemento gerador de conflito são pessoas trazidas pelos vapores, imbuídas da mentalidade adquirida em Belém e outras capitais, gerando desarranjo na sociedade local. Em **O donativo do Capitão Silvestre**, conto que se passa em 1862, o vapor traz a Óbidos a notícia do conflito iminente entre ingleses e brasileiros na Baía de Guanabara (Rio de Janeiro), juntamente com a convocação para que a população local reunisse seus parcos recursos para contribuir com a "defesa da pátria"; já em 1865, no contexto do recrutamento para a Guerra do Paraguai, o conto **Voluntário** relata a violência exercida sobre a população de Alenquer para atender à exigência de soldados feita pelo governo imperial, a serem sequestrados e enviados através dos vapores.

Assim, na obra de Inglês de Sousa (2005), já no Século XIX, Belém permanece como ponto de apoio e referência para a expansão de um projeto de poder, conformando a vida da população do vasto território amazônico a interesses externos.

Já na obra *Lealdade* de Márcio Souza (2001), primeiro de quatro volumes da série denominada Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro, Belém é o centro da narrativa. Abrangendo do momento anterior à chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro até pouco depois da adesão do Pará à Independência do Brasil, a obra retrata os acontecimentos do ponto de vista do protagonista, paraense filho de portugueses que estudou em Lisboa, no processo de reconhecimento da sua identidade como brasileiro e do enquadramento da Província do Grão-Pará no contexto dos acontecimentos.

Na obra, é possível observar a força da relação entre Belém e a Metrópole portuguesa, bem como a desconexão e estranheza existente entre o Grão-Pará e o Brasil, este referido sempre como um território externo, do qual Belém não fazia parte. A Costa brasileira, região abordada por este Atlas, é tomada como território contínuo, sem que o interior do País fosse reconhecido como passível de integrar as diferentes áreas de ocupação presentes no litoral. A única conexão possível, nesse contexto colonial, era através da navegação litorânea. Em 1817, quando ocorre a Revolução Pernambucana, movimento de cunho republicano e antiescravista, a notícia chega a Belém e permite às personagens imaginar sua própria Capitania republicana e independente, já que a continuidade do domínio português na América estaria quebrada.

As trocas de experiências e informações seguiam não apenas o litoral no sentido leste-sul das demais Capitanias portuguesas, mas também em direção a Colônias de outros reinos europeus a norte, tendo sempre o mar e os rios como vias de comunicação e elo obrigatório tanto do poder

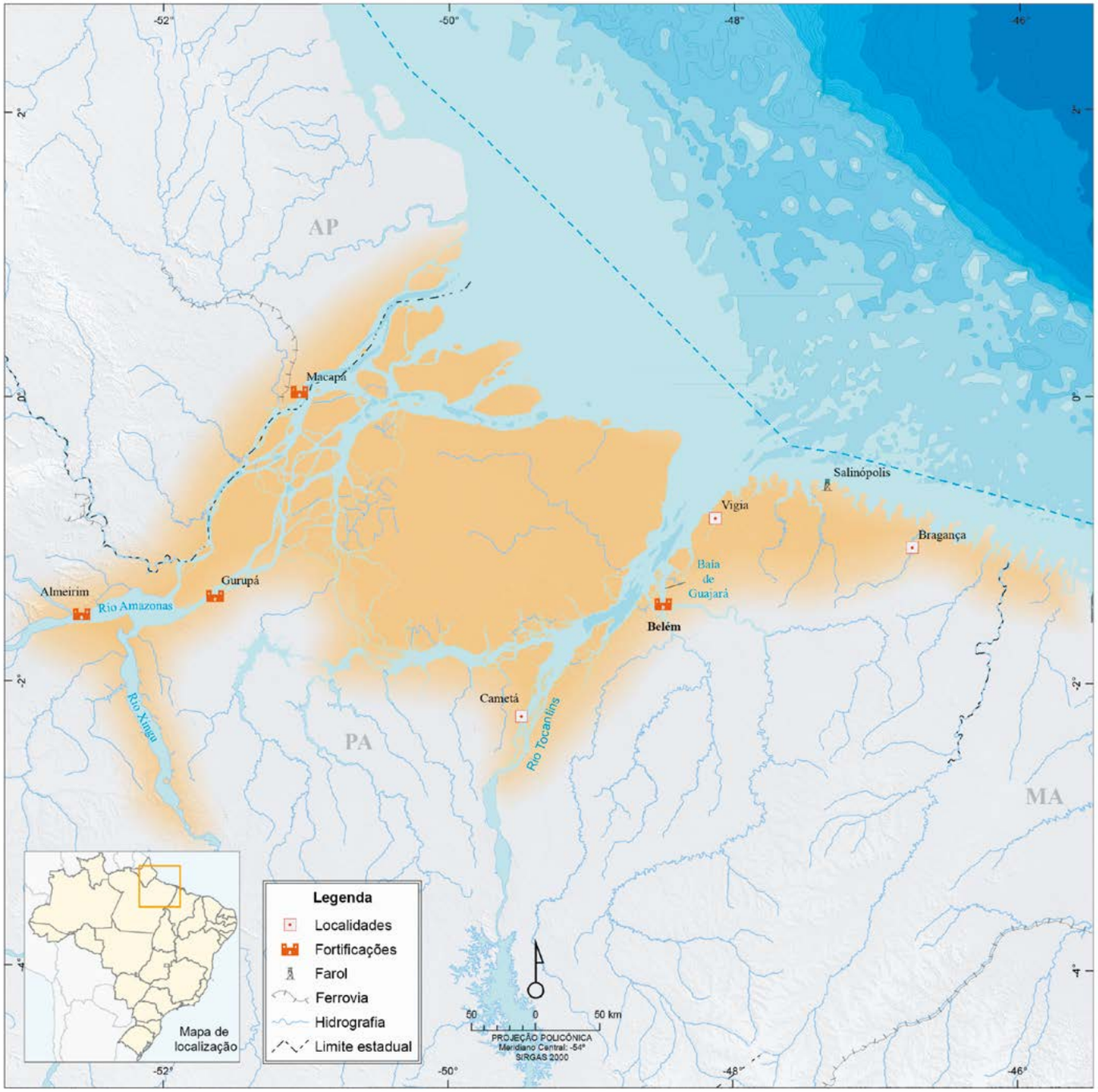
colonial quanto da resistência a ele. Em *Lealdade*, o protagonista toma primeiro contato com ideias libertárias e de igualdade em Caiena, Capital da Guiana Francesa, quando da invasão portuguesa àquela Cidade em 1809. O contato de Belém com a região caribenha não é apresentado como fortuito, uma vez que mesmo a navegação das simples embarcações *vigilengas* ocorria com regularidade naquela direção.

Por fim, Márcio Souza (2001) apresenta nas palavras de Batista Campos, personagem histórico fundamental da adesão paraense à Independência do Brasil, o dilema fundamental que encerra a condição de Colônia de Portugal, mas não põe fim à conformação da Amazônia como território a ser conquistado por projetos de poder externos a si. Sem possuir dinâmica econômica suficientemente robusta para tornar real o sonho de ser um país independente, as Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro deixavam de ser território de exploração do Império português para se tornarem Províncias subordinadas aos interesses do Império do Brasil, país do qual ainda não reconheciam fazer parte e sob o qual tinham pouca influência política para fazer valer seus próprios projetos. Batista Campos anuncia, deste modo, o ingresso da Amazônia como região periférica na divisão territorial do trabalho brasileira.

Um autor que aborda a importância de Belém como Cidade articuladora de vasta região na Foz do Rio Amazonas é Dalcídio Jurandir, grande expressão das Letras da Região Norte. *Belém do Grão-Pará*, lançado em 1960, é o quarto romance de uma série de 10 publicados pelo autor no assim chamado Ciclo do Extremo Norte (SENNA; PEREIRA, 2004, p. 14). O personagem Alfredo, que vem morar com parentes em Belém e em torno do qual a narrativa é construída, já havia surgido em *Chove nos campos de Cachoeira*, o primeiro livro da série, lançado em 1929, e que está ambientado na Ilha de Marajó, terra natal de Dalcídio.

Belém do Grão-Pará retrata uma realidade socioespacial de decadência, ambiente que tanto se repete em obras da Literatura brasileira, particularmente em regiões que viveram alguma opulência econômica ligada à exportação de produtos primários, sobretudo aquelas em que a atividade se deu com base em mão de obra escravizada. Como observam Marta de Senna e Soraia Reolon Pereira na **Introdução** ao romance de Dalcídio Jurandir (2004), há indícios na trama que permitem situar o enredo no início da década de 1920. Não apenas pela memória recente dos luxos usufruídos por famílias agora decadentes, como também pelas origens de algumas das personagens, migrantes cearenses fugidos da seca e atraídos pelas possibilidades de ganho com o apogeu da borracha (SENNA; PEREIRA, 2004, p. 17-18). O romance dá visibilidade ao papel de articulação regional desempenhado por Belém em diferentes momentos de sua história. Este papel torna-se evidente pela atração de populações migrantes de áreas não abrangidas pelo bioma amazônico (Ceará, particularmente), pelos fluxos que se estabelecem entre a Cidade e pontos da bacia amazônica, assim como os fluxos que se dirigem, pela costa, ao Maranhão, no eixo Belém-Vigia-Bragança. Por fim, também é de se destacar os resquícios de situações do passado, em que a elite política e econômica da Cidade estava fortemente ligada a Portugal – como grande parte do território do Pará, como um todo. Esta condição de Cidade que se conecta diretamente à Metrópole europeia, e que poucas conexões mantém com a Capital (do Império brasileiro e mais tarde da República), permanece nos discursos de personagens da obra, saudosas do tempo em que os ricos de Belém mandavam lavar suas roupas em Lisboa.

Belém e Foz do Rio Amazonas



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 7. BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. *Lista de faróis*. 37. ed. Niterói, 2020-2021. 256 p. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/chm/sites/www.marinha.mil.br.chm/files/u1974/lf-completa.pdf. Acesso em: fev. 2021.

Região e Romance[61]

O chefe Ajuricaba [...] de cuja existência se guarda apenas o gesto impulsivo de atirar-se ao rio Negro com as mãos acorrentadas - gesto esse que bem ilustra o desespero vivido pelos povos indígenas após a invasão de suas terras pelos conquistadores europeus -, conseguiu uma façanha póstuma: permaneceu vivo na lembrança de um povo quase sempre disperso pela geografia, ao qual mesmo o conhecimento do passado é negado pelo lugar-comum de que a Amazônia é uma terra sem história.

Márcio Souza

***Ajuricaba: o caudilho das selvas*, 2006, p. 16**

Em 1722, [...] João Maria da Gama, governador-geral do Pará, escreve ao rei de Portugal denunciando o perigo:

> Um chefe manaú se rebelou... Todas as tribos do rio Negro, menos as que estão conosco ou com os missionários, todas elas tornaram-se matadoras de meus vassalos, e estão aliados aos holandeses! Elas impedem a propagação da fé e continuamente têm roubado e assaltado meus vassalos, comendo da carne humana e vivendo como brutos e desafiando as leis da natureza... Aqueles bárbaros estão com muitas armas e munições, algumas das quais lhes foram dadas pelos holandeses, enquanto outras foram tomadas de nossos homens que foram a eles para enfrentá-los e assalta-los, contrariando a minha ordem real. Eles não apenas têm o uso de armas de fogo, mas também se fortificaram em paliçadas de tronco e barro, e até com torres para observação e defesa. Por este motivo nenhuma tropa os atacou... Estão eles transformados em orgulhosos, a se arrogarem em cometer todos os excessos e todas as matanças...

Enquanto Ajuricaba vai conseguindo vitórias, pondo em perigo o domínio português, procura ampliar seu raio de ação, recebendo adesões de outros povos e pondo em armas um grande número de guerreiros. Os holandeses, interessados em afastar os portugueses e estender o seu território colonial até o rio Negro, intrometem-se na guerra. Mostram-se amigos, cedem armas, ensinam a utilizar os armamentos, mas não conseguem a aliança que desejavam ter que o orgulhoso tuxaua. É próprio governador holandês, Storm Van's Gravesande, em relatório para a Companhia das Índias Ocidentais Holandesas, que revela a decepção:

> Eles (os manaús) foram tão injuriosamente e infantilmente tratados e afastados de nós, que todos os esforços de entrarmos em comunicação com eles se mostram infrutíferos.

Márcio Souza

***Ajuricaba: o caudilho das selvas*, 2006, p. 48-49**

Ajuricaba resistiria bravamente, mas não conseguiria superar a desproporção bélica dos portugueses. Cercado na região denominada Azabary, sua prisão foi assim contada pelos portugueses, no relato do governador Maia da Gama:

> Tinha sido resolvido que primeiramente eles (os soldados) procurariam o bárbaro e infiel Ajuricaba. Nossa gente o localizou em sua aldeia, mas ele organizou uma defesa antes de se completar o cerco. Depois de tiros de uma peça de artilharia que nossos homens para ali tinham levado, ele decidiu abandonar a aldeia e escapar com alguns outros chefes... Nossos homens o perseguiram e o procuraram nos dias seguintes pelas aldeias de seus aliados. O bárbaro infiel líder Ajuricaba e mais seis ou sete chefes menores seus aliados foram trazidos junto com ele. Quarenta desses serão tomados em pagamento pelas despesas feitas por Vossa Majestade nesta guerra, e trinta para o fundo de taxa real.

Aprisionado, Ajuricaba deveria seguir para Belém, onde receberia uma punição, possivelmente o degredo ou a escravidão. Mas o guerreiro não se entregaria facilmente. Prossegue Maia da Gama:

> Quando Ajuricaba estava vindo como prisioneiro para a cidade de Belém, e ainda estava navegando no rio, ele e outros homens levantaram-se na canoa onde estavam sendo conduzidos agrilhoados e tentaram matar os soldados. Estes sacaram de suas armas e feriram alguns deles e mataram outros. Então, Ajuricaba saltou da canoa para a água com outro chefe e jamais reapareceu vivo ou morto. Deixando de lado o sentimento pela perdição de sua alma, ele nos fez uma grande gentileza libertando-nos dos temores de sermos obrigados a guardá-lo.

Márcio Souza

***Ajuricaba: o caudilho das selvas*, 2006, p. 51-52**

Coisa terrível que era então o recrutamento!

Esse meio violento de preencher os quadros do exército era ao tempo da guerra posto em prática com barbaridade e tirania, indignas de um povo que pretende foros de civilizado.

Suplícios tremendos eram infligidos aos que, fugindo a uma obrigação não compreendida, ousavam preferir a paz do trabalho e o sossego do lar à ventura de se deixarem cortar em postas na defesa das estâncias rio-grandenses e das aldeolas de Mato Grosso. [...] Em Alenquer [...] o capitão Fabrício, nomeado recrutador, alardeando serviços ao partido de cima, praticou as maiores atrocidades, tendo por única lei o seu capricho. De toda parte se levantavam clamores contra o rico e perverso fazendeiro do igarapé, mas, cônscio do apoio dos chefes do seu grupo político, continuava [...] O capitão Fabrício, nomeado

[61] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

recrutador em todo o termo de Alenquer, recebera ordem terminante do Presidente da Província para mandar pelo primeiro vapor um contingente de voluntários, custasse o que custasse.

Inglês de Sousa

Voluntário em *Contos amazônicos*, 2005, p. 33-35

– Quereis saber uma coisa? Filho meu não frequentaria esses colégios e academias onde só se aprende o desrespeito da religião. Em Belém, parece que todas as crenças velhas vão por água abaixo. A tal civilização tem acabado com tudo o que tínhamos de bom. A mocidade imprudente e leviana afasta-se dos princípios que os pais lhe incutiram no berço, lisonjeando-se duma falsa ciência que nada explica, e a que, mais acertadamente, se chamaria charlatanismo. Os maus livros, os livros novos, cheios de mentiras, são devorados avidamente. As coisas sagradas, os mistérios são cobertos de motejos, e, em uma palavra, a mocidade hoje, como o tenente Souza, proclama alto que não crê no diabo (salvo seja, que lá me escapou a palavra!), nem nos agouros, nem nas feiticeiras, nem nos milagres. É de se levantar as mãos para os céus, pedindo a Deus que não nos confunda com tais ímpios!

Inglês de Sousa

A Feiticeira em *Contos amazônicos*, 2005, p. 46

Depois que o povo começou a tomar a sério esse negócio de partidos, que os doutores do Pará e do Rio de Janeiro inventaram como meio de vida, numa aldeola de trinta casas as famílias odeiam-se e decompõe-se, os homens mais sérios tornam-se patifes refinados, e tudo vai que é de tirar a coragem e dar vontade de abalar destes ótimos climas, destas grandiosas regiões paraenses, ao pé das quais os outros países são como miniaturas mesquinhas. Sem conhecerem a força dos vocábulos, o fazendeiro Morais é liberal e o capitão Jacinto é conservador. Por mim, entendo que era melhor sermos todos amigos, tratarmos do nosso cacau e da nossa seringa, que isso de política não leva ninguém adiante e só serve para desgostos e consumições.

Inglês de Sousa

Amor de Maria em *Contos amazônicos*, 2005, p. 57

Durante muitos anos, jamais existiu qualquer meio de comunicação rápida e regular entre o Grão-Pará e o resto do Brasil. Raras eram as casas comerciais do Pará que mantinham correspondentes nos portos situados além de Pernambuco, e não era incomum notícias políticas do Rio de Janeiro e das Minas Gerais chegarem aqui vis Grã-Bretanha ou Estados Unidos em tempo mais curto que as enviadas diretamente, pois às imensas distâncias se juntavam as dificuldades que à navegação veleira apresentavam os alísios e as fortes correntes marinhas que se dirigem para sotavento do Cabo São Roque.

Márcio Souza

***Lealdade*, 2001, p. 62**

– Quer dizer que neste momento há uma república que fala português – eu disse, incrédulo. – Mas não durará muito e será esmagada. O príncipe regente não vai tolerar...

– É provável – concordou Batista Campos –, mas nada será o mesmo no Brasil, depois dos acontecimentos do Recife. E não apenas no Recife, mas também na Paraíba, que até já baixou decreto regulamentando a cunhagem de nova moeda. Segundo o meu amigo Cabugá, que está velejando para os Estados Unidos, para onde segue como emissário oficial do movimento para pedir ajuda aos ingleses americanos, as capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará estão prestes a aderir, formando um novo país.

– Será um país rico e próspero – comentou Bernardo.

– É verdade. Com a exceção de Pernambuco – prosseguiu Batista Campos –, onde a escravidão tem sido a base da economia, nas capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte o trabalho escravo nunca teve grande importância. Estamos vendo nascer uma república com grandes recursos, é inacreditável.

– E com um Estado livre entre nós e o Rio de Janeiro – eu disse –, não teremos maiores dificuldades em cortar os laços.

Márcio Souza

***Lealdade*, 2001, p. 147-148**

– Esta é a nossa tragédia, Fernando. Sem a ajuda dos brasileiros, não vamos chegar a lugar nenhum. O Grão-Pará e Rio Negro têm o território maior que o do Brasil, e esta é a nossa limitação. Não temos como controlar esse território e não temos atividades econômicas capazes de nos sustentar como nação.

– Quer dizer que corremos o risco de continuar colônia?

– Um Canadá lusitano! Este é o sonho do Vilaça. Mas é tão absurdo quanto o nosso sonho de uma nova nação ao norte.

– Então o nosso destino...

– Está decidido por antecipação, caro amigo – disse o cônego, pensativo. – Seremos um pedaço do Império do Brasil.

– O senhor não vê outra alternativa?

– Não acredito que tenhamos um caminho próprio.

– O senhor está querendo dizer que estamos condenados.

– Estamos fadados a ser Brasil, é isto. E vamos ter de usar a nossa inteligência para que o Brasil nos receba como iguais.

– Como assim?

– Será que não fui claro? Tu acreditas que os políticos brasileiros vão nos receber de braços abertos? Vão abrir espaço político para nós?

– E por que não nos receberiam?

– O problema novamente é a nossa natureza. Somos parecidos, mas não iguais. Isto dificultará muito o nosso entendimento mútuo. Se não formos cuidadosos, e firmes, eles poderão considerar-nos um simples território a ser conquistado.

Márcio Souza

Lealdade, 2001, p. 212-213

Na rotina da capatazia, diante do cais murcho, as "gaiolas" em seco e os armazéns fechados, seu Virgílio foi se convencendo de que tudo aquilo não viera apenas da queda da borracha. Mas de que mal? Ambição? Imprevidência? Castigo de Deus? Obra do estrangeiro? A cidade exibia os sinais daquele desabamento de preços e fortunas. Fossem ver a Quinze de Novembro com os seus sobrados vazios, as ruínas d'*A Província*, os jardins defuntos, a ausência da clã e do brilho nos edifícios públicos e nos atos cívicos. O São Brás era mesmo agora um Partenon. Ingleses haviam levado para o Ceilão as sementes da borracha. Mas isso não foi em 1878?

Para as mulheres, a queda do Senador era a causa de tudo. A borracha subira a tanto, graças ao Senador, em Palácio. Rolara a tão baixo preço graças ao Senador no chão, traído e espezinhado. E por tudo isso arquejavam as Alcântaras na Gentil, consumiam-se as Veigas na Conselheiro numa casa caindo-lhes por cima, gotejando por todas as telhas e paredes. Que que tinham com a borracha? O importante era ter mantido o Senador, continuasse a reluzir e a gozar, dando-se ao luxo, famoso em todo o Norte, até mesmo em Portugal, de instalar em Belém, à sombra da Catedral e da estátua do general Gurjão, a pequena corte que tinha por símbolo a gardênia e era pelos letrados comparada às cortes do tempo de Lourenço, o Magnífico.

Dalcídio Jurandir

Belém do Grão-Pará, 2004, p. 63

Quando voltava, passou pela casa do ex-Governador, a melhor da Gentil naquela quadra, no palanque do muro, os meninos maltrataram-no com pilhérias. Ele não respondeu, sem olhar para eles. Contou da senhora para a madrinha. Com seu espanto no olhar, d. Inácia explicou, numa fingida severidade:

– Rapaz, rapaz, que tu me andas fazendo na rua... O que te encheu os olhos foi uma ex-artista de teatro. Hoje é a mulher do ex-Governador. Mas continua artista no vestir, no calçar, no ir à missa, no se sentar no piniquinho. A borracha fez do Besouro um Senador. Depois um Governador. Essa peça chegou aqui numa zarzuela. Não fala com ninguém na rua. Sai na rua como entrava no palco.

– Mas francesa?

– Por que francesa, hein, meu sem-vergonha?

Espanhola, é a senhora Mercedes com as suas plumas de garça e o seu ex-Governador. Artista de zarzuela.

Naquela manhã, com efeito, pensava Alfredo, ela não caminhava em Belém, mas no palco. Como seria o teatro? E zarzuela? E Madri? Tinha de Madri uma informação vaga, mal-apanhada no distante *Dicionário prático ilustrado*. E ali na geografia, ah, se já estivesse no ginásio! Nada que lhe pudesse indicar uma grande rua ou um grande teatro de Madri?

Ia ao cais ver um e outro navio grande, adivinhar por que boca do Guajará saíam. Várias eram as saídas da barra naqueles matos, longe, diluídos em nuvem. Por toda a distância era água só. Lá no fundo sossegavam a mãe, o Arari, o chalé, os pés do pai no soalho em cima da inundação de abril. A mãe? Sossegada? O pai passeava, lendo o catálogo, sobre os peixes que lá embaixo circulavam como pessoas da família. Alfredo sorria. Não lhe doía mais aquela saudade.

Dalcídio Jurandir

Belém do Grão-Pará, 2004, p. 151

[...] Imaginem se os oposicionistas ganhassem as eleições neste Estado, que seria de Inácia e de Emília? Teria uma promoção na Alfândega? À custa de quê? Depois, governo era governo. O Norte era sempre a parte enjeitada do país. E a época das vacas gordas na Amazônia não voltaria nunca mais. Adeus, borracha. Adeus, mercado. Adeus, Veneza, adeus. E aquilo que pensava ter sido farto e bom, ao tempo do velho Lemos, voltava-lhe agora, obscuro e sujo, em que ele aparecia, tão enxovalhado, vaiado e cuspido quanto o Senador... Sabendo o gênio trocista da mulher, doía-lhe o juízo que Inácia teria dele. "Malditos preços da borracha, para que aceitei a administração do Mercado e deixei que Inácia embarcasse para Veneza..."

Dalcídio Jurandir

Belém do Grão-Pará, 2004, p. 221

– Mas, minha madrinha, que pensamento. Esta casa não é tão velha assim.

– Acredito que tenha a idade da Cabanagem, pelo menos do tempo da febre amarela. Aqui tem sangue enxuto, tom osso plantado, fortuna escondida. Ou a peste.

Era o chope na d. Inácia. Alfredo, na alcova,enquanto Libânia e Antônio no soalho ressonavam, ficava era escutando. Bom escutar as vozes das pessoas, depois de uma festa, quando se recolhem já cansadas, até mesmo aborrecidas ou arrependidas de terem gasto a sua alegria, ou a alegria quando acaba sempre dá um arrependimento? E foi que o Antônio se agitando no chão principiou a falar alto, repetindo pedaços de estórias, nomes de bichos, rios, tempo de marés, gritando: "eivém a pororoca, eivem o haver d'água!"

E toda a alcova virar estirão de rio, com a sombra dos açaizeiros inclinados lambendo a maré, o rolo da pororoca, a lamparina do mateiro mal se vendo na palhoça e luzes de pescaria e céu se confundindo na cinza verde da madrugada.

– Antônio, Antônio, tu estás sonhando?

O caboclinho de repente se acordava, olho muito aceso, às voltas pelo quarto, perseguido pelos sonhos.

– Pra onde estão me levando?

Escrito um olhado de peixe, de que muito se falava, um vivente com caruanas, e suando como viesse lambuzado na gosma das cobras que lhe boiavam no sono.

Alfredo se embalava, ouvindo aquela conversação lá fora sobre cabanos, ossadas, ouro e peste e aqui dentro o caboclinho igual ao que dos pajés dizia o tio Sebastião quando se atuavam. Não fazia cismar que havia no coitadinho um encanto? Falar a verdade, não tinha Antônio aparecido, de uma hora para outra, no vizinho, lá na Gentil? Tão de repente não foi a sua fuga? E o Santo Antônio na sua mão?

[...]

D. Inácia percebeu a bulha e espiou no quarto:

– Que se passa com o saci-pererê andando?

Alfredo sentou-se na rede:

– Ele sonha.

– E que tem isso?

– Sonha alto.

– Mas deixa o amarelinho sonhar alto, uai, sonha inconveniente? Que tu sonhaste, cobra-d'água?

– Não sonhei, não sonhei, d. Inácia. Foi, mas foi um pesadelo. Eu parecia no bico da pororoca.

– Pororoca? Tu já viste isso, meu imaginoso?

– Canso de ver. Nasce perto onde eu nasci.

Dalcídio Jurandir

Belém do Grão-Pará, 2004, p. 383-385

VILLA STA ANNA

Foto 106 - Ruínas da Vila Santana (Saturnino Braga), Campos dos Goytacazes (RJ).
Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2016.

Norte Fluminense

A Região Norte Fluminense na Geografia

A região norte do atual Estado do Rio de Janeiro compreende o baixo curso do Rio Paraíba do Sul, tendo como Capital Regional a Cidade de Campos dos Goytacazes. É uma tradicional área de produção canavieira e açucareira, cuja ocupação se iniciou a partir da fundação da Cidade de Cabo Frio e da dizimação dos indígenas Goitacás no Século XVII.

Ao contrário de maior parte das áreas litorâneas no Brasil, entretanto, a região do Norte Fluminense não constituiu um ponto de apoio para a penetração da ocupação do território para o interior, se formando como um espaço produtivo com a função principal de fornecer cana-de-açúcar para o Rio de Janeiro (secundariamente também para a Bahia durante um certo período).

Como uma área que, de certa maneira, se basta por si só, formou uma região aos moldes clássicos da Geografia, isto é, caracterizada por uma combinação específica de ambiente físico, marcado pela planície aluvial do Rio Paraíba do Sul e suas depressões alagadiças, e pelas restingas litorâneas, de produção econômica voltada para a cana e de um modo de vida peculiar, marcado pela grande propriedade canavieira e toda uma sociedade que lhe gravitava, como retratado nos romances que tiveram a região como palco.

A ocupação europeia no litoral do sudeste brasileiro, iniciada em meados do Século XVI, a princípio se manteve coesa no oeste da Baía da Guanabara, evitando a dispersão, já que o número de colonizadores era pequeno e o território ainda era ameaçado pela aliança entre os franceses e os Tamoios — em caso de necessidade, era possível convocar os habitantes para a defesa da recém-fundada Cidade do Rio de Janeiro. Com a consolidação da ocupação portuguesa e o holocausto tamoio no entorno da Cidade, bem como a aniquilação de outras etnias, houve um esvaziamento de indígenas em toda a costa fluminense, o que permitiu aos Goitacás expandirem sua ocupação do norte do que seria posteriormente o Estado do Rio de Janeiro, mais para o sul, em direção ao Cabo Frio (ABREU, 2010).

Na virada do Século XVI para o XVII, a colonização portuguesa na costa sudeste do Brasil se torna uma realidade incontestável, fazendo com que o Recôncavo da Guanabara se tornasse um dos pontos de projeção da economia colonial. Embora longe de rivalizar com a Bahia e com Pernambuco, viu expandir sua produção canavieira, também contribuindo logisticamente com as campanhas de conquista do Maranhão e assumindo papel de apoio para o tráfico comercial do Rio da Prata (ABREU, 2010, p. 185).

É nesse contexto que a mancha de povoação europeia se expande a partir do Rio de Janeiro, penetrando a leste e nordeste no interior. A fundação da Cidade de Cabo Frio no início do Século XVII permitiu a subjugação dos indígenas Goitacás que obstavam a expansão portuguesa sobre o território então adjacente à Guanabara. O extermínio dessa etnia permitiu, portanto, a incorporação dos "campos dos goitacazes" aos interesses coloniais portugueses, adicionando seu território como novo espaço produtivo[62].

Apesar de ter havido algumas tentativas iniciais, ainda no Século XVI, de assentamento português na região que mais tarde seria conhecida como Norte Fluminense, tendo a exploração de pau-brasil e algum cultivo de cana como bases, eram contudo empreendimentos que sofriam constantes ataques dos grupos autóctones. Somente a partir da quarta década do Século XVII o povoamento da região pelos grupos europeus se deu de maneira mais sistemática, com a introdução da criação de gado bovino, culminando na fundação de Campos dos Goytacazes (então Vila de São Salvador) em 1677 (BERNARDES, 1957; CRUZ, 2006). De acordo com Geiger (1956), a atividade de pastoreio na região de Campos tinha a função de abastecer os engenhos do entorno da Guanabara, então uma área onde a atividade açucareira era intensa, com o gado necessário para o funcionamento da moagem da cana e seu transporte, bem como para a alimentação. A ligação da Baixada da Guanabara com o Norte Fluminense era feita por terra.

[62] Para uma descrição dos primórdios da colonização campista a partir de documentos primários, ver a obra de histografia tradicional de Lamego (2014), originalmente publicada em 1913.

A criação foi, dessa maneira, a primeira atividade produtiva da região Norte Fluminense, responsável pela consolidação de seu povoamento, constituindo uma espécie de "retaguarda" dos engenhos mais próximos ao Rio de Janeiro, lhe fornecendo o gado necessário às suas atividades. (MATTOS, 1987). A produção de cana-de-açúcar, característica marcadamente atribuída à região, só foi introduzida na segunda metade do Século XVII e somente se tornaria a atividade econômica principal a partir do Século XVIII.

O Século XVIII viu os primórdios da urbanização na região. Campos dos Goytacazes, fundada com o intuito de servir de centro comercial para as trocas de longo percurso para as mercadorias com origem no Norte Fluminense, serviu de base para o surgimento de toda uma série de outros centros urbanos. Esse verdadeiro polo regional formava um conjunto com São João da Barra e Macaé, que organizavam a distribuição dos produtos regionais para o Rio de Janeiro, e de lá para a Metrópole portuguesa. São João da Barra detinha a função de porto marítimo, com produção e manutenção de embarcações, enquanto Macaé consistia em um ponto de fiscalização e cobrança de impostos relativos ao gado que se transportava por estradas litorâneas até a Capital da Província (FARIA, 2006).

A ascensão da produção de açúcar como atividade econômica principal conviveu com a criação de gado por muito tempo, dando a função econômica da região no conjunto do Brasil colonial. Porém, até o Século XIX, a região também conheceu uma forte economia de subsistência que lhe deu base, possuindo, até esse período uma agricultura extremamente diversificada, chegando mesmo a exportar alimentos para o Rio de Janeiro e outras áreas (CRUZ, 2006, p. 40).

Nesse sentido, Geiger (1956), escrevendo logo após o auge da economia açucareira da região já no Século XX, descreve à maneira clássica da Geografia, suas características, que ainda continha elementos desse período de diversificação. Ao fazer o rol de tipos de produção realizadas na região "Setentrional Fluminense", aponta, além da continuidade da predominância da cana, a existência da criação de gado feita nos interstícios da área canavieira e nas margens do Rio Paraíba, do café nas áreas de planalto do Norte Fluminense, restrito às áreas de relevo mais acidentado, dos cerais e da mandioca voltados para o consumo local, plantados fora da área de monocultura da cana e mesmo da extração de lenha, espalhada por toda a região, praticada nas fazendas que ainda possuíam mata nativa ou capoeiras.

Entretanto, a hegemonia da cultura açucareira, mais lucrativa, se apresentou, fazendo com que eclipsasse as outras formas de produção e tornando Campos dos Goytacazes um grande polo regional, a Cidade com a maior centralidade de todo Norte Fluminense. A elevada produtividade facilitada pela uniformidade do relevo e fertilidade do solo levou à especialização produtiva que, de tão intensa, fez com que na virada para o Século XX a Cidade de Campos necessitasse importar de outras regiões bois e cereais. Este centro urbano não só desfrutava de uma posição geográfica favorável em relação às trocas com as Províncias vizinhas de Minas Gerais e do Espírito Santo, quanto já tinha crescido e criado uma centralidade significativa o suficiente para ser uma Cidade de referência na própria Província do Rio de Janeiro. Essa posição foi, inclusive, reforçada com a introdução das vias férreas na segunda metade do Século XIX.

Foto 107 - Ruínas da Estação Ferroviária de Santo Amaro, Campos dos Goytacazes (RJ). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2016.

Um importante elemento dinamizador da região foram as linhas férreas, instaladas a partir dos anos 1870 do Século XIX. Faziam a ligação de Campos com o Rio de Janeiro, através de Macaé, indo até Vitória, no Espírito Santo, e em direção a Minas Gerais. Existiam importantes ramais conectando internamente a região, como os que saíam de Campos em direção aos atuais Distritos de Santo Amaro de Campos, Barão de São José e Atafona (São João da Barra/RJ) (GIESBRECHT, 2021). Esses ramais possuíam cerca de duas dezenas de estações, indicando a alta densidade de fazendas e povoados a que atendiam, apesar da aparente monotonia da paisagem (planície e plantações de cana).

Cabe salientar que as ferrovias vieram substituir o Canal Campos-Macaé, obra de engenharia das mais importantes feitas à época do Império. Consistia de um canal artificial navegável que ligava aquelas duas Cidades, símbolo da força das elites regionais, que conseguiram mobilizar investimentos estatais significativos em seu benefício. Construído na primeira metade do Século XIX, ele unia trechos navegáveis de rios e lagoas, contornando o maior corpo d'água da região, a Lagoa Feia. Possuía pouco mais de 100 km de extensão, uma obra de vulto para o seu período, justificada pela pujança econômica que a região vinha adquirindo. Era uma hidrovia que facilitava o escoamento da produção açucareira para a Capital, mas que rapidamente entrou em decadência com a inauguração das estradas de ferro.

Esses vetores de transporte tiveram importantes implicações para o funcionamento da rede urbana da região. São João da Barra tinha se beneficiado inicialmente com a produção açucareira por causa das condições desfavoráveis para a constituição de portos de grande calado no baixo curso do Rio Paraíba do Sul. Era necessário conduzir a mercadoria para o Rio de Janeiro, cujo porto centralizava a exportação para os mercados europeus e São João da Barra cumpria esse papel de entreposto. A construção do canal navegável para Macaé agilizou esse transporte, provocando uma rápida decadência daquele centro urbano (DUARTE, 1981). Por sua vez, Macaé também sofreu reviravoltas em sua economia urbana com a instalação das ferrovias, que tornaram obsoleto o canal. De acordo com Bernardes (1957, p. 60), a Cidade entrou em estagnação, só se recuperando a partir de 1950!

Foto 108 - Resquícios do Canal Campos-Macaé, Quissamã (RJ).
Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2016.

A região Norte Fluminense, dessa forma, se consolidou em termos produtivos como um amálgama de latifúndios, pequenas e médias propriedades, espacialmente justapostas, todas produzindo principalmente a cana-de-açúcar, em adição às usinas com variados níveis tecnológicos, integrados em uma rede urbana regionalmente macrocefálica:

> O fato urbano da região de Campos esteve sempre associado ao açúcar e à riqueza trazida por ele. Se a cidade em si crescia e ganhava novos e modernos equipamentos, na parte rural grandes propriedades faziam florescer esta economia que também contava com importante produção de médias e pequenas lavouras (MACEDO, 2008, p. 142).

A força econômica das fazendas de cana-de-açúcar fez surgir uma elite produtora dominante na região, integrada territorialmente e tendo Campos como elemento polarizador, chegando mesmo a ser palco de manifestações regionalistas, como pressão para tornar a Cidade uma capital política — quer Capital de uma nova Província no Século XIX, quer reivindicando a sede do governo estadual do Rio de Janeiro a partir de 1890 (CHRYSOSTOMO, 2011).

Era uma elite que tinha um significativo poder de barganha junto ao governo central no Rio de Janeiro, demandando benefícios e facilidades para as atividades ligadas à produção de açúcar, como incentivos fiscais e financiamentos (SILVA, 2002 *apud* CRUZ, 2006, p. 43).

É exatamente essa elite que será retratada nos romances que se passam na região, responsável por criar uma identidade regional e, chegando ao Século XX, retendo-a em um *ethos* de passado glorioso.

A origem da elite campista do Norte Fluminense remonta ao Período Regencial do Império, isto é, aquele compreendido entre a Abdicação de D. Pedro I e a Declaração da Maioridade de D. Pedro II (1831-1840). A cultura canavieira já tinha se estabelecido como atividade econômica principal na região e seus proprietários ajudaram a formar o grupo político que se tornou hegemônico no período: os saquaremas. Apelido pelo qual eram conhecidos os políticos do então partido conservador, que dominava a formação e o parlamento do governo regencial, designava principalmente os grupos conservadores da elite fluminense, da qual os produtores de cana da região de Campos dos Goytacazes faziam parte (MATTOS, 1987, p. 108). Esses dirigentes saquaremas englobavam, ao mesmo tempo, tanto os membros da alta burocracia imperial (senadores, magistrados, ministros, conselheiros de Estado, entre outros), quanto os proprietários rurais que tinham suas ações orientadas por esses dirigentes, aos que se somavam outros agentes não públicos, como professores, médicos, literatos, jornalistas, que juntos formavam uma visão de mundo que aderia a princípios de ordem e civilização propagados pela elite governante do Império.

Os laços criados entre as famílias proprietárias que começavam a se estabelecer na nascente atividade cafeicultora no médio Vale do Paraíba, eram já fortes entre os produtores de cana previamente estabelecidos. Uma certa "política de casamentos" (MATTOS, 1987, p. 66) entre elas formava uma verdadeira dinastia açucareira, para a qual eram atraídos jovens de famílias não proprietárias, mas que eram bacharéis em Direito formados em Coimbra (Portugal) ou nos cursos jurídicos de São Paulo e Pernambuco. Estes acabavam ingressando na alta burocracia estatal ou no parlamento e se constituíam como representantes políticos dessa elite.

A elite Norte Fluminense tem sua consolidação maior com o processo de modernização do setor canavieiro, que gerou concentração de terras e riquezas ao longo do Século XIX, principalmente a partir da segunda metade. Da grande quantidade de pequenas propriedades que existia anteriormente, com seus engenhos e engenhocas de moagem e produção de açúcar, a modernização oitocentista, com a introdução do maquinário a vapor e mecanização, levou à concentração econômica. Com o surgimento de latifúndios, houve também uma concentração política, a dos barões do açúcar, açambarcando terras, pessoas escravizadas e riqueza, se tornando um dos núcleos de apoio político ao Império e influindo na própria organização do território — como o exemplo da construção do Canal Campos-Macaé demonstra. Esses barões, fruto então da modernização da produção, se constituíram em uma aristocracia rural, uma oligarquia (RODRIGUES, 2016, p. 26). Esse processo chega ao seu ápice em fins do Século XIX, quando a "nobreza" rural acaba se transicionando no "moderno" capitalista, especialmente depois da Abolição da Escravatura. Simultaneamente à modernização surge na Cidade de Campos uma burguesia tipicamente urbana, composta de profissionais liberais, comerciantes, industriais e funcionários públicos.

O ápice da economia açucareira da região Norte Fluminense se deu na primeira metade do Século XX e tem na figura do usineiro o seu símbolo central. A usina de açúcar dava nome a própria toponímia de onde se instalava, como a São José e a Poço Gordo. Seu proprietário seguia o mesmo padrão de outras elites capitalistas do País do período: mandonismo, clientelismo, coronelismo, patriarcalismo e patrimonialismo (RODRIGUES, 2016).

Foto 109 - Ruínas do Solar dos Airizes, Campos dos Goytacazes (RJ).
Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2016.

Ao entrar o Século XX, a zona açucareira do baixo curso do Rio Paraíba do Sul já está consolidada a ponto de ser a maior área contínua com plantações de cana-de-açúcar fora do Nordeste. A produção municipal de Campos dos Goytacazes era mesmo superior à dos demais Estados inteiros do País, com exceção de Pernambuco e São Paulo (MELO,

1954, p. 472). Tendo como núcleo as usinas produtoras de açúcar de Campos, a zona de produção se estendia, além do próprio Município, para Macaé e São João da Barra, ocupando todas as áreas planas, indo para o interior de forma mais esmaecida nas direções de São Fidélis, Itaocara e Itabapoana.

Lysia Bernardes (1957, p. 188) assim descreve a região nos anos 1950 do Século XX:

> A paisagem rural na planície campista é definida pela presença da cultura canavieira e da agroindústria do açúcar, às quais toda a vida regional está subordinada. Os extensos canaviais dominados pelas silhuetas imponentes das usinas, e, em alguns trechos, apenas interrompidos por lagoas e brejos que ocupam as depressões da planície, dão a nota característica da paisagem. Estendem-se até o limite da área urbana de Campos, patenteando o domínio avassalador da monocultura canavieira que envolve a cidade ao sul, sufocando-a e dificultando seu crescimento.

De fato, uma década antes desta excursão de Lysia Bernardes, o artista plástico Percy Lau retratou a região a bico de pena com um resultado muito consistente com essa descrição, conforme se vê na Figura 1.

Com o desenho tendo sido feito a partir do terraço "do estabelecimento de educação tradicionalmente conhecido por Liceu de Campos" (PEREIRA, 1947, p. 581), voltado para a direção sudoeste, retrata-se uma paisagem predominante rural, dominada pelos canaviais e podendo-se perceber a existência de usina de produção de açúcar, ao fundo. É interessante observar que, em meados do Século XX, depois do auge da produção açucareira da região, a pressão pela ocupação da área por plantações de cana-de-açúcar ainda é tão grande que, mesmo tirando um ponto de vista de dentro dos limites da área urbana de Campos dos Goytacazes, a paisagem tem uma característica marcadamente rural. Mesmo para uma Cidade do porte e centralidade de Campos, não se percebe uma transição gradual para o meio agrícola, a produção de cana se fazia mesmo até se atingir o limite da malha urbana, que está de costas ao espaço retratado.

A região Norte Fluminense adquire seu aspecto mais típico na virada do Século XIX para o XX, onde, obviamente, o elemento central que a caracteriza é a produção da cana-de-açúcar, entrecortada pela presença das usinas, dos mais variados portes e capacidades. Dentre as mais famosas, se destacam a Usina do Queimado, figurando no desenho de Percy Lau, a Usina São José, citada nos romances de José Cândido de Carvalho e o Engenho Central de Quissamã, todas remontando ao Século XIX. Um outro aspecto físico definidor da região é a combinação dessa produção com a presença da planície aluvial e charcos ocupando a depressão.

Foto 110 - Ruínas do Engenho Central de Quissamã, Quissamã (RJ).
Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2016.

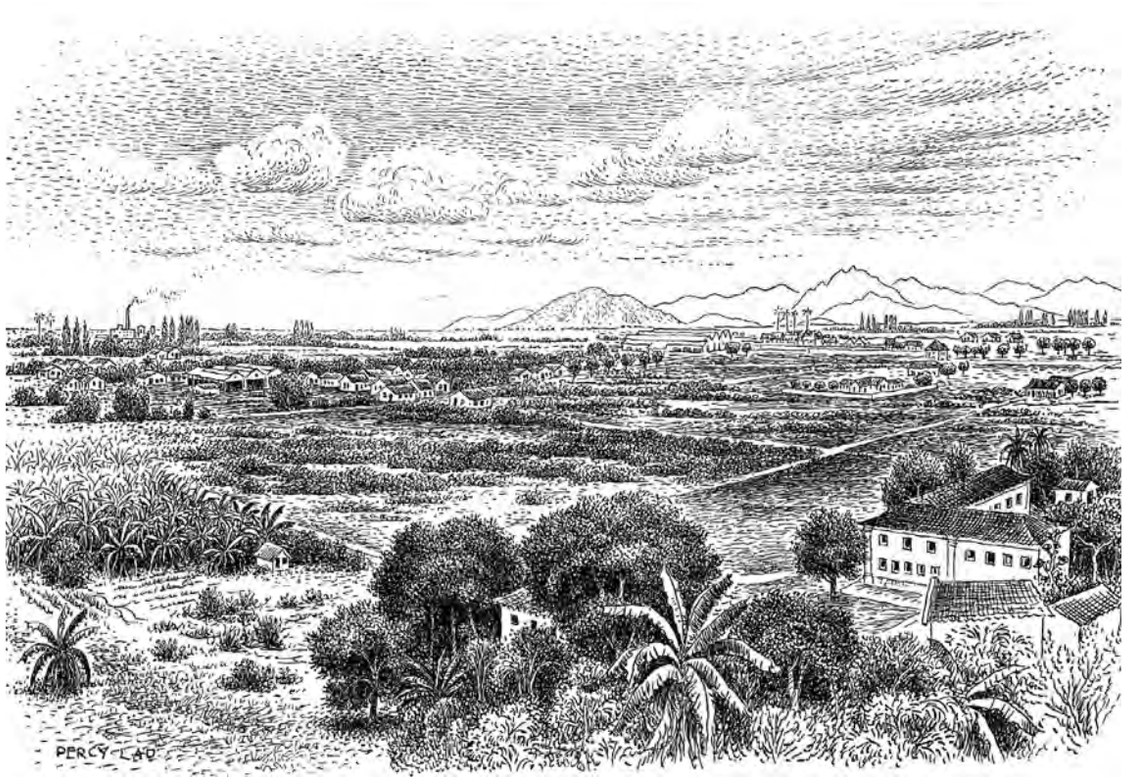


Figura 19 - Planície dos Goytacazes

Fonte: PEREIRA, J. V. da C. Planície dos Goitacases. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 4, p. 583, out./dez. 1947. Tipos e aspectos do Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1947_v9_n4.pdf. Acesso em: fev. 2021.

Sua delimitação espacial tem a Cidade de Campos dos Goytacazes como foco polarizador, vai do sul da área urbana de Macaé, com seus limites acompanhando grosseiramente as encostas da Serra do Mar, até as localidades de Vila Nova de Campos e Morro do Coco, de onde segue mais ao norte, tendo seus limites setentrionais no Rio Itabapoana. Incorpora todas as áreas de baixada, dos contrafortes da Serra do Mar até o litoral, coincidindo com as áreas de plantação de cana, mais aquelas onde esta produção começava a se misturar com a criação de gado e o plantio de gêneros de subsistência, nas porções mais ao norte e nordeste da região. O elemento unificador regional é a economia açucareira, sua produção agrícola e industrial nas usinas que salpicam a região, bem como seus anexos, como o gado nos interstícios das fazendas de cana e a subsistência nas periferias das zonas de cana. Há também todo um modo de vida em torno das grandes fazendas de cana-de-açúcar, como retratado nos romances que têm como palco a região.

Foto 111 - Praia de Gargaú, São Francisco de Itabapoana (RJ).
Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2016.

A região Norte Fluminense na Literatura

A representação literária da região Norte Fluminense se faz através de seu autor mais conhecido, José Cândido de Carvalho, escritor natural de Campos dos Goytacazes (RJ), produtor de várias obras que têm suas narrativas centradas no entorno desta Cidade.

Os livros mais significativos, que mais descrevem explicitamente a região e se passam no momento de auge da economia açucareira típica do lugar são o seu romance de estreia, *Olha para o céu, Frederico*, e a aquele mais popular, pelo qual o autor é mais conhecido nacionalmente, *O coronel e o lobisomem*, obra inclusive adaptada para o cinema. A representação é tanto direta, pela descrição física do ambiente, como tácita, uma vez que o desenrolar dos enredos deixa transparecer as relações sociais e econômicas e todo o espírito que singulariza os aspectos regionais.

Os dois romances têm em comum o fato de seus personagens principais serem membros da elite agrária da região, donos de fazenda de mentalidade patriarcal. Entretanto, os gêneros de vida lá presentes são descritos de modo a fazer uma crítica social sutil, usando de um humor debochado que deixa patente o mandonismo e autoritarismo, mesmo quando o autor cria uma empatia em relação aos protagonistas.

Em *Olha para o céu, Frederico*, a história tem como elemento principal a evolução do personagem Eduardo de Sá Meneses, um órfão de família de proprietários rurais que vai viver com um tio, Frederico de Sá Meneses, a fim de ser seu herdeiro. Se passando na Fazenda de São Martinho — toponímia existente no mundo real até o presente — a narrativa mostra como o tio, velho, teimoso, conservador e negando as possibilidades de modernização da produção de açúcar passa a ser substituído pelo sobrinho como líder do clã e organizador do empreendimento açucareiro. O personagem de Eduardo Meneses se metamorfoseia, de um menino e jovem ingênuo e doce, a um cabeça de clã e fazendeiro implacável, autoritário e inescrupuloso.

Já na popular obra *O coronel e o lobisomem*, as relações entre a Fazenda Sobradinho, propriedade pertencente ao personagem principal, o caricato Coronel Ponciano, e o espaço urbano da Capital Regional de Campos dos Goytacazes ficam bem-marcados. São constantes as movimentações do personagem, frequentemente por trem, entre os dois espaços, o da produção e o do comércio. Porém, o protagonista, ao contrário do romance anterior, se mostra bem pouco interessado na gerência dos seus negócios, mais preocupado com a vida boêmia que o centro urbano oferece do que cuidar do escoamento da produção de sua propriedade que, ao contrário do típico da região, trata-se de uma fazenda de criação de gado.

Escrito no estilo realismo mágico, o romance retrata as idiossincrasias do protagonista, figura caricata de um proprietário rural autoritário que chama a atenção pelas características físicas, a estatura de 2 m de altura e a espessa barba que ostenta. Buscava combater o que via como injustiças — desde valentões de circo a agentes cobradores de impostos — enquanto se importa pouco com a má performance de seus negócios e fazenda.

MAPA 9

Norte Fluminense

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). In: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer.* Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021.

Nota: O recorte representa a região do Norte Fluminense tratada neste capítulo. Algumas toponímias indicam a denominação vigente no período dos romances aqui sugeridos, assim como alguns elementos, e foram mantidos para melhor situar o leitor no palco dos acontecimentos. Estão indicadas as principais rodovias.

Região e Romance[63]

Posso afirmar que peguei o São Martinho, de paredes de convento, bastante poderoso, com seu fabrico de muitas bocas-de-fogo, sua chaminé de tijolo queimado e o casarão dos Meneses com pratarias velhas de muitos anos. Peguei tudo isso em poder de Frederico. Mas logo vi que meu tio não era o demônio que a língua de Nabuco pintava nas conversas de rabo de mesa. Cuidei encontrar um gigante de dedos enormes, cabeludos. Puro engano. Onde estava sua voz que me perseguia nos sonhos? Os senhores de Quiçamã do Limão falavam, com inveja nos olhos, das riquezas do São Martinho. Pedra Lisa vivia na língua dos velhos como um grande coração. Outros parentes também eram lembrados. Houve um Ricardo de Sá Meneses que assombrou com seus gastos de bolsa. Mandava vir atrizes do estrangeiro para esquentar sua cama alta de senhor de açúcar. Uma loucura de banquetes. Vinhos de preço em garrafas de cristal, conservas caras, mesa farta onde eram servidas as melhores comidas do mundo. Mas, não sei por quê, o povo só trazia na cabeça o nome de Pedra Lisa. Mão larga, mão de santo como nunca se viu outra igual. A casa dos Meneses, de veludo em tudo que era canto, de brasões e carruagens, teve muito barão, muito nobre de cana-de-açúcar. Mas imenso, grande como suas terras sem fim, só meu bisavô Pedra Lisa. [...].

José Cândido de Carvalho

***Olha para o* céu, Frederico**, 1939, p. 22

O certo é que os vinte anos novinhos em folha de dona Lúcia trouxeram um dote que muito engrandeceu o São Martinho. Canaviais feitos e terras de muita força. Essa parte do casamento os parentes de Frederico não viam. Só tinham olhos para os anos de meu tio, para sua descompetência de marido. Tenho a impressão que o parente foi buscar dona Lúcia na casa dos Barretos como quem faz um negócio vantajoso de terras ou vendas de fabrico. Os Barretos sempre entravaram a marcha do São Martinho para os lados do mar. Nos cercados do pai de Lúcia o mando de Frederico estacava. Os senhores do outro lado eram poderosos. E o velho Silvestre, sujeito de coragem, de vida limpa. O destino do São Martinho era ficar encalhado, gastando as vistas na chaminé, que imperava no céu de Boa Vista. No princípio, Frederico ainda quis puxar briga, cutucar com vara curta a força do vizinho, pelo que mandou recuar mourões e queimar canaviais. O tiro não deu resultado. Um belo dia o velho Silvestre deu no São Martinho — um sujeito alto de quase vasculhar com os cabelos brancos o teto da sala de jantar. E não teve mais falas. Foi logo soltando a língua sem esperar que Frederico entrasse com sua macieza de palavras:

— O vizinho quer puxar questão comigo. Sou homem de paz. Vivo quieto no meu canto. Mas lhe digo que agora vou varrer seu pessoal na ponta da bala. Na bala, ouviu?

E não esperou resposta. No outro dia deram com um pardavasco do São Martinho frio, varado de chumbo, na beira do bardo. A autoridade veio perguntar se meu tio queria abrir questão com o matador. Frederico desconversou:

— Nada disso, seu compadre. Nada disso.

Mudou de tática. Escreveu uma carta ao velho Silvestre se desculpando. Soubesse o vizinho que nunca quis fazer mal ao bobo da Boa Vista. Aquela picuinha dos mourões não levou seu autorizo. E quando veio a eleição, apoiou a política dos Barretos. [...].

José Cândido de Carvalho

***Olha para o* céu, Frederico**, 1939, p. 33-34

A São José nasceu malnascida numa terra de águas paradas. Panelões de formiga por toda a parte. Apareceu enferrujada, de máquinas desdentadas, saldos de uma usina que desmancharam por velhice. Todo mundo falava:

— Esse Quincas acaba de pires na mão, pedindo esmola na porta das igrejas.

O homem, com aquela gangorra, acabaria feito pó de traque. Queria fazer em dois meses o trabalho de um cacho de engenheiros juntos. Por isso mesmo riam de Quincas e de sua maxambomba. Os canaviais sem pragas de São Martinho não podiam arrepiar carreira na frente dos formigueiros do doutor. E aquele maquinismo todo, sem comida, morreria de fome aos pés das engenhocas de fazer mascavo. Os grandes tanques de mel, sem caldo, acabariam mortos de sede. A São José, aparelhada de fogo de caldeira, finaria feito molambo, ferro velho de jogar fora. Não ia aguentar um par de safras com a fumaça no charuto. Era uma condenada, com o tempo certo de morrer. O velho Silvestre garantia:

— Não dou uma par de safras para a São José. Embica na primeira.

Mas não foi o que aconteceu. Quincas, com pouco chão, rompeu todas as dificuldades. As turbinas da São José trabalharam em açúcar limpinho mais que farinha-de-pau. Em pequeno tempo aquela gangorra, nascida em terra de formiga, tomou grandeza. As moendas de Quincas de Barros moíam de verdade. Esbagaçavam por dia a comida de cem engenhos. O pessoal das tachas que aguentassem o monstro de ferro, aquela invenção de polias e rodas espremedeiras. Quincas falava grosso:

— Usina é usina!

José Cândido de Carvalho

Olha para o céu, Frederico, 1939, p. 40-41

[63] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

Fiquei na boleia do São Martinho. Quando foram ver a fortuna de Frederico, acharam terras em meu nome e mais dinheiro em bancos para o sobrinho. Era tanta coisa deixada que dona Lúcia não teve outro caminho senão partilhar o São Martinho comigo. Virei outro. De ver tanta submissão ao meu redor, tantos cumprimentos e louvações, dei de engrossar a voz. Por causa de um carregamento de milho que não saiu do meu agrado, gritei com um certo João de Melo:

— Essa remessa está passada, sujeito! De outra vez lhe boto no olho da rua.

João de Melo, com vinte anos de serviço, baixou a cabeça e pediu desculpas:

— Vou botar mais tino no trabalho, patrãozinho.

Desde esse momento tomei gosto pelo berro. Berrava por qualquer maracujá de gaveta. Um mestre-carpinteiro, que trabalhava no São Martinho em tarefas de serrote, indagou de Justino se o moço tão falante e tão gritante era o mesmo que ficava encafuado pelos cantos do casarão:

— Compadre, é o mesmo ou mandaram vir outro de fora?

Mandei chamar o mestre-carpinteiro e em seu focinho ministrei dois espevitados desaforos. Que lavasse a língua quando tivesse de pronunciar meu nome. E com o dedo no nariz do serrador de madeiras:

— Lave a língua com creolina, entendeu?

José Cândido de Carvalho

***Olha para o* céu, Frederico, 1934, p. 94**

[...] De letra eu nem queria sentir o cheiro. O trabalho que Ponciano mais apreciava era o andar na poeira de um bom rabo de saia, serviço que ainda hoje é de minha especial inclinação. Assim, por causa de um par de tranças de uma tal de dona Branca dos Anjos, apareci em Gargaú, cidadezinha criada e amamentada no areal da costa. Era preciso tutano e preparo de coragem para pisar em escondido tão distanciado. Um capitão, meu amigo de vadiagem, garantiu que só pela graça de Nosso Senhor Jesus Cristo eu voltava vivo de lá:

— É a terra mais de bugre que eu já vi.

Pelas prendas e esmerada guarnição traseira da menina Branca dos Anjos lá cheguei em trenzinho de ferro e lombo de canoa. Vi que o amigo capitão não foi exagerado no parecer. Gargaú era bicho do mato, sem nenhuma aptidão para a cortesia. Fechei a cara e procurei a moça do meu bem-querer. A beleza dela morava em casa avarandada, com um jardim de bogari que ainda hoje, tantos anos passados e rolados, remexe em minhas lembranças. Mas foi o pai saber que o neto de Simeão estava na praça, pra arrumar ligeirinho o baú e esconder a donzelice de dona Branca no fundo do sertão restinguento. Levou a filha e deixou aviso:

— Esse Ponciano de Azeredo Furtado é ladrão de moça solteira. Fogo nele.

Gargaú trancou a porta na minha cara. De noite, por desgraça, o luar da varanda de dona Branca dos Anjos liberou tudo que foi cheiro de bogari. Sabia eu que não tinha mais trança de moça no detrás daquelas paredes, que também olho meu podia dizer adeus para sempre ao andar de cobra da menina. De coração caído, deliberei bater em retirada. Na despedida, já dentro da canoa, fiz umas galhardias e grandezas. Garanti que a ofensa não ia ficar no barro sem resposta:

— Vou roubar dona Branca no mês que vem, quando não for mais tempo de lua.

E, na voz dessa ameaça, retornei em prancha de rio e trem de lesma ao meu viver de cidade [...].

José Cândido de Carvalho

***O coronel e o lobisomem*, 1964, p. 8**

Na mesma noite, ancorou no Sobradinho, debaixo de água, um mercador de aguardente de nome Quirino Dias. Veio molhado de bater queixal. Francisquinha suspendeu as forças dele a poder de alcatrão cruzado com salsaparrilha. Retemperado, roupa seca no corpo, o aguardenteiro contou que vinha vindo de um comércio em Ponta Grossa dos Fidalgos quando na redondeza do mar, em terreno de pitanga e guriri, num areal desimpedido, deu com aquela figuração que nenhum olho de homem mortal ainda tinha presenciado: um galinho cor de fogo em guerra contra uma surucucu-pico-de-jaca. A tarde perdia forças no debaixo da chuva. Sujeito de religião, Quirino Dias pensou que tudo fosse mais uma capetagem de Belzebu, que sempre escolhe a hora do escurecer para apresentar esses padecimentos e abusões. Sem sair da sela, praticou sua devoção, uma reza de grande proveito e presteza em tais aflições. Posto assim, pelo poder dos santos, a salvo das armadilhas do Chifrudo, o mercador de aguardente tratou de deixar areal tão distanciado de socorro e testemunhas. Nesses entrementes, uma força de pesadelo sustou Quirino e seu cavalo, de não ter mais o aguardenteiro notícia de sua pessoa, nem poder para retirar as vistas do galo e da surucucu. A cobra atraía o mestiço como se fosse rã, enquanto o galinho quebrava esses encantos na força do esporão. O pau do raçudo cantava de estalar nos roliços da surucucu. A briga de exterminação foi assim adentrando pela roça de pitangueira e guriri. O galo sempre tomado de grande raiva e a surucucu nas defesas, montada na sua trouxa de rodelas, de onde desferia bote sobre

bote. Quirino Dias, bem pregado na sela, foi acompanhando em passo curto o desenrolar da peripécia, no que andou um estirão bem puxado. Já em tais alturas a demanda pendia mais para o galo, uma vez que a surucucu mostrava estar ofendida, de cabeça avariada e desguarnecida de um olho. A bem falar, a língua mortal da surucucu só trabalhava por honra da firma. Bichão valentão! Esfrangalhada pelo galo, que sabia bater nas partes moles, a surucucu não ensarilhava as armas. Morria no pau, sem pedir refresco. E assim, a ferro e fogo, galo e cobra levaram a guerra até o beiçal do mar. E sem medo de boto ou sereia, como guerreiros destemidos, foram de água adentro, um embaralhado no outro, em abraço final:

— Foi quando dei acordamento de minha pessoa.

João Cândido de Carvalho

O coronel e o lobisomem, 1964, p. 146-147

Desembaraçado da sacristia, fui arejar as ideias no balcão de Juju Bezerra. Distanciado da casa do padre, a gente podia, livre de bula e excomunhão, dar rédea solta às conversas de rabo de saia. O mulatinho do pilulador, sem retirar atenção da receita, logo participou:

— Seu Bezerra saiu madrugadinha em viagem do governo.

Sabia que era esse o recado que o major deixava em poder do aprendiz quando afundava nas safadezas de sertão adentro. Assim, sem rumo, rolei espora e roseta na poeira de Santo Amaro, sempre admirado de uns e outros, que a uns e outros eu salvava em cumprimento de tirar o chapéu, boa-tarde-como-vai-como-anda-a-obrigação. Na responsabilidade de um praça, sentinela da Casa da Delegacia, deixei recomendação para Juju Bezerra:

— Diga que é de parte do coronel Ponciano de Azeredo Furtado.

O meganha apresentou a cortesia militar que a mim era devida. Com isso, virei as costas ao povinho de Santo Amaro. Meti a navegação, uma pata-branca de passo valente, em caminho pouco pisado, um corte que bastante barateava a distância entre Santo Amaro e o Sobradinho, trilha restingueira, bem nascida para uma tocaia de vingança, braba de trato, onde o que mais dava era gravatá-de-gancho e cabeça-de-frade. Mas estando de ideia cravada em dona Isabel Pimenta, tudo vinha em moldura bonita e até achei bem talhado o canto do peito-ferido, que é o bicho e asa mais falso já existido em terra de boi. Ponciano era todo bondade e uma coruja que desse o ar de sua graça na ia receber desconjuro. Digo mais — se não fosse possuído de autoridade militar, peito mais de mando do que para essas teteias de sentimento, abria a goela em modinha daquelas de meus tempos de serenata. Em verdade, nunca em tantos anos senti contentamento igual. Já presenciava a moça professora na fartura dos nove meses, na roupa fofa de esperar parteira. Mais de dez Azeredinhos Furtados era eu capaz de jogar no mundo. Mais de dez!

José Cândido de Carvalho

O coronel e o lobisomem, 1964, p. 52-53

[...] Já bem adentrado nos ermos, tive de repelir certa braçada de inventados de um limpador de pasto de Badejo dos Santos, que escumava mentira sem pejo de ser pegado em falso. Garantiu ter dado cabo de uma cobra de seus duzentos palmos de tamanho e trinta arrobas de peso:

— Provo mostrando a pele.

Nas bochechas dele desfiz do serpentão com o caso de uma monstrona que apareceu no mandiocal de Santinho Belo, primo afastado de meu avô Simeão. A danosa devia ter vindo das águas do mar salgado, porque pasto nenhum, por mais viçoso, podia aguentar exageramento de tal calibre. Morta a bicha, dois dias e duas noites o povo de Santinho Belo não fez outro trabalho que não puxar rolete de cobra do seu fundo covil. Foi um tirar de serpente sem fim. A pelo, vendida nos comércio de espichados, comportou mais de dúzias de cintos dos largos e ainda rendeu tapete de sala:

— Invenção dos matos nunca vista.

O sujeito, que dava mostra de entender do riscado, concordou:

— Do modo falado pelo coronel, só podia ser mesmo a tal serpentona do mar.

José Cândido de Carvalho

O coronel e o lobisomem, 1964, p. 85-86

Foto 112 - Destroços do naufrágio do Navio Mercante Altair, Praia do Cassino, Distrito do Município de Rio Grande (RS). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2017.

Rio Grande de São Pedro e Costa Sul

Rio Grande de São Pedro e Costa Sul na Geografia

Diferentemente de outras regiões, ao se estudar o litoral, contato de terra, ar e mar, deve se ter em mente que seus fenômenos se desenrolam pela concorrência de vários agentes (marés, correntes e ventos) em tempo relativamente curto e em uma faixa do continente muito estreita em relação ao seu comprimento. Como resultado podem ocorrer alterações significativas da paisagem costeira em períodos de poucos meses ou até de poucos dias, fazendo com que os registros físicos históricos, testemunhos, por exemplo, de ocupações humanas anteriores sejam frequentemente alterados ou destruídos.

Na costa do Estado do Rio Grande do Sul, sob o ritmo das regressões e transgressões marinhas quaternárias, os ventos intensos, as correntes e a alta disponibilidade de sedimentos arenosos em sua plataforma interna, moldaram um extenso e uniforme litoral, que se inicia no Município de Torres (Rio Grande do Sul), na divisa com o Estado de Santa Catarina, e se desenvolve em uma linha de costa quase retilínea de orientação NE-SW que segue por mais de 600 km até o Município de Chuí (Rio Grande do Sul), limite sul continental do território brasileiro. Em realidade, o litoral norte gaúcho foi construído pela grande restinga do Rio Grande do Sul, a mais recente e responsável pelo aprisionamento de uma das maiores lagunas da América do Sul, com mais de 250 km de comprimento, a Lagoa dos Patos (AB'SÁBER, 2003, p. 252-254).

Mais que formar uma grande laguna, a dinâmica de sedimentação, diretamente associada às variações do nível do mar, ditadas pelos ciclos de transgressões e regressões marinhas, criou uma sequência de restingas que resultaram em uma vasta planície arenosa, onde também ocorrem campos de dunas por força da intensidade dos ventos, principalmente do quadrante sul (REGIÃO..., 1977, p. 26-27).

Ao sul da Barra do Rio Grande, onde o sistema lagunar estuarino da Lagoa dos Patos se comunica com o oceano, encontram-se mais duas grandes lagunas, a Lagoa Mirim, que se comunica com a Lagoa dos Patos pelo canal de São Gonçalo, e a Lagoa Mangueira. Entretanto, presas entre os cordões arenosos, existe um incontável número de outras lagunas e corpos d'água menores (AB'SÁBER, 2003, p. 252-254).

Historicamente, esse trecho do litoral foi e ainda é de navegação extremamente perigosa em função da linearidade, baixa altitude e uniformidade do relevo da planície costeira sem nenhum acidente geográfico notável que possa ser avistado e identificado pelos navegantes. Além disso, os sedimentos mobilizados pelos ventos, correntes e ondas intensas da região, fazem com que suas praias tenham as águas adjacentes muito rasas e com numerosos bancos de areia, mesmo a considerável distância da linha de praia. Essa particular conformação da costa, mesmo hoje com os avanços tecnológicos da navegação marinha e toda uma rede de 16 faróis mantidos pela Marinha do Brasil (é a maior concentração de faróis do nosso litoral), implicou e ainda implica em frequentes acidentes de navegação. Não sem razão, a costa do Rio Grande do Sul é conhecida por sua grande incidência de naufrágios, cujos restos, por vezes, ainda são visíveis em suas praias.

Foto 113 - Destroços do naufrágio do Navio Mercante Altair, Praia do Cassino, Distrito do Município de Rio Grande (RS). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2017.

Entre a Barra do Rio Grande e a Barra do Chuí, trecho da costa do Rio Grande do Sul conhecido regionalmente como Litoral Sul Gaúcho, estão implantados cinco faróis. O primeiro é o Farol da Barra do Rio Grande no Município de São José do Norte, depois, em sentido sul vem o Farol Sarita que está localizado à altura do núcleo urbano da Praia do Cassino, Distrito da Cidade de Rio Grande, marcando o limite, na costa, entre esse Município e o de Santa Vitória do Palmar. Em sequência tem-se os Faróis Verga e Albardão e como último o Farol da Barra do Chuí, já próximo ao limite entre os territórios do Brasil e o Uruguai, todos no balneário de mesmo nome em Santa Vitória do Palmar.

Nessa costa, contínua e uniforme, considerada por muitos como "monótona", dominada por ventos frios, sal e areia, existe apenas um único acidente geográfico notável: a Barra do Rio Grande. Longe de ser um bom porto natural, a Barra era frequentemente fechada pelos bancos de areia, construídos pela intensa e constante ação das ondas, correntes e ventos, que impediam o acesso à Lagoa dos Patos. Mas, como única opção de abrigo à navegação existente desde Laguna até a Foz do Rio da Prata, passou a ter um valor estratégico e fundamental nas políticas de expansão dos domínios tanto da Coroa portuguesa, quanto da espanhola, que tinham em vista o controle de acesso à Bacia do Prata e, por ela, ao interior do continente.

A Barra do Rio Grande, por conta da navegação e acesso aos Portos do Rio Grande e de Porto Alegre, é hoje mantida aberta pela manutenção constante dos molhes[64] construídos em 1911. O molhe oeste (Praia do Cassino) com mais de 2 km e o leste (São José do Norte) com mais de 4 km, foram assim projetados para evitar ou minimizar o intenso processo de sedimentação e consequente assoreamento do canal de navegação. A abertura da Barra do Rio Grande permitiu a entrada franca das águas marinhas na Lagoa dos Patos e ampliou seu caráter estuarino, daí a antiga discussão sobre a toponímia mais adequada, se "Lagoa dos Patos" (água doce) ou "Laguna dos Patos" (água salgada). Em função das condições meteorológicas e oceanográficas, e suas variações que vão da escala sazonal, tal como o regime de chuvas na região que altera a sua vazão natural de água doce, até as oscilações diárias da maré, acontece uma maior ou menor penetração das águas marinhas no sistema lagunar, configurando um complexo balanço entre massas d'água salgada e doce, principalmente no seu trecho mais ao sul, na área de Rio Grande e Pelotas.

Foto 114 - Farol da Barra do Rio Grande, São José do Norte (RS). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2017.

[64] Molhe é uma obra marítima de engenharia hidráulica que consiste em uma estrutura costeira semelhante a um pontão, ou estrutura alongada que é introduzida nos mares ou oceanos, apoiada no leito submarino pelo peso próprio das pedras ou dos blocos de concretos especiais (tetrápodes ou outros), emergindo da superfície aquática. É, portanto, uma longa e estreita estrutura que se estende em direção ao mar. Alguns molhes, não todos, podem servir de atracadouros destinados a proporcionar local de atracação para navios e embarcações, mas também podem servir para manter aberta (livre do assoreamento) a boca de um estuário, de um rio ou de uma lagoa (MOLHE, 2009).

Foto 115 - Farol Sarita, Praia do Cassino, Distrito do Município de Rio Grande (RS). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2017.

A perenização da Barra do Rio Grande transformou o antigo porto natural, inconstante e de limitada capacidade de receber embarcações, em um grande porto que permitiu a continuidade da ocupação e o crescimento da atual Cidade de Rio Grande e a transformação da antiga rota de ligação de Rio Grande ao Município de Viamão e ao Delta do Rio Guaíba, utilizada pelos primeiros desbravadores e colonizadores daquela região, em uma hidrovia até Porto Alegre pela Lagoa dos Patos, a mais antiga hidrovia implantada no País.

Em termos da regionalização geográfica oficial, em 1968 a região de Rio Grande foi identificada como Mesorregião Homogênea Sudeste Rio-Grandense e Microrregião Homogênea Litoral Lagunar. No último processo de regionalização executado pelo IBGE e lançado em 2017 (DIVISÃO..., 2017) com a criação das Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, o Município de Rio Grande passou a fazer parte da Região Geográfica Intermediária de Pelotas/RS, bem como da Região Geográfica Imediata de Pelotas/RS. Considerando toda a costa, do Município de Torres ao de Chuí, teremos ao sul a Região Geográfica Intermediária de Pelotas/RS e ao norte Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre/RS.

Em termos históricos, a criação de Rio Grande se iniciou quando Portugal, interessado em impor seu acesso à Bacia do Rio da Prata, partindo de Laguna (Santa Catarina), limite sul de seus domínios pelo Tratado de Tordesilhas, promoveu a expansão de seu território criando, em 1680, a Colônia de Sacramento, na margem deste rio oposta à Cidade de Buenos Aires (Argentina). Em 1737, dentro desta

mesma perspectiva, foi instalado o Forte Jesus Maria José, na área em que hoje está situada a Cidade de Rio Grande. Posteriormente, promoveu-se a vinda e assentamento de colonos açorianos neste local (QUEVEDO,1993, p.14-16; MACHADO, 2000, p. 27, 33).

Ao longo do Século XVIII e início do Século XIX a história da Colônia de Rio Grande de São Pedro se confunde com o próprio processo de definição de fronteiras de um Brasil ainda Colônia de Portugal. No entendimento da Professora Maria Luiza Bertulini Queiroz (1985, p. 8):

> Nos quadros da história colonial brasileira da primeira metade do século XVIII, o estabelecimento do presídio e colônia do Rio Grande de São Pedro constituiu fato fundamental da expansão do império português na América.

Foto 116 - Barra do Rio Grande, molhe oeste, Praia do Cassino, Distrito do Município de Rio Grande (RS). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2017.
Na linha do horizonte a esquerda está o molhe leste e se pode ter uma noção da dimensão da largura do canal de navegação.

No contexto geopolítico português, o fato da Espanha ter fortificado Montevidéu (Uruguai) deixava a Colônia de Sacramento extremamente vulnerável e isolada, principalmente por sua distância do ponto de apoio português mais próximo. Acrescentando-se a isso a implantação de sete novas Missões Jesuítas, na área dos Guaranis, na margem sul do Rio Uruguai, entre 1696 e 1707, só descobertas por Portugal em 1727, a presença portuguesa no Brasil meridional ficava, naquele início do Século XVIII, seriamente fragilizada (QUEIROZ, 1985). Essa situação comprometia a ação político diplomática lusitana mais ampla, no sentido da consolidação e ampliação de seus territórios na América, principalmente em direção a Bacia do Prata e foi sintetizada nas palavras de Queiroz (1985, p. 30):

> Portanto, não se trata mais apenas de dar apoio à colônia do Sacramento. O presídio e povoação do Rio Grande de São Pedro estão, desde já, incorporados ao mais amplo contexto colonial. Nesse início de século XVIII são tecidos os fios dos mais importantes acontecimentos que terão lugar no Brasil Meridional nas suas futuras décadas.

Para além do claro interesse geopolítico de Portugal de controlar o acesso à Bacia do Prata, investindo na expansão e manutenção do território para o sul a partir de Laguna, coexistia também a intenção de proteger duas atividades econômicas altamente rentáveis e que geravam substantivos impostos à Corte portuguesa, o antigo comércio de gêneros com o *hinterland* platino, com sede na Colônia de Sacramento e o apresamento e a comercialização de cavalos, mulas e gado *cimarrón*, que, entretanto, era uma atividade que não propiciava a ocupação efetiva do território (QUEIROZ, 1985, p. 23).

No vocabulário espanhol, a palavra *cimarrón* designa um animal que escapa de seu ambiente doméstico e se torna

selvagem. O termo gado *cimarrón*, ou "chimarrão", como os portugueses o chamavam na época, foi usado para designar o gado selvagem que se reproduziu livremente nos pampas e sua origem remonta à primeira tentativa de redução dos índios Guaranis pelos jesuítas na região onde hoje é o Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Paraguai e a Argentina, no início do Século XVII. Registros históricos esclarecem que o padre jesuíta Cristóvão de Mendonça (Cristóbal de Mendoza Orellana) introduziu o gado nas Missões em 1641 como segurança para alimentação de sua população. Em 1641, com a invasão da região pelos bandeirantes, vindos desde a Capitania de São Paulo, saqueando e escravizando os índios, os jesuítas acabaram expulsos da região. No caos formado pelo conflito grande parte do gado fugiu e se espalhou pelos campos da região, tornando-se selvagens. Em função das condições dos Pampas, como o clima, a disponibilidade de alimentos e a quase inexistência de predadores, eles se multiplicaram em numerosos rebanhos formando uma raça xucra, mas muito adaptada àquele ecossistema, originando o gado *cimarrón*, que se espalhou por toda a região e hoje, quase extinto recebe o nome de gado "franqueiro" ou "orelhano" (ORIGEM..., [2020?]).

O trânsito de tropas de gado apresado atingiu tal dimensão que acabou dando uma importante contribuição à implementação do objetivo geopolítico lusitano maior, que era a expansão de seus territórios na América para o sul e garantir o acesso à Bacia do Prata, circunstâncias que levaram a Coroa a planejar e implementar uma fortificação nas margens do Canal do Rio Grande, antes que o perdessem para a Espanha. Além disso, Portugal tinha pleno conhecimento que, mais que interromper os lucrativos negócios locais, a posse e a fortificação do Canal do Rio Grande dariam condições à Espanha de ameaçar as mais ricas regiões do interior do País (QUEIROZ, 1985, p. 26-27). Assim como a abertura de novos caminhos, do litoral ao interior, deram acesso à exploração do gado das vacarias, eles também facilitariam o deslocamento de tropas espanholas no caso de uma invasão e essa percepção configurou uma concreta ameaça aos domínios portugueses. Ficava assim evidenciada a importância estratégica do Canal do Rio Grande na contenção de uma possível invasão de tropas da Espanha e dessa forma a sua ocupação era necessariamente imediata (QUEIROZ, 1985, p. 28).

Entre as regiões mais ricas que poderiam ser ameaçadas estavam as das "Minas Gerais", produtoras de ouro, importante mercado e cuja crescente população demandava todo tipo de insumos, incluindo aí animais de tração, couro e charque. Foi em resposta a essa demanda por novas áreas de apreensão de cavalos, mulas e gado, que aconteceu a intensificação do processo de abertura de novos caminhos exploratórios, extremamente necessários, mas que, por outro lado, causavam preocupação aos estrategistas da Coroa portuguesa, pela possibilidade de facilitar a entrada de tropas espanholas invasoras, ameaçando profundamente os territórios mais ricos da Colônia portuguesa (QUEIROZ, 1985, p. 26-27).

Um exemplo desse processo de abertura de novos caminhos foi o Caminho dos Conventos, aberto por Francisco de Souza Faria, em 1727, por determinação do Governo de São Paulo, ainda antes da Guerra Guaranítica, ligando Araranguá, no litoral de Santa Catarina, a Curitiba (Paraná), no interior e descobrindo a Vaquería de los Pinares, um reduto de gado estocado das Missões Guaranís (QUEIROZ, 1985). Cristóvão Pereira melhorou o caminho dos

Conventos em 1731 com o atalho das Tijucas o que permitiu a exploração da Vacaria dos Pinhais pelos portugueses (QUEIROZ, 1985, p. 27). Vide Mapa 10.

Em busca de caminhos cada vez mais rápidos, os tropeiros procuraram e criaram várias vias de acesso que, pelo interior e pela costa – esta percorrida desde a fundação de Laguna – ligaram o "continente" do Rio Grande a São Paulo (QUEIROZ, 1985, p. 27). Vide Mapa 10.

Com o Tratado de Madri (1750) a Colônia de Rio Grande de São Pedro serviu de base de apoio para a expedição de demarcação dos limites acordados. Ele estabeleceu as novas fronteiras entre as Colônias portuguesas e espanholas na América em substituição ao Tratado de Tordesilhas e, em linhas gerais, definiu que Portugal cederia a Colônia de Sacramento no que hoje é o território do Uruguai para a Espanha, que por sua vez entregaria o território dos Sete Povos das Missões a Portugal. Os novos limites estavam definidos pelo Mapa das Cortes (MAPA..., 1749), confeccionado como referência ao tratado e nele os acidentes geográficos, como morros, rios e lagos, foram usados como indicações para as demarcações dos limites. Nos trabalhos de definição do tratado Portugal se utilizou do princípio romano do *utis possidetis*, que em uma tradução livre significa o território pertence a quem o habita, para reivindicar os espaços já ocupados.

É preciso observar que o território da antiga Vila de São Pedro do Rio Grande não corresponde exatamente ao que é hoje a Cidade de Rio Grande. Na verdade, a Vila tinha extensão bem maior e, grosso modo, abarcava a extensa faixa litorânea que vai da Barra do Rio Grande até o Chuí, incluindo também as áreas continentais que abrangiam territórios que hoje pertencem a outros Municípios. Santa Vitória do Palmar é um deles.

A observação é necessária, uma vez que, estudos históricos produzidos na atualidade e que nos permitem a compreensão dos processos que envolveram a definição dos domínios e o estabelecimento da fronteira têm como foco segmentos territoriais que constituíram no passado a Vila de Rio Grande, mas conformam hoje outros Municípios. O trabalho do historiador Eduardo Arriada (2015), *Da coxilha do Palmar de Lemos à cidade de Santa Vitória do Palmar*, é um mergulho nos arquivos e fundos documentais referentes aos processos de posse e herança de propriedades no que hoje constitui território desse Município, realizando importante levantamento da distribuição de Sesmarias promovida pela Coroa portuguesa ao longo dos Séculos XVIII e XIX.

Já foram citadas anteriormente as dificuldades que a costa do Rio Grande representou e representa à navegação. É tempo de abordarmos a contrapartida continental, na qual predomina o Bioma Pampa. Segundo o IBGE (BIOMAS..., 2019, p. 159) ele:

> Abrange a metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina, e são classificados como Estepe no sistema fitogeográfico internacional.

A mesma publicação observa que, tomando o território brasileiro como um todo, o que denominamos Sistema Costeiro-Marinho do Brasil tem 25% de sua distribuição continental no Estado do Rio Grande do Sul, percentagem inferior apenas à representada pela sobreposição do Bioma Amazônia com o referido Sistema (BIOMAS..., 2019).

Em resumo, o que se deseja aqui destacar é a conformação de uma paisagem que envolve imensas extensões planas ou suavemente onduladas, vegetação rasteira, formações lacustres junto à linha de costa com ocorrência de sangas e banhados no continente e varrida por ventos de origem polar nos meses mais frios do ano. Este é o palco dos sangrentos confrontos que tiveram lugar desde que as duas Coroas ibéricas disputaram seu domínio. Em superfícies tão planas e de parca vegetação qualquer elevação no terreno é um mirante, um ponto estratégico para avistar o outro, o possível inimigo que aparece como um ponto no horizonte. Até mesmo uma árvore. Elas são tão raras e valiosas que se tornaram elementos demarcadores do território. É o que se pode observar na documentação levantada e apresentada por Arriada (2015) em seu trabalho. Vejamos alguns exemplos nos documentos referentes à segunda distribuição de terras levada a cabo pela Coroa portuguesa, no Século XIX, depois da expulsão dos espanhóis (todas elas referem-se a distribuições em território do que hoje é o Município de Santa Vitória do Palmar sendo, portanto, a porção mais meridional do então território da Vila de Rio Grande de São Pedro).

As concessões descrevem a extensão da propriedade que está sendo objeto de doação. A concessão feita a Francisco Correa de Mirapalheta, em 1817, diz:

> Campos sitos no Taim, fronteira do rio Grande, na costa da Lagoa Mirim. Confrontam a oeste com essa Lagoa; a leste com Vicente Correa, onde dobra o caminho para a Estância Velha, em linha reta à figueira mais alta do Cortume, onde se divide pelo arroio do mesmo cortume; ao sul com uns pantanais, e ao norte com Faustino Correa e a viúva Inácia Correa. Dimensão: 3/4 de légua em quadro. Concedida pelo Marquês de Alegrete em 1817. (Revista do Arquivo Público do RGS, nº 11, 1923:232) (ARRIADA, 2015, p. 47).

Em outra concessão, feita a Vicente Faustino Correa, lê-se:

> Campos na fronteira do Rio Grande, sitos no lugar denominado Taim. Confrontam com os campos de Francisco Correa e José da Fonseca, na parte em que existe uma árvore alta de figueira, que está no capão onde morou o tenente Araújo; e dessa figueira, em linha reta, da ponta do segundo capão, ao arroio Taim, com os campos de Antônio Rodrigues Nicola, Joaquim Manoel da Trindade, Antônio Silvério Borges e Manoel da Terra. Dimensão: 1 légua de frente por 3 léguas de fundos. Concedida pelo Marquês de Alegrete em 1817. (Revista do Arquivo Público do RGS, nº 13, 1924: 220) (ARRIADA, 2015, p. 48).

Para além dos conflitos que marcaram a construção do limite meridional do território brasileiro, agrega-se essa paisagem tão particular e tão personagem ela mesma. Ela está muito presente e ativa nas tramas romanescas e será percebida pelo leitor atento.

Foto 117 - Figueira, Mirim, Distrito do Município de Santa Vitória do Palmar (RS).
Maria do Carmo Rodrigues Trugillo, 2018.

Rio Grande de São Pedro e Costa Sul na Literatura

A história do extremo sul do Brasil tem como tema principal a questão da disputa pela fronteira, marcada indelevelmente pelas lutas entre portugueses e castelhanos (Império espanhol primeiro, da Argentina e do Uruguai depois) e ocupado econômica e socialmente pela estância de gado, onde trabalhava um personagem socialmente rebaixado que a literatura transformou em elemento identitário superior, o gaúcho, o homem voluntarioso, dotado de bravura e coragem notáveis, destro no manejo do cavalo e do gado.

Nessa conturbada região do Brasil, por muitas vezes ambientalmente inóspita, varrida por ventos frios e submetida a frequentes e longos períodos de tensões e conflitos por sua condição de fronteira, convergiram muitos dos componentes fundamentais para a geração de uma literatura rica e fértil. Ali estavam o ambiente, um território de características marcantes, os personagens, as estórias e a História. Ali estava uma população letrada composta por militares e homens de posses, entre outros. A matéria-prima da literatura estava toda lá e não faltaram escritores e nem estórias a serem contadas.

Em meio a esse contexto, especificamente na região da Campanha Gaúcha, apresentou-se uma rica e expressiva produção literária com romances de diversos autores como: Erico Veríssimo (*O tempo e vento*), Luiz Antonio de Assis Brasil (*Um quarto de légua em quadro*), Simões Lopes Neto (*Contos gauchescos*), Josué Guimarães (*A ferro e fogo: tempo de solidão*), Tabajara Ruas (*Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez*), Hilda Simões Lopes (*A superfície das águas*) e Cyro Martins (*Porteira fechada*), entre outros e que foram apresentados no volume 1 do *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* (BRASIL..., 2006).

Foto 118 - Vista da Praia do Cassino nas proximidades do Farol Albardão, Santa Vitória do Palmar (RS). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2017.

Esse era um território inóspito e hostil, com apenas um porto natural, o do Rio Grande, basicamente formado por longas restingas, um grande sistema lagunar, criando um ambiente de solo arenoso, pobre e clima pouco propício à agricultura. Com essas características, a fixação continuada de uma população densa sobre esse território sempre foi extremamente difícil e só aconteceu muito recentemente e principalmente pela implantação de balneários de veraneios ao longo da restinga. A costa gaúcha foi, predominantemente, um território de intensa passagem com ocupação efetiva rarefeita, concretizando-se apenas em poucos pontos e, inicialmente, por serem de importância estratégica e militar para os portugueses dentro do jogo geopolítico das disputas das fronteiras com a Espanha, nos Séculos XVII e XVIII.

Foi em um romance ambientado no Século XVIII, *Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance,* que o escritor Luiz Antônio de Assis Brasil (1978) abordou esse território, tendo como pano de fundo as disputas fronteiriças entre Portugal e

Espanha, e o complexo processo de demarcação das fronteiras entre o território da Colônia portuguesa e o da Colônia espanhola, definidas pelo Tratado de Madri. Assis Brasil apresenta diferentes aspectos da ocupação do Rio Grande do Sul abordando em seu primeiro livro os primórdios da ocupação do território, na visão do Doutor Gaspar de Fróis, médico cirurgião dos Açores, a partir do estabelecimento de colonos açorianos em Rio Grande e das estratégias da Coroa portuguesa, ali representada pelo General Gomes Freire, de estender seus domínios pela expulsão das Missões Jesuíticas, no oeste, e pela manutenção da Colônia de Sacramento, ao sul. O livro dá a dimensão do impacto sofrido pelos imigrantes, não só pelo sofrimento da longa viagem, onde muitos perderam a vida, mas pelo choque com uma paisagem tão diference daquela a que estavam acostumados nas ilhas e pelo abandono por parte das autoridades superiores de Lisboa, que não cumpriram praticamente nada do que foi prometido antes da vinda para o Brasil, inclusive a doação das terras na medida de "um quarto de légua em quadro" (um quarto de léguas quadradas), que dá nome ao romance.

O romance trabalha com o eixo Desterro (hoje Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina) – Laguna (hoje Estado de Santa Catarina) – Rio Grande de São Pedro (hoje Estado do Rio Grande do Sul) – Colônia de Sacramento (hoje Uruguai) e deixa claro as dificuldades no deslocamento entre essas localidades, tanto por mar quanto por terra e aborda o uso da Lagoa dos Patos como uma das vias de penetração até a região do Porto de Viamão e ao Delta do Rio Guaíba e seu afluente, o Rio Jacuí, para permitir um acesso mais rápido às Missões.

A personagem do General Gomes Freire, representante máximo do Governo de Portugal no processo de demarcação do Tratado de Madri, tem para auxiliá-lo nessa tarefa o Padre Bartolomeu Panigay, seu astrônomo e cartógrafo, responsável pelos mapas para execução da demarcação, entretanto, ele mesmo, nos diálogos com o Doutor Gaspar de Froes, confessa que não confia no cumprimento do tratado por parte dos castelhanos, desconfiança que a história mostrou ser verdadeira, muito pouco tempo depois.

Outra abordagem sobre a condição de espaço de fronteira que envolve a criação da Cidade de Rio Grande e boa parte de sua existência é desenvolvida por Josué Guimarães (1972) no romance *A ferro e fogo: tempo de solidão*, que é o primeiro dos dois volumes da obra. Nele o autor nos insere nesse contexto de instabilidade e conflitos que caracteriza uma área de transição, onde o domínio efetivo ainda está por se estabelecer, onde a linha de fronteira está por ser traçada, reconhecida e aceita. E o faz trazendo para este ambiente imigrantes alemães recém-desembarcados no Brasil Imperial.

Uma família de imigrantes alemães, angustiada pela demora em receber as terras, ferramentas e sementes prometidas pelo Império brasileiro, exposta aos distúrbios que eclodiam entre os que estavam nessa mesma condição, distúrbios que já haviam culminado em confrontos físicos e morte, além de todo o desconforto e precariedade das instalações em que foram jogados, resolve aceitar a proposta de certo representante do Império. Tratava-se de uma oferta a princípio muito tentadora, mas que a realidade mostrou ser uma grande armadilha. Depois de longa viagem em carroças, a família é assentada em uma área situada exatamente no percurso de tropas – oficiais e mercenárias – que representam os interesses, ora da Coroa espanhola, ora da portuguesa.

O título do primeiro volume já anuncia a paisagem em que as personagens irão passar boa parte de seus primeiros anos na América do Sul – a vasta planície sul do litoral do atual Rio Grande do Sul, muito próximo à atual fronteira entre Brasil e Uruguai. O único elemento que oferece um diferencial para localização do ponto onde deve ser construída a estância da família Schneider é uma figueira. Dela eles irão acompanhar o horizonte, numa constante vigilância sobre o que vinha de lá, porque foram estabelecidos justamente em um dos percursos mais utilizados pelas tropas – castelhanas ou luso-brasileiras – em seu trânsito de guerra.

O fato de estar ambientado em uma fronteira em construção, entre duas Colônias submetidas às Coroas ibéricas, em um território originalmente ocupado por populações Guaranis, transporta para a trama a diversidade de povos, línguas e culturas que a história posicionou em campos opostos. Portugueses, espanhóis, luso-brasileiros, hispano-americanos, guaranis, africanos escravizados, alemães. Eles se encontram e se enfrentam, formam alianças e se traem. *A ferro e fogo: tempo de solidão* (mas também o segundo volume: *A ferro e fogo: tempo de guerra*), é um romance histórico/geográfico/sociológico que ata o leitor à trama desde as primeiras linhas.

Foto 119 - Forte São Miguel (Fuerte San Minguel), Serra de San Miguel (Uruguai). Marco Antonio de Carvalho Oliveira, 2017.
Originalmente construído pelos portugueses, em 1737, mas conquistado pelos castelhanos em 1763.

MAPA 10

Rio Grande de São Pedro e Costa Sul

De Desterro à Colônia de Sacramento

De Laguna ao Chuí

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo– BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 7. BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. *Lista de faróis*. 37. ed. Niterói, 2020-2021. 256 p. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/chm/sites/www.marinha.mil.br.chm/files/u1974/lf-completa.pdf. Acesso em: fev. 2021. 8. Environmental Systems Research Institute– ESRI, World Ocean Base. 9. QUEIROZ, M. L. B. *A vila do Rio Grande de São Pedro*: 1737-1822. 1985. 343 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina– UFSC, 1985. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75245. Acesso em: fev. 2021.

Nota: O recorte representa a região do Rio Grande de São Pedro e Costa Sul tratada neste capítulo. Algumas toponímias indicam a denominação vigente no período dos romances aqui sugeridos, assim como alguns elementos, e foram mantidos para melhor situar o leitor no palco dos acontecimentos. Os traçados dos caminhos das Missões e da Praia foram adaptados do mapa *Os primitivos caminhos dos primeiros tempos do ciclo dos tropeiros* de Queiroz (1985, p. 29).

Região e Romance[65]

Depois de umas enormes formações rochosas, que aqui pareciam torres, nada mais se viu senão areia e areia. Muito vento, do nordeste. [...]

Sentado à mesa em que escrevo, estou vendo o forte do Rio Grande.

Precário, daqui, parece muito frágil. Nenhuma pedra. Só uma elevação coberta aqui e ali com capim. Esboroado em alguns pontos. Dá a impressão de que se trata de uma formação natural e não de um forte. [...] O casario que surge em redor é baixo, e extremamente pobre. Nenhum ponto a destacar.

– Que desolação! – dizia D. Maria das Graças, segurando a luneta. [...] D. Maria das Graças tem razão. A paisagem é insípida, batida pelo vento. Vento que levanta a areia e cobre a praia de uma tênue camada branca."

Aguiar, meu geógrafo-cartógrafo-historiador particular, foi descrevendo o que víamos: aqui, no sul, a vila do Rio Grande. À nossa frente do Rio Grande e, do outro lado da barra, a vila do Norte.

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 57 e 59

– Quando ganharemos as terras, General?

– Ora...., já... já... Estamos vendo. Confiem no Rei.

Senti um certo embaraço no ar. Coronel Osório tirou um caderno do bolso. Foi anotando. Assim não precisava falar. [...]

Cada escaler que vinha largava na praia mais pessoas. Ao entardecer faziam uma pequena multidão, batida pelo vento e pela areia. Começou a esfriar. O tenente tirou a capa militar e colocou sobre os ombros da mulher, que a essa altura estava quase chorando: "para onde vamos? Onde vamos dormir?" O General continuava a receber os colonos, fiscalizando pessoalmente o estado e a compleição dos que vinham. Às vezes o comandante do comboio ouvia uma repreensão. Gritada nos ouvidos. Murchava cada vez mais.

Escurecia, quando desceram os últimos. O material seria descarregado no outro dia. Nossas malas, por sorte, vieram, triunfalmente carregadas pelos nossos auxiliares. Mal se aguentavam de pé, tanta aguardente.

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 61

Ando meio preocupado, General. Com a comida dos colonos.

– Não é boa?

–- Talvez seja boa demais. Se antes não tinham carne, agora a têm em excesso.

– E isso não é bom? – Cruzou os braços, entre incrédulo e desafiante.

– Tenho que não. Aliás, o doutor Fradique acha o mesmo.

Precisam também de muita verdura, leite e ovos.

– Vejo que lhe falta um pouco de prática nas coisas da terra.

– Falta, mesmo. Mas da medicina garanto que entendo.

– Sim ...– caminhou até um mapa que estava na parede – Veja aqui. Olhei o mapa da nossa região. Estava lá desde Montevidéu, a Colônia do Sacramento, Rio Grande, Capela de Viamão e Porto de Viamão. Com o dedo fez um largo círculo em torno da fortaleza. "Isso aqui, tudo, e mais isto aqui"– fez um círculo mais largo, tendo sempre como centro o Rio Grande – são estâncias e mais estâncias, de gente que já ocupa a terra desde 37, quando foi erguido o forte de Jesus-Maria-José. Tudo criação de gado. Gado para Couro. Matam os bois para tirar o couro. As carcaças não são aproveitadas. Apenas das vacas se tiram o melhor pedaço. Mas são gente honesta, leal ao rei.

– Assim que – disse-lhe – não se come outra coisa porque não há outra coisa, a não ser carne.

– Que existe de muito favor. Se o gado não tivesse couro, não se teria nem carne para comer. Só farinha. [...]

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 63

– O que vale é que agora estamos de bem com os Castelhanos.

Olhou-me como se eu tivesse dito uma grande besteira.

– Realmente acredita que isso dure? O Silva Pais sempre falava: com o castelhano é sempre um pé na frente e outro atrás.

Pediu vinho.

Um negro trouxe uma jarra e dois copos, muito limpos. O estancieiro encheu-os. Provou um pouco. Olhava o copo.

– Mas não fosse o castelhano, não teria o que tenho.

Deu-se conta que talvez tivesse se traído. "Quer dizer, a terra ganhei, toda ela, do País, por recompensa. O gado eu mesmo comprei. Veio quase todo da Vacaria, alçado. Pouca gente para doma eu mesmo tive de fazer esse serviço. Bem entendido – só algum, para o leite da casa. O resto ficou xucro como estava".

[65] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

O filho maior, que estava mudo, olhando o pai, pediu licença para falar.

[...] Só quero dizer uma coisa: que o gado alçado nem pode ser morto a lança, para não estragar o couro que no fim não vamos ter a quem vender.

– Já te disse que assunto de negócio é comigo.

– É com o senhor, mas acho que matar o gado só para tirar o couro não vai dar ponto. Também, é um desperdício. Bem que se podia salgar, como estão fazendo no Estreito e em Toritorama. O charque já está sendo muito procurado.

– Ora, charque... Agora andam com essa mania. O Desidério Lopes, ali adiante, também está fazendo charque. Quero ver o dia em que terá de enterrar tudo.

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 69

Dormi na palha, vendo o céu estrelado pela janela do quarto que me deram. Dona Francisca, mulher do Ferreira, gorda e bem-disposta, ainda me conseguiu um travesseiro limpo, forrado de lã.

Acordei no meio da noite, com um berro de terneiro. Ao clarão da lua divisei, sobre a coxilha, uns fantasmas, uns fogos que corriam de lá para cá. Vermelhos.

Maria estava dormindo, será? Um riso dela e sei que tudo se dissiparia. Ela deveria estar ao meu lado, para acabar com aquilo.

Os fogos. Que seriam?

– Os fogos? Não sabe o que são? – o estancieiro ria, mastigando canjica, cara de sono. – Francisca! o doutor aqui está preocupado com os fogos. Diz que viu de madrugada.

Fiquei envergonhado, olhando o fundo da gamela.

– Mas nem podia mesmo saber, Miguel! Não é daqui. – A boa gorda tomava o meu partido.

– Então vou lhe explicar. Esses fogos aparecem onde tem gente enterrada! – Disse o Ferreira de dedo em riste.

– Então lá deve haver muita, porque vi fogo que não acabava mais.

– Tem mesmo vinte e três índios que vieram bancar os valentes há dois anos. Ó! Foi peleia grossa [...] Roubam gado de vez em quando, [...].

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 70

Olhei para trás

O presídio e a vila iam ficando menores. Sumiram-se aos poucos entre as dunas e a vegetação rasteira

A frente, o descampado. A esquerda o mar, que não víamos, mas escutávamos no rugir de suas ondas. [...]

Depois de pouca marcha, chegamos ao forte de São Gonçalo, menor e mais pobre que o do Rio Grande, mandado construir pelo Gomes Freire às margens do canal que liga a Lagoa Mirim com a dos Patos.

Foi a última vez que pernoitamos sob um teto. Daí por diante, a amplidão.

As noites estreladas, onde o frio não dava trégua, entrando pela nossa pele, arroxeando os dedos e a ponta do nariz. Gomes Freire tem uma constituição invejável. Mais velho que eu, no entanto era um dos primeiros que acordava no acampamento. Tudo via, tudo vigiava. Com um óculo olhava para o sul, longamente, não importando se chovia ou se ventasse forte. Luvas? Não usava, não queria nem saber. Coronel Cardoso, mais educado (e, portanto, mais friorento) não as dispensava. Tinha dois pares. Ofereceu-me um, que aceitei, reconhecido.

É certo que nas llhas também faz muito frio. Mas sempre há onde se esconder, um bosque, uma caverna, um monte de feno. Mas naquelas paragens, só erguendo barracas, que às vezes voavam com o vento. E vá a soldadama correndo atrás, dando gargalhadas de nossas caras de bobos e também de suas próprias caras.

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 104

[...] Pasto muito lindo.

Vimos avestruzes correndo à nossa frente. Nunca conseguimos pegar uma, para provar a carne. Um soldado antigo trazia junto uma boleadeira (acho que escrevi bem), constituída de três bolas de pedra unidas entre si por uma corda. Gabou-se dizendo que com aquilo caçava qualquer animal até avestruz. [..]

O episódio da corredeira deu para serenar pouco o ambiente de apreensões em que vivíamos. Algumas ocasiões via Gomes Freire, após um dia de marchas forçadas, sentar-se, olhando o sol. desaparecer no horizonte. Ficava ali imóvel, meditando. A. expressão sombria, a mão no queixo. Uma vez peguei-o monologando, enquanto com um pau riscava o chão: "Os confins do domínio das duas monarquias principiarão na Barra, que forma na costa do mar o regato, que sai ao pé do Monte de Castilhos Grande, de cuja fralda continuará a fronteira, buscando em linha reta o mais alto, o cume dos montes. cuias vertentes...." Falava num tom melancólico. pensativo.

Aproximei-me'

– Ah doutor Gaspar! – disse entre surpreendido e envergonhado. – Não repare. Não posso esquecer, não devo esquecer este miserável artigo quarto do Tratado.

– A mais difícil.

Atirou longe o pedaço de pau.

– Espero que um dia el-rei me reconheça todo este esforço, mesmo que venha tudo por água abaixo. Mesmo que voltemos, como imagino, a brigar com a castelhanada de novo.

– Acha isso provável?

– O quê

– A briga?

Provável? Tenho pra mim que é certa. Há atualmente apenas uma capa de amizade. Acho que o tratado de Madri foi realmente uma coisa pensada, amadurecida por ambas as coroas? Balela! O que houve foi o interesse pessoal do Alexandre de Gusmão, lembra-se?

– O Secretário de D. João V.

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 105

Daí por diante, o processo se acelerou um pouco. Antes do dia primeiro de janeiro já era plantado o segundo marco na India Muerta e no dia dos Reis o terceiro marco, numa das serras de Maldonado.

De comum acordo, os plenipotenciários mudaram o nome do lugar para Serra dos Reis.

Foi o último marco que Valdelírios e Gomes Freire fincaram.

Decidiram que o restante da demarcação seria feito por delegados das duas potências. Pela Espanha foi D. Juan Ecbeverrla e por Portugal Francisco Antônio. Cada qual levava uma pequena corte, com pessoas entendidas, topógrafos profissionais. Foi junto o Padre Panigay, o que me entristeceu, e mais Alexandre Cardoso. Cada comissão levava de escolta cinqüenta dragões. [...]

– E o senhor, General? – perguntei a Gomes Freire.

– Sigo adiante, vou para a Colônia. Há muita coisa para resolver por lá, entregar a praça ao castelhano. Acompanha-me?

– Estou cansado. Não sou acostumado a trotear tanto pelo campo. Acho que volto com o destacamento para o Rio Grande.

– Como quiser. Lamento apenas perder sua companhia.

– Para mim foi uma escola. Agradeço-lhe por tudo o que me ensinou nesses meses.

– Se mérito tive, foi "sobras" da minha atividade principal, que é e será sempre, a militar e política. [...]

A volta foi o maior suplício, porque não conhecíamos suficientemente bem o terreno.

Em certo momento, tive de reunir os principais: um capitão apalermado e um tenente sem experiência e expor a situação: se quiséssemos chegar, e bem, era melhor seguir o caminho do mar. De uma forma ou de outra chegaríamos. Aceitaram, sem maiores explicações, a proposta. Em vinte e cinco dias avistamos a torre da ermida, e o presídio logo recortou-se no horizonte claro de um dia quente.

Por fim!

Chegamos quase cadáveres. Mas, por sorte, ainda de pé.

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 118 e 119

– Sim, e as terras?

– Piscou um olho esperto.

– Ganharão, ganharão.

– Claro, no reino dos céus. Ou das Missões, o que é parecido.

– Missões... o padre olhou pela janela – Missões... só jesuíta mesmo! Nunca os colonos irão para lá! Pode escrever que assino em baixo. A indiarada não vai deixar. Os que vieram das Ilhas terão de ser colocados em algum outro lugar. Se não há terra aqui nem em Viamão, há bastante nas margens do Jacuí. Basta boa vontade do General.

– E quando o Gomes Freire se convencerá disso?

– No dia em que ver que é impraticável o que quer, e isto logo.

– Tenho informação segura de que os índios e até os jesuítas vão-se opor a deixar suas terras, apesar das promessas que têm feito.

Aí pode acreditar, cada ilhéu terá o seu quarto de légua em quadro, a onde for. Mas... por que se interessa tanto por esse ... assunto?

– Uma questão de amizade pela minha gente. Sou também açoriano, da Terceira.

– Ah, pelo sotaque julgava-o do norte de Portugal. Pois pertence a uma grande raça, doutor Gaspar. A melhor que poderia ter vindo povoar o Continente. [...]

Luiz Antônio de Assis Brasil

Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance, 1978, p. 125

Um dia, o improvisado grumete Philipp, do alto de sua gávea, gritou que enxergara um ponto negro e movediço que vinha naquela direção. Houve uma correria lá embaixo, o pai e a mãe dando ordens que ninguém entendia. Temiam que fossem soldados da Banda Oriental, internados já em território da Província, quem sabe até os inimigos mencionados pelos dois soldados na Medanos-Chico. Catarina ordenou que o filho descesse, Daniel Abrahão e Juanito se armaram de espingardas, os negros foram mandados para dentro, uma das negras carregando a pequena Carlota no colo.

O grupo parecia mais perto. Homens a cavalo, podiam calcular pelo menos três carroças. Logo depois viram que eram cinco, das grandes, cada uma delas puxada por duas juntas. Um cavaleiro se destacou do grupo e se aproximou a galope, acenando com a mão que empunhava um rebenque.

– Frederico Harwerrther – gritou Daniel Abrahão.

Ficou tão emocionado ao reconhecer o velho companheiro da cervejaria da colônia de São Leopoldo que ao abraça-lo teve vontade de beijar a cara barbuda do compatriota.

Josué Guimarães

A ferro e fogo: tempo de solidão, 1972, p. 27

[....] Philipp passava parte do dia no seu posto de observação no alto da figueira. Cuidava o Norte, de lá viriam os carroções buscar a carga trazida por Harwerther. Só descia para comer, o dia inteiro passava sentado num trançado de galhos, os passarinhos quase ao alcance das mãos, as borboletas que pousavam nas folhas – com todos os bichos ele conversando, dando recados muito sérios para amigos imaginários que estariam em outras figueiras, também nas suas gáveas, cuidando o horizonte.

– Menino, cuida do trabalho – gritava o pai lá de baixo.

– Estou cuidando, pai – dizia ele numa voz carregada de vento.

Até que um dia ele descobriu um pontinho no horizonte, vindo do Norte.

– Eles estão chegando, pai!

– Cuida com atenção para ver se são eles mesmos – recomendava Daniel Abrahão.

Novas correrias, vá que não fossem amigos, nunca se sabe.

Ordens de Juanito para os negros. Carlota voltando para o casebre dos escravos, as espingardas preparadas, as melhores coisas escondidas.

Josué Guimarães

A ferro e fogo: tempo de solidão, 1972, p. 30

– A gente podia pegar as crianças, o resto do pessoal, encher as carroças e sair de madrugada no rumo de Rio Grande. Rio Grande está cheio de tropas imperiais. Esses castelhanos não terão coragem de sair atrás de nós. Um dia a gente volta e recomeça tudo de novo. Pelo medo que notei em Harwerther essa soldadesca deve ser mais de bandidos do que soldados mesmo. E com essas armas escondidas aqui vão nos tomar também como inimigos. A gente diz "deixaram isso aí, nem sei de quem é essa coisa, podem levar, tomem conta". Fala-se com o chefe deles, com o general, podem levar as armas, elas são de vocês. A gente conversando se acerta.

– De vez em quando eu não te entendo, Daniel Abrahão. Em que língua vais falar com eles?

– Tem isso, é verdade. Então o melhor mesmo é ir embora.

Josué Guimarães

A ferro e fogo: tempo de solidão, 1972, p. 34

Foto 120 - Figueira, Reserva Biológica Estadual Banhado do Maçarico, Rio Grande (RS). Luciano Rodrigues Soares, 2020.

Foto 121 - Canhão apontado para a entrada da Baía Norte, Fortaleza de São José da Ponta Grossa, Florianópolis (SC).
Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

Ilha de Santa Catarina

A Ilha de Santa Catarina na Geografia

A criação da Capitania de Santa Catarina, por provisão régia de 11 de agosto de 1738, esteve atrelada ao contexto das disputas de limites territoriais meridionais entre as Coroas portuguesa e espanhola em virtude do esgotamento das condições do Tratado de Tordesilhas (1494).

Foto 122 - Marco geográfico do Tratado de Tordesilhas, Laguna (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

Segundo Cabral (1987), estando subordinada à Capitania de São Paulo desde 1709, Santa Catarina se viu

em posição estratégica de suporte aos esforços na defesa da Colônia de Sacramento, quando esta fora atacada pelos espanhóis em 1735.

As localidades de Nossa Senhora do Desterro, na Ilha de Santa Catarina, e de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, mais ao sul, foram pontos de apoio da expedição do Brigadeiro José da Silva Paes determinada pela Metrópole ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, para que aliviasse a situação de pressão militar espanhola ao sul.

> Da passagem de Silva Paes por Santa Catarina resultou a vinda do primeiro contingente militar destinado a guarnecê-la, pois fez sentir o Brigadeiro ao Governador que havia a necessidade de estabelecer uma defesa na ilha, a fim de que pudesse servir de apoio e ponto de abastecimento à conquista sulina (CABRAL, 1987, p. 59-60).

Por sugestão de Gomes Freire à Metrópole, houve então a determinação real da criação da Capitania, passando os territórios da Ilha e do Rio Grande para a "jurisdição do governo do Rio de Janeiro, separando-se do de S. Paulo" (CABRAL, 1987, p. 60).

Passa-se para a Vila de Nossa Senhora do Desterro a condição de Capital da Capitania de Santa Catarina. Dessa forma, o Brigadeiro Silva Paes fora nomeado e enviado como governador e lhe foi incumbido a criação de um sistema defensivo para a Ilha.

Foto 123 - Fortaleza de Santa Antônio de Ratones, Ilha de Ratones Grande, Baía Norte, Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

> José da Silva Paes (1679-1760) teve uma vida militar muito ativa, quer em Portugal, quer no Brasil, destacando-se, sempre, como engenheiro militar, o que o recomendou no seu envio ao Brasil, como executor dos planos de fortificações do Rio de Janeiro, Santos, Colônia de Sacramento e "Continente" do Rio Grande (PIAZZA, 1983, p. 123).

Um elaborado sistema de fortalezas, baterias e fortes fora planejado a fim de proteger as Baías Norte e Sul da Ilha de invasão por mar, bem como o estreito que as separa e onde se encontrava localizada a Vila de Nossa Senhora do Desterro.

Silva Paes determinou, então, a construção da Fortaleza de Santa Cruz, na Ilhota de Anhatomirim. Em seguida, determina o início da construção da Fortaleza de São José da Ponta Grossa na ponta oposta da Baía Norte, na própria Ilha. Para completar esse sistema defensivo na porção norte, é determinado o levantamento da Fortaleza de Santo Antônio de Ratones, na Ilha de Ratones Grande, na porção mais interior e central da entrada da Baía. Esse sistema estabeleceu uma cobertura ampla da entrada da Baía Norte, com os raios de alcance das baterias se sobrepondo de "maneira que os seus fogos se cruzassem" (CABRAL, 1987, p. 66).

Ainda, a fim de cobrir a entrada da Baía Sul e fechar o sistema defensivo do canal da Ilha é determinada, em 1741, a construção a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição na Ilha de Araçatuba. Em contraponto às três fortalezas da Baía Norte, a entrada sul do canal é mais estreita e de navegabilidade complicada, sendo considerado suficiente o posicionamento de um forte só. Ver Mapa 10.

Nesse sentido, Piazza (1983) aponta que Silva Paes ainda fora responsável pela criação do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, senda a primeira guarnição militar criada para defender a posição estratégica da Ilha.

Contudo, todo esse sistema de defesas e esforços para consolidação da presença militar portuguesa na porção meridional da Colônia teria que ser complementado e apoiado pela "implantação de uma estrutura social e econômica" (PIAZZA, 1983, p. 124). A solução para tal problema seria a "vinda de 'casais' açorianos, que se fixaram ao longo do litoral catarinense, a partir de 1748, ocupando o vazio territorial existente, e dando cobertura efetiva à doutrina do '*uti-possidetis*', que vinha sendo defendida pela política exterior portuguesa" (PIAZZA, 1983, p. 124).

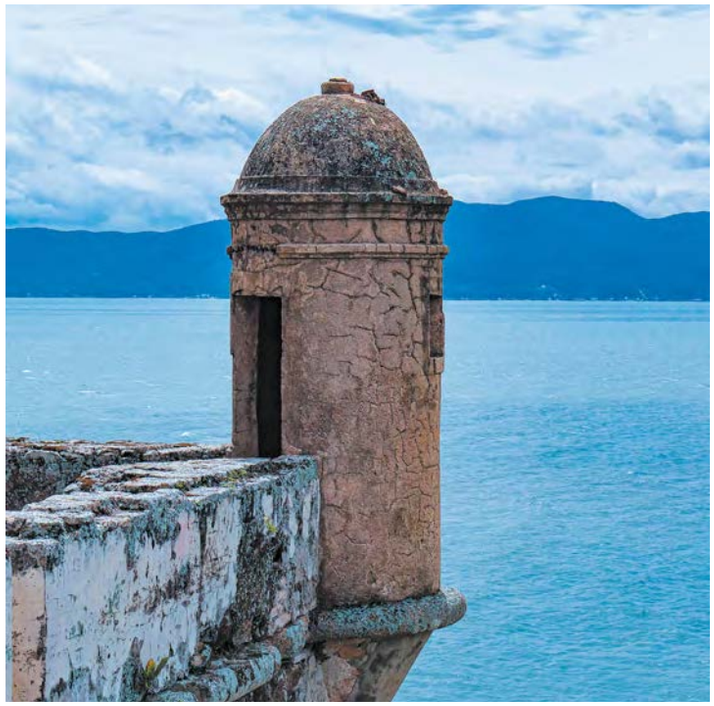


Foto 124 - Guarita de observação, Fortaleza de Santo Antônio de Ratones, Ilha de Ratones Grande, Baía Norte, Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

O povoamento açoriano (1748-1756)

Segundo Piazza (1983), a fundação dos povoados vicentistas no Século XVII não promoveu "surto demográfico" na costa catarinense, quando tão somente criou os três

núcleos isolados, Nossa Senhora do Desterro, São Francisco do Sul e Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

Problemas posteriores nesses três assentamentos quase geraram seu completo despovoamento, o que fora agravado pela fundação da Colônia de Sacramento (1680), remanejando alguns colonos para a sua ocupação estratégica e para defesa da mesma. Nesse contexto e, para o "fortalecimento da soberania no Brasil-Meridional" (PIAZZA, 1983, p. 139), a opção do povoamento pelos açorianos se apresentou.

Alguns açorianos emigraram ainda no Século XVII, especialmente para a Ilha de Santa Catarina, conforme aponta Cabral (1987, p. 61).

> Nos tempos do donatário Marquês de Cascaes, em 1666, um Antônio Afonso, com seis companheiros e suas respectivas famílias, haviam-se instalado na ilha e na terra firme fronteira – e, em 1692, um João Felix Antunes, com 260 açorianos, teria sido enviado para a mesma região.

Esse contingente, contudo, não fora suficiente para prover uma ocupação exitosa, sendo que as grandes levas de açorianos seriam enviadas ao Brasil entre os anos 1748-1756, no contexto dos conflitos em torno da ocupação meridional e em virtude dos problemas ambientais e econômicos que afligiram o Arquipélago de Açores.

Esse arquipélago atlântico fora descoberto pelos navegadores Gonçalo Zarco e Tristão Vaz em 1432 e, ao todo, é composto por nove ilhas: 1. Ilha de São Miguel (744 km²); 2. Ilha Terceira (476 km²); 3. Ilha de Pico (460 km²) – inicialmente conhecida como Ilha de São Luís; 4. Ilha de São Jorge (180 km²); 5. Ilha de Faial (166 km²); 6. Ilha das Flores (148 km²) – inicialmente conhecida como Ilha de São Tomás; 7. Ilha de Santa Maria (130 km²); 8. Ilha Graciosa (72 km²); e 9. Ilha do Corvo (12 km²) – inicialmente denominada de Ilha de Santa Iria (PIAZZA, 1983, p. 139).

Tratam-se de ilhas vulcânicas no meio do Oceano Atlântico que sofreram consideravelmente ao longo de sua história, com problemas de origem geotectônicas.

Em decorrência de uma erupção vulcânica em 10 de julho de 1720, na Ilha de Pico, e terremotos nas Ilhas de São Miguel e Terceira naquele mesmo ano, os açorianos foram levados a "requererem, mais uma vez, ao Rei passagem para o Brasil" (PIAZZA, 1983, p. 139).

Somando-se a isso, ainda segundo Piazza (1983), problemas econômicos foram preponderantes na motivação de emigrar. Excesso populacional associado com cada vez maior escassez de alimentos pelo esgotamento da capacidade produtiva das terras já forçara a determinação, em 1735, da Coroa portuguesa, de que para cada navio que partisse das ilhas para o Brasil, levassem cinco casais para as localidades da Ilha de Santa Catarina e para o Rio Grande de São Pedro. Essa situação precária se agravou e,

> Em 1746, todavia, os moradores do arquipélago pediram ao Rei permissão para emigrar para o Brasil, pois as ilhas encontravam-se superlotadas, havendo miséria, à vista de não bastar a produção para alimentar e manter o excesso de população. Atendendo o pedido, em 8 de agosto, o Conselho Ultramarino resolveu tomar uma atitude decisiva e a 31 do mesmo mês eram afixados os editais, abrindo a inscrição para os que desejassem emigrar (CABRAL, 1987, p. 62).

Ainda sobre isso, Piazza (1983, p. 140) complementa:

> É a atividade povoadora dando cobertura à finalidade política, ou seja, a ocupação dos territórios fronteiriços despovoados

> com gente de origem lusitana, a fim de evitar qualquer reclamação territorial futura, por parte da Espanha. E o Brigadeiro José da Silva Paes, em carta de 23 de agosto de 1742, endereçada ao Rei sugere o "aumento da povoação" da Ilha, e a resposta é dada em 28 de maio de 1744, reprisando a frase de Silva Paes "de que não bastão fortificações sem haver gente que as guarneça, e juntamente povoe, e cultive as terras, quando aquelas pela sua natural fertilidade podem sustentar os mesmos prezidios". Junta-se, assim, o interesse da Coroa com os dos açorianos e madeirenses.

Logo após a proclama dos editais na Ilha, começaram os alistamentos, tendo sempre preferência os casais já formados, uma vez que o intuito era não só a ocupação como também o povoamento.

O transporte ficou a cargo da Coroa portuguesa e esta, com consideráveis dificuldades financeiras, toma dinheiro emprestado a juro para providenciar a remoção dos alistados para o Brasil.

Demais itens de providência contidos nos editais, tais como a alocação dos casais em Sesmarias, as ajudas de custo, as rações alimentares, animais, utensílios e ferramentas foram colocadas sob a responsabilidade do governador da Capitania.

Os números de transportados, bem como a quantidade de levas entre 1748 e 1756 variam na historiografia presente, bem como assinalam Piazza (1983, p. 151) e Cabral (1987, p. 63). Este conta um total de cinco viagens nesse período, ao passo que aquele considera terem sido 10 viagens ao todo, ao considerar também pequenos contingentes transportados nos anos de 1748 e 1749.

A primeira leva, totalizou 461 pessoas, sendo este número um consenso entre os historiadores. A partir desse, Cabral (1987) fala de um segundo transporte com o total de 1 066 pessoas em 1749; um terceiro em 1750 ou 1751, com número desconhecido de pessoas; um quarto com 1 478 emigrantes no ano de 1752 e ainda contabilizou um quinto transporte em 1756 com 520 pessoas. Este autor ainda aponta que a contagem feita por Piazza (1983) possa ser mais precisa por ter sido levantado em documentação original.

Desse modo, Piazza (1983, p. 151) em levantamento específico, inclusive se valendo de registros médicos da hospedaria dos emigrantes em Nossa Senhora do Desterro, levantou um total de 6 071 pessoas entre 1748 e 1756 e considerou pequenas levas variando em torno de 200 pessoas feitas no mês de dezembro de 1748 e janeiro, março e setembro de 1749.

O transporte nas condições da época era bem-precário, sendo que tanto as instalações dos colonos no interior das naus, bem como as condições de alimentação e circulação de ar acabaram por vitimar um expressivo número de pessoas, apesar da imprecisão documental para estabelecer um número exato.

De acordo com Piazza (1983, p. 142), um regimento fora elaborado a fim de organizar o transporte dos casais a bordo e publicado na data de 05 de agosto de 1747. Sabe-se que tal regimento separava as famílias em instalações de mulheres e crianças trancafiadas de uma lado e homens de outro, com pouquíssima interação entre estes ou destes com o ar fresco, conforme relato.

> A travessia do Atlântico era ainda uma aventura terrível, tanto mais que feita de acordo com ordens excessivamente severas, as mulheres e crianças trancafiadas, só saiam dos alojamentos para a missa semanal, e não poucos morreram, o que fez muita gente já inscrita deixasse de embarcar, desistindo da viagem (CABRAL, 1987, p. 63).

Entre a elaboração da "solução" de povoamento do Brasil meridional pela Coroa portuguesa e a sua efetivação houve a troca do governador da Capitania de Santa Catarina.

Já em 1749, o Brigadeiro José da Silva Paes é substituído em definitivo pelo Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, sendo este então responsável pela alocação do maior fluxo de emigrantes açorianos, entre 1749 e 1753, período este que dura o seu governo. Considerações de Cabral (1987) sobre este governador já assinalam a querela em torno dos esforços em povoar pontos estratégicos não só na Ilha, mas no continente e da dificuldade no cumprimento das promessas feitas aos açorianos.

> O Cel. Manoel Escudeiro exerceu o cargo de fevereiro de 1749 a outubro de 1753 e coube-lhe receber, agasalhar, curar, alimentar e distribuir a maior parte dos casais açorianos vindos para povoamento da Capitania. Durante seu governo foi criada a Ouvidoria e foram fundadas na ilha e no litoral as póvoas de São José, São Miguel, SS. Trindade, Vila Nova e outras nas quais se instalaram os imigrantes ilhéus. São Francisco passou para o governo da Ilha, separado do de Santos. Manoel Escudeiro pretendeu mudar a vila para o continente fronteiro, com o que não concordou a Coroa, alegando já existirem nela as repartições. Tantas foram as dificuldades que teve de atender, tais os dissabores que se viu obrigado a curtir, que adquiriu fama de irritadiço e autoritário, com a qual deixou Santa Catarina (CABRAL, 1987, p. 71).

O edital de convocação dos açorianos falava em um "pedaço de chão de 1 650 m de cada lado" para cada casal. Contudo, o exame do livro das Sesmarias da Capitania de Santa Catarina revela que "poucos 'casais' receberam o quinhão devido" (PIAZZA, 1983, p. 153).

Ainda relevante nas dificuldades de assentamento dos colonos fora a adaptação ao cultivo de gêneros agrícolas diferentes daqueles plantados nos Açores.

Os solos vulcânicos e o clima do arquipélago favoreciam gêneros como o trigo, ao passo que os terrenos frutos de sedimentação, tais como areais e manguezais, nos quais muitos açorianos foram instalados, não permitiam tal cultivo, sendo necessário então a adaptação à farinha da mandioca (PIAZZA, 1983, p. 153).

O constante remanejamento dos recém-chegados a Ilha de Santa Catarina para outras localidades no litoral catarinense e para o Rio Grande de São Pedro também gerou muita reclamação por parte dos imigrantes.

Uma vez em terra firme, depois de meses em alto-mar em uma penosa travessia, a ideia de embarcar mais uma vez e rumar novamente ao desconhecido não foi tão bem-recebida por parte dos colonos.

> Em 1751, Manoel Escudeiro obrigou certo número de imigrantes a reembarcar para o Rio Grande, a fim de estender até o limite designado por El Rei o povoamento, imigrantes que não desejavam sujeitar-se a nova viagem, tendo havido protestos e, quando o próprio Governador narrou tê-los embarcado à força, recebeu do Rei severa repreensão (CABRAL, 1987, p. 64).

A respeito das promessas dos animais, "não se tem notícias do cumprimento por parte da Coroa Portuguesa, da promessa de dar vacas aos 'casais'" (PIAZZA, 1983, p. 153).

Também, aparentemente, faltou-lhes o prometido em ajudas de custo, ferramentas, utensílios e a alimentação inicial nos termos do acordado, haja visto os registros do que fora entregue:

> Outras dificuldades que tiveram os governadores de enfrentar foram as causadas pelo descaso dos encarregados de colocar na Ilha os gêneros de alimentação e os materiais prometidos pela Coroa no Edital de alistamento, tendo sido de verdadeiros sacrifícios os primeiros anos (PIAZZA, 1983, p. 154).

Na questão das ferramentas, teares e panos de linho e algodão foram entregues para que assim se desenvolvesse em solo brasileiro o já tradicional ofício da tecelagem açoriana, tal como a renda de bilro.

Se a quantidade de sítios ocupados demonstra ficar aquém do necessário aos imigrantes, a tecelagem, por usa vez, evoluiu bem, conforme aponta os números médios de população por sítio "em torno de sete pessoas, com o consumo 'per capita' de tecidos, o que resulta em mais de 4 varas[66] de tecidos por pessoa" (PIAZZA, 1983, p. 154).

Foto 125 - Vestimenta tradicional açoriana, Museu Etnográfico Casa dos Açores, Biguaçu (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

[66] Segundo Piazza (1983, p. 154), "vara equivale a 'cinco palmos', ou seja, 1,10 m".

Os resultantes culturais do povoamento açoriano na Ilha e na costa de Santa Catarina são vários, conforme assertoam os historiadores.

> Foi este contingente açoriano que povoou Santa Catarina, o elemento humano que deu linhas definitivas à sua organização social e firmou as tradições lusitanas da nossa terra, no idioma, na religião, nos costumes, ainda hoje dominantes nos sentimentos mais caros à nossa nacionalidade (CABRAL, 1987, p. 64).

> No elenco das manifestações da cultura popular açoriana ainda subsistente no litoral catarinense se alinham as técnicas de pesca, o folguedo do "boi-na-vara", o carro-de-bois, a olaria de cerâmica utilitária e decorativa, a "renda-de-bilro", os "pão--por-Deus" – como manifestação de literatura popular e de arte decorativa –, danças (geralmente denominadas fandangos), as festividades do ciclo do Divino Espírito Santo, além, evidentemente, do grande substrato linguístico, no qual se apoiaram e se aculturaram os demais grupos que, posteriormente, se instalaram na terra catarinense (PIAZZA, 1983, p. 155).

Acrescentamos ainda neste rol, a arquitetura típica açoriana, que permanece preservada em determinados bairros da Capital catarinense até os dias atuais.

Foto 126 - Casas típicas do povoamento açoriano, Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

A invasão espanhola de 1777

Para entender o contexto da invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina, em 1777, é preciso regressar algumas décadas no entendimento de alguns fatos históricos correlacionados.

O Tratado de Madrid, assinado em 13 de janeiro de 1750, efetivamente definiu os novos termos da delimitação territorial das Colônias portuguesas e espanholas na América, assumindo-se como referência, papel esse que fora outrora do Tratado de Tordesilhas (1494).

A definição do que seriam essas fronteiras se baseou no Mapa das Cortes (MAPA..., 1749), que, na época, era a melhor configuração do território sul-americano e privilegiou o conceito do *uti-possidetis,* além de se valer das demarcações naturais, tais como rios e fozes, para definição dos limites territoriais. O desenho fronteiriço do que viria a ser Santa Catarina ficara claro no Art. V do tratado, procedendo-se então às devidas demarcações (PIAZZA, 1983, p. 161).

A efetivação do tratado se deu por expedições feitas em quatro fases. A primeira fora executada pelo próprio Governador-Geral, Gomes Freire, e as demais subsequentes por outros designados sob seu comando e já com a influência do Marquês de Pombal, conforme aponta Piazza (1983) ao mencionar correspondências secretas deste para com aquele.

Enquanto isso, houve resistência nas Missões Jesuíticas espanholas, que agora se viam sob domínio territorial português e, então, deveriam ser deslocadas para a margem oriental do Rio Uruguai, culminando em um conflito. Conhecido como Guerra Guaranítica, ocorrido entre 1754 e 1756, na atual área do Município de São Miguel das Missões (RS), os Sete Povos das Missões foram derrotados com grande perda de vidas por parte dos Guaranis e, consequentemente, atrasou os processos de demarcação das fronteiras[67].

Entretanto, não só as Missões Jesuíticas se encontraram em desfavor no tratado. Houve um crescente descontentamento, especialmente por parte da Espanha, com os seus resultados.

Também em virtude da ascensão de novos monarcas em ambos os reinos, gerou-se um novo contexto político. Nesse sentido, o Tratado de El Pardo, assinado em 12 de fevereiro de 1761, pelos Reis D. José I, de Portugal e D. Carlos III, da Espanha, anularam as condições estabelecidas pelo Tratado de Madrid (1750) e voltava-se as delimitações à situação anterior, ou seja, um limbo de diversas transgressões por ambas as partes dos termos de Tordesilhas (1494).

> A partir de então, desencadeia-se uma guerra declarada ente as duas nações ibéricas, com o ataque e a tomada da Colônia de Sacramento, em agosto de 1762, pelo Governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, e da Banda Oriental marcha sobre o Rio Grande de São Pedro, tomando, sucessivamente, várias posições, até que tomou a capital, a cidade do Rio Grande (12 de maio de 1763) (PIAZZA, 1983, p. 182).

A resposta do Coroa portuguesa foi, então, se valer da tática de guerrilha para fustigar a dominância militar dos espanhóis na região. Paralelamente, fez-se

> um acordo especial, à margem do Tratado de Paris, - que finalizava a guerra dos "Sete Anos" -, assinado naquele ano

[67] As Missões Jesuíticas são trabalhadas no primeiro volume *Brasil Meridional* do *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* (BRASIL..., 2006, p. 25)

> de 1763, entre Inglaterra, França, Holanda e Espanha. Mas, astutamente, D. Pedro de Cevallos entregou aos representantes portugueses a Colônia de Sacramento e negou-se a fazer a entrega do Rio Grande, mesmo após o retorno, em 1766, de Cevallos à Espanha (PIAZZA, 1983, p. 182).

Essa posição estratégica assumida por Cevallos rendeu uma ocupação de 13 anos da Vila de Rio Grande, que só viria ser novamente retomada pelos portugueses em 1º de abril de 1776.

> Prosseguiu a guerrilha e, por outro lado, o Marquês de Pombal, organizou um plano de sustentação do Rio Grande e de expulsão dos espanhóis dali, tendo como apoio a Ilha de Santa Catarina (PIAZZA, 1983, p. 182).

Segundo Cabral (1987), repercutiu mal na Espanha a retomada de Rio Grande pelos portugueses e rompeu guerra, novamente, entre os dois países.

Dessa vez, a resposta viria na montagem e no envio da maior esquadra espanhola, até então, a zarpar da Europa em destino à América do Sul (PIAZZA, 1983, p. 182).

Composta ao todo por 24 embarcações, 116 unidades militares e com 920 "bocas de fogo", a esquadra foi encarregada ao D. Pedro de Cevallos Cortés y Calderón, e se encontrava composta das seguintes embarcações:

> 6 navios de linha (4 de 70 e 2 de 60 canhões), 8 fragatas (4 de 26, 1 de 28, e 3 de 20 canhões), e chambequin de 30 canhões, 2 paquebotes de 16 canhões, 1 bergatim de 10 canhões, e, na América se incorporam a esta esquadra: 3 navios de 70 canhões e 1 fragata de 26 canhões [...] (PIAZZA, 1983, p. 182).

A força expedicionária ainda era formada por expressivo contingente de 5 148 marinheiros, 1 308 soldados da marinha e um exército de 9 383 soldados.

Segundo Piazza (1983), essa esquadra passa pelas Ilhas de Cabo Verde em novembro de 1776, são agrupadas na Ilha de Ascensão ou Trindade em janeiro de 1777 e de lá, rumam em direção à Ilha de Santa Catarina.

Por parte da preparação dos portugueses na Ilha, além de toda a estrutura projetada e construída por Silva Paes e seus sucessores, ainda em 1774, o Marquês de Pombal determinava a formação de contingente de 1 210 homens de arma da cavalaria, 4 182 homens de infantaria e 2 000 homens de tropas ligeiras (PIAZZA, 1983, p. 183).

Para se encarregar de montar e operar toda essa estrutura defensiva, fora nomeado o Marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça, transferido das Minas Gerais.

Porém, o mesmo só fora encarregado da administração militar da Ilha, enquanto os assuntos civis da Capitania recaíam sob outro nomeado, dessa vez, pelo então vice-rei.

> Concomitantemente, foi nomeado Governador da Capitania de Santa Catarina o Coronel Pedro Antônio de Gama Freitas, protegido do Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Estado do Brasil, que desde logo, passou a intrometer-se nos assuntos militares e desavindo-se, pois, com Furtado de Mendonça (PIAZZA, 1983, p. 183).

Ao fim de 1776, o efetivo em terra na Ilha era de 3 004 soldados de infantaria e auxiliares, um número aquém daqueles solicitados em 1774 pelo Marquês de Pombal. Somam-se a estes, um efetivo de três naus e duas fragatas e algumas embarcações auxiliares e mais 1 674 homens, com o total de 330 "bocas de fogo" para defesa no mar.

Nos fortes, fortalezas e baterias, fora empregado um total de 143 canhões, destacando-se os 56 alocados na Fortaleza de Anhatomirim, os 31 posicionados na Fortaleza de

São José da Ponta Grossa e os 14 na Fortaleza de Santo Antônio de Ratones, guarnecendo assim a entrada da Baía Norte (PIAZZA, 1983, p. 185).

A situação demonstrava clara desvantagem numérica das forças portuguesas em relação aos espanhóis, ainda que pese sobre isso a dificuldade que seria a transposição de um sistema de fortificações em uma incursão naval dentro do canal.

No início de fevereiro de 1777, três embarcações provenientes do Rio de Janeiro em direção à Portugal são interceptadas pela esquadra espanhola. Nelas, são encontradas cartas detalhando as defesas da Ilha e da operação naval portuguesa na área.

Ainda pelo conteúdo da carta, fica Cevallos sabendo que "as forças marítimas portuguesas lhe preparavam uma emboscada na Enseada das Garoupas" (PIAZZA, 1983, p. 185), nas águas que banham a atual Cidade litorânea de Porto Belo (Santa Catarina).

Os eventos a seguir, em meados de fevereiro, demonstram uma série de movimentos por parte da esquadra espanhola municiada de informações militares estratégicas dos portugueses e uma série de indecisões e hesitação por parte do comando das forças de defesa da Ilha, que culminaram na capitulação da mesma no final daquele mês, reafirmando a superioridade numérica espanhola frente a pouca resistência portuguesa.

Inicialmente, em 17 de fevereiro, já nas proximidades da Ilha de Santa Catarina, vindo do norte, a esquadra espanhola cruza com a esquadra portuguesa. No comando da esquadra lusitana, naquela ocasião, estava o Coronel do Mar Roberto Mac-Douall, com três naus de 64 canhões, uma nau de 50 canhões e quatro fragatas, tenho por total de 122 canhões auxiliados por mais duas sumacas e um iate (PIAZZA, 1983, p. 186).

Ao avistar a esquadra inimiga, o Comandante Mac-Douell fez saber imediatamente ao governador da Capitania a presença dos espanhóis nas proximidades da Ilha.

Entre 17 e 19 de fevereiro, as esquadras se estudaram e até houve proposta de um dos comandantes portugueses, José de Melo Brayner, de engajar em combate com os espanhóis (PIAZZA, 1983, p. 186).

Entretanto, o comandante-geral da esquadra, Mac-Douell, "afastou-se sem oferecer combate, segundo as instruções do Vice-Rei de poupar a sua esquadra, ao que se diz" (CABRAL, 1987, p. 77).

Segundo Piazza (1983), seguindo ventos favoráveis, sem resistência no mar e totalmente ciente da sua superioridade frente às defesas da Ilha, Cevallos fundeia toda sua esquadra na Enseada de Canasvieiras em 20 de fevereiro, se protegendo estrategicamente dos canhões da Fortaleza de São José da Ponta Grossa e da Bateria de São Caetano, posicionando-se atrás da Ilha do Francês.

> Na noite de 22 para 23 de fevereiro faz-se o desembarque, dissimulado em parte, pelas lanchas que estavam na área. O próprio Cevallos capitanea a operação de desembarque na praia de Canasvieiras. O Comandante do forte de São José da Ponta Grossa acreditou ser um ataque geral e fez disparar alguns tiros de canhão, mas, sendo atacado por terra e tendo toda sua artilharia voltada para o mar, inclusive a da bateria de São Caetano, que lhe ficava a leste, não pode reagir e, assim, capitulou. A 24 de fevereiro deu-se a ocupação (PIAZZA, 1983, p. 186).

Desse modo, o sistema tático de defesa triangular da Baía Norte, sustentado pelas três fortalezas sofreara uma derrota

estratégica pois ao cair a alça de defesa leste abre-se um buraco no sistema defensivo, por onde, então, seria possível passar os navios de guerra do inimigo.

Foto 127 - Canhões apontados para o mar, Fortaleza de São José da Ponta Grossa, Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

O comandante militar da Ilha, Furtado de Mendonça, junto com o governador da Capitania e diversos oficiais, retira-se para o continente, em 24 de fevereiro. Movimento esse tido como precipitado, pois não havia ainda sido testado a força de defesa das demais fortalezas, uma vez que, exceto a da Ponta Grossa, não houve engajamento contra os navios inimigos no canal.

Nos seis dias que separam o ataque ao Forte de São José da Ponta Grossa até a capitulação total da Ilha, um conselho formado pelo Comandante Furtado de Mendonça e pelo governador da Capitania, Gama Freitas, além dos demais oficiais que abandonaram seus postos, tentou diversos acordos com o comando espanhol. Por fim, lhes foram entregues um *ultimatum* junto a um acordo em que os oficiais rendidos poderiam seguir para o Rio de Janeiro em embarcação espanhola e os demais 3 816 soldados seriam prisioneiros de Cevallos a serem embarcados e direcionados ao sul, a fim de povoar o caminho entre Buenos Aires e Tucumán (PIAZZA, 1983, p. 187).

Acordo esse que fora aceito então pelos governantes militares e civis e pelos oficiais acampados no continente que, ao fazerem, abandonaram não só o seu contingente subordinado, como também toda a população dos ilhéus.

Em 26 de fevereiro de 1777, D. Pedro de Cevallos, que antes tomara dos portugueses a Colônia de Sacramento e a Vila de Rio Grande, entrava, mais uma vez triunfante, agora na Vila de Nossa Senhora do Desterro. Em 28 de fevereiro, recebe em mãos, assinada pelo Comandante Furtado de Mendonça e pelo Governador Gama Freitas, o termo de capitulação e a entrega da Ilha aos espanhóis (PIAZZA, 1983, p. 187).

A partir daí, Cevallos, em março de 1777, embarca com parte da sua frota em direção à Buenos Aires junto aos 523 soldados prisioneiros daqueles 3 816, haja visto que os demais desertaram se escondendo na Ilha ou buscaram se reorganizar em guerrilhas no continente que estava também em vias de ser invadido.

Durante a ocupação, a população local da Ilha entrou em desespero com muitos procurando abandoná-la em direção ao continente, deixando para trás posses e bens que gastaram décadas para construir. Outros, apesar de permanecerem em suas terras, se viram forçados a jurar lealdade ao Trono espanhol, sendo ameaçados de expropriação das posses caso não o fizesse.

Foto 128 - Fortaleza de Santo Antônio de Ratones, Ilha de Ratones Grande (Baía Norte), Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

A estratégia de ocupação se resumiu na presença militar ostensiva e ao envio de eclesiásticos espanhóis para as Freguesias, tais como Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e Nossa Senhora das Necessidades. No continente, tomaram localidades como Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito e, no local, foram queimados os livros eclesiásticos e os registros da Provedoria da Fazenda (PIAZZA, 1983, p. 188).

O ímpeto conquistador dos espanhóis fora, contudo, repelido na altura de Vila Nova, graças ao Capitão Cipriano Cardoso de Barros Leme que, a partir de Laguna, organizou ali a guerrilha empurrando os espanhóis para o norte (PIAZZA, 1983, p. 188; CABRAL, 1987, p. 78).

As notícias da derrota e da ocupação da Ilha foram recebidas como desoladoras em Lisboa e as consequências para os envolvidos foram graves.

> Epilogando o triste episódio, cabe-nos narrar as consequências que recaíam sobre os responsáveis pela derrocada. Mac Douall foi destituído do comando da esquadra; Gama Freitas e outros condenados perpetuamente à prisão; e Furtado de Mendonça, infamado e rebaixados de posto. Inocentados foram apenas os oficiais e soldados dos Regimentos, que cumpriram as ordens. Doze anos depois foram todos anistiados, embora os maiores responsáveis se vissem para sempre inabilitados para o serviço-real (CABRAL, 1987, p. 78).

No dia da invasão à Baía Norte da Ilha, 24 de fevereiro de 1777, morria o Rei D. José I e, consequentemente, caía o, antes poderoso, Ministro Marquês de Pombal. Ascendeu

ao trono, sua filha como a Rainha Maria I de Portugal e sua mãe atuando como regente em seu nome.

A viúva de D. José I, D. Mariana Vitória, era irmã do rei espanhol D. Carlos III e usou desse expediente para conseguir um acordo de paz com o irmão em nome da filha.

Nesse sentido, foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso em 1º de outubro de 1777, determinando a paz entre as nações e a devolução da "Ilha de Santa Catarina, com as armas e munições encontradas" (PIAZZA, 1983, p. 190).

Também ficava assegurado que

> Portugal não consentiria no aproveitamento da mencionada ilha como base naval e se fazia a proibição da utilização da Ilha de Santa Catarina pelas naus estrangeiras de guerra ou de comércio o que não se aplicaria às naus da Espanha (PIAZZA, 1983, p. 190).

Com esse tratado, também retornaram os trabalhos de demarcação das fronteiras com base nas feições naturais e na doutrina do *uti-possidetis*, retomando-se as bases do Tratado de Madrid (1750). Contudo, não fora com esse acordo que as questões territoriais portuguesas e espanholas ficariam definidas no Período Colonial e diversas outras disputas, incluindo a posse dos territórios das Missões Jesuíticas espanholas e da ocupação portuguesa na margem do Rio da Prata, ressurgiriam em outras momentos.

A Ilha de Santa Catarina na Literatura

O povoamento dos açorianos na costa catarinense, especialmente na Ilha de Santa Catarina, assim como a posição estratégica da Ilha na defesa dos interesses coloniais portugueses, se encontra romanceada em duas obras literárias de Almiro Caldeira, *Rocamaranha: novela* e *Arca a*çoriana*: rocamaranha II*.

Esses dois volumes são, de fato, um romance único que segue a linha temporal de duas famílias[68] na sua trajetória, desde o alistamento no Arquipélago de Açores, em 1748, passando pelas penúrias da sua travessia oceânica, até o seu assentamento nos arredores da Vila de Nossa Senhora do Desterro, por volta de 1750, na atual Florianópolis (Santa Catarina). Subsequentemente, essas famílias têm retratado o seu envolvimento na vida local e na ocasião da invasão espanhola em 1777.

O primeiro livro, *Rocamaranha: novela*, narra a parte histórica compreendida entre os anos 1748 e 1750, em que suas famílias se encontram na difícil decisão de emigrar dos Açores para as "terras de além-mar" na busca de melhores condições de vida. Uma família se alista na primeira leva de migrantes, interrompendo o relacionamento de um jovem casal de namorados, Nanda e Duda, o que acaba por incentivar este último e, por conseguinte, sua família, a se aventurar na segunda leva.

Nessa obra, estão relatadas também as intemperes de uma viagem perigosa e extenuante que fora a travessia do Oceano Atlântico nas condições presentes em meados do Século XVIII, até as dificuldades de seu assentamento na ilha catarinense, por descumprimento das promessas da Coroa portuguesa.

O segundo volume, *Arca açoriana: rocamaranha II*, passa-se 27 anos após o primeiro livro e inicia-se exatamente com a invasão espanhola à Ilha em 1777. As famílias se veem em um jogo geopolítico entre as Coroas portuguesas e espanholas por causa das delimitações territoriais na América Meridional. Sendo assim, o romance aborda os problemas na defesa da Ilha e da questão do embate político entre o

[68] Logo no início da obra o autor salienta que "as personagens e o entrecho desta narrativa são fictícios, sem prejuízo do empenho que se teve em respeitar, quanto possível, a verdade histórica" (CALDEIRA, 2003b, p. 6).

representante da Coroa, na figura do comandante militar responsável pelas defesas e o representante do vice-rei, o então governador da Capitania.

Também é narrado na estória o ambiente de incerteza e precariedade dos ilhéus em função da ocupação estrangeira. Pressionados em aceitar o invasor e lhe jurar fidelidade, traindo então à sua pátria portuguesa, ou se recusando e tendo que enfrentar um inimigo em maior número e clara vantagem, a população local sofre todas as consequências de um conflito aberto que avassalou a Ilha em função de sua importante posição estratégica de suporte para as demais batalhas em torno da questão meridional de colonização da América do Sul.

A fim de contextualizar a leitura dos trechos das obras selecionados no tópico **Região e Romance**, desta publicação, apresentamos uma breve descrição dos principais personagens.

Os personagens centrais do primeiro livro são:

Jordelino: patriarca de uma das famílias. É o grande entusiasta da ideia de emigrar, pois tem ambições, as quais as restrições da vida nos Açores não mais lhe permitem realizar. Convence sua família e ainda tenta convencer a outra família a se aventurar em terras brasileiras.

Conceição: esposa de Jordelino e que, apesar de não simpatizar com a ideia de abandonar uma "vida feita" na terra dos Açores, acaba acompanhando o marido na empreitada.

Nanda: filha única de Jordelino e Conceição. Jovem moça apaixonada por Duda, que resiste à obstinação do pai em emigrar, haja vista a resistência da família de Duda em fazer o mesmo.

Ricardo: patriarca da outra família. Apesar de simpatizar com a ideia de novas terras e promessas da Coroa portuguesa para os colonos, resiste à ideia por medo e desconfiança na empreitada. Pesa contrário também, a resistência da esposa em deixar os Açores.

Maria Amália: esposa de Ricardo. É quem mais resiste à ideia de emigrar por seu arraigamento à terra natal, desconfiança no cumprimento das promessas da Coroa e desconhecimento sobre o Brasil. Resolve se aventurar com a família na segunda leva de migrantes com medo de perder o filho e nunca mais vê-lo, já que o rapaz estava obstinado a seguir sua namorada que fora na primeira leva. Acaba vitimada durante a travessia, assim como vários outros migrantes, pela doença do "mal-de-luanda" e é enterrada nas Ilhas do Cabo Verde, na costa africana, quando a nau atraca para reabastecimento de água e comida para o restante da viagem.

Duda: jovem rapaz, filho de Ricardo e Maria Amália e apaixonado por Nanda. Apesar de não conseguir convencer a família em um primeiro momento, a busca incessante por um meio de atravessar o oceano e se encontrar com sua amada, mesmo que isto significasse deixar a família toda para traz, acabou por mudar a decisão dos demais.

Maria das Dores ("Das Dores"): irmã mais nova de Duda. Não apresenta resistência a ideia de emigrar e acompanha a decisão dos pais quando estes repensam a decisão anterior em função de Duda e, então, resolvem acompanhar o rapaz. Quase morreu durante a travessia oceânica, sofrendo do 'mal-de-luanda'.

Juntam-se aos personagens do primeiro livro, os seguintes personagens do segundo livro:

José Maria: filho mais velho de Nanda e Duda, o jovem soldado se encontra diretamente envolvido no conflito com os

espanhóis. Após a ordem de abandonar as fortificações e não resistir ao invasor, José Maria se associa à milícia do alferes Ebrantino e participa da defesa no continente, atuando em importantes batalhas em São Miguel, atual Biguaçu (Santa Catarina). Retorna à Ilha e acaba ferido. Sua participação no conflito lhe rende homenagens e titulações de terras pela Coroa portuguesa no pós-guerra.

Maria José: filha de Duda e Nanda, irmã de José Maria. A jovem apaixona-se por um oficial espanhol e tem o relacionamento proibido pelo pai, que o considera como inimigo. Após a mudança da família toda para o continente, fugindo da perseguição dos espanhóis, a jovem tem um colapso mental e nunca mais se recupera.

Timóteo: marido de "Das Dores". Um homem simples e de boa proza, porém com problemas de alcoolismo.

Rita: filha de "Das Dores" e Timóteo. Jovem moça que já sofre a pressão de ter que se casar.

O desenvolvimento das estórias romanceadas e de suas personagens tange, em diversas passagens das obras, a geografia e a história da Ilha de Santa Catarina, além de retratar, com considerável nível de detalhes, os problemas enfrentados em sua terra natal e sua viagem até o Brasil.

Em *Rocamaranha: novela*, são retratados os problemas como a escassez de alimentos no arquipélago açoriano, bem como as proclamas de editais régios para emigração e a insegurança dos ilhéus em abandonarem sua terra em busca de uma vida melhor em uma terra desconhecida.

A travessia por meio das naus providenciadas pela Coroa portuguesa, bem como suas condições precárias das instalações dos colonos durante a viagem estão detalhadas em grande parte do romance. São relatados os problemas de saúde pelas péssimas condições de higiene e alimentação, descritos em termos da época, como os sintomas prováveis da hepatite, chamada de "teriça" e, principalmente, a doença "mal-de-luanda", como era conhecido o escorbuto que acometia os navegantes por falta de alimentação adequada.

Em *Arca açoriana: rocamaranha II*, estão retratadas o processo de ocupação da Ilha pelas forças espanholas, a fuga de parte da população para o continente e as estratégias de resistência ou rendição da população que permaneceu na Ilha.

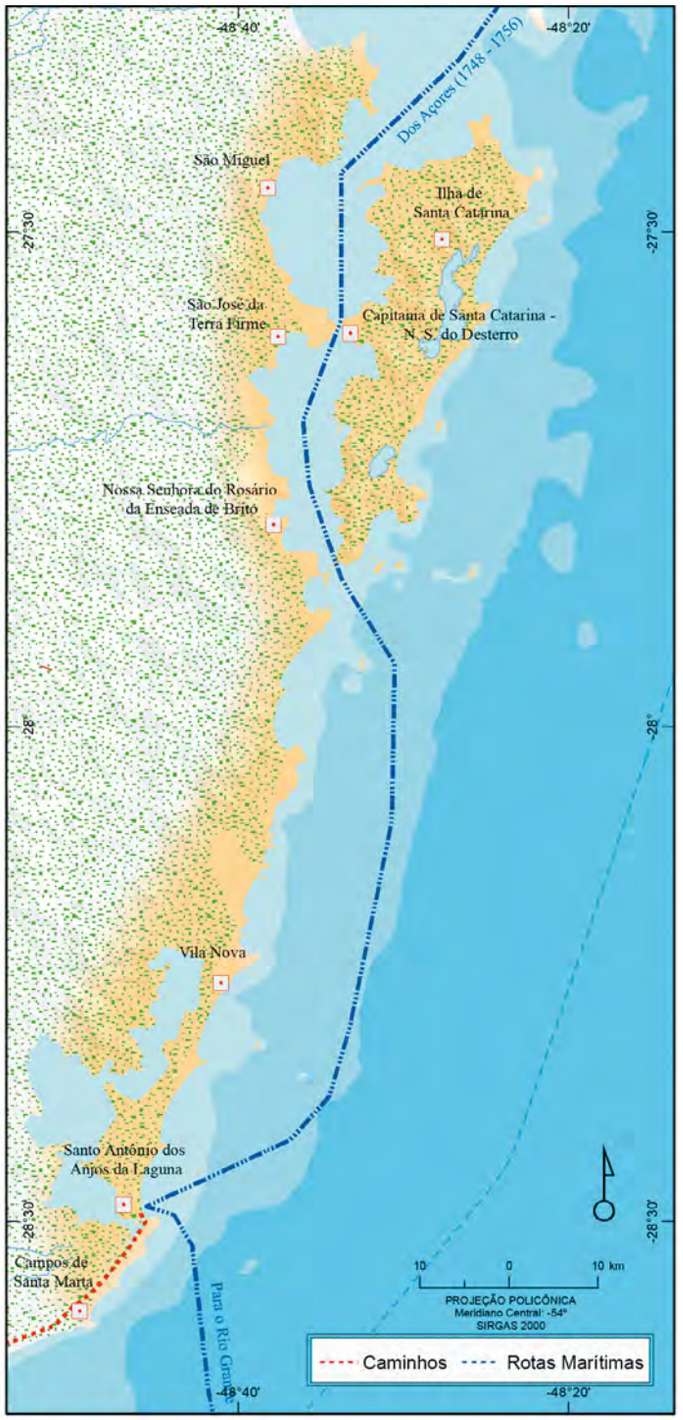
Mesclados aos fatos da ocupação, estão bem-retratados costumes e tradições da época, como a prática da renda de bilro, a vida religiosa local e o espraiamento dos povoados por toda a Ilha além da Vila de Nossa Senhora do Desterro e pelo continente.

Detalhes sobre o alistamento militar e da requisição do trabalho compulsório pelo governo da Capitania estão bem-relatados no livro, assim como a insatisfação popular que isso gerou. Todo o sistema de defesa e fortificação da Ilha, construído com base nesse trabalho dos colonos, fora perdido durante a invasão sem que houvesse qualquer tentativa de resistência, gerando uma descrença na administração local.

Porém, a resistência no continente, especialmente em São Miguel e em Laguna são descritas como heroicas e reconquista a confiança da população da Ilha de que a libertação por forças portuguesas haveria de chegar. Contudo, fora o Tratado de Paz de Santo Ildefonso (1777) que selou o fim da ocupação espanhola e restituiu a ordem lusitana na Ilha, momento esse também romanceado na incredulidade daqueles que, crentes no êxito espanhol e na duradoura ocupação, juraram lealdade à bandeira espanhola e ao Rei D. Carlos III de Castilla.

Ilha de Santa Catarina

Povoamento Açoriano (1748-1756)



Ilha de Santa Catarina (1777)

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021. 3. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021. 4. MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021. 5. HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021. 6. SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021. 7. CABRAL, O. R. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 8. PIAZZA, W. F. *Santa Catarina*: sua história. Florianópolis: Ed. UFSC: Lunardelli, 1983. 9. PIAZZA, W. F. *A epopeia açórico-madeirense (1748-1756)*. Florianópolis: Ed. UFSC: Lunardelli, 1992.

Nota: O recorte representa a região da Ilha de Santa Catarina tratada neste capítulo. Algumas toponímias indicam a denominação vigente no período dos romances aqui sugeridos, assim como alguns elementos, e foram mantidos para melhor situar o leitor no palco dos acontecimentos.

Região e Romance[69]

Foi um alvoroço. Montoeira de gente encheu o Largo do Paço, a ouvir os editais de D. João V. Exultou o povo diante dos generosos prometimentos de trabalho e ganho em terras portuguesas de além-mar. Canção de esperança em meio a lamentos da triste miséria, a fala do Trono amanheceu a noite escura do desespero da gente açoriana.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 6

— Espie só, se tenho, se não tenho razão. Aqui, estamos de louça e pires, nada temos de nosso, que tudo é lá do senhor Morgado. A vida que levamos é esta tristeza de todo santo dia, com as privações que só mesmo Deus pode saber.

— Arre, homem, que exagero! Afinal, nunca ninguém passou fome, que eu visse!

— Para você uma espiga de milho é riqueza. Com bem pouco e até mesmo com nada se contenta. Aqui, mais dia, menos dia, acabo dando com o rabo na cerca sem nunca lograr nada.

— E lá, que é que vai lograr?

— No Brasil?

— Pois decerto. Não é pra lá que se quer botar?

— Gente! Lá a sopa me vai cair no mel! Começa que vou ganhar uma carta de sesmaria duma quarta de légua desagravada de qualquer tributo. Depois, as ferramentas todas da lavoura, um terno de gado e dois ou mais alqueires de sementes.

— Que esperança! Tudo isso há de ficar no ora-veja.

— Mas que estupideza, mulher! Está tudo lá escritinho na proclama, com o sinete real, subscrevido pelos desembargadores do Conselho! Eu mesmo falei com o corregedor da Câmara!

— E que me importa? Esses que tais também são capazes de embrulhar todo mundo.

— Qual, estou eu a fazer ver...

Ele nada mais disse até que a mulher voltou à carga:

— Vamos que eles lhe dêem tudo isso, coisa que é de duvidar, mas enfim eu sempre queria saber como se há de arranjar enquanto não puder tirar a sustância da terra.

— Nem isso escapou ao proclama. Durante um ano todo inteirinho a sustentação das famílias corre por conta da fazenda real. E tem ainda as ajudas de custo, que não são migalhas. Olha, aqui está quem pegará, logo no desembarque, nada menos do que dois mil e quatrocentos réis! – Jordelino indicou a filha, raparigota de doze para treze anos, que seguia a conversa de olhos baixos, de dedos longos e ágeis atentos ao trabalho.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 8-9

— Tem mais uma outra coisa. Para onde é que se vai? Ouvi dizer que fica no Brasil, mas como é que se chama o nome do lugar?

— Se eu soubesse o que está no proclama, não sabia mais do que você. Mas porém comigo tudo tem de ser esmiuçado. Fui ao Comendador Brito e me inteirei de que a gente vai se passar para uma ilha como a nossa, chamada Santa Catarina. Agora, força é confessar, o que não me ventou bem foi o nome da vila, um nome desconforme: chama-se Desterro!

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 22

Chegou muito tarde ao povoado. Dormia a casa. Cauteloso, cuidando em não acordar ninguém, empurrou a porta e entrou na cozinha onde vigilava uma candeia junto ao prato de peixe salgado. Atirou-se à ceia, de contínuo, com apetite. Mal se acomodou, veio-lhe aos boas-noites a mãe, desassossegada por sua demora e inquieta pelas novidades da vila-capital. Sem cortar a refeição, foi relatando aos tropeços, em retalhos, toda a fantástica história de Jordelino, do edital do meirinho, das promissões do Trono, e por fim do empenho e do ajuste daquele com respeito à passagem deles, também, para a nova terra brasileira.

Tão depressa largou a trouxa, tão ligeiro recebeu o troco, tudo muito claro como a luz do dia, sem meias-tintas nem embromações. Ambas as mãos ao rosto, com firmeza e indignação, Maria Amália garantiu:

— Que esperança, filho! Antes mil vezes morrer que a gente deixar o seu natural.

— Mas olhe cá, a falar a verdade, não me parece...

— Valha-te Deus, meu filho, nem tornes a isso, que até me cai a alma aos pés! Ora, louvado, era só o que faltava.

[...]

Havia dado por encerrada toda a questão com a família em torno da viagem. Mas, à ceia, pela tardinha, reabriu o debate, sem querer, às indagações da irmã acerca do que andava por Angra em resultado do

[69] Manteve-se, neste Atlas, a grafia original conforme publicada nos livros.

edital da Corte. Duda jogou então a última cartada, relatando com animação e exagero os favorecimentos apregoados pelo meirinho. Olhando-o de viés, o pai cortou-lhe a preleção:

— Ponho em quarentena tanta esmola. Tenho muito sol já nas costas para deixar que me passem mel nos beiços. E mesmo que acreditasse, mesmo que tudo fosse verdade pura, nunca que ia virar as costas ao meu torrão açoriano, à minha pátria que Deus me deu.

— Está aí, mais não é preciso dizer. Melhor pobre por toda vida no meu chão que rico em terra estranha – reforçou a mulher, do seu canto.

— Mas, gente, estão enganados se pensam que aquilo também não é chão português! O Brasil é terra da Cruz de Cristo, palavra que sim! Uma colônia lusitana doutra banda do oceano.

— Seja como for, não é terra açoriana, não é nossa pátria... e ainda que seja, vá lá, podem bem ser, que valor de Portugal anda rodeando o mundo, mas assim como assim nosso natural não é! E deixemos de porfia, que até loucura estar-se a cogitar dessas coisas! – Maria Amália rematou o assunto para sempre.

Almiro Caldeira

***Rocamaranha: novela*, 2003, p. 27-29 e p. 30-31**

Vendo a carga ser levada para bordo em espantosa cambulhada, não conteve Maria Amália os temores impacientes:

— Olhem que confusão aramaram na azáfama do carregamento! Aí que nunca mais vejo minhas arrecovas!

Ao que uma velhota contrapôs:

— Tanta atrapalhação faz a gente ficar pasmada!

Pouco depois, anunciaram:

— Atenção, minha gente! Vai começar o chamamento dos passageiros!

Cedeu o burburinho, na ansiosa expectativa. Mas, foi-se ver, era engano. Por mais de uma vez soou falso o rebate, provocando a desesperação do povaréu. Só à tarde é que o mestre do navio mandou descer a prancha e, rodeado de guardas, nas mãos longas laudas contendo os nomes dos inscritos, colocou-se ao pé do tabuão, iniciando a chamada do pessoal.

No momento o embarque, não era raro ouvir-se:

— Adeus Pátria, adeus ilha, me dê a sua benção!

Ou com freqüência:

— Ai, com que dor no coração deixo a minha rica terra açoriana!

[...]

— Ricardo Antônio Lourenço! – trovejou-lhe aos ouvidos a voz do mestre da nave. E o nome foi repetido, de diversos pontos, pelos escopeteiros da escolta.

Duda respirou aliviado. A pequena saltitou de satisfação. Ricardo atarantou-se. Maria Amália estremeceu como se lhe soasse a chamada do juízo final. Demoraram-se em atender, que a mulher, em seu estonteamento, custou a arrecadar os seus fardos de mão. Uma ordenança recriminou-os:

— Vamos, nada de embromações! Aviem-se, que o mestre está a esperar!

Num instante, após ligeira identificação, despacharam-nos para o convés, onde foram recebidos com esta brusca determinação:

— Apartem-se os homens das mulheres!

Ricardo ensaiou um protesto.

— Como é lá isso? Então vão me separar a família?

Secundou-o a mulher:

— Isso também é por demais!

— É o regulamento. Não carece discutir. Os homens para a câmara da proa, as mulheres para o da ré. Hei! Aonde se mete vossenhoria? Ande cá você aí, torne atrás, homem, que neste rumo vai bater no alojamento das mulheres!

Se era o regulamento, não havia senão obedecer. Foi o que, paciente e compassivo. Ricardo fez ver à mulher. Ela ainda se clamou:

— Ai, Jesus, por esta eu não esperava! Que há de ser de nós duas, filha, sozinhas nesta embrulhada?

Nem puderam dizer-se adeus. De súbito, aos empurrões, foram separados pela mole desinquieta. Marido e mulher despediram-se com um olhar carregado pela tristeza. Um olhar que se alongou na alma para durar por todo sempre. Como se fosse o derradeiro.

Almiro Caldeira

***Rocamaranha: novela*, 2003, p. 45-47**

Da meia-noite para o dia, mais subiu o motim dentro da câmara das mulheres. A turbulência do mar pôs tudo em remexida. Por toda parte, o berreiro da criançada junto às imprecações, às lamúrias, aos gritos do mulherio alvoratado. E por cima a rebordosa dos vomitórios, com a lufa-lufa das encarregadas da limpeza – mulheres de má vida deportadas pela Corregedoria – que não tinha parada sob as ordens severas das mandantes:

— Corra aqui, boca d'açorda! Alimpe essa imundice! Qual, vancês não são de fiança ...

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 55

Novas manhãs e noites infindáveis viram o padecimento daquela gente sacrificada na moção aventurosa. A mortandade pelas parasitoses, malignas, disenterias, trouxera já o luto a várias famílias, quando apareceu a bordo o mal-de-luanda. Das Dores foi uma das primeiras vítimas. Uma prostração danosa, uma fraqueza extrema, jogou-a ao leito. Ouvindo-a gemer, a mãe erguia-se da cama a todo momento, a confortá-la:

— Nada receia, filha! Já ficas boa num instante. Deus do céu vela por ti.

A pequena dizia baixinho:

— Mamãe, eu morro...

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 57

As Ilhas do Cabo Verde eram, ao tempo, escalada obrigatória para as naus que, procedentes do setentrião, ingressavam na corrente norte equatorial, na derrota do Atlântico Sul. O "Bom Jesus dos Perdões", desfalcado de víveres e aguada, arribou em São Vicente aos trinta e um dias da tormentosa viagem. Foi uma alegria rumorosa em todo o navio a vizinhança de terra, a descontinuidade daquela imensidão de mar e céu. Um, ingrato, desamoroso. Outro, impassível, distante. Embora o comando não permitisse o desembarque dos passageiros – conservando-os a todos encerrados nas câmaras -, só a vista da cidade, pelas vigias, aliviou e consolou muitos.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 77

Em meio à tocata, Ricardo foi chamado a ir ter com o capelão, na antepeça. Achou-o preocupado e pesaroso. Descansando-lhe a mão no ombro, ar sombrio, olhos baixos, padre Jordão permaneceu algum tempo calado, a meditar no modo como haveria de transmitir-lhe a notícia. Assoalhou caminho a esta, recomendando à criatura coragem e resignação, antes de informar:

— Sua mulher expirou, filho.

Ricardo ficou pasmo. A vista faltou, rodou a cabeça, esteve a pique de desfalecer. Passado o aturdimento, pode indagar quase num gemido:

— Como foi?

— De repente. Bem verdade que não andava com saúde, mas a doença que tinha ninguém havia de pensar que a levasse...

— Era teriça, soube.

— Isso mesmo. Mas da branda. Agora, diz lá o cirurgião que a pobre morreu de mal-de-luanda...

— Será possível?

— Pode bem ser, pois trazia as pernas em chagas, numa inchação horrível.

— E não se queixava?

— Não disso. Mas clamava muito, pedidno a morte, des que aqui aportamos.

— Tem lá o seu sentido o que me diz. Era o medo de não ter sua sepultura cristã, se morresse em viagem.

— É capaz... Pois é, filho, a vida não é de ninguém, é de Deus. Ele deu, ele a tirou.

[...]

Para Ricardo e o filho, as horas arrastaram-se lentas e amargosas. Recolhidos ao beliche, afastados do arruído dos desafios em que derivara a folgança da moçada, carpiam solitários os mais fundos pesares. De espaço a espaço, esvaíam-se-lhes as dores do coração:

— Mal aventurada sina nos acompanhou...

— Penso na pobre maninha...

— Coitada da menina, jogada naquele porão...

Após uma pausa, o rapaz desabafou:

— De tudo, só eu sou culpado!

Ricardo deixou a confissão doer no silêncio. Depois atalhou:

— Não, Duda, foi o destino. Sempre havia de acontecer.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 78-79

Oitenta e seis dias durou o tormento, dos Açores ao Desterro. Amanheceu no porto a galera, afluindo à Praia de Dentro, a vê-la, muita gente curiosa vindo da Toca da Bulha, da Figueira e até de São Luís. Houve quem chorasse de alegria, em terra, ao contemplar o veleiro que por certo lhe devolvia ao conchego da coroação o filho, o mano a esposa ou a noiva. Não faltaram os que se puseram acenar para o barco, aos gritos por um nome de estima, de longe pretendendo identificar algum ente seu querido. A ruma de povo teria invadido o ancoradouro se o governo da ilha não prevenisse a

desordem destacando milicianos a guarnecer a passagem. Delongou o desembarque. O sino da capela já anunciara o meio-dia quando este começou. Deixaram o barco, primeiro, os passageiros doentes que, amontoados em carroças, foram transferidos de bordo para o hospital do termo. Uma triste romagem de estropiados entrando no Largo da Praça e enviesando para a Rua do Vinagre, em direção ao outeiro do Menino Deus. Em torno das viaturas carregadas de gemidos ajuntava-se a população, a abelhudar quem era e donde vinha – se da Graciosa ou do Pico, das Flores ou do Faial – cada pessoa do rancho desinfeliz, a ver se ali não vinha um seu que estava para chegar.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 83

O drama dos açorianos não se limitou aos transtornos da travessia. Desembarcados, outros padecimentos sofreram. Deles, um dos maiores por certo foi – ao início da colonização – a transferência de vultuoso contingente para o Rio Grande do Sul. Manuel da Isidora caiu vítima da ordenação tirana. Já havia tomado assento na freguesia da Trindade, com mulher e cinco rebentos novos, tendo levantado pequeno teto e iniciado sua lavoura, a custo de muitas penas, quando o atingiu a malfadada sentença. O homem recebeu indignado a intimação de retirar-se da Ilha junto à leva que seria transportada ao Continente de São Pedro. Marocas, a mulher – que só de ouvir falar em viagem sentia náuseas –, ao saber da má notícia jogou-se à cama, desfalecendo de paixão. Manuel, inconformado, correu à vila, apresentando-se aos mandatários do governo, com quem arrazoou e discutiu e a quem, por fim, implorou a dispensa da obrigação. Tudo resultou perdido. Se estava desanimado, cumpria acatar. E no dia em que três sumacas aportaram ao Desterro, no rumo do Rio Grande, a família de Manuel fez-se novamente ao mar. Esse dia assinalou fundas amarguras.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 91-92

O Governo da Capitania, metido em dificuldades para cumprir os compromissos da Coroa em relação aos colonos – tardava chegar o gado que requisitara ao Rio Grande, em nome d'El-Rei; escasseava nos cofres públicos o numerário destinado ao pagamento das ajudas de custo – era de contínuo assediado pelas reclamações dos descontentes. Entre os grupos que passaram a freqüentar as ante-salas da administração, na vã esperança de cobrar a dívida real, incluiu-se Duda, ainda que lhe faltasse fé na encomenda.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 99

Embora não lhes saldassem as avenças prometidas ao embarque, os mandatários reais souberam onerar os povoadores com a prestação dos mais rudes trabalhos, a título gracioso. Deles exigiram penosas quotas de sacrifício em atividades árduas, tanto na construção da Matriz como na edificação das fortalezas. Conta-se, até, que às lavouras das incipientes freguesias iam serventuários buscar, semana a semana, grupos de colonos para atender às cavalariças palacianas.

De regresso à vila-capital, Ricardo, Duda e sua irmã abrigaram-se no alojamento dos imigrantes, onde lograram cama e mesa – ainda que sofríveis – enquanto os senhores do Conselho decidiam sobre seu destino. No ínterim, entretanto, pai e filho tiveram de pagar a hospedagem servindo nas obras da igreja que se estavam levantando ao lado da velha e acanhada ermida de Dias Velho.

Almiro Caldeira

Rocamaranha: novela, 2003, p. 107

Foto 129 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro, atual Catedral Metropolitana de Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

Jordelino curvou-se, pegando uma mãozada de terra, começou:

— Todo este chão é meu. Vai naquele cerrado lá longe esta minha sesmaria que eu mesmo por mim escolhi. Também foi só este até hoje o meu ganho aqui. Tudo o mais, da casa às sementes de hortaliças, tudo me custou as economias do meu bolso. O cobre da ajuda de custo inda não o vi, mas hei de vê-lo, disso estou certo...

— Mamãe pensa doutro modo...

— Ah, sua mãe! Deixe estar ela, que não entende dessas coisas... – E indicando um cercado de bambus, prosseguiu: - Olhem, aqui está a horta. Mais para o lado adonde se vê aquele bambuzal vou fazer as estrebarias quando as reses do Rio Grande chegarem.

Duda descosturou a boca;

— A pastagem é boa?

— Se é boa? É de primeira, menino!

— E a água?

— Pois era nela que eu queria chegar... O diabo da água! Aí que está a coisa. Fica doutra banda daquele tojo.

— Fora do seu eirado?

— Fora. O riacho passa junto daquele Olmedo.

— Sempre queria saber é da notícia que tinha para nós... – encaixou a rapariga, sem interesse pela conversa.

O pai retrucou:

— Estamos a chegar nesse ponto. Descobri hoje na vila uma disposição do governo que manda dar a cada casal novo dos nossos um quarto de légua em quadra, além de ferramentas e o mais...

Jordelino interrompeu-se, a verificar o efeito de suas palavras. Duda denotava um ar de aparvalhada bem-aventurança. Nanda perguntou, desentendida:

— E então?

— Deus do céu! Então não estão vendo? Temos tudo resolvido! Já garanti o futuro de vocês. Eu sempre digo que quem sabe falar ganha o mundo. Já fui aos mandões da vila e segurei esta gleba para nós dois!

Duda retribuiu o sorriso pleno de felicidade que a raparigota lhe endereçou. E ambos marcaram aquele dia com uma pedrinha branca.

Desembaraçou-se o linho, espiou-se a roca...

Almiro Caldeira

***Rocamaranha: novela*, 2003, p. 108-110**

Foi um desespero. A medonha notícia rompeu a noite espavorindo toda a gente, do Rapa aos Naufragados, como se o mundo fosse acabar. Fora o juízo, muitos se embrenharam nos matagais, outros escaparam para terra firme, e os demais povos trataram de esconder-se do invasor castelhano desembarcado em armas na Praia da Ponta Grossa. A caminho de casa, o soldado do Regimento de Linha tarda os passos, avexado pelo acontecido. Deveriam ter lutado – reflete – mesmo sem condições de vitória, em defesa da terra e da honra dos ilhéus, que preterível seria a derrota e a morte à vergonha de uma rendição sem glória. José Maria varava a passagem sombreada pelo arvoredo quando o negrinho trepado num alto galho de garapuvu gritou:

— Tá tudo escondido no engenho do nhô Jordelino!

— Por quê?

— Os espanhóis, ora! Tô aqui de espia. Você me deu um maior susto, pensei que fosse um deles.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 13**

— Sou escrivão, vi tudo, ouvi tudo. Manhãzinha rompendo, segui para a vila, que hoje tinha reunião marcada, eu ia ser recebido. Encontrei tudo muito diferente, num corre-corre danado, o povo num desatino. Com o coração na mão, alcancei a Casa da Câmara, que achei toda fechada e em frente um oficial à espera dos camarários e servidores.

— Para que, para prender vocês? – indaga Quirino, um assustado vizinho ali refugiado ao lado da mulher, ambos ajoucados ao pé da cevadeira.

— Não, gente, que bobagem! Para nos encaminhar à Casa do Governo, por ordem do senhor juiz de fora. Subi a Praça da Matriz e de longe vi as varas vermelhas dos vereadores: era o corpo municipal que em fila entrava no Palácio. Corri a me juntar a eles. Ali se fez a reunião – era a segunda, que a primeira foi de madrugada – com o governador da Capitania e o comandante militar, dela resultando o assentamento de pedra e cal do que se resolvera antes, a não-resistência, uma decisão prudente, como lá disseram.

— A covardia agora tem outro nome... – ironiza Duda.

— Não penso assim.

— Pois eu penso que tudo isto não passou de covardia, nada mais. O que eu custo a acreditar é na rendição do Forte da Ponta Grosso sem disparar uma bala!

— Eles avisaram o Governo que o ataque ia acontecer e pedira instruções.

— Não tinham de pedir instruções, tinham de agir.

— Mesmo com forças insuficientes?

— Mesmo. A honra exigia isso. Afinal, fugiram sem dar um tiro!

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 18-19**

— O que eu ainda não entendi foi como entregaram esta ilha aos espanhóis assim de presente, sem mais aquela.

— É até fácil de entender – expõe Jordenlino – o que se passou. Olha, numa casa em que o marido manda por um lado e a mulher manda por outro, o que é que vem a acontecer? Desmantela-se a desordem, não é? Um diz é assim, vem o outro e diz que é assado, no que é que resulta?

— Só malfeitorias – responde Quirino, quase num gemido.

— Só malfeitorias – repete Jordelino. Pois foi o que se deu aqui: a casa era mandada por dois, por El Rei em Lisboa e pelo Vice-Rei no Rio de Janeiro, cada um para seu lado. A Corte de Portugal tinha aqui um representante que era o comandante militar, o brigadeiro Furtado de Mendonça, e a Corte do Brasil, vamos dizer assim, tinha aqui também o seu homem que era o coronel Gama Freitas, governador da Capitania, protegido do Vice-Rei.

— E daí? A bandeira deles era a mesma... – objeta Duda.

— Daí que os dois homens não se entendiam, aí é que está a questão. Enquanto o comandante militar queria aumentar as fortificações, o governador contrariava as ordens. Assim foi indo tudo até que as naus inimigas apareceram na enseada de Canavieiras. Eles se reuniram para resolver o que fazer, e discutiram, discutiram, se acusaram um ao outro, se farpearam... e nada resolveram, e os espanhóis chegando, e os espanhóis desembarcando.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 21**

Foto 130 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa, Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

Acha a vila num tumulto desenfreado. A praia em frente ao descampado da igreja repleta de gente que clama, gesticula, zaranza entorpecida disputando os barcos ancorados. A baía está repleta de embarcações que a singram em direção ao continente. Uma boiada atravessa o canal a nado, conduzido por homens que, de suas canoas, bradam e batem com os remos nas ancas dos animais. José sobe a Praça da Matriz, ao contrário do povo que, desarvorado, se precipita para a orla do mar. Passa pela Casa da Câmara em construção há anos e ainda não de todo concluída, em cujo mastro tremula a bandeira real de Castela, que também percebe a ondular no topo da frontaria da Casa do Governo.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 2**

Do campanário, José Maria observa a chegada dos navios de guerra, acompanha o desembarque das tropas e a tranquila tomada da Praça pela soldadesca. Túnicas pretas e azuis, culotes de cores claras, gorros simples e bonés empenachados sobem em colunas por ambos os flancos do largo do deserto de povo, até que as vanguardas se encontram diante da matriz. Dentro do vasto quadrilátero humano, a cinquenta passos da igreja, perfilam-se pelotões de infantaria e artilharia, o corpo da banda marcial, comandantes e oficiais graduados. Puxado por juntas de bois, vindos por terra, chegaram ao local dois canhões de campanha que são dispostos à direita e à esquerda do mastro da bandeira.

Um clarim fere a tarde que já declina, rompem tambores, faíscam baionetas, estalam os acordes do hino espanhol, o pavilhão real de Castela começa a ser içado. No exato momento que finda a cerimônia, soam os primeiros toques do sino da Capela do Rosário. A curtos intervalos, vibra sobre o Desterro o lúgubre lamento metálico, sonorização da dor dos ilhéus. Encolerizado, o comandante-em-chefe ordena a um oficial que faça calar o sino a bala de canhão. Reúnem-se homens, distribuem-se tarefas, um grupo é mandado rodar o canhão a muque lombada acima, o que se faz com presteza, não sem dificuldade. Outro contingente é enviado a cercar a capela de onde parte a insolência dos protestos bimbalhados.

Em meio à rua Trindade, instala-se o canhão. Preparam-no. Atiram. A bala atinge a torre, esburaca a parede, tangencia o sino rebelado, que continua a retinir insultos. Mas o segundo balaço alcança a boca de bronze, calando-a com o ribombo de um ponto final. Então, um piquete força a entrada do templo, arromba a porta e passa a vasculhar todo o seu interior à procura do audacioso sineiro, enquanto na Matriz os sinos abrem a repicar aleluias anunciando o Te Deum dos vitoriosos.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 35-36**

José Maria integra um grupo de guerrilheiros em operações na zona continental norte, sob o comando do alferes Ebrantino, cujo paradeiro custara a encontrar depois da precipitada fuga da capela. Quando o piquete invadiu a igreja, ele esgueirou-se para o pátio interno separado do terreno contíguo por um muro de pedra que ágil escalou, ganhando o matagal, e, daí, transpondo colinas, atravessando pântanos, vadeando córregos, chegou à Praia de Fora, onde conseguiu pela manhã lugar numa canoa dentre as muitas que abandonavam a ilha.

A turma já cumprira várias missões com êxito. Na véspera levou a bom termo ousada ação. Serraram na calada da noite uma ponte de madeira, provocando a perda de materiais de guerra e ferimentos entre a milícia inimiga. Após a operação, a coluna voltou ao esconderijo num recanto na encosta dum morro em São Miguel, junto a uma furna e a um filete d'água.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 37-38**

Foto 131 - Palácio Cruz e Souza, antiga Casa de Governo da Capitania de Santa Catarina, atual Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC, Florianópolis (SC). Céline Harrand, 2005.

Distinguem gritos na distância. Entreolham-se apreensivos. Logo, abrindo caminho por entre a galhada do moitedo, surge-lhes a escrava Cipriana, olhos esbugalhados de pavor. De tão aterrorizada, perde a voz. Só depois de sentada no barranco, assoprada e borrifada com água de riacho, pôde dizer que os espanhóis estavam no pátio reunindo toda a gente, e dar seu recado.

— Tão chamando a nhazinha e mandaram também chamar o nhonhô na sua casa!

— A mim? – pergunta Vilarinho, atemorizado.

— É, sim, o Romão foi lhe buscar.

Vilarinho pensa em fugir, mas domina-se e dá o braço à moça que, pálida de susto, suplica o seu amparo. Seguem pela trilha do pasto e, para cortar caminho, no desgoverno da ânsia, cruzam a lavoura de mandioca. Na área em frente a casa de Jordelino e Conceição, esta a chorar abraçada à filha, Nanda. Duda, grisalho, dois sulcos profundos no rosto magro, mantém o olhar parado, a fisionomia dura, enquanto nele se arrima tremelicante a filha, Maria José. Das Dores aperta o braço do marido, Timóteo, que ri de nervoso. Completam o quadro alguns empregados e agregados, todos brancos, que os escravos foram dispensados da convocação. Vilarinho e Rita juntam-se à turma ao tempo em que o capitão da escolta interrompe a parlenga enunciada num espanhol mesclado de português. Retomando o discurso, o oficial por fim exige que todos jurem *"fidelidad a Suya Majestad Fidelisima, nuestro Rey Don Carlos III"*.

— Nosso rei é Dom José! – profere Duda.

— *Ahora es Don Carlos!* – vocifera o chefe em espanhol e parte para as ameaças, avisando que todos quantos não reconhecerem Dom Carlos como seu rei perderão as terras e seus bens em geral. Ao fim do falatório, põe-se a consultar um a um. O primeiro a ser ouvido foi Jordelino, que declarou:

— Eu juro por Dom Carlos.

A mulher repetiu-lhe as palavras e todos os demais fizeram o mesmo, exceto Duda, o pai, a mulher e a filha, apesar da carga de intimidações do castelhano que, chamando o oficial que trazia sob o braço um volumoso livro de capa preta, o qual desde algum tempo mantinha os olhos fixos em Maria José, manda- o anotar os nomes e outros dados, tanto dos fiéis como dos insubmissos. A Duda pergunta onde mora. Ele aponta para a mataria e o capitão vê um beiral de palha por entre a copa das árvores. Com rispidez previne-o de que no dia seguinte o oficial encarregado das anotações irá a sua casa para, entre diversos procedimentos, recolher a carta de escritura. Concluído o rol de nomes e posses., inclusive gadaria e escravatura, e tendo recebido o juramento dos concordantes, feito de joelhos, mão sobre a Bíblia, o capitão ordena a retirada do piquete. Antes de afastar-se, porém, admoesta Duda de que deve no outro dia ter presente o documento de propriedade.

Almiro Caldeira

Arca a*çoriana*: rocamaranha II, 2003, p. 43-45

Pouco depois, Duda e Ricardo conversam com Jordelino que censura a atitude tomada pelo genro e seguida pelo pai deste. Ricardo justifica-se com humildade e emoção:

— Ai, Deus Nosso Senhor é testemunha do que me custou e à falecida, que se finou na viagem, o que nos custou deixar nossa terra açoriana! E era para trocar por esta, que afinal também é chão português. Por tudo isto, quanto sofri e o que sofreu Amália! Agora, velho e acabado, passar-me para os espanhóis? Vejam só! Isso nunca, morro até, mas só quero viver debaixo da cruz de Cristo!

Desconcertado com razões invocadas e de certo modo melindrado, Jordelino contrapõe:

— Ó, homem, também não é assim! Portugueses e espanhóis, somos todos irmãos, todos os povos de Nosso Senhor Jesus Cristo, filhos do mesmo Deus.

— Pode ser, mas estou muito velho para mudar.

— Pois foi por isso mesmo que me sujeitei, por me ver velho demais para começar tudo de novo. Tanto sacrifício que fiz, e pôr tudo a perder duma hora para outra, e no fim da vida? Não, nunca! O melhor que vocês tem a fazer é, como eu, baixar a cabeça e conservar o pouco que tanto custaram a juntar.

— Isto eu não faço, não vou trair os meus maiorais nem os meus antigos que jazem nas suas sepulturas.

— Isto não é trair, é sobreviver.

Calado até então, Duda intervém de modo brando:

— O pai tem razão.

— Não queria viver com tamanha mancha em minh'alma – acrescenta Ricardo; o filho reforça:

— Às vezes é melhor perder tudo, até mesmo a vida.

[...]

— Ah, parvoíces! Já tenho oitenta anos, não posso bancar o tolo.

— E de espertinho passa-se para a Espanha assim dum dia para o outro, com quem come peixe com farinha?

— Não é melhor do que ficar nu?

— Pode ser, mas deixe que lhe pergunte, meu sogro, como vai se haver amanhã, quando a frota de Dom José vier retomar a ilha?

— Ó, que bobagem! Dom José está muito doente, a morrer no fundo duma cama, e eu te digo, meu genro, que ninguém vai mandar frota nenhuma para cá retomar nada. Isto ficará para sempre na posse de Castela, podes escrever.

Almiro Caldeira

Arca a*çoriana*: rocamaranha II, 2003, p. 45-47

Foto 132 - Renda-de-bilro, Museu Etnográfico Casa dos Açores, Biguaçu (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

A casa fica ao fundo de um terreiro em que ciscam galinhas e patos-do-mato. Na parede caiada de branco, a porta com ombreiras azuis e nela a moça de joelhos faz renda numa almofada. O oficial ordena ao piquete que se detenha., avança alguns passos e pára a contemplá-la. Ao surpreendê-lo, Maria José enrubesce, baixa os olhos, interrompe a tarefa. Ele aproxima-se, cumprimenta-a em português. Ela não responde e, de repente, ergue-se e desaparece no interior da casa. Algum tempo decorre antes que retorne escoltada pela mãe. Nanda ouve com ar altivo o oficial que, sem arrogância, expressa o propósito de falar a seu marido, cujo nome lê no imenso livro de capa preta, tudo dito num espanhol que se esforça em aportuguesar-se.

— Meu marido está na lavoura – informa seca e breve.

Enquanto o chefe do grupo despacha um homem armado para buscar o dono da casa, as duas fazem meia-volta e vão para dentro. Aquele e seus soldados permanecem à espera. Ele anda daqui para ali, espia pela porta, admira a renda em execução. De algum canto surge um cachorro a rosnar, um soldado dá-lhe um pontapé, ele corre ganiçando mas torna a provocar. Maria José mostra a cabeça à janela, ralha com o cão, que se aquieta. Nesse instante troca rápido olhar com o oficial.

Duda chega a passos lentos, mãos nos bolsos, olhos em fogo, cara fechada. Interpelado, reitera sua posição recusando-se mais uma vez a prestar vassalagem ao rei espanhol. O militar abranda a voz, argumenta paciente, insiste, porfia em convencê-lo, só desistindo disto ao perceber a inutilidade do seu empenho. Pede-lhe a certidão de propriedade. Duda nega que tenha, replicando o capitão que se ele é proprietário deve ter o documento.

— Documento eu tenho, mas perdi, isto é, não pude achar.

O chefe meneia a cabeça e manda um soldado pregar no portal da casa uma chapinha acobreada com as armas de Castela, sinal de que o prédio passava a próprio da Fazenda Real de Espanha.

Feito isso, o oficial comanda a retirada da coluna, após advertir o insubmisso de que, no caso de ser consentido continuar na posse da terra, será sob vigilância e impedido de comercializar os frutos da mesma sem pagar o devido tributo à Fazenda do Rei. Termina por conceder-lhe vinte e quatro horas para apresentar a carta de escritura.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 52-53**

Foto 133 - Casarão histórico de família de origem açoriana, atual Museu Etnográfico Casa dos Açores, Biguaçu (SC). Isabel Rodrigues Pereira, 2016.

Dia de feira na praia em frente ao Largo da Matriz. A freguesia, reduzida pela ocupação armada, zanza em meio às mercadorias expostas nas esteiras colocadas de um e outro lado do quartel da gente da marinha, um barraco de palha sobre pequeno trapiche. Duda negocia as hortaliças que trouxe pela madrugada em seirões balançantes no lombo do seu cavalo de arar. Veio arreliado. Na véspera, quando se sentia mais confiante, parecendo-lhe que a espanholada o esquecera, um bando de soldados assaltou-lhe a roça e talou-a quase por completo. Embora não tivesse entregue a escritura, perdera as terras de qualquer modo, daí a pilhagem praticada. Vendo-se roubado, tratou de salvar as sobras carregando-as para a vila na calma da noite.

[...]

Estabelecido com morada e negócio no Continente, em área ainda não pisada pela tropa invasora, Isauro fez-se de canoa à Ilha cheio de susto. Da conversa entabulada, Duda depreende que ele está bem instalado

na vida, com olaria e varejo de secos e molhados em São José da Terra Firme. Em contraste, narra-lhe o desespero da situação em que se vê, despojado dos bens. E arremata:

— Nem posso olhar para as minhas terras agora, que me corta o coração!

— Que tristeza! Ganhas no meu respeito por seres fiel, mas lastimo a tua sorte.

— Nunca pensei que no começo da minha velhice semelhante coisa me fosse acontecer. Eles me ameaçaram de prisão e expulsão por não lhes ter jurado nem entregue a minha carta de propriedade, e não sei o que vão fazer comigo se vierem a saber que vendi, sem licença, o que restou da razia.

Tomado de assombro, Isauro reprova com vigor e trocadilha sem querer:

— Ó rapaz, isto não devias ter feito! São bem capazes de te acabarem com a raça assim como te acabaram com a roça.

— É, poder, podem... – Duda sorri amarelo e acrescenta: — Tenho é vontade de deixar esta ilha mal-aventurada.

— Pois, por que não? Até que vem a calhar, homem! Muda para São José.

Ele coça a barba:

— Que é que eu vou fazer lá?

— Não te disse que o meu encarregado se foi? Ele cuidava da olaria e vinha fazer a feira.

— De olarias eu não entendo nada.

— Nem é preciso, disso entendem os escravos que tenho no serviço. Teu trabalho vai ser trazê-los debaixo da vista, não deixar a coisa por conta deles, porque do contrário acabam matando o tempo a mandriar.

Após ligeira hesitação, assentadas algumas condições, aceita o oferecimento:

— Assim como assim, será por pouco tempo, até que Dom José chegue com a sua frota.

Isauro espanta-se:

— Dom José? Ó homem, será que ainda não sabes que o rei é morto? – E ante o ar apatetado do amigo: — Pois morreu, pois morreu! Foi mesmo no dia em que os espanhóis tomavam esta ilha, até parece uma coisa estudada...

— Ah, agora é que estou entendendo o fuzileiro... pensou que meu luto fosse pelo rei. E quem é que reina gora?

— Ora, a filha, Dona Maria.

— Hum, temos rainha... não sei, não sei...eu me mudo mesmo.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 70-73**

Desgarrado dos companheiros, doente, a cair de fadiga, José Maria chega enfim em casa. Vem de uma jornada difícil, de lutas e privações, começada há cerca de quatro meses, ao lado de doze defensores voluntários do território ilhéu comandado pelo alferes Ebrantino. Em inícios de junho, resolveram transferir as operações para a Ilha, enfrentar o inimigo onde ele se concentrava cada vez mais, desde o insucesso de Vila Nova, quando da surtida do capitão Cipriano Cardozo e seus bravos, os quais desbarataram a força de Cevallos despachada para tomar Laguna. Eram já apenas nove os combatentes que fizeram a travessia do mar, de Biguaçi à ponta Cacupé, local em que aportaram na calada da noite e de onde, de emboscada em emboscada, abatendo aqui e ali um que outro castelhano desprevenido, progrediram em direção ao sul. Entrincheirado no Morro do Cantagalo, o piquete causou não pequenas baixas, motivo por que a tropa espanhola enviou uma força aguerrida e bem municiada com o objetivo de desalojar os rebeldes e dizimá-los. Em consequência, os guerrilheiros tiveram de avançar rumo a Itacorubi e dali, vadeando rios e volteando mangues, para a Trindade, sempre protegidos pelo povo e acobertados pelo denso arvoredo. Daí em diante, devido aos êxitos da ação de emboscada, recrudesceu o ímpeto do invasor, pondo-se este em campo com fúria e aparato que, apavorando os pacatos moradores, fê-los abandonar suas casas à medida que o ruído guerreiro se aproximava.

Toda população de Atrás do Morro fugiu espavorida ante as notícias do avanço espanhol, inclusive Jordelino, Timóteo, Vilarinho e sua gente, com duas exceções: o escravo Romão, que se negou a deixar a senzala, e um cativo de Vilarinho, obrigado a ali permanecer para cuidar dos bens de seu senhor. Depois, a situação dos guerrilheiros agravou-se de tal modo que, ao atingirem as abas do morro do açoriano Antão, dispersaram-se exaustos e inermes.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 86-87**

Adiante é impedido pelas sentinelas, diz a que vem, mandam-no esperar. Por largo tempo fica aguardando ordens, e enfim o recebe o capitão-chefe, que ouve enfastiado o seu prolixo depoimento e ordena a transcrição abreviada. Dispensado, Jordelino ganha coragem para ferir o assunto que na verdade veio:

— Saiba vossenhoria que jurei fidelidade a El-Rei Dom Carlos III, assim pode confiar em mim como fiel súdito de sua majestade fidelíssima... – Abre uma pausa, a estudar o feito da declaração; o oficial permanece impassível, e ele continua: — Eu me ofereço para ficar responsável por esta propriedade que se tornou devoluta e que confina com a minha, até que a Justiça resolva a sua destinação. Posso manter tudo resguardado, casa, bens, gado, roça, escravaria... Que me diz, capitão?

— *Lo digo que a nosotros no interessa.*

O encanecido ilhéu surpreendeu-se:

— Não interessa? Como? Não lhes interessa o direito, a ordem? Vão deixar que esses negros se assenhorem de tudo isto, desmantelem e arrasem com tudo em pouco tempo? Ou fujam e carreguem o que quiserem? E tem mais: o falecido deixou outro sítio com roça lá no Canto da Lagoa... também ali a negrada vai devorar tudo, acabar com tudo! E vossenhoria diz que não interessa?

— *Dejemos* éso *para las autoridades portuguesas, sí llegaren a tiempo...*

Jordelino cada vez entende menos:

— Autoridades portuguesas?

— *Es, hombre, Hespaña y Portugal pactaran la paz, vamos dejar* ésta *isla com brevidad.*

A notícia põe-se aturdido. Um frio perpassa-lhe o espinhaço, e agarra-o um medo pungente que o faz tremer.

Almiro Caldeira

***Arca a*çoriana*: rocamaranha II*, 2003, p. 129-130**

Foto 134 - Fortaleza de Santo Antônio de Ratones, Ilha de Ratones Grande, Baía Norte, Florianópolis (SC). Thiago Gervásio Figueira Arantes, 2016.

Referências

ABREU, J. C. de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições da Sociedade Capistrano de Abreu: Liv. Briguiet, 1930. 271 p. Disponível em: http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/handle/01/465. Acesso em: maio 2021.

ABREU, J. C. de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. 226 p. (Biblioteca básica brasileira). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: fev. 2021.

ABREU, M. de A. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700).* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010. 2 v.

AB'SÁBER, A. N. *Litoral do Brasil* = Brazilian Coast. Versão para o inglês: Charles Holmquist. São Paulo: Metalivros, 2003. 288 p.

ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia*: chão de cacau: uma civilização regional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 114 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/medicoes_historicas_abas.jsf. Acesso em: mar. 2021.

AGUIAR, C. *{Tela sem nome}*. Ilhéus, 1998. 1 original de arte, óleo sobre tela.

ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. *Fortes de Pernambuco*: imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999. 206 p. Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=242. Acesso em jun 2021.

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 523 p.

ALMEIDA, A. W. B. de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008. 205 p.

ALVES, I. M. O vocabulário da cana-de-açúcar nas obras de José Lins do Rego. *Alfa:* revista de linguística, São Paulo: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, v. 25, p. 5-14, 1981. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3630. Acesso em: fev. 2021.

AMADOR, E. da S. Baía de Guanabara: um balanço histórico. *In*: ABREU, M. de A. (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. p. 201-258. (Biblioteca carioca, v. 21).

AMORIM, A. M. *et al*. Angiospermas em remanescentes de floresta montana no sul da Bahia, Brasil. *Biota Neotropica,* Campinas: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade - Biota, v. 9, n. 3, p. 313-348, 2009. Disponível em: https://www.biotaneotropica.org.br/v9n3/pt/download?inventory+bn02909032009+abstract. Acesso em: fev. 2021.

ANDRADE, C. E. de; CUNHA, C. M. L. da. Análise do relevo do litoral norte paulista (Brasil) através da cartografia geomorfológica. *In*: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6.; SEMINÁRIO IBERO AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2., 2010, Coimbra. *Actas* [...]. [*S. l.*]: Comitê Latino-Americano de Geografia Física; Coimbra: Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia, 2010. 11 p. Tema 3: Geodinâmicas: entre os processos naturais e socio-ambientais. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/cleberson. Acesso em: fev. 2021.

ANDRADE, M. C. de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 15 n. 43, p. 267-280, set./dez. 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300020. Acesso em: fev. 2021.

ANDRADE, M. C. de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. 2. ed. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, 1979. 142 p. (Sudene. Estudos regionais, 1).

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Brasiliense, 1973. 249 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 2018. Rio de Janeiro: IBGE, v. 78, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720. Acesso em: fev. 2021.

ARAÚJO JÚNIOR, A. C. R.; AZEVEDO, A. K. A. de. Formação da cidade de Belém (PA): área central e seu papel histórico e geográfico. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 2, n. 2, p. 151-168, jul./dez. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2012.2094. Acesso em: fev. 2021.

ARRIADA, E. *Da coxilha do Palmar de Lemos à cidade de Santa Vitória do Palmar.* Porto Alegre: Pacartes, 2015. 255 p.

ATANES, A. *Esquinas do mundo*: ensaios sobre história e literatura a partir do porto de Santos. São Paulo: Dobradura Editorial, 2013. 166 p.

ATLAS geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 173 p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16366-atlas-geografico-das-zonas-costeiras-e-oceanicas-do-brasil.html?edicao=16378&t=acesso-ao-produto. Acesso em: abr. 2021.

AZEVEDO, A. de. Recôncavo da Bahia: estudo de geografia regional. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo: USP, n. 1, p. 141-162, jan./mar. 1950. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2595-2501.rusp.1950.143237. Acesso em: fev. 2021.

AZEVEDO, A. de. *Vilas e cidades do Brasil colonial*: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956. 93 p. (USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim, 208; Geografia, 11).

BANDEIRA, L. A. M. *O feudo*: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Prefácio Francisco C. Weffort. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 695 p.

BARBOSA, B. F. Cartas alfabéticas em tupi: memória indígena em Pernambuco século XVII. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais* [...]. São Paulo: Associação Nacional de História - Anpuh, 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210414_f4da7272263253c0c086d8dd3c1e3e5c.pdf. Acesso em: fev. 2021.

BARBOSA, M. V.; DIAS, N. S.; CERQUEIRA, R. M. M. *Santos na formação do Brasil*: 500 anos de história. Santos: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 2000. 60 p. Disponível em: http://www.fundasantos.org.br/e107_files/public/santos_na_formacao_do_brasil_pdf.pdf. Acesso em: jan. 2021.

BASE cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo - BCIM. Versão 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: mar. 2021.

BERNARDES, L. M. C. Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 175-196, 1959.

BERNARDES, L. M. C. Importância da posição como fator do desenvolvimento do Rio de Janeiro. *In*: BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. de S. *Rio de Janeiro*: cidade e região. 2. tir. Prefácio de Milton Santos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990. p. 21-36. (Biblioteca carioca, v. 3). Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101388/rio_de_janeiro_cidade_e_regiao.pdf. Acesso em: maio 2021.

BERNARDES, L. M. C. *Planície litorânea e zona canavieira do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia - CNG, 1957. 248 p. Guia da excursão n. 5, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, organizado pela União Geográfica Internacional (Comissão Nacional do Brasil), realizado no Rio de Janeiro, 1956.

BEZERRA, C. C. *Caminha, Meirelles e Mauro*: narrativas do (re)descobrimento do Brasil: decifrando as imagens do paraíso. 2008. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas -

Unicamp, Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252037. Acesso em: fev. 2021.

BEZZI, M. L. *Região*: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004. 291 p.

BIOMAS e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250 000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 164 p. (Série relatórios metodológicos, v. 45). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/15842-biomas.html?edicao=25799&t=publicacoes. Acesso em: fev. 2021.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994. 584 p.

BOTELHO, C. de C. Aspectos geográficos da zona cacaueira da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 2, p. 161-212, abr./jun. 1954. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

BOXER, C. R. *O império marítimo português*: 1415-1825. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 442 p. Título original: The portuguese seaborne empire: 1415-1825.

BRANDÃO, L. A. *Teorias do espaço literário*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig, 2013. 292 p. (Estudos, 314).

BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. *Lista de faróis*. 37. ed. Niterói, 2020-2021. 256 p. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/chm/sites/www.marinha.mil.br.chm/files/u1974/lf-completa.pdf. Acesso em: fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Brasil quer ganhar posições na produção mundial de cacau e chocolate*. Brasília, DF, 2020a. Notícia de 8 jul. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-quer-retomar-protagonismo-no-cenario-global-de-cacau-e-chocolate. Acesso em: fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Serviços ecossistêmicos*. Brasília, DF, [2020b]. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: fev. 2021.

BRASIL meridional. *In*: ATLAS das representações literárias de regiões brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16364-atlas-das-representacoes-literarias-de-regioes-brasileiras-brasil-meridional.html?edicao=16373&t=acesso-ao-produto. Acesso em: fev. 2021.

BUENO, E. *A coroa, a cruz e a espada*: lei, ordem e corrupção no Brasil colônia, 1548-1558. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 275 p. (Terra Brasilis, 4).

BUZATO, E. *Avaliação de impactos ambientais no município de Ubatuba*: uma proposta a partir dos geoindicadores. 2012. 182 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-14032013-125356/publico/2012_EsmeraldaBuzato.pdf. Acesso em: fev. 2021.

CABIANCA, M. A. de A.; SOUZA, L. H. de. A cultura de veraneio e a produção do espaço da Região Metropolitana da Baixada Santista (São Paulo, Brasil). *Turismo e Sociedade*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, Departamento de Turismo, v. 10, n. 1, p. 1-22, jan./abril 2017. Disponível: http://dx.doi.org/10.5380/tes.v10i1.49250. Acesso: fev. 2021.

CABRAL, D. de C. *Na presença da floresta*: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 535 p.

CABRAL, O. R. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 137 p.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Apêndice de Celestino Sachet. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. 493 p.

CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999. 415 p.

CÂMARA, M. P. de A. Roteiros de viagem pelos sertões da Bahia no século XVIII. *In*: NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (org.). *Caminhos do sertão*: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcadia, 2007. p. 201-237.

CAMINHA, P. V. de. *A carta*. Belém: Universidade da Amazônia - Unama, Núcleo de Educação à Distância - NEAD, [2020?]. Carta datada de 1º de maio de 1500. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=17424. Acesso em: fev. 2020.

CAMINHA, P. V. de. *Carta ao Rei D. Manuel dando notícias do descobrimento da terra de Vera Cruz, hoje Brasil, pela armada de Pedro Álvares Cabral.* [Brasil], 1500. 12 f. Cópia do original manuscrita por João Pedro da Costa Basto e autenticada pelo Barão de Santo Ângelo em Lisboa, 12 dez. 1876. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1277755/mss1277755.pdf. Acesso em: fev. 2021.

CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 9. ed. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000. 2 v. (Reconquista do Brasil. 2. série, v. 177-178).

CARDOSO, A. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Associação Nacional de História - Anpuh, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100016. Acesso em: fev. 2021.

CARRARA, A. A. Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII. *In*: DIAS, M. H.; CARRARA, A. A. (org.). *Um lugar na história*: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2007. p. 15-46. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2/um_lugar_na_historia_digital.pdf. Acesso em: fev. 2021.

CARRO de boi. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carro_de_boi. Acesso em: abr. 2021.

CARTA da província do Rio de Janeiro 1840. Rio de Janeiro: Lith. do Archivo Militar, 1840. 1 mapa, 21,5 x 35,5 cm em f. 32 x 46,3 cm. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1536985/cart1536985.jpg. Acesso em: abr. 2021.

CARVALHO, C. de M. B. de. *A genealogia do patrimônio em São Luís*: da Athenas a capital da diversidade. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua

Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Araraquara, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103556. Acesso em: fev. 2021.

CASCUDO, L. da C. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955. 524 p.

CASTRO, E. V. de. Os involuntários da pátria. *Aracê*: direitos humanos em revista, São Paulo: Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação - Andhep, ano 4, n. 5, p. 187-193, fev. 2017. Reprodução de aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016. Disponível em: https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/140. Acesso em: fev. 2021.

CASTRO, M. C. D. de; CARDEIRA, E. Um nome em movimento: percurso linguístico-histórico do topônimo Maranhão. *Papéis*: revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, v. 24, p. 167-199, 2020. Número especial. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/12399. Acesso em: fev. 2021.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9677&t=publicacoes. Acesso em: fev. 2021.

CHAMBEQUÍN. *In*: DEFINICIONA: definición y etimologia. Bogotá: E-Cultura Group, c2021. Disponível em: https://definiciona.com/chambequin/. Acesso em: fev. 2021.

CHRYSOSTOMO, M. I. J. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). *História (São Paulo),* Franca: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Programas de Pós-Graduação em História, v. 30, n. 1, p. 56-89, jan./jun. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004. Acesso em: fev. 2021.

CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*: história e cultura material, São Paulo, v. 21. n. 2. p. 11-45, jul./dez. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002. Acesso em: fev. 2021.

COCHADO, A. V. *Discripcão dos Rios Para Curupa e Amazonas*. [1623]. 2 mapas, des. aquarelado, color., 46,5 x 59 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1004842/cart1004842.pdf. Acesso em: fev. 2021.

CONTATOS de povos indígenas com os invasores coloniais. Rio de Janeiro: FGV Online, [2021?]. Comentário. Disponível em: http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/pag/comentarios/contatos_povos_indigenas_invasores_coloniais_1.htm. Acesso em: fev. 2021.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. 93 p. (Princípios, 53).

CORRÊA FILHO, V. Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 2, p. 263-298, abr./jun. 1942. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

COSTA, F. M. da. *Moradas e memórias*: o valor patrimonial das residências de São Luís antiga através da literatura. São Luís: EdUFMA, 2015. 231 p.

COSTA, G. G. da. *Fortes portugueses na Amazônia brasileira*. 2015. 142 f. Trabalho final (Pós-Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/21809. Acesso em: fev. 2021.

CRUZ, J. L. V. da. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense. *In*: CARVALHO, A. M. de; TOTTI, M. E. F. (org.). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 33-68.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 744 p. *E-book*

D'ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. 296 p. (Reconquista do Brasil, 19). Título original: Historie de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines.

DAMASCENO, F. A. Revendo um mapa histórico: o caso do mapa dos mocambos de Palmares, de Décio Freitas (1971-1984). *In*: JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL SALGADO, 12., 2017, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social, v. 3, 2017. p. 679-695. Mesa 15: Historiografia, teoria e metodologia da História. Disponível em: https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/index.php/mesa-15-historiografia-teoria-e-metodologia-da-historia/. Acesso em: fev. 2021.

DAMASCENO, F. A. As terras dos Palmares entre o discurso e a prática coloniais (Pernambuco, séculos XVII e XVIII). *In*: JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANOEL SALGADO, 10., 2015, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social, v. 1, 2016. [14 p.]. Mesa 18: Dimensões da escravidão. Disponível em: https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/index.php/edicao-atual/mesa-18-dimensoes-da-escravidao/. Acesso em: fev. 2021.

DANTAS, B. G.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R. G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. *In*: CUNHA, M. C. da. (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 1998. p. 431-456. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap431-456/p431-456_Dantas_Os_povos_indigenas_no_Nordeste_brasileiro.pdf. Acesso em: fev. 2021.

DANTAS, M. E.; MEDINA, A. I. de M.; SHINZATO, E. *Geomorfologia da Costa do Descobrimento*: extremo sul da Bahia: municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Programa Informações para Gestão Territorial, 2002. 11 p. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/530/artigo_PortoSeguro.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: fev. 2021.

DANTAS, R. N. *Entre a arte, a história e a política*: itinerários e representação da "ficção brasiliana" e da nação brasileira em Adonias Filho (1937-1976). 2010. 212 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280402. Acesso em: fev. 2021.

DÉ CARLI, G. Civilização do açúcar no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 3, p. 349-371, jul. 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

DEAN, W. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p. Título original: With broadax and firebrand.

D'EVREUX, Y. *Viagem ao norte do Brasil*. Notas críticas e históricas de Ferdinand Diniz. Tradução de César Augusto Marques. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1929. 442 p. (Bibliotheca de Escriptores Maranhenses, 2). Título original: Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614.

DIAS, M. H. *Economia, sociedade e paisagens da capital e comarca de Ilhéus no período colonial*. 2007. 424 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_DIAS_Marcelo_Henrique-S.pdf. Acesso em: fev. 2021.

DIAS, T. Para além das capitanias: região colonial, espaço econômico e jurisdição política (séc. XVI-XVIII). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, Programa de Pós-Graduação em História, v. 11, n. 1, p. 243-261, jan./jul., 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v11i1.656. Acesso em: fev. 2021.

DICIO: dicionário online de português. Matosinhos: 7Graus, 2021. Disponível em: https://www.dicio.com.br. Acesso: dez. 2020.

DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: UOL, [2020]. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0. Acesso em: jan. 2020.

DINIZ, J. A. F. (coord.). *Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste meridional*. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, 1981. 261 p. (Sudene. Estudos regionais, 5).

DINIZ, M. T. M.; MEDEIROS; D. B. S. de; OLIVEIRA, G. P. de. Condicionantes naturais e distribuição espacial das economias fundantes do Rio Grande do Norte: sucrocultura e pecuária nos séculos XVII e XVIII. *Revista GeoUECE*, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará - UECE, Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 4, n. 7, p. 126-152, jul./dez. 2015. Disponível em: http://seer.uece.br/?journal=geouece&page=article&op=view&path%5B%5D=1254&path%5B%5D=1291. Acesso em: fev. 2021.

DIVISÃO regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 80 p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: mar. 2021.

DOMINGUES, A. J. P.; KELLER, E. C. de S. *Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia - CNG, 1958. 310 p. Guia da excursão n. 6, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, organizado pela União Geográfica Internacional (Comissão Nacional do Brasil), realizado no Rio de Janeiro, 1956.

DUARTE, E. de A. Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país (cronologia). *In*: REIS, M. F. dos. *Úrsula*: romance; A escrava: conto. 7. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2018. Prefácio (p. 9-22).

DUARTE, H. S. B. Estrutura urbana do estado do Rio de Janeiro: uma análise no tempo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, n. 4, p. 477-562, out./ dez. 1981. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

EUCLIDES NETO. *Dicionareco das roças de cacau e arredores:* dicionário. 3. ed. rev. e ampl. Salvador: EdUFBA; São Paulo: Littera, 2013. 157 p. (Coleção Euclides Neto, v. 11).

FARIA, T. P. Gênese da rede urbana do Norte e Noroeste fluminenses. *In*: CARVALHO, A. M. de; TOTTI, M. E. F. (org.). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 69-97.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp; Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, 1996. 650 p. (Didática, 1).

FERLINI, V. L. A. *A civilização do açúcar*: séculos XVI e XVIII. 11. ed., 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1998. 100 p. (Tudo é história, 88).

FERLINI, V. L. A. Prefácio. *In*: SOUSA, A. P. *A Bahia no século XVIII*: poder político local e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012. 294 p.

FERRAZ, M. do S. A sociedade colonial em Pernambuco: a conquista dos sertões de dentro e de fora. *In*: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.). *O Brasil colonial 1580-1720*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 171-226. (O Brasil colonial, v. 2).

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FERRO, A. L. A. *1612*: os papagaios amarelos na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís. Prefácios de Lucien Provençal, Vasco Mariz e Antonio Noberto. Apresentação de Wilson Ferro. Curitiba: Juruá, 2014. 775 p.

FERRO, M. *História das colonizações*: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. Tradução: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 463 p. Título original: Histoire des colonisations: des conquêtes aux indépendances, XIIIe-XXe siècle.

FRAGATA. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fragata. Acesso em: abr. 2021.

FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.). *O Brasil colonial 1580-1720*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. 588 p. (O Brasil colonial, v. 2).

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. 254 p. (Biblioteca básica).

FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Tradução de António Gonçalves. Revisão de António Gama Mendes. Coimbra: Liv. Almedina, 1980. 275 p. (Almedina, 41). Título original: La région, espace vécu.

FREYRE, G. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Ilustrações de Lula Cardoso Ayres e Manoel Bandeira. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951. 297 p. (Documentos brasileiros, 4).

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1989. 248 p. (Biblioteca universitária. Série 2: ciências sociais, v. 23).

GADELHA, R. M. A. F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto

de Estudos Avançados - IEA, v. 16, n. 45, p. 63-80, maio/ago. 2002. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200005. Acesso em: fev. 2021.

GEIGER, P. P. A região setentrional da Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 1, p. 3-70, jan./mar. 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

A GEOGRAFIA da cana-de-açúcar. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 170 p. Acima do título: Dinâmica territorial da produção agropecuária. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/analises-do-territorio/18939-a-geografia-da-cana-de-acucar.html?edicao=19011&t=acesso-ao-produto. Acesso em: fev. de 2021.

GIESBRECHT, R. M. Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo: E. F. Leopoldina: linha do litoral. *In*: GIESBRECHT, R. M. *Estações ferroviárias do Brasil*. 2021. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_litoral/efl_linha_litoral.htm. Acesso em: out. 2020.

GIRAUD, L. J. Companhia Nacional de Navegação Costeira. *Novo Milênio*: jornal eletrônico, Santos, 1 jul. 2015. Artigo publicado originalmente no jornal *A Tribuna* em 26.11.1998. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/rossini/costeira.htm. Acesso em: maio 2021.

GOLIJATH, C. *Perfect Caerte der gelegentheyt van Olinda de Pharnambuco, Maurits-Stadt ende t'Reciffo*. Nederlant [Países Baixos]: Claes Ians Visscher, 1648. 1 mapa, gravura em metal 46 x 55,5 cm em f. 47,1 x 57 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart535284/cart535284.jpg. Acesso em: fev. 2021.

GOMES, F. dos S. *Palmares*: escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2011. 180 p.

GOUVÊA, M. de F. S. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj, 2008. 362 p.

GUANABARA. Departamento de Geografia e Estatística. *Mapa do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, 1960. 1 mapa, 42,2 x 80cm em f. 50 x 87,5cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart320579/cart320579.jpg. Acesso em: maio 2021.

GUEDES, M. J. O descobrimento do Brasil. *In*: GUEDES, M. J. (coord.). *História naval brasileira.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. v. 1, t. 1, p. 141-175.

GUEDES, M. J. O condicionalismo físico do Atlântico e a navegação a vela. *In*: GUEDES, M. J. (coord.). *História naval brasileira.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. v. 1, t. 1, p. 117-134.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 648 p.

GUERRA, I. A. L. T. O cacau na Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 1, p. 81-100, jan./mar. 1952. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

GUIMARÃES, H. de S. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*: as figuras machadianas através da crítica e das polêmicas. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. 308 p.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade*: a rede gaúcha no nordeste. Prefácio de Milton Santos. Niterói: EdUFF, 1997. 293 p.

HARRAND, C. *Palácio Cruz e Souza, Florianópolis, Brasil*. 2005. 1 fotografia, 2.048 x 1.536 pixel, 1,32 MB. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CruzeSousa_Palace_Florianopolis.jpg. Acesso em: fev. 2021.

HEINRICH Heine. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Heinrich_Heine. Acesso em: maio 2021.

HENRIQUE, J. da S. *A feira de Capuame*: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-25052015-155329/publico/2014_JulianaDaSilvaHenrique_VOrig.pdf. Acesso em: fev. 2021.

HIDROGRAFIA 1:2 500 00. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). *HidroWeb*: sistema de informações hidrológicas. Brasília, DF: ANA, [2020]. Disponível em: http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?TocItem=4100. Acesso em: mar. 2021.

HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. 452 p. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

HOMEM, L.; REINEL, P.; REINEL, J. *Tabula hec regionis magni Brasilis*: frente. Paris: Raimundo de Castro Maya Candido, Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Banco Boavista S.A., [1965]. 1 mapa, des. aquarelado, color., 35,2 x 51cm em f. 46 x 72,1 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.pdf. Acesso em: mar. 2021.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.* Versão 2.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 1 CD-ROM.

IBGE. *Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas.* Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *Curitiba em dados 2004*. Curitiba: IPPUC, 2004. 292 p.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

LACROIX, M. de L. L. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 3. ed. rev. e ampl. São Luís: Ed. UEMA, 2008. 184 p.

LAMEGO, A. *A terra Goitacá*: à luz de documentos inéditos. Ed. fac-sim. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2014. v. 1 (460 p.).

LAU, P. Cacaual. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 4, p. 885-886, out./dez. 1941. Tipos e aspectos do Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

LEÃO, R. *Os atenienses e a invenção do cânone nacional*. 2. ed. rev. São Luís: Instituto GEIA, 2013. 852 p. (GEIA de temas maranhenses, 22).

LIMA, G. C.; NEVES, A. E. Monteiro Lobato: editor (1918-1925). *In*: ALMEIDA, M. das G. *et al*. (org.). *Caderno a tempo*: histórias em arte e design. Barbacena: Ed. da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, 2013. v. 1, p. 88-105. Disponível em: http://eduemg.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2013/2013_CADERNO_A_TEMPO_HISTORIA_EM_ARTE_E_DESIGN_VOL_1.pdf. Acesso em: maio 2021.

LIMA, G. G. F. de. *As elites açucareiras em Pernambuco*: um estudo sobre a heterogeneidade da açucarocracia pernambucana nas últimas décadas do Império. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/1386. Acesso em: fev. 2021.

LINS, O. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976. 154 p. (Ensaios, 20).

LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro*: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Prefácio de Isaac Kerstenetzky. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - Ibmec, 1978. 2 v.

MACEDO, V. L. de. *Província fluminense*: um território a serviço da nação. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/42/teses/713987.pdf. Acesso em: fev. 2021.

MACHADO, O. S. *O longo amanhecer do sul*: um mosaico de histórias e fatos sobre a conquista e ocupação das terras rio-grandenses. Porto Alegre: Mercado Aberto: Fumproarte, 2000. 208 p.

MACHADO de Assis: vida e obra. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2020]. Disponível em: http://machado.mec.gov.br/. Acesso em: out. 2020.

MAHONY, M. A. "Instrumentos necessários": escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 25-26, p. 95-139, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21010. Acesso em: fev. 2021.

MAPA de biomas do Brasil: primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a. 1 mapa, color. Escala 1:5 000 000. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomas.html?edicao=16060&t=downloads. Acesso em: fev. 2021.

MAPA de clima do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 mapa. Escala 1:5 000 000. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/15817-clima.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: fev. 2021.

MAPA de vegetação do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004b. 1 mapa. Escala 1:5 000 000. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/vegetacao/10872-vegetacao.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: fev. 2021.

MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional. 1749. 1 mapa, 60 x 54 cm. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/3774. Acesso em: abr. 2021.

MAPAS multimodais: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. *In*: BRASIL. Ministério dos Transportes. *Banco de Informações e Mapas de Transportes*. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/download.html. Acesso em: mar. 2021.

MARIN, F. R. *Solos do Brasil e a cana-de-açúcar*. Brasília, DF: Agência Embrapa de Informação Tecnológica - Ageitec, [2008?]. Seção Árvore do Conhecimento. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_18_3112006152934.html. Acesso em: fev. 2021.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*: a formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1987. 300 p. (Estudos históricos).

MEIRELES, M. M. *História do Maranhão*. 5. ed. atual. São Luís: Edições AML, 2015. 500 p. (Documentos maranhenses, 25).

MEIRELLES, V. *A primeira missa no Brasil*. 1860. Pintura, óleo sobre tela, 268 x 356 cm. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meirelles-primeiramissa2.jpg. Acesso em: fev. 2021.

MELLO, E. C. de. *O bagaço da cana*: os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin: Companhia das Letras, 2012. 209 p.

MELLO, E. C. de (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin: Companhia das Letras, 2010. 511 p.

MELLO, E. C. de. Imagens do Brasil holandês 1630-1654. *Ars*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Escola de Comunicações e Artes - ECA, v. 7, n. 13, p. 160-171, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202009000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: mar. 2021.

MELO, M. L. de. Aspectos da geografia do açúcar no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 4, p. 467-493, out./dez. 1954. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

MÉTRAUX, A. Les indiens Waitaka: (a propos d'un manuscrit inédit du cosmographe André Thevet). *Journal de la Societé des Américanistes*, Paris, v. 21, n. 1, p. 107-126, 1929. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1929_num_21_1_3659. Acesso em: fev. 2021.

MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, c2021. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro. Acesso em: fev. 2021.

MOLHE. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Molhe. Acesso em: dez. 2020.

MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p. (Estudos históricos, 41).

MORAES, R. *Na planície amazônica*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. 255 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5. Brasiliana, v. 63). Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/145/1/63%20PDF%20-%2OCR%20-%20RED.pdf. Acesso em: fev. 2021.

MORI, V. H. Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande: Guarujá, São Paulo, Brasil. *In*: PROJETO FORTALEZAS MULTIMÍDIA. *Fortalezas.org*. Florianópolis, 2006. 1 fotografia. Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=193&muda_idioma=PT. Acesso em: nov. 2016.

MR. BEREY house - Pernambuco. Recife, [184-?]. 1 gravura, des. aquarelado, 32 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon366401/icon366401_005v.jpg. Acesso em: fev. 2021.

MUNICÍPIOS defrontantes com o mar. Rio de Janeiro: IBGE, 2018-2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24072-municipios-defrontantes-com-o-mar.html?edicao=28012&t=acesso-ao-produto. Acesso em: abr. 2021.

NAKAMUTA, A. S. *Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional*. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo - USP, São Carlos, SP, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-28062013-154338/publico/DissertacaofinalAdriana.pdf. Acesso em: fev. 2021.

NAVIO de linha. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_de_linha. Acesso em: abr. 2021.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (org.). *Caminhos do sertão*: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcadia, 2007. 268 p.

NIMER, E. Clima. *In*: GEOGRAFIA do Brasil. [2. ed.]. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. v. 2: Região Nordeste, p. 47-84. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15786-brasil-uma-visao-geografica-e-ambiental-no-inicio-do-seculo-xxi.html?edicao=24877&t=acesso-ao-produto. Acesso em: fev. 2021.

NOVA IGUAÇU (RJ). Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. *Expedição promove "viagem no tempo" em Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu, 2020. Notícia de 16 jan. 2020. Disponível em: http://www.novaiguacu.rj.gov.br/semadetur/2020/01/16/expedicao-promove-viagem-no-tempo-em-nova-iguacu-2/. Acesso em: abr. 2021.

OS NÚMEROS da população indígena. *In*: IBGE. *Brasil 500 anos*. Rio de Janeiro, [2000]. Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html. Acesso em: fev. 2021.

OAKLEY, R. Machado, Lima Barreto e a história do Brasil. *Machado de Assis em linha*: revista eletrônica de estudos machadianos, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 7, n. 14, p. 137-144, jun./dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1983-68212014000200009. Acesso em: maio 2021.

OLIVEIRA, J. P. de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p.

OLIVEIRA, J. T. de. *História do estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Educação, 2008. 670 p. (Canaã, v. 8). Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Historia_ES.pdf. Acesso em: maio 2021.

OLIVEIRA, R. A capitania de Pernambuco e a rede urbana do açúcar. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: uma relação de origem, 2., 2008, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Laboratório de Comércio e Cidade - Lab.com, 2008. [11] p. Disponível em: http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2_cincci/1005%20Roseline.pdf. Acesso em: fev. 2021.

ORIGEM do gado no Rio Grande do Sul. *In*: PORTAL das Missões. Santo Ângelo, [2020?]. Disponível em: https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1548/origem-do-gado-no-rio-grande-do-sul.html. Acesso em: ago. 2020.

ORIXÁS. *In*: JAGUN, M. de. *Yorubá*: vocabulário temático do candomblé. Rio de Janeiro: Litteris: Instituto Orí, 2017. p. 808. *E-book*

PANIZZA, A. de C.; ROCHA, Y. T.; DANTAS, A. O litoral brasileiro: exploração, ocupação e preservação: um estudo comparativo entre regiões litorâneas dos estados de São Paulo e Rio Grande do Norte. *RA'EGA*: o espaço geográfico em análise, Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 17, p. 7-16, 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/raega.v17i0.10271. Acesso em: fev. 2021.

PÃO-POR-DEUS. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A3o-por-Deus. Acesso em: abr. 2021.

PAQUEBOTE. *In*: WIKIPEDIA: la enciclopedia de contenido libre que todos pueden editar. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Paquebote. Acesso em: abr. 2021.

PEREIRA, I. R. *Sobrado (Museu Etnográfico) em Biguaçu*. 2016. 1 fotografia, 4 928 x 3 264 pixels, 5,74 MB. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sobrado_(Museu_Etnogr%C3%A1fico)_em_Biguacu.jpg. Acesso em: fev. 2021.

PEREIRA, J. V. da C. Planície dos Goitacases. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 4, p. 581-583, out./dez. 1947. Tipos e aspectos do Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

PEREIRA, J. V. da C. Ver-o-Pêso *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 4, p. 606-608, out./dez. 1948. Tipos e aspectos do Brasil. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: fev. 2021.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua 2019. *In*: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2020. tab. 6408. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas. Acesso em: nov. 2020.

PIANZOLA, M. *Os papagaios amarelos*. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. 251 p. (Edições do Senado Federal, v. 102).

PIAZZA, W. F. *A epopeia açórico-madeirense (1748-1756)*. Florianópolis: Ed. UFSC: Lunardelli, 1992. 488 p.

PIAZZA, W. F. *Santa Catarina*: sua história. Florianópolis: Ed. UFSC: Lunardelli, 1983. 748 p.

PILAN, C. R. *O caiçara de Ubatuba*: transformações históricas de sua identidade coletiva e proposta de autotransformação como alternativa para sua sobrevivência. 2006. 77 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2006. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17149. Acesso em: fev. 2021.

PINTO, L. *Reinvenção do descobrimento*. Natal: RN Econômico, 1998. 209 p.

PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados - IEA, v. 18, n. 52, p. 223-238, set./dez. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300015. Acesso em: fev. 2021.

PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 2002. 323 p. (Estudos históricos, 44).

QUEIROZ, M. L. B. *A vila do Rio Grande de São Pedro*: 1737-1822. 1985. 343 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1985. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75245. Acesso em: fev. 2021.

QUEIROZ, R. de. Um pouco de nostalgia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 123, n. 39757, 24 ago. 2002. Caderno 2, p. D14. Disponível em: https://www.academia.org.br/artigos/um-pouco-de-nostalgia-0. Acesso em: maio 2021.

QUEVEDO, J. *As missões:* crise e redefinição. São Paulo: Ática, 1993. 104 p. (Princípios, 229).

RAMOS, R. H. de P. Descobrimento em xeque. *Getulio*, São Paulo: Fundação Getulio Vargas - FGV, ano 4, n. 24, p. 46-49, nov./dez. 2010. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/getulio/article/view/61992. Acesso em: fev. 2021.

REDE maregráfica permanente para geodésia - RMPG. Rio de Janeiro: IBGE, 1996-2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/rede-geodesica/10842-rmpg-rede-maregrafica-permanente-para-geodesia.html?edicao=16277&t=acesso-ao-produto. Acesso em: abr. 2021.

REGIÃO Sul. *In*: GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. v. 5. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213138. Acesso em: fev. 2021.

REGIÕES geográficas: estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 1 mapa. Escala 1:900 000. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto. Acesso em: fev. 2021.

RENDA de bilros. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Renda_de_bilros. Acesso em: abr. 2021.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-. Trimestral. Absorveu Boletim Geográfico, do IBGE. Disponível em: https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/243. Acesso em: maio 2021.

ROCHA, L. B. *A região cacaueira da Bahia*: dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008. 257 p.

RODRIGUES, I. P. R. D. *Território e poder*: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2017/04/IGOR_Diss.pdf. Acesso em: mar. 2021.

RODRIGUES, L.; PASSOS, G. *Mapa dos quilombos*: a geografia da resistência. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, 2015. Notícia de 20 nov. 2012. Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2012/11/mapa-dos-quilombos-a-geografia-da-resistencia. Acesso em: fev. 2021.

ROSS, J. L. S.; FIERZ, M. de S. M. A Serra do Mar e a planície costeira em São Paulo: morfogênese, morfodinâmica e as suas fragilidades *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB-SP, n. 100, p. 17-38, 2018. Edição comemorativa. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1497. Acesso em: fev. 2021.

RUGENDAS, J. M. Rio Jnhomerim: dans la Baie de Rio de Janeiro. *In*: RUGENDAS, J. M. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Lith. de G. Engelmann, 1835. prancha 2. 1 gravura, 33,3 x 50,4 cm. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_Jnhomerim.jpg. Acesso em: maio 2021.

SALGADO, G. (coord.). *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro - INL, 1985. 452 p.

SALVADOR, V. do. *História do Brasil:* 1500-1627. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro - INL, 1975. 437 p. (Memória brasileira).

SAMPAIO, A. C. J. de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. *In*: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.). *O Brasil colonial 1580-1720*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 379-418. (O Brasil colonial, v. 2).

SAMPAIO, J. A. L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. *Cadernos de História*, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas, Departamento de História, v. 5, n. 6, p. 31-46, jul. 2000. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1703. Acesso em: fev. 2021.

SANTOS, M. *Zona do cacau*: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1957. [130] p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5. Brasiliana, v. 296). Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/68/1/296%20PDF%20-%20OCR%20-%20%20RED.pdf. Acesso em: fev. 2021.

SCARAZZATO, J. *et al*. *O litoral em dois tempos:* uma viagem em torno do relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo: de Santos a Ubatuba, 1915-2015. São Paulo: Neotropica, 2015. 189 p.

SCHOLLA, F. S. *Engenho Junqueiro - Pernambuco*. Recife, 1844. 1 gravura., des. aquarelado, 32 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon366401/icon366401_007.jpg. Acesso em: fev. 2021.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SCHWARTZ, S. B. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. *In*: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.). *O Brasil colonial 1580-1720*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 337-378. (O Brasil colonial, v. 2).

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, 1988. 474 p. Título original: Sugar plantations in the formation of Brazilian society Bahia, 1550-1835. Disponível em: https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2016/04/segredos-internos-engenhos-e-escravos-na-sociedade-colonial-stuart-b-schwartz.pdf. Acesso em: jan. 2021.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Liv. Duas Cidades: Ed. 34, 2000. 236 p. (Espírito crítico).

SENNA, M. de; PEREIRA, S. F. R. Introdução. *In*: JURANDIR, D. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EdUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 13-41.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto Batimetria*. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Geologia-Marinha/Projeto-Batimetria-3224.html. Acesso em: mar. 2021.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na primeira república. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1983. 257 p.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na primeira república. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 257 p.

SHUTTLE radar topography mission data (SRTM). *In*: GEOLOGICAL SURVEY (U.S.). *Earth Explorer*. Reston: USGS, 2001. Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov/. Acesso em: mar. 2021.

SILVA, L. C. R. da. *Paisagem cultural do Recôncavo Baiano*: uma narrativa espacial regional a partir da análise do patrimônio urbano. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/19058. Acesso em: fev. 2021.

SILVA, M. A. P. da. Salvador-Roma Negra: cidade diaspórica. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN, 2018. 17 p. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530393388_ARQUIVO_Salvador-RomaNegra.pdf. Acesso em: maio 2021.

SILVA JÚNIOR, C. Mapeando o tráfico transatlântico de escravos. *Afro-Ásia*, Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, Centro de Estudos Afro-Orientais, n. 45, p. 179-184, 2012. Resenha de: ELTIS, D.; RICHARDSON, D. *Atlas of the transatlantic slave trade*. New Haven: Yale University Press, 2010. 307 p. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0002-05912012000100008. Acesso em: fev. 2021.

SIMÕES, M. de L. N. A ficção da região cacaueira baiana: questão identitária. *Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões*, Ilhéus: Editus, n. 1, p. 119-128, 1998. Disponível em: http://www.uesc.br/icer/artigos/aficcaodaregiao.pdf. Acesso em: fev. 2021.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil*: 1500-1820. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. 475 p. (Brasiliana. Grande formato, v. 10).

SOARES, M. T. de S. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, n. 2, p. 155-255, abr./jun. 1962. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115. Acesso em: mar. 2021.

SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 182 p. (Bahia: prosa e poesia).

SOUSA, A. P. *A Bahia no século XVIII*: poder político local e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012. 294 p.

SOUSA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1971. 389 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5. Brasiliana, v. 117). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38095. Acesso em: fev. 2021.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 319 p.

STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Introdução e notas: Francisco de Assis Carvalho Franco. Tradução: Guiomar de Carvalho Franco. Belo Horizonte: Liv. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. 216 p. (Reconquista do Brasil, 17). Título original: Wahrhaftige Historia: Zwei reisen nach Brasilien.

STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*: primeiros registros sobre o Brasil. Introdução de Eduardo Bueno. Tradução de Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM, 2008. 181 p. (L&PM pocket, v. 674). Título original: Wahrhaftige Historia: Zwei reisen nach Brasilien.

STADEN, H. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, a América* [...]. Tradução: Pedro Süssekind. Introdução: Melanie Dimantas. 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999. 189 p. Título original: Die wahrhaftige Historie der wilden, nackten, grimmigen Menschenfresser-Leute (1548-1555).

TAMBOR de crioula do Maranhão. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, [2014?]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/63/. Acesso em: fev. 2021.

TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Acta Geográfica*, Boa Vista: Universidade Federal de Roraima - UFRR, Pós-Graduação em Geografia, ano 2, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/204. Acesso em: fev. 2021.

TERRA Brasilis. *In*: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *A cartografia histórica*: do século XVI ao século XVIII. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/terra-brasilis/. Acesso em: fev. 2021.

TODA menina baiana. Intérprete: Gilberto Gil. Compositor: Gilberto Gil. *In*: REALCE. Intérprete: Gilberto Gil. Rio de Janeiro: WEA, 1979. 1 CD, faixa 7.

TRATADO de Tordesilhas. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas. Acesso em: abr. 2021.

TRINDADE, S. L. B. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: IFRN Ed., 2010. 281 p. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1011?show=full. Acesso em: fev. 2021.

UTI possidetis. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Uti_possidetis. Acesso em: abr. 2021.

VALE, M. R. S. do. *Tempo, memória e oralidade*: uma análise da população residente na área continental de São Vicente (litoral sul de São Paulo). 2008. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4001. Acesso em: fev. 2021.

VARGAS, M. A Baixada Santista: suas bases físicas. *Revista USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, n. 41, p. 18-27, mar./maio 1999. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i41p18-27. Acesso em: fev. 2021.

VASCONCELOS, P. de A. *Salvador*: transformações e permanências (1549-1999). 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EdUFBA, 2016. 538 p.

VERGOLINO, J. R. de O. A economia de Pernambuco no período 1850-1900: uma interpretação. *CLIO*: revista de pesquisa histórica, Recife: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Programa de Pós-Graduação em História, v. 14, n. 1, p. 99-117, jan./dez. 1993. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24917/0. Acesso em: fev. 2021.

VIEIRA, A. M. T. Mistérios e costumes em um romance-folhetim: A emparedada da Rua Nova, de Carneiro Vilela. *In*: VILELA, C. *A emparedada da Rua Nova.* 5. ed. Recife: Cepe, 2013. Prefácio.

VIEIRA, P. A. A inserção do "Brasil" nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. *Economia e Sociedade*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, v. 19, n. 3, p. 499-527, dez. 2010. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182010000300004. Acesso em: fev. 2021.

VIEW from our house looking up the river towards the Village of the Poço da Panella. Recife, [184-?]. 1 gravura, des. aquarelado, 32 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon366401/icon366401_004.jpg. Acesso em: fev. 2021.

VISTA da cidade de Recife tomada do Forte do Brum. [18--]. 1 gravura, litogravura, color., 41,4 x 50,4 cm em gravura colada em papel 42,3 x 54,4 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1376134/icon1376134.jpg. Acesso em: jun 2021.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. C. M. *Formação do Brasil colonial*. Prefácio de José Luiz Werneck da Silva. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. 414 p.

WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em: fev. 2021.

Romances

ADONIAS FILHO. *Corpo vivo*: romance. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 134 p.

AGUALUSA, J. E. *A Rainha Ginga*: e de como os africanos inventaram o mundo. Rio de Janeiro: Foz, 2015. 240 p.

AGUIAR, L. A. *Hans Staden*: viagens e aventuras no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1988. 104 p. (Biblioteca juvenil). Adaptação de: Wahrhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft der wilden / Hans Staden.

AMADO, J. *Cacau*: romance. Ilustrações de Santa Rosa. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. 137 p.

AMADO, J. *Capitães da areia*. Posfácio de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 283 p. (Coleção Jorge Amado).

AMADO, J. *Jubiabá*: romance. Ilustrações de Carybé. 57. tir. Rio de Janeiro: Record, 2000. 321 p.

AMADO, J. *Tenda dos milagres*. Ilustrações de Jenner Augusto. 40. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 326 p. (Coleção Jorge Amado. Correio da Bahia).

AMADO, J. *Terras do sem fim*: romance. Ilustrações de Clóvis Graciano. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978. 274 p.

ASSIS, M. de. *Obra completa*. Organizada por Afrânio dos Santos Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 3 v. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira). Disponível em: http://machado.mec.gov.br/. Acesso em: out. 2020.

AZEVEDO, A. *O mulato*. 2. ed. São Paulo: M. Claret, 2015. 287 p. (A obra-prima de cada autor, 114).

BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Prefácio de M. de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Ediouro, [1985?]. 136 p. (Prestígio).

BARRETO, L. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1919. 201 p. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4800/1/001232_COMPLETO.pdf. Acesso em: maio 2021.

BRASIL, L. A. de A. *Um quarto de légua em quadro*: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico: romance. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1978. 192 p. (Coleção Rio Grande, 22).

CALDEIRA, A. *Arca açoriana*: rocamaranha II. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC: Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, 2003a. 158 p.

CALDEIRA, A. *Rocamaranha*: novela. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC: Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, 2003b. 110 p.

CARVALHO, J. C. de. *O coronel e o lobisomem*: deixados do Oficial Superior da Guarda Nacional, Ponciano de Azeredo Furtado, natural da Praça de São Salvador de Campos dos Goitacases: romance. 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964. 286 p.

CARVALHO, J. C. de. *Olha para o céu, Frederico*: romance. Rio de Janeiro: Vecchi, 1939. 181 p.

CASTELO BRANCO, R. *O planalto*: o romance de São Paulo. São Paulo: RR, 1985. 180 p.

CRUZ, E. A. *Água de barrela*. Rio de Janeiro: Malê, 2018. 322 p.

EUCLIDES NETO. *Os magros*: romance. 4. ed. Salvador: EdUFBA; São Paulo: Littera, 2014. 198 p. (Coleção Euclides Neto, v. 3).

FERREIRA, L. G. *No tempo frágil das horas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. 170 p.

GONÇALVES, A. *Os vira-latas da madrugada*. Taubaté: LetraSelvagem, 2015. 215 p. (Gente pobre, v. 13).

GUIMARÃES, J. *A ferro e fogo*: tempo de solidão. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972. 239 p.

JURANDIR, D. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EdUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. 548 p.

MACEDO, J. M. de. *As mulheres de mantilha*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988. 240 p. (Biblioteca carioca, v. 7).

MIRANDA, A. *Boca do inferno*: romance. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 331 p.

MONTELLO, J. *Noite sobre Alcântara*: romance. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 413 p.

MONTELLO, J. *Os tambores de São Luís*: romance. Ilustrações: Poty. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro - INL, 1975. 487 p.

PRATA, R. *Navios iluminados*. São Paulo: Scritta, 1996. 181 p.

QUEIROZ, D. S. de. *A muralha*: romance. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 414 p.

REGO, J. L. do. *Fogo morto*: romance. Estudos de Otto Maria Carpeau, Mário de Andrade, Antonio Carlos Villaça. 51. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998. 245 p.

REGO, J. L. do. *Menino de engenho*. 30. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. 127 p. (Sagarana, 22).

REIS, M. F. dos. *Úrsula*: romance; A escrava: conto. 7. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2018. 240 p.

RIBEIRO, J. U. *Viva o povo brasileiro*: romance. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 673 p.

RORIZ, A. *A guerra dos hereges*: o grande romance histórico da invasão holandesa em Pernambuco. São Paulo: Ed. Europa, 2010. 397 p.

SETTE, M. *Senhora de engenho*: romance. Ilustrações de Percy Lau. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1921. 192 p.

SOUSA, I de. *Contos amazônicos*. Belém: EdUFPA, 2005. 201 p. (Coleção Amazônia).

SOUZA, M. *Ajuricaba*: o caudilho das selvas. São Paulo: Callis, 2006. 80 p. (A luta de cada um).

SOUZA, M. *Lealdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 253 p.

TORERO, J. R.; PIMENTA, M. A. *Terra Papagalli.* São Paulo: Objetiva, 2000. 189 p.

VILELA, C. *A emparedada da Rua Nova.* 5. ed. Recife: Cepe, 2013. 518 p.

Glossário

Considerando que várias palavras ou locuções que constituem este glossário possuem diferentes significados, alguns deles não coincidentes, optou-se por selecionar algumas das principais definições ou interpretações existentes, com base na literatura consultada.

açoriano Relativo aos Açores, arquipélago português do Atlântico, ou o que é seu natural habitante (HOUAISS, 2006).

aimoré Nome genérico que, durante o período colonial, foi atribuído a vários povos indígenas das famílias Maxakali (Kapoxó, Kumanaxó, Makuni, Malali, Maxakali, Panyame), Kamakã (Kamakã, Kutaxó), Pataxó e da grande família dos Botocudos (no Nordeste, isso vale, principalmente, aos Gueren). Naquele período, esses povos viviam na região do sul da Bahia e áreas do entorno, em geral em pequenos grupos no interior da floresta, mais afastados da costa. Segundo afirmam Dantas, Sampaio e Carvalho (1998, p. 434), "esses povos resistiram por três séculos à conquista do seu território, que só se efetivaria a partir do início do século XIX, num sangrento processo que, em seu limite, duraria até as primeiras décadas do nosso século, já em pleno apogeu da lavoura do cacau no sul da Bahia, quando foram contatados os últimos bandos pataxó ainda isolados".

aleia 1. Fileira ou renque de arbustos dispostos lado a lado; 2. Rua ou caminho ornamentado lateralmente por árvores, arbustos, sebes ou grades; alameda (MICHAELIS, 2021).

almanjarras Também conhecidas como trapiches ou molinetes, moendas dos engenhos (ou os próprios engenhos) movidos por tração animal – bois, cavalos ou outras bestas – em oposição às moendas cuja força motriz era as águas dos rios (FERLINI, 1998).

arcabuz Antiga arma de fogo, portátil, de cano curto e boca larga, inventada em meados do Século XV, que era disparada com o apoio de uma forquilha (MICHAELIS, 2021).

arrecova Carga de malas e pacotes transportados por quem viaja (DICIO, 2021).

azáfama Excesso de pressa; afobação na realização de algum trabalho (DICIO, 2021).

banguê Tipo de engenho com um só terno de moendas, com utilização de fogo nu no processamento da cana (MELO, 1954). Normalmente, é associado, nos romances, a engenhos movidos por tração fluvial, animal ou humana, mas também há banguês movidos a máquinas a vapor. Muitas vezes, o termo é utilizado também como sinônimo de engenho, na literatura (ALVES, 1981).

barcaça Estrutura construída, geralmente, na sede das fazendas de cultivo de cacau e utilizada para a secagem das amêndoas que são retiradas de dentro desses frutos. Normalmente, a barcaça consiste num tablado de madeira retangular em que as amêndoas são dispostas e espalhadas para secagem ao sol, sendo utilizada, para proteção da chuva e da umidade noturna, uma cobertura retrátil em que se costuma usar telhas de zinco ou alumínio no formato de um telhado de duas águas que corre sobre trilhos instalados nas laterais desse tablado. Euclides Neto informa que, em épocas passadas, ao invés das telhas de zinco ou alumínio, eram usadas folhas de palmeira indaiá, e não havia trilhos para fazer o telhado se movimentar (EUCLIDES NETO, 2013).

batavo Nome relativo a um povo dos atuais Países Baixos (DICIONÁRIO..., [2020]), normalmente utilizado, na literatura, como sinônimo de holandeses.

batelão Grande barca para transporte de artilharia e carga pesada (MICHAELIS, 2021).

bergantim Veleiro ou embarcação ligeira de dois mastros, com velas latinas triangulares; bragantim (MICHAELIS, 2021).

bexiga 1. Varíola (coloquial); 2. Marcas deixadas pela varíola (coloquial); 3. Bexigas negras (coloquial): varíola hemorrágica em que as pústulas enegrecem e, às vezes, gangrenam; bexigas da peste, bexigas pretas (MICHAELIS, 2021).

bolicheiro Proprietário ou encarregado do boliche (casa de jogos, bodega) (HOUAISS, 2006).

boqueirão 1. Grande abertura de rio ou canal; 2. Garganta estreita em serra, onde corre um rio; bocaina (MICHAELIS, 2021).

borduna Cacete cilíndrico e longo usado pelos indígenas como arma de ataque, defesa ou caça; buduna (MICHAELIS, 2021).

bozó Jogo de dados em que os cubos são atirados num copo ou cilindro, só se descobrindo o lance após serem feitas as apostas (MICHAELIS, 2021).

cabruca Forma de plantio do cacau em que os cacaueiros ficam sob a sombra das árvores mais altas da floresta – o dossel da mata – a partir da retirada do sub-bosque, para ali se plantarem os pés de cacau (SANTOS, 1957).

carro de boi Um dos mais primitivos e simples meios de transporte, ainda em uso nos meios rurais, utilizado para o transporte de cargas (produtos agrícolas) e pessoas (CARRO..., 2021).

casa de purgar Local da etapa do fabrico do açúcar em que havia o processo de purga, a drenagem da aguardante do caldo de açúcar, e o branqueamento, que é o processo em que se separavam os açúcares claros dos escuros ou mascavados (FERLINI, 1998).

cataplasma Massa medicamentosa, feita com farinhas (fubá, farinha de trigo, de mandioca etc.), folhas, polpas de frutos e raízes em pó, que se aplica diretamente, ou distribuída entre dois panos, sobre a pele de regiões do corpo doloridas, feridas ou inflamadas (MICHAELIS, 2021).

caxixe Estratagema que envolve procedimentos cartoriais e consiste em enganar pequenos lavradores de cacau para a aquisição de suas terras, em geral, ainda não oficialmente regularizadas (EUCLIDES NETO, 2013).

chalaça Gracejo picante, zombeteiro; chiste, pilhéria (MICHAELIS, 2021).

chambequin Barco costeiro com três mastros e velas latinas que pode ser navegado a remo (CHAMBEQUÍN, 2021).

charque Carne bovina, cortada em mantas, salgada e seca ao sol ou por processos afins. O mesmo que carne-seca, jabá, carne-do-ceará, carne-do-sul, carne-de-charque, carne-do-seridó, carne-do-sertão, carne-velha, ceará, iabá, sambamba, sumaca (FERREIRA, 1986).

chimango Soldado ou partidário do governo, nas Revoluções de 1923-1926 (HOUAISS, 2006).

descoroçoar Desacorçoar. 1. Tirar ou perder a coragem ou o ânimo; 2. Tirar ou perder a coragem; acovardar(-se); 3. Fazer perder ou perder a esperança; desiludir(-se) (MICHAELIS, 2021).

eirado Lugar descoberto sobre uma casa ou ao nível de um andar dela; terraço (DICIO, 2021).

engenho Unidade de produção de açúcar. Em certos contextos, pode se referir, especificamente, à moenda. Em uma perspectiva mais ampla, refere-se ao conjunto da propriedade em que o fabrico do açúcar ocorre, incluindo a plantação de cana e a casa do engenho ou casa grande (ALVES, 1981), bem como a senzala e outros estabelecimentos presentes na propriedade. Os banguês e trapiches são usados, frequentemente, como sinônimos de engenhos, e o nome engenho não implica, necessariamente, em uma tração específica das moendas. Os engenhos d'água tinham suas moendas movimentadas por tração fluvial, enquanto outros tipos de engenhos tinham tração por bestas, tração humana, ou a vapor, num período mais tardio (FERLINI, 1998; MELO, 1954). *Ver também* almanjarras.

estoporar Estuporar. 1. Fazer cair ou cair em estupor: As notícias chocantes estuporaram o país; 2. Cansar-se ao extremo; esbodegar-se; 3. Tornar-se estragado ou deteriorado; deteriorar-se, estragar-se; 4. Perder a vida; morrer (MICHAELIS, 2021).

estrebaria Estabelecimento onde se colocam ou se abrigam os cavalos e seus arreios (DICIO, 2021).

entressachar Entremear (MICHAELIS, 2021).

faina Serviço executado pela tripulação a bordo de um navio; trabalho náutico (MICHAELIS, 2021).

féretro Caixa de madeira onde se coloca o corpo de um morto para ser sepultado; ataúde, caixão, esquife, urna (MICHAELIS, 2021).

fluminense Gentílico referente ao Estado do Rio de Janeiro, exceto o Município da Capital.

fragata Denominação dada, no Século XVIII, aos navios de guerra com três mastros de velas redondas, com comprimento semelhante ao das naus, porém menores, mais rápidos e com armamento mais ligeiro, usados em missões de escolta e reconhecimento. As fragatas dispunham de uma única bateria coberta de canhões, em comparação com as duas ou mais baterias cobertas das naus (FRAGATA, 2021).

fula 'Diz-se do mestiço de negro e mulato' 1899. De origem controversa (CUNHA, 2012).

fundeia Referente a fundear, ancorar, amarrar (o navio): o marinheiro fundeou a embarcação (DICIO, 2021).

furna Caverna, lapa, gruta, antro (DICIO, 2021).

furo Canal fluvial sem correnteza própria que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação. Existem furos que interligam braços de rios no meio de uma planície, enquanto outros cortam ilhas fluviais, transversal e obliquamente (Furos do Arquipélago Fluvial das Anavilhanas). No estuário do Pará, existe um verdadeiro labirinto de furos sob a forma de delta no fundo do estuário (AB'SABER, 2003 *apud* COSTA, G., 2015).

gávea Denominação comum dada aos mastaréus e às vergas que espigam logo acima dos mastros reais e que, nos navios de três mastros, se chamam, a partir de vante para ré: velacho, gávea e gata (MICHAELIS, 2021).

geotectônico Referente à Geotectônica. Ramo da Geologia que estuda as relações entre os grandes conjuntos estruturais (continentes e oceanos), os movimentos relativos das placas etc.; tectônica global (DICIO, 2021).

goitacás Povo indígena brasileiro, ocupante de parte do litoral que, hoje, perfaz as costas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sobretudo ao norte do Cabo Frio. Sua ocupação é, provavelmente, anterior aos tupis, tendo sido exterminados pela ocupação portuguesa no Século XVII (MÉTRAUX, 1929).

grapiúna Termo usado para designar os moradores da região cacaueira e, mais especificamente, os de Itabuna. Euclides Neto informa que a etimologia do termo, de origem indígena, remete a várias acepções, mas, predominantemente, significa "pássaro preto" (possivelmente existente no sul baiano). Neto ainda afirma que o termo teria ganhado projeção a partir do seu uso no romance *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, contudo haveria uma conotação pejorativa nesse uso (EUCLIDES NETO, 2013).

ibirapema Termo derivado do tupi ïbï rá pema, que significa "pau trançado". É o nome do porrete de madeira com que os tupis que habitavam a maior parte do litoral brasileiro, no Século XVI, matavam os seus prisioneiros de guerra. Medindo mais de uma braça de comprimento, costumava ser pintado e decorado com penas (FERREIRA, 1986; STADEN, 1999).

igarapé Termo indígena que significa "caminho de canoa" (de igara - canoa e pé - trilha, caminho). Denominação dada aos pequenos rios na Região Norte (Amazônia). Corresponde aos arroios da Região Sul, todavia, o volume d'água de um igarapé é, de modo geral, muito superior ao de um arroio (GUERRA; GUERRA, 1997, p. 348).

ivirapema *Ver* ibirapema

lagamar 1. Lugar onde, em qualquer tempo, se pode lançar âncora com toda a segurança; pego; 2. Ilha formada por detritos de erosão em que se fazem plantações (MICHAELIS, 2021).

légua Medida itinerária antiga, de valor variável (DICIO, 2021).

madeira de lei Madeiras que possuíam excelente qualidade para a construção naval, e que, para garantir o seu fornecimento para essa atividade, as árvores das quais eram extraídas passaram a ser protegidas por meio de medidas legais emitidas pela Coroa Portuguesa no final do Século XVIII, motivo pelo qual também eram conhecidas como *pau real*. As espécies incluídas nessa categoria eram: tapinhoã, sucupira, canela, canjarana, jacarandá, araribá, pequi, jenipaparana, peroba, urucurana e vinhático (DEAN, 1996).

maragato Adepto do movimento federalista que, em 1893, inspirou a revolução sob chefia de Silveira Martins contra o partido então dominante, que tinha à frente Júlio de Castilhos (HOUAISS, 2006).

massapê Solo pegajoso e úmido, também denominado "amassa-pé" ou massapé, mais frequente em áreas contíguas a rios e tradicionalmente apontado como o tipo de solo propício ao plantio de cana-de-açúcar no Nordeste Oriental (FREYRE, 1951; SCHWARTZ, 2020).

mirante 1. Ponto superior de um edifício, de onde se avista um vasto horizonte; 2. Construção pequena, mas elevada, de onde se vislumbram amplas perspectivas (MICHAELIS, 2021).

mocambos Comunidades de negros fugidos da escravidão. A partir dos Séculos XVIII e XIX, o nome quilombo tornou-se mais frequente para se referir a essas comunidades (GOMES, 2011).

mono Denominação comum dada aos macacos em geral, principalmente aos primatas antropoides, como chimpanzés, gorilas e orangotangos (MICHAELIS, 2021).

mortona Aparelho constituído por correntes e um carro especial que corre sobre longarinas em plano inclinado até o mar, onde prende a embarcação que precisa de conserto, conduzindo-a para a pôr a seco (DICIO, 2021).

muque Força física bruta; à força, com violência, a muque (DICIO, 2021).

nau de linha *Ver* navio de linha

navio de linha Embarcação a vela, de alto bordo, com três mastros e grande número de bocas de fogo, muito usual entre o Século XVII e meados do Século XIX, com a finalidade de navio de guerra ou embarcação mercante (NAVIO..., 2019).

neerlandes Nome relativo a grupo étnico que habitou a região dos Países Baixos (DICIONÁRIO..., [2020]), normalmente utilizado, na literatura, como sinônimo de holandeses.

nereida Cada uma das ninfas marinhas, filhas de Nereu e Dóris, que representam a beleza e os fenômenos marinhos (MICHAELIS, 2021).

Orixá (òrìsà) Deuses africanos da etnia yorùbá; energias do universo que estão presentes nos sentimentos, emoções, elementos e fenômenos da natureza. O culto a estas divindades objetiva equilibrar tais energias dentro do Ser Humano em em torno dele. São considerados miticamente como ancestrais iorubanos deificados, que atuam como intermediários entre os Seres Humanos e o Criador (olórun) (ORIXÁS, 2017).

pão-por-Deus Peditório ritual feito por ocasião do Dia de Todos os Santos, associado às práticas relacionadas com as refeições cerimoniais do culto dos mortos (Dia dos Finados) (PÃO-POR-DEUS, 2021).

paquebote Embarcação semelhante a um brigue, com a diferença de que não é tão fino e carrega uma vela grande e redonda como as fragatas (PAQUEBOTE, 2021).

paquete 1. Navio grande, a vapor, que transportava passageiros, mercadorias e correspondência; 2. Navio pequeno que, movido a vela, levava ordens ou avisos; 3. Navio pequeno que se destinava ao transporte de cartas e passageiros entre dois ou mais países (DICIO, 2021).

partido Extensão do canavial como um todo (ALVES, 1981), mas também pode designar uma parte da terra cultivada por plantações de cana-de-açúcar.

pau-brasil Planta leguminosa encontrada na Mata Atlântica, em geral, próxima ao litoral, e cujo nome científico é *Caesalpinia echinata*. A planta tem preferência por "ambientes moderadamente irrigados, principalmente costeiros, embora também possa ser encontrada no planalto, e cresce na floresta secundária, de sorte que provavelmente tenha acompanhado os tupis quando seus contingentes aumentaram e pode até ser que fossem encontradas em arvoredos de uma certa homogeneidade" (DEAN, 1996, p. 63). Essa árvore foi um dos primeiros recursos naturais utilizados pelos portugueses logo que chegaram ao continente america-

no, no Século XVI, por permitir que a tinta de cor avermelhada liberada pelo tronco da planta fosse utilizada como corante para o tingimento de tecidos, atividade essa em crescimento na Europa da época. Usualmente, se diz que o nome "pau-brasil" remete à cor púrpura do carvão em brasa incandescente que é a cor da tinta liberada pela planta. Contudo, a técnica do tingimento já era empregada antes da exploração na costa brasileira, ao se utilizar uma madeira asiática do mesmo gênero e com as mesmas propriedades (DEAN, 1996).

pejado Que se pejou; carregado, cheio (MICHAELIS, 2021).

quilha Peça estrutural, localizada na parte inferior de uma embarcação, que se estende da popa à proa e à qual se assentam todas as peças verticais da ossada (MICHAELIS, 2021).

razia Devastação, assolação (DICIO, 2021).

renda de bilros Renda produzida pelo cruzamento sucessivo ou entremeado de fios têxteis, executado sobre o pique e com a ajuda de alfinetes e bilros (RENDA..., 2020).

reses Quaisquer animais quadrúpedes que são abatidos para a alimentação humana (DICIO, 2021).

serviços ecossistêmicos Benefícios gerados pela natureza, independentemente da interferência humana, e que proporcionam ganhos econômicos, conforto e bem-estar social. Os serviços ecossistêmicos podem ser classificados em: serviços de provisão (alimentos, madeira, fibras etc.); serviços de regulação (do clima, da qualidade do ar, de combate à erosão, de fertilidade do solo, na polinização etc.); e serviços culturais (beleza cênica e paisagística, lazer e recreação, identidade espiritual e religiosa) (BRASIL, [2020b]).

sumaca Barco pequeno, de dois mastros, muito usado, antigamente, na América do Sul (DICIO, 2021).

tambor de crioula Forma de expressão de matriz afro-brasileira, praticada na maioria dos Municípios do Estado do Maranhão, que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. O tambor de crioula é realizado sem local específico – ao ar livre, nas praças, ou no interior de terreiros –, e sem calendário pré-fixado, podendo ser associado a outros eventos e manifestações, e praticado, especialmente, em louvor a São Benedito. Dessa manifestação afro-brasileira, participam as coreiras ou dançadeiras, conduzidas pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na punga ou umbigada – gesto característico, entendido como saudação e convite (TAMBOR..., [2014?]).

tamoios Povo indígena brasileiro do tronco linguístico tupi que habitava, originalmente, a área ao sul do Rio Macaé, incluindo onde se fundaria a Cidade do Rio de Janeiro, fazendo fronteira com o território goitacá (MÉTRAUX, 1929).

Te Deum Cântico que exalta Deus, entoado em ação de graças e iniciado pela expressão *Te Deum... laudamus* (a ti louvamos, ó Deus); hino ambrosiano (DICIO, 2021).

Terra Brasilis Título do mapa elaborado, em 1519, pelo cartógrafo português Lopo Homem, com auxílio de Pedro Reinel e Jorge Reinel, ambos também cartógrafos. O mapa (ou carta) faz parte do *Atlas Miller*, também conhecido como *Atlas Lopo Homem-Reineis*, que mostra a costa brasileira, da foz do Rio Amazonas à Bacia do Prata, e a parte central do Oceano Atlântico. No mapa se busca retratar, além dos elementos e características das terras descobertas, a soberania portuguesa sobre elas (TERRA..., [2021]).

trapiche Grande depósito para estoque de mercadorias que devem ser exportadas e para atendimento de pedidos de importação; armazém-geral (MICHAELIS, 2021). *Ver também* almanjarras.

Tratado de Madri Tratado, assinado em 13 de janeiro de 1750, que consagrou o princípio do *uti possidetis*, revogando o meridiano de Tordesilhas e reconhecendo a expansão portuguesa para além desse limite. A melhoria das relações entre Portugal e Espanha, nos anos 1740, tornou possível um acordo geral, não só para a região (Colônia de Sacramento), mas para toda a fronteira da América Portuguesa e Espanhola. No sul, o Tratado de Madri determinou a entrega de Sacramento à Espanha, uma vez que a campanha uruguaia era de colonização castelhana, e, à guisa de compensação, Portugal receberia, além do reconhecimento à ocupação portuguesa no Rio Grande, os Sete Povos das Missões. Os jesuítas seriam evacuados para suas reduções de Missiones e Corrientes (WEHLING; WEHLING, 2005, p. 172).

Tratado de Tordesilhas Tratado, assinado na povoação castelhana de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494, que, celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela, visou dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa (TRATADO..., 2020).

tupi Conjunto de povos indígenas com grande dispersão territorial, sobretudo na costa brasileira, com significativa homogeneidade cultural e linguística entre si, e que estava num processo de expansão no momento da intrusão europeia (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1998, p. 432).

tupiniquim Povo indígena que ocupava áreas à beira-mar, preferencialmente praias, estuários e manguezais, e parte do sertão da Baía de Camamu até Caravelas, em terras que passaram a fazer parte das Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1998, p. 434).

usina Unidade fabril de produção de açúcar que se caracteriza pela evaporação a vácuo contida do caldo de cana, em contraposição aos engenhos tradicionais banguês que utilizavam o fogo nu. As usinas possuem capacidade produtiva muito maior que a dos banguês, e, em geral, abrigam muitas moendas e outros equipamentos para maior automação do processamento da cana-de-açúcar e obtenção de graus mais refinados do produto (MELO, 1954). As chaminés das usinas constituem elemento marcante nas paisagens descritas em obras literárias, como as de José Lins do Rêgo, em especial, quando comparadas aos bueiros (chaminés de menor porte) dos engenhos (ALVES, 1981).

uti possidetis Princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre ele. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuís, assim possuais" (UTI..., 2019).

vassoura de bruxa Doença que afeta os cacaueiros, criando anomalias no crescimento das plantas e dos frutos e, com isso, inviabilizando sua exploração econômica. Trata-se de um fungo patogênico, cujo nome científico é *Crinipellis perniciosa,* e que, na região amazônica, território de origem dos cacaueiros, convive com essa planta, entre outras, como o cupuaçu, também afetado pelo fungo, mas, devido à alta concentração no sul baiano, esse patógeno ali se dissemina com facilidade (ROCHA, 2008). O nome "vassoura de bruxa" deriva do inchamento e da brotação excessiva ocorrida nos galhos e ramos dos cacaueiros, os quais dão às plantas o aspecto das vassouras usadas pelas famosas personagens com poderes sobrenaturais.

vexado 1. Que foi oprimido ou maltratado; 2. Que foi humilhado ou envergonhado (MICHAELIS, 2021).

vigilenga Embarcação a vela, de pequeno porte, construída no Município de Vigia, no Estado do Pará, e que é responsável pelo transporte de gêneros alimentícios produzidos pela população residente ao longo da Baía do Guajará e Marajó para o Município de Belém (Pará), bem como pelo transporte de mercadorias dessa Cidade para a população ribeirinha.

Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia
Cayo de Oliveira Franco (em exercício)

Gerência de Atlas
Adma Hamam de Figueiredo

Coordenação e planejamento geral do estudo
Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

Concepção e elaboração dos capítulos
Bruno Dantas Hidalgo
Bruno Elton Carneiro Santiago
Cayo de Oliveira Franco
Daiane de Paula Ciriaco
Evelyn Andrea Arruda Pereira
Fábio Eduardo De Giusti Sanson
Felipe Mendes Cronemberger
Filipe Eduardo Piero de Oliveira Borsani
Gustavo Medeiros de Pinho
Marcelo Luiz Delizio Araujo
Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos
Marcelo Paiva da Motta
Rafael Silva dos Anjos
Thiago Gervásio Figueira Arantes

Elaboração dos mapas
Felipe Mendes Cronemberger
Gustavo Medeiros de Pinho

Gabinete DGC

Concepção e elaboração dos capítulos
Marco Antônio de Carvalho Oliveira

Colaboradores

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Daiane Batista de Souza
Diogo de Carvalho Cabral
Evelyn de Oliveira Meirelles
Luis Cavalcanti da Cunha Bahiana
Mario Conceição Rangel

Diretoria Executiva

Gerência de Atendimento 1

Aroldo Ferreira Ramos

Unidade Estadual e Agências do IBGE

Unidade Estadual/PA

Djalma Cardoso de Almeida
Joana D'Arc Carmo Arouck Ferreira
Maria Denise Ribeiro Bacelar
Pedro Edson Leal Bezerra
Rony Helder Nogueira Cordeiro
Sérgio Gomes da Silva

Unidade Estadual/MA

José Reinaldo Barros Ribeiro Junior
João Ricardo Costa Silva
Marcelo Virginio de Melo

Unidade Estadual/PE

Daniel Sales dos Santos
Gervaldo Brás Bezerra
Gliner Dias Alencar
João Rosendo de Lima Sobrinho
Jainiton Pereira da Costa Filho
Marcia Cristina de Souza Matos Carneiro
Flaviana Camilo Santos

Unidade Estadual/BA

Rosa Amália Meireles Quadros

Agência Cachoeira/BA

Antonio Carlos da Silva Pereira

Agência Itabuna/BA

Luiz Mafra de Santana

Unidade Estadual/SP

Vando da Paz Nascimento

Unidade Estadual/SC

Alceu José Vanzella
Antônio Guarda
Pedro Simas
Sueni Juraci de Mello dos Santos

Unidade Estadual/RS

Agência Rio Grande/RS

Alex Senna Mano
Maria do Carmo Rodrigues Trugillo

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Fernanda Jardim

Programação visual, diagramação e tratamento de imagens

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Aline Loureiro de Souza
Ana Raquel Gomes da Silva
Isabella Carolina do Nascimento Pinto
Juliana da Silva Gomes
Lioara Mandoju
Nadia Bernuci dos Santos

Padronização de glossário e elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Ednalva Maia do Monte
Newton Malta de Souza Marques

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

/ibgecomunica /ibgeoficial /ibgeoficial /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras

Costa Brasileira

A coleção Atlas das representações literárias de regiões brasileiras, iniciada em 2006, tem por objetivo identificar e representar, por meio de mapas em diferentes escalas, fotos e imagens de satélite, regiões brasileiras que constituíram elemento marcante da trama de algumas das grandes obras da literatura nacional, construindo, dessa forma, um mapeamento que ultrapassa os limites convencionais político-administrativos e privilegia a identidade como elemento central para individualização dos diferentes segmentos territoriais que compõem o quadro nacional.

Com o lançamento desta publicação, o IBGE traz a público o quarto volume da coleção, **Costa Brasileira**, que retrata as regiões litorâneas que se desenharam historicamente com a dinâmica de ocupação, os enfrentamentos e as alianças entres povos, o tráfico negreiro e a escravidão.

Seguindo a proposta metodológica que fundamentou as edições anteriores, qual seja, a de identificar regiões que se formaram no processo de ocupação do território e que, por suas peculiaridades, deixaram uma marca indelével em nossa história, ensejando o surgimento de manifestações culturais com forte presença no imaginário nacional, são contemplados, nesta edição, os seguintes recortes: a região cacaueira do Sul da Bahia; Santos e o Litoral Paulista; Olinda, Recife e a Costa dos Engenhos; as áreas de recôncavo de Salvador e Recôncavo Baiano e do Rio de Janeiro e Baía da Guanabara; as reentrâncias de São Luís e Baía de São Marcos e de Belém e Foz do Rio Amazonas; o Norte Fluminense; Rio Grande de São Pedro e Costa Sul; e a Ilha de Santa Catarina. As regiões geográficas selecionadas tiveram a invasão e a fixação de portugueses vinculadas à condição de pertencerem à Costa brasileira e ilustram a grande diversidade de uma das mais extensas e populosas faixas litorâneas do mundo, destacadas não necessariamente por ciclos econômicos ou pela extração de recursos naturais, mas, sim, pelo seu papel de interface entre o oceano e o continente, entre o Velho e o Novo Mundo.

Para captar os impactos e o alcance dos eventos desencadeados pela fixação de povos europeus nesta parte da América do Sul, com os subsequentes extermínio, expulsão e escravização de povos originais, além do desterro de povos africanos e sua escravização em territórios da América portuguesa, a literatura brasileira constitui recurso luxuoso e variado, contexto em que se destaca, em especial, Machado de Assis – o nome maior de nossas letras, reconhecido, internacionalmente, como um dos maiores escritores do mundo ocidental. Ele e sua obra pontuam este volume, assim como Jorge Amado, Ana Miranda, José Cândido de Carvalho, Maria Firmina dos Reis, Dalcídio Jurandir, entre outros romancistas que dão visibilidade à Costa brasileira. Assim, por meio de textos e mapas, a dimensão cultural das regiões geográficas selecionadas é realçada com base em sua percepção pela Literatura. Em todos os textos, foram destacados, em itálico, alguns termos regionais referentes ao território e seu processo de apropriação, os quais integram um glossário, ao final da obra.

A publicação deste novo Atlas, também disponibilizado no portal do IBGE na Internet, confirma o seu compromisso institucional de retratar as mais variadas manifestações da sociedade e do território brasileiros.

ISBN 978-65-87201-67-2

9 786587 201672

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística